Histórias de Vida
do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Vol. III

Olhar Feminino

Cíntia Vieira Souto
Márcia de la Torre
Patrícia Sanseverino

Organizadoras

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MEMORIAL

DO MINISTÉRIO
PÚBLICO

Olhar Feminino

Histórias de Vida do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Vol. III

Cíntia Vieira Souto
Patrícia Sanseverino
Márcia de la Torre

Organizadoras

Memorial do Ministério Público

Coordenação:
Ricardo Vaz Seelig

Organização:
Cíntia Vieira Souto, Márcia de la Torre e Patrícia Sanseverino.

Supervisão Editorial:
Andréa Cogan

Revisão:
Sonia Beatriz da Silva Pinto.

Capa:
Adriano de Castro Silveira, Gustavo Nunes Billo e Juliana Beatriz Anschau

Editoração:
Juçara Campagna – Corag

Fotografias:
Carlo Taffarel e Gustavo Nunes Billo

Histórias de vida do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul / Volume III – Olhar Feminino

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

Histórias de vida no Ministério Público do Rio Grande do Sul. v. III: olhar feminino / organizado [por] Cíntia Vieira Souto; Márcia de la Torre; Patrícia Sanseverino. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. 398p.

ISBN 85-88802-08-02

1. Ministério público – Rio Grande do Sul – História biográfica. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público. II. Souto, Cíntia Vieira. III. Torre, Márcia de la. IV. Sanseverino, Patrícia.

CDU 347.963(816.5(092)

Memorial do Ministério Público do RS
Praça Marechal Deodoro, 110
Porto Alegre/RS – Centro
CEP: 90010-300
Tel: (51) 3225-3288
memorial@mp.rs.gov.br
www.mp.rs.gov.br/memorial

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça
Roberto Bandeira Pereira

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Antônio Carlos de Avelar Bastos

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Cláudio Barros Silva

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
Mauro Henrique Renner

Corregedor-Geral do Ministério Público
Mário Cavalheiro Lisbôa

Subcorregedor-Geral do Ministério Público
Luiz Sérgio Guilhon Risso

Coordenador do Memorial do Ministério Público
Ricardo Vaz Seelig

Índice

Apresentação 7
Palavra da Coordenação 9
Introdução 13
Sobre o Programa de História Oral .....
A ocupação do espaço público pelas mulheres: da cozinha à tribuna 16
A mulher no Ministério Público gaúcho 25
Agradecimentos 44
Bibliografia 44
Fontes 45
Ana Maria Moreira Marchesan 47
Angela Salton Rotunno 69
Blanca Bender Carpena de Menezes 101
Eunice Terezinha Ribeiro Chalela 117
Ieda Jussara Rivarolly 143
Jacqueline Fagundes Rosenfeld 157
Maria Isabel de Azevedo Souza 181
Maria Regina Fay de Azambuja 193
Marly Raphael Mallmann 221
Neusa Maria Pinto Pinto 241
Sandra Goldman Ruwel 251
Sílvia Cappelli 277

Simone Mariano da Rocha 299
Sophia Galanternick Sturm 321
Tania Conceição Sporleder de Souza 357
Vera Lúcia Von Hoonholtz Laitano 379

Apresentação

É com satisfação que o Ministério Público, abre a oportunidade para conhecer e discutir a importante questão da ocupação do espaço público pela mulher, destacando a pluralidade que caracteriza a nossa sociedade e, em especial, o destaque que o gênero dá às carreiras jurídicas.

Nossa Instituição orgulha-se de ser a pioneira na admissão de mulheres no seu corpo funcional, podendo ser lembrado o caso da Dra. Sophia Galanternick, nossa colega desde os anos 40. Atualmente, o quadro dos membros do Ministério Público é integrado quase que paritariamente por homens e mulheres, realidade que demonstra a materialização de uma igualdade que não pode ser apenas formal.

No Brasil, inúmeras são as situações em que Procuradoras de Justiça ou Promotoras de Justiça chefiam as respectivas Instituições estaduais, o que mostra um grau de maturidade institucional compatível com a dignidade de nossas atribuições.

Assim, a Procuradoria-Geral de Justiça apóia a presente publicação que, pelo seu valor histórico, reafirma traço fundamental de nossa cultura, baseada no pluralismo e na igualdade; por outro lado, faz a merecida homenagem às mulheres que colaboraram e colaboram, com sua formação, humanismo e dedicação, para uma adequada atuação ministerial.

Porto Alegre, 25 de maio de 2005.

Roberto Bandeira Pereira,
Procurador-Geral de Justiça.

Palavra da Coordenação

Em novembro de 1999, ao instituirmos o Projeto Memória do Ministério Público, já visávamos contar a história de nosso estado sob uma perspectiva diferente daquela usualmente fixada nos empreendimentos deste jaez.

Até então, a cultura historiográfica brasileira fundamentava-se numa concepção única de poder, normalmente sobreposta às demais esferas. Com a reengenharia constitucional produzida nas últimas duas décadas, o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público passaram a desempenhar um novo papel no processo político e nos rumos de nossa nação, onde questões sociais, cultura política e formas de expressão da cidadania, incluindo as "histórias da vida privada", ganharam destaque.

Na esteira desta nova tendência, o projeto que viria a constituir-se no Memorial do Ministério Público, lançou-se à tarefa de contar a história de nosso estado através da perspectiva dos membros de nossa instituição, delineando os sucessivos passos dessa evolução, desde a sua condição de subalternidade aos poderes formalmente constituídos até a sua atual configuração como parcela da soberania do Estado, guindados seus membros, a exemplo dos órgãos dos demais poderes, à condição de agentes políticos, indispensáveis à existência do Estado Democrático de Direito.

Pesquisando os registros e as histórias de vida que fomos coletando, buscávamos verificar o comportamento da Instituição e de seus membros em meio aos episódios autoritários que afligiam o país. Constatamos, todavia, que não obstante a referida dependência administrativa, o Ministério Público já trazia em seu "código genético", antes mesmo do primeiro concurso de ingresso à carreira, em 1941, o germe da combatividade que caracteriza a Instituição em nossos dias.

Mais do que isto, constatamos também, ao contrário do que se imaginava, que as primeiras mulheres promotoras não surgiram apenas

na década de 70, mas no longínquo ano de 1938. Logramos localizar a primeira Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul, Sophia Galanternick. Aos 86 anos de idade, com lucidez e vivacidade, prestou-nos um depoimento de exemplar significado. Descobrimos, em pleno Estado Novo, uma jovem de apenas 22 anos de idade, mulher intelectualmente qualificada, revelando o mesmo perfil de uma promotora moderna — e são muitas hoje no Ministério Público —, combativa e consciente da importância social de sua missão.

Jovem e mulher num meio nitidamente patriarcal e machista, descomprometida com o poder a que estava vinculada pelo exercício de seu cargo e, singularmente, judia numa época em que as idéias fascistas seduziam inclusive autoridades que comandavam a Procuradoria-Geral de então, integrantes do diretório da Aliança Integralista Brasileira. Pois a corajosa promotora, a despeito de todos esses percalços, exerceu com probidade e denodo o seu mister, quando o ditatorialismo obliterava o conceito de justiça e a noção de Estado democrático de direito sequer era cogitada.

Esta descoberta trouxe a necessidade de se estudar, também sob a ótica do Ministério Público, a especificidade da participação das mulheres nas conquistas que hoje caracterizam o exercício pleno da cidadania. De muitos modos, tendemos normalmente a ver o *status quo* desta parcela de nossos membros como algo posto e perene, como, aliás, todas as coisas de nosso mundo, como se aí estivessem desde sempre e sua existência como algo absolutamente previsível, ou seja, que tinha de existir mesmo — "se não existisse é claro que inventaríamos!". Temos todos a crença de que vivemos num mundo por nós construído, na pretensão, sempre, de nos considerarmos isoladamente, ignorando muitas vezes tudo aquilo que, para o bem ou para o mal, forneceu o amálgama do que nós somos em verdade.

Com este propósito, lançamo-nos a este terceiro volume da série "Histórias de Vida do Ministério Público", sob o título "Olhar Feminino". Este livro é mais do que o seu título possa fazer presumir, é mais do que meramente a visão da mulher sobre o universo do Ministério Público. Este livro retrata, sim, a história da luta pela afirmação da dignidade desta significativa parcela de nossos membros, a despeito da histórica intolerância e do preconceito contra a mulher.

Nestes quase seis anos de existência, ficou bem claro que o Memorial do Ministério Público nunca foi cogitado para ser apenas mais um repositório de curiosidades ou mera coletânea dos eventos que, sob a denominação de "históricos", cairiam na vala comum do que comumente se tem feito acerca de fatos ou personagens de nossa Instituição. Ao contrário, buscamos ultrapassar os muros institucionais para criar um espaço de reflexão sobre o campo da memória e de nossa identidade cultural com o entorno comunitário do qual ela própria emerge.

Destarte, nosso objetivo, mais uma vez, é mostrar aos coevos que a grandeza de nosso edifício institucional tem origem na atuação de todos e cada um de nossos membros, homens e mulheres, os únicos e verdadeiros responsáveis pelo predominante papel que representamos no cenário político, jurídico e social de nosso país. Mais, que esta construção se deu à custa de muito sacrifício e, sobretudo, de muito idealismo, fatores que somente adquirem significado na medida em que pudermos enriquecê-los de significado, como pensamos tornar possível com a presente edição.

Em suma, também é claro que com esta obra pretendemos homenagear as mulheres que tornaram possível às modernas Promotoras e Procuradoras de Justiça o exercício dos seus legítimos encargos, mas, acima de tudo, pretendemos lembrar como arduamente foram conquistados os direitos que hoje todos nós, homens e mulheres, exercemos.

Ricardo Vaz Seelig,
Procurador de Justiça
Coordenador do Memorial do Ministério Público.

Introdução

Cíntia Vieira Souto
Patrícia Sanseverino

Sobre o Programa de História Oral

A organização do volume 3 da Série Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul, *Olhar Feminino*, marca a consolidação do Programa de História Oral da Instituição. Tendo realizado a sua primeira entrevista em 30 de agosto de 2000, o Banco de História Oral conta atualmente com cerca de 100 depoimentos. A rede de depoentes inclui membros da Instituição, gaúchos e de outros estados, magistrados, servidores, esposas de procuradores e promotores, políticos, etc. Alguns depoimentos já se encontram publicados, na íntegra, nos volumes 1 e 2 desta Série. As entrevistas estão disponíveis para consulta aos pesquisadores interessados no Memorial.

O banco de entrevistas tem se revelado instrumento fundamental para o tratamento da história institucional, com a vantagem de proporcionar ao estudioso uma perspectiva subjetiva. O historiador Gunter Axt, consultor responsável pelo Programa de História Oral do Memorial do Ministério Público, sintetiza os objetivos propostos:

> *O Programa de História Oral foi divisado como um instrumento para possibilitar a construção do conhecimento histórico, e, portanto, como instrumento para produzir reflexão historiográfica, tanto no que se refere ao conteúdo factual como no que diz respeito à elaboração teórica decorrente da interpretação historiográfica e da prática de pesquisa*[1].

[1] AXT, Gunter, TORRE, Márcia de la (org.). Histórias de Vida: representações do Judiciário. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Memorial do Judiciário do Rio grande do Sul, v.3, 2003, p. 16.

Essas diretrizes assinalam a tendência a destacar a abordagem temática das entrevistas, enfatizando-se a participação do indivíduo no espaço institucional e público. Assim, as questões pertinentes aos temas de pesquisa ajudam a nortear a formação da rede de entrevistados.

Seguindo a orientação técnica, o Programa foi disposto em oito etapas diferentes: preparação, agendamento, entrevista, transcrição, textualização, revisão, arquivamento e aproveitamento historiográfico.

A preparação da entrevista envolve a coleta de dados biográficos que situem a trajetória profissional do depoente em sua relação com o Ministério Público. Essa etapa inclui o preenchimento de uma ficha padronizada que acompanhará o documento até o seu arquivamento. A ficha contém os dados biográficos do entrevistado, um resumo de seu currículo, informações sobre a entrevista e os entrevistadores e o caderno de campo, com as anotações feitas pelo entrevistador auxiliar durante a entrevista. Tais anotações incluem nomes próprios citados, o registro das possíveis interrupções e até informações mais subjetivas, como estado de ânimo do entrevistado, momentos de hesitação, manifestação de irritação, etc.

A entrevista propriamente dita ocorre no local de escolha do depoente que pode ser a sua residência, seu escritório ou gabinete ou nas dependências do Memorial. Participam o entrevistador principal e um auxiliar, responsável pela operação dos gravadores, da câmera de vídeo e pelas anotações no caderno de campo.

Depois da coleta, as gravações em fita cassete e VHS, bem como a ficha de entrevista são encaminhadas para o setor de taquigrafia do Memorial do Ministério Público. O Memorial conta com uma taquígrafa que integra a equipe e tem formação em Letras. Assim, ela não se limita a transcrever os depoimentos, mas também elimina vícios de oralidade e realiza correção gramatical, adiantando o trabalho de textualização.

A textualização é, em geral, feita pelo entrevistador principal ou auxiliar. Ela consiste na transposição da linguagem oral para escrita, com a supressão de repetições, estruturação de frases e parágrafos, melhorando o estilo de expressão, sem, todavia, alterar o conteúdo da entrevista.

Após, as entrevistas são enviadas aos depoentes, acompanhadas de uma carta de autorização para consulta e publicação. Nessa etapa, o entrevistado pode fazer ajustes no texto, acrescentando ou suprimindo trechos, corrigindo nomes próprios e datas, completando trechos inaudíveis na gravação. O

entrevistado também é livre para estabelecer que o depoimento, ou somente um trecho dele, estará fechado para consulta externa e publicação.

Antes do arquivamento e do aproveitamento historiográfico, o depoimento passa por um processo de indexação, que muito facilita o trabalho de pesquisa, tanto da equipe do Memorial, quanto de consulentes externos. Os indexadores foram divididos em seis eixos temáticos: órgãos e jurisdição do Ministério Público; legislação; administração do Ministério Público; entidades associativas e atividades culturais; prática da Justiça e relações de poder; temas de interesse para a historiografia. Dentro de cada eixo temático existem temas e subtemas.

O presente volume reproduz 16 entrevistas, todas de mulheres relacionadas ao Ministério Público gaúcho: cinco Procuradoras de Justiça, cinco Promotoras de Justiça, uma Desembargadora, duas servidoras e três esposas de membros do Ministério Público. Entre elas, parte se encontra na ativa e parte, aposentada. Uma depoente já é falecida, trata-se de Sophia Galanternick Sturm, nomeada Promotora Pública em 1938, tendo exercido a função por quatro anos. Foi uma das primeiras mulheres no Brasil a assumir esse cargo. Sua entrevista já está publicada no Volume 1 da Série Histórias de Vida. Optamos por reproduzi-la em virtude da importância da trajetória de Sophia para a história do Ministério Público e para a história do Direito no Brasil.

O conteúdo das entrevistas é bastante variado, mas enfatizou-se, como não poderia deixar de ser, a questão do gênero relacionada ao desempenho da função ministerial. Mesmo nos casos das servidoras e esposas de membros, buscou-se justamente "um olhar feminino": como aquela funcionária circulava num mundo de homens?, de que forma a esposa via as relações do promotor com a comunidade? Contudo, os depoimentos não se limitaram a abordar a condição feminina. Obedecendo a critérios temáticos, as entrevistadas discorreram sobre os temas de sua especialidade: meio ambiente, infância e juventude, Tribunal do Júri, Justiça Militar, Corregedoria-Geral, direitos humanos, o ingresso no Poder Judiciário via quinto constitucional, a organização de coordenadorias e promotorias, como a Promotoria de Fundações, etc. Não se deixou de mencionar, igualmente, as demandas das comarcas em que atuaram as promotoras, bem como processos marcantes nos quais funcionaram. Também há passagens relativas à história do Ministério Público.

Para um melhor aproveitamento do conteúdo das entrevistas, apresentaremos uma breve discussão a respeito dos temas mais enfatizados pelas entrevistadas.

A ocupação do espaço público pelas mulheres: da cozinha à tribuna

"*Uma mulher em público está sempre deslocada*". A afirmação de Pitágoras resume a difícil inserção da mulher na vida pública desde a Antigüidade até meados do século XX. Nesse caso, os nomes dizem mais do que os conceitos. O homem público é o político de renome, magistrado ou empresário de sucesso, ao passo que nenhuma deputada, senadora ou juíza deseja ser chamada de mulher pública, sinônimo da prostituta de sempre ou da moderna garota de programa. "*O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria*"[2].

Nas sociedades ocidentais, consagrou-se uma divisão racional de papéis que começou a ser questionada muito recentemente: aos homens, o espaço público e o político; às mulheres, o espaço privado e a casa.

> *Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, a sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã. Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro de casa, já que a eles pertencia a rua e ao mundo do trabalho*[3] .

Em todos os tempos, as fronteiras entre esses termos sempre foram permeáveis. Mas foi somente no século XIX que as mulheres avançaram para a conquista dos espaços de decisão e de poder.

No Brasil, o movimento de emancipação da mulher remete à primeira década do século XIX, quando mulheres letradas destacavam a importância da educação feminina. À essa primeira onda do movimento feminista brasileiro pertenceu Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) do Rio Grande do Norte. Nísia Floresta fundou uma escola para

---

[2] PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 7.

[3] MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. História da Vida Privada no Brasil, v. 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 373-374.

meninas, o Colégio Augusto, na qual o currículo incluía Latim, Francês, Italiano, Inglês, Geografia, História e Educação Física, um tanto inovador numa época em que a educação de mulheres compreendia bordados, noções de música, dança e prendas domésticas. Nísia *"preconizava uma educação para a mulher, afastando-a da vida mundana e tornando-a consciente de seu papel de mãe e professora"*[4]. Não se tratava de afastar a mulher do lar, embora a própria Nísia tenha tido uma vida bastante independente, mas de melhor aparelhá-la para desempenhar a função de mãe e orientadora dos filhos. Nas palavras de Constância Duarte, essa etapa de transformação da identidade feminina consistia na passagem da condição de "*escrava doméstica*" para a de "*rainha do lar*", o que não deixou de ser uma evolução[5].

O Rio Grande do Sul teve representantes a altura na primeira geração de feministas brasileiras. Luciana de Abreu, uma menina que foi abandonada na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, contrariou o destino. Luciana foi adotada por um guarda-livros que a incentivou a estudar. Foi uma das primeiras gaúchas a matricular-se na Escola Normal de Porto Alegre, onde obteve seu diploma em 1872. A seguir, iniciou sua carreira de educadora, lecionando em uma escola pública e em uma particular. Luciana tornou-se célebre por ser a primeira mulher em Porto Alegre a discursar em público em 1873[6], tendo subido à tribuna da Sociedade Partenon Literário – uma organização que reunia a intelectualidade da capital gaúcha – para defender o direito das mulheres à instrução e à emancipação [7].

Era gaúcha a primeira mulher formada em faculdade no Brasil. Rita Lobato Velho Lopes era filha de um rico estancieiro e estava destinada ao lar, ou, no máximo, a estudar para ser professora. Ainda jovem, desistiu do curso preparatório para a instrução pública em Porto Alegre e decidiu estudar Medicina. Foi apoiada pelo pai que a acompanhou na mudança para o Rio de Janeiro, onde iniciou o curso em 1884. Após o primeiro ano,

---

[4] BLAY, Eva; LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. Mulheres na USP: horizontes que se abrem. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p. 10.

[5] DUARTE, Constância L. Apontamentos para uma História da Educação Feminina no Brasil – século XIX. In: DUARTE, C. L; DUARTE, Eduardo de A. ; BEZERRA, K. da C. (org.). Gênero e representação: teoria, história e crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 281.

[6] SOARES, Pedro Maia. "Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1839-1945)". In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fulvia (org.). Vivência: história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 80.

[7] SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000, p. 341.

transferiu-se para a Bahia. Em Salvador, envolveu-se em situações prosaicas, tendo mobilizado a direção da faculdade para a construção de um banheiro feminino, inexistente nas instalações do velho prédio [8]. Graduou-se em dezembro de 1887, defendendo a tese "O paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana". Esta escolha rendeu-lhe inúmeras críticas, sendo seu trabalho considerado ofensivo em alguns círculos por ter abordado assunto tão pudico e reservado[9]. Retornou ao Rio Grande do Sul e clinicou até 1925. Encerrou suas atividades como médica e ingressou na política. Foi eleita vereadora da cidade de Rio Pardo aos 70 anos [10].

A segunda leva de feministas brasileiras emergiu para a luta nas duas primeiras décadas do século XX. Esse grupo incluía intelectuais de classe média, jornalistas, artistas e operárias que aderiram ao movimento internacional pelo sufrágio feminino que se espalhava pela Europa e pelos Estados Unidos[11]. A essa geração pertencem Bertha Lutz, primeira líder feminista brasileira, Patrícia Galvão, a Pagu do Movimento Modernista, Maria Lacerda de Moura, que denunciava a influência dos valores religiosos na formação das mulheres, Ercília Nogueira Cobra, autora de "*Virgindade inútil*", em que defende o desenvolvimento da mulher sem as limitações do casamento e do controle da sexualidade, bem como as "*Mulheres da USP*", as primeiras mulheres a ingressarem na Universidade de São Paulo[12]. Nessa época, o movimento feminista era plural:

> *Feministas católicas pregavam o feminismo com "Deus, Pátria, Honra e Família". Grupos feministas de mulheres profissionais, solteiras, consideravam que ter um trabalho assalariado era a base para a emancipação feminina. Mulheres anarquistas, que não se definiam como feministas, eram muito atuantes na discussão dos papéis tradicionais da mulher na sociedade, família, no amor livre e no papel do Estado. Sufragistas, cujo movimento erroneamente tem sido reduzido à luta pelo direito ao voto,*

[8] Assessoria de Imprensa do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul.
[9] Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, vol. 39, n.º 1, Rio de Janeiro, 2003.
[10] SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. *Op. Cit.* p. 481.
[11] BLAY, Eva Alterman. Igualdade de oportunidades para as mulheres: um caminho em construção. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2002, p. 11.
[12] BLAY, Eva; LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. *Op. Cit.* p. 11. Nessa obra as autoras reúnem os depoimentos de seis mulheres que estiveram entre as primeiras a ingressar na Universidade de São Paulo e que hoje são docentes na instituição. São elas: Gilda de Mello e Souza, Jandyra França Barzaghi, Alice Piffer Canbrava, Olga Pantaleão, Maria Conceição Vicente de Carvalho, Veronica Rapp de Eston.

aglutinavam pessoas com posições ideológicas distintas, desde aquelas que exaltavam os papéis de dona de casa à profissional; às que defendiam o direito ao voto feminino e outras que, além do empenho pelo reconhecimento do sufrágio, também se dedicavam a obras de caridade[13].

Dentro dessa pluralidade, existiam vertentes. A mais forte e organizada era a liderada por Bertha Lutz e tinha como questão central a luta pelos direitos políticos. Era, todavia, um feminismo "*bem-comportado*", nas palavras de Céli Pinto, uma vez que nunca definia a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. Uma segunda vertente, menos comportada, expressava-se pela imprensa alternativa e discutia não somente direitos políticos, mas a educação feminina, o divórcio e a sexualidade. A terceira vertente, "malcomportada", relacionava-se ao movimento anarquista e, posteriormente, ao Partido Comunista. Para esse grupo que defendia a libertação da mulher de forma radical, era central a questão da exploração do trabalho. Sua grande liderança foi Maria Lacerda de Moura[14].

Nesse contexto plural, a luta pelo direito ao voto deu-se em todas as esferas. Bertha Lutz, em 19 de agosto de 1922, fundou, com o apoio das sufragistas norte-americanas, a Frente Brasileira para o Progresso Feminino que, nesse mesmo ano, realizou uma Convenção Internacional com a presença de autoridades do governo brasileiro. Seus objetivos ultrapassavam, e muito, o direito ao voto. Reivindicavam melhores condições de trabalho, melhor sistema de transporte, garantias legais para o trabalho feminino, melhores salários e acesso à educação. Nesse campo, aliás, o ano da Semana de Arte Moderna marcou um importante avanço: a admissão de mulheres no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. O ensino superior foi permitido às mulheres no Brasil em 1879. Todavia, as jovens somente poderiam freqüentar escolas cujo corpo docente fosse feminino e não havia professoras qualificadas em número suficiente. Às mulheres, só estavam abertas as escolas normais, que não preparavam adequadamente para os testes de ingresso na Universidade. O acesso ao Pedro II abriu as portas do ensino superior às brasileiras[15].

[13] *Ibidem* p. 27-28.
[14] PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 14-15.
[15] BLAY, Eva; LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. *Op. Cit.* 19.

A primeira vitória das sufragistas do Brasil ocorreu em 1927 no Rio Grande do Norte, quando foi admitido o voto feminino no Estado. "*As mulheres alistadas votaram, em 1928, para o Senado Federal, mas tiveram seus votos invalidados. Contudo, nas eleições estaduais realizadas em outubro de 1928, foram eleitas cinco intendentes e o município de Lages elegeu uma prefeita, Alzira Soriano*"[16].

No plano nacional, o voto feminino foi introduzido logo após a Revolução de 1930. O Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, Código Eleitoral, estabelecia em seu artigo 2º: "*É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código*". O Brasil foi o segundo país da América Latina a estender o direito ao voto às mulheres. O primeiro foi o Equador em 1929. Em muitos países importantes, o sufrágio feminino foi permitido posteriormente: França, 1944; Itália e Japão, 1946; Argentina e Venezuela, 1947; Bélgica, 1948; México, 1953; Suíça, 1971; Portugal, 1974[17]. O voto, entretanto, ainda não igualava os gêneros em face dos direitos e deveres da cidadania, pois era obrigatório para homens e opcional para as mulheres, conforme estabeleciam os artigos 119 e 120 do Código.

O período que se estende de 1932 até o final da década de 1960 foi de refluxo do movimento feminista. "*Desde a redemocratização em 1946 e, principalmente, durante a década de 1950 até o golpe militar de 1964, as lutas sociais estavam, no Brasil e no mundo, muito determinadas pela vaga socialista e pela utopia comunista, em que não havia espaço para lutas, chamadas na época de particularistas, como a que seria levada posteriormente pelas mulheres*"[18]. Nesse período, o papel da mulher no mundo público não estava diretamente ligado à luta pela transformação de sua condição na sociedade, mas inserido nos movimentos sociais de forma geral.

Uma terceira onda do movimento feminista brasileiro coincidiu com a mudança de regime em 1964. Algumas semanas antes da deposição de João Goulart, milhares de mulheres mobilizaram-se contra o governo nas "Marchas da Família com Deus pela Liberdade". Após 31 de março, um forte movimento feminino articulou-se contra o sistema implantado. As reivindicações pela igualdade de direitos entre homens e mulheres somaram-se à luta pela recuperação dos direitos civis, que somente ocorreria na década de 1980[19].

---

[16] *Ibidem* p. 31.
[17] NICOLAU, Jairo Marconi. História do Voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 37-38.
[18] PINTO, Céli Regina Jardim. *Op. cit.* p. 10-11.
[19] BLAY, Eva Alterman. A Participação das Mulheres na Redemocratização. In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, p. 185.

Foi justamente nesse período, entre a década de 1970 e de 1980, que as mulheres começaram a ter acesso às carreiras jurídicas no Brasil. Um longo tempo, considerando-se que as primeiras mulheres brasileiras graduaram-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1888. Foram elas: Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinha e Maria Fragoso. Em 1889, colou grau, pela mesma faculdade, Maria Augusta Meira de Vasconcelos. Barros Vidal, citado por Rodrigues Till, considera, todavia, que a primeira advogada brasileira foi Mirtes Gomes de Campos formada em 1898 no Rio de Janeiro, uma vez que, de todas as precursoras, foi a única a exercer a advocacia. No Rio Grande do Sul, a primeira mulher a graduar-se em Direito foi Natércia da Cunha Silveira em 1926[20]. Natércia, natural de Itaqui, não só exerceu a advocacia como atuou na política. No final da década de 1920, disputou com Bertha Lutz a liderança da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Retirou-se da Federação em 1929, quando apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, contrariando Lutz, que julgava o engajamento político nocivo para a causa feminina[21]. Fundou, em 1931, a Aliança Nacional de Mulheres, que chegou a ter cerca de três mil sócias[22]. Em 1933, juntamente com Ilka Labarte, Bertha Lutz e Georgina Azevedo Lima, concorreu pela Frente Única a uma cadeira na Assembléia Constituinte de 1934[23].

Tradicionalmente, no Brasil e no mundo, as primeiras profissões acessíveis às mulheres foram as relacionadas ao ensino. Nas carreiras ligadas à saúde e ao Direito a resistência foi maior e, segundo Jean Lebrun, foi maior na área jurídica do que na área médica.

> *Na cabeceira dos doentes, as mulheres substituem as religiosas, que tradicionalmente cuidavam dos doentes e cujo véu elas usam. Maternais e angelicais, elas consolam, imagem magnificada durante as guerras, principalmente a Primeira, que exalta* the greatest mother in the world *(título de um cartaz da Cruz Vermelha para o alistamento de mulheres). (...)*

[20] Somente em 1936, dez anos depois, outra mulher graduou-se em Direito na Faculdade de Porto Alegre, Maria Else Iris Pottoff. Nesse mesmo ano, três alunas concluíram o curso na Faculdade de Direito de Pelotas, Heloísa Assunção, Maria Adair Soares e Sophia Galanternick. Sophia, em 1938, foi nomeada Promotora Pública e seu depoimento está transcrito no presente volume.
[21] PINTO, Céli Regina Jardim. *Op. Cit.* p. 26.
[22] SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. *Op. Cit.* p. 438.
[23] TILL, Rodrigues. História da Faculdade de Direito de Porto Alegre: 1900-2000. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 255-266. A obra citada por Rodrigues Till é: VIDAL, Barros. Precursoras Brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, s/d. Till supõe que a obra foi escrita por volta de 1940.

O acesso às profissões ligadas ao Direito foi mais difícil, não se reconhecendo aptidões jurídicas nas mulheres, a título individual. O Direito aparecia como um apanágio masculino[24].

Essa diferença talvez se relacione com a necessidade de domínio da palavra que pressupõe uma carreira jurídica. "*Ainda mais do que o espaço material, é a palavra e sua circulação que modelam a esfera pública*"[25]. No imaginário ocidental tradicional, a mulher está profundamente relacionada ao silêncio e à introspecção. Nada condiz menos com essa imagem do que uma promotora na tribuna, uma juíza interpelando um réu ou uma advogada fazendo uma sustentação oral no Tribunal. A mulher na tribuna é uma figura inquietante.

A francesa Olympe de Gouges, antes de subir ao cadafalso, em 1793, afirmou "*a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir à tribuna*"[26]. Não por acaso, algumas dentre as primeiras mulheres a ingressarem no Ministério Público gaúcho sentiram o preconceito no momento da prova de tribuna.

No Rio Grande do Sul, o ingresso de mulheres no Poder Judiciário remete-nos a 1971, quando ingressaram como Juízas de Direito as atualmente Desembargadoras Maria Berenice Dias e Regina Bollick. Até esta data, as mulheres, quando inscritas nos concursos, não tinham suas inscrições homologadas. A Desembargadora Maria Berenice Dias declarou que, por ocasião do concurso, ao ser entrevistada pela Comissão, foi questionada até com respeito a sua virgindade. A Desembargadora relata: "*Mesmo depois de haver tomado posse, houve a tentativa de me designar para funções administrativas dentro do Tribunal de Justiça, com o único intento de não me deixar exercer a atividade judicante. Afinal, esta não era tarefa para uma mulher, à época, quase uma menina, pois contava com 24 anos de idade. Aos juízes era imposto o uso de paletó e gravata, e de mim exigiram que usasse roupas de gola e mangas, bem como saia abaixo do joelho*"[27].

Quando se tornou a primeira desembargadora gaúcha em 1996, Maria Berenice sentiu ainda grande resistência, pois dos 22 integrantes do Ór-

---

[24] PERROT, Michelle. *Op. Cit.* p. 108-110.

[25] *Ibidem* p. 59.

[26] Olympe de Gouges é o pseudônimo de Maria Gouzes (1748-1793), intelectual francesa que participou ativamente da Revolução. Em 1791 escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Morreu na guilhotina em 3 de novembro de 1793, sendo considerada perigosa e transgressora até pelos elementos mais radicais da Convenção.

[27] DIAS, Maria Berenice. Conversando sobre a mulher e seus direitos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 9-10.

gão Especial, sete votaram contra a sua promoção por antigüidade, um índice de rejeição que nunca havia ocorrido antes[28].

Hoje existem, no Poder Judiciário gaúcho, 245 Juízas de Direito entre 535 magistrados e 18 mulheres entre 123 desembargadores[29]. No primeiro grau as mulheres são 46% e no segundo grau, 15%. Não existe nenhuma mulher na Administração Superior.

Apesar do lendário machismo gaúcho, o ingresso de mulheres no Poder Judiciário no Rio Grande do Sul foi precoce em relação a São Paulo. Nesse Estado, as primeiras mulheres ingressaram, em número de três, apenas em 1980. Somente em 1997 uma mulher, Luzia Galvão da Silva, chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo pelo quinto constitucional. As outras sete desembargadoras (são oito mulheres e 324 homens), magistradas de carreira, chegaram ao Tribunal em 2003[30].

Um estudo sobre a participação da mulher no Poder Judiciário organizado pelas ONGs Agende (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) e Cladem Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) revela que a participação da mulher na Justiça é tanto menor, quanto maior a essência julgadora. Na base, onde o acesso se dá por mérito, o número de mulheres é grande. Já nos Tribunais Superiores, em que a indicação é política, o número de mulheres é quase nulo. Para 1999 (o único ano em que há dados completos para todos os graus), o percentual de mulheres em primeira instância era de 31,08% e em segunda 12,89%. Na instância superior, em 2004, o percentual de mulheres era 7,23% (9,09% no Supremo Tribunal Federal, onde existe uma ministra entre 11 ministros; 12,12% no Superior Tribunal de Justiça, com quatro ministras entre 33 ministros; 5,88% no Tribunal Superior do Trabalho, com uma ministra entre 17 ministros)[31].

No Ministério Público do Rio Grande do Sul, as mulheres ingressaram de forma sistemática um pouco mais tarde, em 1976. Houve, antes disso, a exceção já mencionada protagonizada por Sophia

---

[28] DIAS, Maria Berenice. Depoimento concedido ao Projeto Memória do Judiciário Gaúcho em 27 de outubro de 1998. In: FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto. Histórias de Vida: entrevistas e depoimentos de magistrados gaúchos. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999, p. 252.

[29] No primeiro grau, existem 76 mulheres entre 184 juízes na entrância final; 92, entre 2002 na entrância intermediária e 77, entre 149 na entrância inicial. Fonte: edital n.º 0084/2003, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Os dados são de 31 de dezembro de 2003.

[30] Folha de São Paulo. São Paulo, 13 de março de 2005, p. A 16.

[31] *Judiciário ainda é machista, diz estudo*. Folha de São Paulo. São Paulo, 13 de março de 2005, p. A 16.

Galanternick, nomeada em 1938 e aprovada em concurso em 1941. A pressão para que abandonasse a carreira foi, contudo, maior que sua determinação pessoal. Pediu afastamento por avulsão após ser nomeada para uma comarca muito distante daquela em cujo município-sede residia com o marido.

No Ministério Público do Estado de São Paulo, as mulheres ingressaram em meados do século XX, embora em número muito reduzido. A pioneira, Zuleika Sucupira Kenworthy, prestou concurso e assumiu como promotora interina em 1944, tendo sido efetivada em 1946. Zuleika aposentou-se em 1978 como Procuradora de Justiça[32]. Até 1975, havia apenas 11 promotoras. Somente a partir de 1980, o ingresso de mulheres passou a ser mais expressivo [33].

No Rio Grande do Sul, antes de 1976, e isso aconteceu ainda em concursos posteriores, as inscrições das candidatas não eram homologadas, de modo que nem prestavam as provas. Em 1976, ingressaram quatro promotoras: Iolanda de Oliveira Samuel, Eunice Terezinha Ribeiro Chalela, Ligia da Costa Barros e Marly Raphael Mallmann.

Hoje, no primeiro grau do Ministério Público do Rio Grande do Sul, de 564 membros, 247 são promotoras, perfazendo um total de 44%. E no segundo grau, de 114 Procuradores de Justiça, 40 são mulheres, ou seja, 35%[34]. No momento, não há nenhuma mulher na Administração Superior. Até o final de 2004, Jacqueline Fagundes Rosenfeld exerceu a função de Corregedora-Geral do Ministério Público durante dois mandatos[35].

---

[32] Entrevista com a Zuleika Sucupira Kenworthy. MPD Dialógico, ano 4, nº 02, março/abril de 2004.

[33] LINS, Carlos Francisco Bandeira. Mulheres no Ministério Público: o conflito entre realização profissional e realização familiar visto a partir de dados demográficos. São Paulo: Associação do Ministério Público, 2000, p. 17.

[34] Unidade de Registros Funcionais do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 01/02/2005.

[35] No Brasil existem algumas Procuradoras-Gerais de Justiça: Laura Maria Ferreira Bueno, do Ministério Público de Goiás (que já teve na Chefia Ivana Farina, que em julho de 2000 tornou-se Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça); Irma Vieira de Santana e Anzotegui, do Ministério Público do Mato Grosso do Sul (que teve a primeira Procuradora-Geral de Justiça do Brasil, Admil Maria da Silva Torraca entre 1978 e 1979); Maria Iracema do Vale Holanda, do Ministério Público do Ceará (que sucedeu Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, Procuradora-Geral entre 2000 e 2002); e Maria do Socorro Diniz, do Ministério Público da Paraíba. Outros Estados que já tiveram Procuradoras-Gerais de Justiça: Acre, Tocantins, que já teve três mulheres na chefia do Ministério Público, Paraná, Amazonas, Maranhão, Amapá e Distrito Federal.

A mulher no Ministério Público gaúcho

A relação de gênero com a carreira do Ministério Público ganhou destaque nos depoimentos aqui reunidos. A análise das entrevistas permite que se trace um painel da evolução da aceitação da mulher como promotora ao longo do tempo. Apontamos, aqui, a importância da História Oral. Os episódios relatados transpõem, nessas páginas, os limites da memória individual nos quais estiveram guardados até agora.

Sophia Galanternick, jovem pelotense de origem judaica, ingressou na Faculdade de Direito de Pelotas em 1933. Na sua turma, de 60 alunos, havia quatro mulheres, das quais apenas três se formaram em dezembro de 1936. Mas sua estréia no mundo jurídico precedeu a formatura. Poucos meses antes de colar grau, o professor de Direito Civil, o Juiz de Direito Sólon Macedônia Soares, convidou a jovem para defender um réu perante o Tribunal do Júri. Era um caso de legítima defesa e a acadêmica obteve a absolvição do réu. Percebendo que a moça tinha potencial para casos mais complexos, Soares a convocou novamente para atuar no Júri. Desta vez, era um caso de homicídio e o assistente da acusação era o professor de Direito Penal, Vicente Russomano. Sophia não conseguiu absolver o réu. Contudo, o promotor havia pedido a condenação a trinta anos de prisão e o Júri condenou a seis, pena mínima, o que a bacharelanda considerou uma vitória. O fato de uma mulher atuar no Júri causou sensação. O Tribunal estava lotado, mais para ver a moça do que para ver o réu. O jornal local publicou matéria sob o título "*Pela primeira vez, em Pelotas, uma mulher ocupa a Tribuna Judiciária, defendendo um réu*". Na foto da reportagem, uma moça de rosto cheio, cabelos presos e traços fortes olha em direção ao futuro.

O talento de Sophia motivou o Dr. Sólon a sugerir que ela ocupasse o cargo de Promotora Pública. Naquela época, não existia concurso para ingresso no Ministério Público, e o caminho para quem quisesse nele ingressar era buscar intermediação junto a alguma autoridade. Sólon Soares era amigo pessoal de Miguel Tostes, Secretário do Interior e da Justiça, ao qual o Ministério Público estava subordinado. Sophia foi nomeada em 30 de junho de 1938 para a Comarca de São Lourenço. Essa comarca estava para ser extinta, de modo que, exerceria suas funções em Carazinho, que era termo de Passo Fundo, mas logo seria elevado à condição de comarca. A notícia da nomeação de uma mulher para o cargo de promotor repercutiu em Pelotas, Carazinho e Porto Alegre. O Correio do Povo de oito de

julho de 1938 reproduziu o discurso feito pela promotora na ocasião de uma homenagem a ela prestada por colegas em um restaurante de Pelotas. Sobre o desempenho de cargos públicos pelas mulheres, disse Sophia: "*Ocupando tal cargo tenho de lutar para vencer, pois outras mulheres almejam idêntica posição e infelizmente ainda não está arraigada no espírito da nossa gente a certeza da vitória da mulher no judiciário e demais poderes da soberania nacional. É tal a prevenção que até agora existe contra a capacidade intelectual da mulher, que, falhando uma, entendem ser impossível às outras triunfar*". Sobre o papel do promotor: "*E mesmo em relação ao réu, pode e deve o promotor acusar e defender, indicar o crime e ressaltar as boas qualidades, alegar as agravantes e falar nas atenuantes, porque há longos anos jaz morta a justiça desumana, a perseguição feroz e sanguinária do ofendido contra o ofensor.*" Na foto estampada no jornal, Sophia sorri, cercada por doze colegas homens.

Além de Carazinho, Sophia atendia também a comarca de Palmeira das Missões e, eventualmente, a de Passo Fundo. Foi designada para atuar, em junho de 1940, no processo contra os responsáveis pelo assassinato de Valpírio Dutra da Cruz, o famoso caso Creso[36]. Valpírio foi brutalmente assassinado em 1937 e o inquérito policial indicava o Tenente-Coronel Creso de Barros Jorge Monteiro como mandante do crime. A posição privilegiada ocupada pelo acusado favoreceu todo o tipo de manobra para que o processo não tramitasse de forma regular: ameaça de testemunhas, desaparecimento de provas e até o desaparecimento do próprio inquérito. Sophia atuou em algumas audiências de oitiva de testemunhas. Em seguida, o processo foi desaforado para Porto Alegre.

Enquanto promotora, passou por algumas circunstâncias adversas. No seu primeiro ano em Carazinho, sofreu uma representação junto ao Procurador-Geral do Estado por "*atuação parcial*". Nesse período, não era vedado aos promotores a advocacia e Sophia, como a maior parte dos promotores, também advogava. A denúncia relacionava-se justamente com a sua atuação simultânea como advogada e promotora. Contudo, a representação foi arquivada. Também houve um incidente com o Juiz Municipal. Naquela época, o Juiz Municipal era nomeado pelo Poder Executivo, e o Juiz de Direito era concursado. Pois os juízes de Carazinho marcavam audiências simultâneas e Sophia dividia-se para atendê-las. Numa ocasião o Juiz Municipal cancelou a audiência, alegando a ausência

[36] O caso Creso encontra-se relatado na obra Crimes que comoveram o Rio Grande. BISCHOFF, Álvaro; AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz (org.). Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2003.

da promotora quando esta, na realidade, encontrava-se no foro. Sophia notificou a Procuradoria-Geral sobre o ocorrido. Esse desentendimento motivou a realização de um banquete que, de acordo com um telegrama de Sophia para o procurador-geral, teria por objetivo "*hostilizar o Ministério Público*". Os muitos pedidos de licença por motivo de saúde preservados em sua pasta funcional, guardada pelo serviço de documentação do Ministério Público, indicam que a Doutora passava por momentos de desgaste e de pressão.

No final de 1940, noticiou-se que no ano seguinte seria realizado o primeiro concurso para ingresso no Ministério Público. Os promotores em exercício estariam inscritos de ofício nas provas. Já em 2 de outubro, escreveu à Procuradoria-Geral informando-se sobre a necessidade da certidão de nascimento para fazer prova da nacionalidade e da idade, ou se seria admitido outro documento. Sophia não possuía certidão de nascimento que só foi feita em novembro para a participação no concurso.

No dia 1º de março de 1941, dirigiu-se a Porto Alegre para a realização do concurso. A prova escrita ocorreu no dia 5. Sorteou o ponto nº 5, um parecer em pedido de anulação de casamento. Escreveu sete folhas e foi aprovada com nota 85. Quando se preparava para a prova oral, hospedada em um hotel, recebeu a visita do Dr. Theodoro Appel, Juiz com quem havia trabalhado. O Dr. Appel vinha alertá-la de que havia sido demitida do cargo de Promotora Pública por ato publicado em um jornal. Diante do impasse, optou por insistir em fazer a prova oral.

Ao chegar ao recinto onde era aplicado o exame oral, a candidata notou o constrangimento dos colegas. Cumprimentavam-na de soslaio, evitando falar com ela. A jovem sentou e esperou. Recebeu, então, um ofício, sem envelope, do procurador-geral que estava presente na mesa examinadora: "*Tendo o Governo do Estado resolvido exonerar-vos por julgar inconveniente aos interesses da administração o desempenho do cargo de promotor por mulher casada, venho, por esse meio, agradecer-vos os bons serviços prestados ao Ministério Público*". Assinava Anor Butler Maciel, Procurador-Geral do Estado. Sophia permaneceu e aguardou a sua vez. Para sua surpresa, foi chamada para sortear o ponto: herança jacente. Apesar do nervosismo, desempenhou-se bem. Na saída, foi chamada pelo procurador-geral "*Doutora, amanhã nós vamos visitar o governador, vamos todos os promotores, espero que a senhora não falte*". Sophia não faltou e, ao ser cumprimentada pelo Interventor Federal Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, pediu uma audiência que foi marcada para o dia seguinte. Na hora designada, lá estava ela. Quando aguardava, chegou ninguém me-

nos que o Procurador-Geral, Anor Butler Maciel. Ao vê-la, aproximou-se do Subchefe da Casa Civil e com ele trocou algumas palavras. O subchefe, passado algum tempo, dirigiu-se à Sophia, comunicando que o Interventor estava atendendo uma autoridade e que não poderia recebê-la tão cedo. Sophia esperou. Passadas muitas horas, surgiu o Chefe de Gabinete, Walter Peracchi Barcelos: "*O que a senhora está fazendo aqui todo esse tempo que ninguém a atendeu? O governador não está atendendo ninguém. A senhora vai entrar agora*". Diante de Cordeiro de Farias, relatou o episódio da demissão. O Interventor disse que nada sabia e que ela poderia ficar descansada: era promotora concursada. Vitoriosa, retornou para Carazinho. Um ofício de 31 de março de 1941 nomeava Sophia Galanternick Promotora Pública de 1ª Entrância.

Em Carazinho, atuou ainda três meses. No final de junho, foi comunicada de sua remoção para a comarca de Jaguari, vendo-se diante de um impasse: era casada e seu esposo tinha banca de advocacia na cidade: "*Em primeiro lugar, eu me casei para ficar com o meu marido, não foi para ficar separada. Em segundo lugar, eu sempre tive, e continuo tendo, o seguinte pensar, se a gente casa, a gente casa para viver com o marido*". A promotora pediu avulsão – instituto de direito administrativo que não mais existe –, espécie de licença não remunerada, com direito de volta a qual lhe foi concedida em 11 de junho de 1941.

Em 1957, pleiteou junto à Procuradoria-Geral do Estado a reversão ao cargo de promotora. O Conselho Superior do Ministério Público entendeu que a avulsão fora concedida de forma irregular, decidindo, por unanimidade de votos, "*não ser aconselhável, no momento, a readmissão pretendida pela bacharela Sophia Galanternick, tendo em vista o largo tempo em que está afastada das funções, não muito apropriadas, aliás, por sua índole, a pessoas do sexo feminino*".

Sophia atuou como advogada até cerca de 1998, quando se afastou da profissão por motivo de enfermidade. Sophia Galanternick Sturm, que profissionalmente sempre usou o nome de Sophia Galanternick, faleceu em 12 de novembro de 2003, em Porto Alegre.

A saída da promotora do Ministério Público e a forma como ocorreu suscitam algumas questões: o preconceito existente era por ser mulher ou por ser judia? O que pesou mais na decisão do procurador-geral? É fato sabido que Anor Butler Maciel era membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo ocupado cargos de direção do movimento no Rio Grande do Sul.

Conectar a AIB com o anti-semitismo é simples no plano das aparências. No plano real, a questão é muito mais complexa. Enquanto alguns líderes integralistas, como Gustavo Barroso, eram francamente anti-semitas, outros, como Plínio Salgado, tinham idéias de assimilação gradual dos judeus à comunidade brasileira. Logo, integralista não era necessariamente sinônimo de anti-semita.

Com respeito à justificativa de ter sido demitida por ser mulher casada, sabe-se que, ainda na década de 1970, mulheres que casavam eram demitidas de bancos e de empresas privadas, sob a alegação de que cuidar da casa e ter filhos era incompatível com o mercado de trabalho. No seu depoimento, Sophia oscila em atribuir sua demissão à condição de judia ou à condição de mulher: "*Naquele tempo, o Tribunal não aceitava mulher, nem para juiz. (...) Quer dizer, eles não queriam mulher. E, eu, que estava na promotoria, de repente...*"

O Desembargador Garibaldi Wedy, aprovado no mesmo concurso de 1941, reforça essa versão: "*O Dr. Anor Butler Maciel foi chefe provincial da Ação Integralista Brasileira, no Rio Grande do Sul. Mas acredito que a Dra. Sophia Galanternick não ficou no Ministério Público porque havia a orientação de que a função de Promotor Público era privativa e exclusiva de pessoa do sexo masculino. (...) A mulher podia ser funcionária pública, (...) em outros setores que não sejam a Magistratura, o Ministério Público e a Polícia*[37]."

Há motivo para alguma controvérsia, mas tudo indica que a verdadeira razão do afastamento da Doutora foi o estranhamento da Instituição e da sociedade em relação ao exercício do cargo de promotor por uma mulher, sobretudo, casada que deveria estar no lar cuidando do marido e dos filhos. E se outras moças tivessem a mesma idéia?[38]

No início da década de 1970, começou a batalha feminina para ingressar no Ministério Público. As primeiras conquistas concretizaram-se em 1976. O procedimento adotado era diverso do atual. Havia a inscrição, uma entrevista e, após, a publicação das inscrições homologadas.

---

[37] Depoimento do Desembargador Garibaldi Almeida Wedy ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 03 de dezembro de 2003.

[38] Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal da Dra. Sophia Galanternick Sturm, depoimento de Sophia Galanternick ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em 18 de outubro de 2000, publicado em FÉLIX, Loiva Otero. Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: Rememorações para o futuro. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2001, p. 339-373.

Marly Mallmann conta: "O *candidato fazia a entrevista, mas após a mesma, que é esta fase que nós temos até hoje, não homologavam as inscrições*". Essa não-homologação não era justificada.

A primeira vez que se inscreveu para o concurso do Ministério Público, em 1974, Eunice Chalela teve sua inscrição indeferida. Na segunda vez, no ano seguinte, obteve nota suficiente em todas as etapas e foi reprovada na prova de títulos. Sua aprovação chegou a ser noticiada no jornal, antes que recebesse a notícia da desclassifcação. Eunice relata: "*(...) as pessoas deveriam ter a coragem de dizer: 'Não, não aceitamos mulheres na Instituição'. Bem mais fácil do que nos obrigar e constranger a um concurso onde você estudava muito, tinha que trabalhar muito e até o vexame público de, depois, ter que explicar como é que você é aprovada e não ingressa.*"

Em 1976, Eunice logrou aprovação juntamente com outras três colegas.

Com respeito aos primeiros concursos, as promotoras relatam terem sido examinadas com maior rigor do que os candidatos do sexo masculino. Marly Mallmann, da turma de 1976, lembra: "*As nossas notas eram baixas e se sabia que o examinador, por ser mulher, perguntava muito mais, mas muito mais mesmo. De a gente sortear um ponto e ele: 'Mas eu vou te perguntar outro. Posso te perguntar?' Como é que nós iríamos dizer que não perguntasse?*"

O processamento das entrevistas deixa entrever que falar a respeito do concurso não é tarefa fácil. Uma das depoentes contou com detalhes episódios relacionados à prova oral e à prova de tribuna e, posteriormente, cortou esses trechos da versão final. A prova oral foi caracterizada como "um horror" para as mulheres. Os candidatos homens, muitas vezes, ficavam somente conversando com os examinadores, ao passo que as mulheres tinham que responder mais questões do que estavam previstas. Com respeito à prova de tribuna, a intimidação era pública. Quando uma candidata estava na tribuna, o examinador balançava a cabeça para os lados indicando desaprovação, ao passo que os homens, mesmo quando estavam tendo um desempenho insatisfatório, não colhiam esse tipo de manifestação.

Jacqueline Rosenfeld, que ingressou em 1978, recorda seus sentimentos na época do concurso: "*Não houve um ingresso confortável. Eu mesma senti, em determinados momentos, uma certa rejeição da Instituição em relação a mim.*"

Foi, todavia, uma das aprovadas nesse período que mudou a postura do Ministério Público gaúcho em relação às mulheres. A Desembargadora Maria Isabel de Azevedo Souza recorreu ao Poder Judiciário para assegurar sua participação no concurso de 1978, uma vez que sua inscrição foi indeferida. Ela conta: "*A despeito de a Instituição já ter admitido mulheres, no meu concurso, ainda persistia uma restrição muito grande ao seu ingresso.*"

Em agosto de 1978, Maria Isabel teve, como tantas outras, sua inscrição indeferida. Ao comunicar ao pai, ele a aconselhou a fazer um pedido de reconsideração ao Ministério Público com a explicitação das razões pelas quais seu nome não fora aceito e, em caso de insucesso, impetrar um mandado de segurança. A jovem chegou a pensar em desistir, mas diante do apoio da família, fez o pedido de reconsideração. Esse foi indeferido. Então, impetrou mandado de segurança contra o ato do Procurador-Geral de Justiça, uma vez que as provas estavam marcadas para o mês de setembro. Nas informações prestadas, a candidata conheceu as razões da recusa. A desembargadora era então casada com um Juiz Federal que trabalhava em Porto Alegre, e a Administração Superior considerou existir um conflito de normas entre o Código Civil que determinava que a mulher deveria residir no domicílio do marido, e o Estatuto do Ministério Público, segundo o qual o promotor deveria morar na comarca onde atua. A liminar foi deferida pelo Relator, o Desembargador João Barison. Maria Isabel prestou as provas e foi aprovada em primeiro lugar.

Em 22 de dezembro do mesmo ano foi julgado o mandado de segurança. A segurança foi concedida pela escassa maioria de seis votos a cinco. A análise do acórdão resultante do julgamento auxilia na compreensão da luta das mulheres pelas carreiras jurídicas naquela época. Todos os magistrados que denegaram a segurança apoiaram-se no fato da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei nº 6.535 de 1973) estabelecer no seu artigo 23, I que a Comissão Disciplinar poderia "*decidir, de plano e conclusivamente, em sessão secreta, sobre a admissão de candidatos a concurso de ingresso no M.P., apreciando, por livre convencimento, as suas condições para o exercício do cargo, através de entrevista e exame de documentos, sem prejuízo de investigação sigilosa que entenda procedente*". O ponto central das argumentações foi a expressão "*livre convencimento*": os membros da Comissão Disciplinar poderiam decidir com total liberdade o motivo de não permitir que o pré-candidato realizasse as provas. Se julgaram o fato da candidata ser esposa de magistrado atuando em Porto Alegre suficiente para impugná-la, isso estava de acordo com o dispositi-

vo da Lei Orgânica. Um dos desembargadores comenta: "*A toda evidência, é uma regra salutar porque, em se tratando de um cargo de grande relevância, não é possível permitir reexame por parte do Judiciário das condições que levaram à convicção íntima dos membros da comissão quanto ao indeferimento*". O mesmo magistrado alude ao procedimento do Poder Judiciário nos mesmos casos: "*Trata-se de candidata brilhante, casada com magistrado federal, mas é apenas a dificuldade que existe no caso desta moça que, casada com Juiz Federal, irá exercer atribuições de Promotora de Justiça no interior do Estado, em comarcas longínquas. De maneira que, muitas vezes, se examinou, se meditou sobre esta situação no Tribunal Pleno, e, muitas vezes, negamos inscrições a senhoras em condições semelhantes. (...) O Tribunal de Justiça de Pernambuco nega absolutamente inscrição de mulheres na magistratura em virtude da situação que se cria, que se está criando com algumas candidatas que foram admitidas. De maneira que não podemos admitir para o MP a situação que abrimos aqui.*" Outro Desembargador acrescentou: "*Temos praticamente por norma indeferir a inscrição de candidatas que são casadas com advogado, entendendo que a condição do cônjuge torna, para a candidata, incompatível ou altamente inconveniente o ingresso na magistratura*". São os únicos registros, entre os desfavoráveis à impetrante, todavia, no longo acórdão, que mencionam a condição de mulher casada da atual desembargadora. Os demais limitam-se a discutir o significado da xpressão "*livre convencimento*".

Os votos favoráveis apoiam-se na inconstitucionalidade da decisão que veda à brasileira que preenche todos os requisitos legais, a possibilidade de participar de um concurso público. Dois apenas discutem a questão feminina. O Relator afirma, indicando sua abertura para o ingresso das mulheres nas carreiras jurídicas: "*Quem poderá dizer quais são as intenções da candidata, ou do casal, e quem pode assegurar que não estejam nas cogitações do marido deixar a magistratura, se a mulher ingressar no MP, ou para aquele advogar ou para exercer qualquer outra profissão que lhe aprouver?*". Foi o único que cogitou que o juiz poderia afastar-se das suas tarefas para acompanhar a esposa promotora. Todavia, somente o Desembargador Milton dos Santos Martins – recordado por Maria Isabel em seu depoimento e último a se manifestar – discutiu no seu voto as verdadeiras razões de todo esse conflito, escondidas entre as discussões semânticas e jurídicas: "*No caso presente, nota-se, ainda,* data venia, *preconceitos contra os direitos da pessoa, por ser mulher. Não se reconhecem direitos fundamentais de trabalhar e residir. Devido em grande parte a ela*

própria, que se submete, é que ainda permanece em toda a legislação civil submetida. (...) Por isso tudo, estamos examinando o 'mérito' do julgamento que fez o Conselho Superior do M.P. Se esse julgamento fosse efetivamente um julgamento de real inconveniência, deveríamos possivelmente confirmar. Como é, porém, um julgamento que traz uma possibilidade de prejuízo eventual aos serviços, um julgamento que traz hipótese não verificada, um julgamento que traz preconceito de que a mulher casada não pode quando o homem casado poderia, julgamento que traz preconceito contra a mulher e, mais do que isso, contra a pessoa humana, de trabalhar e concorrer para tanto, esse julgamento tem de ser enfrentado pelo Judiciário"[39].

Assim, Maria Isabel foi nomeada Promotora de Justiça e, alguns anos depois, tornar-se-ia a primeira mulher do Rio Grande do Sul a ingressar na magistratura pelo quinto constitucional. A desembargadora tem noção da importância de sua história pessoal para a história do Ministério Público: "*(...) atribuo à minha decisão em recorrer ao Poder Judiciário para poder ingressar nesta carreira a mudança de orientação da Instituição.*"

A aprovação no concurso, contudo, foi o início de uma outra batalha para essas promotoras: a afirmação dentro da Instituição e a aceitação por parte da sociedade. Marly Mallmann percebia uma fiscalização maior da Corregedoria sobre as mulheres em relação aos homens, com um maior número de visitas: "*Nós fomos muito mais examinadas, seria esse o termo.*" Marly relata que quando foi promovida para a Comarca de Guaíba, o corregedor se opôs que ela aceitasse a promoção, uma vez que se tratava de cidade muito violenta para uma promotora mulher. Ela, contrariando a orientação da Corregedoria-Geral, assumiu a comarca que considerou uma das melhores dentre as quais trabalhou.

Sandra Goldman Ruwel, que ingressou em 1990, conta que recebeu sugestões da Corregedoria para que o noivo, seu esposo atualmente, não a visitasse em sua comarca, pois não ficaria bem já que não eram casados. Outro episódio despertou a promotora para o peso do preconceito. Em um júri, sua única testemunha era uma prostituta que trabalhava numa boate denominada *Big River*. O advogado de defesa colocou em dúvida a credibilidade da testemunha por ser prostituta: "*Pedi um aparte e, como estratégia de acusação, afirmei que, também freqüentava o 'Big River' e isso não seria motivo para ser considerada prostituta ou não ter credibilidade mo-*

[39] Todas as citações do acórdão são da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, n. 75, p. 206-222.

ral. Os jurados riram, e lembro-me que o réu foi condenado." Todavia, Sandra respondeu uma sindicância, com deslocamento de promotores-corregedores para a comarca para averiguar se ela, de fato, freqüentava a boate: "*Foi uma situação extremamente constrangedora. Senti-me injustiçada e desmoralizada e, até hoje, pergunto-me se teria sido investigada daquela forma, se fosse homem. Por óbvio, o expediente foi arquivado.*"

As promotoras que ingressaram entre as décadas de 1980 e 1990 já apresentam outra visão a respeito da Instituição, muito bem ilustrada por Sílvia Cappelli: "*Olha, jamais da Instituição, jamais, nunca senti* [nenhum tipo de preconceito]. *Pode ser que tenha acontecido e pode ser que aconteça até hoje, mas isso é uma coisa interna, não deixa transparecer.*"

Porém, as entrevistadas são unânimes em afirmar que a maior resistência não se deu no interior do Ministério Público, mas por parte da sociedade. As promotoras que chegaram ao interior do Estado em meados da década de 1970 encontraram uma sociedade desabituada com mulheres ocupando posições de poder. Eunice Chalela ilustra o tipo de situação que teve de enfrentar: "*Então num dos primeiros atendimentos de partes, havia um senhor idoso, eu acho que era uma pessoa de poucas letras, ele falou assim quando saiu: 'Olha, mocinha, - diz ele assim – eu nunca fui tão bem atendido numa repartição pública, mas amanhã eu posso vim falar com o promotor?'. Era uma luta inglória, porque não adiantava explicar, eu dizia: 'Mas eu sou a promotora'., 'Tá bom, mas amanhã eu venho falar com o promotor, então'.*"

Eunice comenta que em seus primeiros júris, que contavam com grande platéia para ver uma mulher na tribuna, os advogados de defesa a subestimavam e não se preparavam bem. Isso fez com que ela vencesse vários, fato que era até noticiado em jornais. Já Jacqueline Rosenfeld não sentiu tantas restrições: "*Fui muito bem recebida, mas eu percebia que eles ficaram, num primeiro momento, meio desconfiados com o fato de eu ser mulher.*" Maria Regina Fay de Azambuja, que ingressou em 1986, época em que já havia muitas mulheres promotoras, sofreu algum preconceito pelo fato de ser divorciada. Um hotel recusou-se aceitá-la, pois, afinal, era uma mulher sozinha. "*Não, nós não temos por hábito ter uma mulher sozinha, assim por tanto tempo hospedada. Na condição de divorciada, não seria possível*".

Angela Salton Rotunno, que iniciou sua carreira em 1990, ainda encontrou muito preconceito, como recorda : "*As pessoas batiam na minha porta, eu atendia, e diziam o seguinte: 'Eu quero falar com o promotor'.*

Eu dizia: 'O promotor sou eu'. Mais de uma vez, mulheres e homens saíram dizendo: 'Não, tu não me serves!'. (...) Depois que eu tive um primeiro embate, as coisas mudaram: 'Ah, não, aquela promotora é das boas, hein!'." Em Camaquã, logo ao chegar, Angela recebeu um recado de um advogado de defesa de um processo no qual atuaria no júri: "*Manda dizer para a doutora que eu não perco para mulher'. Fiz o júri, ganhei de seis a um, e aí mandei um recado de volta: 'Manda dizer para o doutor que, no próximo júri, ele venha de saia para perder com dignidade para mim'.*" Contudo, esta percepção não é unanimidade. Ana Maria Marchesan, que ingressou em 1989, nunca se sentiu discriminada: "*Pela condição de mulher, sinceramente, nunca senti nenhum tipo de discriminação.*"

Se hoje a ausência de restrições às mulheres no interior da Instituição é comentada por praticamente todas as promotoras e procuradoras que se encontram em atividade, não há como deixar de observar a baixa participação de mulheres na Administração Superior. Durante as entrevistas, mais de uma vez, percebemos pela pausa reflexiva, que parecia ser a primeira vez em que a entrevistada pensava no assunto.

Angela Salton Rotunno comenta: [No Nordeste] "*Tem procuradora-geral, tem presidente de Associação. A região Sul é que está mais complicada. (...) Penso que é muito complicado para as mulheres serem promotoras e estarem disponíveis – além da casa e de seus filhos – para uma atividade associativa, por exemplo.*" Ciente de que essa participação também é uma questão de disponibilidade, Angela relata por que aceitou o convite do Dr. Cláudio Barros Silva para ser sua chefe de gabinete, quando estava com um recém-nascido em casa: Na época, refletiu: "*Angela, se tu não aceitares esse convite, em primeiro lugar, tu nunca mais vais poder dizer nada na tua instituição, porque, se algum dia tu chegares e disseres: 'Ah, mas não dão oportunidade para as mulheres!' Vão responder: 'Só um pouquinho, tu foste convidada e não aceitaste, tu te escondeste na maternidade.'*" Angela aceitou e tornou-se a primeira mulher chefe de gabinete do procurador-geral e, tempos depois, viria a ser a primeira vice-presidente da Associação do Ministério Público e a primeira mulher a candidatar-se a presidente da Associação.

Sílvia Cappelli opina em relação ao tema: "*Mas se tu fores comparar com outros estados, o nosso estado tem uma representação menor de mulheres. (...) Eu acho que a tendência é de que tenhamos uma procuradora-geral nos próximos anos*". A Desembargadora Maria Isabel de Azevedo Souza percebe a ausência das mulheres em cargos de comando no Ministério Público e na Magistratura como um reflexo de seu ingresso tardio: "*Isso se deve à*

demora que houve aqui no Estado do Rio Grande do Sul para que pudessem as mulheres disputar de igual para igual nos concursos públicos com os homens. Ao longo de mais alguns anos, certamente, vai se concretizar a correspondência nos cargos de mando das instituições, proporcionalmente ao número de integrantes mulheres."

O depoimento de Angela Salton Rotunno mostra como uma campanha interna da Associação pode constituir-se em desafio apreciável à condição feminina. Ao concorrer à presidência da Associação, Angela foi alvo de boatos de que estaria grávida, não podendo, se eleita, exercer o mandato em sua plenitude.

De 1976 para 2005 muita coisa mudou. Hoje praticamente a metade das aprovadas nos concursos para o Ministério Público são mulheres, e as mulheres são quase 50% dos membros da Instituição. Ninguém mais estranha a presença de uma moça na tribuna e ninguém se surpreende ao ver que o promotor é uma promotora. E as mulheres estão vivendo um momento privilegiado, conforme detectou e sintetizou Angela: "*Acredito (...) que nós, mulheres, estamos vivendo um período histórico importante. Antes, as mulheres que conseguiam se afirmar profissionalmente, normalmente, abdicavam do casamento e da maternidade. Somente era possível realizar-se sob um dos aspectos da vida. Hoje, a luta é mostrar que é viável exercer todos os papéis, porque todos são importantes.*"

Uma pesquisa da Associação do Ministério Público de São Paulo corrobora a percepção de Angela. Carlos Francisco Bandeira Lins realizou um estudo estatístico sobre a participação feminina entre 1984 e 1999 no Ministério Público de São Paulo. Analisou o número de filhos das promotoras e comparou com o número de filhos dos promotores e de mulheres brasileiras com a mesma escolaridade, com o devido ajuste de faixas etárias. Os resultados referentes a 1984 apontam uma média de filhos por mulher integrante da carreira mais baixa que a média de filhos por homem e também mais baixa do que a de mulheres da mesma escolaridade. Já em 1999, apurou-se uma elevação da taxa de fecundidade das promotoras, ao passo que a dos homens declinou aproximando-se daquela da população brasileira em geral. A conclusão do autor é de que as precursoras obedeciam a um modelo de dedicação exclusiva à carreira, temendo que a maternidade as desviasse dos deveres funcionais (enquanto o modelo ideal de promotor era o do *bonus pater familia)*. Os dados atuais indicam um movimento de superação dessa tendência em direção à igualdade entre os sexos em alguns anos.

Isso se deve à afirmação das mulheres como promotoras, ao longo de vinte anos e a algumas táticas empregadas para conciliar trabalho e família: busca de cidades no entorno de São Paulo e o casamento entre membros da própria instituição[40].

Além das questões de gênero, outros assuntos foram tratados nos depoimentos. Abaixo, apresentamos uma seleção dos temas recorrentes no processo de indexação.

Nas entrevistas, um dos temas destacados foi a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Criado em 1959, com objetivo de fiscalizar e orientar os membros, o órgão foi mencionado pela quase totalidade de procuradoras e promotoras.

Maria Regina Fay de Azambuja, que foi promotora-corregedora, a descreve como "*o coração*" do Ministério Público, no qual se encontram os paradigmas da Instituição. É nesse sentido também a opinião de Maria Isabel de Azevedo Souza. Para a desembargadora, a Corregedoria permite que o membro tenha uma visão de conjunto do Ministério Público.

Naturalmente, é o depoimento da ex-Corregedora-Geral Jacqueline Fagundes Rosenfeld que mais se detém em analisar o papel da Corregedoria. Segundo Jacqueline, a função de orientação se sobrepõe à de fiscalização, uma vez que o promotor bem informado e orientado dificilmente comete equívocos. Para a ex-Corregedora, o órgão serve para apoiar os promotores e procuradores, especialmente os novos membros, lesando o mínimo possível a parte que busca o Ministério Público.

Ana Maria Marchesan entende que o trabalho do órgão deveria prolongar-se no decorrer da carreira, não permanecendo tão concentrado no estágio probatório. Julga que uma instituição "*fiscalizadora*" como o Ministério Público deve ser permanentemente fiscalizada.

A legislação foi mencionada enfocando, principalmente, as atribuições do Ministério Público que, após a Lei Complementar nº 40 e a Constituição Federal de 1988, foram consideravelmente ampliadas, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente e para a legislação ambiental.

Eunice Chalela comenta que após a introdução de novas atribuições para o Ministério Público pela Lei Complementar nº 40, as tarefas eram distribuídas e acumuladas pelos promotores. Não havia promotorias especializadas, a especialização foi ocorrendo com o tempo, à medida

[40] LINS, Carlos Francisco Bandeira. *Op. cit.*

que se organizavam as novas demandas: *"Quando acontecia alguma coisa de novo, você aumentava as suas atribuições"*.

As novas prerrogativas também moldaram preferências. Silvia Cappelli, que ingressou no Ministério Público em 1988, ano da promulgação da Constituição Federal, deparou-se em Tapes, comarca na qual substituía, com duas ações civis públicas envolvendo Direito Ambiental. Passou, então, a estudar e interessar-se pela área que hoje é sua especialidade. A Procuradora de Justiça é Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente. Ana Maria Marchesan também fez sua opção pelos novos temas. Depois de atuar na Promotoria de Defesa Comunitária que envolve criança e adolescência, meio ambiente, entre outros direitos difusos, direcionou-se para o meio ambiente.

Também foi bastante discutido o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As depoentes são unânimes em considerar o ECA uma lei avançada e humanizadora, já que eleva a criança e o adolescente da condição de objetos à condição de sujeitos de direito.

Ana Maria Marchesan é contrária à idéia corrente de que o ECA não é uma lei feita para o Brasil, mas para países desenvolvidos. Para a promotora é importante que sejam estabelecidos parâmetros que, com o tempo, vão se concretizando.

Simone Mariano da Rocha discorre longamente a respeito da implementação do ECA no Rio Grande do Sul. Fala do enorme grau de experimentação que marcou os primeiros anos do ECA e de alguns feitos históricos, como a solicitação da regionalização da privação de liberdade para que os adolescentes permanecessem mais próximos a suas famílias. A Resolução nº 1 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente foi provocada por ela, então promotora regional de Caxias do Sul e por Ana Maria Marchesan, promotora regional de Passo Fundo.

Maria Regina Fay de Azambuja, que já foi Coordenadora das Promotorias de Infância e Juventude e do Centro de Apoio da Infância e Juventude, considera que a implementação do ECA ainda não terminou. Julga que as enormes dificuldades decorrem da necessidade de uma mudança cultural para a aceitação da Doutrina da Proteção Integral. Também destaca o desconhecimento das novas gerações de operadores do Direito em relação ao Estatuto. O ECA ainda não foi incluído nos currículos de Direito como matéria obrigatória.

Neste sentido é a opinião de Maria Regina a respeito da diminuição da maioridade penal. No seu entender, trata-se de medida contrária à

Constituição, pois representaria abrir mão de investir dois anos na vida dos jovens. Antes de apelar para soluções simplistas, deveria haver um esforço de cumprir o ECA na sua totalidade. Simone Mariano da Rocha entende que essa é uma questão política e aqueles que defendem a redução da idade penal *"não entendem que é jogar a sujeira embaixo do tapete"*, para a entrevistada, esse é um tema que *"demanda uma análise bem mais complexa."*

Com respeito à legislação ambiental, Silvia Cappelli e Ana Maria Marchesan destacam o problema de fixação de atribuições. O artigo 23 da Constituição Federal prevê competência comum entre União, Estados e Municípios. Determina, em seu parágrafo único, que as regras de competência sejam fixadas em Lei Complementar. Essa Lei, todavia, ainda não existe, o que produz conflito de atribuições. Ana recomenda uma abordagem prática da questão, ou seja, a esfera que primeiro constatou o problema, a que está melhor aparelhada para enfrentá-lo, deve assumi-lo, dentro do espírito de federalismo cooperativo que preside a tutela ambiental.

A maior parte das entrevistadas recorda as dificuldades iniciais com a falta de infra-estrutura das comarcas do interior. Ana Maria Marchesan, Silvia Cappelli e Maria Regina Fay de Azambuja lembram seu principal instrumento de trabalho na época: a máquina de escrever. Todas carregavam a máquina de sua propriedade. Sílvia, que possuia uma máquina elétrica, pagava para trazê-la no ônibus quando vinha de São Lourenço. Maria Regina lembra que durante os dois anos de estágio probatório todos os trabalhos tinham de ser feitos em três vias. Na ausência de impressoras e de xerox, era utilizado papel carbono, o que tornava o trabalho um tanto penoso.

Com respeito a temas que devem ser discutidos no interior da Instituição, destaca-se a revisão das atribuições, com maior atenção à área criminal. Assim pensam Jacqueline Fagundes Rosenfeld, Ana Maria Marchesan, Sandra Goldman Ruwel, Angela Salton Rotunno e Simone Mariano da Rocha. A necessidade de *"enxugar"* a intervenção do Ministério Público na área cível é vista como uma decorrência natural das novas atribuições. Ana Maria Marchesan julga que *"tenhamos de abrir mão de alguma coisa para poder ocupar outros espaços."* Angela Salton Rotunno considera que na área cível deve-se trabalhar com prioridades. Para Angela *"a área criminal é a nossa história, a nossa raiz, o nosso cartão de visitas"*, enquanto os interesses difusos e coletivos correspondem à fun-

ção mais premente do Ministério Público num país onde a sociedade civil não é organizada.

A Associação do Ministério Público foi mencionada por Silvia Cappelli como tendo um grande papel na construção e afirmação institucional. Numa época na qual os meios de comunicação eram precários, a Associação, em conjunto com a Corregedoria, promovia cursos em Porto Alegre e no Interior, mantendo os membros atualizados. Angela Salton Rotunno também ressalta a importância da Associação para a Instituição: "*Com certeza, a Associação sempre foi o grande palco de discussões e de construção do Ministério Público que nós temos hoje.*"

Tania Sporleder de Souza fala da Associação a partir de um outro viés: de esposa do Presidente da Associação, Paulo Olímpio Gomes de Souza, que depois, viria a ser Procurador-Geral de Justiça. Tania conta um interessante episódio acerca dos chás organizados para as esposas de procuradores e promotores. As esposas dos magistrados eram convidadas para esses chás. Numa ocasião, a esposa do Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul perguntou a Tania a razão do enorme sucesso desses chás, uma vez que os do Tribunal não eram tão bem sucedidos. Tania, então, revelou a razão: ao contrário do Tribunal, onde havia divisão entre esposas de juízes e desembargadores, no Ministério Público as esposas de procuradores e promotores ficavam juntas, sem nenhuma distinção. A partir dessa constatação, os chás do Tribunal passaram a ser feitos da mesma forma, sem divisão.

A história da Aprojus – Associação dos Servidores do Ministério Público –, e o papel que ela representa, é contada por Vera Lúcia Laitano que ajudou a fundá-la: "*Um dia eu me dei conta: 'Nós não temos uma associação!'*". A partir dessa constatação Vera passou a conversar com colegas até conseguir marcar a primeira reunião que daria origem a Associação. Da sua experiência como presidente, Vera destaca as solicitações mais importantes atendidas pelo Ministério Público: a incorporação decorrente das perdas da conversão dos salários dos servidores em URV (Unidade Real de Valor), a organização do quadro administrativo dos servidores tendo como parâmetro o quadro dos servidores do Poder Judiciário, gratificação por exercício de atividades perigosas, auxílio-creche para os servidores que possuem filhos, remoção por antigüidade dos servidores do interior para a capital e central única para os Secretários de Diligências das Coordenadorias.

Ao falar na Aprojus, Ieda Rivarolly menciona, ainda, que nos primeiros tempos de associação houve um envolvimento de todos os asso-

ciados, *"Todo mundo se ajudava, a Procuradoria naquela época era uma família (...)"*.

O perfil da demanda judicial, mencionado pelas entrevistadas, varia conforme o período de atuação. Assim, foi lembrado por algumas delas que no início da carreira, nas comarcas do interior do Estado, a demanda era pequena. Marly Malmann, por exemplo, quando fala do seu período em Mostardas, menciona que quase não havia serviço, *"Eu acho que tinha 70 processos criminais só, e tinha só esse processo de júri para fazer."* Ana Maria Marchesan relata que, quando esteve em Catuípe, também não encontrou um grande volume de trabalho, *"(...) eu fazia de tudo, era uma comarca pequena, não tinha um volume muito grande de trabalho. Então eu permitia ter um bom envolvimento em todas as atividades da comunidade."*

Com respeito a processos considerados importantes, Sophia Galanternick lembra de dois casos ocorridos no interior do Estado, um é o caso Creso, em Passo Fundo, e outro ocorrido em Carazinho, envolvendo a guarda de uma menina que havia sido abandonada pela mãe, a qual mais tarde entrou com pedido de guarda.

Neusa Pinto, esposa do ex-Procurador de Justiça, Dirceu Pinto, fala em seu depoimento da participação do marido como Promotor de Justiça no caso do seqüestro dos uruguaios, Liliam Celiberti e Universindo Dias, que teve grande repercussão na imprensa brasileira: *"Esse caso foi bastante tumultuado pela imprensa, porque envolveu muitas pessoas, foi um processo bastante difícil, bastante massacrante (..)"*

Maria Regina Fay de Azambuja destaca como caso marcante de sua carreira o que envolveu crianças de famílias pobres de Viamão as quais seriam encaminhadas para adoção em lares italianos por determinação do juiz local. A entrevistada surpreendeu uma audiência com a presença dos pais e dos menores e tomou medidas para evitar a situação ilegal.

Como caso impactante, Eunice Chalela lembra da primeira ação civil pública em Caxias do Sul impetrada por ela. Eunice conseguiu que o Samae (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) passasse a fluoretar a água para consumo da população.

Sandra Goldman Ruwel comenta sobre vários casos que considerou importantes em sua carreira, entre eles, o do relógio dos 500 anos.

As relações do Ministério Público com o Poder Executivo, mais precisamente no que se refere às relações institucionais com as Polícias Civil e Militar, são mencionadas por Jacqueline Fagundes Rosenfeld que entende ser possível ao promotor exercer atividade de investigação, porém

com "*determinadas cautelas, não trazendo a si toda aquela responsabilidade que é da autoridade policial. Até porque o policial é preparado para investigar.*" Para Sandra Goldman Ruwel é importante a integração e a troca de informações e experiências entre o Ministério Público e as Polícias Civil e Militar: "*O Ministério Público depende da Polícia Civil, pois é ela quem faz os inquéritos, quem investiga e, da mesma forma, da Brigada Militar, pois são os policiais militares os que realizam o policiamento ostensivo, bem como, na maioria das vezes, os que chegam em primeiro lugar na cena do crime.*"

As opiniões acerca do Tribunal do Júri se mostraram controversas. Ana Maria Marchesan entende que "*é um processo muito caro para se atingir um resultado que um juiz técnico poderia atingir, com um custo muito menor, com formalidades menores e com maior eficiência.*" Angela Salton Rotunno, apesar da crítica que faz a questão dos quesitos, presentes no Tribunal do Júri, se diz favorável a esse: "*Penso que os jurados deveriam simplesmente dizer se o réu é culpado ou inocente. Agora, com certeza, acho que o público, o povo julga bem. Eu tive surpresas, alguns júris que perdi, e, só depois, fui descobrir as razões pelas quais o réu tinha sido absolvido.*" Para Silvia Cappelli o Tribunal do Júri é uma manifestação de democracia, "*Acho que júri é importante, acho que é democrático (...) acredito que o júri seja a parcela de democracia que o judiciário estende à população.*" Simone Mariano da Rocha também se mostra favorável ao Tribunal do Júri.

A reflexão feita em torno da relação entre o Ministério Público e a sociedade foi no sentido de que deve haver um contato estreito entre o promotor e a comunidade, conforme mencionam Ana Maria Marchesan e Maria Regina Fay de Azambuja. Entendem, porém, que hoje esse diálogo não está fluindo como deveria em razão da nova estrutura de pessoal existente na Instituição. Marly Malmann também se manifesta nesse sentido quando relata que, ao ingressar no Ministério Público, permaneceu lecionando, pois julgava ser esse um modo interessante de estabelecer contato com a comunidade. Para Jacqueline Fagundes Rosenfeld é importante que a estrutura da Instituição não atrapalhe o atendimento das partes, que é o melhor canal entre o Ministério Público e a sociedade.

Dentre os temas de interesse para a historiografia, o mais recorrente mencionado pelas entrevistadas foi o regime militar.

Blanca Carpena de Menezes relata o episódio em que o marido foi preso em Bagé por ser brizolista: "*Não puderam provar nada, ele estava perdoado, porque ele era o Promotor de Justiça, o outro era governador, tinham relacionamentos obrigatórios, nada mais.*"

Neusa Pinto relata a pressão sofrida pela família quando o marido atuou no processo do seqüestro dos uruguaios: *"Em certa ocasião, chegamos em casa (...) e tinha um Opala em frente à nossa casa com três mulheres e dois homens, aquilo me assustou e acho que ele* [o Dr. Dirceu Pinto] *ficou apreensivo. Nós entramos, as pessoas riam muito dentro do carro, como se fosse uma espécie de deboche. Quem eram não posso dizer, porque não fiquei sabendo."*

Sessenta e sete anos separam o ingresso de Sophia Galanternick no Ministério Público gaúcho do ano de 2005. Nesse período, o Brasil modernizou-se e urbanizou-se, o Ministério Público deixou as sombras dos Poderes Executivo e Judiciário, adquirindo *status* de poder, e as mulheres saíram das cozinhas e dos dormitórios para ocupar os palanques e as tribunas.

No último concurso para a Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul, de 54 juízes substitutos aprovados, 32 eram mulheres, ou seja, 59% [41]. No último concurso para a carreira do Ministério Público, de 82 promotores aprovados, 35 eram mulheres, totalizando 29% [42]. Os números são promissores. Todavia, o reduzido número de mulheres nos Tribunais Superiores, cujo acesso depende de decisão política, e sua baixa participação na Administração Superior do Ministério Público e do Poder Judiciário indicam que há ainda um longo caminho a ser percorrido. Não só para as operadoras do direito, mas para todas as mulheres brasileiras. Pesquisa divulgada pelo Fórum Econômico Mundial aponta que o Brasil ocupa o 51º lugar de um ranking de 58 países sobre a diferença de direitos entre os sexos. No quesito atuação política feminina, o país é o penúltimo da lista na frente apenas da Jordânia [43].

A experiência de vida das "mulheres do Ministério Público", seu olhar feminino sobre o Direito, sobre seus operadores, sobre o funcionamento das instituições é mais um elemento a contribuir para a conquista da igualdade e para a reflexão acerca da história das mulheres no Brasil.

---

[41] *Mulheres ampliam seu espaço no Judiciário.* O Sul. Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2005, p. 8.
[42] Edital n.º 356/2003, Procuradoria-Geral de Justiça.
[43] *Brasil fica no fim da lista de igualdade entre os sexos.* Folha de São Paulo. São Paulo, 17 de maio de 2005.

Agradecimentos

A organização dessa obra não seria possível sem a colaboração das pessoas a quem deixamos consignados os nossos agradecimentos.

À Procuradoria-Geral de Justiça, na pessoa do Procurador-Geral Dr. Roberto Bandeira Pereira, que tem investido nas atividades de pesquisa do Memorial, possibilitando a criação de um espaço pioneiro no contexto brasileiro. Além do apoio, o Memorial tem contado com importantes garantias, sem nenhuma interferência ou direcionamento no conteúdo dos trabalhos.

Ao Dr. Ricardo Vaz Seelig, Coordenador do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o agradecimento pelo incentivo e o reconhecimento pela direção firme, democrática e dinâmica.

Ao historiador Dr. Gunter Axt, responsável técnico pelo Programa de História Oral do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, por sua profícua orientação.

À socióloga Andréa Cogan, responsável pelo Programa de Exposição e Eventos do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, pelo apoio na edição dessa obra.

À revisora Sonia Beatriz da Silva Pinto, pelo excelente trabalho nas transcrições das entrevistas e pela revisão atenta do texto final.

À equipe do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, cujo entusiasmo e disposição de enfrentar novos desafios muito têm qualificado nosso trabalho.

Bibliografia

AXT, Gunter, TORRE, Márcia de la (org.). Histórias de Vida: representações do judiciário. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Memorial do Judiciário do Rio grande do Sul, v.3, 2003.

BISCHOFF, Álvaro; AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz (org.) Crimes que comoveram o Rio Grande. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2003.

BLAY, Eva Alterman. A Participação das Mulheres na Redemocratização. In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

BLAY, Eva Alterman. Igualdade de oportunidades para as mulheres: um caminho em construção. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2002.

BLAY, Eva; LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. Mulheres na USP: horizontes que se abrem. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

DIAS, Maria Berenice. Conversando sobre a mulher e seus direitos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
DUARTE, Constância L. Apontamentos para uma História da Educação Feminina no Brasil – século XIX. In: DUARTE, C. L; DUARTE, Eduardo de A. ; BEZERRA, K. da C. (org.). Gênero e representação: teoria, história e crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto. Histórias de Vida: entrevistas e depoimentos de magistrados gaúchos. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999.
FÉLIX, Loiva Otero. Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: Rememorações para o futuro. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2001.
Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, vol. 39, n.º 1, Rio de Janeiro, 2003.
LINS, Carlos Francisco Bandeira. Mulheres no Ministério Público: o conflito entre realização profissional e realização familiar visto a partir de dados demográficos. São Paulo: Associação do Ministério, 2000.
MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. História da Vida Privada no Brasil. v. 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.
MPD Dialógico, ano 4, nº 02, março/abril de 2004.
NICOLAU, Jairo Marconi. História do Voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, n. 75.
SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
SOARES, Pedro Maia. "Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1839-1945)". In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fulvia (org.). Vivência: história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Brasiliense, 1980.
TILL, Rodrigues. História da Faculdade de Direito de Porto Alegre: 1900-2000. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

Fontes

Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Arquivo Pessoal de Sofia Galanternick Sturm
Depoimento do Desembargador Garibaldi Almeida Wedy ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 03 de dezembro de 2003.
Folha de São Paulo
O Sul

ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN

Ana Maria Moreira Marchesan é natural de Carazinho/RS. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1989. Atuou nas Comarcas de Catuípe, Sapiranga, Passo Fundo e Vacaria. Atualmente, é Promotora de Justiça junto à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente em Porto Alegre. É professora da Escola Superior do Ministério Público e mestranda em Direito Ambiental e Biodireito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Ana Maria Moreira Marchesan*

Memorial - DLT: Dra. Ana, a senhora é natural de Carazinho?

Entrevistada: Sim, nasci lá, em 9 de fevereiro de 1965.

Memorial - DLT: Passou lá toda a sua infância?

Entrevistada: Não, saí de Carazinho com seis meses, portanto não tenho maiores laços com aquela cidade. Dos seis meses aos cinco anos, morei em Rio Pardo, porque meu pai era juiz. Com cinco anos vim para Porto Alegre onde vivi até ser aprovada no concurso, quando fui para o interior onde passei dez anos.

Memorial - DLT: No interior já na Instituição?

Entrevistada: Já na Instituição.

Memorial - DLT: Quando a senhora ingressou no Ministério Público?

Entrevistada: Em 1989.

Memorial - DLT: Quais as razões que a fizeram escolher a carreira ministerial?

Entrevistada: Na verdade, eu concluí o curso de Direito com a idéia de fazer um concurso, fiz dois concursos juntos: Magistratura e Ministério Público. Passei no Ministério Público e no concurso da Magistratura eu fiquei por meio ponto. Acho que teria sido feliz também na Magistratura, mas não tanto quanto como promotora. Acho que a Instituição me ganhou definitivamente.

Memorial - DLT: A senhora ingressou no Ministério Público exatamente num período pós-constituinte, num período de grandes transformações da Instituição. Como a senhora acompanhou, mesmo indo para o interior, essas transformações? Como eram percebidas, discutidas?

Entrevistada: É possível afirmar que a Instituição sofreu uma verdadeira revolução nesse período em que sou promotora. Quando entra-

* Entrevista concedida às historiadoras Márcia de la Torre (DLT) e Cíntia Vieira Souto (CS) em 09/06/2004. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Cíntia Vieira Souto.

mos, nós passamos, bem como tu disseste, por um período de transição. Até o estudo para o concurso, me lembro foi um pouco dificultado porque no meio do estudo, veio a nova Constituição, tivemos que enfrentar novos temas, novos pontos, novos conteúdos: o de antes e o de como vai ser depois. Eram dois conteúdos que tínhamos que estudar e não um só. Saber traçar paralelos e tudo o mais. Eu iniciei, como a grande parte dos promotores, naquele tipo de Ministério Público completamente isolado. Tu vais sozinho para uma comarca, sem secretários, sem ninguém, com uma máquina de escrever de tua propriedade. Eu era uma das poucas que tinha uma máquina eletrônica, porque antes de passar no concurso, tinha economizado e comprado uma usada.

Memorial - DLT: Sabia que ia precisar dela!

Entrevistada: Eu era uma felizarda, porque a grande maioria trabalhava com máquinas manuais. Quando o meu marido ingressou no Ministério Público, uns quatro anos depois, a Instituição já estava melhorando, o promotor já recebia uma máquina eletrônica e hoje todos o promotores têm um computador à sua disposição, sem falar na estrutura de pessoal. A Instituição agregou muitas atribuições nesse período. Eu costumo brincar que o promotor, hoje, é uma instituição residual, ou seja, todas aquelas tarefas que o constituinte não tinha para quem dar, ele nos deu. Mas também temos hoje uma outra estrutura, deixamos de ser aquelas pessoas sós, ganhou-se muito com isso. Mas, a meu ver, também perdeu-se um pouquinho.

Memorial - DLT: O que se perdeu, Dra. Ana?

Entrevistada: A meu ver, a característica principal da nossa Instituição, pelo menos a que eu mais valorizo, que é a permeabilidade, ou seja, a possibilidade que qualquer do povo tem de falar com o promotor. É uma das poucas autoridades a que qualquer pessoa tem acesso, ainda que tenha que enfrentar uma fila, pegar uma ficha, limitar-se a restrições de dias e horários, mas consegue falar com o promotor. Já com o juiz é bem mais difícil, quando não, impossível, com o prefeito, mais ainda, com o governador, mais ainda e assim por diante. Em função da nossa estrutura de pessoal hoje, muitas vezes, a pessoa tem que passar por três, quatro assessores e secretários para conseguir chegar na pessoa do promotor. Isso acho um pouco ruim. Antes o nosso atendimento era mais ágil, mais pronto, mais cara a cara. Nesse ponto acho que estamos perdendo um pouco do contato com o povo.

Memorial - DLT: E o povo procura mais tranqüilamente o promotor, porque o juiz tem toda aquela figura simbólica da autoridade mais fechada, acho que nisso, realmente, a senhora tem razão.

Entrevistada: Além disso, existem muitos juízes que não atendem ao público, embora tenham o dever de atendê-lo. Pela lei orgânica, eles têm que reservar também um horário de atendimento. Mas eu sei de juízes que não atendem. E nós temos o dever, a Corregedoria cobra, inclusive, o atendimento ao público. Acho que é muito importante, defendo isso de uma forma muito séria, porque é uma característica peculiar da nossa Instituição.

Memorial - DLT: Dra. Ana, como é que foi a sua trajetória profissional no interior? A senhora ingressou em 1989, e qual foi a primeira comarca?

Entrevistada: Fui para Catuípe, lá nas Missões, à distância de 450 km de Porto Alegre.

Memorial - DLT: Isso há quase 15 anos atrás.

Entrevistada: A estrada era asfaltada até Catuípe. Havia ônibus até Ijuí. Eu costumava deixar meu carro em Ijuí, fazia os 18 km entre as duas cidades de carro, porque eu já era casada, meu marido estava em Porto Alegre e nos revezávamos nas viagens de fim de semana.

Memorial - DLT: E qual era a demanda em Catuípe?

Entrevistada: Em Catuípe, eu fazia de tudo, era uma comarca pequena, não tinha um volume muito grande de trabalho. Então me permitia ter um bom envolvimento em todas as atividades da comunidade. Eu me lembro que ajudei a criar o PROCON (Programa Estadual de Defesa do Consumidor). Na época, não existia o Estatuto da Criança e do Adolescente, então nós não tínhamos essas questões dos Conselhos. Mas era um envolvimento grande. De todas as reuniões que havia na comunidade, eu participava. Lembro-me de ter ido até a palestras sobre "Como acondicionar e armazenar adequadamente os produtos em supermercado". Porque em cidades muito pequenas é comum não saber como arrumar o estabelecimento. Então, tu vais ao supermercado, o produto de limpeza está quase junto dos alimentos. Ajudei a promover um evento que trouxe uma pessoa para dar orientação sobre o assunto. Em Catuípe eu não consegui fazer nenhum júri, porque não saía. Houve um júri em que o juiz e eu iríamos debutar, nos aprontamos ansiosos para fazê-lo, chegou na hora, sua majestade, o réu, não compareceu, e não

ocorre júri sem o réu. Acabei tendo que ligar para um colega de Cruz Alta e implorar para que deixasse eu fazer um júri para ele, porque eu não queria sair de Catuípe, terminar o meu estágio probatório sem fazer pelo menos um.

Memorial - DLT: Tinha que fazer algum?

Entrevistada: Não, não tinha que fazer, eu queria fazer, porque, na verdade, não tinha tido experiência de júri. Hoje alguns colegas fazem júri antes de ir para o interior, aqui em Porto Alegre. Já fiquei sabendo disso, mas na minha época, nem isso tive, então eu estava ansiosa para fazer um júri. E, de fato, fiz em Cruz Alta. Foi horrível a minha primeira experiência, horrorosa. Foi com um advogado medalhão, professor de Processo Penal há anos lá, muito experiente, parece que já é falecido até, mas o apelido dele era "Jacaré".

Memorial - DLT: Nossa! O nome já dá uma idéia da figura!

Entrevistada: O nome já revela. Foi horrível a minha experiência de primeiro júri, mas tudo bem!

Memorial - DLT: E o réu foi condenado ou absolvido?

Entrevistada: Foi absolvido, só eu mesmo, novata, para pedir uma condenação naquela situação em que a vítima havia matado um filho do réu, era uma vingança. Mas como tecnicamente não havia nenhuma situação de legítima defesa ou coisa que o valha, eu pedi, com a minha consciência bem tranqüila, a condenação, mas não levei.

Memorial - DLT: Quando a senhora chegou em Catuípe, Dra. Ana, percebeu alguma diferença de tratamento em relação a sua condição de jovem e mulher no interior, ou a comunidade já aceitava o fato? Já haviam passado por lá outras promotoras?

Entrevistada: Pela condição de mulher, sinceramente, nunca senti nenhum tipo de discriminação. Hoje acho que as mulheres estão tomando conta mesmo dessas carreiras jurídicas. O pessoal já está condicionado. Pela condição de jovem, em alguns momentos, sentia o tipo de tratamento que alguns coronéis da região dispensavam, meio que menoscabando a promotora em função de ser jovem, não de ser mulher. E também houve uma situação bastante engraçada. Eu tinha uma estagiária que era uma moça bem alta, grande, parecia até mais velha do que eu, e uma vez, no atendimento ao público, chegou uma pessoa, sentou-se na frente dela e começou a desabafar como se ela fosse a promotora.

Isso era muito comum, inclusive, quando eu fui tomar posse do apartamento que eu aluguei. Algumas pessoas, depois, vieram me dizer: "Ah, nós pensamos que os filhos da promotora tinham vindo antes". Éramos eu e o meu marido.

Memorial - DLT: Os dois eram os filhos da promotora.

Entrevistada: Éramos os filhos da promotora. Mas nada que me afetasse, que me atingisse.

Memorial - DLT: E depois de Catuípe?

Entrevistada: Depois de Catuípe, eu me removi para Sapiranga aqui na grande Porto Alegre, onde fiquei seis meses e depois fui para Passo Fundo. Em Sapiranga o trabalho foi bem diferente, porque, como sói acontecer com as comarcas da grande Porto Alegre, em geral, os promo- ores e juízes não moram na cidade. Então é uma comarca que, eu costu- io brincar, não tem personalidade, tu não te sentes tão promotor como i te sentes em uma cidade pequenininha, que tem vida própria, com- pletamente desgarrada da metrópole. Ali não, eu era uma das poucas que morava na comarca e, mesmo assim, não consegui me envolver muito com os problemas daquela cidade. Em que pese ser uma promotoria de defesa comunitária, quando eu comecei a tomar pé da situação, fui surpreendida com a promoção para Passo Fundo. Na época, ao contrário do que ocorre hoje, nós não tínhamos que nos habilitar para sermos promovidos, a promoção, se tu não recusavas, era automática. Então, de repente, quando vi, estava promovida para Passo Fundo. Se contar os dois meses de férias, trabalhei quatro meses em Sapiranga. Isso eu posso afirmar, cada vez mais tenho consciência de que precisamos de uma continuidade. Considero que deveria haver um período de confinamento maior em todas as promotorias, para que se tenha condições de tomar pé da situação e desenvolver um trabalho, principalmente em defesa comunitária que o trabalho, às vezes, não vem tão pronto na tua mesa, tu precisas correr atrás dele.

Memorial - DLT: No que consiste o trabalho da defesa comunitária?

Entrevistada: Defesa comunitária, na época, envolvia infância e juventude, meio ambiente, direitos do idoso, enfim, todos esses interesses difusos.

Memorial - DLT: Eles estavam agrupados, não eram separados?

Entrevistada: Todos agrupados na promotoria. E fora isso, ainda tinha o trabalho numa vara judicial que era marcado por questões evolvendo falências, concordatas, contratos de câmbio. Ali na região dos calçados, estudei muito essa matéria. Sapiranga foi uma comarca que achei complicadinha de trabalhar, não achei tão bom o meu trabalho quanto em Catuípe e quanto veio a ser depois em Passo Fundo e Vacaria.

Memorial - DLT: E como foi em Passo Fundo?

Entrevistada: Muito legal. Em Passo Fundo trabalhei com a Promotoria da Infância e Juventude nos quatro anos em que lá estive. Engajei-me com todas as questões atinentes à infância e juventude da cidade. Tive também experiências interessantes na auditoria militar em que eu nunca havia trabalhado.

Memorial - DLT: Ah, sim, havia auditoria militar em Passo Fundo.

Entrevistada: Isso, fiz vários julgamentos na auditoria militar como substituta, foi uma experiência diferente. Realmente, acho que foi muito bacana trabalhar em Passo Fundo. Embora ficasse quase todo o tempo sem um juiz titular na vara regional da infância e juventude, o que acabava concentrando muito das tarefas na promotoria.

Memorial - DLT: Na promotoria como um todo?

Entrevistada: É, como um todo. Como nunca havia um juiz titular, os próprios funcionários do judiciário, na hora do aperto, não sabiam bem a quem recorrer, e eu acabava tentando. Porque as questões da infância e juventude precisam de soluções muito rápidas. Lá em Passo Fundo também trabalhamos muito a questão do Conselho Tutelar, que me deixou de cabelo branco.

Memorial - DLT: Por que já estavam sendo implantadas as estruturas do ECA nesse momento, não é?

Entrevistada: Isso. Eu dei, no mínimo, umas 20 palestras na região para implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na época, os coordenadores do Centro de Apoio eram a Maria Regina Fay de Azambuja e o Afonso Armando Konzen, ambos pessoas extremamente envolvidas com a questão. Muitas vezes, as prefeituras do Interior pediam indicação de alguém para dar uma palestra, eles me indicavam e eu ia. Em todos aqueles municípios vizinhos dali, eu estive, porque sempre gostei muito dessa área. Hoje me voltei muito para o meio ambiente, mas tenho esse

segundo amor pela área da infância. Escrevia muito nessa área, então, acho que ajudei a construir os conselhos tutelares e os conselhos municipais da infância e juventude em vários municípios vizinhos a Passo Fundo. Também trabalhei muito na Comarca de Passo Fundo, mas lá eles têm uma sociedade civil já bastante organizada, têm instituições, o promotor foi um partícipe do processo, mas ele não foi o grande protagonista como foi nessas outras cidades pequenas em que, às vezes, as coisas saem meio de cima para baixo. Mas sempre é válido, acho que quando o resultado é bom, não importa tanto o processo.

Memorial - DLT: Na sua opinião, atualmente, há críticos com relação ao ECA. Qual é a sua avaliação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em mais de uma década de implantação? Ele tem auxiliado nessa questão da infância e da adolescência? Dizem que, na verdade, prejudica, aumenta a violência, protege demais. Qual é a sua opinião, Dra. Ana?

Entrevistada: Eu acho que é uma lei bastante humanizadora de toda essa questão. Trata a criança e o adolescente como cidadãos, conferindo direitos e também deveres. Isso sempre procurei salientar nas minhas falas, porque hoje há uma super exaltação dos direitos e um total esquecimento dos deveres. Se de um lado o ECA exalta direitos, do outro também confere muitos deveres. E ele tem um sistema até de sancionamento bastante grave.

Memorial - DLT: Ele é severo.

Entrevistada: É, as pessoas esquecem de toda essa parte para o adolescente autor de ato infracional, ele tem punições, muitas vezes, mais severas do que para o adulto. Eu considero uma bela de uma lei que requer vontade política na sua implementação, recursos, muitos recursos. Só que ele está envolvido em todo um sistema de desigualdade social muito intensa que se tem no país, que aí, sim, eu vejo as reais causas da violência e uma série de coisas.

Memorial - DLT: E não na lei, não é.

Entrevistada: Não na lei. E eu sempre fui a favor de leis avançadas. Isso aí o próprio Norberto Bobbio dizia que há pessoas que criticam, por exemplo, a lei da política nacional do meio ambiente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque não são leis feitas para o Brasil, são leis feitas para a Suíça. Eu entendo que essas leis, pelo menos, tratam de traçar alguns compromissos, porque se nós não tivermos nem esses

compromissos formais na lei, daí sim, a tendência é de se desviar totalmente da concretude desses objetivos. Então eu acho que são leis que constituem utopias concretas, que se tem condições de avançar e tentar construir alguma coisa diante delas. Como a nossa Constituição, embora também aí existam alguns exageros.

Memorial - DLT: Em Passo Fundo a senhora chegou a fazer júri?

Entrevistada: Fiz vários júris. Eu ajudava os colegas, nunca fui substituta da vara do júri, mas o colega tinha uma sobrecarga muito grande, e eu gostava para não perder a prática. Porque eu sempre tive uma relação de amor e ódio com o júri. Eu gostava daquela adrenalina do júri, mas eu ficava muito braba se não atingia o resultado desejado, porque eu realmente me preparava muito. Eu não sou promotora de conseguir pegar um processo, ler duas horas antes, fazer um júri e fazer bem. Tem muita gente que faz isso e faz bem. Eu não. Eu precisava ficar uma semana me preparando para o júri e sempre procurei esmiuçar muito a prova. A maioria dos meus júris fiz com base no laudo do exame de corpo de delito, eu gostava muito de pegar perícia, conversar com médicos, até para que me dessem dicas. Então se eu pedia uma condenação e não era acolhida, eu ficava muito braba. Por isso o ódio. Mas gostava. E Passo Fundo tem uma peculiaridade, eles têm um corpo de jurados muito experiente, muito bom, que costuma reconhecer o trabalho do promotor, então era bom fazer júri lá. Devo ter feito uns 10 júris em Passo Fundo.

Memorial - DLT: E qual a sua opinião sobre a instituição Tribunal do Júri?

Entrevistada: Ah, não sou muito fã. Analisando criticamente, acho que é um processo muito caro para se atingir um resultado que um juiz técnico poderia atingir, com um custo muito menor, com formalidades menores e com maior eficiência. Um júri é cheio de formalidades e, às vezes, uma escorregada o anula. Escreveu, não leu, o júri está anulado. Eu fiz um júri uma vez, de extrema repercussão lá em Vacaria, que era um homicídio de trânsito, o cidadão foi condenado por dolo eventual. Foi um júri extremamente desgastante, terminou às três da manhã, e, por um detalhe na maneira que a juíza formulou os quesitos, o Tribunal veio a anular. Depois outro colega fez esse júri, isso é um desgaste. Eu me lembro do marido da senhora e pai da criança que morreram nesse acidente, se submeter a assistir aquele júri duas vezes, vir de outra cidade. Só na pessoa dele, eu já via o quanto é incômoda essa instituição, então, sinceramente, hoje, tenho a clareza de que não tem razão de ser a instituição do júri.

Memorial - DLT: Em Passo Fundo a senhora ficou até quando?

Entrevistada: Fiquei quatro anos lá, agora não me lembro exatamente das datas.

Memorial - DLT: Chegou na entrância final, depois veio para Porto Alegre?

Entrevistada: Não, daí me removi para Vacaria, porque o meu marido conseguiu promoção para lá. Então nos juntamos de novo, depois de alguns anos de separação compulsória. Lá fiquei quatro anos, foi um trabalho muito bacana, foi a comarca que mais gostei, certamente.

Memorial - DLT: E trabalhava nas varas especializadas também?

Entrevistada: Lá não tinha uma especialização total, era defesa comunitária, mas era um pouquinho mais especializada, porque era só meio ambiente, infância e juventude e, no início, ainda tinha uma vara judicial, mas depois houve uma redefinição de atribuições com a criação de uma quarta vaga para promotor e daí então fiquei só com infância e juventude e meio ambiente. Só que lá existe a peculiaridade de ser uma região de muita queimada e muito corte de araucária. Em função disso, me dediquei bastante ao meio ambiente e comecei a me apaixonar também.

Memorial - DLT: Foi aí, então, que surgiu a paixão pelo meio ambiente?

Entrevistada: Exatamente. Quando vim promovida para Porto Alegre, na época, as especializadas eram cargo de confiança do procurador-geral, não eram promotorias como são hoje. Eu tive convites para ir para a Promotoria da Infância e para ir para o Meio Ambiente. Foi difícil decidir, mas optei por trabalhar no Meio Ambiente, porque queria aprender mais sobre essa área. Lá em Vacaria, embora tenha trabalhado muito, confesso que era uma atuação mais tosca, porque muito prática, se resolvia quase tudo em sede de inquérito civil. E sempre o mesmo tipo de problema pelas peculiaridades da região, não havia quase questões industriais, poluição atmosférica. E aqui em Porto Alegre o leque se abre muito. Então eu optei por trabalhar no meio ambiente.

Memorial - DLT: Dentro do meio ambiente, a senhora atua muito com a questão do patrimônio cultural. Continua trabalhando com o patrimônio atualmente?

Entrevistada: Continuo, continuo, já escrevi muito sobre isso até, e não sei se não vou acabar fazendo a minha dissertação de mestrado nessa área, estou ainda meio dividida. A nossa promotoria abrange todas as questões ambientais. Nós não temos uma especialização por assunto ali dentro. Mas eu trabalho tanto quanto os outros colegas a questão do patrimônio cultural, porque hoje se tem uma visão ampla de meio ambiente, ele abrange tanto o meio ambiente natural como o artificial e o cultural. Então tudo vai para a Promotoria do Meio Ambiente, lá temos uma distribuição igualitária.

Memorial - DLT: Nessas áreas, de que forma o Ministério Público atua? Como está estruturado, apoiado em que legislações?

Entrevistada: É, eu costumo dizer que a espinha dorsal de todo o sistema de proteção ambiental é a Constituição Federal, em relação ao meio ambiente, lato senso, o artigo 225 é uma grande carta de direitos do meio ambiente e do ser humano nesse contexto. Em relação ao patrimônio cultural há capítulo próprio nos artigos 215, 216. Nós temos diversas leis, nós temos a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente que na hierarquia seria a segunda mais importante, e para nós que trabalhamos com o processo, a Lei da Ação Civil Pública. E hoje também há uma lei de vanguarda, importantíssima que é a Lei 9.605, a Lei dos Crimes e Infrações Administrativas Ambientais que engloba também crimes contra o patrimônio cultural. Então essas seriam as leis mais importantes. Agora, na área ambiental, há essa dificuldade de trabalho no que diz respeito ao grande número de leis incidindo sobre uma mesma questão, porque como tanto a União quanto os estados e os municípios têm competência para legislar na matéria. Às vezes, um mesmo caso concreto nós temos que analisar à luz de várias leis, e, por vezes, leis e resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), resolução do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) que se chocam em eleger qual a aplicável naquele caso concreto. Às vezes, é uma tarefa bem difícil. Cada vez que entro em férias, quando retorno, costuma ter três, quatro leis, resoluções importantes editadas que tem que sentar e estudar, e no dia-a-dia, não se tem muito tempo para isso. Então não é fácil, é um desafio.

Memorial - DLT: Nessa área do meio ambiente, existe uma estrutura descentralizada de atuação da União, dos estados, e dos municípios? O Ministério Público atua tanto em nível nacional como estadual. Como é que se dá a relação e as competências de cada poder e instâncias?

Entrevistada: Na verdade, na esfera administrativa nós temos o chamado sistema nacional de meio ambiente que, a meu ver, nunca saiu do papel.

Memorial - DLT: Que é a União, Estado e Município?

Entrevistada: Sim, seria a União através do IBAMA, o Estado, aqui no Rio Grande do Sul, através da FEPAM, e, hoje, nós temos também os municípios exercendo licenciamento ambiental. Porto Alegre já faz isso há bastante tempo. Só que essa integração idealizada pela Lei 6.938, na verdade, não existe na prática, embora já esteja em vigor desde 1981, não vejo a existência desse sistema nacional de meio ambiente. Nós, Ministério Público Estadual, trabalhamos junto com o Ministério Público Federal que deve atuar, preferencialmente, naquelas causas em que haja interesse da União. Só que, às vezes, delimitar a esfera de atribuições nossa e deles é bastante difícil. Nós já temos algumas experiências de trabalho conjunto. O ideal seria incrementar essas atuações conjuntas, porque há situações em que é muito difícil, realmente, explicitar, afinal, de quem é a atribuição. Eu sou prática nesse aspecto, acho que o ideal é quem pegou primeiro, quem estudou mais, já se apropriou melhor do assunto, que faça! O Dr. Orcy Bretanha é, para mim, um símbolo da proteção ambiental no Ministério Público gaúcho, ele costumava brincar, quando perguntavam: "Ah, de quem é a competência, doutor?", "De quem chegar primeiro!". A meu ver, o espírito da lei é esse, porque a própria Constituição, quando consagra um modelo que chama de federalismo cooperativo, ou seja, o envolvimento da União, dos estados e dos municípios na tutela ambiental, o que ela quer é isso: se um não faz o que deveria fazer, possa o outro vir, subsidiariamente, e fazer. Então o importante é fazer, porque o bem jurídico é tão importante, é tão vital e está ligado ao nosso bem mais precioso, a vida, que alguém tem que fazer.

Memorial - DLT: E no patrimônio cultural, o que é que chega de ações, qual a demanda maior aqui no Rio Grande do Sul, como é que está sendo trabalhado isso? E como é que o Ministério Público atua?

Entrevistada: Nós atuamos, em geral, caso a caso, mas a promotoria já tem um trabalho reconhecido, e acabamos nos envolvendo, às vezes, até na gestão de algum projeto de lei, dialogando, tentando trabalhos preventivos com o próprio poder público. Essa matéria é muito nova e, cada vez mais, tende a crescer, porque com essa vida moderna, parece que o homem tem um anseio de passado, cada vez maior, para tentar se encontrar.

Memorial - DLT: É uma contradição da globalização.

Entrevistada: É uma coisa interessante essa busca por passado que existe. Por outro lado, vivemos num país pobre, paupérrimo, com diversas prioridades. Investir em preservação de patrimônio cultural parece uma coisa meio diletante, quando sabemos que não é. Então se não for um órgão como o Ministério Público tencionar os poderes públicos para que façam a preservação do patrimônio cultural, ela não vai ocorrer. Ela não dá grandes votos, ela não atinge as pessoas nas suas necessidades mais primárias como alimentação, moradia e outras coisas. Então acho muito importante a atuação do Ministério Público nessa área, cobrando delimitação de área de interesse cultural, cobrando toda essa regulamentação que tem que ter prévia. Porque há pessoas que acham que o tombamento é o único instituto que protege patrimônio cultural, quando há vários outros. E também não só os bens materiais. Há toda essa questão do patrimônio imaterial, área na qual já temos algumas iniciativas. Poucas ainda, mas temos.

Memorial - DLT: Dra. Ana, o Poder Judiciário tem sido parceiro na área do meio ambiente, patrimônio cultural, como é que a Instituição vem acompanhando esse trabalho do Ministério Público?

Entrevistada: É, eu acredito que o Judiciário ainda não despertou muito para esses interesses difusos. Se vê pela série de congressos, principalmente nos que o Direito por um Planeta Verde organiza, que a presença de juízes interessados pelo assunto ainda é muito pequena. De sessenta promotores, às vezes, se vê um, dois juízes, mas entendemos também isso, porque a nossa Instituição, desde que saiu a Constituição, tem investido seriamente nessas áreas. Eu me orgulho do trabalho que tem sido feito na minha instituição para difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo. Eu lembro até hoje, quando entrei, peguei uma turma de corregedores fantástica, eram os melhores nomes do Ministério Público. Essas pessoas se dedicaram, estudaram profundamente o Estatuto da Criança e do Adolescente e trataram de fornecer um manual de aplicação para cada promotor que estava entrando. Isso eu lembro, na época, não foi feito nada semelhante no Judiciário. Em relação à área ambiental, nós temos tido, especialmente a Dra. Sílvia Cappelli, coordenadores de Centros de Apoio maravilhosos que têm realmente procurado difundir essa área, equipar os promotores, equipar também mentalmente, ou seja, através de cursos e treinamentos.

Memorial - DLT: Sim, para qualificar, informar.

Entrevistada: Qualificação técnica. Então a nossa Instituição tem investido muito nisso. Em relação ao Judiciário, eu vejo uma certa defasagem.

Memorial - DLT: Dra. Ana, a sua opinião em relação ao compromisso de ajustamento. Vê-se muito na área ambiental que o Ministério Público vem atuando muito nessa questão do compromisso. É positivo, é um instrumento jurídico mais novo?

Entrevistada: É, é um instrumento jurídico novo e fantástico a meu ver, porque ele resolve a questão de uma forma muito mais célere, muito menos onerosa, sem o desgaste de uma demanda judicial. Como é um instrumento que encerra no promotor uma gama elevada de poderes, é lógico que requer um aparelhamento da Instituição para a realização desses compromissos, ou seja, as pessoas têm que ter um treinamento, por exemplo, para a negociação, que é uma coisa que nunca tivemos.

Memorial - DLT: Sim, porque é um papel novo, o magistrado, o promotor, o negociador.

Entrevistada: É, nas faculdades nunca tivemos isso e na Instituição ainda não, eu sei que há interesse em fazer, mas até hoje não se concretizou. E também temos a noção de que estamos transigindo com interesse público, isso é uma dificuldade, às vezes, a gente fica naquela situação, "Se eu não realizar esse ajustamento, eu vou entrar com uma ação civil pública de resultado completamente dúbio que vai tramitar, sabe lá Deus quanto tempo ..."

Memorial - DLT: Com tanta morosidade.

Entrevistada: ... e que no final, talvez a sociedade resulte sem nada, porque, às vezes, nesse ínterim a empresa vai a falência, fica sem patrimônio e como hoje sabemos que por essas dívidas de natureza civil, não podemos levar alguém à cadeia, ou seja, tem que executar através do patrimônio da pessoa física ou jurídica. Então é muito complicado, mas acho que se o próprio Poder Judiciário tomar consciência da importância que esse instituto tem para a sociedade, e, inclusive, para desafogar o próprio Poder Judiciário, vai ser o primeiro a se interessar pela consolidação desse instituto.

Memorial - DLT: Firmado um acordo, o Ministério Público mantém a fiscalização, isso depende também de estrutura. É a isso que a senhora estava se referindo, à dificuldade de acompanhamento?

Entrevistada: Não, não, isso não. No interior já vi situações em que há problemas porque, como já falei, essa questão da solução de continuidade do trabalho é muito negativa. O promotor vai, fica pouco tempo numa promotoria, em seguida, já sai. Instaura uma série de inquéritos civis que não vai conseguir acompanhar, ou realiza ajustamentos, e, às vezes, por uma questão de má organização da promotoria, depois não consegue nem tomar pé da situação, e alguns compromissos acabam sem fiscalização. Aqui na nossa promotoria isso é muito bem controlado, porque temos um setor de cartório. Os inquéritos só vão para o Conselho Superior do Ministério Público após o compromisso estar totalmente cumprido. Então fiscalizamos muito de perto isso e nunca há uma solução de continuidade. Porque se eu não estou lá, como não estou nesse momento, os colegas estão acompanhando essa fiscalização. Então, nesse ponto, acho que é uma questão de organização, a partir do momento em que se fixar os promotores um pouco mais de tempo nas promotorias, dando-lhes uma estrutura boa no sentido de ter o acompanhamento dos inquéritos civis. Isso não significa muitos funcionários, para mim, não é por aí que se resolve, não vai haver problema maior de acompanhamento.

Memorial - DLT: Dra. Ana, em 1997, foi criada uma associação nacional dos Ministérios Públicos nessa área do meio ambiente. A senhora acompanhou esse processo?

Entrevistada: Não acompanhei o início da ABRAMPA (Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente). Eu me tornei sócia quando vim para Porto Alegre, daí comecei a participar de todas essas discussões e reuniões, o que costumo fazer até hoje.

Memorial - DLT: Houve um congresso esse ano, não é?

Entrevistada: Houve, em Salvador.

Memorial - DLT: Quais foram os temas mais candentes, mais discutidos?

Entrevistada: Foi um congresso bem variado. Esses congressos da ABRAMPA costumam ter um tema foco, já ajudei a organizar o do ano passado, em Gramado, onde procuramos fazer um congresso sobre equilíbrio ambiental no meio urbano e no meio rural para abranger tudo. E pelo que eu sei, porque eu não fui, não pude ir esse ano em função do meu mestrado, também foi um congresso de temas variados, não teve nada específico.

Memorial - DLT: A população em geral, através da ações civis públicas, procura mais, tem mais consciência dos seus direitos e na área ambiental, ou a senhora acha que ainda estamos construindo essa cidadania na área do meio ambiente?

Entrevistada: Depende da comarca. Aqui em Porto Alegre, hoje, eu vejo que está aumentando cada dia mais a demanda pela atuação da promotoria, porque, muitas vezes, a atuação inicial não deveria ser nossa, pois os órgãos que exercem a polícia administrativa têm que ser os primeiros a atuar no exercício do poder de polícia. Só que os órgãos, muitas vezes, já orientam as pessoas a ir direto na promotoria. Então está aumentando muito esse trabalho, mas eu não acho isso muito positivo, acho que primeiro as pessoas deveriam tentar exaurir a via administrativa para depois procurar a promotoria. E infelizmente está acontecendo o contrário, e nós não vamos exigir que a pessoa exaura a via administrativa, a gente acaba abraçando todas as questões que ali chegam. E muitos inquéritos a gente instaura de ofício, ou seja, sai uma notícia no jornal, a gente já instaura. Então a tendência do trabalho é aumentar cada vez mais.

Memorial - DLT: Há pouco, houve um debate sobre essa questão da gua em Porto Alegre. A senhora acha que realmente é uma preocupa-ção grande essa questão da água para o meio ambiente, não só aqui, mas para o planeta como um todo? Como é que a gente está tratando isso?

Entrevistada: É uma questão muito grave essa, porque só 2% da água disponível no planeta é água doce, ou seja, hábil para o consumo humano, o restante é água dos oceanos, salinizada, ou água das geleiras. Ambas, para se tornarem hábeis ao consumo, têm que passar por processos muito complicados e caros, nem sei se existe como. Para a dessalinização eu sei que existe um método muito caro, tirar água das geleiras e trazer para as cidades, imagina, é uma coisa muito complicada. E o Brasil é o país do mundo que concentra maior reserva de água doce, nós temos aqui também o aqüífero Guarani, água subterrânea que passa por outros países e outros estados da federação, mas o Rio Grande do Sul concentra tudo isso e o Brasil mais ainda. Só que esse problema da água se mescla com várias outras questões. A própria questão da vegetação, a agressão das áreas de preservação permanente como, por exemplo, a vegetação ciliar no entorno de rios, lagos e lagoas. No momento em que se degrada essa vegetação, se está diminuindo não só o volume como a qualidade da água, porque essa vegetação tem um papel de esponja, de filtrar. Vacaria é uma região alta do Estado onde temos nascentes dos principais rios que vêm a compor,

inclusive, o sistema do Guaíba como o Rio das Antas e outros. Quando o pessoal bota fogo nos banhados lá, em geral, estão queimando nascentes, estão degradando uma área de preservação permanente, estão deteriorando a qualidade da água que vai chegar aqui em baixo e diminuindo o volume também. Isso é uma peculiaridade do meio ambiente, essa questão sistêmica, as questões todas se interligam, se relacionam. Então acho que é muito importante o trabalho que o Ministério Público vem fazendo na questão das matas ciliares, na questão do saneamento, que é uma questão em que os governos, historicamente, não investem no Brasil, porque não dá voto, pelo contrário, tira voto, uma vez que muitas comunidades se irritam com aquela buraqueira, abertura de vias e obras, obras e obras. Mas é fundamental. Aqui em Porto Alegre até que o nosso governo tem investido nisso, mas não também sem a cobrança do Ministério Público. Aqui a promotoria já ganhou uma ação civil que obriga o poder público municipal, num prazo de seis anos, dotar toda a cidade de um sistema de tratamento dos esgotos.

Memorial - DLT: Quanto por cento Porto Alegre tem de esgoto tratado?

Entrevistada: Atualmente em torno de 27%. Com um programa socio-am-biental que está se iniciando agora e que precisa de um volume de recursos vultosos, vai passar para 77%.

Memorial - DLT: Quando foi essa ação do Ministério Público com relação à Prefeitura?

Entrevistada: Essa ação transitou em julgado, acredito eu, nem sei se transitou em julgado contra o município, não saberia te dizer, teria que ver se não há recurso especial, alguma coisa. Mas faz já uns três anos que saiu a sentença e o acórdão do Tribunal de Justiça.

Memorial - DLT: E, a partir disso, houve maior preocupação em cumprir etapas, em agilizar essa questão do tratamento, porque é uma cidade com mais de um milhão de habitantes.

Entrevistada: Sem dúvida. Mas essa preocupação vinha de antes, nós temos que ser justos, porque o atual governo, em relação a isso, até que se preocupa, se a gente comparar com outras cidades do país. Mas claro que houve uma movimentação bem maior depois dessa ação.

Memorial - DLT: Na questão do patrimônio cultural, o Rio Grande do Sul como é que vem trabalhando, aumenta a preocupação pelo patrimônio, entidades trabalhando?

Entrevistada: Sim, hoje nós temos algumas organizações não governamentais que estão trabalhando nisso.

Memorial - DLT: São parceiras do Ministério Público?

Entrevistada: Muito. Isso é uma outra coisa que temos de aprender. O promotor não tem que trabalhar só para a sociedade, ele tem que aprender a trabalhar com a sociedade. Ali na promotoria tivemos uma recente experiência com os moradores do bairro Moinhos de Vento em que, no contexto de um inquérito civil, se criou uma equipe interdisciplinar composta por arquitetos, historiadores, urbanistas, pessoas de renomada conceituação nas suas devidas áreas de atuação profissional, e eles, então, graciosamente, fizeram um laudo fantástico que nos habilitou a entrar com uma ação bem importante.

Memorial - DLT: É um projeto que se relaciona com bairro Moinhos de Vento?

Entrevistada: É, houve toda uma discussão. Mas eram três casas que iam abaixo para construir um espigão. Por enquanto, essa liminar está em vigor, mas a ação está em curso ainda. O que teve de bacana nesse contexto todo, foi justamente esse trabalho da população se movimentar e buscar o Ministério Público como seu aliado numa situação muito difícil, de grandes interesses econômicos envolvidos.

Memorial - DLT: Dra. Ana, questões mais genéricas: qual, na sua opinião, deveria ser o tema de grande preocupação da Instituição Ministério Público para um debate mais interno no momento?

Entrevistada: Eu vejo como questão a ser melhor trabalhada, a Instituição. Para mim, tem que se voltar mais para a área criminal, pois, a meu ver, está se criando no país uma filosofia de impunidade total. Os próprios promotores, às vezes, não sentem grande prestígio nessa área. A área ambiental, justiça seja feita, a Instituição realmente tem valorizado, nós crescemos muito, nós temos hoje uma assessoria técnica excelente, coisa que quando entrei era ficção científica. Realmente, o Centro de Apoio faz um trabalho maravilhoso que tem capacitado e envolvido os promotores, mas eu vejo a área criminal um pouco esquecida. Outro problema sério que vejo na Instituição é a questão da atuação como *custos legis*. Entendo que tenhamos de abrir mão de alguma coisa para poder ocupar outros espaços. O dia tem 24 horas para todo mundo, a Instituição tem limites orçamentários, como todas as demais, e a gente tem que eleger prioridades. A meu ver, a atuação como *custos legis* na área cível,

certamente não é uma prioridade, até porque cria uma visão meio esquizofrênica: ora se é autor, ora se é *custos legis*. E a própria atuação do Ministério Público na área criminal em segundo grau, não vejo como possa ser *custos legis*. Para mim, promotor na área criminal tem que ser parte, senão a sociedade, ao chegar no segundo grau, vai quebrar o contraditório, porque não terá um promotor para defender seus interesses lá. Então, é um outro problema também que acho meio estranho na nossa Instituição. Imaginas explicar a alguém da iniciativa privada, por exemplo, como é que duas pessoas da mesma instituição, no primeiro grau têm um posicionamento; no segundo grau, outro posicionamento totalmente diferente. Isso eu acho meio complicado, então, a meu ver, no crime o promotor tem que ser sempre parte. Por outro lado, na esfera cível, acho que o promotor tem que, aos poucos, abrir mão de algumas atuações como *custos legis*.

Memorial - DLT: Esse debate vem sendo feito?

Entrevistada: Vem, eu tenho acompanhado. É uma das questões palpitantes do momento. Mas não é fácil mudar estruturas, a gente se acostuma com determinados trabalhos e, às vezes, não quer abrir mão, ocupar novos espaços. Acho que seria muito importante e muito interessante para os procuradores mais experientes trabalharem mais unidos conosco. Principalmente aqui em Porto Alegre, criar nas promotorias a figura de um procurador que seria o elo de ligação entre os promotores e o segundo grau. Por exemplo, hoje são interpostos recursos e não se pode fazer sustentação oral no Tribunal. E muitas vezes o procurador que lá está não acompanhou, não tem toda aquela sensibilidade. Então, a meu ver, seria muito interessante criar espécies de grandes escritórios: criminal, meio ambiente, infância e juventude que tivessem ali dentro, trabalhando conosco, e também com o Tribunal, um procurador.

Memorial - DLT: Dra. Ana, com relação à Corregedoria, a gente vem fazendo como se fosse uma avaliação do trabalho da Corregedoria, mais histórico, mais recente. Qual é a sua opinião?

Entrevistada: Eu considero extremamente importante o trabalho da Corregedoria que, ao meu ver, deveria se prolongar mais no decorrer da carreira, não centrando muito os esforços só no estágio probatório. Acho que deveria haver inspeções de rotina, e cobrança também, porque uma instituição que cobra de todo mundo como a nossa, acho que deve ser cobrada, e bem, internamente. Cada vez

mais eu vejo essa necessidade de cobranças. Acho que deveríamos trabalhar mais com indicadores de produtividade, de efetividade, então, nesse ponto, vejo a Corregedoria desempenhando um papel muito importante nesse contexto.

Memorial - DLT: As mulheres são quase 50% hoje. A estatística que eu pesquisei no início do ano, apontava 46%. Nós vínhamos conversando, a senhora colocou que nunca sentiu discriminação, a sua geração não sentiu isso no interior, já outras gerações sentiram, claro, isso é um processo. No que se refere à questão da ocupação dos cargos de comando, não são muitas as mulheres, apesar de se ter quase essa igualdade na composição do quadro geral. O que a senhora diz disso?

Entrevistada: É, nesse ponto, acho que aqui no Rio Grande do Sul ainda as mulheres estão ocupando poucos postos-chave. Mas acho que, aos pouquinhos, isso vai ser revertido também. Nós já temos aqui a primeira Corregedora mulher, reconduzida. Mas, realmente, acho que ainda há uma defasagem muito grande em relação ao número de mulheres que existem na Instituição e os postos de comando. Ainda é uma instituição de homens. Eu me lembro de Goiás, onde já estive algumas vezes, houve um momento em que presidente da Associação, procurador-geral e corregedor eram todos cargos ocupados por mulheres.

Memorial - DLT: É incrível isso. No Rio Grande do Sul, acho que a gente não teve nenhuma mulher na presidência da Associação, na procuradoria-geral. Agora sim, há a Dra. Jaqueline na Corregedoria. Nós já conversamos sobre os temas da Instituição, como é que a senhora vê o futuro do Ministério Público?

Entrevistada: Acho que a nossa Instituição está numa encruzilhada, porque com a Constituição acumulamos muitas atribuições e também começamos a cutucar grandes interesses dos historicamente poderosos no país. Em função disso, naturalmente, veio a reação, então nós temos vários interessados, hoje, em reduzir as atribuições do Ministério Público. Para que consigamos manter as nossas atribuições, que são as mais relevantes a meu ver, precisamos mostrar resultados, qualidade para a sociedade. Acho que a partir do momento em que encontrarmos uma legitimação na sociedade, não vai ter político que consiga mexer com isso. Mas para tanto, precisamos fazer com resultados e divulgarmos o que é feito também. É muito importante essa assessoria de comunicação - algumas pessoas gostam de dizer que alguns promotores querem apare-

cer, porque estão na mídia demais. Eu acho muito importante divulgar o nosso trabalho, porque, realmente, as pessoas não sabem. Por exemplo, hoje quem vai aos *shoppings* em Porto Alegre vê que todos têm separação de lixo orgânico e lixo seco. Quantos cidadãos de Porto Alegre sabem que isso derivou de um termo de ajustamento do Ministério Público? Pouquíssimos, não é? Então, realmente, não divulgamos o que fazemos.

Memorial - DLT: Quantos nem sabem que o Ministério Público trata disso, não é. Porque também existem divisões na relação do Ministério Público com a imprensa. Por outro lado, a gente vê as dificuldades que o Poder Judiciário enfrenta sem muito apoio da sociedade para as reformas, até por ter ficado afastado da imprensa nesse momento. Talvez até por ter divulgado pouco também.

Entrevistada: É verdade, agora eles estão tentando se aproximar da imprensa, dialogar.

Memorial - DLT: Os juízes sempre tiveram uma dificuldade maior para isso, não é? Até como poder constituído, acho que nunca acreditaram que isso pudesse ser transformado.

Entrevistada: É, numa democracia midiática em que a gente vive, gostei muito dessa expressão que um alemão usou outro dia. E, realmente, na própria questão ambiental, tenho acumulado algumas reportagens, porque eu ando chocada, ultimamente, existe um movimento dos principais veículos de imprensa no sentido de menoscabar a questão ambiental. Há uma reportagem da revista *Exame* que diz "Como o meio ambiente emperra os negócios do país". Como se não fosse possível tentar pensar em desenvolvimento com sustentabilidade, como se não fosse necessário preservar o meio ambiente, até por questões econômicas, e eu fico impressionada de ver todos esses movimentos que ocorrem.

Memorial - DLT: Dra. Ana, teria alguma questão que a senhora gostaria de deixar registrada, além do que nós viemos conversando até agora?

Entrevistada: Não, acho que não, já falei bastante, vocês vão ter bastante trabalho para degravar.

Memorial - CS: A senhora está fazendo mestrado, gostaria que a senhora comentasse esse seu momento atual de parada para estudo e reflexão.

Entrevistada: Está sendo bem diferente, porque eu tinha uma demanda por leituras reprimida já de algum tempo, e nesse ponto está sen-

do ótimo, porque estou fazendo o mestrado que eu sonhei fazer, no meio ambiente, pela Universidade de Santa Catarina que tem todo um perfil que me agrada e as leituras que estou fazendo são aquelas que eu queria mesmo fazer, então estou amando. E também estou tendo muito mais tempo de escrever que é uma coisa vital para mim, é instintiva quase. Estou sentindo muita falta do processo, porque sou de briga mesmo, gosto de um processinho e por isso fico louca para meter a mão na massa! Mas como vai ser só um ano, no ano que vem, já vou ter que trabalhar e escrever a dissertação, então no ano que vem não vou ter saudade de nada! Vou ter saudade dos filhos, provavelmente!

Memorial - DLT: Quantos filhos, Dra. Ana?

Entrevistada: Dois.

Memorial - DLT: Pequenos?

Entrevistada: Um tem seis anos e o outro, dez.

Memorial - DLT: Então está certo, Dra. Ana, muito obrigada, nós agradecemos imensamente.

Entrevistada: Eu que agradeço.

ANGELA SALTON ROTUNNO

Angela Salton Rotunno é natural de Porto Alegre/RS. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1990. Atuou nas Comarcas de Butiá, Camaquã, Alvorada e Porto Alegre. Foi a primeira mulher a exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e a vice-presidência da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Atualmente, é a 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos em Porto Alegre.

Angela Salton Rotunno*

Memorial - DLT: Dra. Angela, qual a sua cidade natal?

Entrevistada: Nasci em Porto Alegre.

Memorial - DLT: Os familiares, pai e mãe, nasceram também em Porto Alegre?

Entrevistada: A minha mãe nasceu em Bento Gonçalves, e meu pai, em Santa Vitória do Palmar. Eles se conheceram em Porto Alegre, e, quando casaram, foram morar em Bento Gonçalves, onde ficaram durante uns cinco anos. Depois, vieram residir em Porto Alegre. Minha irmã mais velha, Iria, nasceu em Bento Gonçalves, enquanto eu e o meu irmão mais novo, Roberto, nascemos em Porto Alegre.

Meu pai é engenheiro civil; minha mãe, professora de Educação Física. A mãe prestou vestibular para professora de Educação Física, escondida do pai dela.

Memorial - DLT: Eu imagino, porque a Educação Física, naquela época, não era um curso muito comum para as mulheres. Não é mesmo?

Entrevistada: É verdade. Os dois caminhos possíveis eram professora primária ou dona-de-casa. A mãe não quis nenhum dos dois. Fez o vestibular, passou e, quando chegou em Bento Gonçalves, disse para o meu avô: "Passei, agora não adianta mais!". Passou a residir em Porto Alegre, em uma pensão para moças, formou-se e depois casou. Foram morar em Bento Gonçalves. Meu pai trabalhava como engenheiro para o Estado, construindo escolas. O pai construiu, na época do Governo Brizola, todas aquelas escolas da região da serra, que estavam sob a supervisão dele. Quando resolveram morar em Porto Alegre, a minha irmã já tinha cinco anos de idade. Esse idealismo e respeito pela função pública dos meus pais refletiu-se em todos os filhos. Todos nós trabalhamos para o Estado.

* Entrevista concedida aos historiadores Márcia de la Torre (DLT) e Moacir Paulino Bueno em 19/07/2004 e ao historiador Gunter Axt em 13/01/2005. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Márcia de la Torre.

Memorial - DLT: Em quais carreiras públicas estão os outros irmãos?

Entrevistada: O meu irmão, como Oficial de Justiça; e a minha irmã mais velha é Auditora da Secretaria da Fazenda.

Memorial - DLT: Dra. Angela, a senhora sofreu alguma influência familiar na escolha da carreira profissional?

Entrevistada: Na verdade, meu pai tentou me influenciar para ser do Exército. Meu pai adorava o Exército, como eu nasci no dia 25 de agosto, dia do Soldado, ele achava que combinava comigo, e durante muito tempo, insistiu muito. O pai foi sargento durante algum tempo, mas como ele não conseguiu ser oficial, em função da idade, resolveu cursar Engenharia.

Assim, devido à insistência paterna, eu cheguei mesmo a pensar em ir para o Exército ou para a Marinha. Aí desisti; lá pelas tantas, a idéia passou, e, então, pensei em fazer Medicina. A maioria dos meus parentes são médicos ou engenheiros.

Escolhi o Direito por influência do meu colégio, o Colégio Aplicação. Lá, desde muito cedo, a gente começava a conviver com universitários, porque o colégio ficava no meio da Universidade. Então, na hora do recreio, à tarde, o pessoal da Filosofia, da Psicologia, da História e do Direito passava pelo colégio. Foi através dessa convivência, que descobri que o Direito existia.

Memorial - DLT: Em que época aconteceram essas descobertas vocacionais?

Entrevistada: Estamos no segundo ano do segundo grau, em 1981. Fiz o terceiro ano em 1982; eu entrei na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em janeiro de 1983. Até o final do segundo ano, final de 1981, eu estava convicta em cursar Medicina. No início de 1982, resolvi fazer Direito. Foi uma briga lá em casa: "Ah, está com medo do vestibular!" Porque, na época, passar no vestibular para Medicina era mais difícil. Naquele tempo, o regime militar ainda vigorava. Começando a abertura política, mas ainda incipiente, muito, muito incipiente. O Direito, nessa época, não era valorizado, até porque a "argumentação", a defesa de visões diferentes não eram bem vistos. Então, existia uma crença de que só fazia vestibular para Direito quem não tinha condições de passar em Medicina.

Decidi cursar Direito porque sempre fui uma pessoa muito expansiva, comunicativa, sempre gostei de conversar, de trocar idéias, de ler

e escrever. Além disso, achei que o Direito tinha um campo enorme de possibilidades de trabalho. Assim, passei no vestibular, fiquei em oitavo lugar no Direito da UFRGS. E adorei o curso, desde o início me apaixonei pelo curso, tive certeza de que havia acertado na escolha, de que era aquilo mesmo, que combinava comigo; desde os primeiros seis meses da faculdade, quando normalmente todo mundo acha o curso um tanto quanto enfadonho, eu já achava o máximo, adorava!

Memorial - DLT: Como era o perfil da turma de Direito de 1983, considerando que, nessa época, o País preparava-se para transição do Regime Militar, então a proximidade com a chegada da Democracia dava um perfil novo a Turma?

Entrevistada: Tu sabes, Márcia, que, para mim, foi até uma decepção, porque no Colégio de Aplicação nós tínhamos uma outra formação. Eu me lembro que, quando entrei no Aplicação, na sexta série, em 1977, na primeira semana de aula houve uma greve de alunos. Os alunos fecharam as escadas de acesso às salas de aula. Era greve, que ninguém podia subir. Eu fiquei apavorada "Mas o que é isso? Onde é que eu estou? Que mundo é esse?".

Memorial - DLT: Em 1977, sob os rigores do Regime Militar?

Entrevistada: Exatamente. Eu tinha 11 anos de idade e comecei a ver tudo aquilo. "Mas o que é isso que está acontecendo aqui?". Nunca havia imaginado essa possibilidade, greve de alunos. Ou seja, o Aplicação nos dá uma formação humanista e de estímulo a buscar os ideais, que é muito forte.

Memorial - DLT: Uma Escola nessa época com essas características é quase uma exceção. Não é mesmo?

Entrevistada: Sim, com certeza! Então, era um colégio extremamente politizado, com grêmio estudantil ativo - do qual sempre participei -, com aulas de filosofia e teatro até o final. Enfim, para nós era muito comum discutir política, discutir o que é marxismo, o que não é, o que é socialismo, o que não é. Tudo isso era muito comum. No recreio, vários grupos discutindo esses assuntos. Outra característica era a relação de professor-aluno, muito próxima, nós éramos como filhos daqueles professores. Eles conheciam profundamente cada um dos alunos, até porque era um colégio pequeno. Havia, no máximo, 30 alunos em uma turma. E, no máximo, duas turmas em cada série. Era alternado. Em um ano entravam 30 alunos, no outro, 60, e assim sucessivamente.

Memorial - DLT: Como era, na época, o processo de seleção para ingresso no Aplicação?

Entrevistada: Era prova seletiva de Português, Matemática, questionário de avaliação de Q.I. e redação. Era bem difícil. Mas nós tínhamos esse relacionamento muito próximo com os professores, todos eles te conheciam pelo nome, sabiam da tua família, teu jeito, tua personalidade; se tu estavas triste, te puxavam para um canto: "O que está acontecendo contigo?". Era um colégio em que nós tínhamos auto-avaliação, ou seja, o professor perguntava: "Angela, como é que tu achas que foste no semestre?". E os alunos respondiam: "Fui mal, ou fui bem". Eu pedi recuperação duas vezes, eu disse: "Professor, não entendi a matéria, me coloca em recuperação, que eu preciso!". Assim como eu, a grande maioria dos colegas também pediam recuperação, quando necessitavam. Eles trabalhavam a nossa consciência, estavam sempre despertando o auto-conhecimento, a preocupação com os outros, com o que estava acontecendo no mundo.

Memorial - DLT: Com muita participação...

Entrevistada: Uma participação constante. Por exemplo, na época da votação da lei do divórcio, fizemos passeata a favor da legislação. De grupos feministas eu comecei a participar com 14 anos de idade. Eu diria que pouquíssimos colégios, naquela época, tinham qualquer tipo de envolvimento com esses assuntos. E, para nós, era comum; as professoras nos incentivavam a participar de grupos de debates, traziam textos para trabalharmos na sala de aula. Então, o que aconteceu? Quando eu entrei na UFRGS, para mim, foi uma grande decepção. Os professores em um palco, dando aula expositiva, sem nenhum tipo de comprometimento ou conhecimento dos alunos, com turmas de 60, 70 pessoas, totalmente distantes.

Memorial – DLT: O corpo docente da UFRGS sofreu muito com a repressão política, talvez isso possa, de certa forma, explicar esse modelo de ensino mais conservador. Não é?

Entrevistada: Com certeza. Muito conservador. Por exemplo, se tu participavas do Centro Acadêmico, tu eras imediatamente rotulado. Então, para mim, foi uma grande decepção a faculdade, sinceramente. Sob esse aspecto, em comparação com o que eu tinha vivido antes, a Faculdade de Direito da UFRGS foi um choque. Tanto é que durante os dois primeiros anos da faculdade, em 1983, 1984, eu saía da faculdade, tanto na hora do recreio, como depois do término das aulas, no final da

manhã, e ia para o Aplicação. Eu ia conversar com os amigos, os meus amigos eram os do Aplicação, os mais antigos que também passavam no colégio, os mais novos e os da minha turma que ainda ficaram estudando, pois tinham criado o quarto ano do segundo grau. Como eu tinha passado no vestibular, eu não precisei cursar; os que não passaram, fizeram. Então, eu ia lá encontrar os meus amigos. Esses dois primeiros anos foi o tempo que eu precisei para entender as diferenças. A faculdade era super formal, um limitador para mim.

Memorial - DLT: E tu chegaste a participar de alguma organização de estudantes?

Entrevistada: Sempre, sempre estive presente. A minha primeira eleição, costumo brincar, foi aos 9 anos de idade, para líder de classe no Grupo Escolar Rio Branco. No terceiro ano do colégio perguntaram: "Quem é o líder de classe dessa turma?" Não tinha. "Então, vamos eleger um líder da classe". Aí, um garoto levantou a mão e se candidatou ao cargo. Em seguida, eu perguntei para a professora: "Menina também pode?". "Pode". "Então eu também sou!". E foi feita a eleição, eu ganhei e fui líder de classe no terceiro ano. E, a partir daí, sempre tive algum tipo de participação, no Aplicação, no grêmio estudantil, e na faculdade, no centro acadêmico André da Rocha, em que eu participava diretamente ou dentro da chapa, ou, mesmo não estando na diretoria, sempre passava pelo centro acadêmico para saber o que estava acontecendo. Na UFRGS, eu participava do centro acadêmico, do SAJU - Serviço de Assistência Judiciária gratuita - do Departamento de Direito Privado, como representante dos alunos, enfim, se havia algum espaço para alunos, eu participava. Eu sempre vi a faculdade como uma forma de ampliares, ao máximo, os teus horizontes; eu sempre me inseri na vida acadêmica. Era monitora, também. No final do primeiro ano da faculdade, fiz concurso para ser monitora dentro da UFRGS. Como monitora, no segundo ano, dava aula para o primeiro ano. Durante quatro anos, eu dava aula para os meus colegas mais novos na área do Direito Civil.

Memorial - DLT: Havia muitas mulheres na tua turma, Angela?

Entrevistada: Sim, os homens eram maioria, mas já havia bastantes mulheres. Do Aplicação, da minha turma, fomos eu e a Vivian. Nós duas saímos do colégio, e continuamos na faculdade, juntas. A maioria das pessoas do Aplicação foram para o Jornalismo, para a Psicologia, para Assistência Social, enfim, a maioria para as áreas humanas.

Memorial - DLT: Angela, e com todo esse teu espírito de participação, tu nunca militaste partidariamente?

Entrevistada: Nunca, nunca militei partidariamente. Nunca fui filiada a nenhum partido. Sabe por quê? Pelo seguinte, Márcia, em primeiro lugar, para mim, não importa o que as pessoas pensam, eu procuro me relacionar com todas as pessoas, independente das convicções políticas. Acredito que todo mundo vale a pena, que eu aprendo com todos. E quando tu és de um partido x ou y, tu crias rótulos para as pessoas, tu acabas te afastando de pessoas especiais, só porque não possuem a mesma idéia. Então, eu colaborava no centro acadêmico, tanto quando era o PT que estava na direção, como quando era o PDT. Na UFRGS, não me lembro do PDS, na época, estar no centro acadêmico, mas nas direções do PDT, PMDB e PT, eu participei. Inclusive, a única vez em que participei de uma eleição no centro acadêmico como integrante de chapa, até porque eu não gostava de entrar na chapa, eu gostava de participar do centro, eu acabei entrando em uma eleição...

Memorial - DLT: E os partidos políticos sempre tiveram Centro Acadêmico André da Rocha?

Entrevistada: Sempre tiveram. Os Centros Acadêmicos sempre foram uma célula de algum partido.

Memorial - DLT: Grandes políticos saíram dali.

Entrevistada: Exatamente. Começavam as suas carreiras por ali. Mas eu sempre tive certeza de que não seguiria esse caminho, logo, a filiação partidária não era necessária. Claro, que, em algumas eleições, eu trabalhei, trabalhar era distribuir panfletos, 18 anos distribuindo panfletos (risos). Em algumas, para o PMDB, outras, para o PT, outras, para o PDT. Dependia do momento.

Memorial - DLT: E do movimento das mulheres, chegastes a ter alguma participação de forma mais orgânica?

Entrevistada: Sim. No movimento das mulheres, participava das reuniões promovidas pelo PMDB.

Mas, voltando àquela eleição no Centro Acadêmico em que participei pela primeira vez como integrante de chapa, o partido do candidato a presidente era do PDT. Fui convidada para participar dessa chapa cuja maioria era do PDT e da outra chapa que era exclusivamente de pessoas vinculadas ao PT. Escolhi entrar na chapa do PDT, porque o candidato a

presidente reuniu pessoas de diferentes tendências, de todos os partidos, era pluripartidária. Por possuir representantes de todas as idéias, considerei mais representativa, razão pela qual fui para essa outra chapa. Acabamos ganhando a eleição, foi uma eleição acirrada, voto a voto.

Memorial - DLT: Tu já estavas em que ano do curso?

Entrevistada: Eu estava no terceiro ano de faculdade.

Memorial - DLT: Que outras experiências profissionais tivestes antes do ingresso no Ministério Público?

Entrevistada: Durante toda a faculdade, eu trabalhei como monitora e, no quarto ano, eu recebi o convite para ser estagiária na Procuradoria-Geral do Estado. A professora Maria Amália Dias de Morais, Procuradora do Estado, uma pessoa maravilhosa, gigante, inteligentíssima, uma mulher super vanguarda, ela é impressionante, me convidou. Aceitei e comecei a trabalhar com o Dr. Jorge Artur Morsch, outra pessoa fantástica. Eu trabalhei como estagiária esses dois anos, mas continuava com todas as minhas atividades na faculdade: no Serviço da Assistência Judiciária Gratuita, como representante discente, no centro acadêmico e na monitoria. Isso durante o quarto ano. No quinto ano, eu continuei fazendo estágio e resolvi montar um escritório com três amigas. Não quis advogar em escritório de outra pessoa, apesar de ter recebido alguns convites. Pedi para o meu pai uma quantia em dinheiro, em torno de dez mil reais, para abrir escritório próprio. Meu pai não me emprestou. Pensei: "Bom, preciso conseguir essa quantia; vou procurar outro emprego, além do estágio." Na época, eu já possuía uma poupança, pois, desde os 12 anos de idade, meu pai me ensinou a guardar uma parte da mesada. A mesada, na verdade, era para tudo, era um salário mínimo, e eu tinha que me sustentar, comprar roupa, alimentação, passagem de ônibus, tudo. Meus pais são fantásticos. Às vezes, eu passava do orçamento, ele me emprestava e descontava no mês seguinte. Então, aprendi a economizar desde cedo, sempre juntando alguma coisa. Nunca entrei em cheque especial, por exemplo. Então, para montar o escritório, eu possuía alguma quantia, mas precisava de mais. Uma das primeiras oportunidades que apareceu foi uma vaga de datilógrafa no Banco Itaú, no setor jurídico. Modéstia à parte, sou uma exímia datilógrafa, pois, em uma das férias de julho, quando eu estava com 12 anos, meus pais me inscreveram em um curso de datilografia, não me deixaram sem fazer nada. Na época, eu fiquei indignada, mas depois... Bem, havia uns 50 candidatos para fazer o

teste, e eu fui a escolhida. Se tu me perguntares qual foi um dos dias mais felizes da minha vida, foi quando eu recebi o telefonema do Banco Itaú, dizendo que eu tinha sido escolhida e que estava contratada. Eu gritava dentro de casa, feliz da vida: "Eu posso me sustentar! Alguma coisa eu vou conseguir fazer!". Feliz, feliz. O quinto ano da faculdade foi assim: das sete da manhã à uma da tarde, eu datilografava as petições dos advogados do Banco, o que para mim era bom, pois eu já estava aprendendo também.

Memorial - DLT: Sim, conhecendo outras áreas também.

Entrevistada: Isso. Falava muito com os advogados, pedia esclarecimento, e eles adoravam dar explicações. À tarde, da uma hora às seis, eu fazia o estágio na Procuradoria-Geral do Estado, e, à noite, aulas na faculdade. Naquele ano, mudei do turno da manhã para o da noite.

Memorial - DLT: Tu continuaste, então, com o estágio na Procuradoria?

Entrevistada: Continuei com o estágio na Procuradoria do Estado.

Memorial - DLT: Então estás acostumada a tripla jornada de trabalho!

Entrevistada: Sim, para mim isso é normal. Lá por outubro, eu já estava com a importância de que precisava, e abrimos nosso escritório no edifício GBOEX, aqui na Andradas, passando a Praça da Alfândega. Alugamos uma sala enorme, compramos os móveis, enfim. Quando me formei, recebi convite para continuar na Procuradoria-Geral do Estado, como cargo de confiança do Gabinete do Procurador-Geral. Logo em seguida, abriu concurso para uma vaga na Unisinos, para professora de Direito Civil, que eu fiz e passei. Conclusão, depois de formada fiquei um tempo no escritório, na Unisinos e na Procuradoria-Geral do Estado. Um dia, chegou um cliente, um amigo, pedindo para fazer um inventário, o caso era simples, filho único, maior, pai e mãe falecidos. "Quanto é que tu cobras?". Eu fui ver a tabela, e, pela tabela, eram 20 mil reais. Pensei: "Que absurdo! Eu não vou cobrar 20 mil reais! Vou fazer uma petição super simples!" Acabei pedindo dois mil reais. Minhas sócias ficaram furiosas. Compreendi que não tinha talento para advogar, cobrar honorários, enfim, não tinha perfil. Deixei o escritório e fiquei na Unisinos e na Procuradoria.

Memorial - DLT: Mas com toda essa tua organização, Angela, foi o primeiro impacto, eu acho que tu ias te dar bem, sim.

Entrevistada: Não sei, talvez.

Memorial - DLT: Mas tu continuavas na PGE (Procuradoria-Geral do Estado)?

Entrevistada: Sim.

Memorial - DLT: Continuavas fazendo assessoria na PGE?

Entrevistada: Isso, eu era assessora do Procurador-Geral do Estado e professora da Unisinos. Quando eu saí do escritório, comecei a fazer a Escola do Ministério Público, decidi que iria fazer concurso para Procurador do Estado. Pensei em continuar onde estava, onde tinha sido estagiária, agora com um cargo em comissão. Era um mundo que eu conhecia super bem, adorava o trabalho, achava bárbara a instituição e me preparei para isso. Fui fazer a escola do MP para me preparar para o concurso da Procuradoria.

Memorial - DLT: O que te apaixonava na Procuradoria do Estado?

Entrevistada: Porque era uma instituição nova, ainda, que estava se afirmando, e a Defensoria Pública ainda integrava a PGE. Eu gostava muito desse atendimento ao público, do trabalho da Defensoria.

Memorial - DLT: Muito parecido com a tua atual função no Ministério Público.

Entrevistada: Exatamente. As atividades da Defensoria eram muito interessantes. Depois é que se separou.

Memorial - DLT: Foi logo em seguida, não foi?

Entrevistada: Foi, foi logo em seguida.

Memorial - DLT: Que se criou realmente a Defensoria, se separou da Procuradoria.

Entrevistada: Isso. Foi por aquela época. Mas, além disso, tinha a profunda admiração que eu sentia pela Dra. Maria Amália e pelo Dr. Morsh. A admiração que eu tinha por eles era tão grande, que realmente pensei em seguir a carreira deles. Além disso, todo mundo me conhecia, eu conhecia todo mundo.

Memorial - DLT: Já tinhas construído uma história lá dentro.

Entrevistada: Uma história de cinco anos. O que foi que mudou isso? Quem mudou isso foi uma outra pessoa, um professor na Escola do MP chamado Cláudio Barros Silva. Até então, a minha imagem do MP estava ligada a presídio, alguma coisa muito ligada à acusação.

Memorial - DLT: Esse era o perfil do Promotor antes da Constituição de 1988, não é mesmo?

Entrevistada: Na faculdade, aprendemos que o Promotor de Justiça fazia a acusação, fazia júri, e trabalhava com os presos. Essa visão não me agradava. Quando o Cláudio Barros Silva começou as aulas, começou a mostrar: "Olha, aqui se trabalha com o meio ambiente, com o consumidor, com os direitos humanos, com a ação civil pública, trabalhamos com o povo". Quando eu entendi isso...

Memorial - DLT: Sim, porque de 1985 é a ação civil, já tinha uma outra história.

Entrevistada: Exatamente. Quando eu percebi esse mundo, que não era só o mundo do crime, do júri e do presídio, dentro do Ministério Público, eu me apaixonei pela Instituição: "É isso que eu estou procurando! Está aqui! Aqui pode ser um lugar em que eu me encontre!". Como o concurso do Ministério Público terminou primeiro, eu estava passada nos dois, eu estava passando no Ministério Público e na Procuradoria do Estado...

Memorial - DLT: Tu fizeste o concurso também para Procuradoria?

Entrevistada: Fiz os dois. Terminou o concurso do Ministério Público em dezembro e no da Procuradoria faltava mais uma prova.

Memorial - DLT: Em que ano, Angela?

Entrevistada: Isso foi em 1990. A prova que faltava da Procuradoria foi feita em janeiro, eu tomei posse em dezembro, e a última prova da Procuradoria foi em janeiro. Eu fiquei duas semanas pensando no que ia fazer e acabei decidindo não fazer a prova, porque, se eu fizesse e passasse, ia ter um dilema maior ainda.

Memorial - DLT: Ia passar, não é, Dra. Angela?

Entrevistada: Eu estava em oitavo lugar, acho que ia passar, não tenho muita dúvida, não! Naquela época, eu estava super preparada. Sempre estudei muito. Quando eu escolho alguma coisa, eu não meço esforços no sentido de buscar o que quero. Não foi nada de graça. Comecei a namorar o Vítor, meu atual marido, nossos encontros eram na quarta-feira e no sábado, com horário para começar e terminar, porque eu estava estudando.

Memorial - DLT: Angela, não era comum as mulheres nesse tempo terem esse tipo de pensamento e postura profissional, mesmo na década de 1980. Tu não achas?

Entrevistada: Meu pai e minha mãe, para mim e para a minha irmã: "Vocês têm que se preocupar é com a profissão de vocês, vocês têm que ser profissionais e profissionais de sucesso. Não adianta ser balconista de loja – meu pai dizia assim – ganhar pouco. Tem ganhar bem, tem que se sustentar bem. Casamento é uma loteria, pode dar certo, pode não dar, e hoje em dia, as mulheres, se não quiserem, também não casam. É uma opção que vocês vão fazer, se vocês acharem que é legal ou não. O que vocês têm que ter é condições de se auto-sustentar e poder decidir com quem querem casar ou não." Essa foi uma das várias grandes lições que meus pais nos deram. E foi isso, Márcia, acabei assumindo o Ministério Público, totalmente apaixonada pela Instituição desde aquela época.

Memorial - DLT: Qual foi a tua primeira comarca?

Entrevistada: Butiá.

Memorial - DLT: E como é que foi para a Dra. Angela essa experiência em Butiá?

Entrevistada: Eu avalio assim: acho que as gerações de mulheres dos anos de 1988, 1989, 1990 dentro do Ministério Público - eu sou de 1990 - têm uma peculiaridade em comum. Em 1988, com a Constituição, o Ministério Público passa a se afirmar, foi a conclusão de uma grande luta e o início de uma grande transformação e afirmação da Instituição, e nós estávamos entrando. Por exemplo, tu falavas em inquérito civil, naquela época: "Mas o que é mesmo, para que serve?". Eu me lembro que algumas ações que fiz, eu tinha de escrever umas 15 páginas sobre a legitimidade ativa do Ministério Público; ou seja, eu tinha que provar para o juiz que eu, como promotora, podia entrar com uma ação civil pública, com base num inquérito, numa investigação, que eu mesma tinha feito. Tudo isso era super novo. E as mulheres aumentaram em número, também nesses três anos. Eu nunca pesquisei esse dado, quero um dia ter essa informação, de quantas mulheres passaram a entrar a partir de 1988, mas eu tenho certeza que aumentou o número de mulheres que ingressaram no Ministério Público. No início, foi a luta para as mulheres poderem ingressar no Ministério Público, depois, veio uma fase em que isso foi admitido, mas eram pouquíssimas as mulheres que ingressavam na carreira, elas passaram um trabalho imenso, com certeza. Nós já entramos sem essa dificuldade, mas eu acho que a nossa dificuldade foi ainda no sentido de afirmar que mulher também podia ser promotora. Eu sentia em Butiá - e depois eu senti em Camaquã o mesmo problema – dificuldade para me afirmar na cidade como

mulher; nova, tinha 25 anos, com rosto de menina. As pessoas batiam na minha porta, eu atendia, e diziam o seguinte: "Eu quero falar com o promotor". Eu dizia: "O promotor sou eu". Mais de uma vez, mulheres e homens saíram dizendo: "Não, tu não me serves!". Então, tu tens um choque, não é? Tu estás lá, cheia de vontade de trabalhar, e a recepção que vem é essa, não confiam no trabalho de uma promotora mulher, preferem procurar uma outra pessoa. Eu senti nas duas cidades a mesma coisa. Depois que eu tive um primeiro embate, as coisas mudaram: "Ah, não, aquela promotora é das boas, hein!".

Memorial - DLT: Ela é mulher, mas ela é boa, apesar de ser mulher.

Entrevistada: Ela briga, se precisar ela briga, então ela é boa. E, em Butiá, foi uma ação civil pública que entrei contra uma grande empresa. Quando o povo viu: "Ah, mas aquela baixinha fez isso?! Aquela promotora pequeninha entrou com uma ação contra a empresa x?". E, depois, foi num flagrante de um gerente de uma outra cidade, na época de tablitas, aquela coisa do Governo Sarney, dos fiscais do Sarney. Depois desses dois embates, quando falo briga, evidentemente, estou falando em postura firme. Depois daquela ação, ninguém mais quis deixar de falar comigo! Em Camaquã, foi um júri. Cheguei na cidade em uma segunda-feira, e o júri era na quarta ou quinta-feira. Recebi um recado do advogado de defesa: "Manda dizer para a doutora que eu não perco para mulher". Fiz o júri, ganhei de seis a um, e aí mandei um recado de volta: "Manda dizer para o doutor que, no próximo júri, ele venha de saia para perder com dignidade para mim". E aí, claro, que a história se espalhou na cidade também. Logo em seguida, um outro júri, com outro advogado que me afrontou em plenário de júri, e a minha reação foi dura, imediata e forte. Os outros advogados, no dia seguinte, me procuraram e me deram parabéns. "Doutora, o que a senhora disse no plenário, ontem, era o que nós todos gostaríamos de ter dito há anos e não podíamos, porque é nosso colega. Então, a senhora conte conosco para o que precisar". E assim foi que depois desses dois primeiros enfrentamentos...

Memorial - DLT: Foi afirmando que a condição de gênero não ia mudar de forma nenhuma a tua conduta como Promotora.

Entrevistada: Exato. E a gente tem o seguinte, naquela época, em Butiá, em 1990, e depois em Camaquã, em 1992, tu ainda precisavas ter uma postura "forte e máscula" para ser considerada competente, quer dizer, a competência estava muito ligada a isso.

Memorial - DLT: A ter o perfil de atuação de um promotor homem.

Entrevistada: É foi isso. E, de fato, era o que funcionava, eu passei com toda a tranqüilidade nessas duas cidades. Em Butiá, fiquei um ano e meio, em Camaquã, três anos, totalmente tranqüilos. Não tive nenhum problema com advogado, com cidadão, com ninguém, com a Magistratura, com colegas, com nada, justamente porque, logo no início, acho que tive sorte, nessas duas cidades aconteceu algum tipo de enfrentamento em que eu me saí bem, e tive o reconhecimento da cidade, algo nesse gênero, "Com ela dá para contar". E, realmente, as pessoas vinham, quando eu chamava para acordos, por exemplo, as pessoas respeitavam.

Memorial - DLT: Chegaste a morar em Camaquã?

Entrevistada: Sempre morei nas comarcas, tanto em Butiá, quanto em Camaquã. Sempre morei sozinha, porque o meu noivo, depois marido, morava em Porto Alegre, sempre tivemos um casamento a distância.

Memorial - DLT: Ele é operador do Direito?

Entrevistada: Sim, é advogado. Ele é da UFRGS também, nós nos conhecemos depois que já estávamos formados, fora da Faculdade. Ele sempre trabalhou em Porto Alegre. Inclusive no tempo em que eu estava fazendo concurso, ele chegou a morar em São Paulo durante um ano e meio, nós éramos namorados, e ele recebeu uma proposta de trabalho. Eu entendi que amar a distância é apenas umas das formas de amar. E pensei que, se era para dar certo, daria, apesar da distância. E continuamos o namoro por cartas, telefonemas, não havia *e-mail*, não havia celular, não havia nada disso. Depois de um ano e meio, ele voltou para Porto Alegre e casamos. Ele voltou em novembro, e casamos em dezembro de 1991. Na época, eu morava em Butiá e depois fui para Camaquã. Nós trocávamos, alguns finais de semana eu vinha, outros, ele ia. A maior dificuldade que senti no interior, não foi em relação ao trabalho, foi o fato de perder totalmente a privacidade. As pessoas perguntavam "Ah, o seu marido vem lhe visitar este fim-de-semana, não é, doutora!?". Isso foi o que mais me incomodou: as pessoas observavam a minha vida.

Memorial - DLT: Depois vieste para Porto Alegre?

Entrevistada: Depois vim para Alvorada. Virei anônima de novo, ninguém mais estava preocupado com a minha vida, até porque é um outro mundo. Alvorada é como um bairro de Porto Alegre, as pessoas já têm o mesmo tipo de mentalidade. O problema de Alvorada é a imensa miséria.

Memorial - DLT: De Alvorada, na execução do teu trabalho, quais eram as demandas mais comuns que chegavam?

Entrevistada: O trabalho juridicamente era muito fácil, as questões eram singelas. O problema era a alta criminalidade. Eu assumi na Primeira Promotoria do Júri.

Memorial - DLT: Tu sempre atuaste no júri?

Entrevistada: Sim, em Butiá, em Camaquã e Alvorada. Em Butiá, entrância inicial, atuava em tudo. Em Camaquã, assumi no júri, além do crime e cível. E a primeira colega com quem trabalhei foi a Heid Ourique Campos – grande colega, pessoa muito iluminada, muito especial -, em Camaquã, que também estava em uma vara judicial, sem o júri. Alguns meses depois, ela foi para Bento Gonçalves.

Memorial - DLT: Duas mulheres?

Entrevistada: Duas mulheres. Quando abriu uma vaga para Magistratura, e veio uma juíza, a cidade comentava: "Mais uma mulher?" A Heid saiu, e eu fiquei sozinha bastante tempo, uns nove meses. Então, chegou a Carla Nejar – outra colega fantástica, inteligentíssima. Depois a Carla saiu, encontrou o João Pedro Xavier, apaixonou-se e foram trabalhar em São Borja juntos. Fiquei sozinha de novo, mais um tempo. Depois, Alvorada.

Memorial - DLT: Mudava bastante o perfil de criminalidade de Camaquã para Alvorada?

Entrevistada: Sim. Em Alvorada, processos mais fáceis, mas um volume de trabalho muito grande. Crimes de homicídio mais complicados, já existiam gangues, quadrilhas, drogas, tráfico. Fiquei na vara do júri ali quase um ano, depois comecei a trabalhar na defesa comunitária. Nas minhas contas fiz uns 70 júris no total.

Memorial - DLT: Tiveste uma vivência significativa no Júri.

Entrevistada: É. E júri é bom de fazer, eu adorava.

Memorial - DLT: Como tu interpretas a instituição Tribunal do Júri?

Entrevistada: Eu acho bom, eu gosto do par julgando o seu par, o semelhante julgando seu semelhante, sou favorável ao Tribunal do Júri. O que acho que está errado no Júri são os quesitos. Penso que os jurados deveriam simplesmente dizer se o réu é culpado ou inocente. Agora, com certeza, acho que o público, o povo julga bem. Eu tive surpresas,

alguns júris que perdi e, só depois, fui descobrir as razões pelas quais o réu tinha sido absolvido. Coisas que sequer tu imaginas, mas é aquela velha história, é a sabedoria popular que está determinando que conhece a história melhor do que tu, conhece o fundo da história, melhor do que tu.

Memorial - DLT: Conhecem as relações sociais das suas comunidades.

Entrevistada: Conhecem tudo. Um desses júris, por exemplo, foi o pai de uma moça que matou o marido dela. O marido entrou na casa dele – a moça tinha saído de casa, foi morar com o pai - o pai foi lá, entrou na casa, pegou a espingarda, voltou e matou o genro. A legítima defesa em uma situação como essa não existe. O júri nem se sensibilizou com os argumentos. Absolveu. Por quê? Porque todos na cidade conheciam a vítima - o genro - e sabiam que costumava bater na esposa e na filha com freqüência.

Memorial - DLT: O povo teve suas razões para entender o que...

Entrevistada: Teve suas razões para entender o que o jurídico, às vezes, não consegue compreender. E eu acho isso bom, o promotor tem que fazer o seu trabalho em termos legais, técnicos, e essa é a função dele. A função do promotor é ser técnico, não é ser emotivo. O público, o povo, os jurados vão trazer essa carga emocional, para dizer sim ou não para aquela conduta. Naquele caso, eu atuei só no plenário. E entra o seu Julião, que era um senhor mais baixo do que eu. (risos)

Memorial - DLT: O pai da moça era pequenininho!

Entrevistada: O seu Julião era uma coisinha de nada, magrinho, pequeninho! (risos)

Memorial - DLT: E o júri absolveu.

Entrevistada: O júri absolveu, sem nenhuma dúvida. Eu acho que tem esse aspecto que é importante, muitas vezes, a sabedoria popular não é técnica, mas tem a sua carga de afetividade, de emotividade, de conhecimento das entranhas da cidade que, às vezes, tu não tens.

Memorial - DLT: E tu achas que funciona da mesma forma, nessa tua avaliação, tanto no interior do Estado como em cidades maiores, como por exemplo, Porto Alegre?

Entrevistada: Não, em Porto Alegre é diferente. Isso funciona muito bem no interior. Em Porto Alegre, realmente, é mais complicado. A não ser que tu tivesses condições de escolher, vamos supor, jurados do bairro do réu.

Memorial - DLT: A forma de escolha dos jurados.

Entrevistada: É, a forma de escolha dos jurados.

Memorial - DLT: Angela, e depois de Alvorada?

Entrevistada: Porto Alegre, graças a Deus. Quando cheguei, recebi um convite para trabalhar - e era convite, naquela época - na Coordenadoria de Defesa Comunitária; a Sílvia Cappelli – mais uma colega maravilhosa, super competente, sensível - era a coordenadora, e o Dr. Voltaire era o procurador-geral. As funções das Coordenadorias eram cargos de confiança do procurador-geral. Senti-me extremamente honrada, muito feliz; imediatamente aceitei o convite e comecei a trabalhar na Promotoria de Defesa Comunitária, mais ligada à área do consumidor. Naquela época, então, era a Sílvia, a Isabel Almeida e o Ivan Melgaré no Meio Ambiente; o Paulo Valério, o Alexandre Lipp João e eu na área do consumidor. Trabalhávamos basicamente essas duas áreas, mais o residual, que, tenho quase certeza, também vinha para nós, agora estou na dúvida, mas acho que também entrava para a nossa promotoria. Porque tu tinhas a Coordenadoria Cível, a Criminal, a Infância e a nossa. Passei dois anos maravilhosos lá. Adorei, uma equipe maravilhosa, pessoas sensacionais por quem eu tenho o maior carinho até hoje. Naquela oportunidade, também fiz a especialização em Processo Civil na PUC. Terminei a minha tese em final de agosto, e, no dia 16 de setembro, nasceu o Rodrigo, meu "filhote".

Memorial - DLT: Com que idade ele está, Angela?

Entrevistada: Ele está com cinco anos.

Memorial - DLT: E aí mais um novo papel para ser administrado, não é.

Entrevistada: Mais um papel. Quando eu comecei a trabalhar em Alvorada, é que começou o meu casamento real, porque, até então, o meu casamento era de fim-de-semana, o que, aliás, eu sempre comento, que é muito bom também. Nunca brigamos, nunca tivemos nenhum tipo de problema. Quando efetivamente fomos morar juntos, as arestas tiveram que ser aparadas. Foi uma época em que viajamos muito, aproveitamos demais essa fase. Alugávamos um carro e saíamos pela Europa. Viver o inesperado, o inusitado, saber viver sem muito planejamento anterior, sem saber direito onde é que vai dormir, também é bom, é uma experiência boa. Passada essa fase, eu disse ao Vítor: "Eu tenho a inten-

ção de que tu sejas o pai dos meus filhos, essa intenção não mudou! E aí pode ser?". E ele: "Sim". Logo em seguida, eu engravidei.

Memorial - DLT: Há quanto tempo estás casada?

Entrevistada: Desde 1991. E o Rodrigo nasceu em 1998. Em Porto Alegre, estava na Coordenadoria da Defesa Comunitária e fazendo a especialização. Achei pouco e resolvi procurar a Associação do Ministério Público. Me apresentei para a Diretoria e disse que gostaria de colaborar com a Associação; não queria nenhum cargo, mas ajudar. Então, comecei a trabalhar com a Sônia Franz, que, na época, era a vice-presidente social, e com a Elaine Schally, que era diretora social. Sempre que elas precisavam de alguma coisa, me ligavam: "Nos ajuda a organizar a festa de aniversário da Associação", ou o congresso estadual, enfim. Começamos a trabalhar, já nessa época, a questão do IPE. As contribuições dos colegas e das colegas eram as mesmas, e, não obstante, os maridos não podiam ser considerados dependentes. Assim, teve início minha vida associativa. Aliás, me sinto tão orgulhosa, tão honrada de fazer parte do Ministério Público, que sinto necessidade de me envolver com tudo que diga respeito à Instituição.

Memorial - DLT: E a Associação teve um papel muito importante, não é, Angela, na própria construção, nas transformações dessa Instituição.

Entrevistada: Com certeza, a Associação sempre foi o grande palco de discussões e de construção do Ministério Público que nós temos hoje. E todo esse trabalho político, que tem que ser feito, é realizado na Associação, e tem sido construído de uma forma super competente.

Memorial - DLT: Não é por acaso que durante o processo constituinte se chegou com um projeto pronto de uma nova instituição.

Entrevistada: Tanto é que esse perfil de Ministério Público é único no mundo.

Memorial - DLT: Que cargo tu ocupas hoje na Associação, Angela?

Entrevistada: Hoje, eu sou vice-presidente.

Memorial - DLT: Alguma mulher já foi presidente?

Entrevistada: Não, nunca.

Memorial - DLT: Teremos uma mulher presidente?

Entrevistada: Olha, Márcia, eu estou pensando no assunto.

Memorial - DLT: Qual é o percentual de homens e mulheres atualmente no Ministério Público?

Entrevistada: Somos 43%.

Memorial - DLT: 43%. Mas uma coisa que me chamou a atenção é que as mulheres ainda ocupam pouco os cargos de comando. A que tu creditas essa situação?

Entrevistada: No Nordeste...

Memorial - DLT: Ah tem, tem procuradora...

Entrevistada: Tem procuradora-geral, tem presidente de Associação. A região Sul é que está mais complicada. Eu não sei, vamos dizer o seguinte: eu não acho que a nossa Instituição seja machista, que impeça isso. Penso que é muito complicado para as mulheres serem promotoras e estarem disponíveis - além da casa e de seus filhos - para uma atividade associativa, por exemplo. Realmente é diferente, porque, por melhor que seja teu parceiro, a dona da casa és tu, és tu quem organiza a casa, és tu quem organiza a agenda do teu filho, és tu quem o leva ao pediatra, ao dentista, que compra as roupas, os presentes de aniversário dos colegas. Acho que a maior dificuldade, hoje, é essa, de tu ter que assumir papéis...

Memorial - DLT: Que absorvam mais tempo do que a própria atividade profissional, e que por natureza do ofício já toma muito tempo, não é, Angela?

Entrevistada: Exatamente. O nosso trabalho é extremamente desgastante. Às vezes, eu brinco, dizendo que donos de salão de beleza são mais felizes, pois as pessoas que os procuram estão contentes, querem ficar mais bonitas, estão lá para se cuidarem. Por sua vez, na Promotoria só vemos tristeza, problemas, sofrimento.

Memorial - DLT: Quem vem procurar o Ministério Público, vem resolver o seu problema.

Entrevistada: O seu conflito, a sua desgraça. Ninguém vem aqui para falar de alegrias ou de poesias. Quem está aqui é para falar de doença, de morte, de briga, de conflito. É uma atividade que te desgasta muito emocionalmente. Eu acho que as mulheres que são promotoras, hoje, que conseguem fazer o seu trabalho bem feito como promotoras, que são esposas e que são mães, são dez! Acho que conseguir manter as três categorias, assim, é ótimo! Quanto a mim, eu estava na Coordenadoria, colaborava na Associação e estava com meu filho recém-nascido, tudo orga-

nizado, tudo bem. O que aconteceu? O Cláudio Barros Silva, eleito Procurador-Geral de Justiça, me convida para Chefe de Gabinete. Tu imaginas o meu dilema pessoal, quando recebi esse convite. O meu menino estava com cinco meses, eu estava amamentando o Rodrigo. "Bom, o que eu faço agora?. Primeira alternativa: não aceito; tenho toda a justificativa do mundo para não aceitar esse convite, porque, afinal de contas, eu estou com um nenê de cinco meses em casa. Alternativa dois: aceito esse convite, e vamos ver no que vai dar." O pior, é que esse convite me foi feito, e me deram uma hora para decidir: "Daqui a uma hora te ligo". Decidi aceitar o convite. Naqueles minutos - eu estava com o Rodrigo no colo, o Vítor não estava em casa - eu estava sozinha, caminhando pela casa com o guri no colo, essa cena é insólita, me lembro até hoje, "Eu estou decidindo a minha vida aqui, o que eu vou fazer? Angela, se tu não aceitares esse convite, em primeiro lugar, tu nunca mais vais poder dizer nada na tua instituição, porque, se algum dia tu chegares e disseres: 'Ah, mas não dão oportunidade para as mulheres!', vão responder: 'Só um pouquinho, tu foste convidada e não aceitaste, tu te escondeste na maternidade'. Eu vou perder a minha voz na minha instituição para o resto da minha vida". Então, aceitei.

Memorial - DLT: Tu estavas amamentando?

Entrevistada: Estava amamentando; amamentei o Rodrigo até onze meses. O Cláudio Barros Silva era o Procurador-Geral; o Roberto Bandeira Pereira era o Subprocurador Administrativo, e eu era a chefe de gabinete. Os dois trabalham enlouquecidamente, é das oito às oito, direto. Eu tive de acompanhar esse ritmo. Então, os dois anos em que fiquei no gabinete, trabalhei pela manhã e à tarde; corria ao meio-dia para casa, amamentar o filho; voltava; saía às 18h para amamentar novamente; retornava para o trabalho. Se havia compromissos para a noite, fiz uma escala envolvendo minha mãe, minha irmã, minha sogra, enfim, corri muito. Mas isso era normal, o problema era que o Rodrigo não dormia à noite. Ele dormiu uma noite inteira, sem acordar, pela primeira vez, em maio do ano passado.

Memorial - DLT: Não dormiu por que virava a noite?

Entrevistada: Virava a noite, de duas em duas horas acordava, todos os dias. Fiz todos os exames e nada. Então, realmente, passei dois anos no gabinete, e, quando olho para trás e vejo o que fiz, não acredito que consegui. Porque foi extremamente desgastante em termos físicos, pes-

soais, ficar sem sono, trabalhando direto, uma função delicada, tu és o pára-raios ali no gabinete, realmente, foi bem difícil, mas profundamente gratificante. Aprendi muito nesses dois anos. Conheci o Ministério Público por dentro. Além disso, conheci várias pessoas, colegas, do Rio Grande do Sul e do Brasil, deputados, prefeitos. Adquiri *timing* político. Mesmo porque, eu estava com dois grandes mestres, que são o Cláudio Barros Silva e o Roberto Bandeira Pereira, duas pessoas extraordinárias, especiais, iluminadas. Depois de quase dois anos, tivemos a eleição para a Associação do Ministério Público, e o Ivory Coelho Neto me convidou para ser vice-presidente de núcleos. E, como na Associação as mulheres sempre foram vice-presidentes sociais, e esta seria a primeira vez que uma mulher ocuparia outra vice-presidência que não a social, eu aceitei. Também fui a primeira mulher chefe de gabinete.

Memorial - DLT: Nenhuma mulher havia exercido esse cargo antes?

Entrevistada: Nessa função não, o primeiro chefe de gabinete foi o Glênio Amaro Bifignandi; o segundo foi o Roberto Bandeira Pereira; eu fui a terceira, e hoje é a Júlia Ilenir Martins, pessoa boníssima, querida, maravilhosa. Essa função antes era a de promotor-secretário; nessa função, sim, tivemos mulheres antes, não sei exatamente quantas. O perfil do chefe de gabinete, que foi criado pelo Sérgio Porto, começou com o Glênio. Nesse período de chefia de gabinete, eu também trabalhava na Associação, era diretora. Quando aceitei o convite do Ivory, tive que sair do gabinete, porque as funções de presidente ou vice-presidente da Associação são incompatíveis com qualquer cargo de confiança do Procurador-Geral ou do Corregedor-Geral. O estatuto da Associação proíbe. Então, saí do gabinete e me classifiquei nesta Promotoria, que se transformou em Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos.

Memorial - DLT: Quando foi essa transformação?

Entrevistada: Foi há dois anos, creio.

Memorial - DLT: Como é o trabalho na Coordenadoria dos direitos humanos?

Entrevistada: Temos de tudo, Márcia. Trabalhamos com questões de saúde pública, idosos, assistência social, minorias, tortura, racismo, pessoas portadoras de deficiência, segurança de prédios - proteção contra incêndio, desabamento - e todo o residual, ou seja, o que não é meio ambiente, o que não é patrimônio público, o que não é consumidor, o que não é infância, o que não é crime, é nosso.

Memorial - DLT: E as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos?

Entrevistada: Com certeza. As pessoas estão conscientes dos seus direitos, e, em alguns casos, até em excesso! Em algumas situações, chegam a entender como direito seu algo que não é. Por exemplo, alguns moradores de rua sustentam que possuem o direito de morar na rua, de não irem para abrigos. Preferem ficar na rua, porque na rua - eles escreveram isso – "é possível fazer sexo e usar drogas, e nos abrigos, não". É meio complicado. Então, eu tenho de explicar: "Olha, tu não podes usar droga na rua, como ninguém pode! Não é porque tu és morador de rua que vais ter um direito que os outros não têm. Tu não podes morar em uma praça pública, porque ninguém pode. Vamos entender, não é perseguição, não é preconceito. E, em segundo lugar, vamos entender o seguinte: as pessoas têm direitos, é claro, mas elas também têm deveres. E, para viver em sociedade, tu tens que cumprir com os teus deveres, também. E quais são os teus deveres? Tu estás cumprindo com os teus deveres de cidadão? Ou tu achas que usar drogas na praça pública é cumprir com os teus deveres de cidadão? Negativo! Se você não quer limites, você não pode viver em sociedade."

A impressão que eu tenho é a seguinte: a repressão foi tão grande, durante tanto tempo, e depois disso se construiu uma noção de cidadania tão forte, que todos pensam "nos seus direitos" e esquecem de pensar "nos seus deveres".

Então, pessoalmente, é um pouco difícil. Afinal, sempre trabalhei com as questões sociais, incentivando a cidadania e a participação. Agora, em algumas circunstâncias, tenho de ressaltar os limites, dizer: "Espera só um pouquinho, o teu direito não é ilimitado, tu não podes fazer tudo o que tu queres, como ninguém pode. Eu não posso, ninguém pode, nós temos que ter regras mínimas de convivência." Então, quando tu me perguntas se as pessoas estão conscientes, eu te digo que estão, não só estão conscientes, como algumas estão extrapolando.

Memorial - DLT: E essa questão da população de rua que sempre toca muito o cidadão, porque na maior parte das vezes eles resistem ao atendimento, não é, Angela?

Entrevistada: Claro! Por exemplo: por que não querem ficar em abrigos?

Memorial - DLT: Por quê?

Entrevistada: Porque o abrigo tem regras. Para entrar, tem que tomar banho, tem que ajudar na limpeza do lugar.

Memorial - DLT: Não pode entrar com a droga.

Entrevistada: Não pode entrar com a droga, não pode entrar com a bebida, tem hora para dormir, para almoçar. Não querem limites.

Memorial - DLT: Que outras demandas além dessa questão?

Entrevistada: Saúde é uma grande questão. Basicamente muita procura e pouca oferta.

Memorial – DLT: Buscam garantia de vaga?

Entrevistada: Vagas em hospitais, medicamentos, tratamentos. Buscamos o atendimento das necessidades da população, administrativamente. Na nossa Promotoria, temos a seguinte visão: o inquérito civil não é meio preparatório de ação civil pública. O inquérito civil tem de solucionar o problema. Somente no caso de não ser possível, é que vamos ingressar com a ação. O primeiro objetivo é resolver a questão. O que nós fazemos? Convidamos as partes envolvidas e iniciamos a negociação. Criamos o debate, propiciamos o diálogo, buscamos o consenso. E em 90% dos casos, solucionamos, construindo o consenso.

Além disso, buscamos as verdadeiras causas dos problemas. Por exemplo, em saúde pública não queremos construir hospitais para aumentar vagas de leito. Tentamos modificar essa cultura *hospitalocêntrica.* Ou seja, buscamos criar o PSF - Programa de Saúde da Família - porque 85% das doenças se resolvem fora do hospital. A nossa cultura, infelizmente, ainda é a de buscar um hospital.

Memorial - DLT: É como o atendimento de Pronto Socorro de Porto Alegre.

Entrevistada: É, acaba tudo aqui. Estamos trabalhando muito com o Estado e com o município no sentido de fortificar os municípios; eles têm que criar essa estrutura mínima, não de hospital, mas de posto de saúde. E eu acredito na saúde pública, acredito no SUS, acredito no programa de saúde da família. Esse programa é fantástico! Tu reduzes em 70, 80% as internações só com PSF, o médico na casa da pessoa.

Memorial - DLT: O médico de família.

Entrevistada: O médico de família. Esse programa é muito bom; estamos trabalhando para aumentá-lo cada vez mais em Porto Alegre e no Estado.

Memorial - DLT: Angela, tu estavas falando que há anos se vem construindo toda essa estrutura na área dos direitos humanos. Agora, tivemos a aprovação em primeiro turno dessa questão da reforma do judiciário e já foi aprovada a questão da federalização dos crimes dos direitos humanos, qual a tua opinião a respeito?

Entrevistada: Essa questão é preocupante. Dentro da reforma do judiciário é uma das piores para nós. Em primeiro lugar, porque se outorga ao Procurador-Geral da República uma superioridade hierárquica que não existe em relação ao Ministério Público do Estado. Em segundo lugar, porque não há qualquer definição em relação a crimes contra os direitos humanos.

Memorial - DLT: Quais são esses crimes? Quem os comete?

Entrevistada: Não tem nenhuma definição. A proposta é a de regulamentar, um dia.

Memorial - DLT: Isso me parece que passou. A federalização já passou, voltou a questão do controle externo e da súmula vinculante.

Entrevistada: Exato, isso mais o Conselho Nacional. E, no que diz respeito à federalização, temos também uma afronta ao direito de defesa do réu, que tem o direito de, desde o início, saber quem será seu julgador.

Memorial - DLT: Ele perde esse referencial, não é?

Entrevistada: Exatamente.

Memorial - DLT: Porque as pessoas vão procurar o promotor, vêm aqui, vêem o caso, acontece no município.

Entrevistada: E, de repente, pode ir para outro lugar. É um absurdo. A federalização dos crimes contra os direitos humanos é um absurdo. Tanto é que, na Conferência Nacional dos Direitos Humanos, foi apresentada moção de repúdio a esse item, aceita de forma unânime pelos presentes em Brasília, de duas semanas atrás. Na Associação, estamos pensando na melhor forma de agir nessa questão.

Memorial - DLT: Voltando um pouquinho na questão da Associação, quais são os temas, atualmente, mais discutidos no Ministério Público no sentido de aperfeiçoamento da Instituição?

Entrevistada: Nós estamos vendo o seguinte: em 1988, modificou-se, iniciando uma ascensão, com mais atribuições e perfil constitucional único, sendo reconhecido cada vez mais. No Rio Grande do Sul, a partir

do Sérgio Porto, basicamente, nós começamos a ter, também, um incremento financeiro, patrimonial.

Memorial - DLT: Sim, o reconhecimento enquanto quarto poder.

Entrevistada: De fato, sim. Começamos a crescer cada vez mais, em termos de estrutura, funcionários, etc. Estamos no cume da montanha. E, com a notoriedade que passamos a usufruir, começaram os ataques. A idéia, hoje, portanto, é: "Vamos tirar poder do Ministério Público!".

Memorial - DLT: Lei da Mordaça.

Entrevistada: Lei da Mordaça, Medida Provisória das Algemas, reforma da Previdência, reforma do Judiciário, tudo isso tem um só sentido: retirar poder do Ministério Público. Existe, inclusive, em Brasília um pedido de instauração da "CPI do Ministério Público". As tentativas são as mais variadas. O que a Associação conseguiu nos últimos quatro anos - falo nos últimos quatro anos, porque é o tempo que tenho atuado como vice-presidente, trabalhando diretamente com essas matérias - foi evitar a Algema, conseguimos evitar a Mordaça, na reforma da Previdência, o que nós perdemos foi muito pouco, perto do que nós poderíamos perder. Na reforma do Judiciário, da mesma forma, o que se perdeu foi muito pouco, diante do que estava sendo proposto. Acredito que a Associação do Rio Grande do Sul e a CONAMP fizeram um grande trabalho, além de toda participação e atuação da nossa Procuradoria-Geral e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, no sentido de estancar todas essas tentativas. Conseguimos paralisar grande parte dos problemas. Mas, é claro, perdemos alguns itens. Eu vejo o futuro nos mesmos moldes, ou seja, vão continuar tentando limitar, cada vez mais, o Ministério Público. Por essa razão, entendo que a unidade do Ministério Público é fundamental, nesse momento. É um momento em que, realmente, o Ministério Público tem que estar unido. Foi essa junção de forças entre Associação e Procuradoria-Geral, foi o fato de a Associação dizer a mesma coisa que a Procuradoria, externamente, que garantiu nossas vitórias.

Memorial - DLT: Sim, se discute internamente, mas se leva uma unidade de luta para fora. É isso?.

Entrevistada: Exato. Leva-se a unidade para fora; o público externo sempre teve uma só posição. Nós não temos a menor dúvida de que isso é construtivo. As diferenças que existem entre a Associação e a Procuradoria, que são muitas, foram resolvidas *interna corporis*. Depois do debate interno, todos assumem a posição vencedora. Isso fortificou o Ministério

Público no Rio Grande do Sul e, com certeza, no Brasil. Não é sem motivo que o Ivory é vice-presidente da Conamp, o Roberto Bandeira Pereira, presidente do Conselho Nacional, a Jaqueline, presidente do Conselho de Corregedores. Isso tem um peso, tem um significado. Aconteceu em virtude dessa união interna, dessa harmonia, respeitadas as autonomias. Não existe subserviência ou hierarquia. O que existe é harmonia com autonomia. Então, o que vai se vislumbrar no futuro são essas minhas tentativas, e o nosso trabalho vai ser esse, o de manter a nossa linha de harmonia. Creio que o Ministério Público ainda possui várias questões a serem discutidas e modificadas. Por exemplo, esse debate em torno da intervenção no cível é extremamente positivo. Vislumbro um Ministério Público diferente daqui a dez anos. A área criminal é a nossa história, a nossa raiz, o nosso cartão de visitas. No cível, vamos ter que trabalhar prioridades.

Memorial - DLT: Alguma coisa precisa ser enxugada?

Entrevistada: Talvez. Temos de pensar o seguinte: nas áreas do consumidor, meio ambiente, patrimônio público, direitos humanos, infância e juventude, por exemplo, se o Ministério Público não atuar, ninguém atua. Enquanto não tivermos no Brasil uma sociedade civil organizada, atuante, compete ao Ministério Público realizar esse papel. Hoje não temos, e não visualizo em curto prazo, essa possibilidade. Logo, se o Ministério Público não faz, ninguém faz. Essa é a questão. É por este motivo que essas são áreas importantes. Ademais, é justamente nessas áreas que o Ministério Público pode buscar sua legitimidade social, que considero fundamental. Nenhuma instituição sobrevive, se não estiver socialmente legitimada. Acredito que temos de pensar em prioridades.

Memorial - DLT: Não tirar o papel dele.

Entrevistada: Exato. Eu conduziria essa discussão sob esse enfoque. No futuro, se a sociedade se organizar, nos adaptamos novamente.

Memorial - DLT: Na questão do meio ambiente. Hoje é o Ministério Público que vem levando essa bandeira, eu gostaria de saber tua opinião, mas o Judiciário, por exemplo, ainda não se organizou para o meio ambiente.

Entrevistada: Não se organizou. Eles só conseguiram se organizar na infância e Juventude. Se falarmos em direitos humanos, então, muito menos. A vantagem do meio ambiente é que existem ONGs (Organizações Não-Governamentais) atuantes, como a Amigos da Terra, a AGAPAN

(Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), mas elas não possuem condições de fazer frente à demanda. Penso que a miséria vai aumentar, a pobreza vai aumentar, e a população vai precisar de um Ministério Público que seja forte nessas áreas. A questão é: de que tipo de Ministério Público a sociedade, a população precisa?

Memorial - DLT: Todo mundo procura justiça.

Entrevistada: Todo mundo. O que é bom, mas...

Memorial - DLT: Cria necessidades novas de estrutura para enfrentar tantas demandas e todos querem resultados, e para não ter desgaste a Justiça precisa se aparelhar. Não é isso?

Entrevistada: Exatamente. Uma possibilidade de solução para esse debate é partir do pressuposto da prioridade. Priorizar - não é acabar - enfoques, eleger, de comum acordo na Instituição as áreas de atuação, de acordo com a necessidade, com a demanda da população. O nosso patrão é o povo. Temos de trabalhar para o povo. O que o povo acha importante para ele, o que o povo quer da gente hoje. Acho que é esse o retorno que temos que dar.

Memorial - DLT: Angela, se tu me permites, teria mais uma questão a respeito da tua opinião sobre o mérito dos juizados especiais.

Entrevistada: Eu acho o juizado especial ótimo, acho que é uma iniciativa muito boa, porque as pessoas precisam de celeridade na solução de suas questões; essas questões, que são, não menos importantes, mas de mais fácil solução, podem ser canalizadas para o juizado especial. O que eu não gosto no juizado especial: eu preferia que essa função não fosse de um juiz leigo. Por exemplo, em Alvorada, eu trabalhava nos juizados especiais com juiz concursado. Nós fazíamos umas cinqüenta audiências por dia. É um poder que não deveria ser exercido por pessoas estranhas ao Judiciário.

Memorial - DLT: Mas por alguém que foi preparado para ser juiz.

Entrevistada: Claro, sem dúvida nenhuma. Eu fico com a impressão de ser uma forma de privatização da justiça. É disso que não gosto. No que diz respeito à obrigatoriedade: eu não definiria como obrigatório. Deixaria a possibilidade de escolha. Considero sempre fundamental outorgar possibilidades de escolha. Não acredito em qualquer forma de paternalismo ou assistencialismo. Temos de incentivar a autonomia das pessoas. Para isso, tens que dar opções; as pessoas devem ser responsá-

veis pelas escolhas que fazem, assumindo o ônus de escolher. Eu sempre digo o seguinte: depois dos 21 anos de idade, não existem mais desculpas, não adianta apontar os outros como os responsáveis por qualquer fato da tua vida. O responsável és tu mesmo. Vamos caminhar com as próprias pernas, vamos ser autônomos, vamos decidir a própria vida. Incentivar a autonomia é incentivar a auto-estima das pessoas. As pessoas são as autoras da própria história. Procuramos fazer isso na Promotoria. O nosso principal papel é o de facilitar o diálogo entre as partes, para que as pessoas possam, juntas, encontrar o consenso. Respeitamos as autonomias e as escolhas. Criar as condições de um diálogo franco é uma de nossas principais funções. Mas isso demora, é complicado.

Memorial - DLT: Porque cada vez mais as pessoas deixam de dialogar.

Entrevistada: Exatamente. Partem do pressuposto da má-fé do outro. Para mim, seria muito mais fácil, Márcia, sentar em frente ao computador e redigir a inicial de uma ação civil pública. Com isso, simplesmente, transfiro o problema para o Judiciário. Mas, estamos tentando, e conseguindo, grandes avanços. É demorado, é complicado, mas é positivo. Com os moradores de rua, por exemplo, o diálogo é bastante difícil.

Memorial - DLT: Sim, porque há toda uma questão social que tu não podes deixar de relevar.

Entrevistada: Exatamente.

Memorial - DLT: Pode ser que até exista alguém que decidiu morar na rua, mas a grande maioria não optou por estar sem teto. Não é mesmo?

Entrevistada: A imensa maioria é por falta de opção. Mas constituem grupos diferentes, temos os portadores de sofrimento psíquico, temos os andarilhos, temos os dependentes de substância química, enfim, temos uma grande diferença entre um morador de rua e outro. Como é que vou trabalhar isso?

Memorial - DLT: Trabalhar com as mazelas da sociedade.

Entrevistada: Só com o pior. Mas, de qualquer forma, posso dizer que a cada dia que passa, gosto mais do que faço. Por essa promotoria tenho um especial carinho, como também pela minha instituição e, é claro, pela Associação.

Memorial - DLT: Angela, tu gostarias de acrescentar mais algum registro no teu depoimento?

Entrevistada: Sim, gostaria. Acredito, Márcia, que nós, mulheres, estamos vivendo um período histórico importante. Antes, as mulheres que conseguiam se afirmar profissionalmente, normalmente, abdicavam do casamento e da maternidade. Somente era possível realizar-se sob um dos aspectos da vida. Hoje, a luta é mostrar que é viável exercer todos os papéis, porque todos são importantes. Ou seja, é possível, sim, ser mãe, esposa e profissional competente e reconhecida. Para tanto, precisamos aprender duas lições: a primeira é a de que não devemos nos exigir a perfeição em tudo. Não devemos nos sentir culpadas se não formos nota dez como mãe, profissional ou esposa. Temos de buscar o equilíbrio. Isso significa que, se formos mãe nota 8, profissional nota 8 e esposa nota 8, já estamos conseguindo muito. O equilíbrio é mais importante. Não adianta nada ser mãe nota dez e profissional nota zero. Lembrar que perfeito, somente Deus. Não estou querendo dizer que devemos nos contentar com a mediocridade. Não, jamais. Buscar fazer sempre o melhor é fundamental. Falo de equilíbrio, de não abdicar de nada.

Memorial - DLT: E nós mulheres temos essa mania de perfeição.

Entrevistada: E como. Profissionais exemplares, mães dedicadas, esposas participativas, além das cobranças quanto à aparência. Essa mania de querer ser maravilhosa sempre. Eu não vou ser perfeita em tudo, vou fazer o melhor que posso e ter a consciência tranqüila nesse sentido, estou fazendo o melhor que posso naquele momento, naquela circunstância, naquele papel. E, se não foi possível ser dez, tudo bem, não devo me sentir culpada, porque sei que fiz o melhor que pude. A segunda lição é que é crucial sabermos eleger as prioridades de cada momento. Estar totalmente entregue ao aqui e agora. Se estou no trabalho, não penso no meu filho. Se estou brincando com o Rodrigo, não penso em trabalho. O que é prioridade no momento. Com isso, conseguimos nos organizar e dividir o nosso tempo para dar conta de todas as funções.

Enfim, termos consciência da importância desse momento histórico. Agora, as mulheres devem demonstrar, de forma tranqüila, que ninguém está brigando com ninguém, ninguém está disputando espaço, e que é possível, sim, exercer várias funções, com qualidade, com tranqüilidade, com harmonia, com equilíbrio, sem abdicar de nenhum papel. Era isso.

Memorial - DLT: Angela, nós agradecemos o teu depoimento.

Entrevistada: Eu é que agradeço a oportunidade.

(Segunda parte da entrevista)

Memorial - GA: Transcorrido o processo eleitoral na Associação do Ministério Público, como é sua avaliação sobre o mesmo?

Entrevistada: Como sempre ocorre na vida, em todas as circunstâncias, temos a parte positiva e a negativa. A experiência foi extremamente rica para mim. As pessoas que se envolveram na campanha, os novos relacionamentos, a possibilidade de conhecer mais profundamente os colegas foram muito, muito bons. Apesar de não ter obtido a vitória, considero que – e o resultado, com pequena diferença de votos comprova isso – o debate criado na classe foi de grande valia. As manifestações de apoio dos colegas Carlos Nejar e Lauro Pereira Guimarães foram muito especiais e as terei em minha mente e coração para o resto da minha vida. Da mesma forma, todas as manifestações de carinho que recebi durante a campanha e após o resultado. Cresci muito. Aprendi muito. A parte negativa foi uma só. Lamentei profundamente quando soube, após as eleições, que havia corrido um boato, noticiando o fato de que eu estaria grávida, e que, por essa razão, não teria condições de exercer o mandato na plenitude. Isso, de fato, foi lamentável. Primeiro, porque não era verdade. Segundo, porque demonstrou que ainda é difícil para as mulheres buscarem se afirmar dentro da Instituição. Ou seja, somente mulheres estéreis, ou que já passaram da idade fértil - condições que as colocam em "igualdade" com os homens, já que a possibilidade de gerar filhos constitui a grande diferença entre os gêneros - é que poderiam almejar algum espaço de destaque institucional. E isso é profundamente injusto. De qualquer forma, acredito que contribuí de forma muito positiva ao ser a primeira mulher do Ministério Público gaúcho a ter disputado uma eleição, justamente junto ao maior colégio eleitoral, que é o da Associação, onde todos, ativos e inativos, participam. Tenho certeza de que abri caminhos. As próximas mulheres a se candidatarem terão menos dificuldades. E, espero, que boatos desse tipo não se repitam.

Memorial – GA: Como tem sido a atuação presente junto à Promotoria dos Direitos Humanos?

Entrevistada: Foi maravilhoso retornar à minha Promotoria. Aqui, todos os dias temos algo de novo acontecendo. Não há rotina. Desde o

meu retorno, já estivemos envolvidos com o Arquivo Tarso Dutra – passamos 15 dias, todos, promotores e funcionários – organizando os documentos, articulando com a sociedade o destino do Arquivo. Foi um trabalho maravilhoso e fundamental, pois a forma como resolvemos a questão, com certeza, servirá de modelo para todo o país. Além disso, estamos envolvidos com a organização do primeiro Encontro Nacional do Ministério Público e dos Direitos Humanos, com o Fórum Social Mundial da Saúde e com a participação, pela primeira vez, no Fórum Social Mundial com oficinas e palestras, além de termos um espaço físico fixo durante todo o Fórum. É um grande avanço. Muito obrigada, mais uma vez.

BLANCA BENDER CARPENA DE MENEZES

Blanca Bender Carpena de Menezes, natural de Montevidéu/Uruguai, é viúva do Procurador de Justiça Nuno Carpena de Menezes. Escritora e poetisa, Blanca é autora dos livros *Barro e Cristal* e *Peoncito de Patio*.

Blanca Bender Carpena de Menezes*

Entrevistada: Vivíamos em Montevidéu por causa do colégio, nas férias de julho e nas férias de verão vínhamos para a estância na Barra do Chuí. Eu me criei veraneando na Barra do Chuí. Era uma praia lindíssima, muito peculiar, muito diferente, porque o balneário era em cima de um barranco, para descer, passa a ponte do Arroio Chuí que faz a divisa entre o Uruguai e o Brasil. Então existe uma escada e, acima, atravessando o Arroio Chuí, toma-se banho; primeiro, no Arroio Chuí e, depois, vai tomar banho de mar. Quando volta, passa de novo pelo Arroio Chuí para tirar o sal. Vou te mostrar uma fotografia e vais ver que coisa mais interessante. É um balneário completamente diferente dos outros, todos os balneários são planos, esse tem uma altura enorme, são barrancas, lá em cima que estão as casas. Há casas muito lindas, preciosas. Nessa época eu tinha 20 anos. Preferia veranear na Barra do Chuí a veranear em Montevidéu. Vínhamos todos os anos, era uma tragédia quando não vínhamos. Éramos sete irmãos e vínhamos todos. Havia gente de Santa Vitória, do meu tempo, amigos de meu pai, éramos amigos de toda aquela gente, muitos vivem aqui em Porto Alegre, tanto que eles me consideram como se fosse vitoriense. Eu não nasci em Santa Vitória! E aí conheci o meu marido, ele apareceu na Barra do Chuí com outros amigos brasileiros, eles iam muito para Montevidéu, porque gostavam muito de lá. E andava de braço com uma menina por lá, e já diziam que iam casar. Contudo, ele deixava a menina em casa e vinha para o clube da praia e me tirava para dançar. E conversávamos – eu o achava meio infantil – dançávamos e eu perguntava: "Você não está noivo, não vai se casar?", "Não, eu não, eu tenho uma namorada (...)" Eu já tinha cinco irmãos, dos quais três eram brasileiros. Nosso pai queria que prestassem o serviço militar, não podiam ser desertores, porque viviam no Brasil. Meu pai, Otto Bender, brasileiro, casado com Sara Oliveira de Bender, uruguaia, tinha a estância "La Higuera", que se situava do Departamento de Ro-

* Entrevista concedida à historiadora Daniela Oliveira Silveira em 08/08/2002. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Alvaro W. Bischoff.

cha, Uruguai, a 15 minutos da fronteira, e do outro lado, também a 15 minutos, em Santa Vitória do Palmar, tinha a cabanha São Miguel. Os meus irmãos nasceram na cabanha. E aí viemos morar em Pelotas; eu fiquei terminando meu curso de humanidades em Montevidéu e minha mãe veio com os outros três menores. Hoje os três são engenheiros agrônomos, se formaram em Pelotas, hoje um tem fazenda em Dom Pedrito, o outro vive em planta Arroz, origem do rio São Francisco, Pirapora, faz 30 anos que está lá. Todos os domingos nos falamos por telefone, ele diz que vai vir porque se desacostumou ao clima. Aí eu fui para Pelotas e quando estou na festa do clube com meus irmãos, meus primos que viviam lá, eu vi o mesmo rapaz. Eu não sabia de onde ele era, sabia que ele era um brasileiro, mas não lembrava de onde ele era. Ele me viu e me tirou para dançar, começamos a conversar, eu nunca lhe perguntei pela noiva, namorada, nunca mais se falou nesse assunto. Depois de quatro meses, me pediu em casamento, em seis meses nos casamos.

Memorial: Isso foi em que ano, Dona Blanca?

Entrevistada: Isso em cinqüenta e tantos, em janeiro.

Memorial: Aqui é 1955. Vocês casaram em janeiro de 1957?

Entrevistada: Sim.

Memorial: Depois de quatro meses.

Entrevistada: A vida inteira casada, 50 anos.

Memorial: Ele já era promotor quando vocês casaram?

Entrevistada: Era advogado, ainda não era promotor. Ele era meio tímido, eu era mais atrevida: "Pois é, tem um concurso para Promotor de Justiça, por que tu não fazes o concurso?", "Ah não, imagina, tem gente que está aí trabalhando de promotor há muitos anos, tem muita experiência. Eu estou formado faz um ano". Eu disse: "Aproveita que estás com as idéias bem claras, tens que fazer o concurso!". Ele respondeu: "Ah, mas tem que ir para Porto Alegre". No que respondi: "Então vamos para Porto Alegre!". Aí estava em descanso, com boa paz, e havia um amigo nosso, Moacir Souza, que foi político, esteve exilado em Montevidéu, tinha casa aqui, mas ele veraneava muito lá na estância conosco, a família toda. Eu perguntei a ele: "Moacir, quando vais para Porto Alegre?" Como ele iria somente em maio, emprestou-nos o apartamento. Meu pai quando soube ficou surpreso. Então disse para meu pai: "Eu vou com o meu marido para Porto Alegre que ele vai fazer concurso". Ele não

sabia que ia fazer concurso, eu que lhe disse. "Ele vai fazer concurso para Promotor de Justiça. Veja, está aqui a chave, temos apartamento, tem tudo lá dentro, só temos que comprar pão, leite e carne, o resto tem tudo". Ele disse: "Mas que barbaridade, que coisa, que impressionante, como ela resolve tudo na hora!". Fomos com uma nenê de dez meses. Eu dava a volta no quarteirão com a nenê que vinha dormindo. Depois do almoço, eu a fazia caminhar e depois fui ao encontro dos amigos, ver como eram as coisas, informarmo-nos, porque não sabíamos nada. Nem como seguir, como não seguir, qual é o Ministério Público. Eu sei que ele fez o concurso dois meses depois e passou em segundo lugar. Foi uma glória!

Memorial: E como é que foi a preparação dele para o concurso?

Entrevistada: Ele se reunia com os amigos e viam a matéria necessária. Durante dois meses, eles estudaram; passou em segundo lugar. Um problema muito sério, saiu até no jornal, ele havia sido eleito vereador duas vezes, estava sendo candidato a deputado, aí saiu no jornal o nome dele — eram sete, imagine sete fazendo concurso para promotores, hoje são milhares —, e saiu um comentário de que ele era comunista, no outro dia desapareceu o nome dele. Ele ficou apavorado, me disse: "Sabes o que aconteceu? Tiraram o meu lugar, dizem que eu sou comunista".

Memorial: Ele que tinha passado em segundo lugar?

Entrevistada: Em segundo lugar. O primeiro foi Ajadil de Lemos, que fez o concurso para juiz e tirou também o primeiro lugar. Eu filha, neta, bisneta, tataraneta de fazendeiros ia casar-me com comunista? Não sou louca! Mas que barbaridade, que isso, que aquilo! Eu tinha um tio, que já faleceu, que vivia aqui, eu disse: "Tio José, quem são os professores que deram as notas para esses moços que fizeram concurso para promotor?" Ele respondeu: "Olha, tu não conheces, por que eu vou te dizer?" Então disse: "Não me importa, eu gosto de saber das coisas, se é Fulano, Sicrano, a mim não importa". Até que ele disse os nomes: um deles era Celso Afonso Pereira, já o conhecia, havia sido juiz em Santa Vitória do Palmar e meu pai o convidava para comer churrasco. Eu tinha oito anos. Pedi a meu tio que me levasse na casa dele para conversar. "Mas o que tu vais fazer?", perguntou meu tio. Respondi: "Eu já o conheço e a senhora dele também". Meu tio me deixou na porta e se foi. Marcou hora, claro, com ele, porque eram companheiros, amigos. "Veja, doutor, eu estou aqui como esposa de Nuno Carpena de Menezes que fez

concurso para Promotor de Justiça, o senhor foi um dos professores examinadores, e como você sabe, tirou o segundo lugar, e depois lhe tiraram a nota dizendo que era comunista. É um crime isso! Isso não é verdade!".

Memorial: Eles diziam isso mesmo assim?

Entrevistada: Sim, que ele era comunista. Ele comprou a casa do estudante para Pelotas com o dinheiro dele e doou a casa, tem uma fotografia bem grande dele lá na sala.

Memorial: Ele era vinculado a que partido nesse momento?

Entrevistada: Brizolista dos quatro costados, como todos nós.

Memorial: E o Dr. Ajadil também era, não é?

Entrevistada: Também, eram muito amigos, ficaram muito amigos.

Memorial: E a conversa com o Dr. José?

Entrevistada: "E eu posso provar que não é verdade. Em primeiro lugar, se fosse comunista, eu não teria casado com ele de maneira nenhuma", disse a ele. Nem meu pai permitiria, meu pai era PSD naquele tempo, agora é PDS, que é a mesma coisa. Era presidente de partido, era político na fronteira, essa coisa toda. "E outra coisa, eu soube de informação que lhe tiraram com o pretexto de que como os outros eram daqui, não podiam atacá-los porque todo mundo sabe da vida dos outros. Mas ele como é de Pelotas, mais longe, não o conhecem, dizem que ele é comunista e que lhe tiraram o lugar para dá-lo ao filho de um desembargador que nem concurso fez. E lhe digo uma coisa: eu vou ao jornal, eu vou ao Correio do Povo denunciar isso!". Eu não sei como eu me atrevi a essas coisas! Agora eu me surpreendo, coisa impressionante, não é.

Memorial: Isso na década de 1950, uma mulher fazendo isso!

Entrevistada: Com vinte e poucos anos, não é. Eu estudei direito junto com ele na Faculdade de Pelotas até o terceiro ano. Aí nos casamos, nasceu a nenê nove meses e vinte e um dias depois, aí eu deixei tudo para cuidar dela. E ele ficou horrorizado, ele sabia que era verdade: "Mas como, minha filha, tu sabes uma coisa dessas?". Mas ele não sabia que eu era filha de outro Bender que era grande amigo dele em Santa Vitória do Palmar. Então disse: "Mas minha filha, eu estou lhe conhecendo!" Eu lhe disse: "Doutor, eu estou aqui como esposa de Nuno Carpena de Menezes, quem é meu pai, não interessa no momento". Ele insistia: "Mas eu acho que te conheço!". Por fim, disse: "O senhor procu-

re saber disso, porque eu vou ao jornal amanhã. Vou ao Correio do Povo fazer essa denúncia. Eu tenho testemunha disso, meu tio, seu Fulano e Fulano, vou, todo o povo já sabe". Ele me pediu por favor que não fizesse uma coisa dessas. Ele já é morto, mas me dou muito ainda com a esposa dele, Hilda Pereira, que é advogada. No outro dia, apareceu o nome do meu marido de volta, por um equívoco, o haviam tirado. Ia ser um escândalo.

Memorial: E essa pessoa que entraria no lugar do Dr. Nuno não entrou?

Entrevistada: Ia ser um escândalo. Ele foi a casa do pai desse rapaz, o desembargador, a pedir que por favor não entrasse, porque iam denunciá-lo e com razão e com provas. Então o tiraram e tornaram a colocar o Nuno. Seria um escândalo isso, daria um diário de todo, mas se eu não movo uma palha e não vou falar com o Dr. Celso Afonso Pereira, ele nunca mais teria sido Promotor de Justiça. Ele era brizolista, não tinha nada de comunista.

Memorial: A primeira comarca foi Pinheiro Machado?

Entrevistada: Pinheiro Machado, teve Arroio Grande, dizem as comarcas aí?

Memorial: Sim, Herval.

Entrevistada: Eram Osório, Herval, Canguçu, Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre.

Memorial: E como é que foi essa vivência no Interior?

Entrevistada: Ah, foi muito linda, eu gostava! Não sei se é porque eu sou filha de fazendeiro, acostumada no campo. O que me horrorizou da vida de Herval do Sul, vida só de fazendeiros, mas fazendeiros tão atrasados, tão atrasados que era impressionante. Eu tinha que levar talheres da minha casa, para mim, para ele, para a criança que tinha meses, mas nós a levávamos, porque eram de ferro, todos puídos, coisa horrível. Ele ia para o Fórum depois do almoço, eu ficava com a nenê para fazê-la dormir, estava deitada com ela na cama, de repente, sinto uma coisa que se mexia, me virei, era um ratão desse tamanho! Eu saí aos gritos com a criança. Rato! Imagina que coisa mais horrível! Em outra ocasião ele pediu água gelada: "Ah não, não pode, porque o prefeito disse que dá câncer!". Ele e o juiz, o Dr. Antônio Amaral Braga que

era de Pelotas também, eram amigos de infância, entre os dois compraram uma geladeira e puseram no Fórum. Estamos almoçando e eu pedi ao garçom que trouxesse a sobremesa, que era um quadrado de um centímetro de goiabada. Eu disse para ele: "Podes me trazer quatro vezes esse pedacinho?" Ele me disse: "Se o Dr. Promotor der licença ..." Se o marido dava licença, a mulher podia comer, senão não podia. Eu ri, me diverti nesse interior. Havia coisas impressionantes.

Memorial: E como é que era, o Dr. Nuno continuou tendo uma atuação política no PTB?

Entrevistada: Continuou até que veio a lei que o promotor não podia ter cargo político. Ele havia sido candidato a deputado, nem chegou às eleições, porque saiu.

Memorial: Mas foi eleito em outros momentos pela sigla?

Entrevistada: Sim, duas vezes foi eleito vereador em Herval onde era promotor. No interior não conheciam piscina. Então, construíram uma piscina e disseram: "Agora, Dr. Nuno, tem que tomar banho para inaugurar". Era inverno, ele havia levado calção de banho, se atirou na piscina e quase congelou. Tivemos que tirá-lo da piscina. Foi um horror! Uma coisa muito engraçada! Outra vez ele foi nomeado para Bagé como substituto, pois estava em férias o titular, ele atendia as comarcas de Herval, Bagé e estava tudo debaixo de água, nisso eu já tinha a segunda filha. Vinham passando uns gaúchos a cavalo, com o poncho, com a água pelo costado do animal e perguntamos: "Por onde se passa por aqui de automóvel?", "Ah, se atire por aí mesmo pelo meio que passa!", se atirou no meio e o auto se foi abaixo, ficou por pouco a água do teto. Então eu coloquei as meninas sentadas no encosto do acento e nisso passa outro gaúcho, guincharam o auto e nos tiraram. São coisas assim, passagens interessantes. E as meninas tinham um casaco vermelho, a pequena tinha dois anos e a outra tinha sete, ficou todo vermelho, parecia sangue, ele levou um susto: "O que aconteceu?". Disse: "Não aconteceu nada.", "E esse vermelho?". Era do casaquinho vermelho delas. Ficou toda a tinta vermelha na água.

Memorial: E como era para vocês conseguirem casa no Interior, era tranqüilo?

Entrevistada: Era Hotel, sempre hotel. Em Santa Maria havia a Dr. Bozzano que era a rua principal onde estava o hotel, o Fórum era do

outro lado da praça. Em Herval era um galpão de madeira com os cavalos amarrados ali. Os únicos que tinham automóvel eram o juiz e o promotor, que nem moravam na cidade, moravam em Pelotas, viajavam 300 km. Esse tempo foi uma maravilha.

Memorial: Por isso que é importante a gente rememorar essas situações, para ver o quanto as coisas mudaram.

Entrevistada: É impressionante! Depois ele esteve muito mal, malíssimo, fez oito operações, tiraram um metro e vinte centímetros de intestino, todas as coisas ruins, mas venceu tudo e passou mais de 20 anos depois. Aí o nomearam Procurador de Justiça.

Memorial: Então veio para Porto Alegre.

Entrevistada: Veio para Porto Alegre. Ele foi Procurador-Geral Substituto, porque estava em meio da vida política do Ministério Público.

Memorial: Como é que era isso? No Interior, até, ele não devia sentir muito essa coisa.

Entrevistada: Não. No Interior era só o juiz e promotor. Aconteceu uma coisa engraçada, eu estava na praça e ele estava no Fórum, eu com as crianças no balanço, apareceram duas senhoras, uma moça toda bonita, de penteado, outra loira e disse assim: "Tu és a esposa do juiz ou do promotor?" Eu disse: "Eu sou a esposa do promotor". No que ela disse: "Que engraçado, a menina tem a cara do juiz!". Eu fiquei parada olhando e disse: "Filhinhas, vamo-nos daqui porque este ambiente não é o nosso. Essa não parece uma dama, parece uma mulher qualquer, porque isso é coisa que se diga! Que falta de educação!". Me levantei, peguei as crianças no balanço e me fui. Pensei: "Que horror, que horror, onde estou metida!". "Que engraçado, a criança é a cara do juiz!". Porque o juiz era bem loiro e minha filha também. O meu marido era bem moreno. Depois eu ria tanto, tanto, meu marido ria tanto, e dizia: "E tu ficaste braba!". Eu ficava braba seguidamente, escorpião, pulava, e já pulei em cima, eles me olharam: "Mas que castelhana braba!". Eu me impressionei com aquilo, que coragem, e a falta de respeito, de educação de dizer-me uma coisa dessas! Por mais que achassem que a criança tinha a cara do juiz. O juiz também ria da situação, Dr. Antônio Amaral Braga, "Ficaste furiosa?", "Claro, disse uns desaforos para a mulher e me fui!".

Memorial: E situações de confronto, situações mais tensas, até porque o Dr. Nuno veio para Porto Alegre em 1960, antes do golpe, mas vocês passaram um momento.

Entrevistada: Ele foi preso em Bagé.

Memorial: Pois é, isso é interessante, essas vinculações...

Entrevistada: Ele estava muito ligado a todos lá. E esta filha minha, que quando o Brizola se foi tinha oito anos, na classe de balé se dava com a filha do Brizola, a Neuzinha, que era medonha de arteira.

Memorial: Ficou medonha depois que cresceu também, não é.

Entrevistada: Toda a vida foi medonha! Quando passava de automóvel pelo Palácio e o Brizola já não estava, minha filha dizia assim: "Mamãe, não olhes esse Palácio que esse Palácio não tem alma, é uma coisa fria, é um monte de pedra!". Eu perguntava: "Por que, Sarita, não tem alma?" Ela respondia: "Sim, porque quando Brizola e D. Neuza viviam aí, ele tinha alma, agora é um monte de pedras, Brizola já não está aí". Tanto que ela fez uma poesia para Brizola.

Memorial: E ele foi preso em Bagé?

Entrevistada: Sim, porque era brizolista, ele não era PTB, era brizolista como somos todos nós, para nós ele é um herói, foi um grande governador. As professoras o adoravam, nunca deixaram de pagá-las, não havia batida de panelas, não havia nada dessas coisas, era outro mundo, era outra vida.

Memorial: E o Dr. Nuno acabou se envolvendo no período da gestão do Brizola?

Entrevistada: Sim, claro! Não puderam provar nada, ele estava perdoado, porque ele era o Promotor de Justiça, o outro era o governador, tinham relacionamentos obrigatórios, nada mais. Quando ele se foi para Montevidéu, nós fomos os primeiros que chegamos lá para visitá-lo. O primeiro "soutienzinho" de Neuzinha fomos nós que levamos, livros de história, todas essas coisas. Depois, tinha amigos, porque ele fez primeiro o curso primário em Bagé, no colégio Auxiliadora, e deixou muitos amigos lá, que eram da direita, a favor dos militares, que foram suas testemunhas, provando que não tinha nada com isso, que ele era uma pessoa que se dava com Leonel Brizola em função do cargo de promotor, ele tinha reunião no Palácio, essa coisa toda. Ele se dava com muita gente que era da direita, com muita gente de esquerda, com muita gente que era comunista também, mas ele não tinha nada a ver, só estava exercendo a personagem, tinha que recitá-la para servir as pessoas. Tanta gente boa que é comunista e tanta gente que não serve que é da direita. Não se

pode julgar uma pessoa pelo partido, não acredito nisso. Ele se dava com meio mundo, eu nunca vi, tratava tão bem a todo mundo, era impressionante. A filha menor é igual, ela se dá com meia Pelotas. Vive numa casa com 600 metros e fazem churrasco, fazem carreteiro de charque, fez nutrição, adora cozinhar e vive cozinhando e convidando. Vou a casa dela, está cheia, eu digo: "Filha, pelo amor de Deus!". Ela responde: "Mamita, são meus amigos, eu os quero tanto, são tão bons, me convidam para tanta coisa em suas casas, deixa-me retribuir". "Não, não é que não retribuas, mas tantos, o dia inteiro, não te cansas?" Ela respondia: "Não!".

Memorial: E o Dr. Nuno era assim também?

Entrevistada: Igual. Nós tivemos uma casa na Bordini, imensa, esquina com a Fabrício Pilar, uma casa estilo inglês, que depois vendemos para o Yazigi. Por fora ela não parece tão grande, mas é imensa por dentro, tinha boate. Fazíamos festas, os 15 anos de Sarita foram uma coisa impressionante, quando eu vi, parecia que Porto Alegre inteira vinha: "Sarita, tu convidaste toda essa gente, pelo amor de Deus!". Ela estudou no IPA e no colégio Americano. Os colégios ficam aqui perto. Primeiro, eu vivi aqui na Castro Alves e elas estavam no Bom Conselho. As duas foram internas no colégio São José em São Leopoldo. Quando fomos para Santa Maria, deixamos a maior que tinha 9 anos na escola São José, em São Leopoldo, e levamos a outra que tinha dois anos. Ela era tão arteira, tão arteira que eu ficava com ela na praça, lendo os jornais — era um frio horroroso, mas havia sol —, para não ficar sempre dentro do hotel, de repente, ouvi uns gritos: "Filha, onde estás?". Ela ia conversar com os jornaleiros e eles colocavam umas pedras para ela poder subir para ver as tartarugas, e eles puseram as pedras, e ela queria ver, foi subindo, subindo, até que caiu dentro da água do chafariz. Aí os jornaleiros viram, foram ajudá-la, não podiam puxá-la pelo peso, porque estava com roupa de inverno pesada, aí eu terminei me molhando toda para tirá-la de lá. Era medonha. Em Santa Maria, ela me deu tanto trabalho. Íamos a um restaurante muito bom que havia lá, ela comemorou o aniversário de 4 anos nesse restaurante. Tinha um nome árabe, era lindíssimo, tinha uma fonte luminosa ao redor, todo cheio de plantas e de peixinhos. O filho do dono do restaurante tinha a idade da minha filha e também era medonho. Então, fechavam-se todas as portas, as pessoas que vinham ao restaurante tinham que tocar a campainha, porque não se podia abrir as portas que eles fugiam. De repente, diz a senhora do dono do restaurante: "Não viste o meu menino que estava brincando com a sua menina?",

"Eu não o vi". E ela saiu a procurar: "As portas estão fechadas, eles estão aqui dentro". Então, ouvi um gritinho, uma risadinha, estavam os dois deitados na água morna, encharcados, com o peixinho na mão, morto. Eram terríveis. Outra vez foi na Igreja. Íamos à Igreja todo o domingo, eu a levava pela mão segurando bem forte. Uma vez para fazer o sinal da cruz, soltei a mão dela por um segundo e ela desapareceu. A catedral era enorme e estava cheia, me levantei e nada. De repente, diz-me uma senhora: "Olhe, senhora, lá no altar". Ela estava embaixo da batina do padre para ver se ele usava calças compridas, para ver se era igual ao "papito", como ela chamava o pai. "Quero ver se o padre usa calças como o papito". E ainda me disse: "Mamita, ele usa calças compridas". O padre não podia rezar porque todos riam, se escondiam para rir.

Memorial: E o Dr. Nuno?

Entrevistada: O Nuno ficava apavorado com as coisas que a menina fazia: "Tu não podes soltá-la!". Eu me divertia com ela, ela era tremenda, mas eu me divertia, porque fazia cada coisa!

Memorial: É que, na verdade, o Dr. Nuno acabava ficando muito tempo envolvido com a atividade?

Entrevistada: Sim, era uma vida muito tranqüila que levávamos, eu com as duas filhas, viajávamos muito. Nas férias era uma correria, íamos para Montevidéu com elas, visitar a família. Íamos muito a bailes, muitas festas. Ele não gostava de ir: "Ah não, não quero, isso me enjoa, não gosto!" Eu dizia: "Vão estar teus colegas, teus amigos, minhas amigas.". Havia boas empregadas para cuidar das crianças. E, quando ele ia, quem diz que o tirava da festa? Gostava tanto que não saía da festa. Eu já estava cansada, estava com sono e ele: "Só mais um pouquinho, só mais um pouquinho!".

Memorial: Ele passou por alguma situação difícil, como é que foi?

Entrevistada: Uma vez um automóvel o perseguia e ele entrou na garagem, puxou a porta de ferro, mas não se deu conta de que estava sem lanterna, sem luz, sem nada, no escuro, e aí não podia abrir por dentro, não podia chamar a atenção porque sabia que se o viram entrar, estariam parados em frente. Ele ficou quieto, sentou-se no carro e dormiu. E eu estava preocupada porque ele não vinha para casa e com aquele tumulto que era um horror. Eu já estava chorando, já estava rezando, não sabia o que se passava. De repente, me aparece ele, branco como papel, porque tinha medo de tudo, por sorte, chegou um morador do edifício e abriu a

porta, acendeu a luz e o encontrou dormindo dentro do carro, o acordou, ele se assustou, eram onze da noite, ele caiu dormindo às oito, três horas se passaram e eu não sabia dele. Com aquele tumulto todo, eu pensei: "Bom, está preso por aí". E assim mesmo com todas essas coisas era muito tranqüilo. Eu ficava nervosa, me preocupava.

Memorial: E na Procuradoria como era essa situação?

Entrevistada: Eu adorava a Procuradoria. Nunca mais eu fui a nada dessas coisas. Esses dias insistiram tanto, que fui, peguei um taxi e fui. Falavam tanto nele, me contaram coisas que já nem sabia da Procuradoria, que brigava com um e com outro, havia um que tinha ciúmes de nós. Já morreu. É que ele tem um temperamento muito especial. Quando ele era vereador em Santa Maria, veio um telegrama do procurador-geral dizendo que teria que voltar imediatamente para a comarca, teria que morar na comarca. E ele não era ainda candidato, tinha que morar na comarca. E em poucos dias foi eleito vereador, passou uns anos como vereador e não foi para a comarca, ele não trabalhava. Dois anos depois, novamente se candidatou e foi reeleito. O queriam prefeito em Herval. Morar em Herval, Deus me livre! Já em Pelotas estava horrível, imagine em Herval! Aí ele não quis mais, quando veio a promoção para Porto Alegre, viemos para cá, compramos um apartamento, deixamos a casa em Pelotas vazia e fechada, tínhamos um apartamento no Hotel Atlântico de Rio Grande fechado, a filha interna no colégio São José, em São Leopoldo, estava um descalabro, dizia eu. Então vendemos a casa em Pelotas, trouxemos a filha para o Bom Conselho, organizamos a vida melhor. Havia reuniões lá na casa da Bordini, e ele punha apelidos em todos os promotores, tinha um que se chamava "motorneiro", porque ele parecia um motorneiro, naquele tempo em que havia bonde. Ele tinha um temperamento de quem está sempre brincando, contando piadas, rindo, onde ele estava, estava todo mundo alegre. Eu não entendo como um homem com esse temperamento e essa saúde que tinha, pode ter a enfermidade que teve, mal de Alzheimer, coisa mais horrível. Doze anos, ele esteve doente, mudou, era outra pessoa. Ele pesava 74 kg, ficou com 28 kg, uma coisa horrível.

Memorial: Quanto ele tinha de altura?

Entrevistada: 1,74 metros.

Memorial: Imagine, 1,74 m com 28 kg.

Entrevistada: É um horror! E o médico me dizia que eu não podia tê-lo aqui, porque dizia que ele ia se atirar pela janela. Um dia eu cheguei aqui nessa sala de jantar, 12º andar, montado, agarrado e eu havia ido buscar um lanche na copa para ele e a enfermeira estava cuidando da roupa dele. Quando eu entro e o vejo assim agarrado, eu gritei, o agarrei. Havia um matagal alto ali na pracinha, ele se escondia dentro, havia rato, havia de tudo, ele se metia lá dentro. E quem o notava? Até que um senhor disse: "Eu passei e tinha um senhor se escondendo ali". Fomos olhar, era ele, isso era tão espantoso, ele que era tão alegre, tão contente, parecia tão feliz. Os médicos dizem que, às vezes, é excesso de proteínas, outros disseram outra coisa, eu sei que até agora não descobriram.

Memorial: E não tinha como reverter também, é o tipo de doença que não tem cura.

Entrevistada: Não. Já estava há muito tempo. Eu já vinha estranhando o temperamento dele, ele estava mudando, ele era alegre, conversador, estava ficando quieto, calado.

Memorial: Isso foi depois que ele se aposentou ou ele ainda estava na Procuradoria?

Entrevistada: Não, não, foi quando ele já estava aposentado. O médico disse que a doença dele já tinha doze anos. Eu notei uns dois ou três anos antes. Minha filha vive em Ipanema e ela o levava para lá, tinha três enfermeiras, uma de dia, uma de noite, uma domingo. Passava todo o dia lá, é um condomínio fechado, Jardim do Sol, é um lugar lindo, saíamos a caminhar, e depois, eu fiz umas poesias. Ele punha o pé nas folhas secas e fazia barulho e se assuntava, e eu dizia: "Não, não tenhas medo, não vai te fazer nada, é uma folha solta, uma folha seca, uma folha morta". E me olhava e dizia: "Como eu?". Aquilo me partia o coração! Ele se sentia morto. "É uma folha morta, não vai te fazer nada". Foi uma coisa horrível. Mas as minhas melhores poesias não estão nesse período. Muito depois. Eu tenho o Hino para São Borja. Em comemoração aos trezentos anos de São Borja, me convidaram, pois se criou a Academia Literária Feminina e a Associação de Literatura Feminina Espânica de Montevidéu. Esse hino de São Borja fiz em uma noite, até às quatro da manhã. A gente de São Borja também é muito impressionante.

Memorial: Quando vocês vieram para cá, quais eram as suas atividades?

Entrevistada: Era professora de Espanhol no colégio São José de Pelotas. E aí depois vim para cá. Nós tínhamos uma vida social muito elegante em Pelotas. Em Porto Alegre, tenho todas as imagens e revistas, não tinha nada para fazer e caí nas graças dos colunistas sociais. Eu gostava muito disso.

Memorial: Mesmo sendo esposa de um comunista!

Entrevistada: É verdade, é verdade! Não tinha como ser comunista ele.

Memorial: Dona Blanca, aproveitando que falamos nessa questão política, como é que a senhora percebia, como esposa do Dr. Nuno, essa questão de ele ser um promotor com uma trajetória política vinculada ao brizolismo e que atuou como vereador, como é que se dava essa relação de um promotor-vereador com os outros poderes locais, com prefeitos, com estancieiros, existia algum conflito?

Entrevistada: Não, não, absolutamente! Era um diplomata, ele se dava bem com todo mundo, ele era simpático com todo mundo, ele era carinhoso, era um "meu amigo para cá, meu amigo para lá", não se falava de política. Ele se dava bem, tinha bom relacionamento em todas as comarcas que esteve.

Memorial: Essa fama de comunista então não marcou muito a sua trajetória?

Entrevistada: Era esse desembargador que queria colocar o filho que não estava preparado para concurso, era formado em Direito, mas não estava preparado para um concurso para promotor e disse: "Ah, este é de Pelotas, é comunista, então vamos tirar fora!". Ele nunca soube que eu fiz isso, nunca contei.

Memorial: Ele não soube disso?

Entrevistada: Não, nunca contei que eu fui falar com o tio dele, José Carpena. Ele não ia querer. Eu não pedi favor, eu pedi justiça. "Minha filha eu te conheço!", me dizia o desembargador, "Tu não és filha de Otto Bender? Seguidamente eu ia na fazenda dele comer churrasco". Eu não disse nem sim, nem não, eu disse: "Doutor, eu não estou aqui como filha de Otto Bender, estou como esposa de Nuno Carpena de Menezes e não venho pedir favor, venho pedir justiça, você sabe que eu tenho razão".

Memorial: Tanto tinha que as coisas se resolveram.

Entrevistada: Nem cheguei a ir ao Correio do Povo. Eu disse: "Eu não estou ameaçando você, estou ameaçando o sistema que permite uma coisa dessas. Eu vou ao jornal amanhã e vou bem calçada, eu tenho o tio dele que é meu amigo e também muito amigo do meu marido e que tem muitas informações. E você sabe que eu estou dizendo a verdade!" Ele novamente disse: "Não, não perca a calma, vamos resolver!". E no outro dia saiu o nome lá. Eu ia visitá-lo e levei um ramo de rosas vermelhas bonitas, agradeci a compreensão dele, não o favor, porque ele não me fez nenhum favor, apenas foi justo. Se deu conta de que era uma coisa horrível que estavam fazendo com o Nuno. Ia ficar traumatizado para o resto da vida. Eu não fico traumatizada, boto para quebrar! Tem que batalhar, tem que brigar pelas coisas! Colocar-se num canto a chorar, não resolve nada, termina adoecendo a pessoa. Meu pai me ensinava assim: "Minha filha, quando te atiram uma pedra, tu não atires duas, três, quatro, tu atires 20, tu tens que atirar para matar, porque se tu não matas, te matam!". E eu sou assim e para completar nasci em escorpião! Ah não, muito boazinha, mas em questão de briga... Ficou tão feliz quando viu no diário de volta, ele me abraçava e chorava: "Tu estás chorando! Não tens que chorar, tens que estar feliz!" "Ah mas tu és uma mulher tão... Meu Deus do céu, que castelhana maravilhosa!". Ora, eles fizeram justiça, eu apenas pressionei para que fizessem. "Ah, mas nem se atreviam, tu sabes como eu sou". Fui até o fim.

Memorial: Nós agradecemos muito o seu tempo disponível para o Projeto Memória.

Entrevistada: Foi o maior prazer, pena que não disse nada de interessante para colocar nesse livro aí.

Memorial: Com certeza a gente conseguiu coisas muito importantes.

Entrevistada: Eu tenho poesias lindas feitas para ele, eu digo lindas, porque todo mundo diz que são lindas. Eu as fiz para ele, antes de falecer, antes de adoecer e depois. Mas quase todas são poesias gaúchas.

EUNICE TEREZINHA RIBEIRO CHALELA

Eunice Terezinha Ribeiro Chalela é natural de Marcelino Ramos/RS. Graduada em Direito pela Universidade de Passo Fundo e mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, ingressou no Ministério Público em 1976. Atuou nas Comarcas de Erechim, Flores da Cunha, São Sebastião do Caí, Farroupilha e Caxias do Sul. Atualmente, é Promotora de Justiça aposentada, exerce a advocacia e leciona na Universidade de Caxias do Sul, onde é Diretora do Centro de Ciências Jurídicas.

Eunice Terezinha Ribeiro Chalela*

Memorial: Dra. Eunice, antes de mais nada, nós gostaríamos muito de agradecer a sua disponibilidade com o nosso Projeto Memória e gostaríamos de começar a nossa conversa com o seu relato sobre suas origens familiares, sua vida estudantil e a escolha pela Faculdade de Direito.

Entrevistada: Bem, eu também agradeço essa oportunidade de colocar a minha vivência dentro da Instituição. No início, antes do ingresso no Ministério Público, eu fiz a minha faculdade de Direito sem imaginar que eu seria Promotora de Justiça. Eu não tinha nem uma idéia a respeito de Ministério Público ou de concursos. Eu pretendia ser advogada e dentro da minha história de estudante a primeira idéia de vocação para o Direito aconteceu quando eu estava no segundo ano primário, com sete anos de idade. A professora, no primeiro dia de aula, perguntou aos alunos: "O que vocês querem ser quando crescerem?", e as meninas todas: "Ah, eu quero ser professora, eu quero ser costureira, eu quero ser...", as profissões que normalmente as mulheres faziam na época. Eu falei: "Eu quero ser advogada!". Os meninos começaram a rir, nesse dia, primeiro dia de aula, e falaram: "Ih, professora, nem pode!", porque na cidade não tinha nenhuma advogada e eles nunca tinham visto uma advogada mulher. Eu fui para casa muito indignada, falei que não queria mais voltar para a aula, aí falei para o meu pai: "Pode, pode ser advogada?", ele falou: "Pode!". Eu fui para aula, voltei no outro dia, cheia de moral, e falei: "Pode, sim! E eu vou ser advogada!". Então essa foi a primeira, eu acho, inspiração a respeito da área de Direito. Então esqueci depois disso. Quando terminei o curso médio, eu resolvi fazer vestibular para Direito em Passo Fundo. Eu sou de Marcelino Ramos e nasci em Maximiliano de Almeida que era um distrito de Marcelino Ramos. Fiz vestibular para Direito e deu certo. Fiz a faculdade, então, na Universidade de Passo Fundo e me estabeleci depois em Marcelino Ramos com escritório de

* Entrevista concedida à historiadora Daniela Oliveira Silveira em 27/01/2002. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto.

advocacia, que, modéstia à parte, até ia muito bem! Eu tinha muitos clientes, eu fiz um escritório de advocacia onde estava sozinha, sem outro colega para dividir ou acompanhar e ia estudando. Cada questão que eu pegava, eu passava uma noite inteira para descobrir como é que eu tinha que fazer e consegui ter sucesso, e o meu escritório ia muito bem. Um belo dia, eu descobri, não sei como, que não havia mulheres no Ministério Público do Rio Grande do Sul e aí eu resolvi fazer concurso só porque não havia nenhuma mulher. E eu sempre defendi muito a causa da mulher para tentar com que ela conseguisse direitos iguais. O que é tão difícil que até hoje não sói acontecer. E eu resolvi fazer a inscrição para o concurso do Ministério Público, na época devia ser 1974 ou coisa assim. Nesse concurso não foi admitida a minha inscrição. Aquilo me desafiou e me motivou a seguir essa carreira, eu falei: "É isso aí mesmo que eu quero! Agora essa achei muito legal porque não tem mulher, então eu vou tentar entrar nessa aí mesmo!". Aí fiz, em 1975, eu cheguei a fazer um outro concurso, e esse concurso eu fiz até o final e fui aprovada, inclusive, saindo no jornal. O que foi uma coisa muito desagradável, porque em toda a minha cidade, que era uma cidade pequena, Marcelino Ramos, eu recebia cumprimentos de advogados, de pessoas conhecidas, fonogramas, porque eu tinha sido aprovada no concurso, saiu na Zero Hora, no jornal da época, acho que Correio do Povo, a aprovação no concurso, eu e uma outra mulher, eram duas mulheres aprovadas nesse concurso. Aí eu comecei a entregar meu escritório de advocacia, passados mais ou menos uns dez dias, eu acho, 15 dias, recebi um fonograma, dizendo que eu tinha sido desclassificada nos títulos, que eu não tinha titulação suficiente para ingressar no Ministério Público. Aí foi um fato que eu qualifico como o mais marcante, não só da minha carreira mas da minha vivência como cidadã. Eu fiquei indignada, peguei um ônibus - naquele tempo, saía de Marcelino Ramos de ônibus -, cheguei em Porto Alegre, aí fiz uma guerra, briguei com quem eu consegui brigar na época, dizendo da minha indignação por ter sido desclassificada. Porque eu cheguei a fazer a tribuna e oratória e saí da tribuna e oratória com nota suficiente para passar, tanto que saiu, inclusive, publicado em jornal, candidatos aprovados. Eu tenho até o recorte do jornal que eu vou deixar para vocês, para a posteridade. E ser desclassificada, eu achei horrível aquilo, porque demonstrou assim, eu acho, na época, que as pessoas deveriam ter a coragem de dizer: "Não, não aceitamos mulheres na Instituição". Bem mais fácil do que nos obrigar e constranger a um concurso

onde você estudava muito, tinha que trabalhar muito e até o vexame público de, depois, ter que explicar como é que você é aprovada e não ingressa. A ter que, normalmente, nos títulos também tem aqueles exames técnicos, psicotécnicos, que poderiam até colocar em dúvida a tua capacidade para ingressar na Instituição. E seis meses depois, ou coisa assim, outro concurso abriu, porque, na época, se não me engano, nós fomos aprovados em 28, e como, obrigatoriamente, eles teriam que tirar as mulheres e não queriam assumir que não queriam as mulheres, eles tiraram junto cinco ou seis homens. Colegas que depois vieram a fazer concurso novamente, foram excelentes profissionais e que, naquela ocasião, tiveram que sair do Ministério Público para nos acompanhar diante daquela farsa de que os que saíram, é porque não tinham, de fato, títulos. A minha pergunta, a minha indignação, era a seguinte, se eu tivesse títulos, eu não viria fazer o concurso. Na época ninguém tinha títulos, então, o que seriam títulos? Foi uma das perguntas que eu fiz: "Ah, títulos é tu teres sido aprovada num concurso para a Magistratura". "Olha, quem tivesse sido aprovado, já estaria na Magistratura, aliás". Mas comigo tinha a peculiaridade de que eu não queria ser juíza, aí como eu vi que no Ministério Público era impossível ingressarem as mulheres, eu fiz uma inscrição para um concurso no Judiciário. Eu estava fazendo o concurso concomitante com o Ministério Público, só que daí o resultado do Ministério Público saiu, quando eu fui chamada para as provas na Magistratura. E aí eu fiquei com aquela dúvida: "E agora, arrumo título para ingressar no Ministério Público ou fico assim mesmo?". Eu sei que o promotor da época que estava em Marcelino Ramos, falou: "Bah, Eunice, por isso que eles não querem mulher, porque mulher não sabe o que quer, agora tu te decide, é a tua vez, estás numa encruzilhada. Se tu já estás aprovada no Ministério Público, quase que pela terceira vez, tu estás nessa possibilidade de entrar no Ministério Público, o que tu vais tentar Magistratura novamente, ou continuar essas provas orais na Magistratura?". E aí eu lembro que no dia em que eu fui chamada para essas provas, chovia, São Pedro não ajudou, chovia o que dava, era um dia horrível, todo mundo dizia: "Não vai, não vai!". Não fui! Não fui, e daí virei, de uma hora para outra, promotora de Justiça.

Memorial: A senhora ingressa, então, em 1976, e a primeira comarca é Erechim?

Entrevistada: É. Na época, inclusive, eles deixaram os promotores que foram melhor classificados escolher comarcas de terceira entrância

para serem designados. E nesses melhores classificados estavam, acho, todas as mulheres, até porque, eu consegui assumir a comarca que eu escolhi, Erechim, que era próximo do Alto Uruguai, próximo da minha cidade. E eu ingressei diretamente em terceira entrância. A rigor, eu nunca fiz uma primeira entrância como promotora, exceto no papel. Por exemplo, eu era Promotora de Justiça em Gaurama, designada para Erechim. Depois quando eu fui promovida para a segunda entrância, tive que assumir uma comarca de primeira, mais ou menos um mês, para poder ser promovida para a segunda, porque senão eu não poderia da terceira, voltar para a segunda. Eu fiz uma designação, fiquei, acho que um ano e pouco, numa comarca de terceira entrância.

Memorial: E como foi a recepção à promotora em Erechim?

Entrevistada: Em Erechim, eu acho que eles receberam muito bem o Ministério Público. Tanto é que, até hoje, eu tenho negócios, ainda, em Erechim; e o meu nome é lembrado: "Oh, no tempo da Dra. Eunice ...". Então eu acho que consegui formar um perfil muito bom do Ministério Público na comarca. Eu comecei já fazendo júris, lá tudo era distribuído, eram três varas, não se escolhia processo nenhum, você entrava em tudo, de tudo que é jeito. Eu fiquei uma época, inclusive, como promotora das execuções criminais. E aí o que acontecia que era muito engraçado, o administrador do presídio falava assim: "Dra. Eunice, é engraçado, os presos parece que gostam tanto da senhora ... - porque eu fazia visitas periódicas no presídio para ver se estava tudo bem - ... mas quando acontece de a senhora ser escalada para o júri deles, eles acendem vela, eles rezam um monte, eles dizem: 'Meu Deus, como eu sou azarado!'. Eu não consigo entender como eles têm tanta admiração pela senhora, mas não querem a senhora na acusação". Então diz que saía vela acesa, saía promessa, tudo que é coisa, para que eu não chegasse a fazer o júri. E aí quando eu comecei a fazer os júris em Erechim, o que acontecia? Eu tinha platéia, eu tinha a população vendo o Ministério Público atuar como alguma coisa inusitada. Então isso era muito bom, porque eu tinha que estudar muito mais, tinha que me aperfeiçoar, porque eu não podia, em hipótese alguma, fazer alguma coisa errada, porque era muita gente cuidando da atuação do Ministério Público. Em Erechim, então, éramos três promotores, um deles era o Boschi, que está se aposentando também agora, desembargador. Eram promotores muito bons. O Jones Raimundi, o Boschi e eu éramos os primeiros que estavam em Erechim. Então o que acontecia? Nós dividíamos o atendimento de partes. E uma

senhora era escalada para fazer essa divisão, Dona Ana, que era de um cartório, terceiro cartório, eu acho que era, de Erechim. Ela vinha e falava: "Mas, Dra. Eunice, não dá, ninguém quer ficha com a senhora, sabe, ninguém quer ficha!". E daí os colegas ficaram indignados, "Mas como?!", eles perguntavam: "Já foi atendido pelo promotor?", "Sim, quem nos atendeu foi uma mocinha, mas é que ela é muito querida, ela explica muito bem, mas é que eu quero falar mesmo é com o promotor!". Então eu tinha o trabalho de atender todas as minhas fichas e ninguém ficar satisfeito sem conferir com um colega, se aquilo que eu havia dito era correto. Então num dos primeiros atendimentos de partes, havia um senhor idoso, eu acho que era uma pessoa de poucas letras, ele falou assim quando saiu: "Olha, mocinha, - diz ele assim – eu nunca fui tão bem atendido numa repartição pública, mas amanhã eu posso vim falar com o promotor?". Era uma luta inglória, porque não adiantava explicar, eu dizia: "Mas eu sou a promotora"., "Tá bom, mas amanhã eu venho falar com o promotor, então". No outro dia vinha a pessoa, ou voltava com ficha, a Dona Ana era boa fisionomista: "O senhor já falou com a Dra. Eunice"!, "Não, eu falei com uma mocinha que estava no lugar do promotor". Aí foi uma luta, isso durou, sei lá, três meses, seis meses, sobrecarregava muito os colegas. Até que reverteu a situação a ponto de a Dona Ana ter que salvar o meu pedaço e dizer o seguinte: "Não, com a Dra. Eunice, não, já deram as dez fichas"., ou já deu tantas fichas, "... a Dra. Eunice não vai mais atender". Aí o pessoal voltava para a promotoria e queria falar comigo, mas depois de muito tempo é que se conscientizaram de que eu era, efetivamente, uma Promotora de Justiça.

Memorial: Mesmo atuando em júris?.

Entrevistada: Mesmo atuando em júris.

Memorial: E desses júris teve algum que mobilizou a cidade?

Entrevistada: Teve. Eu não vou lembrar o nome de réus, mas teve um júri bem tumultuado. Então, naquela época, estava em Erechim, eu consegui deixar preventivamente presa uma pessoa, o que, normalmente, não acontecia, de você ter uma pessoa com influência na sociedade na prisão. E foi um caso de muita repercussão, mas que eu não cheguei a fazer o júri, porque eu fui, depois, acho que promovida para São Sebastião do Caí, ou coisa assim. Então houve casos de repercussão, mas eu não... Até uma das minhas falhas é de não ter marcado quantos júris eu fiz na minha trajetória, eu não tenho nem idéia. Esses dias na faculdade

os alunos perguntaram quantos júris eu já havia feito, eu nunca contei. Eu teria que fazer um "projeto memória" individual, voltar de comarca em comarca, porque seria bem fácil ainda conseguir, para ver quantos júris eu fiz durante a minha trajetória.

Memorial: Em Erechim então a senhora ficou dois anos, é isso? A gente tem um registro de Flores da Cunha ...

Entrevistada: Quando eu fui para Flores da Cunha?

Memorial: Em 1977.

Entrevistada: Então eu fiquei um ano em Erechim, porque eu entrei em agosto de 1976, se em 1977 eu estava em Flores da Cunha, eu fui para Flores da Cunha só para conseguir a promoção para a segunda.

Memorial: Ah, foi essa a situação que a senhora havia relatado.

Entrevistada: Eu devo ter ficado um mês em Flores da Cunha.

Memorial: É, temos sua classificação de novembro de 1977 e fevereiro de 1978 em São Sebastião do Caí.

Entrevistada: É isso aí, três meses, mais ou menos. Daí eu fui para São Sebastião do Caí, que deve ser em 1977?

Memorial: Começo de 1978.

Entrevistada: E depois eu acho que fiquei em Farroupilha, não sei se tem, tem Farroupilha também um tempo. E até porque eu estava pretendendo uma classificação em Caxias do Sul. E na época Caxias do Sul não tinha jeito de ... Eram, se não me engano, três promotores e que foram para ficar, morar e se aposentar lá, então não tinha como abrir vaga. Aí como a minha carreira já estava parando, porque eu acho que fiquei uns dois anos nessa segunda entrância, no caso, eu fui para Erechim novamente. E, eu acho, que eu devo ter me classificado em terceira entrância em Erechim e, eu acho, que em 1979, 1980 porque eu recusei a promoção, pois eu não conseguia Caxias do Sul. E eu queria, daí eu já estava estabelecida em Caxias do Sul, meu marido estava em Caxias do Sul, e eu estava transitando ao redor de Caxias do Sul.

Memorial: E como foi a atuação em São Sebastião do Caí e Farroupilha?

Entrevistada: Foi bem. Lá de São Sebastião do Caí, eu lembro de processos complicados que também não sei nomes de réus. Eu lembro que eu denunciei um prefeito municipal em São Sebastião do Caí.

Memorial: Por improbidade?

Entrevistada: Não lembro mais nem do que era, mas dava muita repercussão, o Ministério Público era muito cuidado pela comunidade, então o teu trabalho era avaliado pela comunidade. E eu tenho a impressão de que foi uma trajetória na qual o Ministério Público ficou muito valorizado, porque foi justamente quando o Ministério Público começou a não ser estritamente criminalista para entrar dentro dos interesses difusos, do meio ambiente, em geral, vendo as atuações que agora já são corriqueiras, mas que, na época, se estava engatinhando ainda.

Memorial: Como era a sua relação, Dra. Eunice, nessas comarcas, com as outras autoridades? Com os juízes, por exemplo?

Entrevistada: Com os juízes muito boa. Sempre tive um relacionamento muito bom com os juízes e não posso dizer que tive problemas que tivesse que relatar. Eu tinha um temperamento muito forte e eu exigia o respeito que as autoridades têm. Então comigo não tinha acerto em júri, tu não vais para a réplica e aí não pede a qualificadora, não, era o que tinha de ser, séria, e com os juízes também. Os meus pareceres, se não fossem acatados e eu entendesse que comigo estava a Justiça, ou a minha verdade, eu recorria e era tudo resolvido em alto nível.

Memorial: E com a Polícia?

Entrevistada: Também tinha um bom relacionamento. Denunciei muitos delegados de Polícia, não é um bom relacionamento de amizade ou coisa assim, e nem também um mau relacionamento de animosidades, eu exigia que me respeitassem dentro da Instituição. Se fosse necessário, eu denunciava, então eu tinha, eu posso dizer, um bom relacionamento, não havia intrigas, dificuldades ou coisa assim. O que eu entendesse que era de direito, eu fazia e resolvia em nível de Judiciário e Tribunal.

Memorial: E essas denúncias de delegados eram em função de abuso de autoridade?

Entrevistada: É, abuso de autoridade, problemas relacionados com detentos, presos que muitas vezes ficavam... Tem o caso de um preso que foi retirado para um depoimento e veio com um laudo médico de que não tinha acontecido nada com ele, e eu fui ao presídio e constatei que ele estava todo marcado, todo machucado. Então ali eu, na época em que ainda nem se imaginava fazer essas coisas, levava para a Promotoria,

fazia, sem inquérito, as minhas denúncias. Eu mesmo ouvia as pessoas que eu entendia ofendidas e denunciava.

Memorial: E tinha o apoio dos demais colegas da Promotoria?

Entrevistada: Eu acho que aquilo de que "o Ministério Público era um homem só", eu acho que, na época em que eu fui Promotora de Justiça, era sozinho. Eram bem individualizados os trabalhos. Agora eu observo que existe mais um conjunto, os promotores até trabalham mais unidos. Na época, eu imagino que era quase um trabalho individual. Claro que se podia até apoiar, dizer: "Olha, eu acho que está bem o que está sendo feito". Mas cada um assumia o risco do que fazia.

Memorial: Até em função dessas práticas ainda não serem legalmente asseguradas à Instituição.

Entrevistada: Sim, era uma maneira de você começar um novo, por exemplo, fazer uma denúncia só com representação, sem inquérito policial, e o requeria, muitas vezes, designação de delegados através da Delegacia Regional para que fizessem os inquéritos. Mas eu posso dizer que eu sempre tive um respeito mútuo entre as autoridades e um bom relacionamento.

Memorial: Com as autoridades do Legislativo e do Executivo também?

Entrevistada: Também, também. É muito engraçado, porque num dos primeiros trabalhos que eu tive como advogada, aconteceu um caso muito interessante, eu estava como, acho que assistente da acusação, e a pessoa que era meu réu, depois me contratou num outro processo para eu ser a defensora dele. Então era uma coisa, assim, esquisita. Nos processos em que eventualmente eu atuava, eu não ficava inimizada com as pessoas, depois as pessoas voltavam até a se aconselhar comigo, se, eventualmente, precisassem de alguma coisa dentro da Instituição, e também eu mantinha um relacionamento, não sei como eu fazia isso, não sei como. Até em Caxias do Sul houve um caso de muita repercussão que foi quando nem se falava ainda em improbidade administrativa no nível em que se fala hoje. Através de uma ação popular, eu dei um parecer que foi acolhido em todos os níveis do Judiciário para retirar um percentual de 99% de um aumento abusivo que os vereadores tinham creditado em suas contas. Retirava o dinheiro de prefeito, de vice-prefeito, de quase que a unanimidade dos vereadores. E foi uma questão muito tumultuada

em que eu fiquei na mídia um espaço de tempo muito grande, a comunidade inteira ficou solidária com o Ministério Público e com esse parecer. E com todas as pessoas que eu achei que poderiam ficar até minhas inimigas em virtude disso, eu mantenho até hoje um bom relacionamento. Um bom relacionamento que até não sei nem como explicar. Alguns até que eram vindos de outras instituições e que agora são meus colegas na universidade e que a gente conversa normalmente sobre isso como um trabalho profissional. Eu levava muito dentro do profissionalismo, se o meu parecer era esse, eu não precisava ficar inimizada com as pessoas, eu não tinha esse bate-boca, essa irreverência que, muitas vezes, as pessoas ficam inimizadas com parte ou coisa assim. Eu não, eu conversava numa boa e fazia do jeito que eu queria. E por isso, talvez, até era respeitada.

Memorial: Dra. Eunice, vamos voltar um pouquinho. Como era a relação entre os novos promotores e promotoras com a Corregedoria? Existia uma cobrança maior, a Corregedoria estava sempre atenta ao trabalho das promotoras, ou a senhora acha que não houve diferença no tratamento?

Entrevistada: Não, eu acho que em nível de Corregedoria, eu tenho a impressão de que o tratamento era igual. Havia as exigências normais, faziam aquelas inspeções periódicas nas promotorias, cobravam o que precisava cobrar, mas eu, particularmente, nunca tive problema algum, até porque eu sempre tentava me superar. Porque quando eu ingressei, até voltando atrás, no Ministério Público, eu estava tão desanimada com esse concurso que não admitiram a inscrição, com concurso que eu não fui classificada em títulos, que eu fui para o Ministério Público com o intuito de ficar mais ou menos uns três meses e depois abandonar a profissão. Eu ia para o Ministério Público só para que ingressassem mulheres, nada mais que isso. Não tinha interesse nenhum em seguir, tanto é que o que eu retirava no meu escritório de advocacia era quase o dobro do meu vencimento como Promotora de Justiça, então não tinha nem, vamos supor, um aspecto financeiro que me levasse ao concurso, não tinha esse interesse. Mas aí eu pensei: "Vou ficar só três meses e vou embora. Não, mas se eu ficar até três meses, o que vão dizer? Que as mulheres não dão mesmo para a Instituição. Vão dizer: 'Essa aí três meses não agüentou'". Eles não iam dizer que eu tinha saído por uma opção minha, iam dizer que eu tinha saído porque eu não tinha agüentado. Eu pensei: "Então eu vou ficar mais um pouquinho, só para mostrar que eu sei mesmo ser Promotora de Justiça e, depois, eu volto para o meu es-

critório de advocacia". Na época, o meu escritório de advocacia ficou com Vilson Schneider que depois foi nosso promotor também. Quando o Vilson fez concurso e passou, tinha terminado o escritório, não sei mais nem como foi adiante, se ele vendeu, passou, como ficou, não sei, ou simplesmente fechou. Então eu não queria, eu acho que não era o meu objetivo ficar no Ministério Público por vocação, por isso que eu sou uma falsa promotora, porque eu não tinha vocação para o Ministério Público, eu queria era que as mulheres ingressassem na Instituição, esse era o meu único objetivo. Mas aí foi passando o tempo e eu fui me encantando, fui achando que era a mesma coisa que ser um advogado, só que você estava de um outro lado algumas vezes e, em outras vezes, você representava não um cidadão, mas toda a sociedade. Aí eu fui ficando e, depois, comecei a me apaixonar pela profissão e até eu não me imaginaria fazendo uma outra coisa sem ser promotora. Por exemplo, se me colocassem: "Olha, você quer ser juíza, você quer ser...", sei lá qualquer outra, delegado de Polícia, eu não iria querer ser nada e ia achar que eu tinha feito certo, que eu devia mesmo ter sido uma Promotora de Justiça. Isso agora eu falo Promotora de Justiça, mas quando eu ingressei no concurso, o meu carimbo era Promotor Público, e não havia permissão para que se colocasse Promotora Pública. Eu dava entrevistas e colocava Promotor Público, porque na época, parece que não sabiam ainda que os femininos existiam e essa foi uma luta, inclusive, das primeiras mulheres que ingressaram na Instituição para que admitissem Promotora Pública, já na época, porque era vedado você se apresentar dessa maneira, considerando-se de que a alegação que tinha era de que o cargo era de Promotor de Justiça. E o cargo, na época, não flexibilizava em gênero.

Memorial: Depois de Erechim, a senhora foi para Gaurama?

Entrevistada: Não, Gaurama eu cheguei a substituir, eu substituí quando faltava promotor ou coisa assim, mas eu nunca fui titular, só promotora substituta.

Memorial: Quando ainda estava em Erechim?

Entrevistada: Quando ainda estava em Erechim, porque são comarcas muito próximas.

Memorial: Em 1981, então, a senhora vai para Caxias do Sul, conseguindo a tão esperada remoção.

Entrevistada: Aí eu já vim removida. Eu fui para Erechim, fazer terceira entrância. Eu fiz aquela designação inicial, ainda como promotora de

primeira. E depois eu voltei para Erechim, daí na terceira entrância. Então, eu tive duas passagens por Erechim.

Memorial: Em Caxias do Sul, a senhora atua a partir de 1981. E em 1981, a Lei Complementar nº 40 traz novas atribuições para o Ministério Público.

Entrevistada: Sim, modificações, inclusive. Em Caxias do Sul, na época, já começaram a se formar novas promotorias, Curadoria do Meio Ambiente, se não me engano, antecedeu a própria criação de uma vara de defesa comunitária. Então nós tínhamos ainda o pioneirismo de trabalhar, por exemplo, direitos difusos, com meio ambiente, sem que tivesse uma vara específica dentro da comarca. Eu fui, em Caxias do Sul também, uma das primeiras promotoras com designação. Por que o que acontecia? Quando acontecia alguma coisa de novo, você aumentava as suas atribuições. Agora eu entendo que o trabalho é muito mais fácil, porque você é um promotor de Defesa Comunitária, você fica na sua Promotoria, eventualmente, você vai substituir. Se você for um promotor que vai trabalhar Infância e Juventude, você vai à Infância e Juventude. E naquela época, não, você fazia todas essas funções juntas. Quando eu fiquei no Crime, eu fiquei muito tempo no Crime em Caxias do Sul. Imagine, eu fiquei três ou quatro anos, para mim é muito tempo. Então em três, quatro anos que eu fiquei em Caxias do Sul na Vara do Júri, eu fazia tudo no Crime. Quando eu fui para o Cível, nós tínhamos cinco varas cíveis, nós dividíamos o trabalho do Cível nas cinco varas cíveis, você trabalhava em tudo, quando se formou a Curadoria, institui-se, não era o cargo, uma função de curador de meio ambiente, o que acontecia? Você aumentava suas atribuições, você permanecia na sua promotoria, com tudo o que você fazia e ainda se dava ao luxo de ter uma atribuição específica diferenciada, com muito reclamo da comunidade para trabalhar a mais. Na época se somava o trabalho, e não se dividia o trabalho.

Memorial: Em Caxias do Sul, já que a senhora trabalhou quatro anos no Crime, como era o movimento da comarca?

Entrevistada: Em Caxias do Sul, também, eu fui a primeira Promotora de Justiça. Aliás, eu acho que fui a primeira em todos os lugares que eu fui; a primeira Promotora de Justiça a atuar também no Tribunal do Júri de Caxias do Sul. Até quando eu cheguei em Caxias do Sul, foi feita uma ata dizendo que eu estava assumindo a promotoria, e eu achava que ninguém podia me dar a posse de nada, mas daí o juiz da época falou

assim: "Não, Dra. Eunice, vamos fazer essa ata, porque é histórica!". Eu falei: "É mesmo eu vou fazer uma ata histórica dizendo que eu estou assumindo essa promotoria para fazer o marco da mulher dentro da cidade". E aí o que era muito engraçado era também o problema do Tribunal do Júri que como não era normal, usual, uma mulher ir para a tribuna do júri, eu acho que começou, no início, a ter quase que um descrédito por parte dos advogados com a atuação da mulher. O que eu observava era o seguinte, quando dos primeiros júris que eu fiz, os advogados iam mal preparados. E eu tenho a impressão de que mal preparados, porque achavam que o antagonista não era suficientemente forte, competente, para demandar mais estudo. E aí o que aconteceu? Eu comecei a ter júris vitoriosos em excesso, então saía no jornal assim: "Promotora de Justiça vence júri!", aí fazia um outro júri: "Promotora de Justiça vence júri contra dois advogados". Aí começaram: "Promotora de Justiça vence júri contra três advogados". Então quanto mais a banca da defesa se esmerava e se juntava como um adversário ao Ministério Público, mais a minha fama subia. Por quê? Porque daí quando colocavam o enfoque era diferenciado. Uma banca, três, quatro advogados trabalhando, eles dividiam o tempo e ficavam com muito mais dificuldade do que eu, sozinha, na acusação com o meu tempo integral. E eu era muito estudiosa no sentido de saber o que eu estava falando, então, antes do júri, estudava o processo, eu não fazia uma audiência sem conhecer o processo. Talvez fosse até, podia se interpretar como uma dificuldade minha ou com o excesso de zelo. Eu estudava o processo anteriormente e eu ia sabendo tudo. Então qualquer equívoco da defesa, eu sabia de cor, eu tenho uma memória visual excelente, então eu sabia o número das páginas. Até teve um júri que ficou muito engraçado, eu não posso nem dizer nomes, porque fica até constrangedor, mas o advogado era de renome na cidade, e falou qualquer coisa relacionada com o processo que não tinha sido daquela forma, e aí eu aparteei e disse: "Olha, isso não aconteceu de tal maneira". E ele falou: "Se não aconteceu como eu estou dizendo, eu sou um advogado com muita credibilidade, etc e tal, eu peço a condenação do meu réu no Tribunal do Júri". E daí eu só falei: "Doutor, folhas tal, parte tal". Porque eu sabia até dentro da folha onde é que estava, "Eu faço questão que o senhor leia, se o senhor não ler, eu leio". Os jurados todos, o advogado leu e era como eu estava dizendo, daí eu falei: "Agora o senhor não precisa pedir a condenação do réu, que eu peço". Aí não dá para dizer que o réu, coitadinho, foi condenado. Mas não é que

eu fosse excessivamente uma acusadora contumaz. Eu fazia uma análise do processo, se eu entendesse que era caso de absolvê-lo, ia para o Tribunal do Júri e absolvia. Eu não fazia acordos no júri, mas eu trabalhava de acordo com o meu entendimento e com a minha justiça. Então eu dava um susto no pessoal e, depois, pedia a absolvição.

Memorial: E nas outras áreas nas quais senhora atuou em Caxias do Sul. Sabemos que a senhora funcionou num processo bem rumoroso, de bastante repercussão, que foi a primeira ação civil pública da comarca. Não sei se a senhora poderia nos relatar essa experiência?

Entrevistada: A primeira ação cível pública de Caxias do Sul fui eu quem fiz. Como fiz também a primeira denúncia de loteamento irregular de Caxias do Sul, daí eu entrei em licença maternidade e, depois até, premiaram um dos meus colegas promotores pelo fato de ele ter trabalhado nesse tipo de crime. Fizeram uma premiação na Assembléia, só que a primeira denúncia de loteamento irregular na cidade de Caxias do Sul foi feita por mim. E a primeira ação civil pública, tenho a impressão que também. E foi uma ação também de muita repercussão, porque, na época, o Samae (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) não fluoretava a água do consumo público. E eu fiz vários estudos, solicitei exames técnicos com muita perícia. Era uma ação com muita prova e, em virtude do inusitado do assunto, e consegui fazer o Samae fluoretar a água de consumo da população. Então aí o Ministério Público também se afirmava com ações que toda a comunidade acompanhava. Então eu, no tempo que fiquei na promotoria, não sei se por sorte ou por azar, mas eu tinha ações que a comunidade acompanhava. Eu, sem falsa modéstia, acho que fui um marco dentro do Ministério Público de Caxias do Sul.

Memorial: Nós temos um registro aqui de uma sindicância em que a senhora atuou onde um servidor de um tabelionato em Caxias do Sul cometia irregularidades nos registros e atrasos de pagamento das taxas...

Entrevistada: É, eu acho que ele exigia o dinheiro para o pagamento de taxas, emolumentos e coisas assim, depois ele não fazia.

Memorial: Deixava espaços em branco nos livros para preenchimento posterior...

Entrevistada: Ele foi afastado. Pois é, por isso que eu digo, não sei se por sorte ou azar. Isso foi uma sindicância por designação, se não me engano, do Tribunal de Justiça do Estado. Então quando tinha uma coisa muito ruim, eu era designada, porque é muito difícil dentro de

uma cidade, você ingressar com um processo contra pessoa que tenha uma repercussão social grande e, o que é pior, você retirar essa pessoa do trabalho. Então eu tinha essa coisa assim que eu não consigo bem explicar, porque não era eu quem descobria o crime, então eu entrava dentro do processo de uma maneira ou por designação, ou por azar, ou por sorte, e dentro dos processos em que, normalmente, davam muita repercussão social. E daí por que ficava bem o nome da Instituição? Porque a comunidade acompanhava do lado do Ministério Público, obviamente, e o resultado do processo, na época, a gente conseguia sempre favoravelmente. Eu até poderia dizer que não tem uma ação que eu tivesse colocado com afinco ou trabalhado e que eu tivesse perdido. Acho que a minha única frustração na carreira era o fato de eu condenar os réus e depois encontrá-los na rua. Eu mudei do Crime por causa disso. Eu falei: "Olha, o crime não compensa nem para Promotores de Justiça, então, eu vou mudar do crime". Eu me estressava muito com o crime pelo seguinte, eu condenava a pessoa a pena que eu entendia que era necessária, aí passados, sei lá, seis meses, um ano, coisa assim... Lembro que um dia um réu, era um caso em que ele praticava assaltos com grande crueldade, ele ingressava dentro das residências, não chegava a matar, por isso achavam que ele era bonzinho, e deixava a empregada com as crianças menores que recém acordavam, sob a mira de uma espingarda, ele tinha uma espingarda, não era nem revólver, até que chegassem os donos da casa para, daí, ele assaltar. E eu fiz várias denúncias e condenei esse réu em todas as denúncias, e aí, um belo dia, estou eu subindo no elevador no Fórum e eu vi aquela pessoa, eu disse: "Mas eu conheço de algum lugar... - e eu como tenho boa fisionomia para letras e não tenho para rostos – eu sei que eu já vi, mas não sei onde". Será que é da universidade? Será que é daqui do Fórum?". Fiquei pensando, quando eu estou no terceiro andar, me "caiu a ficha", "Não, esse é o meu réu!". E tinha até um nome bem, não vou dizer, até ele foi assassinado depois num desses assaltos. Daí eu desci, ao mesmo tempo em que eu subi, desci voando lá: " Cadê o meu réu Fulano de Tal?". "Foi lá no Juiz das Execuções, no presídio". "Como no presídio, se eu encontrei ele passeando de elevador comigo aqui dentro do Foro?". Aí vai lá, vê, fala com o promotor, vê onde é que está o réu, ele estava com uma licença para arrumar o 4º Cartório Cível, porque o juiz permitiu que ele viesse até o Fórum para arrumar. Aí no júri, certa vez, houve um problema também, um delito de grande repercussão e cruel-

dade que aconteceu num baile, as únicas testemunhas eram um casal de velhos, donos do bar, e aí vieram até a Promotoria dizer: "Olha, doutora, nós não vamos depor, nós não vamos depor porque a pessoa é muito perigosa, nós não temos filhos, nós não temos garantias, nós moramos sozinhos nesse bairro. Somos já pessoas – na época tinham mais de 60 anos – e nós não vamos auxiliar a Justiça". Aí eu falei assim: "Olha, vocês podem vir para o júri tranqüilos, porque menos de 14 anos essa pessoa não vai pegar, porque eu vou fazer o júri e garanto para vocês". Muito bem, veio esse casal de velhos, fizeram o depoimento, não me lembro se levei os dois para o plenário ou não, o réu foi condenado a 18 anos de prisão e passados mais ou menos 3, 4 meses, veio uma pessoa do bairro dizendo o seguinte: "Olha, doutora, eu só vim aqui para dizer que o Fulano de Tal e a Fulana de Tal – que são suas testemunhas – estão mudando de cidade porque o Fulano de Tal – que era o réu – está na frente do bar, – que era o réu – armado, dizendo que vai matar um deles". "Ah, não pode! Ele está preso!", "Como está preso?!" Aí vou eu lá, tudo de novo, fazer aquela confusão toda. "Cadê o réu?". Tinha uma licença para consertar o telhado da casa do amante que tinha uma goteira. Então isso me deixou muito decepcionada e, muitas vezes, sem oitiva de Ministério Púbico, os réus eram soltos, era festa de aniversário, era festa de Papai Noel, era festa de Páscoa, era tudo.

Memorial: Quem autorizava essas solturas eram os juízes?

Entrevistada: Os Juízes de Direito da época, tinha Juiz de Direito que autorizava solturas indevidas e eu não era mais promotora nas Execuções Penais porque eu já estava numa divisão, então eu tinha que me incomodar muito, me estressar muito, exigindo que a lei fosse respeitada. E aí essas ocorrências que me fizeram mudar para o Cível, eu falei: "Não, eu não vou ficar". Daí o que aconteceu, eu chamei a Brigada, foram ao local, prenderam o réu, o réu chegou até o Fórum, eu não era promotora da área de execuções, mas fui lá, porque quando fazia, eu ia, aí o juiz na frente do réu, falou assim: "Olha, por mim, tu poderias ter ficado lá, mas é que a promotora é que não concordou". Então eu fiquei com problemas de segurança pessoal, não obstante, nunca tivesse sido ameaçada, nunca me ocorreu nada, mas eu fiquei com problemas, como um réu desses aí acha que o problema dele não é o crime, o problema dele é ter uma promotora! Então essas coisas assim é que fizeram com que eu mudasse para o Cível. Porque eu gostava e gosto, porque eu sou professora agora de Processo Penal, fiz concurso na universidade e tinha uma grande iden-

tificação na área, inclusive, mas essas coisas assim é que deixavam dificuldades. Tanto é que o problema de segurança pública está aí do jeito que está.

Memorial: Uma curiosidade, esses réus que conseguiam essa liberação eram pessoas que, por acaso, tinham alguma projeção social ou não era esse lado?

Entrevistada: Não, não era esse lado. Até houve réus com projeção social que a gente também conseguiu prisão. Havia denúncia que à noite, eles se ausentavam do presídio, então era muito comum a gente ir à noite no presídio ver; naquela época, ia eu, às vezes, ia o juiz, íamos ao presídio para conferir se aquele réu estava preso. Então os réus com grande repercussão, eles, às vezes, cumpriam a pena melhor e com mais cuidado, porque a comunidade até delimitava, do que aquele réu normal que pedia para consertar o telhado, para ver o aniversário do filho, etc e tal, e que era autorizado e liberado. Para o Ministério Público ficava muito difícil você não estar nas execuções criminais e conviver com o fato de que seus réus não cumpriam a pena. E como eu tinha um perfil de excesso de zelo nos processos e de uma acusadora que todo mundo temia, então eu comecei a temer pela minha segurança pessoal em virtude dessas liberações. Um fato muito interessante aconteceu em Flores da Cunha, eu fiz um júri, naquele meu tempo se fazia júri e você ia a madrugada inteira fazendo júri e esse júri terminou, mais ou menos, umas cinco horas da manhã, e eu tinha ido sozinha para esse júri, eu residia em Caxias do Sul e estava substituindo Flores da Cunha. E nesse júri o réu foi condenado também a uma pena bem alta que não lembro agora que pena foi, mas era uma pena bem alta, havia quatro advogados de defesa e quando terminou o júri, estava clareando o dia, era umas cinco horas da manhã mais ou menos, e uma das meninas que era de Caxias do Sul, que era escrivã: "Dra. Eunice, me dá uma carona de volta para Caxias do Sul?", "Tá!", "Então eu vou aguardar!". Mas aí ela tinha que arrumar o local, coisa assim. E a juíza se despediu, foi embora, e eu fiquei aguardando a menina que guardasse os papéis, e aí eu olho, estava lotado o local, não tinha saído uma única pessoa, a juíza tinha dispensado a Brigada Militar, como ela ia embora, todo mundo foi embora. E ficaram os advogados, eu e o réu que não saía, porque o povo era tão grande que ele não podia sair, ele saiu solto, pois o advogado recorreu na hora e ele era um réu sem antecedentes, e o juiz liberou e foi embora todo mundo e aí um dos advogados falou assim: "Dra. Eunice, a senhora é que tem que fazer

alguma coisa". Porque ninguém saía do local, era assim, vou imaginar 100, 200 pessoas no local, ninguém saía, e eu fiquei sozinha com todo esse povo lá, eu disse: "Meu Deus e agora o que eu vou fazer?". E o réu não saía porque tinha medo de ser linchado, acontecer alguma coisa. A Brigada Militar tinha ido embora, a juíza tinha ido embora e os advogados não podiam sair, e aí o que eu fiz: eu subi em uma cadeira - era uma coisa muito engraçada - para poder ficar bem alta e daí fiz um discurso que o Ministério Público estava agradecendo a presença de todos naquele local, mas que nós precisaríamos que eles saíssem porque tínhamos que fechar o local e sem que eles saíssem nós não poderíamos fechar e nós teríamos que retirar o réu e expliquei que, não obstante, ele tivesse sido condenado, a todas as pessoas a Justiça dava a possibilidade de recorrer em liberdade. E que se a Justiça que tinha sido feita naquele dia fosse a prevalecer, ele novamente seria preso. E aí eu fiz como o padre quando faz o sinal da cruz: "Vamos embora, que o senhor vos acompanhe". Eu terminei assim e daí foram saindo todas as pessoas, uma a uma, saíram todas do salão. Ficaram os jurados, os advogados, eu, a menina, com o olho desse tamanho, daí eu disse: "Qualquer dia eu vou fazer as minhas memórias e vou gravar essas coisas que ninguém acredita!". Aí ficaram todos fora do salão, mas ninguém foi embora, o que eu fiz: eu peguei um a um e levei ao carro. Eu saí com o réu, todo mundo me olhava, coloquei o réu dentro do carro, eu saí com cada um dos advogados, coloquei cada um no carro, todo mundo foi embora, daí fiquei eu sozinha, era uma seis horas da manhã. Aí contei essa proeza em casa, meu marido queria me estrangular, falou: "Mas você é doida, como é que pode fazer uma coisa dessas!". Mas eu voltei tão gratificada, tão feliz de ver que o Ministério Público tinha feito um trabalho tão bom a ponto de ser tão respeitada e aceita na comunidade, que eu fiquei mais ou menos um mês numa situação assim de glória geral "Meu Deus do céu, é uma maravilha você estar fazendo parte de uma instituição que tem tanto respeito da população!". Esse era um dos casos mais interessantes que eu acho que poderia relatar, e as pessoas são todas vivas. Os advogados talvez não gostassem muito de dizer que eu os conduzi até o carro porque eles tinham medo. Mas as outras pessoas que ainda estão lá poderiam até dar um depoimento a respeito disso.

Memorial: E o réu acabou sendo condenado, ou a senhora não acompanhou mais o processo?

Entrevistada: Uma das minhas falhas é que eu não acompanhava os processos depois, como era uma comarca em que eu substituía, então, o que eu tinha que fazer? Eu tinha que continuar com os meus processos em Caxias do Sul, e aí no Tribunal, eu fazia os recursos ou coisa assim, esse deve ter sido condenado, com certeza, deve ter mantido a pena, mas é que a demora da Justiça, muitas vezes, não é entendida pela população. Há uma indignação geral da população da demora, porque dizem "que a Justiça tarda, mas não falha". Eu acho que a Justiça tardia é uma Justiça falha, ela já tem 50% só de aproveitamento pelo fato de você deixar a pessoa, até o próprio infrator, com aquela falsa idéia de que o que ele fez não é tão grave. Porque você oportuniza que ele fique tanto tempo, eu fiz júris com 10 anos, com a pessoa na convivência da comunidade, como é que você vai exigir que 10 anos uma pessoa seja uma boa pessoa, justamente por causa do processo, que queria ser bonzinho com todo mundo, vai poder o jurado que não tem nada a ver com a história, condená-lo? Então isso fica muito ruim para a acusação, como fica até hoje.

Memorial: Daí não cumpre o objetivo de reeducação que, teoricamente, a Justiça tem.

Entrevistada: É, tem que ser imediata, tenho a impressão de que se fossem com menos tempo os julgamentos, se faria uma melhor justiça.

Memorial: Mais algum processo que a senhora lembre de Caxias do Sul? Nós temos um registro de sua atuação em um processo referente a auxílio transporte para o Centro Integrado de Atendimento de Pacientes Especiais de Caxias do Sul, a senhora lembra desse caso?

Entrevistada: Ah, pois é, como é que tem isso ali?! Essa é uma ação civil pública, mas que não foi dada procedência dessa ação. Depois eu saí também, mas eu tenho a impressão que dessa ação ali o resultado final não foi um bom resultado. Eu consegui, se não me engano, parece que uma liminar, eram pessoas portadoras de lábio leporino. E eu fiz essa ação, até o que tem de inusitado nessa ação foi o seguinte: eu tive na minha vida um episódio muito complicado que foi o falecimento do meu marido, eu ia entrar em férias e não entrei em férias para fazer essa ação, preocupada com essas crianças, como não havia uma assistência aqui dentro do Estado do Rio Grande do Sul apropriada, eles iriam para Bauru, Estado de São Paulo, onde era tudo realizado gratuitamente. O que precisavam essas pessoas era só o transporte para irem até Bauru. Então um dos últimos dias, inclusive, em que eu fiquei

com o meu marido, ele falava: "Mas pára de trabalhar tanto, mas que tanto tu trabalhas". E eu estava na minha biblioteca fazendo essa ação. E depois, eu tenho a impressão, que não deu certo. Mas é uma grande injustiça, por quê? Porque o atendimento aqui do Rio Grande do Sul não era, na época dessa ação, apropriado. Talvez a ação desse, oportunizasse para que os órgãos públicos daqui entendessem que deviam dar mais atenção a isso. E em São Paulo era tudo gratuito. E o problema do lábio leporino, aqui do Rio Grande do Sul, é que eles levavam para fazer, eventualmente, uma cirurgia e feita a cirurgia, acham que está pronto. E não está pronto, tem que ter um acompanhamento psicológico, acompanhamento nutricional, um acompanhamento de fisioterapia, se não me engano, por quê? Porque se você pega um bebê com um mês de idade para fazer, vai crescer o palato, vai crescer tudo e você vai ter que fazer novas cirurgias. E em Bauru, eles faziam toda essa assistência. E isso foi uma grande injustiça, se não deram o dinheiro para essas pessoas irem até lá também pelo fato de que só se pagava a passagem e era o transporte que é possível se pagar, nos casos de doença, para atendimento fora do domicílio. Existe a possibilidade legal do pagamento, mas o Estado do Rio Grande do Sul não queria pagar dizendo que aqui faziam melhor que Bauru. Isso é um absurdo jurídico, depois eu abandonei essa ação em virtude de ter tirado uma licença para tratamento de interesse. E o resultado dessa ação, me parece, não foi dada procedência. Mas também foi uma ação civil pública de muita repercussão. As minhas ações civis públicas eram, exageradamente, ações dentro da mídia, era uma coisa impressionante. Por exemplo, no problema do lixo de Caxias do Sul também foram ações públicas propostas por mim, eu fiz com que mudassem o local do lixo em duas ações que eu propus que interditassem um dos logradouros. Inclusive uma delas, ou duas delas, devem estar tramitando até hoje para conseguir o ressarcimento do dano ao meio ambiente que ocasionava aquele lixo colocado a céu aberto pelas prefeituras. Então essas ações também foram propostas por mim na época, ação civil pública era comigo mesma. Porque as ações todas muito polêmicas. Não havia nenhuma ação em que tu dizias assim: "Essa vai passar despercebida!". Essa não entrava comigo, a despercebida não chegava perto de mim. As minhas eram todas azaradas; eu propunha a ação, eu, normalmente, conseguia liminares. Havia, por exemplo, o lixo, o prefeito ameaçava de não recolher mais o lixo, dava aquela repercussão geral e generalizada na ci-

dade, e eu obrigava tanto a recolher como a colocar em outro lugar, como adequar, como tratar. E agora o lixo em Caxias do Sul parece que está, praticamente, resolvido. Pelo menos há um convênio com a universidade para reciclar, para fazer, pelo menos, dentro da possibilidade de tornar o meio ambiente preservado.

Memorial: Dra. Eunice, sobre a sua atuação fora da Instituição, a senhora chegou a ter algum envolvimento com a Associação do Ministério Público nesse período dentro da Instituição?

Entrevistada: Não, não.

Memorial: E durante o período, principalmente, das Constituições de 1988, 1989 que vão trazer esse novo perfil para o Ministério Público, um perfil que, na verdade, enquanto a senhora estava atuando, já estava se consolidando nessas novas áreas que essas Constituições vão garantir para o Ministério Público. É um período em que os promotores e procuradores estão muito engajados na legalização, digamos assim, dessas atribuições. A senhora teve envolvimento com isso? Porque eu lembro, pelo menos, falam, que no interior a forma que os promotores tinham de atuar nessa movimentação em função desse movimento da reforma da Constituição, eram grupos que se formavam e então teriam ligação com a Associação ou mesmo com quem estava em Brasília. A senhora chegou a ter alguma atuação assim, participou desses grupos, como era a discussão em Caxias do Sul?

Entrevistada: É, na época, eu, como é que é, presidente de núcleo será? Como é o nome, coordenadora de núcleo? Eu nem sei que título que eu tinha. Eu fui uns 200 anos, mais ou menos, daqui, porque ninguém queria ser, não era mérito meu, ninguém queria ser. Todas as reuniões de núcleo eu presidia e fazia em Caxias do Sul, eu sempre estava vinculada, obviamente, à Associação do Ministério Público, e as reuniões de núcleo ficaram muito tempo, eu não sei dizer quanto tempo, mas eu era a promotora que fazia esse trabalho, que juntava o pessoal da região toda quando havia as reuniões ou coisa assim. A gente, eu acho, fazia um trabalho, eu não vou dizer assim, com uma especificidade, a gente fazia reuniões periódicas, a gente acompanhava, mas era muito centralizado em Porto Alegre. Eu acho que daqui de Porto Alegre é que o pessoal ia para Brasília e tinha uma atuação mais próxima da Constituinte. Era mais relacionado com o pessoal que ficava aqui no centro de Porto Alegre. Os núcleos, claro, faziam reuniões, deliberavam. Normal-

mente, nas reuniões de núcleo, até vinha o pessoal de Porto Alegre, e nós colocávamos as idéias, as reclamações e as sugestões. A gente trabalhava nesse sentido. Mas não teve ninguém, por exemplo, de Caxias do Sul, porque eu coordenava muito tempo os núcleos, eu nunca fui a Brasília. Eu fui a Brasília quando eu estava em Porto Alegre na Promotoria Defesa da Comunidade e da Cidadania do Ministério da Saúde, representando o Ministério Público, mas não na época da Constituinte. Até para colocar um fato bem estranho e histórico como foi muito difícil eu ingressar no Ministério Público, também foi muito difícil eu sair do Ministério Público. E quando eu resolvi que eu deveria sair do Ministério Público, foi em virtude do problema do falecimento do meu marido, que ele deixou negócios em empresas que não tinham compatibilidade com o exercício do Ministério Público para direcionar, gerenciar, etc e tal. Então eu resolvi ver de que maneira, quanto tempo faltaria para eu me aposentar, e o que aconteceu? Aí eu fui descobrir - eu sempre descubro as coisas - que as mulheres da Magistratura e as mulheres do Ministério Público tinham uma diferença na função, isto é, os homens tinham aposentadoria especial, se aposentavam com 30 anos, e as mulheres não tinham aposentadoria especial, se aposentavam também com 30 anos. Então foi feita uma reunião aqui em Porto Alegre aonde vieram vários representantes, deputados de todos os partidos, e eu perguntei a deputados constituintes de que maneira na Constituição de 1988 não tinha consagrado o direito da mulher de se aposentar com cinco anos de diferença dos homens em virtude de qualquer ... Se você for faxineira, se você for doméstica, se você for operária, se você for qualquer outra coisa, você tem uma diferença de cinco anos com os homens. E se você for Magistrada ou Promotora de Justiça, você não tem. Aí os deputados, na época, falaram que não tinham se apercebido disso. E até não foi muito bem recebido pelos homens da Instituição, isso porque eles entendiam que eu queria aumentar a aposentadoria deles ou que eu queria diminuir as nossas para 25. Eu não queria nada disso. Eu só queria que mantivesse na função uma igualdade entre mulheres e homens. E se a igualdade estava na diferença, eu queria a diferença. Muito bem, aí eu consegui um deputado que fez um projeto de lei para que nós conseguíssemos a modificação disso na Constituição, o deputado foi o Mateus Schimidt, que fez o projeto de lei e a redação desse projeto foi feita por mim e por uma magistrada de Minas Gerais que eu não sei o nome, pode uma coisa dessas? Porque no Rio Grande do Sul, até o Dr. Cláudio Barros se sensibili-

zou com isso e nomeou uma comissão de mulheres para atender a esse eventual projeto meu, também uma comissão que não fez nada e que desapareceu, que não sei se existe ou se não existe, porque houve uma repercussão negativa tão grande por parte dos homens do Ministério Público de uma forma tão sexista, e até difícil de entender, para juristas, que aquilo se esvaneceu. E eu passei, sozinha, a lutar por essa idéia. Eu consegui duzentas e não sei quantas assinaturas, que eu tenho em casa, eu devia ter trazido o projeto de lei, que eu não sei nem o nome. Eu consegui, pessoalmente, com o meu telefone particular, eu telefonava, me apresentava, dizia para o deputado o que eu queria e pedia para ele aderir ao meu projeto, o meu projeto, que eu dizia que era meu, e ele ia lá e assinava. Pasmem vocês que os homens, aí foram para o projeto com mais facilidade do que as próprias mulheres. Mulheres que se dizem, inclusive, aqui no Rio Grande do Sul, feministas e defensoras da causa da mulher, não assinaram. E eu consegui mais número de assinaturas do que seria eventualmente necessário. E esse projeto de lei, para ver como não era nada absurdo, ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça a unanimidade, só que ele permaneceu na Câmara dos Deputados à espera de um relator e não apareceu ninguém que quisesse relatar esse meu projeto. Aí como eu vi que com o projeto estava muito difícil de se conseguir, eu fiz uma representação ao Procurador da República através de um outro deputado; porque eu tinha uma sorte de achar os deputados, eu estava passando pelo terceiro andar do Foro de Caxias do Sul e encontrei, sentado num banco, uma pessoa que eu achei que conhecia olhei, era o Deputado Mendes Ribeiro - não o filho, o pai - e vi que ele estava sentado: "O que o senhor está fazendo aqui?" E ele: " Eu estou aguardando uma audiência na Vara de Família"., "Mas então o senhor vai aguardar essa audiência na Vara de Família no meu gabinete". E levei para o meu gabinete essa pessoa que eu já conhecia de nome até pelo que ele escrevia, e avisei que ele estaria comigo no meu gabinete que quando chegasse o horário da audiência me ligassem. E fiquei conversando com ele. A primeira conversa que eu falei foi a seguinte: "Como o senhor deputado constituinte faz isso com as mulheres magistradas e do Ministério Público". E ele falou: "Mas não, eu não sei se eu fiz isso!". Porque ele não sabia que tinha feito. E daí conversando, conversando, conversando: "Como eu posso lhe ajudar?" Ele perguntou. Aí eu falei assim: "O senhor pode me ajudar assinando uma representação que eu quero fazer ao Procurador da República, porque se eu assinar não vai ter graça ne-

nhuma, mas se o senhor assinar vai ficar muito mais importante". E aí ele fez comigo essa representação que também não sei no que deu. Me parece que foi arquivada pelo procurador. Só que com a Emenda Constitucional nº 20, saiu a diferença entre as mulheres e os homens. Se você pegar uma constituição de 1988, antes da Emenda Constitucional nº 20, você vai ver que tem a diferença no artigo que consagra a diferença entre homens e mulheres da aposentadoria. Então não foi no intuito de conseguir cinco anos a menos para as mulheres, foi o intuito de colocar as mulheres na mesma posição funcional que os homens, isto é, se os homens têm aposentadoria especial, as mulheres não poderiam ter uma aposentadoria normal, teriam que ter uma aposentadoria também especial. E se os homens tivessem uma aposentadoria normal, as mulheres ficariam com a sua respectiva aposentadoria normal. E com a Emenda Constitucional nº 20 foi consagrado isso na Constituição. Então para ver como eu, às vezes, tenho umas idéias pioneiras, que não são de agrado geral da comunidade, mas que depois, pelas linhas anversas ou transversas, elas saem no lugar comum. Outro problema que enfrentei no Ministério Público na hora de sair, quando eu pedi minha aposentadoria, eu fui aposentada como promotora de entrância intermediária pelo fato de eu ter ficado só dois anos em Porto Alegre e de, também, pela emenda constitucional serem exigidos cinco anos para o cargo, na mudança de cargo. Aí eu fiz um recurso administrativo, foi acatado o parecer pelo Ministério Público, só que a minha aposentadoria, foi retificado ao ato, quando a aposentadoria saiu como entrância final, ainda está pendente no Tribunal de Contas. As minhas colegas que se aposentaram posteriormente a mim já foram aposentadas por entrância final e está consolidada a aposentadoria. A minha, essa semana ainda telefonei, ainda não saiu do Tribunal de Contas. Então, para ver, que eu tenho, eu acho, alguma coisa de desbravadora, ou que ficam as coisas mais difíceis, mas que de igual maneira, eu viro um pioneirismo. Para mim, não iria ter muita diferença entre ser aposentada de entrância intermediária ou ser aposentada em entrância final. Mas eu, na época, a primeira idéia que eu tive foi a seguinte: se eu ficar quieta, todas as mulheres sofrerão esse problema, ou todas as pessoas que eventualmente não queiram ficar cinco anos em Porto Alegre. Porque, no meu entendimento, o cargo sempre foi Promotora de Justiça desde que eu ingressei na Instituição. Quando você muda de entrância, não muda de cargo, continua sendo Promotor de Justiça. Então aí eu consegui que a aposentadoria "virasse" uma aposentadoria

de entrância final, só que ainda não saiu do Tribunal de Contas a minha aposentadoria, já vai fazer mais de um ano que eu estou aposentada.

Memorial: E outras mulheres já se aposentaram em entrância final.

Entrevistada: E as outras já se aposentaram normal como entrância final, e homens também, porque agora já não é alguma coisa relacionada com o gênero.

Memorial: Dra. Eunice, e a atuação na Universidade de Caxias do Sul?

Entrevistada: Ah, na universidade, pois é, na universidade estou desde 1985, se não me engano. Eu tenho um trabalho assim quase que especificamente de sala de aula, porque eu não tenho ingerência nenhuma na administração dentro do centro de ciências jurídicas, mas eu fiz concurso. Eu fui convidada para lecionar, mas aí achei melhor fazer concurso e a respeito disso, eu fui a primeira paraninfa mulher na universidade aqui em Caxias do Sul. Em tudo eu sou a primeira. A primeira vez que uma mulher foi paraninfa no Direito na cidade de Caxias do Sul.

Memorial: A senhora foi a primeira professora também ou não?

Entrevistada: Não sei, primeira professora eu acho que não. Porque tem dentro dessas áreas de Filosofia, de Pedagogia há mais.

Memorial: E a senhora atua na área penal na universidade?

Entrevistada: A minha disciplina é Processo Penal, agora estou lecionando por estágio, estágio quatro que é o estágio de Processo Penal. Vai ver que eu tenho um pézinho frio, né! Eu tenho uma ligação com o crime!

Memorial: E como a senhora percebe a motivação desses estudantes, estão mais voltados para a carreira particular, como advogados, ou para a carreira pública?

Entrevistada: É bem dividido, agora, eu tenho turmas que são, geralmente, formandos, porque o estágio quatro lá na universidade é dos últimos semestres. Então, entre os formandos, eu acho que eu consigo muitas vocações entre as mulheres. Tem muita mulher que fala: "Olha, mas eu vou ser Promotora de Justiça para ser como a Dra. Chalela". Então eu acho que eu consigo muitas vocações dentro da Instituição. E acho que as mulheres são em grande número, se eu colocar dentro desse estágio, eu tenho a impressão que é quase 80% de público feminino dentro das salas de aula. É muito grande o ingresso de mulheres dentro das

carreiras jurídicas. E para dizer de pioneirismo, é bom que fique registrado também, que a primeira licença maternidade no Ministério Público é minha, então pela primeira vez o Ministério Público foi "mãe", porque o Ministério Público só era "pai", aí resolvi que o Ministério Público ia ser "mãe". A Simone, minha primeira filha, é a primeira licença maternidade do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Memorial: Tem mais alguma coisa, Dra. Eunice, que a senhora queira deixar registrado?

Entrevistada: Não, eu acho que eu só tenho a agradecer essa oportunidade e dizer que eu passei um período de Ministério Público com grande realização pessoal e tenho um interesse muito grande que haja sempre mais um aprimoramento da Instituição, porque é um dos últimos redutos do cidadão. Então quando nós tivermos uma Instituição forte, atuante, com certeza, nós vamos ter cidadãos melhores.

Memorial: Muito Obrigada.

IEDA JUSSARA RIVAROLLY

Ieda Jussara Rivarolly é natural de Porto Alegre/RS. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1976 como Auxiliar Administrativo, ocupando posteriormente os cargos de Oficial Administrativo, Assessor e Contador, cargo que exerce até hoje.

Ieda Jussara Rivarolly*

Memorial: Sra. Ieda, gostaríamos de agradecer, em nome do Memorial, a sua disponibilidade na nossa tentativa de resgatar as memórias do Ministério Público, agora pelo viés dos servidores da Instituição. Gostaríamos que a senhora começasse falando das suas origens familiares, profissão do pai, profissão da mãe, sobre a sua vida escolar, onde a senhora estudou e como ingressou no Ministério Público.

Entrevistada: Quanto à minha origem, sou nascida em Porto Alegre. Meu pai era motorista de caminhão, minha mãe, na época, não trabalhava. Depois, quando eu tinha dez anos, começou a trabalhar como funcionária pública. Daí o meu interesse pela profissão. Minha mãe era funcionária do Tribunal de Contas. Estudei, fiz o curso primário no Colégio Paula Soares, ginásio no Nossa Senhora de Lourdes e segundo grau no Colégio Israelita Brasileiro, porque não consegui entrar no Julinho, naquela época era só com "pistolão". Fiz o meu primeiro vestibular em 1971 para a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), para Medicina. No outro ano resolvi mudar, fiz para Contábeis, porque minha mãe disse que pobre não podia ser médico. Naquela época, pelo menos. Passei na PUC (Pontícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e, com muito sacrifício, minha mãe pagou o curso. Eu não trabalhava, nós tínhamos um irmão menor, eu cuidava dele em casa, fazia as lides da casa para minha mãe, nós éramos em seis irmãos e à noite eu fazia faculdade. Ingressei em meados de 1974.

Memorial: A senhora ingressou no Ministério Público em 1976 depois de ter concluído a faculdade?

Entrevistada: Não, no meio do curso. Eu entrei em 1974 e terminei em 1978 exatamente. Quando eu terminei a faculdade, no ano seguinte eu entrei em Administração, fiz dois semestres, casei em 1981, engravidei

* Entrevista concedida à historiadora Daniela Oliveira Silveira em 24/10/2002. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Cíntia Vieira Souto.

em 1982, aí parei com a Administração, por motivos particulares, pois eu ia ter nenê. Em 1983, nasceu minha filha.

Estava fazendo faculdade, antes de terminar, fiz concurso. Fiz diversos concursos, fiz Tribunal de Contas, fiz Secretário de Escola, fiz Procuradoria. Quando eu fiz eram três vagas, passaram cinco.

Memorial: Para qual função?

Entrevistada: Auxiliar Administrativo. Em seguida, fui chamada. Tirei o terceiro lugar, entrei em 9 de agosto de 1976. Em 1979 - me parece -, abriu concurso para Agente Administrativo, concurso interno, e Assessor na Procuradoria. Antes não era Assessor Jurídico, era só Assessor. Fiz os dois, eu estava fazendo um curso na Fundação de Recursos Humanos para agente do quadro geral, abriu esse concurso interno, continuei o curso na Fundação e fiz o concurso na Procuradoria. Passei para agente e passei para assessor. Dei um salto de auxiliar para assessor direto, porque tinha vaga. Tirei terceiro lugar nas provas. Depois, com os títulos, passei um pouco mais para trás, mas nas provas, tirei o terceiro lugar.

Memorial: Esse concurso era para assessor jurídico?

Entrevistada: Não, na época era somente assessor.

Memorial: Mas era para trabalhar como assessor dos procuradores?

Entrevistada: Não, era assessor comum, tu fazias todo o serviço de assessoria. No caso, eu já estava formada em Contábeis, já trabalhava na Contabilidade, aí só concretizei no concurso para ter o nível que eles exigiam. Também ganhava mais.

Memorial: E quando a senhora ingressou como agente, a senhora ficou trabalhando onde a senhora trabalhava como auxiliar administrativo?

Entrevistada: Fui para o setor de pessoal onde fiquei até 1979, 1980, eu acho. Depois fui emprestada para Fundações, pois, na época, estava saindo o contador. Eu fazia o serviço das fundações, subi emprestada, a minha chefe disse: "Tu não vais voltar mais, porque eu sei que os empréstimos aqui são assim, tu vais e não volta". Aí fiquei nas Fundações e como eu tinha curso superior, era assessora, tinha a faculdade de Contábeis, ganhava a mesma coisa que assessor, aí fizeram uma transferência de cargo do assessor para contador, já que existia uma vaga para contador. Passei, então, para contador na mesma época, foi tudo muito

rápido. Quando eu estava nas Fundações, fazia folha de pagamento, porque faltava pessoal na época, então eu ajudava na folha de pagamento, Fundações e a secretaria dos concursos. Eu passava entre o sétimo, sexto e quinto andares. Mas gostava de fazer.

Memorial: Concurso para a carreira ou concurso para servidor?

Entrevistada: Não, concurso para o Ministério Público, era gerente do concurso. A minha carreira foi bem rápida, mas eu não sei se por me inspirar na minha mãe, eu achava que funcionário público era o máximo. Até hoje acho o máximo, sempre gostei, para mim foi muito bom, porque tudo o que eu adquiri aqui foi ótimo.

Memorial: A senhora na década de 1980 fez o concurso interno e então tornou-se assessora ?

Entrevistada: E aí fizeram transferência, foi na época em que eu estava nas Fundações.

Memorial: Então a senhora começou a trabalhar com contabilidade?

Entrevistada: Entregaram-me as Fundações assim: "Está tudo aí, eu não entendo nada". Fiquei trabalhando três dias em processos que já tinham sido feitos para saber o que eu tinha que fazer, porque o contador tinha ido embora e só tinha uma assessora jurídica que não entendia de contabilidade. Aí eu disse: "Bom, o que eu vou fazer, não é um bicho-de-sete-cabeças". Comecei a pegar todos os processos já prontos e refiz. No terceiro dia, eu já estava apta a fazer os meus. Aí comecei, fiquei mais ou menos 18 anos nas Fundações. Passei por diversos procuradores, Dr. Antônio Carlos de Medeiros, Dr. Berthier, Dr. Mondercil, Dr. Júpiter, Dr. Paulo Olímpio, Dr. Luiz Alberto Rocha, Dr. Mário Lisboa, Dr. César Roberto Bittencourt, Dr. Édison Barbosa Cécere.

Memorial: Essas são pessoas com quem a senhora trabalhou nesses setores?

Entrevistada: Eram meus chefes nas Fundações. A cada dois anos mudava. As fundações foi o lugar no qual realmente me realizei, tanto que fiquei muito chateada quando me tiraram de lá. Mas como ninguém é fixo num lugar, as coisas mudam, então achei "Ah, tudo bem!". Deixe-me lembrar o ano em que eu saí: em 1989 me convidaram para ser coordenadora na Procuradoria, foi na época do Dr. Paulo Olímpio, foi de 1989 a 1991, época em que ele foi procurador-geral. Nessa época, fui coordenadora da Procuradoria - que seria hoje o cargo de diretor-geral.

Custei mas cheguei, foi uma experiência muito boa, passei trabalho, mas com os funcionários foi excelente trabalhar, não tive rusga com nenhum, me adaptei bem. Claro que ficava nervosa, mas como eu tinha um respaldo muito grande dele, ele dizia: "Ieda, assume e no que tu tiveres dificuldade, não te preocupa". Aí assumi para auxiliá-lo, achei que era a hora. Porque, no início, fiquei com medo, disse que não queria e depois fui lá, conversei com ele: "Não, vou assumir, vou arriscar!". Assumi e fiz dois anos muito bons.

Memorial: Então, na verdade, a senhora teve um contato antes com o Dr. Paulo Olímpio no período em que ele estava nas Fundações.

Entrevistada: Exatamente.

Memorial: Aí, depois, em função dessa experiência, ele chamou a senhora para trabalhar junto com ele.

Entrevistada: Exatamente.

Memorial: Era uma espécie de braço direito do procurador-geral?

Entrevistada: Exatamente.

Memorial: A senhora gostaria de contar alguma coisa desse período, porque achei muito importante, situações que a senhora enfrentou que foram difíceis, ou não?

Entrevistada: Enfrentei várias situações difíceis, enfrentei greve.

Memorial: Exato, isso é importante.

Entrevistada: Como coordenadora eu não podia fazer greve, mas ele me apoiava dizendo: "Além de ser coordenadora, tu és funcionária, então tens que dar apoio aos teus funcionários". Ele me dava essa liberdade: "De vez em quando, tu dás uma descidinha, ficas um pouco com eles lá para não acharem que tu és pelego". Ele era um chefe muito legal. Acho que toda a Instituição deve prestigiá-lo.

Memorial: Ele foi uma pessoa importante nesse momento. Conversando sobre o seu período como diretora-geral da instituição vemos que a senhora enfrentou um período de greve dos funcionários, mas conseguiu ...

Entrevistada: Consegui, graças a Deus, não tive problema com funcionário nenhum, um único funcionário que eu poderia ter te dito assim: "Não, esse me trouxe problema". Mas era problema de horário, pois ele tinha outras coisas que fazer fora para conseguir mais recursos financei-

ros. Eu dizia: "Não chega tarde, o pessoal está te cuidando". Eu não era daquelas de cortar ponto de funcionário, de chamar a atenção de funcionário. Agora quando fui coordenadora, vivi um outro problema. O coordenador anterior a mim, não contente por eu estar assumindo o cargo – cada procurador escolhe o seu coordenador – retirou todas as pessoas que pudessem me ajudar. Afastou o funcionário que datilografava, guardou papéis a que eu poderia ter acesso, para eu me complicar. Mas, graças a Deus, o funcionário era tão bom que disse: "Ele me afastou para eu não te ajudar, mas o que tu quiseres, podes deixar que eu faço por trás dele". Ele era um funcionário CC (Cargo em Comissão) e esse outro rapaz que era funcionário, ele disse assim: "Pode deixar, tudo o que tu não souberes eu te auxilio".

Memorial: Ele afastou, não substituiu, simplesmente deixou sem.

Entrevistada: Simplesmente afastou. Aí o que eu fiz? Eu cheguei fui ao procurador-geral, porque eram coisas praticamente pessoais. Eu não queria entrar em atrito com ele, porque afinal de contas, CC ou não, ele era funcionário. Aí o procurador chamava, conversava com eles: "Não, tu não podes fazer isso, a Ieda tem que ter os mesmos funcionários que tu tinhas quando eras coordenador, como é que ela vai trabalhar sem assessoramento". Eu dizia para eles: "Eu não me importo em datilografar, mas tem horas em que o coordenador não consegue coordenar toda uma casa e, ao mesmo tempo, estar fazendo o trabalho de datilógrafo, de agente ou auxiliar administrativo". Eu fazia todo o serviço. Depois, com o tempo, ele foi aceitando, ele lia o jornal, ele passava as coisas do jornal para mim, e dizia: "Ó, tem jornal aqui, tem as leis aqui, o que tu não souberes, eu te ajudo". Mas ele teve que ter chamada a atenção para colaborar.

Memorial: Foi na gestão do Dr. Paulo Olímpio.

Entrevistada: Tudo isso quando eu era coordenadora, são coisas que passei, chorava muito, chorava bastante. Tinha o Gilberto que era muito meu amigo, mas adorava ver eu chorar, gritava comigo como se ele fosse meu chefe. E a Mari dizia: "Por que tu faz isso com a Ieda?" Ele dizia: "Ah, eu adoro ver a Ieda chorar!". Umas coisas assim que não tem nada a ver, tanto que hoje eu sou super-amiga do Gilberto, mas ele me dava trabalho!

Memorial: E a Instituição era muito menor nesse período, a senhora não lembra, mais ou menos, o número de funcionários?

Entrevistada: Não me lembro o número de funcionários, mas eram pouquíssimos, se tivesse 50 era muito. Por isso parecia uma família, por

isso que te sentes quando sais, meio jogada para o lado. Porque eu cresci com o Ministério Público, entrei para o Ministério Público quando ele não era nada, era separado o setor administrativo da Procuradoria do Ministério Público. Nós tínhamos os servidores da Procuradoria e os promotores do Ministério Público. Hoje os servidores são do Ministério Público.

Memorial: Depois da gestão do Dr. Paulo...

Entrevistada: Aí trocou, saí na gestão do Dr. Paulo e voltei para as Fundações, voltei para o meu lugarzinho. Foi aí que chegou o diretor-geral novo, não me lembro em que ano.

Memorial: Em 1991 o Dr. Francisco Luçardo assumiu.

Entrevistada: Fiquei com o Luçardo no período dele, depois veio o Dr. Voltaire. Foi aí que saí das Fundações e entrou esse diretor. Na primeira semana ele me olhou, talvez até isso eu gostaria de deixar frisado, uma semana depois de entrar na casa e disse: "A próxima és tu". Aí eu olhei para ele e disse assim: "Mas próxima para que, doutor?" "A próxima que vai, que vou fazer um rodízio contigo, tu estás há muito tempo nas Fundações, eu vou te tirar de lá". Só que ele custou a tirar, porque o Dr. Luís Carlos Zionkowiski, que era um chefe excelente, até hoje luta muito pelos funcionários...

Memorial: E esse diretor-geral veio de fora da Instituição?

Entrevistada: É, da Secretaria da Fazenda, veio para auxiliar na parte da diretoria, já tinha saído um promotor, ele parece que tinha um problema pessoal e não pode ficar, não sei o motivo. Aí o Dr. Luís Carlos Zionkowiski quando me chamou para dizer que eu iria sair, disse: "Ieda, é a terceira vez que me pedem para eu te liberar e dessa vez, não pude dizer não, porque quem me pediu foi o chefe, tive que abrir mão, porque eles estão precisando de ti na Coordenadoria Cível com o Dr. Keller". Tudo bem, aí fui com o Dr. Keller. Excelente chefe, muito meu amigo também, até hoje. Aliás, todos os promotores, não tenho queixa, praticamente, de nenhum, fora algumas coisinhas que vieram depois relacionadas aos que não foram meus chefes. Mas nada grave. Fiquei com o Dr. Keller dois anos, quando a Cível era na Washington Luiz. Depois a Cível veio para a Casa da Cidadania, e já mudamos de chefia. Na Casa da Cidadania peguei a Dra. Têmis como chefe, também muito minha amiga. Depois da saída da Dra. Têmis, entrou o Dr. Alceu que achou por bem eu trabalhar na Cível do Fórum que não tinha contador. Vim para o Fórum, também fui meio

"chutada", mas tudo bem! Porque lá antigamente a chefia era assim, alguns, porque também não são todos, porque a maioria dos chefes que eu tive até então, até o Dr. Keller, foram excelentes. Que o chefe, não sei por que, achou melhor delegar a uma funcionária o convite para vir para a Cível. Talvez, não sei, ele estivesse meio chateado. Entrou uma assessora, de um mês de casa, e disse: "A tua sala está pronta na Cível, a partir de amanhã tu já podes ir embora". Aí eu, na mesma hora, juntei todos os meus processos, pedi um carro, vim para o Fórum. Quando me procuraram: "Cadê a Ieda? Tu mandaste a Ieda embora!" Perguntando para a mesma moça, que já não está na casa mais, era CC. "Ontem tu mandaste, hoje estava pronta a sala dela". Aí cheguei no Fórum, a minha sala eu dividia com uma assistente social, me instalaram em uma mesinha, não pelo tamanho da mesa, bem pequenininha, de frente para a parede, trabalhei ali dois anos, a assistente social saiu, um ano e pouco, e eu fui para a mesa dela. A assistente social era uma estagiária, e eu era contadora, fui para a mesa dela. Em maio agora desse ano viemos para o IPERGS (Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul), a minha chefe hoje é a Dra. Juanita, também excelente, e estou aqui.

Memorial: E como é que foram as suas experiências nos concursos dos quais a senhora participou?

Entrevistada: Ah, nos concursos, excelente! Fiz muitos amigos, ajudei muita gente, a ponto das pessoas dizerem: "Ieda, tem que entregar um documento para o meu marido no aeroporto até tal hora e estou fazendo concurso aqui". Eu ligava para o meu marido "Vem cá, tu tens que levar esse documento lá no aeroporto". E ele ia. Então fiz amigos assim.

Memorial: A senhora nos contou antes uma experiência de um promotor que a senhora ajudou do qual a senhora é madrinha.

Entrevistada: Não, mas essa eu não posso contar!

Memorial: Mas não precisa dizer o nome, conta só a experiência, só a situação.

Entrevistada: Então tá, vou contar. Esse promotor que até então era meu amigo, foi fazer concurso, e no dia da tribuna ele tomou "Doril" e sumiu, e aí o chamaram e "Não sei onde ele está.", eu era a gerente, e disse assim: "Mas passa ele para o final da turma que eu vou procurá-lo, ele tem que fazer esse concurso, fez até agora, só falta a última prova!". Liguei para o serviço, liguei para casa, para tudo quanto foi lugar, de

repente, ele me surge do nada e disse: "Ieda, eu não vou fazer!". Eu digo: "Não senhor, vai fazer!", "Mas eu estou com muita dor de cabeça", "Eu vou na farmácia e compro remédio." Fui na farmácia, comprei remédio, aí ele me contou um segredo que eu não vou contar porque é uma coisa dele, "Não posso fazer, eu não vou conseguir falar" "O senhor vai falar". Ele falou e passou. Claro eu até entendo o lado dele, porque ele não me ajudou, mas quando a gente não pode a gente pede e diz assim: "Estou impedido de atuar em determinado processo por qualquer motivo". E ele não fez isso, então isso me magoou.

Ajudei outros que não levaram casaco, gravata, eu ia buscar gravata na minha casa para eles vestirem, casaco do meu marido para eles poderem fazer a tribuna, que não podia fazer sem gravata e eram do Interior não tinham como se vestir, então eu andava atrás de gravata. Até tirei de um promotor casaco para emprestar, esse tipo de coisa eu fiz. Não me arrependo!

Memorial: E na Associação dos Funcionários a senhora chegou a ter algum envolvimento?

Entrevistada: Fui presidente interina por um tempo mínimo, a presidente, que era a Amélia, não sei por que motivos, mas foram motivos até bem graves, resolveu pedir exoneração, e eu, como vice, tive que assumir a presidência até as próximas eleições. Não tive muitas dificuldades, tinha a Vera, que era minha comadre, que até hoje trabalha pela Associação, ela me ajudou muito. Quando tinha algum problema, ela me ajudava e o pessoal também. Porque o número de funcionários era mínimo, então não era como é hoje. Hoje a Associação cresceu muito, então as pessoas a vêem de maneira diferente de nós. Quando entramos a Associação estava crescendo, estava recém caminhando, dando os primeiros passos, então foi mais fácil. Todo mundo se ajudava, a Procuradoria naquela época era uma família, agora cresceu tanto que a gente não conhece mais ninguém. Eu, por exemplo, conheço só os mais antigos realmente. Os promotores novos, os funcionários novos, eu fico impressionada como cresceu a procuradoria, eu não conheço quase ninguém, a não ser os procuradores mais antigos.

Memorial: Em que época, mais ou menos, a senhora participou da Associação?

Entrevistada: Agora tu me apertaste.

Memorial: Não lembra quem era o procurador-geral?

Entrevistada: Não lembro mesmo. Eu sei que foi na gestão da Amélia, mas não me lembro o ano.

Memorial: Não sei se a senhora teria mais alguma coisa a recordar, falar de outras pessoas que a senhora conheceu durante o seu trabalho. Sobre os procuradores a senhora já comentou alguma coisa.

Entrevistada: Foram diversos procuradores. O Dr. Édison Barbosa Cécere que eu me esqueci de falar, que era muito amigo meu, foi um dos primeiros nas Fundações que me deixava até às sete da noite, e aí me alertaram que se eu não fosse embora, ele ficava até à meia-noite na Procuradoria. E eu ficava, eu achava que o chefe tinha que sair primeiro. "Ah, dona Ieda, a senhora aqui ainda?" "O senhor não saía, eu não saí também". "Não, pode sair". Aí ele ia jantar e voltava. Peguei algumas figuras, mas todos assim muito queridos. Não tive queixa de procuradores que foram meus chefes nenhum, nenhum mesmo. Tive o Dr. Raimundo, de chefia, Dr. Luís Carlos Zionkowiski, Dr. Júpiter, Dr. Mondercil, Dr. César Bittencourt, por um período, Dr. Mário Lisboa, Dr. Luiz Alberto Rocha, que faleceu, Dr. Berthier que foi o primeiro quando eu cheguei nas fundações que me assustou, era muito durão, mas era excelente chefe.

Memorial: Durão em função do trabalho, para que as coisas acontecessem.

Entrevistada: É, mas muito bom, excelente. Eu gosto de chefe exigente, é mais justo. E os mais novos, praticamente, todos entraram depois que eu entrei, todos, Dr. Voltaire, Dr. Luçardo, Dr. Cláudio, Dr. Roberto, Dr. Glênio, Dr. Gilberto Porto. Tem mais um episódio que eu me esqueci. Eu tive meus filhos em 1983 e 1984. Nos três meses de gestante e nos três meses de lactante, trabalhei, porque sabia que não tinha contador, que quando eu voltasse o serviço ia estar me esperando, eu levava o meu serviço para casa, fazia, trazia para uma datilógrafa bater. Comprei um apartamento perto da Procuradoria justamente para, na época em que tivesse os filhos, pudesse atender, caso acontecesse qualquer coisa. Muitas vezes, deixei a minha filha de cinco anos e o meu filho de três, dois anos sozinhos em casa, só no controle do telefone, porque não conseguia empregada e não podia faltar. Na gestação dela e dele fiz todo o serviço, levava para bater, ia para assinar, nunca deixei coisas por fazer. Porque hoje em dia, tu não vês isso. Ninguém leva, gestante ou lactante, serviço para fazer em casa, a não ser promo-

tores e procuradores, talvez, esses façam, mas funcionário não faz, funcionário está louco para tirar uma licença e sair. Hoje não sei se faria isso, mas acho que faria.

Memorial: Em que parte especificamente do processo a senhora trabalha?

Entrevistada: Eu faço aqui, agora, prestação de contas de interditado. Eu trabalho com dez promotorias, da primeira de família até a décima. Então tudo quando é prestação de contas de pessoas interditadas, de menores, porque estes quando perdem os pais e fica alguma herança ou pensão, têm que ter um curador, um tutor e esse tem que prestar conta do que eles recebem. Então toda essa prestação de contas passa por mim, e eu aprovo ou não. Normalmente eu informo ao promotor a situação, e o promotor que vai decidir no final se é aprovada ou não, mas dou as condições para ele dizer se estão certas, ou não, as contas.

Memorial: E nas Fundações?

Entrevistada: Nas Fundações fazia prestação de contas de fundações de direito privado.

Memorial: Mais ou menos o mesmo trabalho.

Entrevistada: Mais ou menos, só que nas fundações era diferente, eles mandavam os balanços e nós tínhamos que avaliá-los. Aqui não, eles mandam notas, para as quais temos pouquíssimo tempo. Às vezes, os processos são grandes, às vezes, há pessoas que não prestam contas há dez anos e temos que fazer em cinco dias, o que é muito difícil fazer. Nesse caso, se faz com alguma margem de erro. Às vezes, peço tempo para analisar melhor, porque notas de supermercado, médico, coisas que tu tens que analisar nota por nota, tu tens que analisar o demonstrativo contábil para ver se fecha, se as notas não são falsas, se são do exercício de competência realmente. Mas eu gosto, é um serviço que adoro fazer, não me arrependo, não de ter saído das Fundações que eu adorava, foi onde me realizei profissionalmente mesmo, mas me realizei bastante aqui. Todos os promotores com quem trabalho são maravilhosos, eles pedem, eles não exigem, eles pedem por favor, eles dizem: "Se tu tiveres um tempo". Às vezes, há uns que querem urgência, mas eu digo: "A urgência é de acordo com a chegada de cada processo". Às vezes, até um alvará, que eu sei que aquela pessoa está dependendo daquele dinheiro para comer, para vestir, então o alvará passo na frente e analiso rápido, já mando, quanto menos tempo ficar na minha mesa

melhor. Sei que a pessoa precisa hoje em dia. Agora, quando é assim, uma prestação de contas de anos que a pessoa também não se preocupou em ter em dia ou porque não sabia, ou porque sei lá, então aí também não me preocupo em sair correndo. Mas há prazo de entrega para os promotores, eles têm prazo de entrega para o juiz, então tenho de fazer de acordo com o prazo deles. Mas o serviço é maravilhoso. Está faltando só três anos, talvez quatro, e quatro meses para eu me aposentar, vou trabalhar em uma outra coisa, estou louca para trabalhar com crianças. Eu, aliás, faz dois anos que peguei uma menina para criar, tenho um casal de adolescentes e adotei uma menina de quatro anos, hoje ela está com sete e está saindo a adoção. Espero trabalhar com crianças assim que me aposentar. Eu gosto muito, é bom que fique por escrito isso aí. Que, às vezes, as pessoas não sabem "Ah, aquela ganha bem!", a gente tem para os dois filhos na faculdade, peguei essa menina, matriculei em colégio particular.

Memorial: E os seus filhos fazem Contábeis também, ou não?

Entrevistada: Não, nenhum, nem aconselho! A menina faz Arquitetura e o menino faz curso de piloto, vai fazer Ciências Aeronáuticas, e a pequeninha está na primeira série.

Memorial: A senhora chegou a trabalhar naquele período em que a sede era na Borges de Medeiros e como foi essa mudança em um momento em que a Instituição estava crescendo?

Entrevistada: Foi exatamente o que mudou muito na Procuradoria, porque não eram mais aqueles doze andares com salas pequenas, todo mundo se conhecia. Quando foi para a sede nova que seria na Andrade Neves, começou a se perder um pouco o vínculo com os outros colegas. Tu ficas numa sala, já muda muito, adoro estar conversando com os meus colegas, meus amigos, então mudou muito. Então tu entras na sala, o promotor entra direto ali, tu ficas meio, de repente, pode achar que tu não tens nada para fazer. Mas isso aí faz parte também do relacionamento de colegas que hoje não se vê mais, é difícil. Os colegas se dão, mas o relacionamento é com aqueles que ficam mais perto. A gente vê pelos aniversários, é a turma que fica ao lado, que está um pouquinho mais próximo, quem já está do outro lado, se tu não conheces bem, já não participa da tua festinha.

Memorial: O número acho que cresceu muito.

Entrevistada: Exato, tanto que esse ano eu queria fazer uma confraternização no meu aniversário que foi agora esse mês, e fiquei pensando assim: "Bom, se eu não fizer uma confraternização para todos, pelo menos do andar, não faço para ninguém, porque acho que todos são colegas, mesmo que não se conheçam, então prefiro não fazer para ninguém, prefiro ser cumprimentada, cumprimentar, mas não fazer". Porque tu começas a fazer bolinho "Não, vou convidar a, b ou c ..." Não convida o resto, parece assim que o resto não é teu colega, então eu preferi não fazer, fica melhor assim. A gente vê que as pessoas se dividem fazem aniversário e excluem alguns colegas, tu podes não ser amiga, mas colega tu és, então eu preferi não fazer. Eu ia trazer um bolo grande para todos, eu disse: "Ah, não sei se o pessoal vai achar que quero aparecer". Aí achei melhor ficar na minha. E tu fazer só na tua área, são dez promotorias, deve ter, no mínimo, uns trinta estagiários, aí tu... uma outra pessoa do lado com quem eu me dou, todo o dia a gente se vê, se conversa, por que não convidar? Não, comigo não tem essas coisas, ou todo mundo participa, ou ninguém participa.

Memorial: E quantos contadores existem?

Entrevistada: Agora tem o Evaldo, a Júlia, o Michel que chegou na semana passada e eu, lá na Fazenda tem o Mário e na Falência tem a Carine.

Memorial: Em toda a Procuradoria?

Entrevistada: E mais na sede tem o Sérgio e o Gilberto Martins das Fundações, mais dois. O Gilberto é até hoje meu amigo. Vocês já devem ter ouvido diversas histórias.

Memorial: Algumas.

Entrevistada: Porque cada vez que eu falo, que cita alguma coisa, tu olhas para ele, principalmente, quando falo dos funcionários assim, quem é concursado, quem não é.

Memorial: É que nós achamos interessante.

Entrevistada: A diferença é que dá a impressão que os CCs cresceram tanto que comandam...

Memorial: Eu acho até, se for fazer uma estimativa, que o número de CCs é maior que o de funcionários.

Entrevistada: Eu até entendo, porque é mais fácil dispensar. Se tu não estás adaptado àquele funcionário, dispensa, e funcionário tu não podes fazer isso, pelo menos por enquanto.

Memorial: É, a estabilidade, por enquanto, não sei até onde vai isso.

Entrevistada: Exatamente, da minha época ainda pode ficar. Foi um dos motivos pelos quais fiz concurso público. A minha mãe sempre dizia: "Faz concurso público!". Sempre falei para todos os meus familiares, sobrinhos: "Façam concurso público", que o concurso público, pelo menos, tu sabes que o teu vem no final do mês, atrasado ou não, vem. Tu sabes que tu comes e que tu bebes. Digo para os meus filhos, a minha filha não quer muito, a minha filha é muito sonhadora, ela está fazendo arquitetura, "Vou ver se consigo um estágio para ti". "Estágio, tudo bem, mas não é o que eu quero a função pública". Até porque na área dela, não tem muito a ver, ela tem que partir para fazer alguma coisa fora mesmo.

Memorial: É complicado dentro do funcionalismo.

Entrevistada: É difícil, tu ficas muito restrito, no fim, tu não fazes o que tu queres. Arrependo-me de não ter iniciado na vida privada, deixei muita coisa para trás por não ter iniciado lá fora. Iniciei direto aqui, perdi um pouco, tu aprendes muito mais contabilidade da área privada. E aí tu vens para uma área pública em que o serviço é restrito...

Memorial: Sim, a área privada é muito mais ampla.

Entrevistada: É, exatamente. Isso é a única coisa de que me arrependo. Agora, de ter feito concurso público e ser funcionária não, que era realmente o que eu queria ser, nasci para isso.

Memorial: Então agradecemos o seu tempo aqui conosco.

JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD

Jacqueline Fagundes Rosenfeld é natural de Porto Alegre/RS. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1979. Atuou nas Comarcas de Arroio do Meio, Sarandi, Encantado, Santa Cruz do Sul, Canoas e Porto Alegre. Foi a primeira mulher a exercer o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público entre 2001-2002 e 2003-2004. Atualmente, é Procuradora de Justiça junto à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Jacqueline Fagundes Rosenfeld*

Memorial - GA: Dra. Jacqueline, a senhora é natural de Porto Alegre?

Entrevistada: Sou natural de Porto Alegre.

Memorial - GA: Como se chamam seus pais?

Entrevistada: O meu pai se chama Rui Moraes Fagundes e é natural de São Borja. Minha mãe, já falecida, é Gládis Sampaio Fagundes, natural de Porto Alegre.

Memorial - GA: Qual a profissão deles? Era uma família com tradição no campo jurídico?

Entrevistada: O meu pai é advogado aposentado, teve a experiência de ter sido delegado da Superitendência de Seguros Privados. Trabalhava, embora formado em Direito, mais na área atuarial, em função do cargo que ele ocupou na chamada Susepe. E a minha mãe era servidora pública municipal.

Memorial - GA: Como nasceu esse interesse pelo Direito? Quando começou a faculdade? Por que a opção pelo Direito?

Entrevistada: Eu sempre tive, senão uma curiosidade, mas pelo menos uma simpatia pelas Ciências Jurídicas e Sociais, e naquela fase de 18 anos em que tu estás buscando o teu caminho, estás fazendo as opções, me pareceu extremamente adequada essa opção. Até porque meu pai é advogado, tinha um tio-avô também na área, formado em Direito, meu tio também trabalhava no Direito e aí resolvi cursar a Faculdade de Direito.

Memorial - GA: E quando é que foi a formatura?

Entrevistada: Eu me formei em 1977. Eu estudei no Colégio Farroupilha, fiz a preparação, o hoje chamado segundo grau, na época

* Entrevista concedida aos historiadores Gunter Axt (GA) e Cíntia Vieira Souto (CS) em 04/03/2004. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Cíntia Vieira Souto.

científico. Eu era egressa do Colégio João XXIII. Foi uma mudança bem radical, pois o João XXIII era um colégio mais liberal, com uma visão mais aberta da educação e do ensino. E o Colégio Farroupilha, como é até hoje, era um colégio tradicional, tinha um padrão mais, de acordo com a sua própria origem, germânico. Eu até me lembro que havia colegas meus que falavam alemão de casa. Eu invejava muito os que falavam alemão de casa! Quer dizer, já nasciam naquele ambiente. Era maravilhoso!

Memorial - GA: Qual foi a sua faculdade?

Entrevistada: Eu entrei na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) onde me formei em 1977. Passei o ano de 1978 estudando. Fiz a Escola da Magistratura, pois não existia ainda a Escola do Ministério Público. A única escola organizada de que na época a gente dispunha para fazer um estudo sistemático era a Ajuris (Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul). Fiz alguns cursos promovidos pelo Ministério Público, mas eram cursos pequenos, acho que era uma atividade incipiente ainda nessa área.

Memorial - GA: O que a Escola da Magistratura agregou em relação ao conhecimento da faculdade?

Entrevistada: Eu acho que a Ajuris, na ocasião, me permitiu estudar de maneira objetiva. Eu fiz uma boa faculdade, era estudiosa. Fiz uma faculdade somente estudando, o que é uma grande vantagem. Não precisei trabalhar. Realmente, estudei naqueles cinco anos e busquei um curso, que, na época, era o único que existia, para sistematizar o meu estudo, enfrentar determinadas questões que ficam de lado na faculdade. Estudei os pontos, fiz um estudo bem organizado.

Memorial - GA: De onde surgiu esse projeto do concurso para o Ministério Público?

Entrevistada: É algo que se explica cronologicamente. Da nossa turma de formandos da UFRGS de 1977, tivemos 10 promotores. O Dr. Tovo, a Dra. Sara, a Dra. Maria Isabel, que hoje é desembargadora, Dr. Mastrângelo, Dr. Voltaire, vários colegas que estudaram juntos. Foi o concurso que abriu naquele março de 1978. Não sei se eu tinha na época uma noção precisa do que era o Ministério Público. Mas tive um grande professor que era Promotor de Justiça, Dr. Ney Fayet. Ele tinha uma atuação extremamente firme, séria. Muitas vezes nós íamos assistir julgamentos na Câmara e víamos a atuação do Dr. Ney Fayet. Então eu come-

cei a me interessar. E casualmente abriu o concurso e a nossa turma quase toda se dirigiu para o Ministério Público.

Memorial - GA: E como foi o concurso?

Entrevistada: O concurso desenvolveu-se de março de 1978 até o final do ano. E, realmente, foram etapas vencidas, muitas preocupações. Até porque naquela época não havia essa proximidade com quem compunha o Ministério Público como hoje se tem. Nós fazemos questão de sermos abertos, passarmos informações para os colegas formados em Direito para que busquem a carreira do Ministério Público. Naquela época não era assim.

Memorial - GA: Havia esse distanciamento.

Entrevistada: Havia esse distanciamento.

Memorial - GA: E a presença feminina no Ministério Público, como era sentida? Como foi a presença feminina nesse concurso?

Entrevistada: Nesse concurso de 1978, era o segundo concurso em que ingressavam mulheres no Ministério Público. E a presença da mulher, sem dúvida nenhuma, incomodava, ainda, dentro do Ministério Público. Não houve um ingresso confortável. Eu mesma senti, em determinados momentos, uma certa rejeição da Instituição em relação a mim.

Memorial - GA: Algumas coisas específicas da forma com se dava essa rejeição?

Entrevistada: Eu tenho lembrança de um episódio envolvendo uma colega que acho que não caberia aqui a indelicadeza de contar. Mas foi retirada alguma coisa de um pertence que ela possuía, e ela ficou, realmente, extremamente preocupada. E eu vi que aquela situação foi enfatizada por ela ser mulher. Talvez um homem enfrentasse com mais tranqüilidade a perda momentânea daquele objeto. E foi bem quando a colega estava entrando para fazer um exame oral. Então eu achei extremamente constrangedor. E aquela situação, eu me lembro até hoje, me incomodou. Achei que houve um certo realce da condição feminina ali de maneira negativa.

Memorial - GA: Chamando a atenção para uma eventual instabilidade emocional diante de situações.

Entrevistada: Exatamente, diante da perda daquele objeto.

Memorial - GA: E como se deu a nomeação para a primeira comarca? Qual foi essa comarca?

Entrevistada: Eu considero que fiquei bem classificada, fiquei em oitavo lugar e tive a felicidade de poder ir para Arroio do Meio que é aqui na região do Vale do Taquari. Uma região de pessoas trabalhadoras, uma parte é ocupada pela colonização alemã, outra parte, pela colonização italiana. Foi uma grande experiência de vida chegar como agente do Ministério Público, atendendo aquelas pessoas. Eu tinha 24 anos, era jovem e fiquei encantada com o que o Ministério Público pode oferecer, como nós podemos ajudar e interagir.

Memorial - GA: Como foi a recepção da comunidade? Uma jovem promotora, de 24 anos, causou alguma espécie, algum estranhamento?

Entrevistada: Ah, causou!

Memorial - GA: Conta para nós.

Entrevistada: Fui muito bem recebida, mas eu percebia que eles ficaram, num primeiro momento, meio desconfiados com o fato de eu ser mulher. Eu sempre me esforço quando há alguma dificuldade em vencer determinadas situações. Foi um período de dois anos em que eu trabalhei em Arroio do Meio e foi extremamente gratificante. Tenho boas lembranças.

Memorial - GA: Era promotoria Cível ou Criminal?

Entrevistada: Era uma promotoria única.

Memorial – GA: Qual era o perfil da demanda sobre a promotoria naquele momento?

Entrevistada: A região de Arroio do Meio era uma comunidade germânica, extremamente trabalhadora, preocupada, extremamente receptiva à Justiça, que era respeitada por ser a Justiça, independentemente das pessoas que ali estivessem. Eu lembro de um episódio. Na época era juiz o Dr. Leomar Feter. Nós chamamos um cidadão para uma audiência, era uma separação consensual ou uma audiência de conciliação e alimentos, era alguma coisa envolvendo alimentos. Conversamos que ele tinha que contribuir para a manutenção dos filhos e ele não conseguia aderir, não conseguia ter esse mesmo sentimento, essa obrigação que nós tentávamos passar para ele. Conversamos com ele, ele assinou, fizemos um acordo, na presença da esposa, ele devidamente assistido por advogado. E ele aderiu ali, ao final. Depois, o que se deduziu é que ele se

sentiu pressionado, aderiu, assinou, e uma semana depois, ele se enforcou - esse mesmo cidadão que tinha se comprometido com determinada quantia para a manutenção dos filhos - ele terminou se enforcando ali, como diziam, nas barrancas do rio Taquari. Aí eu pude compreender um pouco da natureza germânica, da seriedade com que eles viam a Justiça. Certamente, afora um problema psiquiátrico, ele foi levado a esse ato de desespero, porque não gostaria de descumprir - como nós ficamos sabendo que ele dissera para os amigos antes de se matar - o compromisso que tinha assumido com a Justiça. Muitas vezes, nós temos que ser sensíveis a essa visão, quando chegamos a um lugar. Isso foi uma grande lição de vida para mim. E acho que desse acontecimento, extraí a necessidade - embora ali no caso concreto eu tivesse ficado mais de espectadora - de o promotor ter sensibilidade no trato com as pessoas.

Memorial - GA: Interessante isso.

Entrevistada: É. Naquela região de Estrela, Languiru, Arroio do Meio há um alto índice de suicídio. Depois fui tomando conhecimento, fui vendo, fui entendendo mais aquela população. Acho que é um dos itens dos quais o promotor tem que cuidar, ver a natureza, ver as circunstâncias da comunidade que ele vai atender.

Memorial - GA: E no Rio Grande do Sul há muita diversidade, porque há tantas diferenças culturais em cada região. O promotor depara-se com essa diversidade das comunidades, não se depara?

Entrevistada: Depara-se. Depois fui promovida para Sarandi, na época segunda entrância, e tive a oportunidade de me remover para Encantado, que é do lado de Arroio do Meio, uns 30 km - voltei para a região do Alto Taquari -, uma comunidade de origem italiana, totalmente diferente. Quando eu estava chegando em Encantado, o pessoal estava me esperando, só não tinha banda de música, mas estavam envolvidos, entusiasmados, exteriorizando aquele sentimento. Foi também um período muito bom, saindo de Porto Alegre, saindo de uma faculdade e tendo essas duas experiências que me enriqueceram muito a vida. Primeiro, uma comunidade germânica com a sua visão da Justiça e, depois, Encantado, de origem italiana, uma comunidade mais extrovertida, mais envolvente, mas também com seus problemas e suas carências.

Memorial - GA: E havia muita diferença no perfil da demanda sobre o Ministério Público de uma dessas comarcas para outra. Por exem-

plo, de Arroio do Meio para Encantado, para Sarandi? Mudava a criminalidade, mudava a demanda cível?

Entrevistada: Sim. Em Sarandi eu pude observar as dificuldades, na época. Nós tínhamos a fazenda Anoni ali perto, com Ronda Alta ainda pertencendo a Sarandi. Então, realmente, havia um clamor distinto da população que era a questão fundiária que estava incipiente no Estado. Tanto que foi na fazenda Anoni que começaram esses primeiros movimentos dos colonos sem-terra. Então ali também foi outra experiência, embora muito breve, que eu pude ter com o Ministério Público.

Memorial - GA: Quais foram as outras comarcas pelas quais passaste?

Entrevistada: Depois fui para Santa Cruz do Sul.

Memorial - GA: Santa Cruz, outra comunidade alemã.

Entrevistada: Exatamente, aí eu já estava preparada para ocupar uma promotoria numa comunidade germânica. Já conseguia ver a postura que eles tinham em relação à Justiça. E é muito fácil trabalhar num tipo de comunidade assim, que eles vêem a Justiça como uma necessidade social. Eles acatam a justiça justamente pelo bem de todos. É um fenômeno bem interessante isso. E houve aspectos pitorescos, por exemplo, em Arroio do Meio, pessoas que foram me procurar que só falavam alemão, aí eu me lembrei dos meus colegas do Farroupilha que falavam alemão "de casa". E eu não falava. Daí eu tinha que me valer do Oficial de Justiça para fazer a tradução e eu poder conversar com essas pessoas.

Memorial - GA: Esse é o Rio Grande do Sul.

Entrevistada: Esse é o Rio Grande do Sul, maravilhoso! E Santa Cruz do Sul foi também uma experiência muito boa, talvez não tenha me impactado tanto, porque aí eu tinha mais anos de Ministério Público, já sabia enfrentar melhor aquelas diversidades. Em Santa Cruz do Sul havia o problema dos safristas, que persiste até hoje. As pessoas tinham seis meses emprego e seis meses, não. Então a comunidade girava em função do fumo e dos problemas dessa situação de temporalidade no trabalho. E depois de Santa Cruz do Sul, eu vim para Canoas, que foi também uma experiência muito boa, mas, por um lado, representava também uma certa frustração. Era uma comunidade muito grande, aí tu já não és identificada como agente do Ministério Público, já está incorporada num todo. As pessoas dificilmente conseguem te visualizar rotineiramente como acontecia nas comunidades menores.

Memorial - GA: Ou seja, dilui a personalidade do agente no conjunto.

Entrevistada: Dilui.

Memorial - GA: E aí era muito diferente o trabalho do promotor em Canoas?

Entrevistada: Em Canoas, sim. Porque quando eu tive oportunidade de atuar em Canoas foi na época em que se iniciaram os assaltos à banco. Eram aquelas quadrilhas que "trabalhavam" na grande Porto Alegre, e essa experiência eu não tinha no Interior. Um delito patrimonial mais grave na região de Arroio do Meio, de Encantado, de Santa Cruz do Sul era algo isolado. Aqui na grande Porto Alegre naquela época, embora se eu fosse fazer uma comparação com os dias atuais, não era tão grave assim. Mas a visão que eu tive foi de gravidade em termos de organização social. Canoas realmente era uma comunidade permeada por uma grande violência.

Memorial - GA: Como era neste momento a relação do Ministério Público com as outras instituições, com os outros operadores do Direito. Com o Juiz de Direito, com o Delegado de Polícia, com o Policial Militar, como se dava essa integração?

Entrevistada: O Ministério Público, na minha visão, sempre teve uma relação próxima, mais em função do Ministério Público. Eu acho que sempre foi uma característica desde há muito tempo do Ministério Público interagir com a comunidade. Sempre foi uma orientação justamente essa proximidade que a gente tentava manter com a autoridade policial, com a Magistratura, com os defensores. Na época não existia uma Defensoria Pública organizada, mas assistência judiciária. O Ministério Público sempre teve facilidade em criar essas interfaces com os mais diferentes segmentos da comunidade. Com a autoridade municipal se procurava, muitas vezes, resolver problemas através da prefeitura. Em Canoas não foi diferente. Houve, sem dúvida nenhuma, um bom relacionamento com a Magistratura, com a autoridade policial. Até porque ali, em Canoas, se fez necessária essa proximidade justamente, porque, na época, eu ocupava uma promotoria criminal. Essa proximidade era necessária para o trabalho.

Memorial - GA: Dra. Jacqueline, a senhora acompanhou todo esse processo de mudança institucional do Ministério Público que acontece a

partir de 1981, com a Lei Complementar nº 40, e que se completa no final da década de 1980, com a Constituição Federal de outubro de 1988. Como isso impactou a prática do Promotor de Justiça nesse período?

Entrevistada: Eu até, às vezes, uso a expressão transformação, mas eu acho que não é correta. Eu acho que a expressão mais adequada para falar do Ministério Público é ampliação. Eu acho que o Ministério Público foi sendo dotado, porque a sociedade acredita no Ministério Público, de ferramentas legais. Então, como referiu a Lei Complementar, depois a Lei da Ação Civil Pública, que deu ao Ministério Público, em 1985, ferramentas para agir. Mas, muitas vezes, o Ministério Público já agia, só que depois foi dotado dessas ferramentas legais. E o Ministério Público veio, nesses últimos anos, ocupando espaços na proporção das demandas que a sociedade lhe apresenta. Acho que o Ministério Público, na época em que eu ingressei, estava pronto para esse engrandecimento de atribuições que é apenas, digamos assim, o dotá-lo das ferramentas legais. Porque a vontade sempre existiu. Na vontade de trabalhar em prol da comunidade, o promotor sempre se envolveu. Muitas vezes não poderia alcançar solução, porque não tinha instrumento legal. E agora, felizmente, a Instituição tem esse instrumento legal. Tanto é assim que no caso específico da Ação Civil Pública, embora o Ministério Público não tenha titularidade privativa, 90, 95% das demandas são ingressadas via Instituição.

Memorial - GA: A senhora se lembra das primeiras ações nesse sentido?

Entrevistada: Eu tenho lembrança remota dessas ações que orgulharam o Ministério Público no início, mas não tenho proximidade, pois nessa época eu trabalhava na Promotoria Criminal.

Memorial - GA: Algum processo na Criminal que tenha lhe marcado, que tenha lhe chamado a atenção, que tenha impactado a opinião pública?

Entrevistada: Em Canoas eu trabalhei em muitos processos interessantes, mas não saberia te dizer agora algum que mais tenha me despertado. Muitos me despertaram, tive oportunidade de trabalhar algumas vezes ajudando os colegas no Tribunal do Júri de Canoas. Alguns processos, pela violência, na época, me impactaram pela crueldade do ser humano. Mas se eu for fazer uma comparação com essa narrativa nos tempos de hoje, sem dúvida, não iriam, talvez, impactar uma criança. Porque

o que vemos, infelizmente, é a juventude, a adolescência convivendo com fatos que numa época mais remota eram considerados graves.

Memorial - GA: Hoje há uma banalização.

Entrevistada: Hoje é uma banalização. A família faz as suas refeições olhando a televisão, vendo um seqüestro, vendo narrativas sobre homicídio, sobre a violência no trânsito e aquilo já não desperta o mesmo clamor. Quer dizer se citasse um processo, hoje em dia já não teria mais sentido.

Memorial - GA: E como é que se deu a promoção para o segundo grau. Foi para o Tribunal de Alçada?

Entrevistada: Foi, eu iniciei no Tribunal de Alçada em 1991. E foi uma experiência diferente. Porque de promotora atuante, passar, numa visão assim inicial, para uma posição de examinar processos e emitir pareceres, me senti, no início, um pouco acanhada nessa missão. Achei que o procurador perdia um pouco daquela garra inicial de trabalhar no Ministério Público. Mas depois fui entendendo a posição do procurador, a possibilidade do procurador, embora mais restrita, de recorrer, de fazer valer a vontade do Ministério Público e fui me adequando, fui entendendo a grandeza do cargo de procurador e exercendo a minha atividade no Tribunal de Alçada, também na área criminal.

Memorial - GA: Houve muita diferença entre o Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça?

Entrevistada: Um aspecto que é inegável na época que eu passei para o Tribunal de Justiça, é que eu observei que a formalidade era maior no Tribunal de Justiça, também em função da competência. Os processos mais graves, com assuntos mais pesados, mais severos, também todos na área criminal onde eu trabalhei, tramitavam no Tribunal de Justiça. E eu mantenho a minha classificação na Segunda Câmara Criminal que detém competência da matéria do júri. Então ali, realmente, é algo extremamente gratificante, porque nós vemos o Ministério Público atuando na esfera criminal, e na esfera criminal onde o Ministério Público pela primeira vez se destacou que é o júri. Então vemos trabalhos de brilhantes colegas no Tribunal do Júri, e também podemos sentir a necessidade de um reforço da nossa atuação na área criminal. Acho que o Ministério Público, embora tenha se lançado na vanguarda em determinadas questões fora da esfera criminal, na área criminal ainda se ressente de uma atuação mais efetiva. Nós sabemos que o problema é estrutural, é um

problema social, mas acho que seria um momento de se pensar e se direcionar a ação do Ministério Público de maneira mais efetiva a combater o crime organizado, e até mesmo o crime desorganizado.

Memorial - GA: O que a senhora está propondo então é que o Ministério Público tenha uma política institucional para a área criminal?

Entrevistada: Teoricamente é fácil falar, mas do ponto de vista pragmático é muito difícil enfrentar essa questão. Porque não se resume ao Direito Penal. Há o aspecto social na estruturação do Estado que não qualifica suas Polícias, nem Militares nem Civis, na área do Direito Penitenciário, na qual há falta de presídios. A população carcerária que nós pretendemos que seja recuperada, não é recuperada. Nós convivemos com toda essa situação. E diante disso é muito difícil postular essa postura institucional. Porque estamos amarrados por graves problemas que não temos como administrar.

Memorial - GA: Um dos temas mais polêmicos nessa área é a participação do Ministério Público na fase pré-processual. Inclusive, não é consenso dentro do próprio Ministério Público essa necessidade. Há uma ala que acha que é conveniente que a participação do Ministério Público seja ampliada, que o Ministério Público tenha efetivamente iniciativa de inquérito e de investigação; e há uma ala que acha que é perigoso o Ministério Público invadir o que seria uma seara da polícia judiciária. Como é que a senhora vê esse problema?

Entrevistada: Essa matéria está em constante debate e, realmente, merece constante preocupação. Acho que o Ministério Público tem muito a fazer na área da investigação, mas acho que o Ministério Público não pode se dedicar apenas à investigação. Acho que o Ministério Público poderia complementar a atividade e aproveitar a estrutura e a experiência da autoridade policial. Realmente não saberia indicar um caminho fechado a ser seguido, mas acho que nós temos que aproveitar também a visão larga do Ministério Público na colaboração com essa atividade de investigação. Acho que o promotor pode exercer atividade de investigação com determinadas cautelas, não trazendo a si toda aquela responsabilidade que é da autoridade policial. Até porque o policial é preparado para investigar. Eu acho que é um problema grave que tem interligação com várias áreas. Mas acho que o Ministério Público deve repensar e insistir nessa faceta: a possibilidade de o Ministério Público investigar, mas investigar não

fugindo do perfil de Promotor de Justiça, não querendo tomar a posição da autoridade policial.

Memorial - GA: Nós estamos vendo recentemente o quanto o exercício dessa prerrogativa constitucional do Ministério Público pode, inclusive, trazer conseqüências graves no plano político. O episódio de São Paulo, de Santo André, provocou uma série de discussões institucionais e políticas que tiveram alcance nacional. Não é?

Entrevistada: Inclusive, nós estamos nos organizando para fazer um encontro de corregedores-gerais, e um dos temas que mais aflige aos corregedores e que nós vamos pautar nessa próxima reunião, é justamente essa atividade do Ministério Público e a possibilidade de ser vedada ao Ministério Público a investigação. Acho que o Ministério Público deve discutir, deve se posicionar.

Memorial - GA: Como é que a senhora vê essas outras propostas que circulam por aí de integração ou unificação das polícias. O Ministério Público tem uma posição sobre isso, pensa sobre isso, ou isso não é matéria de discussão?

Entrevistada: Eu não saberia lhe dizer se o Ministério Público tem essa visão, não tenho lembrança nesse sentido. Mas, acho, já ouvi muitas observações, muitas manifestações sobre essa união. Acho difícil essa união entre Polícia Civil e Polícia Militar. As histórias são diferentes, as formações são distintas. Acho complicado.

Memorial - GA: E como é que se deu o acesso à Corregedoria, como é que se deu a sua chegada à Corregedoria, primeiro na condição de subcorregedora.

Entrevistada: É verdade! Mas eu tenho a experiência anterior de ter sido promotora-corregedora. Eu fui convidada pelo Dr. Carvalho Leite para integrar os quadros da Corregedoria em 1988. Não fui a primeira promotora-corregedora. Foi a Dra. Maria Isabel, que hoje é desembargadora. Eu fui a segunda. E tive uma oportunidade de ver o Ministério Público por dentro, que é bem diferente. Lidar com determinadas questões internas do Ministério Público, compreender o Ministério Público, entender determinadas exigências que eram feitas pela administração, pela Corregedoria, estou falando no meu caso, eu não via assim, "Mas para que querem isso?", eu não entendia. A passagem pela Corregedoria na época foi uma grande complementação. Entendi como funcionavam determinadas coisas. E naquela época já recolhi, não digo

uma intenção de ser corregedora-geral, mas uma grande simpatia pela idéia da Corregedoria no sentido de orientar, de formatar os promotores de maneira correta, de apoiar o colega em algum problema, justamente para dar efetividade e sucesso a ação do Ministério Público, para prevenir equívocos, para fazer um trabalho de bom nível que não precise de reparos mais adiante. Acho que a Corregedoria funciona assim, torcendo pelo sucesso e pelo acerto da atividade dos promotores e organizando-a. Porque o sucesso dos promotores é o sucesso da Corregedoria e o sucesso do Ministério Público. É como um professor que leciona e faz com que os seus alunos se empenhem; o professor quer que os alunos sejam aprovados, porque o professor que reprova muito, não é um bom professor. É essa a idéia que eu tinha de Corregedoria e agradeço ao Dr. Carvalho Leite por ter me convidado, ter me dado a oportunidade de ter tido essa experiência. Fui promovida a procuradora em 1991, trabalhava na Câmara Criminal e gostava muito do trabalho no processo. Aí tive a oportunidade de vir para a Corregedoria na condição de subcorregedora. Entendi as funções da subcorregedoria, especialmente porque era um anseio, já da época do Dr. Carvalho Leite, que essa atividade delegada ao procurador-geral fosse entregue a Corregedoria. Justamente porque, com a visão do primeiro grau, nós pudemos unir a visão correicional com a atividade administrativa. Nós pudemos, realmente, ajudar o promotor que enfrenta determinadas dificuldades. Porque nós sabemos como é que funcionam as designações, quais são os colegas que saem de férias, quais são os colegas que estão com muito trabalho, quais são os colegas que estão exercendo o Eleitoral. Foi na época do Dr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes que essa atividade veio para cá e, realmente, engrandeceu muito a Corregedoria. Era um anseio de muito tempo atrás e só veio a acontecer na gestão do Dr. Sérgio Porto e do Dr. Otaviano.

Memorial - GA: Se nós fossemos explicar para o leigo, para o cidadão comum que está fora do Ministério Público, qual a importância da Corregedoria para o Ministério Público e como é que se dá o dia-a-dia de trabalho da Corregedoria?

Entrevistada: É muito fácil falar na importância da Corregedoria. Ela serve justamente para inibir procedimentos equivocados e dar efetividade à atuação do Ministério Público. Nós temos que investir no Promotor de Justiça, tentar inibir os equívocos, pois eles acontecem já que todos somos humanos. Mas procurar prejudicar o mínimo possível a parte, aquela pessoa que recorre à Justiça. Todo mundo inicia, todo

mundo dá os seus primeiros passos, tem dificuldades. Mas se nós conseguirmos diminuir essas dificuldades, erradicar os equívocos, nós beneficiamos aquela pessoa que busca no Ministério Público uma solução. A Corregedoria é feita justamente para isso: para orientar e apoiar os promotores e procuradores, mas especialmente os que dão os primeiros passos.

Memorial - GA: Nós citamos antes o caso de São Paulo e acho que existem outros que vêm acontecendo no País, sobretudo a partir dos anos 1990. Parece que, na medida em que o Ministério Público vem passando este País a limpo, tem aumentado o volume de críticas. Ao mesmo tempo em que a população se mostra cada vez mais confiante na Instituição, aumenta também o volume de críticas. E algumas dessas críticas vêm se consolidando em projetos de lei que circulam, vez por outra, no Congresso Nacional, como por exemplo a Lei da Mordaça, e como esse outro recente muito debatido agora na reforma do Judiciário que é o controle externo da atividade ministerial bem como do judiciário. Um dos argumentos que dão sustentação, digamos assim, a essa tese do controle externo é que as corregedorias seriam órgãos corporativos, que não teriam autonomia, enfim. Como é que a senhora vê essa crítica que alguns elementos da sociedade têm eventualmente apresentado e como é que a senhora imagina a figura de um eventual controle externo tão difusa, que me parece tão mal formatada na sua proposta?

Entrevistada: Pois não. Em relação à Corregedoria, eu tive a oportunidade de ampliar a minha visão quando eu passei a integrar o Conselho de Corregedores-Gerais, porque eu acho que o Rio Grande do Sul é um Estado privilegiado. A nossa Corregedoria tem uma estruturação material boa, a administração superior como um todo investe na Corregedoria para se ter um efetivo controle interno. Porque a Corregedoria, e aí respondendo aquela outra pergunta, nada mais é, na minha visão, que uma promotoria de controle interno. Nós temos um número "x" de promotores-corregedores trabalhando internamente para que o Ministério Público dê certo. E os procedimentos que aqui chegam, e aí fazendo referência ao corporativismo, todos, sem exceção, têm tramitação dentro da Corregedoria. Mas sua tramitação não finda na Corregedoria. A Corregedoria se manifesta nos procedimentos, nas reclamações, nas inconformidades das pessoas, se manifesta e submete ao Conselho Superior do Ministério Público que irá apreciar. A própria Corregedoria se lança no controle externo, digamos assim, embora interno no sentido

mais técnico, da situação. Eu acho que há a necessidade de ter um controle, há a necessidade de ter transparência. E o Rio Grande do Sul é pioneiro nessa atividade. Nós mandamos todo o trabalho da Corregedoria para o Conselho Superior que dirá: "Veja, nesse procedimento a Corregedoria tem que investigar mais, tem que instaurar um inquérito; nesse a Corregedoria agiu de maneira correta, homologamos, nesse procedimento disciplinar o colega merece o apenamento, o colega merece uma recomendação". No Rio Grande do Sul, antes mesmo de nós termos a base legal que hoje nos autoriza a fazer assim, nós já procedíamos assim, submetendo, fugindo dessas decisões monocráticas e submetendo ao colegiado do Conselho Superior do Ministério Público. Dividindo com aqueles colegas que estão representando toda a classe, o destino funcional de muitos dos nossos pares. Eu, pessoalmente, até entendo a observação em relação ao corporativismo e seria ingênua de dizer que ele não existe, mas acho que aqui no Rio Grande do Sul, nós trabalhamos justamente para controlar esse sentimento.

Memorial - GA: É interessante, porque quando o Ministério Público foi dotado mais recentemente de uma série de garantias funcionais e prerrogativas constitucionais, dentre as quais a concepção de que é uma instituição una e indivisível e que, portanto, cada promotor é o Ministério Público e que não há interferência de uma hierarquia superior na ação daquele promotor enquanto membro do Ministério Público. É uma instituição que tem esse caráter difuso, podemos falar assim, de um ponto de vista administrativo. Vamos pensar o Ministério Público administrativamente, ele tem essa característica de ser difuso em função do grau de autonomia de seus membros. A Instituição precisou desenvolver mecanismos de administração internos que respeitem essa autonomia. A Corregedoria é um desses instrumentos?

Entrevistada: Eu acho que sim, acho que uma das coisas que nós não permitimos que seja violada é a independência funcional dos colegas, mas também é uma coisa que nós, mesmo nos procedimentos, nas reclamações, sempre ponderamos aos colegas, é a necessidade de não haver ferimento à lei. Dentro da consciência dos colegas e obediente a lei, não há como interferir na independência funcional dos colegas. Acho que a Corregedoria não pode fazer qualquer atuação maculando esse princípio. O Ministério Público é uno, é indivisível, sim, mas nós temos que observar a independência funcional de seus agentes. Acho que nós, ultimamente, estamos conversando muito em relação a posturas

institucionais, acho que é excelente essa trilha, esse caminho, acho que a Instituição, muitas vezes, se ressente de posturas institucionais em determinadas questões e na área criminal especialmente. Em determinadas discussões a sociedade não quer magistrado, não quer promotor com posição liberal. A pessoa que foi assaltada, a pessoa que teve um parente com a vida ceifada num assalto, não quer discussões se o regime é inicialmente fechado ou integralmente fechado, ela quer efetividade. E eu acho que então nessas áreas nós nos ressentimos de ter determinadas posturas fechadas em prol da Instituição. Posturas que até podem sobreviver de maneira individual, de maneira doutrinária, mas que não favorecem a Instituição. Em determinadas coisas nós devemos abrir mão das posturas individuais em prol da Instituição.

Memorial - GA: Interessante esse posicionamento.

Entrevistada: É, e é difícil, essa matéria demandaria bastante tempo, até porque esbarra, muitas vezes, na visão individual que se tem do Ministério Público. Mas acho que o futuro nos recomenda, e a nossa sociedade nos recomenda, que a gente veja mais as coisas do ponto de vista do nós, do Ministério Público. Embora se respeite a posição do colega, acho que muitas vezes, essa sensibilidade tem que ser aguçada para que se veja o que é melhor para a Instituição. Até podemos pessoalmente discordar, mas acho que esse é um longo trabalho que vai demandar muito tempo.

Memorial - GA: Aí é encontrar um caminho que concilie a figura do promotor natural com uma política institucional para um determinado tempo.

Entrevistada: Exatamente. E na área criminal, acho que esse equilíbrio é o aspecto mais nevrálgico.

Memorial - GA: Porque um pouco se faz isso, já se caminhou nesse sentido com a instituição dos CAO (Centros de Apoio Operacional) que ajudam nessa tarefa.

Entrevistada: Ajudam.

Memorial - GA: Depois tem o GAPP (Gabinete de Pesquisa e Planejamento), um outro instrumento que ajuda nessa tarefa. E essa conversa está sendo muito interessante porque estamos percebendo qual é o papel da Corregedoria nessa tarefa. Porque, me parece, aí é uma opinião minha, que a sociedade quer muito a figura do promotor natural, independente,

com todas as suas garantias de autonomia, mas ela também quer uma instituição que tenha uma cara, que tenha uma política institucional. E aí como conciliar esses dois termos?

Entrevistada: Pois é, e acho que os Centros de Apoio, e principalmente os Conselhos nas áreas específicas, meio ambiente, são sedes para os colegas apaziguarem essas divergências. Eu vejo que na área do meio ambiente, na área da infância, muitas vezes, esses confrontos de pensamento encontram calmaria com a discussão, com o convencimento recíproco. Acho extremamente proveitosa a participação dos colegas nesses Conselhos que são dirigidos atualmente pelo Subprocurador para Assuntos Institucionais com a participação do respectivo Centro de Apoio.

Memorial - GA: Como é que se estrutura a Corregedoria, porque a Associação tem os seus núcleos e faz as suas reuniões de núcleo. O próprio Ministério Público também tem as suas regionais. Como é que a Corregedoria se estrutura?

Entrevistada: A Corregedoria está integrada pelo subcorregedor-geral, por 14 promotores-corregedores e pela equipe de servidores. E o trabalho é dividido em duas etapas fundamentalmente. Os promotores-corregedores têm regiões de atuação. O Estado do Rio Grande do Sul está dividido em 13 regiões, porque agora que nós estamos recebendo 14º promotor, então, sem dúvida, no futuro, nós teremos uma redivisão. Em função disso o promotor conhece aquela região, trabalha as questões ligadas àquela região; problemas, por exemplo, de atribuições, de ativação ou desativação de uma promotoria, ou mesmo uma ausência para um júri, a necessidade de um colega de outra região ir fazer um júri em determinada comarca. É essa a divisão básica da Corregedoria, cada promotor-corregedor responsável por uma região, sendo os problemas e os procedimentos dessa região por ele analisados. E há a outra divisão, do ponto de vista mais pessoal, que é quando os promotores-corregedores dividem os promotores em estágios sob os quais farão a orientação. Cada promotor-corregedor tem um grupo de promotores em estágio probatório que é por ele orientado.

Memorial - GA: Qual é o tipo de dificuldade mais freqüente que os promotores enfrentam e que é tratada pela Corregedoria?

Entrevistada: Como problema?

Memorial - GA: É, que tipo de situação, de dificuldades, enfim, que a Corregedoria percebe que os promotores podem estar enfrentando, além desse aspecto da necessidade de uma política criminal?

Entrevistada: Eu acho que, fundamentalmente, é a administração do volume de trabalho, fundamentalmente é isso, é conciliar atividades indelegáveis, como audiências e atendimento de partes, com o volume de trabalho, com apreciação de processos, o cumprir prazos. Se uma promotoria é única, o leque é muito maior.

Memorial - GA: Como concilia o promotor, que está assoberbado por esse volume de trabalho, essa dupla, se é que se pode falar assim, competência de, ao mesmo tempo, cuidar do direito individual, cível ou criminal, e do direito difuso, coletivo, dos interesses prevista lá na Lei de Ação Civil Pública?

Entrevistada: Esse ano nós vamos inaugurar um estágio - até respondendo assim de maneira mais alongada essa pergunta - diferenciado onde vamos dar ênfase também a uma atividade em que o promotor tem, muitas vezes, certa dificuldade no desenvolvimento que é o gerenciamento da sua promotoria. Porque na época em que ingressei no Ministério Público, nós éramos pessoas sós, não dispúnhamos de um estagiário, de nenhuma estrutura, de funcionários, de nada. Hoje em dia, o promotor conta com uma estruturação material na área da informática, na área da mão-de-obra qualificada que o Ministério Público coloca à disposição com os seus servidores. Então o Promotor de Justiça vai ter que chegar na sua promotoria e saber administrar como se fosse um escritório de advocacia, vai saber o que pode delegar e atividades que não são possíveis passar para uma outra pessoa fazer, que são personalíssimas do Ministério Público como a sua presença em audiência, como o atendimento das pessoas. Até nós podemos admitir que seja feita uma triagem, que seja organizado o atendimento. O promotor não pode se mostrar inacessível àquela comunidade para a qual ele foi designado. Ele tem que mostrar a cara, porque não adianta, não tem sentido prédio bonito, equipamento de informática de última geração, se o promotor não atender as pessoas. Porque aquela pessoa é quem, junto com aquela comunidade, garante a sobrevivência daquele promotor e do próprio Ministério Público. Por essa comunidade nós somos remunerados e por essa comunidade nós temos que trabalhar.

Memorial - GA: E o Colégio de Corregedores-Gerais?

Entrevistada: É uma experiência excelente, é muito boa no sentido de ver diferenças, ver como o Rio Grande do Sul está adiantado nessa área de controle interno, discutir com os colegas e poder ajudar, na medida do possível, em função das dificuldades apresentadas, mesmo recolher as boas experiências que no Conselho se tem, recolher as apreensões dos colegas, ver as frustrações. Acho que é muito boa a experiência que eu tenho a honra de ter aqui na Corregedoria do Ministério Público.

Memorial - GA: Quais são os temas que estão sendo debatidos atualmente no Conselho?

Entrevistada: Um assunto que será pauta da nossa reunião que eu referi, é justamente essa atividade de investigação do Ministério Público. Limites, como será enfrentada essa questão pela Instituição, especialmente pela Corregedoria. Uma questão que nós iremos pautar também será esse tão falado controle externo.

Memorial - GA: Pois é.

Entrevistada: Nós temos que entender primeiro o que se propõe como controle externo. Eu, pessoalmente, embora tenha tido, no início, uma certa refração, confesso, pude refletir e acho que, guardadas as reservas legais, não existem assuntos dos quais nós não podemos falar. Acho que a Corregedoria tem que mostrar a sua atuação sim, justamente para espantar esse rótulo de que somos corporativistas. E não somos, no Rio Grande do Sul posso afiançar que não somos. Trabalhamos com a boa intenção e a firme idéia de fazer um trabalho transparente, justo, porque sabemos que, muitas vezes, a Corregedoria é utilizada para magoar pessoas, para alcançar determinados promotores que contrariaram determinados interesses. Então, tendo essa visão presente e trabalhando num processo organizado, permitindo ao colega ampla defesa, acesso a todas as informações, eu acho extremamente salutar qualquer forma de controle. Desde que possamos entender o que seja o controle.

Memorial - GA: Porque parece uma espada de Dâmocles sobre o Ministério Público e o Judiciário da forma como está sendo proposto. Não dá para entender. Depois o Ministério Público, me parece, já tem uma série de mecanismos de controle externo. Ele tem a Corregedoria, em primeiro lugar, que é um mecanismo de controle interno. Tem uma auditoria permanente do Tribunal de Contas. Ele convive com essa auditoria permanente, que acompanha todas as suas atividades administrativas que envolvam gestão orçamentária. O Procurador-Geral vai de tem-

pos em tempos à Assembléia Legislativa apresentar um relatório, prestar contas, quer dizer, também é um mecanismo de controle externo. Depois a própria atividade do promotor, ele recebe o inquérito do policial e encaminha, depois, a sua denúncia ao juiz.

Entrevistada: Que é uma forma de controle

Memorial - GA: Que é uma forma de controle também.

Entrevistada: Tanto do magistrado como da parte que pode se inconformar e recorrer, representar como, de fato, representa.

Memorial - GA: Que outro controle poderia ser agregado a esses mecanismos todos que já existem?

Entrevistada: Nós estamos analisando essa questão sob a ótica da realidade do Rio Grande do Sul. Mas nem tudo é assim. Então eu, realmente, tenho dúvida em que lhe responder. Acho que é necessário o controle, mas vejo o nosso controle funcionando muito bem. E mais, eu vejo a nossa preocupação em mantermos esse controle atuante e sendo aperfeiçoado. Veja bem que nesses últimos anos a própria Instituição aperfeiçoou o seu controle interno uma vez que dotou a nossa legislação e, por conseguinte, a Corregedoria, de um procedimento legal para fazer o que vinha fazendo com base num provimento, num regramento interno. Então isso é extremamente salutar, pois demonstra a preocupação do Ministério Público do Rio Grande do Sul em fazer o efetivo controle interno dos seus membros. E também essa preocupação está tomando corpo, porque nós temos uma comissão integrada por corregedores-gerais pensando nesse procedimento, que o Rio Grande do Sul já tem, para que seja adotado por todos os Estados. Eu vi uma recente - há uns dois meses - manifestação do Dr. Wagner, Procurador da República, inconformado que na esfera federal a Corregedoria teria muita dificuldade em exercer esse controle. Acho louvável a preocupação do colega e a coragem de ter ido fazer essa manifestação na imprensa, e acho que o Conselho de Corregedores-Gerais seria o palco, também, para colaborar com o colega justamente no sentido de sensibilizar as autoridades da necessidade de se ter um controle interno também no âmbito federal.

Memorial - GA: Pois eu ia chegar nessa questão, essa era justamente a minha última pergunta hoje, como é que se dá essa relação dos corregedores-gerais estaduais com o Ministério Público Federal, até porque esses supostos problemas, que a imprensa noticia, de promotores ou procuradores que estariam incorrendo em excesso de divulgação de in-

formações sobre processos ainda em andamento ou investigações. Me parece que eles vêm, em geral, do Ministério Público Federal, não é?

Entrevistada: É verdade. Nós podemos sentir essa distinção de maneira incontroversa. O Ministério Público Estadual já está trabalhando no seu controle interno, uns de maneira mais aperfeiçoada, como o Rio Grande do Sul, isso eu me orgulho de dizer; outros ainda de maneira mais rudimentar, mas mesmo assim esforçados, compondo agora uma comissão, trocando idéias, querendo acertar. E vejo o Ministério Público Federal sem essa ferramenta de trabalho. Acho que é uma preocupação, acho que, sem dúvida, esse assunto vai voltar a discussão esse ano em diversas ocasiões, e é nossa idéia enfrentar esse tema, agora, na primeira reunião do Conselho. Porque eu acho que a estruturação da Corregedoria no âmbito federal é uma necessidade; eu vi nas palavras do Dr. Wagner justamente uma grande preocupação procedente no sentido de se haver um controle organizado.

Memorial - GA: A Corregedoria do Ministério Público do Rio Grande do Sul dá alguma orientação específica no sentido de como os promotores deve interagir com a imprensa, ou não?

Entrevistada: Sim, nós sempre recomendamos que os colegas utilizem o nosso serviço de imprensa, nosso gabinete de imprensa, para fazer essa interface com o meio jornalístico. Não por qualquer excesso de cautela, mas justamente para preservar a Instituição e falar em nome dela. Eu acho que fica muito bem se falar em nome do Ministério Público e não em nome individual. Acho que o promotor tem que cuidar desse relacionamento com a imprensa, porque, muitas vezes, pode cometer algum excesso e deve sempre pensar em proteger a sua instituição.

Memorial - GA: É interessante porque a gente olhando de fora, nós olhamos para o Ministério Público Federal, nós vemos sempre o procurador ou o promotor Fulano de Tal. Num Estado como o Rio Grande do Sul nós dificilmente vemos o nome próprio da pessoa associado, é sempre o Ministério Público, não é ?

Entrevistada: Aliás, essa é uma das orientações da Corregedoria, nunca pessoalizar, é uma orientação já antiga, não pessoalizar a manifestação, sempre falar em nome do Ministério Público. Eu acho extremamente salutar essa não individualização, deixando o eu de lado e falando em nome da Instituição.

Memorial – GA: Dra. Jacqueline, e os processos que tramitam pela Corregedoria, as sindicâncias, enfim, têm prescrição?

Entrevistada: Eu posso lhe garantir que depois da alteração da nossa legislação, especialmente por uma situação técnica, ou seja, a portaria que inaugura esses procedimentos, passará a interromper a prescrição. Foi uma salutar regra introduzida, e se agradece especialmente a sensibilidade do Órgão Especial que aprovou essas alterações na nossa legislação estadual. Nunca mais falamos em prescrição. Então o que nós temos? Temos o trabalho da Corregedoria chegando a algum lugar, investigando, buscando a verdade dos fatos, levando ao Conselho Superior toda a matéria arrecadada e em tempo hábil para um julgamento em que, se for o caso, se for necessário uma reprimenda, ela seja efetiva.

Memorial - CS: Ainda sobre a Corregedoria, a senhora é a primeira mulher corregedora-geral, que impacto a senhora acha que isso tem para o Ministério Público, a senhora acha que isso é indiferente comparando com a época em que a senhora começou como promotora?

Entrevistada: Atualmente eu não vejo dificuldade nenhuma no fato de ser mulher, acho que as dificuldades que se tem aqui são as mesmas que um homem teria. Eu acho que para exercer o cargo de corregedora-geral, no caso aqui do Rio Grande do Sul, é um privilégio justamente por contar com uma equipe maravilhosa como se tem. Dividir os problemas, acho que nós trabalhamos em equipe e isso é fundamental, com uma equipe dessas, independentemente de ser mulher ou ser homem, o trabalho é extremamente positivo.

Memorial - GA: Muito bem. Mais alguma coisa que a senhora gostaria de deixar registrada nesse depoimento?

Entrevistada: Só o meu muito obrigada por essa deferência. Estou aqui à disposição e não poderia deixar de dizer a admiração que tenho pelo trabalho que é desenvolvido pela área do Prof. Gunter, realmente, é um orgulho para o Rio Grande do Sul esse trabalho. Eu tive a oportunidade de vivenciar de perto quando nós fizemos o resgate da história da Corregedoria, foi algo extremamente emocionante, nós remexemos - não é professor - no passado, trouxemos ao presente, e acho, embora não tenha cursado a Faculdade de História, que o homem não vai para frente se não mantiver o seu passado vivo. E por isso eu acho que tenho mais que cumprimentar vocês, agradecer essa deferência e o trabalho

que têm feito, especialmente em função do Ministério Público e para o Ministério Público.

Memorial - GA: Nós é que agradecemos a honra dessa convivência.

Entrevistada: Maravilhosa!

Memorial - GA: Muito obrigado!

MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA

Maria Isabel de Azevedo Souza é natural de Porto Alegre/RS. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1979. Atuou nas Comarcas de Alvorada, Esteio e Porto Alegre. Foi nomeada Juíza do Tribunal de Alçada pelo quinto constitucional em 1994, e Desembargadora do Tribunal de Justiça em 1998. Atualmente, preside a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. É professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Maria Isabel de Azevedo Souza*

Memorial: Desembargadora Maria Isabel, gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade em nos dar este depoimento que, com certeza, vai nos ajudar, e muito, na recuperação da memória do Ministério Público. Então, para começar, gostaríamos que a senhora nos contasse sobre suas origens familiares e sua escolha pelo Direito.

Entrevistada: Sou natural de Porto Alegre, assim como minha mãe. O meu pai é de Uruguaiana. A escolha pelo Direito decorreu, de certa forma, de uma tradição familiar, tanto pelo lado materno, quanto pelo paterno. Meu pai, minha mãe, meu avô e meu bisavô maternos formaram-se em Direito. Na época em que eu fiz vestibular, meu irmão mais velho também já era formado em Direito. A decisão, contudo, pela carreira jurídica veio apenas depois da conclusão do segundo grau. Hoje, posso dizer que fiz a escolha certa. Isso porque me sinto realizada com meu trabalho no Poder Judiciário e no Ministério Público.

Memorial: A senhora estudou em qual universidade?

Entrevistada: Ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mediante concurso vestibular em 1973, concluindo o curso em 1977. Dias depois de formada, inscrevi-me no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público, que não era uma carreira desconhecida para mim, porque, alguns anos antes, meu irmão mais velho fora membro do Ministério Público. Ele ingressara no ano de 1970 ou 1971 no Ministério Público, onde permaneceu por dois ou três anos. Mas, na verdade, o que me levou a este concurso foi a busca por um trabalho. Foi o primeiro concurso que eu prestei depois de formada, no qual fui aprovada e chamada. Por isso eu me tornei Promotora de Justiça.

Memorial: Sua inscrição foi indeferida?

Entrevistada: O meu ingresso no Ministério Público tem uma história importante do ponto de vista pessoal e do ponto de vista institucional.

* Entrevista concedida à historiadora Daniela Oliveira Silveira em 30/04/2002. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto.

Do ponto de vista pessoal, foi o ingresso numa carreira de destaque, que estava em pleno desenvolvimento, como 10 anos depois se constatou com o advento da Constituição da República de 1988, com todos os poderes que o Ministério Público logrou obter. Do ponto de vista institucional, atribuo à minha decisão em recorrer ao Poder Judiciário para poder ingressar nesta carreira a mudança de orientação da Instituição. Isto porque sempre se soube que o Ministério Público, a exemplo da Magistratura, barrava as mulheres nos concursos, já que havia uma restrição muito grande ao ingresso de mulheres nessas duas carreiras. A forma de recrutamento era diferente. Havia uma fase prévia, anterior à realização das provas, que culminava com a homologação de inscrição dos candidatos, em que se fazia, como se faz até hoje, um levantamento da vida pregressa do candidato, do ponto de vista da idoneidade da pessoa que se apresenta e que pretende, então, ocupar um cargo tão importante. O concurso anterior ao meu foi o primeiro em que foram homologadas as inscrições de mulheres, que prestaram as provas e, ao final, foram aprovadas e nomeadas, se não me falha a memória, em número de quatro. A despeito de a Instituição já ter admitido mulheres, no meu concurso, ainda, persistia uma restrição muito grande ao seu ingresso. Eu tenho pelo menos duas colegas de turma que se formaram comigo, que, assim como eu, não tiveram homologada a inscrição. Nessa época, as inscrições não eram homologadas, segundo o puro arbítrio da Instituição, em decisões não fundamentadas, nas quais sequer constava a razão pela qual o candidato não era considerado digno de prestar o concurso. Isso era feito em sessão secreta, imotivadamente. No meu caso, em agosto de 1978, foi publicada a relação das inscrições homologadas, na qual não constava o meu nome, o que causou um grande choque pessoal e familiar. Isso porque eu era uma pessoa idônea, oriunda de uma família igualmente idônea, que não tinha praticado nenhuma ação que autorizasse a Administração Pública a impedir o exercício de um direito, que é o direito ao acesso aos cargos públicos. Na verdade, isso não foi pessoal, mas alcançava as mulheres em geral. Muitas mulheres que se inscreveram, na época, foram submetidas a um juízo totalmente arbitrário por parte do Estado. É que a Instituição se julgava no direito de livremente escolher quem iria ou não iria prestar o concurso. Estávamos, ainda, numa fase em que a Administração Pública brasileira agia de modo autoritário, desrespeitando o direito de livre acesso aos cargos públicos. Bem, essa decisão na rede administrativa, como eu disse, gerou, no âmbito familiar,

um choque muito grande, em especial no meu pai. Ao tomar ciência da não-homologação, de imediato, fui a casa do meu pai, que me disse: "Deves fazer um pedido de reconsideração e pedir à administração que decline as razões pelas quais ela não deferiu a tua inscrição. Se não obtiveres sucesso, deves impetrar um mandado de segurança, para ver reconhecido o direito de tu participares deste concurso, em razão do fato de tu não teres nenhum fato desabonador à tua conduta que impeça o exercício de um cargo como esse". Diante do forte sentimento de injustiça de que fora vítima, relutei em seguir o conselho. Mais tarde, pensei melhor, recebi o apoio do meu ex-marido e redigi os pedidos de reconsideração e da declaração das razões pelas quais minha inscrição não havia sido homologada. Os pedidos, como era de se esperar, foram indeferidos. Diante disso, estando aprazadas as provas para o mês de setembro, impetrei, de imediato, mandado de segurança contra o ato do Procurador-Geral de Justiça. Nas informações prestadas, o então Procurador-Geral justificou o ato no fato de que, por ser casada com um Juiz Federal, teria de residir, segundo a Lei Civil, no domicílio do meu marido, o que conflitaria com o Estatuto do Ministério Público, que obriga o Promotor de Justiça a residir na comarca onde atua.

Memorial: Então, não foi porque era mulher...

Entrevistada: É, mas porque era mulher...

Memorial: ... mas por causa do marido.

Entrevistada: É, justamente, porque eles achavam que, se o meu marido trabalhava em Porto Alegre, como é que eu iria morar no interior. Impetrado o mandado de segurança, a medida liminar foi deferia pelo Relator, o então Desembargador José Barison. Interessante notar que, na época, muitas pessoas disseram que certamente seria reprovada. Todavia, não levei isso em consideração, porque nunca duvidei da honestidade do Ministério Público. Prestei todas as provas do concurso e logrei aprovação em primeiro lugar, o que veio a demonstrar que, realmente, não houve qualquer perseguição por parte da banca examinadora.

Memorial: A senhora sentiu algum tipo de intimidação durante a realização das provas?

Entrevistada: Não, não senti nenhum tipo de intimidação, quer por parte da banca, quer por parte dos servidores. Não senti nenhuma hostilidade pelo fato de eu estar impugnando um ato administrativo do Ministério Público. Encerrado o concurso em dezembro de 1978, faltava

apenas o julgamento do mandado de segurança que impetrara. Tal se deu, no dia 22 de dezembro de 1978, já com outro Relator, o Desembargador Gervásio Barcellos. Fui à sessão acompanhada do meu pai e do meu irmão mais velho, que havia sido Promotor de Justiça. Surpreendentemente, a segurança foi concedida por escassa maioria de seis votos contra cinco (a decisão se encontra publicada na Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, número 75). Dois votos vencidos entenderam que era direito do Ministério Público proceder à sumária exclusão. O último voto e de desempate, da lavra do eminente Desembargador Mílton dos Santos Martins, foi muito bonito, e começa, se bem me lembro, mais ou menos assim: "O que eu vejo nesse processo é a discriminação contra o trabalho da pessoa humana". E, por coincidência, quando eu fui nomeada Juíza de Alçada, oriunda do quinto constitucional, justamente quem estava na presidência do Tribunal de Justiça era o Desembargador Mílton dos Santos Martins. É importante frisar que o Ministério Público prontamente cumpriu a decisão, tendo sido nomeada, juntamente com os demais colegas de concurso, no dia 4 de janeiro de 1979.

Memorial: Outras mulheres ingressaram nesse concurso?

Entrevistada: Sim. Na verdade, a resistência às mulheres já não estava tão acintosa, porque algumas foram sumariamente descartadas e outras foram admitidas a prestar o concurso. Para mim, essas dificuldades tornaram-se motivo de entusiasmo e de incentivo para o exercício da carreira. Para a Instituição, este lamentável episódio serviu para seu aprimoramento, já que mudou a orientação, não tendo, até onde eu sei, eliminado candidatos sem motivação. É inequívoco que a Administração Pública pode e deve investigar a vida dos candidatos à carreira do Ministério Público. Mas, dentro de um Estado Democrático de Direito, este ato tem que, necessariamente, ser motivado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Memorial: Então, a senhora foi designada para Alvorada?

Entrevistada: Sim. Se de um lado, como me perguntaste anteriormente, eu não senti nenhuma hostilidade durante o concurso, depois da nomeação, constatou-se uma resistência à presença das mulheres no rol dos empossados. Por exemplo, houve uma manifestação pública de dirigente da Instituição, logo no início, revelando sua preocupação com a presença de tantas mulheres na carreira do Ministério Público. Havia,

também, muita curiosidade em relação à atuação da mulher no cargo. Eram muito comuns perguntas sobre o exercício da profissão, como por exemplo: "A colega já fez júri?", "A colega já visitou uma delegacia de Polícia?", o que revelava uma certa desconfiança na capacidade do pleno exercício dessa atividade pelas mulheres, que até pouco tempo era restrita aos homens.

Memorial: A senhora não tinha experiência, havia se formado, fez o concurso, assumiu em Alvorada. Poderia nos contar sobre a experiência na comarca? Como foi o primeiro júri?

Entrevistada: Realmente não tinha experiência profissional quando assumi o cargo. Durante a faculdade, dedicara-me exclusivamente aos estudos. A Comarca de Alvorada era uma comarca trabalhosa, com uma população pobre muito grande, instalações precárias e um volume de serviço imenso, e já estava há mais de ano sem promotor titular. Quando lá cheguei, já estavam marcados três júris para o mês de março, que se desenrolaram com naturalidade. Na época, a Defensoria Pública não existia. Então, eu atendia diariamente dezenas de pessoas que iam ao Ministério Público, como deve acontecer até hoje no interior, à procura de um conselho ou reclamando por uma medida judicial na defesa de um direito, principalmente o direito alimentar.

Memorial: E dentro desses processos, quais tipos que se destacavam?

Entrevistada: O que se destacava era o alto índice de criminalidade da comarca. Era uma comarca muito violenta. Os delitos praticados eram graves: estupros, roubos, homicídios. Uma violência muito grande, aliada a uma pobreza muito grande. O que eu guardo de Alvorada é que foi um período de muito trabalho, principalmente no campo criminal, com uma violência muito significativa.

Memorial: Como foi a recepção da comarca à Promotora?

Entrevistada: Alvorada era uma cidade com precária vida própria, sendo, na verdade, uma extensão de Porto Alegre. Não tinha uma comunidade integrada com uma vida autônoma, era um conjunto de vilas. O juiz e o promotor eram pessoas pouco conhecidas. Ainda assim, fui bem recebida, não só pelos membros do Poder Judiciário, mas, também, pelas autoridades estaduais e municipais.

Memorial: Então, depois na segunda entrância, a senhora vai para Esteio, havia muita diferença entre Esteio e Alvorada?

Entrevistada: Sim, Esteio era uma cidade pequena, de perfil industrial, com violência reduzida. Aliás, essas foram as duas únicas cidades do interior em que trabalhei.

Memorial: Mas isso tem a ver com a sua classificação no concurso.

Entrevistada: Sim, quando fui aprovada, tive a opção de escolher Alvorada, que era a comarca mais próxima a Porto Alegre. Depois, fui promovida para Esteio por antigüidade. Posteriormente, houve uma mudança na classificação da Comarca de Esteio, que passou de 2ª entrância para 3ª entrância. Assim, cheguei a Porto Alegre sem ter passado por comarcas longínquas por mero acaso, já que nunca recusei promoção.

Memorial: Em Esteio, como foi sua experiência?

Entrevistada: A minha passagem por Esteio representa um período calmo da minha carreira no Ministério Público. É que se trata de uma cidade pequena, com recursos oriundos da indústria, com vida de comunidade. Dessa forma, o índice de criminalidade era bem baixo. Além disso, embora distante apenas 24 quilômetros de Porto Alegre, comprei um apartamento em Esteio onde residi, participando da vida da comunidade. Meu período em Esteio foi muito bom, também, porque tive oportunidade de trabalhar com dois excelentes magistrados, que eram extra ordinárias figuras humanas.

Memorial: Mesmo assim, a senhora fez substituições em São Leopoldo, Gravataí.

Entrevistada: Sim, muitas substituições. Em Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Memorial: E nessas substituições, a senhora também teve essa mesma impressão?

Entrevistada: Não, Novo Hamburgo é uma cidade que já, na época, tinha uma criminalidade importante.

Memorial: Desembargadora, como era sua relação com as demais autoridades da comarca, tais como prefeito, representantes da Câmara dos Vereadores, delegado?

Entrevistada: Não houve nenhuma dificuldade nem surpresa por parte deles. Isso porque a Comarca, quando eu cheguei, era jurisdicionada por uma mulher. Como se tratava da grande Porto Alegre, não era uma novidade a presença feminina naquela atividade, de

sorte que a reação das autoridades e da própria comunidade não teve nada de especial.

Memorial: Com relação a sua avaliação, porque a Corregedoria está sempre fazendo uma avaliação, principalmente os dois primeiros anos de estágio probatório, a senhora acha que acabou sendo mais visada pela Corregedoria do que os demais aprovados?

Entrevistada: Não, eu nunca, é bom que se diga, me senti mais visada. Na verdade, a resistência que houve ao meu ingresso decorria de uma mentalidade vigente, que, posso dizer tranqüilamente, contribuí para mudar. Não era nada pessoal, mas uma posição retrógrada. De modo que, ao longo de toda minha carreira, não só no estágio probatório, jamais me senti alvo de fiscalização maior do que os demais. Esse fato ficou isolado. Os efeitos que dele se irradiaram foram positivos, pois passou-se a aceitar o ingresso das mulheres à carreira do Ministério Público. Não houve efeitos negativos, pois jamais fui objeto de qualquer perseguição ou fiscalização por causa disso.

Memorial: A senhora mesma comentou que os colegas perguntavam: "Já fez um júri?".

Entrevistada: Isso, logo no início, era, realmente, perceptível. Com o tempo, eles foram aceitando. Há um processo formal de aceitação e há um processo real de aceitação das mulheres na Instituição. Eu acho que isso, ainda, é uma caminhada que não se completou; porque, se nós formos olhar o Ministério Público, a presença da mulher ainda não atingiu todos os cargos de mando. Isso é algo que está sendo feito aos poucos.

Memorial: Em 1985, a senhora vem para Porto Alegre?

Entrevistada: Isso. Logo que cheguei a Porto Alegre fiquei doze dias na Vara de Falências e, em seguida, fui convidada para a função de Promotor-Corregedor pelo então Corregedor-Geral, Dr. Enrique Lair Athaydes. E fiquei na Corregedoria, que é um trabalho administrativo. É um trabalho relevante, porque ele dá ao membro da Instituição a visão de dentro da Instituição. O promotor tem a visão da Instituição a partir do seu trabalho isolado; ele vê a Instituição a partir de uma visão mais restrita, a partir do que ele faz. Na Corregedoria, há a oportunidade de ver a Instituição no seu todo, pelo trabalho que ela desenvolve de fiscalização e de aconselhamento. É um trabalho importante que eu gostei de realizar, justamente, pela visão do todo da Instituição.

Memorial: A senhora chegou a atuar em alguma sindicância?

Entrevistada: Sim, atuei em sindicâncias. O acompanhamento de promotores em estágio probatório é uma atividade espinhosa, mas indispensável. Sendo o Ministério Público uma instituição dotada de autonomia, é importante que ele exerça, de uma maneira realmente eficaz, este controle interno.

Memorial: A senhora foi promotora-assessora?

Entrevistada: Sim. Fiquei na Corregedoria por um ano e meio, dela saindo para me classificar na 4ª Promotoria da Fazenda Pública. Deixei a Corregedoria, porque eu gosto do trabalho-fim do Ministério Público, enquanto a Corregedoria é uma função-meio. Depois de algum tempo, assumi a função de promotora-assessora. Fiquei pouco tempo, pois logo fui promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, tendo sido a primeira mulher no cargo.

Memorial: E como procuradora a senhora vai também para uma Câmara Cível.

Entrevistada: Sim, fui trabalhar na mesma área em que trabalhava na Fazenda Pública, uma Câmara de Direito Público.

Memorial: E como foi a experiência como membro do Órgão Especial?

Entrevistada: Olha, realmente, são funções importantíssimas tanto a do Conselho Superior, do qual também fui integrante, quanto a do Órgão Especial. São funções relevantes, porque fazem parte da direção da Instituição, e, como eu disse antes, o fato de o Ministério Público ser um Órgão autônomo gera aos dirigentes maior responsabilidade, porque é importante que o órgão que fiscaliza os outros exerça a contento a fiscalização sobre os seus agentes e sobre suas atividades.

Memorial: Em 1995, então, a senhora vai para o Tribunal de Alçada?

Entrevistada: Sim. Fiquei no Ministério Público até 29 de dezembro de 1994, quando assumi o cargo de Juiz de Alçada pelo quinto constitucional. Isso já se deu numa fase em que a escolha dos integrantes do quinto pelo Ministério Público e pela Ordem dos Advogados já estava sob nova égide. A própria Instituição elaborava uma lista sêxtupla e, na época, diferentemente do que ocorre hoje (reputo melhor a forma anterior), não exigia a Instituição que as pessoas se candidatassem. Na época, a regra vigente era outra: todos eram considerados interes-

sados, em princípio, em ocupar o cargo. Os que não tinham interesse é que se manifestavam.

Memorial: E havia mais alguma juíza junto com a senhora? Ou a senhora era a única Juíza de Alçada nesse período?

Entrevistada: Já havia outras Juízas de Alçada da carreira da Magistratura. A hoje Desembargadora Maria Berenice Dias já era Juíza de Alçada, da carreira da Magistratura. Eu fui a primeira mulher a ser nomeada pelo quinto constitucional do Ministério Público.

Memorial: A senhora foi nomeada desembargadora em 1998, no período de extinção do TARGS (Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul)?

Entrevistada: Isso. Eu fui promovida quando da extinção.

Memorial: Como a senhora vê a relação dos membros do Tribunal de Justiça com os membros oriundos do quinto constitucional?

Entrevistada: Com naturalidade. O fato de ter sido nomeada juíza pelo quinto constitucional não me torna diferente. Todos os juízes são iguais, não havendo tratamento diverso pelo fato de ser oriundo do Ministério Público. Claro que, muitas vezes, esse é um dado lembrado, mas isso, a meu juízo, não significa discriminação, porque, realmente, são trajetórias diferentes. É certo que eu, como juíza do Tribunal, vindo do Ministério Público, não tive uma vivência de Magistratura enquanto juíza de primeiro grau. É uma trajetória diferente, mas não que isso cause, pelo menos para mim, algum problema em relação aos colegas.

Memorial: E como foi a mudança de função?

Entrevistada: São atividades distintas. O Ministério Público tem funções determinadas, um papel importante a exercer. O juiz tem outro papel, exerce outra função relevante. São, portanto, funções diversas. Isso é visível. Uma é ser Procuradora de Justiça, outra é ser Desembargadora. Mas, como o Ministério Público também é imparcial, ainda quando parte, porque sai em defesa do interesse público, eu reputo ser mais fácil a passagem da atividade do Ministério Público para a atividade da Magistratura, do que a de advogado para a Magistratura. Sendo uma carreira pública, já há o contato com a atividade pública e imparcial.

Memorial: Desembargadora, poderia destacar alguns nomes importantes que marcaram sua trajetória profissional?

Entrevistada: Conheci grandes figuras no Ministério Público, promotores de alto gabarito, e poderia cometer injustiça citando alguns nomes, porque se pode esquecer de nomes importantes. Se por um acidente me tornei Promotora de Justiça, porque casualmente foi o primeiro concurso que prestei, minha atividade no Ministério Público, quer no Cível, quer no Crime, muito me realizou. Boa parte da minha vida dediquei a essa Instituição, fiz o que de melhor pude e só levo boas lembranças.

Memorial: Como a senhora percebe a mulher, hoje, atuando no Ministério Público e, também, em outras áreas, na área da Magistratura, principalmente, a partir de 1988, quando o Ministério Público redefine seus papéis?

Entrevistada: A presença feminina, hoje, tanto no Ministério Público, quanto na Magistratura, é significativa em termos numéricos, mas ainda não tem uma presença significativa no mando das instituições. Isso só o tempo vai permitir que aconteça. A caminhada ainda não se completou, porque não houve tempo suficiente. Isso se deve à demora que houve aqui no Estado do Rio Grande do Sul para que pudessem as mulheres disputar de igual para igual nos concursos públicos com os homens. Ao longo de mais alguns anos, certamente, vai se concretizar a correspondência nos cargos de mando das instituições, proporcionalmente ao número de integrantes mulheres. Todavia, não consigo sequer vislumbrar um papel diferenciado da mulher tanto na Magistratura, quanto no Ministério Público. São juízes, são promotores, de modo que, embora o homem e a mulher não sejam iguais biologicamente, nessas atividades o que determina o bom ou o mau desempenho é a capacidade, a sensibilidade, o esforço. E isso não é exclusivo do gênero feminino.

Memorial: E a sua experiência como docente?

Entrevistada: Sou professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Prestei concurso público e tomei posse como professora em 1994. A docência é uma atividade muito gratificante. O Magistério é a única atividade que o juiz e o promotor podem exercer, e que desempenho, também, com entusiasmo.

Memorial: E a senhora atua em qual área?

Entrevistada: Na área do Direito Público. Foi, aliás, o meu trabalho na promotoria de Porto Alegre, na Vara da Fazenda Pública, que me

despertou, especificamente, dentro do Direito Público, para o Direito Administrativo, que é a cadeira que leciono na Universidade, juntamente com a cadeira de Liberdades Públicas.

Memorial: E é de lá que a senhora traz essa observação quanto ao aumento do número de mulheres no Direito?

Entrevistada: Sim, como eu já disse, esse é um fato notório nas faculdades.

Memorial: A senhora estava falando da dificuldade que têm as mulheres para chegarem à administração. É isto que falta a elas?

Entrevistada: É uma demora natural, porque, recentemente, foi nomeada pela primeira vez uma mulher desembargadora. Como se sabe, a mulher conseguiu, ao longo do século vinte, vitórias espetaculares, uma verdadeira revolução, mas ela, ainda, tem dificuldades de ocupar postos de mando. Isso, pelo menos, é o que se vê em pesquisas realizadas. Claro que isso é um trabalho a ser feito. Não que haja uma resistência, mas é uma questão de tempo e que, necessariamente, ela deverá vir a ocupar naturalmente, não pelo fato de ser mulher, mas pelo fato de integrar as carreiras.

Memorial: Sim e ser competente. Então, nós agradecemos muito Desembargadora.

Entrevistada: Sou eu que agradeço a oportunidade.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA

Maria Regina Fay de Azambuja é natural de Porto Alegre/RS. Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e mestre em Direito pela mesma universidade, ingressou no Ministério Público em 1986. Atuou nas Comarcas de Guarani das Missões, Taquari, Viamão e Porto Alegre. Foi Coordenadora das Promotorias de Infância e Juventude e do Centro de Apoio da Infância e Juventude. Atualmente, é Procuradora de Justiça junto à 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. É professora de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Escola Superior do Ministério Público e autora da obra *Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança?*

Maria Regina Fay de Azambuja*

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina, a senhora é natural de Porto Alegre?

Entrevistada: Sim, Porto Alegre.

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina o que a fez optar pelo Direito e, posteriormente, pela carreira no Ministério Público? Houve influência da família?

Entrevistada: Na época de faculdade, já sabia que queria ser promotora. Me formei em 1974 na Unisinos. Porém, estava com meus filhos pequenos e achava que aquele não era o momento apropriado para enfrentar o concurso. Inicialmente, me dediquei à advocacia, durante dez anos, período da primeira infância dos meus filhos. Quando eles estavam em torno de nove, dez anos, foi que decidi fazer o concurso, ingressando no Ministério Público em 1986. Com relação à carreira do Direito, na verdade, o meu pai era advogado e, desde criança, sempre estive muito próxima das tarefas que ele realizava e o meu gosto pelo Direito começou muito cedo, tanto pelo que pude perceber junto à atividade que ele desenvolvia, quanto ao próprio senso de justiça de que ele era detentor. Atuei durante vários anos, dez anos, na área de Família e Sucessões, e também na área trabalhista. No Ministério Público, num primeiro momento, como a maioria dos colegas, atuei em todas as áreas, no Interior, e, depois, na medida em que fui me aproximando de Porto Alegre, foi possível a opção por uma área, que foi o que começou a acontecer quando eu fui para a Promotoria de Menores, como era chamada na época. Foi o momento de transição do Código de Menores para o Estatuto da Criança e Adolescente. A partir de então, pude ter certeza de que a área em que me sentia mais útil, para qual me sentia mais preparada, era a área da infância. Quando fui promovida para Porto Alegre, fui chamada para atuar e para implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente

*Entrevista concedida às historiadoras Márcia de la Torre (DLT) e Cíntia Vieira Souto (CS) em 22/03/2004. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Márcia de la Torre.

(ECA), junto com outros colegas, através da Coordenadoria das Promotorias da Infância, que, inicialmente, funcionou na Borges de Medeiros, no prédio antigo da Procuradoria de Justiça. Meses depois, fomos transferidos para o prédio da Febem, na Av. Padre Cacique, através da instauração do sistema integrado de atendimento ao adolescente autor de ato infracional que envolvia a Polícia Civil, o Ministério Público, o Juizado e a Defensoria Pública. Passados mais de dez anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, acredito que sua implementação ainda não terminou. No meu modo de ver, encontramos muitos entraves, muitas dificuldades para o efetivo cumprimento da lei. A impressão que tenho é de que se dá dois passos para frente, dois passos, às vezes, muito importantes, e, quando menos se espera, retrocedemos dez. Esse é o movimento na área da infância, se caminha um pouco, com muita dificuldade, se conquista direitos importantíssimos nunca havidos na história na humanidade, e, quando a gente vê, nós mesmos estamos como que jogando contra. Retrocedemos ao invés de avançar a partir das conquistas. É assim que sinto todo o trabalho que começa a ocorrer em 1990, não só em Porto Alegre, mas no Brasil inteiro, com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Memorial - DLT: A sua condição de mulher e promotora teve tratamento diferenciado da comunidade, ou dos colegas promotores, ou dos representantes dos poderes nas comarcas do interior em que atuou?

Entrevistada: Não. Acho que isso nunca foi obstáculo, nem empecilho, nem motivo para receber benefícios ou sofrer prejuízos. De forma nenhuma, em momento algum, senti como um fator que me atrapalhasse ou que me beneficiasse. Fui designada para a Comarca de Guarani das Missões, uma localidade em que não havia hotel, não havia casa em condições de moradia para uma família composta por mim e dois filhos, com idades em torno de dez anos. Necessitei locar imóvel em Santo Ângelo, distante 45 Km de Guarani das Missões.

Memorial - DLT: É uma profissão que toma muito tempo, de muita responsabilidade, ainda se somada à condição de chefe de família. Não é mesmo?

Entrevistada: E como administrar a atividade profissional e as responsabilidades com os filhos, sendo mulher, tendo que arcar com o compromisso de dois filhos, porque não seria justo abrir mão dos meus filhos para fazer a carreira. Como conciliar o atendimento à família e ao traba-

lho numa localidade em que não havia hotel ou um imóvel em condições de ser utilizado?

Necessitei procurar moradia em Santo Ângelo, que é uma cidade próxima, 45 km, onde existia a possibilidade de me instalar em um hotel. Estávamos em outubro. Até dezembro ficaríamos no hotel, época que teria mais tempo para procurar um imóvel. Neste período, comecei a encontrar resistências, não na atividade profissional. Procurei um primeiro hotel, que era um dos hotéis maiores e melhores da cidade, e disse que pretendia ficar, no mínimo, até o fim do ano, portanto três meses. Ficaria sozinha nesse período, porque não poderia trazer os meus filhos naquela condição, isto é, permanecendo em um quarto de hotel. O primeiro hotel me negou hospedagem, alegando: "Não, nós não temos por hábito ter uma mulher sozinha, assim por tanto tempo hospedada. Na condição de divorciada, não seria possível".

Isso ocorreu em 1986, não faz tanto tempo assim. Talvez hoje a situação fosse diferente, mas naquele momento foi assim que ocorreu. Necessitei bater de porta em porta nos hotéis, até que num determinado hotel fui muito bem acolhida, disponibilizando-me, inclusive, uma mesinha no quarto onde eu datilografava os trabalhos. Esta foi uma resistência que encontrei por se mulher e por necessitar da estrutura de um hotel para residir, tendo que trabalhar a 45 km dali. Ia de manhã, voltava de noite, diariamente.

Memorial - DLT: A sua Comarca era Guarani das Missões?

Entrevistada: Guarani da Missões. Depois, com o passar do tempo, não tendo conseguido em Guarani imóvel para residir, acabei autorizada pela Procuradoria-Geral de Justiça a me instalar em Santo Ângelo, no final do ano, quando levei as minhas crianças, fazendo a matrícula na escola para o ano seguinte. Mas continuava naquele esquema, ia de manhã e voltava à noite. No exercício da função, o respeito que o promotor detinha, pelo menos naquela época, era um respeito muito grande à figura dos colegas que nos antecederam. O trabalho do Memorial tem o poder de resgatar um pouco da história da nossa Instituição, mostrando que ela não foi construída com holofotes, mas com muito trabalho, com muita estrada em que os carros atolavam, não havia celular, não havia telefone na promotoria. Fui para Guarani das Missões com meus pertences pessoais e mais uma máquina de escrever, porque, na promotoria, não havia sequer máquina em condições de trabalhar. Isso em 1986, e o

que aconteceu antes? Quantos colegas passaram dificuldades, privações. Íamos para o Interior e não se podia vir todo o final de semana, como ocorre hoje. Cada vez mais, há movimento, há circulação dos colegas. Naquela época, tínhamos audiência sexta-feira, os meios de comunicação eram precários. Mas, o respeito que encontrávamos numa comarca do Interior, com certeza, ele não se devia a minha pessoa, ele se devia aos colegas que me antecederam. Nesse ponto, temos que valorizar a história daqueles que nos antecederam nas comarcas do Interior, por tudo que fizeram para desbravar os caminhos e obter a valorização do Ministério Público. Muitos colegas andaram em estradas horrorosas, sem asfalto, sem comunicação. Para falar ao telefone com Porto Alegre, tínhamos que ir à telefônica, entrar em uma fila para conseguir um contato, por exemplo, com a nossa Corregedoria. Eram situações muito difíceis, chegar em uma cidade, conseguir um telefone particular, tínhamos que entrar em filas, tínhamos que insistir, justificando a necessidade do telefone residencial. As dificuldades eram muito maiores, acredito eu, do que hoje, quando tudo vem sendo facilitado.

Memorial - DLT: Hoje a tecnologia está mais a favor, não é?

Entrevistada: Claro! Claro! Só o celular permite que o promotor seja localizado a qualquer momento.

Memorial - DLT: Eu fico imaginando como é que foi possível, com uma máquina de escrever, redigir todos os processos, se pensarmos com os parâmetros do nosso presente, realmente era um grande desafio!

Entrevistada: Quando ingressamos no Ministério Público, durante dois anos, permanecemos em estágio probatório, necessitando fazer todos os trabalhos em três vias. Na época, utilizávamos papel carbono. Quando corrigíamos no original, tínhamos que corrigir no carbono, o que era um trabalho muito penoso em razão do volume de peças produzidas no trimestre. Na minha época, não havia xerox em Guarani das Missões. As cópias necessitavam ser feitas com papel carbono. Só com a entrada do computador, da informática, a produção do trabalho, em várias vias, veio a ser facilitada. Hoje, mesmo estando em Porto Alegre, tenho consciência de que nossas conquistas foram feitas com muito trabalho, no silêncio, no sofrimento pessoal dos colegas. Tenho um certo temor, no sentido de que percamos essa referência, na medida em que hoje tudo é muito rápido, os valores estão muito alterados, eles são substituídos com uma freqüência quase que da noite para o dia, o que era

valor já deixou de ser. É claro que o Ministério Público é uma instituição que se espera seja permanente, que exista sempre, cada vez mais forte, cada vez mais na defesa da sociedade. Penso que o Ministério Público, por exemplo, hoje, devido a todas as alterações, as modificações constitucionais e legislativas, tem que procurar se reencontrar para não perder esse fio condutor que nasceu do trabalho e que foi transformado em respeito profundo aos seus membros através da sociedade. Nós chegávamos numa comarca, isso não era um sentimento só meu, de todos os colegas da minha turma, éramos recebidos como se eles nos conhecessem há muito tempo. Era um respeito que estava pronto, dedicado à figura do promotor. Não esqueço isso, pois não tinha feito nada para merecer aquele reconhecimento, apenas tinha passado num concurso e estava chegando na cidade, sendo recebida como alguém importante para eles, com afeto, com respeito. Para mim, esse é o ponto mais importante. Penso que no dia em que nossos colegas começarem a chegar no Interior e não encontrarem esse ambiente, é porque nossas atitudes têm que ser repensadas.

Memorial - DLT: O Ministério Público estabeleceu essa aliança de confiança, de credibilidade com a sociedade civil, esse cuidado adveio da situação de uma instituição que foi se construindo ao longo dos tempos, isto é, não nasceu pronta?

Entrevistada: Na verdade, é ditame constitucional, a Constituição Federal é que nos outorgou a defesa dos interesses da democracia, da sociedade. É um trabalho muito árduo, é um trabalho muito difícil; a Instituição, como instituição, tem passado por altos e baixos. Há momentos em que ela se aproxima mais da comunidade. Em seguida, parece que há um certo temor e ela se fecha, depois ela volta a se aproximar mais da sociedade. Posso dizer que identifico a metade da década de 1990, na nossa Instituição, como um momento em que o Ministério Público esteve muito voltado para a comunidade.

Memorial - DLT: Após o processo constituinte de 1988, não é?

Entrevistada: Exato. Um pouco depois, mais ou menos 1995, 1996, começou uma abertura maior para a sociedade. Lembro de ter assistido vários eventos em que a sociedade civil veio para dentro do Ministério Público, veio participar dos nossos debates. Acredito que aquele tenha sido um momento muito rico em que o Ministério Público se dispôs ao diálogo, abriu mão desse lado autoritário para ouvir, para ser mais sen-

sível à sociedade. Como é que vamos defender uma sociedade se nós não sabemos os seus valores, se nós não convivemos com essa sociedade através de seus vários segmentos? Se tivesse que apontar um aspecto que não poderia ser jamais negligenciado é a permanente disposição em ouvir a sociedade, a comunicação permanente com a sociedade através de seus vários segmentos. São essas pessoas que nós temos que defender e não a sociedade que nós imaginamos, que nós sonhamos, é aquela que está ali, a que está hoje sofrendo a privação de inúmeros direitos: uma criança que precisa de um medicamento especial, ou de um leite especial, por exemplo. Crianças que estão hospitalizadas há quase um ano, ou mais de ano, em condição de alta, mas que para poder voltar para casa, precisam de um leite que a Secretaria Estadual de Saúde não fornece, exigindo que o Ministério Público entre com uma ação civil pública a fim de que o Estado adquira o leite, porque é um leite caríssimo que a família não tem recursos para comprar. São essas situações que temos que resolver, que temos que agilizar. Se fecharmos esse contato com as pessoas, com a sociedade, estaremos cada vez mais reclusos, cada vez mais lentos na adoção de medidas, sejam elas judiciais ou extrajudiciais, para obter a reversão do descumprimento da lei, porque isso traz prejuízos à sociedade. Só nesse caso, por exemplo, imagina-se uma criança, na primeira infância, que tenha que ficar um ano confinada em um hospital, sem contato com outras crianças sadias, só porque, no hospital, ela tem garantido o único leite que ela pode tomar. Se ela for para casa, 700 reais é o que custa por mês a alimentação dessa criança, uma família de classe pobre não tem condições de manter a alimentação do filho. Mas, a Constituição assegura à criança o direito à saúde, o direito à alimentação. São direitos que ainda não estão ao acesso de todas as pessoas. O Ministério Público precisa entrar mais nesse processo, no sentido de criar essa cultura nova de garantir direitos, de assegurar a proteção integral às crianças, porque a nossa cultura se modifica de uma forma muito lenta. O Ministério Público ainda tem um papel muito relevante; em outras áreas também, mas na área da infância, na do idoso, a relevância parece ser maior.

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina, existem segmentos da sociedade que criticam o Estatuto, opiniões como esta: depois dele piorou a questão da criminalidade, da violência da infância e da juventude. O Ministério Público tem assumido uma parcela significativa na

implementação das estruturas do ECA. Como é que a senhora interpreta essas visões da sociedade?

Entrevistada: Os que não conhecem costumam se posicionar contra o ECA. No momento em que se conhece a lei, não se tem outra alternativa a não ser mudar a realidade, as nossas condutas. A lei exige mudanças na família, na sociedade e no poder público. Na verdade, o adulto não quer mudar, se praticou determinada conduta durante toda a vida, se ele colocou os filhos, por exemplo, no trabalho precoce, desde crianças, e essas crianças não foram à escola porque não tinham forças para aprender, para, enfim, ficar quatro horas sentados numa sala de aula porque trabalhavam pesado as oito horas do dia, evidente que ele não aceita as mudanças que o ECA trouxe. Esse adulto não quer mudar, e o Estatuto vem dizer que a criança tem que ir para a escola, tem que brincar, tem que ter condições para um bom desenvolvimento. A mudança também tem que ocorrer no poder público o qual tem que priorizar as políticas públicas voltadas para a criança, para a família, a fim de cumprir a Doutrina da Proteção Integral.

Memorial - DLT: A questão da educação.

Entrevistada: Para usuários de drogas, por exemplo. Não tem locais adequados para prestar atendimento. Não adianta identificar, identifica o caso e vai mandar para onde? Quem é que vai receber essa família que está passando por um drama dessa magnitude?

Memorial - DLT: É um problema que atinge muita gente e independe de classe social, não é?

Entrevistada: No campo da educação é visível e indiscutível que houve muitos avanços. Hoje, uma criança fora da escola por falta de vaga, é difícil de encontrar. Essa área parece que foi melhor assimilada no sentido de que é um direito da criança estar na escola. Às vezes, elas não estão na escola não por falta de vagas, mas por falta da iniciativa dos próprios pais.

Memorial - DLT: É que houve uma mobilização grande da sociedade por direito à escola. Mas outras áreas ficaram completamente submersas, sem encaminhamentos. O Ministério Público assume parcela considerável de atribuições, muitas vezes, fazendo ações que competiriam a outros parceiros, a entidade tem consciência desta situação, chega a cobrar de quem deixa de cumprir?

Entrevistada: No momento, estou afastada da área administrativa, não saberia responder.

Memorial - DLT: Mas a senhora foi coordenadora do CAO (Centro de Apoio Operacional)?

Entrevistada: Fui Coordenadora do Centro de Apoio à Infância. Na época, não tínhamos paradigmas, então fizemos alguns trabalhos como, por exemplo, instituiu-se o Programa Consciência, que foi a forma que encontramos para trabalhar junto com a comunidade, junto com os profissionais da saúde, junto com os pais, através de suas associações, secretarias de educação, em nível municipal, estadual, a questão da prevenção ao uso de substâncias que causam dependência física ou psíquica. O programa recebeu esse nome porque o objetivo não era repressor, mas era simplesmente de conscientizar todas as pessoas da necessidade de trabalhar com o cunho mais preventivo, antes que o problema surgisse. Na época, realizamos uma publicação, com artigos de profissionais de diversas áreas, foi um trabalho interdisciplinar e não apenas jurídico. Naquele período, trabalhamos com a questão da venda da bebida alcóolica, a partir de uma manifestação da Sociedade Brasileira de Pediatria que lançou aos Estados uma provocação no sentido de o Ministério Público também se envolver nessa questão. Em Porto Alegre, o colega Carlos Araújo, promotor na época, fez um trabalho magnífico de conscientização dos comerciantes, dos pais, da escola, no sentido de que o álcool sem controle, na infância e na adolescência, era um facilitador para o uso de outras drogas, para o envolvimento em acidentes, enfim, em vários crimes. Provocamos a nossa Corregedoria da época que instituiu um levantamento das denúncias oferecidas em juízo, pelos promotores, sempre que uma criança ou adolescente fosse vítima de um crime. Os colegas, de qualquer comarca, remetiam ao Centro de Apoio uma cópia dessa denúncia, permitindo que a Instituição conhecesse a realidade da criança vítima no Rio Grande do Sul. Foi um trabalho muito interessante e que permitiu constatar que o primeiro e o segundo colocados, os dois crimes que permaneciam sempre nessa posição, envolviam violência sexual contra a criança. Nos mostrou que a violência sexual, talvez por ser a forma mais selvagem de violência, era a mais freqüente no nosso Estado.

Memorial - DLT: Primitiva.

Entrevistada: Primitiva, essa é a palavra, ela ainda hoje se apresenta como a violência mais freqüente que chega ao Poder Judiciário, envol-

vendo a criança. A ficha de comunicação ao aluno infreqüente também foi uma iniciativa daquela época, 1996, 1997 por aí, no sentido de evitar que as crianças se afastassem da escola. Quando a escola percebia que uma criança estava tendo muitas faltas sem justificativa, ela comunicava ao Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar também fazia uma tentativa de buscar essa criança para a escola, se não conseguisse, remetia a ficha ao Ministério Público. Enfim, se montou uma estratégia importante, elaborada em Porto Alegre, pelos colegas com a atuação na Infância e que, através do Centro de Apoio, foi levada a todos os colegas do Interior para que firmassem com cada município um compromisso semelhante ao que foi desenvolvido em Porto Alegre. Foi um tempo em que se trabalhou, se instituiu uma forma diferente de trabalhar, no sentido de que aquilo que fosse testado em Porto Alegre e que desse resultado, era levado aos outros colegas, com o intuito de avançar na implementação do ECA e não ficar com experiências isoladas. Acho que foram experiências que ajudaram muito a formar um diagnóstico tanto na área da educação como na área da saúde.

Memorial - DLT: Pois não havia dados, não é.

Entrevistada: Não havia dados, tens razão. Recentemente, tentei obter os dados relativos às denúncias, através do nosso Centro de Apoio, e não obtive informações. Pelo que pude observar, no final do ano passado, esse levantamento caiu em desuso, o que é lastimável, porque era alguma coisa que nós tínhamos de concreto e que podia refletir a realidade do nosso Estado. Por exemplo, imaginas um promotor, vamos pegar o exemplo de Guarani das Missões, no momento em que lhe era permitido conhecer, mês a mês, o resultado do levantamento, ele poderia saber: "No meu município o problema maior é a violência sexual", ou "O meu problema maior é a venda de bebidas alcóolicas a crianças e adolescentes". Isso permitia ao promotor, no seu ambiente de trabalho, inclusive, devolver esses dados para a comunidade e trabalhar através de programas, de políticas municipais.

Memorial - DLT: Estabelecendo parcerias.

Entrevistada: Isto, isto. Então, no momento em que o levantamento caiu em desuso, deixando de ser prioridade, certamente não está servindo para auxiliar no trabalho. Enfim, são esses movimentos dos quais te falava antes, que apontava como de avanços e de retrocessos. Parece que existem momentos em que avançamos e, depois, se não houver uma continuidade, a tendência é retroagir, porque os inimigos, os fatores que

são contrários à proteção à infância são muito grandes e eles, automaticamente, engolem as outras iniciativas se elas não forem levadas com muita persistência, envolvendo outras pessoas e parcerias. O Ministério Público sozinho, hoje, não é nada, ele precisa de parcerias, ele precisa se engajar com a sociedade, senão poucos serão os resultados. Outra questão que acho importante e, tenho a impressão, se perdeu na nossa história, foi a Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991. É, inclusive, uma lei da época do Presidente Collor - que entrou em vigor depois do Estatuto da Criança e do Adolescente que é de 1990. Essa lei trazia uma disposição totalmente inconstitucional. Na medida em que no artigo 4º estabelecia que, quando uma criança estivesse freqüentando uma escola particular, e viesse a atrasar o pagamento das mensalidades, a escola estava autorizada a reter o histórico escolar da criança, enquanto não houvesse o pagamento integral da dívida. Naquele período, muitas famílias, acredito que até hoje ainda isso aconteça, fizeram a tentativa de colocar os filhos numa escola particular; às vezes, sobrevinha uma separação, uma perda de emprego, e não conseguiam continuar a cumprir com o compromisso, vindo a buscar uma escola pública para pedir a transferência do aluno. E aí chegavam nesse obstáculo: não lhes era permitido obter o histórico escolar, essencial à realização da transferência de escola, em razão do que dispunha a Lei 8.170/1991.

Memorial - DLT: E aí não tem saída, pois se não paga é porque não tem recursos e tenta resolver buscando uma escola pública ou outra mais barata, mas fica travado, pois, se não pagar o débito, a escola não libera o histórico escolar e a nova não aceita sem o histórico.

Entrevistada: A matrícula não era aceita sem o histórico. Então, as crianças estavam caindo num vazio e começaram a bater na porta das Promotorias da Infância daqui de Porto Alegre - na época, funcionando lá na FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) - desesperadas, porque há um limite de faltas que a criança pode ter. E elas estavam quase atingindo esse limite e não conseguiam o histórico escolar. Foi aí então que nós começamos a ajuizar mandados de segurança. E, junto, ajuizei uma representação por inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei, encaminhei ao Ministério Público Federal que, por sua vez, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade, que veio a ter sucesso e, vindo a ser editada uma medida provisória, alterando o artigo 4º, rompendo com essa disposição que estava visivelmente contrária à própria Constituição, contrária ao Estatuto da Criança e do Adolescente, dando um basta

nesse absurdo. Nós não podemos, hoje, nos queixar de falta de instrumentos legais, estão na Constituição, estão nas leis. A dificuldade é justamente pô-los em prática, porque exige, primeiro, um processo interno do membro do Ministério Público de se convencer do seu papel relevante na construção de uma nova realidade para a infância. Esses são alguns exemplos dos quais participei, existem muitos outros, de outros colegas que fizeram, continuam fazendo e certamente ainda virão a fazer, mostrando como é possível mudar a realidade, embora existam momentos em que tudo se apresente de forma contrária, as dificuldades, as barreiras são muito maiores do que a nossa possibilidade de ação. Mas, quando conseguimos discutir mais essas questões, contribuir para que as pessoas conheçam a lei, conheçam os instrumentos que ela tem e que estão disponíveis para assegurar os direitos, acredito ser esse o caminho de mudar a cultura, e, conseqüentemente, a realidade.

Memorial - DLT: É verdade. Dra. Maria Regina, hoje dentro da Instituição a senhora acha que já existe uma maioria em sintonia com essas questões do ECA? A instituição tem a senhora como também outros membros, reconhecidos pela sociedade como ícones na defesa dos direitos da infância e da adolescência, existe mais ou menos concordância?

Entrevistada: Acredito que, aos poucos, a tendência é ver fortificado um compromisso maior com a infância. Pelo menos, é isso o que se espera, até porque, as turmas novas que vão entrando, em tese, são sementes que devem vir cada vez mais imbuídas da nova cultura. O fato de serem mais jovens, por si só, não garante, porque até hoje - a Constituição é de 1988, o Estatuto é de 1990 - os currículos dos cursos de Direito ainda não incluíram o Estatuto da Criança e do Adolescente como matéria obrigatória. Estuda-se o Código Civil, mas não se estuda o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque é matéria optativa. Normalmente, a turma não chega a se organizar, porque não há inscritos suficientes. Os estudantes saem da faculdade sem conhecer a matéria, eles já chegam à Instituição com uma lacuna. No momento de ingressar no Ministério Público, têm que se submeter a uma prova em que entra a matéria. Para teres uma idéia, até o penúltimo concurso, na prova escrita do Ministério Público, nunca havia caído matéria atinente ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O último concurso foi a primeira vez que, na prova escrita, veio questão referente à matéria. É uma situação que se reflete, em cadeia, uma coisa bate na outra. A própria Instituição, lá pelas tantas,

nega a importância da prioridade absoluta, porque se ela põe no programa, mas não cobra na hora da prova, é porque não está dando importância. Essa é a leitura que o candidato faz. Aí, de repente, tem que trabalhar em cima daquelas questões e a dúvida vem: "Será que isso é prioridade para a Instituição, ou não é?"

Memorial - DLT: Os processos de mudança são lentos, por exemplo, a alteração no Código Civil que demorou 80 anos para garantir à mulher o direito de ser reconhecida, também, como cabeça do casal. Foi em 2003, não?

Entrevistada: Foi no início de 2002. O cabeça do casal, pelo Código de 1916, era quem, quando houvesse divergência entre os pais com relação a uma medida que afetasse os filhos, caberia decidir; assim estava no nosso código. Agora, havendo divergência entre os genitores, os pais devem buscar a autoridade judiciária, cabendo a ela dirimir o conflito. São mudanças que também são muito lentas, mas, no meu modo de ver, irreversíveis.

Memorial - DLT: Mais de 80 anos se passaram e as mulheres já contam nas estatísticas oficiais como chefes de família, na verdade, dividíamos o ônus sem ter os possíveis bônus só garantidos pelo reconhecimento legal.

Entrevistada: Pois é, para ver que a situação do Código Civil é inversa à situação do Estatuto, porque, normalmente, o que as leis fazem é o que o Código Civil fez. Quando a conduta já está solidificada, vem a lei, sempre depois, para dar garantia ao cidadão. Foi o que aconteceu com a lei do divórcio. Quando a situação já está mais do que acontecida, vem a lei e dá garantia àquela população. Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, aconteceu exatamente o contrário, a lei vem alterar esses parâmetros de cuidado da criança. A sociedade não estava pedindo para a lei ser alterada, estava bom para o adulto tratar a criança como se fosse uma coisa, um objeto.

Memorial - DLT: Principalmente na questão da exploração do trabalho.

Entrevistada: Em todas as questões. Na violência sexual, na violência física. Agora está se tornando cada vez mais público que maltratar uma criança é crime, maltratar uma criança prejudica o seu desenvolvimento físico, emocional, social para o resto da vida, às vezes, como ocorre com a violência sexual em que as conseqüências permanecem de gera-

ção para geração. São prejuízos muito grandes para o ser humano uma criança ser submetida à situação de violência sexual. As suas escolhas, depois, para o resto da vida, vão estar comprometidas. No relacionamento com os seus filhos vai vir o registro daquilo por que passou e, muitas vezes, ela repete sem se dar conta, expondo os filhos a uma situação de negligência que permita lhes acontecer o mesmo. São situações em que a lei veio a ser o paradigma na área da infância, a lei veio dizer: "Olha, assim não dá mais! Temos que assegurar, temos que garantir". E, para que isso ocorra, tem que haver mudança na família, na sociedade, no poder público. Se continuarem todos a repetir as suas práticas, não vamos cumprir a lei.

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina, a senhora foi promotora-corregedora, como é que a senhora vê o trabalho da Corregedoria para a Instituição? Quais são as suas reflexões acerca da Corregedoria?

Entrevistada: A Corregedoria é um segmento importantíssimo da Instituição. Até, se tivesse que traçar uma imagem, eu diria que a Corregedoria é o coração da Instituição. É nela que nós, quando entramos, encontramos os paradigmas que a Instituição estabelece para a nossa atuação funcional. Mesmo que ingressemos no Ministério Público com experiência profissional, como foi, por exemplo, o meu caso, que já advogava há dez anos, dificilmente alguém já foi promotor em um outro Estado; há alguns casos, mas são raros. Então, ninguém sabe, na verdade, o que é ser promotor; sabemos o que está na lei, mas como se pratica, para quem podemos recorrer em uma hora de dúvida, em quem podemos nos espelhar para sermos bons promotores? As respostas nós vamos buscar exatamente nos colegas promotores-corregedores que nos recebem quando ingressamos na função. São colegas que já têm experiência, que já enfrentaram as situações práticas e que, portanto, nos recebem e nos orientam. Hoje, mais do que nunca, a Corregedoria está marcada pelo caráter de orientação, de ensino, de facilitadora do bom exercício da função de promotor. A Corregedoria é importantíssima porque ela tem o retrato da Instituição, na medida em que conhece as áreas que estão sendo melhor atendidas, as áreas que estão com mais dificuldades; é o órgão que detém as informações que não estão disponíveis para qualquer um. Se entrevistares dez pessoas da sociedade e perguntares o que elas acham do Ministério Público, vais ouvir opiniões diversas. A Corregedoria tem dados, tem elementos concretos para dizer: "Nós estamos atuando bem na área do meio ambiente, nós estamos atuando bem na área do

Tribunal do Júri". Enfim, ela vai poder, com dados reais, mostrar como está a atuação funcional dos membros do Ministério Público. É um trabalho importantíssimo, porque, nesses dois anos iniciais, a nossa Corregedoria faz um acompanhamento individual a cada colega, permite que possamos sanar as dificuldades, sanar as falhas, receber orientações adequadas. Permite a troca de idéias, o que, para a nossa condição humana, é fundamental. Ninguém pode dizer que, sozinho, tem todas as soluções, resolve todas as dúvidas. Precisamos ter a possibilidade de trocar experiências, e até de pensar diferente, porque é daí que surge uma alternativa, às vezes, melhor. Tenho enorme respeito pelo trabalho da Corregedoria, acho que é essencial à instituição do Ministério Público, é um trabalho difícil porque, muitas vezes, envolve atuação funcional negativa de alguns colegas que precisamos acompanhar o procedimento, buscando uma punição. É um trabalho árduo, mas um trabalho extremamente importante para assegurar exatamente esse nível, esse estágio de confiança que a Instituição conquistou ao longo de sua história.

Memorial - DLT: Nesse período em que a senhora esteve como promotora-corregedora gostaria de fazer algum registro de trabalhos ou de situações?

Entrevistada: Nós elaboramos, na época, o primeiro ementário da Corregedoria do Rio Grande do Sul, estabelecendo, nas diversas áreas, ementas exatamente para facilitar o trabalho do colega que chega. Quando o colega entrava, já recebia o ementário onde havia ementas na área cível, na área criminal, do meio ambiente, consumidor, infância e juventude. Por exemplo, o colega enfrentava uma dificuldade prática, ia ao ementário porque, se aquela dificuldade prática era freqüente, ela já estava sumulada, facilitando sua atuação. Esse trabalho, pelo que sei, continua até hoje sendo atualizado, aperfeiçoado e tem sido um instrumento muito importante para os novos colegas. Na época, lembro que investimos muito na questão da infância com os colegas novos. Realizávamos muitos encontros, exatamente para discutir, trazendo pessoas de fora que pudessem nos oferecer subsídios para podermos atuar, por exemplo, nas áreas da violência e da educação. Enfim, nós fizemos, na área das políticas públicas, muitos encontros envolvendo os colegas que chegavam à Instituição, incentivando-os a reconhecer a importância, a relevância desse trabalho em todas as promotorias do Interior.

Memorial - DLT: Suprimindo lacunas, aquelas em que nós falávamos anteriormente.

Entrevistada: Muitas situações eram novas, porque não existiam nem leis que assegurassem, era uma época em que se buscava implementar as regras mínimas da legislação. Com o tempo vai se aperfeiçoando, vão chegando novos instrumentos que facilitam o trabalho.

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina, a senhora tem alguma lembrança de algum caso que a senhora tenha atuado ou acompanhado que tenha sido mais impactante frente à opinião pública na época em que a senhora atuou em comarcas do Interior?

Entrevistada: Existem algumas situações. Por exemplo, quando estive em Viamão, nos meses que antecederam a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas ainda estava em vigor o Código de Menores. Tanto é que a vara se chamava Vara Criminal e de Menores. Houve uma situação muito grave: eu cheguei numa segunda-feira ao Fórum, nunca havia audiência segunda-feira de manhã, mas, às 8:30, ao chegar, vi a sala de audiências repleta de crianças pequenas, umas 15 crianças chorando; dirigi-me ao cartório e perguntei que audiências eram aquelas que estavam se realizando. Numa vara criminal e de menores, o promotor praticamente atua em 100% dos processos, são raros os processos em que o Ministério Público não é intimado para uma audiência, recebendo da escrivã a seguinte resposta: "Ah, mas a senhora não sabe o que aconteceu? Nesse fim-de-semana, o juiz visitou várias famílias aqui de Viamão, famílias pobres, convocando-as para virem a uma audiência hoje no Fórum. O objetivo dele é encaminhar essas crianças para a adoção por casais italianos". Eram crianças loirinhas, todas muito pobres, olho azul de preferência. Entrei na audiência, era aquela quantidade de criança a chorar, aquele ambiente tumultuado, pedi a palavra, ele não me deu, mesmo assim eu me dirigi àquelas mães e expliquei que era difícil, até para mim, acreditar que estávamos ali, vivenciando uma situação totalmente ilegal, cujo objetivo era remeter as crianças para o exterior, só porque eram pobres e que, portanto, eles não entregassem as crianças, pois eu lhes daria o apoio que fosse necessário. O juiz disse que era para me retirar da sala, que eu não tinha sido chamada para aquela audiência. Busquei a nossa Corregedoria, consultei vários colegas que tinham alguma vinculação com a área da infância, porque não podia deixar aquela situação acontecer. Em seguida, vieram pessoas que retiraram as crianças das mães, aos berros, eu não sabia se tirava a criança, não sabia, realmente, o que fazer. Percebi que o caminho que me restava era um caminho jurídico, são desses

momentos em que se tem que tomar uma decisão e tem que ser na hora. Naquele dia, pensei: "Eu tenho duas alternativas, eu não fui intimada, faz de conta que eu não sei de nada, ou eu não fui intimada, mas eu vi, eu sei o que está acontecendo. Como continuar na carreira se eu deixar passar essa situação?". Eu não tinha consciência para passar por cima daquilo. Fui para casa, consegui cópia de vários processos através da escrivã, entrei com mandado de segurança para cada uma daquelas crianças, processos que iam tramitar no Tribunal de Justiça. Enfim, consegui reverter a situação juridicamente, através de decisões judiciais, aquelas crianças foram devolvidas às suas famílias. Incomodei-me muito em razão disso, o juiz, até hoje, já se passaram mais de dez anos, não me cumprimenta, me vê na rua, troca de calçada, porque me senti no dever de fazer uma representação quanto à sua atuação funcional na Corregedoria da Justiça, resultando em um processo disciplinar contra ele, que restou julgado procedente. A partir de então, foi-me proibida a entrada no cartório, foi proibido que alguém do cartório levasse os processos até minha sala; ele tentou obstaculizar de todas as formas o meu trabalho. Aí, vem de novo essa situação: era porque eu era mulher, ou não? Não, não era porque era mulher, era porque eu estava sendo Ministério Público de verdade. E isso incomoda. Naquela situação, incomodou até a figura do juiz. Então, passei a ser alvo de várias limitações ao bom funcionamento do trabalho, mas que não me deixaram abater. Quando vivemos uma situação semelhante, é muito difícil, porque afeta o dia-a-dia do trabalho. Alguns colegas que eu procurei me diziam "Ah, tu vais te incomodar!", outros me deram força. Naquela noite, eu não dormi, precisei elaborar os recursos, não eram recursos usuais, tive que entrar com agravo de instrumento e mandado de segurança para dar efeito suspensivo àquelas decisões, porque senão as crianças iam para o exterior e nunca mais as localizaríamos. Este é um fato do qual eu recordo e que me exigiu muito, foi quase uma prova. Eu lembro de algumas fisionomias daquelas crianças, que hoje devem ser adolescentes, e fico pensando, se eu não tivesse agido como a lei estava a me exigir, provavelmente o destino delas teria sido completamente diferente, irreversivelmente. Elas não me conhecem, eu não as conheço, mas o que fiz foi para protegê-las, para que não fossem separadas da mãe, do vínculo que tinham com a família, sem qualquer exame mais aprofundado do caso concreto.

Memorial - DLT: Pois eu ia lhe perguntar se isso acontecia no País?

Entrevistada: Acontecia e talvez ainda aconteça em algumas regiões.

Memorial - DLT: E os europeus achavam que praticavam ação humanitária.

Entrevistada: Um desrespeito às nossas culturas, aos nossos vínculos. Se fazia isso para ser bom para os outros. Era plano do Magistrado que mencionei, criar, em Viamão, um tipo de hotel para receber os casais italianos que desejassem adotar crianças. O plano foi por água abaixo. Naquele dia, esses casais italianos chegaram ao Fórum no carro do Magistrado. Felizmente, conseguimos reverter a situação. Esse é um exemplo, apenas.

Memorial - DLT: A partir disso aí, há uma mudança, alguém teve coragem de dizer que isso era um absurdo.

Entrevistada: Começa-se a mudar. Tanto é que de lá para cá muitas medidas, até legislativas, já foram tomadas. Por exemplo, nós temos uma lei estadual que deslocou a competência das adoções por estrangeiros para as comarcas sedes dos juizados regionais. Então, hoje, em Viamão, por exemplo, não se faz mais adoção por estrangeiro; em Porto Alegre, sim, Uruguaiana, Santa Maria, Caxias do Sul, Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul, são algumas das comarcas que hoje estão autorizadas a trabalhar com adoção por estrangeiros. Exatamente para evitar esse tipo de ação feita em uma cidadezinha pequena, que pouca gente tem acesso às informações. E, fico pensando se eu não estivesse no Fórum, naquela manhã de segunda-feira, talvez não ficasse sabendo dos fatos, porque ele não iria me intimar, não sei como é que ele iria fazer, mas o caso é que, certamente, a situação iria fugir do controle do Ministério Público. Por isto, a necessidade e a importância da presença do promotor no Fórum, na sua promotoria. Hoje, nós estamos cada vez mais longe do Fórum através das nossas promotorias. Mas há a necessidade de o promotor ser alguém atuante, que tenha um bom vínculo com a comunidade, para que a comunidade possa pedir socorro, sentir no promotor um canal em que pode confiar.

Memorial - DLT: Sim, ela está amparada, não é.

Entrevistada: Isto, isto.

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina, qual a sua opinião sobre o Tribunal do Júri?

Entrevistada: Em Viamão, fui designada para um regime de exceção no Tribunal do Júri. É um trabalho também importante do Ministério Público. É uma frente de trabalho que está prevista na lei. Mas, hoje, com a minha experiência profissional, cada vez mais, formo a convicção pessoal de que o investimento tem que ser na área da prevenção. Se existe uma área na qual eu acredito é na área da infância, porque ali podemos mudar, podemos evitar situações como as que chegam ao Tribunal do Júri, que é o "fim da linha". O indivíduo já matou, já está desestruturado, às vezes, já tem até um diagnóstico mental, porque falharam muitas coisas na sua vida antes de ele tornar-se um homicida. Claro que precisa se enfrentar, enquanto a lei exigir, é uma frente de trabalho. Não tenho a menor dúvida de que a área em que vale a pena investir mais é a da prevenção. É com a mãe gestante, é com o bebê, quanto antes melhor, poder acessar essa gama de direitos que a lei assegura à criança. Gostei muito de atuar no crime, sentia-me bem fazendo o trabalho. Com a entrada do Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje tenho uma convicção profunda no sentido de que não me dedicaria mais, se me fosse dada a oportunidade, à área que trabalha só com as conseqüências. Prefiro trabalhar e investir onde é possível mudar.

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina, a senhora hoje é procuradora, qual é a diferença entre o papel do promotor e o papel do procurador, qual a sua preferência?

Entrevistada: No papel não existe diferença, o papel é o mesmo, nós temos as mesmas atribuições, a diferença é como nós executamos o papel. No primeiro grau, temos contato com as partes, participamos da audiência, podemos formar a nossa convicção de uma forma mais integrada com as pessoas que são objeto daquele processo. No segundo grau, não enxergamos ninguém, só conhecemos o que está no processo, não temos contato com as partes. Nesse aspecto, o trabalho fica muito prejudicado, porque se as pessoas que nos antecederam não tiveram o cuidado e a diligência de trazer todos os elementos para dentro do processo, muitas vezes, temos poucos elementos para tomar uma posição, aumentando o risco da injustiça. Às vezes, estamos trabalhando com hipóteses que não correspondem mais à realidade daquelas pessoas. É a última chance daquele processo ser revisto e a base é falsa, porque a situação daquela família já se alterou, foram tantos anos que o processo levou para chegar ao segundo grau. Então, esse é um ponto que dificulta muito, pondo em risco a credibilidade do nosso trabalho. Por maior que seja

o nosso esforço, não temos como saber se aquilo que estamos vivenciando dentro daquele processo, naquele momento, é o que aquelas famílias enfrentam, tanto em ações de alimentos, revisão de alimentos, destituição do poder familiar. Nos sentimos, muitas vezes, totalmente dissociados da realidade. É muito fácil destituir um pai do poder familiar, basta ajuizar uma ação, vem uma sentença, vai para o Tribunal, se o Tribunal confirma, o pai deixa de poder exercer o seu papel de pai com relação ao seu filho. Isso no papel. Mas, quem fiscaliza para saber se a mãe não está sendo conivente com o pai, permitindo que o pai tenha contato com o filho? Outra questão que considero de extrema importância: mesmo aquele pai que maltratou o filho, será que, mesmo assim, não seria o caso de assegurar a essa criança a possibilidade de ter contato com o pai, de uma forma vigiada, através de uma visita a ser realizada lá no Fórum, por exemplo, junto com um técnico? O que será melhor para a criança, não ver mais o pai, quando ela tem dois, três aninhos, quatro, cinco? Ou ver de uma forma protegida? Parece que são questões que estão passando ao largo, como se diz, "Não, eu fiz a minha parte!". Está destituído do poder familiar, está destituído do papel, mas, como é que a família continua interagindo? É uma preocupação que tenho, entre outras tantas, com relação a nossa atuação na área da infância e que fico pensando: gasta-se muito dinheiro para se fazer um trabalho dissociado da realidade. Afinal de contas, o nosso salário é alto, custa caro para a sociedade, para o Estado, e nós estamos trabalhando com papéis, estamos longe da situação das famílias. Não sei se estamos efetivamente contribuindo para que alguma coisa positiva aconteça nas famílias, ou se nosso trabalho e a vida das famílias correm paralelamente. O certo seria intercalar, nós temos que trabalhar para aquelas pessoas, para assegurar àquela criança o que é melhor para ela, e não o que é melhor para o sistema. Então, no estágio profissional em que me encontro (já completei o período em que eu poderia me aposentar) ao invés de ter mais segurança, mais tranqüilidade, cada vez tenho mais dúvidas e mais insatisfações com relação ao nosso trabalho. Teríamos que revisar muitas condutas, teríamos que ouvir mais a sociedade. Não podemos trabalhar de forma isolada, dentro dos gabinetes, dentro da promotoria, com ar condicionado, em prédios novos, mas longe da sociedade. Isso tudo é muito bom, um bom prédio, uma boa sala, é maravilhoso! É claro que ajuda! Mas o nosso compromisso é com a sociedade, com aquelas crianças que estão dentro do abrigo, privadas do direito de ter uma família, quando a lei diz que elas têm direito

à convivência familiar. Aquele adolescente que está na FASE (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul), privado de liberdade, e a lei diz que ele tem direito à profissionalização, atendimento na área da saúde, lazer, escola, que ele tem direito de ser preparado para retornar à vida em sociedade. E a gente chega lá, às 10h:30min da manhã, eles estão dormindo, tapados até a cabeça. Então, como lidar com o dado da realidade e com a nossa função? Chega um ponto em que não se consegue mais aceitar essa dicotomia, vamos nos sentindo impotentes porque as nossas atribuições são muito delimitadas e há muitas dificuldades de integrar os diversos setores dentro da própria Instituição. Posso atuar nos processos que me chegam e não na política institucional, enfim. São questões que angustiam muito. Confesso que, ao ingressar no Ministério Público, tinha muito menos angustias do que hoje. Hoje, tenho cada vez mais angústias e cada vez mais a sensação de que estamos muito defasados em dar conta do nosso papel. O problema é que a defasagem se torna legitimada. "Eu faço, eu instauro uma ação", mas o que precisamos é nos perguntar: "Será que nossas ações estão sendo suficientes e eficazes? O que mais eu poderia fazer, além de dar o meu parecer dentro de um processo?". O papel aceita qualquer coisa. Penso que, no futuro, a Instituição terá que se preocupar com a eficácia das suas ações; legitimidade, já conquistamos, sem dúvida, foi uma conquista importante. Acredito que o próximo passo vá ser o da "eficácia". Será que estamos sendo suficientemente eficazes para cumprir com as atribuições que a Constituição Federal de 1988 nos concedeu, que as leis federais nos outorgaram? Não sei, tenho dúvidas.

Memorial - DLT: Esse seria um grande debate para o Ministério Público?

Entrevistada: Seria mais do que um debate, um compromisso com a sociedade. Quem pode dizer se estamos sendo eficazes? É a sociedade. Mas, temos que abrir espaços para ouvi-la; se nos fechamos nos gabinetes, com "300 secretários, 300 assessores" (às vezes, não se consegue falar com um colega!), como poderá a sociedade ser ouvida? O cidadão, muitas vezes, não consegue vencer a barreira de assessores, de secretários, de estagiários! Como é que a sociedade vai chegar ao colega? Não chega! Não ouvimos e achamos que está tudo bem. Temos que abrir espaços para que a sociedade nos diga como está sendo atendida pelo Ministério Público, na área da família, na área do meio ambiente. Aí teremos o diagnóstico. Certamente, se colherá muita

resposta favorável, muita! Mas poderemos colher surpresas, também, em algumas áreas.

Memorial - DLT: E teria uma saída, Dra. Maria Regina?

Entrevistada: Teria.

Memorial - DLT: Qual, na sua opinião?

Entrevistada: O diálogo com a sociedade. Os promotores têm que sair dos gabinetes, tem que ir lá na Restinga, não é a Restinga que tem que vir aqui no Palácio. A Restinga não vem ao Palácio, não tem dinheiro para vir aqui.

Memorial - DLT: Nem se sente bem entrando aqui.

Entrevistada: Nós tínhamos que estar dentro das escolas, não para dar ordens para o diretor, nem para os professores, mas tínhamos que estar ao lado do professor, ao lado dos alunos e da comunidade. Um dia na semana, um dia no mês, deveria ser o dia do Ministério Público visitar a escola, na hora do recreio, conversar com os alunos, conversar com os professores.

Tínhamos que estar dentro dos abrigos. Não adianta examinarmos e darmos parecer no processo, se nós não conhecemos aquele abrigo, aquela criança da qual nós estamos falando e opinando sobre a sua vida. Um dia na semana, deveria ser o dia do Ministério Público estar dentro da FASE, à disposição das queixas, exatamente para ouvir os adolescentes. "Olha, estão me fazendo isso." "Eu quero ter um curso profissionalizante e não tenho." "Eu sou dependente de drogas, eu quero um tratamento e não tenho." Só assim vamos ser mais eficazes. Trabalhar só com o que nos chega, não sei se 10% das angústias e violações chegam até nós, as outras estão lá, há um hiato muito grande entre a sociedade e o MP (Ministério Público). Já cheguei a pensar que o Palácio tinha que ser o lugar onde estivéssemos à disposição do povo para atendê-lo; então, aquele miserável que não sabe como é que faz para ver seus direitos assegurados, vindo até o Palácio, vai ter alguém que vai orientá-lo, que vai recebê-lo, que vai acolhê-lo. Tínhamos que ter palácios em todos os grandes aglomerados da nossa cidade. Nossos carros tinham que estar mais à disposição da população do que para nos transportar. Mas, são opiniões minhas, posso estar totalmente errada. Isso não desmerece em nada o que está sendo feito, apenas penso que para esse século, vamos ter que enfrentar, mais cedo ou mais tarde, esta discussão; ela está batendo na porta e estamos

nos escondendo. De vez em quando, um vai lá, abre uma frestinha e fecha. E, assim, estamos nesse movimento de esconde-esconde. É só aguardar e o tempo vai mostrar que temos que estar mais disponíveis à sociedade, facilitando o seu acesso ao Ministério Público.

Memorial - DLT: Durante muito tempo, o Poder Judiciário se fechou e não ouviu a sociedade. Hoje sente as conseqüências, o que é negativo para o Estado Democrático de Direito.

Entrevistada: Concordo inteiramente, o exercício da cidadania exige uma nova postura das instituições. Precisamos estar a serviço da sociedade, e, para isso, temos que estar em contato, temos que ter as portas abertas para que as pessoas possam chegar até nós; elas têm receio e, às vezes, desconhecem nossas atribuições. Muitos não sabem o que é o Ministério Público, começa por aí, nos confundem com o Poder Judiciário. É a mesma coisa com o ECA, falta informação, falta disponibilização para a sociedade. Mais cedo ou mais tarde, vamos ter que enfrentar a questão da eficácia de nossas ações.

Memorial - DLT: Como é que a senhora avalia o caso Iruan? A senhora chegou a acompanhar o caso, o Ministério Público continuará acompanhando o menino, não é?

Entrevistada: O caso do Iruan, desde que veio à tona, tenho sempre referido nas minhas aulas a dificuldade que encontramos para assegurar o direito de uma única criança; porque os dois países não mantêm relações diplomáticas, a criança, automaticamente, fica desprotegida. Faltam relações diplomáticas entre os dois países e quem é que paga por isso? É a criança. Essa é uma questão que bem mostra que se não fizermos essa interação, não conseguiremos proteger a criança. De outro lado, tenho severas críticas quanto à forma como o caso foi conduzido. Não me refiro aos colegas que atuam no processo. Estes colegas tiveram uma postura muito adequada, porque não vieram a público trazer informações, pois é segredo de Justiça, se é segredo de Justiça não pode ser divulgado da forma como foi tratado pelos meios de comunicação. De novo, quem é que vai arcar com os prejuízos? É o menino. Porque ele virou celebridade, até o quarto dele qualquer um de nós já sabe como é, porque foi mostrado nos jornais, nos meios de comunicação. Mas é o quarto dele, é a privacidade dele! Precisou o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente ir para a imprensa dizer que queria ver assegurado o segredo de Justiça. Mas, e nós? Onde é que está o nosso papel?

Estamos nos perdendo. A força da mídia é muito grande, ela, às vezes, nos seduz, temos que ter cuidado. O poder que recebemos com a Constituição de 1988 deve ser traduzido como maior responsabilidade. Quanto mais poder temos, enquanto Instituição, mais responsabilidade temos de ter. Preocupo-me com esse menino, o Iruan, porque ele sofreu um problema real; isso ninguém pode tirar do menino. Toda a disputa, o corte de vínculos, é um problema real. Outro problema foi criado pela mídia que quebrou com a sua privacidade de uma forma escandalosa. Penso nunca ser demais refletirmos antes de adotarmos determinadas ações que contribuem apenas com o desejo da mídia, contrariando garantias constitucionais. A Instituição tem que começar a se preocupar mais com seu compromisso com a infância. Temos ou não temos compromisso? Se temos, significa que precisamos estudar, temos que nos capacitar constantemente, pois não sabemos tudo, precisamos de sigilo naquilo que é sigiloso, porque a lei diz que é segredo de justiça, nenhum de nós pode se dar o direito de ir para a imprensa e escancarar a vida de uma dessas pessoas que está envolvida num processo dessa natureza. São compromissos éticos que nós temos que respeitar. Sempre, em qualquer situação.

Memorial - DLT: Seria um outro debate, Dra. Maria Regina, essa questão do Ministério Público e a imprensa?

Entrevistada: Acho que sim.

Memorial - DLT: Do ponto de vista até de proteção da vítima, dos acusados. Dra. Maria Regina, nós tivemos oportunidade de conhecer alguns artigos que a senhora escreveu para várias revistas. Um deles me chamou bastante a atenção que é sobre a questão do aborto sob a perspectiva da bioética. Como a senhora avalia essa discussão do chamado aborto piedoso que a senhora coloca no artigo? Quando se lê o artigo, fica a pergunta: haverá um consenso a curto prazo para resolver essa questão? E como é que ficam as mulheres enquanto se discute essa questão da ética? Sabe-se que, em qualquer situação, para a mulher tomar a decisão de fazer um aborto não é uma coisa fácil, e enquanto não se decide, não há política pública que dê cobertura. Daria para conversarmos um pouco sobre esse tema?

Entrevistada: É um tema, como já sinalizaste, bem controvertido, complicado, porque existem posições muito adversas. Há aqueles que defendem a vida de forma intransigente, há os que defendem o direito da

mulher em fazer a opção, são direitos que entram em confronto. São antagônicos, porque se dermos o direito à mulher, nós estamos automaticamente desprezando o direito do nascituro. Há pessoas que acham que o fato de ter um filho que, antes do nascimento, já sabem, vai ter problemas, mesmo assim, não admitem abrir mão do direito à vida do nascituro; outras pessoas, por muito menos, querem abrir mão do filho, interrompendo a gestação. É uma questão polêmica que, nós, enquanto instituição, tínhamos que debater mais, tínhamos que discutir de uma forma mais integrada com outros segmentos, porque não encontramos na lei solução para tudo. Os casos concretos têm muito mais riqueza do que as hipóteses que a lei nos traz. Esse é o nosso trabalho, enquadrar a situação real em algum dispositivo, mas a criatividade do ser humano, nas relações pessoais, familiares, sociais é imensamente ampla. Se pegarmos um campo mais simples, como, por exemplo, a matéria relativa aos alimentos, quanto uma criança precisa para sobreviver, quanto Fulano ganha para poder dar ao filho, vamos encontrar um mar de situações diferenciadas que dificultam o trabalho. Quando está em jogo o direito à vida, em uma fase em que alguns consideram que não há vida ainda e outros consideram que há, começa a divergência: a partir de quando o feto é gente? Alguns vão estabelecer lá nos primeiros momentos da fecundação, outros vão dar um tempo maior. Salientaria que é uma discussão com base na ética. Penso que a ética foi muito esquecida e negligenciada por vários segmentos políticos, sociais e institucionais. A ética tem que ser retomada, principalmente nessas questões – inseminação artificial, transplantes, genoma – que vão começar a chegar ao Ministério Público através de conflitos levados ao Poder Judiciário. Temos que estar preparados, não podemos ignorar essas áreas de conhecimento, temos que nos aproximar mais de quem conhece, de quem domina os temas, para podermos nos posicionar de uma forma, eu diria, mais ética, nas questões que envolvem a bioética, o biodireito. São campos novos em que o Ministério Público tem que se atualizar, não basta mais aquele conhecimento de 20 anos atrás para ser um bom promotor hoje. Nós temos que ter muito mais trânsito nas outras áreas do conhecimento humano.

Memorial - CS: Eu teria duas questões. De uma delas já sabemos mais ou menos qual é a sua posição, mas como é um tema que tem muito apelo na mídia, eu gostaria que a senhora comentasse a questão da redução da maioridade penal, como é que a senhora vê isso?

Entrevistada: Vejo uma medida completamente contrária ao artigo 227 da Constituição a redução da idade da responsabilidade penal, pois estaríamos abrindo mão de investir um ano, dois anos na vida dos jovens. Já investimos muito pouco nos 18 anos, temos muita coisa para fazer, e, ainda, vamos abrir mão de dois anos. Temos um compromisso até os 18 anos de ressocializar, de fazer com que os jovens possam encontrar um sentido para a sua vida. Abrirmos mão desse tempo, que é precioso, seria um retrocesso. Mesmo assim, sabemos que se corre o risco de ver reduzida a idade da responsabilidade penal. E por que ela pode vingar? Pode vingar porque, se permanecer em 18 anos, significa que são 18 anos de muito trabalho, de muito investimento. Entre mudar o adulto e mudar o jovem, torna-se mais fácil reduzir a idade, isso significa dois anos a menos em investimento.

Memorial - CS: Sabemos que o problema da violência não vai ser resolvido com essa medida. Por esse motivo, é impressionante que jornalistas, mídia e demais meios de comunicação insistam tanto nesse assunto.

Entrevistada: O primeiro passo seria cumprir o que está na lei. Se cumpríssemos e observássemos durante um período de tempo, "Bom, vamos ver se tudo que está previsto no ECA, no capítulo da internação do adolescente, cumprido, dá certo". Mas, ainda nem cumprimos e já queremos abrir mão, porque é uma tarefa difícil, preparar para a vida adulta e responsável.

Memorial - CS: Uma outra questão: a sua dissertação de mestrado, que foi agora há pouco publicada, trata sobre esse tema tão triste e delicado que é a violência sexual contra a criança dentro da família. A senhora faz uma pergunta: é possível proteger a criança? O que a senhora responderia?

Entrevistada: Penso que é possível proteger a criança, na medida em que tivermos aptidão para a tarefa, não é automática essa proteção. Não é porque sou de uma classe média, que tenho curso superior, ou porque sou promotor, ou juiz, ou porque sou delegado de Polícia, que eu tenho atestado de que vou proteger os meus filhos ou as outras crianças que chegarem até mim, isso não dá garantia alguma. A garantia só vai vir na medida em que conhecermos como é que se faz para proteger uma criança, conhecermos as múltiplas facetas que interferem na vida familiar da criança. Quando se constata o abuso sexual de uma criança, a mãe chega na minha sala e diz: "Eu tinha esquecido, mas eu também fui abu-

sada, quando eu era criança". O que ela fez? Como é que ela lidou com essa violência? Ela negou e ainda escolheu um companheiro com as mesmas características daquele que foi o companheiro da sua mãe e que, por sua vez, abusou dela. E aí, então, se instala o conflito, de uma hora para outra, vem a tona o drama dentro de uma família. Junto vem a negação. Dói tanto que é melhor negar. Por isso que é difícil lidar com a proteção da criança na área da violência sexual. Porque se instala o mecanismo de defesa da pessoa, que consiste em negar para não enfrentar um sofrimento muito grande. Como dizia antes, acabará comprometendo a geração seguinte, se a situação não for bem atendida. O promotor é uma pessoa extremamente importante na cadeia de proteção; é um agente, sozinho não pode fazer muito, mas é fundamental na cadeia de proteção e de garantia de direitos. Penso que, quanto melhor estivermos preparados, menos chances teremos de sermos incompetentes.

Memorial - DLT: Dra. Maria Regina, queria deixar alguma coisa mais consignada nesse depoimento?

Entrevistada: Queria agradecer a vocês, porque nessa tarde estou encontrando uma oportunidade de ser extremamente sincera, estou dizendo exatamente aquilo que penso, que sinto, que percebo no exercício da minha atividade, e, talvez, nesse diálogo eu tenha encontrado algo de que sinto muita falta dentro da Instituição. Vocês me ouviram, eu fui ouvida. Sei que vocês podem ter idéias diferentes, eu posso ter dito muita coisa errada, mas falei o que sentia e fui ouvida. O que aconteceu aqui é o que queria e o que desejo que a nossa Instituição possa fazer com a sociedade. Possa ouvir a sociedade para poder, quem sabe, a partir desse momento, alguma coisa ser alterada, ser aperfeiçoada. O ouvir e ter alguém que escute é, no meu sentir, o primeiro passo para alguma coisa melhor acontecer. Vocês foram maravilhosas, agradeço, de coração, a oportunidade humana de contato que nós tivemos!

Memorial - DLT: Nós é que agradecemos a sua disponibilidade.

MARLY RAPHAEL MALLMANN

Marly Raphael Mallmann é natural de São Lourenço do Sul/RS. Graduada em Direito pela Universidade de Rio Grande e Letras pela Universidade de Pelotas, ingressou no Ministério Público em 1976. Atuou nas Comarcas de Mostardas, Pedro Osório, Guaíba, Santana do Livramento, Caxias do Sul, Camaquã e Porto Alegre. Atualmente, é Procuradora de Justiça junto à 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Marly Raphael Mallmann*

Memorial: Gostaria, se a senhora pudesse começar contando isso, falando das origens familiares, a cidade natal.

Entrevistada: Eu nasci e me criei em São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, zona sul do Estado. Ali eu fiz a Faculdade de Letras, em Pelotas, e Direito na cidade de Rio Grande. Na oportunidade, eu não pretendia lecionar, mas fui convidada a dar, inicialmente, Direito Usual no curso técnico em Contabilidade. Depois, para me manter na faculdade, eu então optei por lecionar. Antes eu trabalhava na Emater. Naquela ocasião, depois de formada, eu continuei lecionando Português e Inglês e aí começou a luta buscando o Ministério Público. Na época, as mulheres também buscavam a magistratura, mas, tanto no Poder Judiciário quanto no Ministério Público, nós não lográvamos sequer a homologação das inscrições. Isto por três anos consecutivos. Até que, se não me engano, um ano antes, a Eunice Chalela conseguiu ir até as provas orais, quando foi reprovada. O promotor lá de São Lourenço, o Dr. Lutzemberger, hoje juiz federal aposentado, sempre informava para o meu marido: "A Marly está tentando e tal, mas não adianta. De novo não irão homologar as inscrições". As inscrições não eram homologadas. O candidato fazia a entrevista, mas após a mesma, que é esta fase que nós temos até hoje, não homologavam as inscrições. Então, eu já era advogada por dez anos, tentando o Ministério Público, porque eu tinha um grande volume de serviço como advogada, mas a minha dificuldade é que eu não sabia cobrar honorários. Eu não gostava de dar preço. Isso que eu era a única advogada na cidade. Havia outro que era mais antigo. De qualquer maneira, eu fiquei advogando por anos. Aí vi: "Não é bem isso aí que eu quero". O que eu queria não era assim especificamente Ministério Público, era qualquer concurso que me permitisse usufruir do que eu queria do Direito sem precisar ser advogada. Então me inscrevi nos dois, no ano de 1976, o da Magistratura também: todos os candidatos fizeram

* Entrevista concedida à historiadora Daniela Oliveira Silveira em 28/01/2002. Transcrição: Mara Alapont.

isso, sendo este posterior ao nosso. Aí, então, fizemos o do Ministério Público e conseguimos aprovação, as quatro. Nomearam 30, na turma parece que eram 56. Fizeram a nomeação de 30. Eu me lembro de que os colegas diziam assim: "Nós não somos contra as mulheres desde que elas não tirem o nosso lugar". Entre os 30 nomeados, nós estávamos. Foi aí que o Governador, então, Synval Guazzelli em palácio, deu posse a todos. As outras três colegas eram solteiras e eu, a única casada. Então fui para uma entrância inicial, Mostardas. Um desespero a viagem até lá, pois não havia estrada, só areia fina. As outras colegas foram já para entrância intermediária. A Eunice foi para Erechim, a Lígia foi para Santa Maria, parece-me. E a Iolanda, para Rio Grande. Então essas colegas foram para entrância intermediária. Mas a Administração fez da seguinte maneira: não só as mulheres foram para entrância intermediária. Os solteiros também foram para entrância intermediária e os casados foram classificados nas iniciais.

Memorial: E a senhora sabe por que essa diferença entre casados e solteiros?

Entrevistada: Eu não sei. Acho que foi uma questão de política institucional na época, porque eles queriam já os casados, assentados, com as famílias nas comarcas de entrância inicial e os solteiros, ajudando nas intermediárias. Tal, segundo acredito, impedia a concessão de nova ajuda de custo para os solteiros. Havia uma grande necessidade de promotores em todas as comarcas. Na ocasião - eu me lembro tão bem - e até no discurso de saudação, tanto do procurador-geral quanto do Dr. Sérgio da Costa Franco, que era um dos conselheiros, alertavam para o que estava começando a mudar, que não era só aquela questão do Direito Penal. Estava começando a mudar a participação do Ministério Público já nas questões do Direito Civil, em razão do artigo 82 do CPC (Código de Processo Civil), o que era a participação dos interesses individuais; também com referência à massa falida. Então, não só concentrado no Direito Penal já havia um começo de expansão. E eu me lembro de que os dois também falavam: "Vocês estão recebendo uma instituição nova, mas pronta". Imagina agora, decorridos esses 26 anos, quanto mais avançou esta instituição em termos de atribuições depois da Constituição de 1988!

Memorial: Com certeza. E aí de Mostardas para Pedro Osório?

Entrevistada: Em Mostardas, 7 meses após o meu ingresso, o meu esposo teve um infarto. Consegui remoção para Pedro Osório, até por-

que o colega que estava em Pedro Osório, o Dr. Paulo Lavigne, pediu remoção para outra comarca. Em Pedro Osório, fiquei três anos. Tivemos dificuldade de adaptação da minha filha Flávia, então me vi meio mal – o marido recém-infartado, a menina com sete anos naquela adaptação de colégio. E aí permaneci com um dos contratos para lecionar Português no Estado. A orientação que se tinha era a seguinte: em primeiro lugar, deveríamos adentrar na comunidade. Então eu achei por bem continuar lecionando, porque achava que era uma maneira para me manter dentro da comunidade. Um dos setores seria exatamente o magistério. Fiquei lecionando também em Pedro Osório, Guaíba, Caxias do Sul, Pelotas, Camaquã e Porto Alegre. Em todas as comarcas pelas quais passei, eu continuei lecionando e foi uma maneira de me acercar das pessoas da comunidade. Fui convidada para tudo, inclusive, para júri de escolha de *miss*, hasteamento de bandeira e palestra no dia 7 de Setembro, inclusive, sobre OSPB (Organização Social e Política do Brasil). Então, havia era quase que uma vinculação das comarcas com os promotores na época. Tanto é que na minha primeira, Mostardas, só havia um hotel, não se assistia televisão e nem se conseguia falar no telefone. Nesse hotel ficavam o prefeito, o juiz, a promotora, uma bioquímica e uma advogada. E eu me lembro de que nós, o juiz, Dr. Valci Peixoto e eu, saíamos pela rua, à noite, distribuindo moedas da época para as crianças. Os moradores gritavam: "Olha o juiz! Olha a promotora!" Então se acercavam, as crianças. Era outro mundo, bem familiar. O juiz e o promotor eram recebidos com muita familiaridade nas comarcas do Interior. Uma coisa bem recomendada também durante o curso dado pela Corregedoria, é de que nós mulheres deveríamos usar saia, nunca calça comprida, sempre de saia para que as pessoas vissem na mulher a promotora. Mas havia também um certo receio. Eu me lembro de que de Pedro Osório eu vim promovida para Guaíba. Em Guaíba, era segunda entrância, não era entrância intermediária porque, naquela época, as entrâncias eram classificadas em primeira, segunda, terceira e quarta. Eu vim promovida para Guaíba. O Dr. Cécere, Corregedor-Geral, quando retornou de férias e viu que eu havia sido promovida para Guaíba, não me deixou assumir. Ele me chamou e falou: "Não, de maneira nenhuma. O colega Jorginho Trindade saiu de lá, porque o ameaçaram de morte". Então havia uma certa diferença, ou preocupação com as mulheres, não é? Eu respondi: "Mas como eu não vou para lá? Eu estou promovida. Eu vou para lá". Eu já havia falado com um juiz. O juiz, Dr. Armínio Abreu da Rosa, me

disse: "Não é tanto assim. Há muita violência, mas não é tão ruim assim. Sei que esta turma dos policiais é que estava ameaçando o colega". O corregedor-geral disse para eu não ir. Eu ainda ressaltei: "Mas, então, eu vou ficar recebendo como promotora de segunda entrância e ainda em Pedro Osório?". "Vais ficar." Eu me lembro que fui designada para Pinheiro Machado, para Arroio Grande, para Piratini, porque eu estava ganhando um pouco mais. O mesmo queria que eu escolhesse uma outra comarca: "Vou ficar", respondi. Foram três meses ainda que fiquei em Pedro Osório, acho que foi por aí. Quando o juiz veio a Porto Alegre, disse assim: "Não, mas nós temos um promotor designado e o volume de serviço é muito grande - Dr. Armínio Abreu completou junto ao corregedor-geral - ...e eu gostaria de ter esse promotor aqui trabalhando." E eu fui. Aí o Dr. Cécere me chamou na Corregedoria e disse assim: "Olha, a senhora não tem ordem de ir com a família. Se está querendo se arriscar pode ir, mas com a família não". Interessante, apesar de tudo, a Administração Superior buscava proteger a família. Digo: "Não, mas eu vou". E fui, e correu tudo bem, foi tudo tranqüilo. Houve uma ótima adaptação. Olha, acho que Guaíba foi uma das melhores comarcas pelas quais eu passei. E de lá fui promovida, depois, para Livramento. Não cheguei a assumir Livramento, pois como o meu núcleo familiar era São Lourenço, eu pegava aquela zona, que é Dom Pedrito, Bagé, uma estrada rodeada de campos, sem movimento nenhum. Fiquei bastante preocupada de ir por ali. Então consegui Caxias do Sul. Lá minha filha recuperou grande parte da matéria que cursara nas comarcas do interior, porque quando a gente se transferia de residência, uma parte do programa de determinada matéria ela não enfrentava e outra, ela via duas vezes. Inclusive, houve uma parte de matemática que ela não conseguiu. Como todo mundo, acho que é normal. Mas ali foi muito bom. Ali eu já trabalhei com a Eunice que já estava lá e o Sandro Peres, outro colega de turma, hoje conselheiro do Tribunal de Contas que também estava em Caxias. Foi um período muito bom. De lá fui para Camaquã. Ali também trabalhei com o colega Paulo Emílio Barbosa, grande colega e amigo. Foi bem tranqüilo. Camaquã para Pelotas. Hoje já quase 50% dos membros do Ministério Público são mulheres, eu acho quase isso aí. A gente foi muito observada nesse período todo, nós, as quatro, muito. Foi uma coisa séria. Inclusive, a prova de tribuna, a primeira, quem a fez fui eu. Eu me lembro que chamaram: "Vamos sortear, vamos sortear" e tal, e me chamaram para sortear, e eu me sorteei. Aí as outras três: "Vê o que

tu vais fazer, porque se tu falares mal lá, nem vão querer nos ouvir. Vão nos reprovar." "Está bem." Lá fui eu, fiz a minha prova de tribuna. Então, eu acho que a gente começou, deu esse impulso. Claro, houve a doutora, como é o nome dela?

Memorial: Sophia.

Entrevistada: A Dra. Sophia, mas foi bem antes, não é?

Memorial: Ela assumiu em 1938. Nem o concurso era instituído, ela foi nomeada. A senhora poderia nos contar um pouco de onde saiu esta inspiração para o Direito. Se há alguma origem na família, se foi uma coisa pessoal.

Entrevistada: Não havia ninguém na família. Inclusive, quando eu fazia o segundo grau, havia duas disciplinas, tinha Direito Usual e Legislação Aplicada. Eu fiz Técnico em Contabilidade. Eu sabia que lecionar eu não queria e também eu não tinha outro trabalho a não ser a Emater - na época, Ascar - que me permitisse estudar uma outra coisa. Então eu me lembro de que uma das professoras que dava Direito Usual, foi quem me sugeriu, e ela disse: "Por que tu não fazes Direito? É uma carreira tão bonita". Já um outro dizia assim: "Não, faz Agronomia". Digo: "Agronomia? O que eu vou fazer com Agronomia". Eu digo: "Não sei, acho que o negócio seria mais o Direito". Mas eu não desprezo de maneira nenhuma essa parte de eu ter lecionado. Eu tinha vergonha até de falar na aula, sabe? Porque eu era uma pessoa encabulada. Eu não perguntava nada na aula. Eu digo: "De repente, eu consigo vencer essa inibição de falar exatamente nessa área do Direito". Do que me serviu muito, ter lecionado. E eu comecei a lecionar Direito Usual, assim que eu entrei para a faculdade. Eu estava no primeiro ano, sabia, acho, só o conceito de Direito. E eu acho que nós estudávamos mais naquela época. E lá quem era professor era o Dr. Mondercil de Moraes, o nosso Procurador-Geral. E o Dr. Mondercil me entusiasmava. Aí o Dr. Mondercil é que começou a puxar a área do Ministério Público para o meu lado, porque ele também era professor e, na época, ele foi colega de um juiz, que também estava em São Lourenço e que era também de Rio Grande, Dr. Ari, e os dois eram professores. Diziam: "Não, mas olha aqui. Tu vais. Começa a treinar". Então no primeiro semestre de Direito, com menos de quatro meses, eu comecei a fazer audiência. Eu não sabia nem efetivar perguntas às testemunhas. Na hora eu fazia perguntas. Fui nomeada para defender um rapazinho numa briga. Dali em diante, pratiquei muito, fazendo defensoria pública. Eu comecei a

gostar do Direito. Comecei a ver que aquele lado do promotor estava mais bonito do que aquele outro em que eu estava. E ali eu comecei a me entusiasmar. E ele lá, Dr. Mondercil, professor, também, não é? E foi por aí. Acho que a influência maior foi do Dr. Mondercil como meu professor, lá na faculdade de Rio Grande.

Memorial: Em 1966 que a senhora se formou?

Entrevistada: 1965.

Memorial: 1965, Direito, em Rio Grande. E uma outra coisa que a gente gostaria de saber ainda antes de chegar em Porto Alegre. Como é que foi a recepção no interior, na sua experiência especificamente, a promotora chegando nessas comarcas? Inclusive assim, nessas primeiras comarcas, a senhora se envolveu com processos tanto na área cível como criminal.

Entrevistada: Sim, já havia.

Memorial: Claro que depois, analisando seu currículo, aqui em Porto Alegre, a senhora vai estar mais ligada à área cível. Então como é que foi esta experiência lá na comarca, no Interior, já é mais complicado chegar uma mulher e trabalhar nesta área do crime?

Entrevistada: Exatamente.

Memorial: Como é que foi isto?

Entrevistada: Assim que eu cheguei, havia já um júri designado para daí a 12 dias mais ou menos. E o colega que estava em Viamão, hoje aposentado, colega que substituía lá, disse assim: "Eu preparei esse júri. Tu estás chegando agora. Eu que vou fazer esse júri. Vou pedir uma designação, se tu não te importares". E eu meio assim: "Bom, um júri já nos primeiros dias...", também fiquei meio temerosa. Eu lhe disse: "Está bem. Não há problema nenhum". Assisti àquele júri, aliás eu acho que foi o primeiro júri a que assisti na vida por inteiro, porque não havia assistido a nenhum. E o meu primeiro júri mesmo eu fiz com o Dr. Tarso Genro atuando na defesa lá em Arroio Grande numa substituição. Era o Desembargador João Carlos Branco Cardoso quem estava presidindo o júri. E eu fiz dois júris naquela cidade. Em Pedro Osório, fiz um tendo na defesa do Dr. Bernardo de Souza. E não cheguei a fazer mais nenhum, porque também em Mostardas eu acho que tinha 70 processos criminais só, e tinha só esse processo de júri para fazer. Quer dizer que no crime não havia problema nenhum. Então o que acontecia lá em Mostardas?

Ficávamos meu marido e eu dentro do carro, porque não havia nada. Durante o meu período de oito meses lá, devo ter feito, no máximo, 20 denúncias. Não havia nada a fazer. Mas quando acontecia qualquer coisinha, eles me chamavam. Então vinha todo mundo. Mas não foi difícil esse começo lá, porque havia uma bioquímica, uma advogada, que me apresentaram para todo mundo. E o juiz também era uma pessoa acessível. Eu já cheguei procurando o prefeito e já me entrosei na comunidade. Eu não tive maior dificuldade. Mas eu ficava, não tinha serviço também. Aquilo era uma festa, ir para lá. Eles mandavam uma camioneta nos buscar aqui em Porto Alegre. E ali nós íamos todos. Por vezes, nós ficávamos parados lá naquele Farol da Solidão, atolados naquelas areias, por várias horas. Enfim, o dia que tinha audiência era uma festa. Eu sempre ia de avião, porque era uma dificuldade muito grande ir para lá. Então, eu ia de avião, todas as semanas eu pegava, porque a filha ficou em São Lourenço, eu vinha até Porto Alegre, um aviãozinho para ir para lá. Quando era dia de ele ir, semana de ele ir, ele passava em São Lourenço, que ele achava muito bonito o passeio pela Lagoa. Pegava o avião, passava em São Lourenço e eu ia com o marido, nós íamos circundando a lagoa. E eu lembrava: "Mas eu não me conformo. Meu Deus! Essa lagoa tão linda. Como é que eu não consigo alguém que me leve de lancha?". Porque eu estava imaginando assim: nunca encontrei ninguém que tivesse, nem hoje, que atravessasse essa lagoa assim. Então ali eu não tive problema nenhum. Aliás, eu não sei, eu sempre fui muito comunicativa. Eu acredito que também não tenha havido problema com as demais colegas. Eu fui recebida com mais naturalidade, eu acho, porque já tinha uma família constituída. E também eu acho em razão disso aí, de já ter advogada ali. Que comarca bem diferente! E Pedro Osório me facilitou também porque comecei a lecionar no colégio local, onde fiz já amizade com muitas pessoas. Por que quem eram as professoras naquela época? Era a mulher do médico, era a mulher do advogado, eram os próprios advogados. Então, naqueles educandários estavam seletas de pessoas mais conhecidas da cidade. Ser professora, naquela época, era bastante chique. Por conseguinte, a comunidade toda acabava me recebendo bem. Eu, pelo menos, tenho essa experiência pelo fato de eu ter sido professora.

Memorial: Bom, então em 1987 chega a Porto Alegre.

Entrevistada: Chego a Porto Alegre.

Memorial: Em 1987, a senhora foi designada para atender na Curadoria Cível do Foro Regional da Tristeza.

Entrevistada: Isto. Eu também atendi, por quase um ano consecutivo, ao Crime da Tristeza, uma delas em substituição. Ficou o Paulo Agra Costa e Silva na primeira Vara e, o colega Keunecke que estava na Vara do Júri, mas este tinha classificação na segunda. E o Paulo Agra não queria substituir, permanentemente. Então fiquei com todo o cível e a metade do crime da Tristeza. Mas, é claro, júri não havia, em razão das varas especializadas, e o volume de serviço ali era bem considerável. Até que depois fui convidada a trabalhar na assessoria jurídica do procurador-geral.

Memorial: Que foi uma experiência...

Entrevistada: Dois anos. Foi uma experiência muito boa que hoje é de grande valia, porque quem mais utiliza, quem mais precisa do recurso especial e do extraordinário é exatamente o Procurador de Justiça e, na época, era o que nós fazíamos lá. Nós fazíamos os pareceres e o procurador-geral aprovava ou não. E foi uma experiência também bem gratificante, porque trabalhei com ótimos colegas: o Sérgio Porto, a Sara Vasconcellos, a Marília Duarte, a Zuleika Pinto Vargas, o Maurivam Poeta, enfim, era uma turma bem boa ali. E havia um subprocurador-geral, o Dr. Luiz Ari Azambuja Barros, que hoje é desembargador. Naquela época, o número de processos da assessoria não era tão grande, o que permitia ao Dr. Luiz Ari examinar um por um. E ele sempre foi uma pessoa muito competente. É muito estranho trabalhar assim e não assinar. E era ele quem assinava, ele quem fazia o Pleno também e ele quem levava os pareceres à apreciação do vice-presidente, no caso, dos recursos especiais e extraordinários. Então nem sempre ele concordava com os nossos pareceres. É uma coisa bem diferente e estranha também. Aí passei à procuradora, fiquei oito anos na 5ª Câmara Cível fazendo trabalho mais na área de falência e concordata. Depois exerci várias vezes, nem sei quantas, o Conselho Superior. Entrava e saía.

Memorial: Seria interessante se a senhora pudesse nos contar como foi essa experiência nesse espaço, teoricamente, eminentemente masculino e uma espécie de coração do Ministério Público, que é um órgão muito importante.

Entrevistada: É bem certo que na primeira vez, eu não me lembro em que ano foi...

Memorial: Primeira vez foi... em 1993?

Entrevistada: 1993, mas aí foi...

Memorial: Suplente.

Entrevistada: Como suplente, mas foi no Órgão Especial, não é?

Memorial: É, Órgão Especial do Colégio. Depois eu tenho como titular em 1994.

Entrevistada: É isso aí. Só que naquele ano ali, aqueles dois anteriores...

Memorial: 1993 e 1994?

Entrevistada: É, isso aí. Também fiquei praticamente de titular sempre, porque sempre faltava alguém. E eu fiquei de titular. Diferente do trabalho de colegiado. Havia atribuições, mas não tantas quanto essas de hoje. As atribuições eram consideráveis, mas não eram assim tão freqüentes as reuniões do Órgão Especial. Eu acho que eu era a única mulher, se não me engano, no Órgão Especial. Também era composto por 12 procuradores mais antigos e 12 eleitos pelos demais procuradores, e sempre fui amiga de todos os colegas, razão dos votos recebidos dos colegas a quem só tenho a agradecer.

Memorial: Mas com certeza não só por amizade.

Entrevistada: É, não sei. Acho que mais era amizade. Mas isso aí continuou, permanece, está aí até hoje. Todos os anos uma campanha, acho lindo isso aí, bonito esse tipo de política institucional.

Memorial: Mobilização.

Entrevistada: ... mobilização, eleição, porque um ano é para o Órgão Especial, outro ano é para o Conselho Superior. Consequentemente, eu sempre era eleita pelos Órgãos Especiais e, agora, fui pela classe. Então andei bastante no interior agora e fiz uma votação bem boa. De 170, nem sei se foram 170, já não sei mais, mas fui a segunda mais votada. Mas, como era pela classe, achei mais importante chegar nessa gente jovem de quem a gente vai se distanciando. Sendo procurador, vamos nos distanciando dos colegas novos. Mas, a partir do ingresso da minha filha no Ministério Público, passei aquele concurso todo convivendo com a turma dela.

Memorial: Qual foi o concurso dela?

Entrevistada: Acho que foi 1993 ou 1994, mas a contar dali, aquela turma dela eu convivi, porque acompanhei. Então eu sou fã do jovem. Eu acho o jovem a coisa melhor que existe pelas idéias e ideais que possu-

em. E nós éramos tão medrosos. Nós tínhamos muito receio da Corregedoria. Hoje, não. Hoje eu tenho acompanhado o Cláudio, nosso Procurador-Geral, a Jacqueline, nossa Corregedora-Geral, nessas inaugurações das casas do Ministério Público, e vejo que a Administração Superior está junto com o colega. Os colegas são mais abertos. Os jovens deixaram de ter aquele constrangimento natural que nós tínhamos, são mais autênticos. E admiro também essa juventude agora com esse leque de atribuições. O que essa gente jovem faz é algo impressionante. Considero admirável a franqueza com que eles discutem com a gente. E acho isso muito bom, cabeça jovem, gente trabalhando. Eles sabem que sou durona. Não sou muito boazinha, pelo menos como conselheira, mas também procuro ser justa. Então essa função de julgar colegas não é fácil. Mas também é uma coisa que acho que deve haver, ter essa mistura de gente jovem que entende, porque tempera um pouco esse Conselho. Não pode o Conselho Superior ser formado somente pelos mais experientes. Os mais jovens também devem participar. Aqueles que aqui já chegaram devem ter a coragem de preparar a entrega do "bastão" para os mais jovens.

Memorial: O Ministério Público está passando por esse processo de "juvenização", digamos assim. As turmas que entram, ingressam cada vez mais jovens.

Entrevistada: Cada vez mais jovens é, mas eles vêm muito bem preparados.

Memorial: Inclusive, a senhora participou de algumas comissões de concurso, não é?

Entrevistada: Agora eu examinei Direito Administrativo.

Memorial: Qual a impressão de ser examinadora de concurso?

Entrevistada: Era uma coisa que me faltava, esse tipo de experiência. Agora, a gente se expõe bastante, como examinador. Aquela previsibilidade do professor, tudo que pode ser pensado. Então chega um ponto que tu já pensas assim: "Bem, vem cá. Será que eu não olhei por esse ângulo?" Isso é extremamente gratificante. A gente vê assim o que eles trazem de novidade nos recursos, o que eles pensam, os caminhos que eles pegam até para chegar, muitas vezes, à conclusão que a gente quer, mas as voltas que eles dão, os fundamentos jurídicos que eles trazem certamente ensinam o examinador! A turma jovem é muito prepa-

rada. Esta turma deste concurso me ensinou muito. Não sei nas outras matérias, mas eu estou tendo uma ótima impressão.

Memorial: E é um número muito grande de concorrentes a cada ano.

Entrevistada: É, eles começaram três mil e tantos, depois nós tivemos que fazer dez questões. Não é fácil elaborar dez questões objetivas que não comportem dupla resposta, dupla interpretação. E na parte escrita, sobraram 240 candidatos mais ou menos. Com quatro questões cada uma, isso aí representa... Ninguém escreve menos de dez folhas. Então tu pensas isso, 240 por 10, é bastante! Ontem eu parei, porque senão a gente não tem aquela mesma condição de examinar. O concurso acabou e restaram 80 ótimos candidatos.

Memorial: E na Escola, a senhora nunca se envolveu?

Entrevistada: Não, na Escola, não. Cheguei a iniciar um pós-graduação, mas nunca lecionei. Eu lecionei Português por 25 anos.

Memorial: E aqui, na Associação, a senhora teve algum envolvimento?

Entrevistada: Não, não tive.

Memorial: Diretamente?

Entrevistada: Não, nada. Nada que eu me lembre, assim de fazer parte da diretoria, não. Eu era mais do trabalho, de pegar processos, sempre trabalhei muito, sempre estava com substituição. Precisavam de alguém? Lá estava eu, sempre disponível. Eu nunca tive tempo para trabalhar este outro lado assim, a parte associativa. Hoje é mais fácil. As pessoas se especializam. No meu tempo não, era promotor de clínica-geral. Quando eu cheguei em Porto Alegre, eu ainda estava com Cível e Crime.

Memorial: E a sua participação na análise de projetos de lei no Congresso Nacional sobre falências e concordatas?

Entrevistada: Eu fui nomeada e fizemos um estudo sobre essa nova Lei de Falências e Concordatas que acabou sendo modificada e até foi extinta aquela comissão, aquele projeto não foi avante. A gente estava estudando. Fazíamos uma reunião com os promotores que estavam atuando naquela ocasião, mas o projeto parou no Congresso e agora que está sendo retomado. Como agora não estou na área, não sei, deverá haver uma outra designação. Mas também é uma experiência... Há cole-

gas muito bons na área como o Vigil, o Montanari, o colega Maroneze, três colegas com profundo conhecimento, porque trabalhavam já diretamente. E é uma matéria árida, porque tu não tens muito onde procurar, não tem muita coisa. É um Código muito antigo e uma lei antiga. Eu fiquei oito anos ali e depois fiquei meio cansada da aridez da matéria. Digo: "Agora, do Direito privado, eu vou para o público".

Memorial: E como é que foi lá o I Congresso Mundial do Ministério Público, em São Paulo?

Entrevistada: Uma turma de colegas foi a São Paulo para participar do Congresso. Foi muito interessante. Nós percebemos, em nível internacional, como é que os países se organizam nessa área do combate ao crime organizado. Então foi uma experiência magnífica. Vieram vários conferencistas mundiais, inclusive, o procurador do Reino da Grã-Bretanha, o representante dos Estados Unidos, o pessoal do FBI. Então tivemos esse contato direto para saber como é que eles fazem a pesquisa, como é que eles buscam indícios do crime organizado. Como ainda estamos tateando em termos de conseguir instrumentos para adquirir provas! Tomamos conhecimento de que temos um representante do FBI aqui no Brasil de quem a gente pode se valer. Então foi uma experiência muito bonita com essa gente, com palestrantes do mundo inteiro. Foi muito lindo. Foi o primeiro congresso mundial. O Dr. Paulo Pinto de Carvalho também esteve presente, participou. Adotaram um lema do Professor Paulo Pinto de Carvalho no Congresso. Foi bonito. Então essa coisa de se atualizar e participar, eu também gosto. Eu participo sempre que possível. Foi bem importante. Não foram muitos colegas. A turma que lá esteve participou ativamente. Todo mundo ajudou, trabalhou diretamente. E os palestrantes trouxeram assim uma gama enorme de conhecimento. Mas é claro que nós não temos estrutura para aplicar tudo isso que nos foi mostrado.

Memorial: É bom saber que alguém tem essa estrutura.

Entrevistada: É, mas um dia nós vamos ter. Porque nós já estamos melhorando muito. Quando lá cheguei em Mostardas - voltando -, eu não tinha sala, não tinha máquina de escrever. Em Pelotas, eu também não tinha sala. Eu trabalhava no cartório, numa mesa cedida pelo Poder Judiciário! Uma Vara de Família trabalhar no cartório! Então o avanço que se teve, nem faz tanto tempo, leva a constatar o avanço que tivemos a contar das construções hoje, a disponibilidade que os colegas têm de

estar ligados à Internet, à Intranet, com computador, tudo novinho, as casas novas, sair dos Fóruns. Chegar numa comarca e não ter sala, torna o teu trabalho muito difícil e eu passei por isso. Escrivãs gentis que davam um canto para trabalhar. Em Vara de Família com aquele atendimento até de pessoas, de problemas familiares mesmo, dificuldades mil, eu tinha que atender muitas vezes os problemas familiares na sala de audiência, quando não havia audiência, o que era uma constante. Do contrário, estar num cantinho, ouvindo as pessoas. É incrível a evolução, essa evolução que se vê aí desde aquele ano, lá dos 25 anos é... e eu já nem vou tão longe. Eu acho que já há um marco bem definido daquela época que nós entramos até uns dez anos atrás. De dez anos para cá foi um avanço enorme a contar da Constituição, em termos de atribuições. Mas não são só as atribuições. O que nós fomos conseguindo. Olha, que essa gente jovem, com especialidades em várias áreas, trabalhando com ação civil pública, consumidor e meio ambiente. Foi um trabalho longo, árduo, e nem foi há tanto tempo, considerando a Constituição de 1988. Vê bem, são o quê? 12, 15 anos, nem chega a isso, e quantos especialistas estão na área! Mas, assim, em termos de instituição, é uma instituição nova. Quando começamos era terrível. Quer dizer, 15 anos assim de um marasmo como escrever em máquina de escrever. A Corregedoria cobrando quando a gente não dividia direitinho a sílaba lá no final, ou faltava um espaço. Tudo com grande quantidade de papel carbono. Num desses dias, na Delegacia da Mulher, constatei que eles ainda trabalham com máquina de escrever, quer dizer, nós é que melhoramos mesmo como instituição, melhoramos bastante.

Memorial: Pelo que a senhora está falando, é uma questão da Instituição como um todo, mesmo incluindo essa questão da Corregedoria ter novo perfil.

Entrevistada: É, novo perfil da Corregedoria, que hoje também é diferente. Os cursos dados. E é curso de Português, e é isso, quer dizer, é aquele chamamento ao colega. Antes de punir, a Corregedoria tem buscado orientar o colega, porque a Corregedoria tem essa atribuição de constatar as falhas do colega e punir assim como o Conselho Superior tem também o dever da penalização, mas também tem o dever de olhar o colega como um todo, como ser humano que é, com as suas falhas e tudo que o rodeia. Às vezes, ótimos promotores causam determinado problema com um atraso num número de processos. Há que se ter em mira a história desse promotor, a história dele lá, o que ele traz de baga-

gem e, principalmente, a causa do atraso. Muitas vezes, é um rapaz que tem uma tendência para o júri. Então ele se dedica exclusivamente ao júri. Como o júri é uma coisa difícil, às vezes, ele pode atrasar lá um determinado número de processos. Mas o que se exige é que o colega venha explicar suas dificuldades quando chamado. Não devemos punir o colega por pouca coisa. É claro, existem alguns problemas entre os membros do Ministério Público, mas não são casos tão sérios. Eu acho que há uma nova mentalidade, tanto da Corregedoria-Geral como dos Orgãos Colegiados, de examinar o colega como ser trabalhando na sua comunidade, ou numa Vara, onde quer que esteja, de olhar aquele promotor como um todo. E a organização também é outra, porque antes havia pouca informação sobre os colegas. O Conselho Superior do Ministério Público se baseava, para promover alguém, única e exclusivamente, na informação constante na sua ficha funcional. Hoje não, hoje o procurador também informa. Se houver qualquer coisa no processo, ele informa a Corregedoria. A Corregedoria sempre ouve o promotor e depois, se realmente tiver havido falta funcional, aí, então, é que instaura uma sindicância. Mas antes de instaurar, se tiver que arquivar o expediente, o faz. O feito também passa pelo Conselho Superior. Acho que é um avanço essa nova maneira de tratar o promotor. Então, acho assim, de se agarrar aos cargos também não, não vejo, acho que a gente tem que fazer sucessores. Não se agarrar e querer ficar nos cargos eternamente, não. Dizer: "Ah, as minhas honras, as minhas glórias!", não, tem que procurar formar gente que possa vir a substituir, e gente com capacidade. Por isso que essa coisa de eleger procuradores para o Órgão Especial, eu acho bom, porque mescla com gente jovem. Conselho Superior também, eleito pela classe. Quer uma coisa mais democrática do que isso aí? Hoje o colega procura saber quem é o procurador, se ele recorre dos trabalhos dele, se ele se interessa. "Olha, colega, aqui está assim, a situação do teu processo é esta. O teu réu foi absolvido e é um recurso teu. Tu queres que seja interposto um recurso especial?" Esse contato procurador/promotor antes não havia. Havia muito constrangimento para chegar no Procurador-Geral ou na Corregedoria-Geral.

Memorial: Porque também tem essa coisa, tanto do promotor com o procurador, como o procurador está fazendo também a sua campanha lá no interior.

Entrevistada: Eu mesma trabalhei lá no interior, trabalhei com eles. Conheci os colegas novos todos. Também assim, quando tem curso de

ação civil pública preciso participar em termos de palestras, mas estou ali conversando com o colega, estou ouvindo o colega. Muitas vezes, escuto alguém atrás de mim: "Ah, mas não, no Conselho não podia ser assim." Eu já me viro: "Por que, colega? O que aconteceu?" E já me apresento, e o colega já interpõe uma conversação: "Não, porque eu gostaria que fosse feito assim". "Vou levar a tua posição para o Conselho" e tal. E levo, e outros colegas fazem a mesma coisa. Os demais também, ou por ser professor ou pela qualidade de procurador. Está tudo muito mais aberto. Nós estamos com a cabeça melhor, mesmo os mais experientes. Acho que estão procurando chegar nos colegas. Isso é o ideal, porque o ideal seria que nós todos fôssemos Promotores de Justiça, e não promotor e procurador. Eu gosto muito, muito mais de ser chamada de promotora do que procuradora. Acho bem melhor.

Memorial: Voltando à sua atuação como promotora, só uma observação, se a senhora quiser completar daí. Dando uma olhada nas suas promoções, a maioria delas foi por antigüidade, por critério de antigüidade. E eu lembro que a gente tem um relato da primeira desembargadora que, no caso dela, insistiu dizendo que ela só foi promovida por antigüidade e que isso tem a ver com ela ser mulher. Mas, pelo que a senhora está relatando, me parece, a impressão que estou tendo é que o Ministério Público foi muito menos resistente. Foi resistente no ingresso, mas depois foi mais tranqüilo do que a magistratura. Não sei se a senhora tem alguma posição assim.

Entrevistada: Eu acho que, da primeira para a segunda entrância, realmente fiquei muito tempo em Pedro Osório. Eu fiquei por conveniência, porque estava perto da família, por questões pessoais. Eu fiquei, porque a gente, naquela época, se candidatava e eu também acho que, apesar de se candidatar também, outra coisa que a gente custou a aprender é que deveria ter esse contato mais próximo, principalmente com o subprocurador-geral, que era a pessoa que levava para os conselheiros a atuação do promotor. Eu acho que eu fiquei meio afastada também disso aí. Porque quando eu vim para Guaíba, da primeira para segunda, vim realmente por antigüidade. Mas, já em Guaíba, eu comecei, como estava mais próxima, a vir mais seguido a Porto Alegre. Aí, então, já fui promovida por merecimento. Então, aquela coisa, aquele reduto de ficar lá e tal, e hoje eu vejo também que não tem essa coisa assim por merecimento e por antigüidade. Agora, como membro do Conselho, não tem essa coisa assim de ser preterido ou não, porque como abre uma vaga por

antigüidade e outra por merecimento, muitas vezes, a pessoa está na lista por merecimento e acaba saindo por antigüidade, porque se candidata para as duas vagas. Está na lista, não saiu naquela porque o mais votado foi Fulano, mas, na antigüidade, ele é o próximo, então, ele sai por antigüidade. E isso não vem em desmerecimento, digamos assim. Mas eu atribuo, em parte, até ter sido, mas eu acho que não foi totalmente isso aí. Eu acho que o pouco conhecimento das pessoas, porque a gente tinha medo. As mulheres tinham medo realmente de chegar. Ninguém vinha a Porto Alegre assim se apresentar e conversar. Não era assim. Nós estávamos sendo bem observadas. Eu me lembro de que era uma constante. A Administração queria saber sempre como é que estavam e tudo. As visitas dos corregedores eram constantes. Mas eu acho que não foi tão assim. Acho que não. Bom, para Guaíba eu vim por merecimento. Depois fui para Caxias do Sul. Mas fiquei em Camaquã porque eu quis também, por antigüidade. Fiquei em Camaquã muito tempo porque quis, pois ainda estava voltada para aquele meu núcleo na zona sul. Eu achava que o meu centro era Pelotas, entende? Então eu não estava visando Porto Alegre. Tanto é que pedi remoção para Pelotas, a filha foi estudar em Pelotas. Eu estava mais voltada para Pelotas e, isso é coisa interiorana mesmo, eu não tinha essa visão de Porto Alegre. Tanto é que, quando vi que a Faculdade de Direito de Pelotas estava com nível inferior à PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e à UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), telefonei para o colega Rigoni, que era o colega que estava na secretaria, e disse: "Estou aceitando promoção". Aí já estava... quantidade de gente já havia passado na minha frente na lista de maior antigüidade. É claro que eu saí por antigüidade, porque depois de ficar recusando promoções numa entrância, ninguém vai te puxar lá atrás, pois a lista já está lá adiante, o pessoal sendo votado. E saí mesmo por antigüidade. Então não levo muito de dizer: "Ah, porque as mulheres foram isso". Não, eu acho que houve sim um controle maior nosso, no início, sem falar no ingresso, que foi terrível. Mas eu não atribuo só a isso. Eu atribuo também a essa mania, essa coisa que a gente tinha de ficar, porque eu acho que a Eunice mesmo não foi só por antigüidade que foi promovida. Acho que foi por merecimento mais vezes, eu acho. Eu hoje entendo essa coisa do merecimento, da antigüidade. Eu não acho assim que a antigüidade seja desmerecimento, exatamente por estar em contado com isso aí, por ver a lista formada e, muitas vezes, estar na lista e termina saindo por antigüidade. Às vezes, o promotor se ressente. Agora, na qualidade de

conselheira, vejo esse lado aí. Não creio em tanta resistência. Cuidado, sim, acho que tinha, tanto é que o Dr. Cécere não queria que eu viesse para Guaíba com medo de que fosse acontecer alguma coisa. "Deixa para um outro colega." Achavam ainda que a mulher não tinha condições.

Memorial: Dra. Marly, um pouco neste sentido que a senhora estava falando da sua experiência em Guaíba. Qual a sua opinião com relação a essas reformas, a inserção do Ministério Público na Polícia, no próprio inquérito? O que a senhora acha?

Entrevistada: Eu acho que ela está sendo feita, e deverá continuar a ser feita, devagar, de maneira que a gente possa realmente realizar o controle externo e não a investigação. Mas assim o controle externo não significa exatamente isso, de nós dirigirmos o inquérito. Como a própria palavra diz, é um controle externo das atribuições deles. Quem dera que nós possamos um dia estar junto, investigando mesmo, a fundo. Mas eu acho que são tantas as nossas atribuições que não está sendo fácil esse tipo de controle a ser feito por nós na autoridade policial. Acho que se pudesse, e a gente tivesse condições de fazer, seria bom, mas eu acho que nós já estamos iniciando com nossa estrutura para fazer um real controle externo, porque o controle externo não é ir para dentro, junto com a autoridade policial. Em determinadas ações até que a gente já tem trabalhado juntos. Sei que os colegas da especializada criminal, possuem equipes que estão trabalhando conjuntamente, inclusive investigando policiais e tudo mais. Mas nós somos poucos e há muitos colegas que estão sofrendo ameaças também, a gente sabe disso. A maior parte não está aceitando. A gente sabe que o crime organizado está aí e que eles estão tentando infiltrar gente em todas as áreas. Na polícia já estão, e a tendência é infiltrar no Ministério Público, é infiltrar na Magistratura, para que eles tenham possibilidade de domínio total em todas as instituições e em todos os Poderes. A gente sabe disso. É uma luta bonita, mas muito difícil.

Memorial: Com certeza. Bom, vamos voltar um pouquinho de novo. A senhora poderia relatar com um pouco mais detalhes como é que foi esse concurso no sentido de nos localizar, os espaços físicos, onde a senhora fez a prova, tanto oral como escrita, quem era a banca, enfim, como é que foram esses dias, os estudos, a preparação? Se a senhora já conhecia os colegas que estavam participando, se a senhora chegou a se preparar com algum deles.

Entrevistada: Eu não fiz curso preparatório, mas as demais colegas solteiras o fizeram. Funcionava ali naquele prédio do IPE (Instituto de Previdência do Estado), na Borges de Medeiros. Ali é que foram feitas as provas orais e a prova de tribuna, e a escrita foi feita, aquele ano, na PUC. Eu lembro de que a gente ia de mala para lá com vários livros e códigos. Nós íamos de mala, todo mundo de mala. Hoje não, hoje vi aí fazendo prova, ninguém vai de mala. Tudo mais condensado, os códigos e tudo. Mas, naquele ano, a gente não conhecia ninguém, eu pelo menos não conhecia ninguém, porque nós não conseguíamos fazer concurso. Nunca nós conseguimos fazer concurso. A gente sempre era barrada após a entrevista. E uma entrevista que não tinha por que reprovar, como hoje, não reprova ninguém. A entrevista é um *tête-à-tête* para ver se existe ou não algum problema visível com o candidato porque o nível de cultura será examinado no concurso. Essa era, e é ainda hoje, a entrevista a ser feita. Na nossa época, a primeira coisa era a entrevista. Então já não eram homologadas as inscrições, sem que houvesse qualquer justificativa. Não conhecíamos os colegas. Já partia logo para a primeira delas, que era a prova de Português. O convívio maior entre os colegas aconteceu exatamente durante as provas orais e as provas de tribuna. Eu me lembro que ali, naquele prédio do IPE, há vários funcionários que hoje ainda trabalham lá na Procuradoria que dizem: "Ah! Eu lhe assisti falando". Então encheu de gente, era a primeira mulher. "Olha, uma mulher na tribuna!". Sim, aquilo era um fato inédito. Mas, até chegar na tribuna, foi muito difícil. Porque em certo dia nos levaram lá em cima, no último andar, já não me lembro quantos andares possuía aquele prédio: "Olha, é aqui que vocês vão falar". Colocavam um púlpito, mas para nós. Depois: "Olha, amanhã nós vamos mostrar realmente onde é que é o lugar". Então faziam um jogo de nervos. Uma coisa incrível. E é como hoje, da prova oral a gente não fica com possibilidade nenhuma de recorrer. Como é que tu vais recorrer de uma prova que tu estás *tête-à-tête* com o examinador, não é? Nenhuma. E outra coisa, a gente percebia assim que as notas eram baixas. As nossas notas eram baixas e se sabia que o examinador, por ser mulher, perguntava muito mais, mas muito mais mesmo. De a gente sortear um ponto e ele: "Mas eu vou te perguntar outro. Posso te perguntar?" Como é que nós iríamos dizer que não perguntasse? Tinha que dizer que podia, porque o candidato estava sozinho com o examinador. Foi muito difícil mostrar a que vieram as mulheres, mas eu acho que à medida que eles deixaram, nós conseguimos. Acho

que as quatro estavam bem preparadas, porque nós já vínhamos nos preparando e fomos embora. Agora aquele controle que eles exerciam sobre nós, naqueles primeiros dois anos, não de molde a confirmar na carreira, mas a gente foi muito bem cuidada, assim de receber visitas de corregedores mais do que os homens receberam. Nós fomos muito mais examinadas, seria esse o termo.

Memorial: A senhora poderia falar um pouco da sua vida particular?

Entrevistada: Conheci o meu marido em 1965, já que fui lecionar na mesma escola que ele, ou seja, na Escola Agrícola Santa Isabel em São Lourenço do Sul. Ele, pároco local, professor de matemática; eu, advogada, professora de Português. Passávamos dois dias por semana naquela Escola, distante uns trinta quilômetros da cidade, mais precisamente, num internato educacional rural.

Ainda cursava a Faculdade de Letras e possuía enorme dificuldade no estudo da Língua Latina e quem melhor do que um padre para ensinar, já que profundo conhecedor do idioma. Padre jovem, bonito, ordenado há dez anos, grande cultura, ótima educação. Meio-dia, após o almoço, estudo de Latim, antes do recomeço das aulas da tarde. Um aperto de mão mais prolongado, uma grande paixão e seis meses depois, um casamento; o primeiro do Rio Grande do Sul, no dia 22 de dezembro de 1966. Casamento somente realizado no civil, já que o pedido de licença enviado ao Papa, somente retornou um ano mais tarde, quando houve o casamento religioso. Uma vida juntos, um grande amor, uma anulação dos ideais dele para seguirmos juntos uma vida no Ministério Público. Uma única e grande filha, fruto dessa maravilhosa união: Flávia, a promotora da nossa felicidade.

Memorial: Algum registro a mais para as nossas memórias?

Entrevistada: Não, eu só acho que foi bom a gente ter iniciado essa caminhada, até porque as mulheres que aí estão, quase que a metade, conseguiram provar, não nós, eu digo as mulheres em si, que não superam os homens, mas a igualdade existe. E que cada vez mais os jovens procurem essa maravilhosa Instituição que é a nossa. Acho que é ainda a mais pura, é a que melhor ampara o promotor, a que nos dá maior satisfação. Sei lá, eu acho que a nossa Instituição é boa mesmo.

NEUSA MARIA PINTO PINTO

Neusa Maria Pinto Pinto, natural de Caxias do Sul/RS, é viúva do Procurador de Justiça Dirceu Pinto. É graduada em Estudos Sociais pela Universidade de Passo Fundo e em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Neusa Maria Pinto Pinto*

Memorial: Sra. Neusa, antes de mais nada, gostaríamos muito de agradecer a sua disponibilidade com o Memorial do Ministério Público e gostaríamos que nos contasse um pouco da sua vida, da sua trajetória ao lado do Dr. Dirceu Pinto.

Entrevistada: É uma satisfação poder falar para vocês sobre o Dirceu, ele foi uma pessoa muito benquista, não só no trabalho, mas no círculo de amizades. Uma pessoa capaz, uma pessoa, realmente, muito boa, muito consciente daquilo que fazia. Ele vem de uma família humilde e a preocupação dos pais era a de que ele estudasse. Ele chegou onde chegou com esforço pessoal; aliás, esforço que não mediu jamais. O Dirceu se empenhou sempre e deu – usando o termo exato - o sangue pelo Ministério Público. Porque tudo aquilo que fez, foi feito com carinho, com amor. Fez porque era capaz, porque se não tivesse sido capaz, não teria chegado onde chegou. Ele era estudioso, era uma pessoa extremamente inteligente, foram poucas as pessoas que conheci, na minha vida, iguais a ele. Não digo isso porque tenha sido meu marido, ou por vaidade, mas porque é verdadeiro. Ele gostava muito de ler, conhecia o ser humano como poucas pessoas. Era esforçado e sabia as suas limitações, as suas capacidades, o que podia fazer e o que não podia. Por isso é que ele foi uma pessoa muito especial. E uma pessoa que deixou, por todos os lugares em que passou, a sua marca. Ele impregnava não só as coisas, as idéias, mas as pessoas também, porque esse era ele. Então eu tenho bastante orgulho do meu marido, apesar de não tê-lo mais comigo hoje. Penso que foi desse modo que ele desempenhou tudo aquilo que fez na vida, vivendo com garra, com vontade, com sabedoria e com esperança também.

Memorial: A senhora também é de Porto Alegre?

---

* Entrevista concedida à historiadora Daniela Oliveira Silveira em 13/08/2002. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Patrícia Sanseverino.

Entrevistada: Não, sou de Caxias do Sul, sou do Interior. O meu pai era de Vacaria e minha mãe de Pelotas. O Dirceu e eu nos conhecemos quando eu tinha 19 anos, e ele, 22 anos.

Memorial: Vocês se conheceram aqui em Porto Alegre?

Entrevistada: Nós nos conhecemos em Porto Alegre. Quando o Dirceu foi prestar o primeiro vestibular para Direito pensou em fazer em Caxias do Sul, porque não havia Latim nas provas escritas, e Latim, se não me engano, na época, era oral também. E como os pais dele eram conhecidos dos meus pais, procurou-os, e assim nos conhecemos e começamos a namorar.

Memorial: E ele tentou vestibular em Caxias do Sul, ou não?

Entrevistada: Não, não tentou. Fez aqui mesmo, passou no Direito da PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e no Jornalismo da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), mas optou pelo Direito. Penso que era o que ele realmente gostava. E cursou no tempo normal. No início, as aulas da PUC eram no Colégio Rosário, depois, quando já estava terminando a faculdade, é que as aulas passaram a ser no campus da Ipiranga. Nessa época, o Dirceu trabalhava como bancário e custeava os estudos; quando nos casamos estava no último ano da Faculdade de Direito. Mais ou menos seis meses depois, eu engravidei do Dirceu Filho. Nós tivemos um único filho que hoje é a minha menina dos olhos. Ele tem dois filhos, o Rodrigo, com sete anos e a Gabriela, com dois anos. É médico e é uma pessoa muito parecida com o pai no brio, na forma de ser, na maneira de encarar a vida, os fatos e as coisas.

Memorial: Por que a senhora acha que ele não escolheu o Direito?

Entrevistada: A mim, parece, que ele nasceu médico. Quando tinha três anos e a bisavó perguntava o que ele seria quando crescesse, ele respondia que seria médico. Eu também nasci professora, fiz Magistério, e depois, mais tarde, fiz licenciatura plena em História. Comecei a faculdade em Passo Fundo, quando morávamos lá, e terminei na PUC.

Memorial: Em que ano a senhora terminou a faculdade?

Entrevistada: Eu me formei em 1980. O Dirceu Filho já estava maior, esperei ele crescer um pouco; naquela época, nos preocupávamos bastante com isso, era um pouco diferente.

Memorial: E a senhora acompanhou o processo de ingresso do Dr. Dirceu no Ministério Público, vocês já estavam casados?

Entrevistada: Sim, já estávamos casados, já tínhamos o Dirceu Filho com dois para três anos, quando ele foi nomeado. A primeira comarca foi Crissiumal, no Alto Uruguai, uma cidade pequena, não tinha água encanada, água de cisterna, amassamos muito barro, porque as ruas não eram calçadas, mas foi uma época muito boa. Ele começou ali, benquisto, exatamente pela cidade ser menor, o promotor era uma pessoa bastante conceituada, então nós fizemos sólidas amizades com quem até hoje, de quando em quando, tenho contato. De Crissiumal fomos morar em Itaqui onde ficamos um ano. Era uma cidade bastante hospitaleira, um povo muito gentil, muito educado, fomos também bem aceitos. E, finalmente, fomos para Passo Fundo onde ficamos pouco mais de três anos. De Passo Fundo voltamos para Porto Alegre. Depois que estávamos aqui há algum tempo, ele foi convidado a participar do processo dos uruguaios Liliam Celiberti e Universindo Dias que foram seqüestrados na rua Botafogo. Morávamos, na época, no Parque Santa Fé, foi a nossa primeira residência própria. Eu, no começo, não tinha muita noção nem muita apreensão sobre as coisas, depois, com o decorrer do tempo, sofremos muita pressão, em vários sentidos. Dirceu foi recebido pelo governador - na época o Dr. Synval Guazzelli - e disse o que faria se pudesse exercer o livre-arbítrio em todos os sentidos. O governador concordou, então ele aceitou o caso. Esse caso foi bastante tumultuado pela imprensa, porque envolveu muitas pessoas, foi um processo bastante difícil, bastante massacrante, e, finalmente, o processo terminou. É interessante que das pessoas que participaram desse processo: promotor, fiscal, jornalista, fotógrafo, todas são falecidas. Inclusive, quando o Dirceu nos deixou, eu não esperava por isso, muito menos que ele se matasse, o que chama a atenção é que ele se matou no Santa Fé, com certeza, isso deve ter alguma mensagem que, pelo meu envolvimento, pelo fato de ele ter sido meu esposo, até hoje não entendo, por que no Santa Fé?

Memorial: Vocês não moravam mais lá?

Entrevistada: Não, já morávamos aqui no Jardim Lindóia. Ele se matou lá, eu não saberia te dizer o porquê. Aparentemente, não tinha problema de espécie nenhuma, porque com a graça de Deus, nos dávamos bem, temos um filho maravilhoso que nunca nos deu problema algum. Com 15 anos, estava ingressando no primeiro ano da faculdade de Medicina, na Católica, depois de prestar vestibular na UFRGS, então não havia motivos aparentes. Imagino que tenha sido uma depressão, alguma coisa que possa ter suas raízes, quem sabe,

numa primeira infância, ou, se eu acreditasse no destino, diria que é o destino, no entanto, penso que destino somos nós quem fazemos, vivemos e colhemos. Mas, independente de qualquer coisa, ele foi uma pessoa maravilhosa, uma pessoa muito amada, muito querida por todos que o conheceram. Tanto é verdade que tantos anos depois, quase 16 anos, vocês estão aqui buscando alguma coisa que possa lembrar dele, que possa falar sobre ele, então acho que isso é importante. E, na realidade, o que importa são as coisas que ficam, são as lembranças. O que adianta uma vida longa e destituída de sentido, vazia? O que não foi o caso dele, com certeza.

Memorial: Poderíamos falar um pouco sobre a vivência de vocês no Interior. Vocês vêm para Porto Alegre em 1977. A partir de 1964 temos um período de fechamento político que vai ser intensificado em 1968. Como é que vocês participavam dessa vida, tanto social como política, no Interior, nesse momento tão específico?

Entrevistada: O que se faz numa época de ditadura? Fazíamos o que qualquer pessoa normal e inteligente faria nesses momentos em que não dá para discutir política. Nós percebíamos as coisas, víamos, sentíamos; e o Dirceu que era muito politizado, porque era uma pessoa com largueza de visão, comentava comigo algumas coisas. Inclusive, no período de 1964, quando ainda éramos namorados, eu tinha muito medo, porque sabia das idéias dele, da capacidade de justiça, aquela coisa toda. Isso me causava muita preocupação, até mesmo medo de que, de repente, ele fosse preso. Porque ele teve amigos que foram presos após a Revolução de 1964, como o Hélio Gama, que foi colega de faculdade, o Geraldo Gama, o Benício que foi embora para o Norte, Nordeste. O Dirceu vinha de uma época onde as pessoas eram ensinadas a pensar, o que, em contrapartida, depois de 1964 se modificou. Até mesmo porque nós, professores de História, tínhamos medo desse tipo de coisa, de repressão, etc. A partir da abertura, que foi lenta e gradual, as coisas modificaram, mas até então sentíamos muito medo da repressão. Quantas pessoas foram assassinadas, quantas pessoas sumiram sem nenhuma explicação lógica. E, é claro, que nós na condição de pais não podíamos, de repente, dizer todas as coisas que realmente pensávamos. Até porque sabemos que essa repressão aconteceu em função de "n" coisas, até em função de um mundo globalizado. Não foi fácil para quem viveu na época. Mas, graças a Deus, hoje é apenas história e faz parte do passado, recente, mas passado. E Dirceu era uma pessoa que lia bastante, o seu maior *hobby* era a leitura, lia tudo, ele era de uma época

em que as pessoas liam Lenin, liam Marx. Na realidade, eles eram pessoas temperadas no aço da cultura e isso era muito importante. Inclusive, ele se orgulhava do seu saber, porque era um saber abrangente, não era um homem de uma única área, talvez por isso tenha escolhido o Direito. Era uma pessoa que buscou uma formação integral em todos os sentidos. Se orgulhava daquilo que fazia, porque fazia com consciência. Ele debatia, brigava por aquilo que achava certo, correto, justo e honesto; sempre foi uma pessoa correta, uma pessoa justa e uma pessoa honesta. Então penso que isso também me deixa envaidecida, porque foi a vida dele, foi a vida do companheiro que eu escolhi para a minha vida, e são essas coisas que dão, hoje, apesar de ele não estar mais aqui, forças para que eu prossiga e para que eu procure, também, incutir nos meus netos. Muitas vezes conversamos, são crianças, mas não deixamos que esqueçam o avô. Inclusive, se perguntamos "Onde está o vovô Dirceu?", eles dizem, "No céu". Eles não têm consciência de que o avô cometeu suicídio, nós ainda não comentamos, porque são pequenos, mas, no momento certo, quando houver curiosidade, com certeza eu vou contar. Isso não nos envergonha de maneira nenhuma. Sabemos que o ser humano além da sua fortaleza, também tem suas fraquezas. E talvez a vida o tenha pego em um momento de fraqueza e, quem sabe, com alguma carência, e isso fez com que ele cometesse esse gesto. Mas, como creio em Deus e acredito que as coisas não acontecem por acaso, sempre tive a idéia de que, com certeza, eu devia continuar sozinha a partir dali. Isso não impede que tenhamos saudades, que relembremos, que falemos e que ainda o amemos.

Memorial: A senhora sabe o que motivou o Dr. Dirceu a escolher a carreira no Ministério Público e não na Magistratura?

Entrevistada: Ele entendia que como promotor teria condições de ser mais útil e melhor dentro de uma sociedade. Tanto que o promotor, no Interior, não é uma figura tão benquista como o juiz, porque o juiz é aquele que passa a mão, é mais paternalista, e o promotor vai a fundo, ele tem que averiguar, ele tem que, se preciso, acusar, ele cumpre com consciência o seu papel. Não sei se ainda hoje é assim, mas quando nós estávamos no Interior, e ainda quando Dirceu era vivo e trabalhava aqui em Porto Alegre, havia quase que três vezes mais juízes do que promotores. Até acho que para ele ser promotor foi um desafio maior ainda do que ser juiz. Ele gostava daquilo que fazia, era apaixonado, acredito que por isso tenha escolhido essa profissão. Quem realmente o conheceu de perto, sabia da sua capacidade, da sua honestidade, da sua gentileza, da sua humanidade, da

sua simplicidade. O Dirceu nos deixou exemplos, nos passou lições de vida, e isso não tem borracha que possa apagar, não tem nada que destrua. Porque é algo que fica no coração das pessoas. Acho isso maravilhoso.

Memorial: Falamos no caso do seqüestro dos uruguaios que deve ter sido um dos processos mais delicados na carreira do Dr. Dirceu, quando ele já estava aqui em Porto Alegre. No Interior, houve algum processo impactante, ele chegou a ter algum embate com autoridades do Executivo Municipal?

Entrevistada: Não. Ele era uma pessoa que sabia separar as coisas, era bastante respeitado. Fazia tudo com muita propriedade, com amparo legal, então as pessoas não tinham o que falar dele. Tanto é que quando ele dava vistas nos seus processos, ou quando elaborava o processo, fazia de forma que não ficassem lacunas que pudessem dar outro sentido. Ele era muito consciente daquilo que fazia, muito maduro e muito capaz. No interior não tivemos nenhum problema. O maior problema foi o caso dos uruguaios, porque foi divulgado nacional e internacionalmente, até edições da revista *Veja* traziam reportagens sobre o processo.

Memorial: A senhora poderia nos contar como foi essa pressão quando do processo dos uruguaios, como ela atingiu a sua família?

Entrevistada: Na época nosso filho tinha 9 para 10 anos. Não deixávamos ele ir sozinho para a escola, levávamos e buscávamos. Em certa ocasião, chegamos em casa - o Santa Fé era um bairro novo, não tinha o Leopoldina na frente, só existiam 17 casas, era uma tentativa do Banco Maisonave de fazer um condomínio fechado na Zona Norte, mas não deu certo -, era um domingo, tínhamos ido jantar com os pais do Dirceu, e tinha um Opala em frente à nossa casa com três mulheres e dois homens, aquilo me assustou e acho que ele ficou apreensivo. Nós entramos, as pessoas riam muito dentro do carro, como se fosse uma espécie de deboche. Quem eram não posso dizer, porque não fiquei sabendo. Nessa época, eu trabalhava na Escola do Estado Dolores Alcaraz, e, muitas vezes, ficava apreensiva por irem carros atrás de mim, mas, graças a Deus, nunca aconteceu nada, era como se fosse um aviso: "Ó, cuida que a gente tá por aqui, que a gente sabe o que faz". No dia em que o Dirceu morreu, houve uma coisa que me chocou muito, um homem me ligou e disse: "É verdade que o Dr. Dirceu, Promotor de Justiça, se suicidou?". Respondi: "É, infelizmente, é verdade". Então ele falou: "Graças a Deus, menos um!". Houve um jornalista que tentou uma reportagem conosco, meu filho e eu, e nós não permitimos, porque penso que passou, não se pode fazer mais nada. Foi

traumático, foi doloroso, foi terrível, e ainda é, porque, às vezes, nós nos perguntamos como teria sido se ele não tivesse ido. Porque, na realidade, uma família foi destruída, por quais motivos não importa, mas foi. Meu filho ainda era adolescente, tinha 17 para 18 anos, estava na faculdade. Evitamos falar disso porque ainda nos magoa muito. Pode-se viver 100, 200, 300 anos e isso não se esquece jamais. É algo muito traumático para mim, por isso evitamos falar, não é uma fuga, é apenas uma proteção, porque sofremos muito. Não queremos mais isso, nem para nós, nem para ninguém. Lastimamos que tenha realmente acontecido, que não possamos ter feito nada, nem impedido, porque não dependia de nós, com certeza. Ele escolheu e se ele escolheu deve ter tido os seus motivos. É uma coisa que nos fez sofrer, mas é a vida e a vida deve continuar. Como disse o padre que encomendou o corpo: "Que diferença faz, uns vão antes, outros vão depois, mas todos vamos". E temos a esperança de um dia reencontrá-lo, porque o espírito humano é vivo e existe. Não sei se eu poderia ajudar em mais alguma coisa.

Memorial: Gostaríamos de saber um pouco da trajetória escolar do Dr. Dirceu.

Entrevistada: O Dirceu estudou no Colégio São João, fez o primário e o ginásio, depois foi para o Júlio de Castilhos onde fez o segundo grau. Prestou vestibular e foi aprovado na PUC para Direito e na UFRGS para Jornalismo, mas optou pelo Direito.

Memorial: E como foi a convivência com os colegas do Ministério Público? Como foi a participação junto à Associação, a senhora também participava?

Entrevistada: Sim, havia, inclusive, reuniões na nossa casa quando da eleição para a Associação. Houve uma época em que um grupo muito grande se reunia ali, debatiam, discutiam, faziam o interior, como se fosse uma campanha política de verdade. Todos gostavam, eram interessados e conscientes. Como eu e meu filho estávamos por ali, palpitávamos, aquela coisa toda. Até a última foi um pouco antes do Dirceu falecer.

Memorial: Ele faleceu em 1987?

Entrevistada: O Dirceu fazia aniversário em oito de abril e faleceu em 14 de abril. Nosso filho é de 30 de abril, tudo em abril.

Memorial: Após a morte do Dr. Dirceu, a senhora continuou a conviver com os membros do Ministério Público, ou preferiu se afastar?

Entrevistada: Após a morte do Dirceu foi criada a comenda e eu participei da primeira entrega, em Canela. Não é que eu tenha me afastado, mas como encontrava pessoas, me doía muito, era remexer no passado. Essas coisas nunca ficam sedimentadas. Somente por isso que eu deixei de freqüentar os chás, mas sempre que eu preciso, recorro à Associação. Sempre que precisei me ajudaram, inclusive, meu cheque especial eles avalizavam. E eu sou muito grata por isso, até porque não teria razão de ser, continuo sócia da Associação, da cooperativa, acho importante isso, porque o Dirceu sempre dizia brincando que o Ministério Público era o pai dos órfãos e o marido das viúvas. Sempre dizia isso, era engraçado, até parece que escuto ele falar. E, na realidade, quando as pessoas não morrem no coração, nem na mente da gente, não estão mortas, estão vivas, com certeza. Acho que era isso que eu poderia dizer.

Memorial: Senhora Neusa, muito obrigada.

Entrevistada: Eu é que agradeço. E o faço também em nome do meu filho pelo carinho que vocês têm com o Dirceu, à Associação, ao Ministério Público todo, e às pessoas que o conheceram bem de perto, um abraço grande.

SANDRA GOLDMAN RUWEL

Sandra Goldman Ruwel é natural de Porto Alegre/RS. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1990. Atuou nas Comarcas de Encruzilhada do Sul, Rio Grande e Porto Alegre, onde foi promotora junto à 1ª Auditoria Militar. Atualmente, é Promotora de Justiça da 1ª Vara do Júri de Porto Alegre.

Sandra Goldman Ruwel*

Memorial - GA: Dra. Sandra, já que estávamos agora há pouco neste assunto, antes da entrevista iniciar, como foi sua passagem pela Justiça Militar?

Entrevistada: O período em que trabalhei junto à Justiça Militar foi *sui generis* na minha carreira, isso diante das peculiaridades da matéria e das partes envolvidas. Trata-se de julgamento de policiais, os quais podem estar envolvidos em crimes comuns e, igualmente, em crimes próprios, estes estritamente ligados aos princípios da disciplina e hierarquia. Tem-se verificado injustas afirmações a respeito da Justiça Militar como sendo corporativista, onerosa e privilegiadora da classe militar, quando, na realidade, tal Justiça, entendo eu, constitui um dos instrumentos mais importantes do Estado para bem servir ao povo, tendo em conta que as forças armadas em *lato sensu* garantem a existência e sobrevivência do Estado para a realização dos seus fins. As condições especiais da vida militar exigem a formação de corpo específico de normas e órgão julgador especializado. Os policiais militares devem ser julgados por aqueles que conhecem os fatores possíveis de influenciar suas ações (como riscos, elementos psicológicos, aspectos técnicos e operacionais) de forma a assegurar-lhes celeridade para o desempenho das funções e infundir-lhes a certeza da reprimenda, quando esta se fizer necessária. São detalhes que as pessoas normalmente desconhecem, quando insistem num suposto componente corporativista da Justiça Militar. Basta atentar-se para o número de condenações, o qual, por intermédio de reiteradas pesquisas, já se verificou ser superior ao da Justiça Comum. Por óbvio, a maioria das condenações é de soldados, uma vez que são em maior número dentro da Brigada Militar comparativamente aos oficiais.

Memorial - GA: Até porque são os soldados que estão no policiamento ostensivo, e não os oficiais. Imagino que o crime de ofi-

* Entrevista concedida aos historiadores Gunter Axt (GA) e Cíntia Vieira Souto (CS) em 19/03/2004. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Gunter Axt.

ciais deva ter uma tipificação diferente, mais relacionada a questões administrativas.

Entrevistada: Sem dúvida. Os soldados estão na linha de frente, e os oficiais, na sua maioria, respondem por delitos outros, como, por exemplo, prevaricação, omissão de eficiência da força, violência contra inferior, etc.

Memorial - GA: Comparando as estatísticas de condenações de oficiais nos Estados que possuem segundo grau de jurisdição estadual com aqueles que não a possuem, a gente vê a diferença entre um e outro, ou seja, onde tem Tribunal Militar, a condenação de oficial, nas estatísticas, é maior?

Entrevistada: Certamente! Por exemplo, o índice de condenações ou confirmações de condenações no Tribunal Militar do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1987 e 2000, foi, em média, de 80%. Entendo que esse alto índice se dê porque o Tribunal Militar do Estado, além de três juízes civis (um oriundo da classe dos advogados, outro, do Ministério Público e um juiz-auditor de carreira), é composto, também, por quatro juízes militares (Coronéis da Brigada), que detêm conhecimento técnico inerente à carreira, possuindo, dessa forma, melhores condições de julgar matérias específicas da Justiça Castrense.

Memorial - GA: Quais foram os casos mais marcantes na Justiça Militar?

Entrevistada: Um momento que muito me marcou foi um julgamento em que considerava certa a condenação, mas os oficiais, surpreendentemente, proferiram decisão absolutória. Questionados por mim, após o julgamento, os oficiais aduziram que, se eu conhecesse o local do crime, certamente chegaria à conclusão ser impossível condenar o soldado. Nesse momento, solicitei aos oficiais que me acompanhassem àquela localidade, a fim de conhecê-la. Acabei por ir, uma noite, às 23h30min, com várias viaturas, até a Vila Cruzeiro, deixamos o carro oficial na entrada da Vila e subimos a pé o morro, até a pedreira, onde ocorreu o crime. Foi uma passagem ímpar. Verifiquei que, efetivamente, os oficiais estavam certos. Naquele local, em razão dos "olheiros" e armadilhas existentes, um policial poderia receber tiros e morrer, sem se dar conta de que isso realmente acontecera. Nessa Vila, só há um acesso ao topo do morro. Trata-se de um caminho estreito e sinuoso, que somente pode ser percorrido a pé. A partir daí, confesso que mudei um pouco a visão que

tinha acerca da minha atuação na Justiça Militar. Entendi ser importante, na medida do possível, participar das ocorrências policiais, conhecer os locais de crime, armamentos, condições técnicas e operacionais dos policiais, enfim, manter contato mais direto com a vida da caserna.

Memorial - GA: Estava como Sandra? Estava de salto?

Entrevistada: Estava com colete e coturno israelense, só que este tinha um salto grande, além disso estava com uma arma, calibre 38, a qual comprei antes de ser Promotora, e acredito nem funcionar mais. Quando estávamos subindo o morro - eu com dificuldade em razão do salto alto -, ouvi um grito dos policiais indicando tráfico de drogas no local: "Eles estão vendendo, vamos prender em flagrante!". Nesse momento, um coronel disse: "Major, o senhor cuida da doutora!". E o major: "Doutora, se abaixa!". E aí eu me abaixei, acreditando, até, que eles estivessem brincando, só para ver se eu tinha coragem... Todavia, estava, realmente, acontecendo ali um comércio de drogas, mas os "olheiros" se anteciparam e os traficantes conseguiram fugir.

A partir daí mudei minha forma de atuação, quando havia problemas com inquéritos policiais militares, ao invés de expedir ofícios requisitando diligências, ligava para o Comandante e lhe dizia: "Hoje eu gostaria de me reunir com todos os oficiais encarregados de inquéritos policiais militares. Vamos fazer uma grande reunião para trocar idéias e expor o que entendemos importante para facilitar o trabalho". Comecei a ter mais contato com a Brigada Militar e, claro, uma forma diferente de atuar. Acredito até que, pelo fato de estar muito ligada à Brigada, as pessoas imaginem que fiquei muito tempo na Justiça Militar, em que pese ter atuado por apenas um ano, comparada a colegas que ficaram cinco, seis, sete, oito anos. Penso, também, que, em razão desse contato permanente, passei a ser convidada para ministrar palestras, trocar idéias, discutir sobre inquérito policial, dar opiniões, etc.

Memorial - GA: E outros momentos marcantes?

Entrevistada: Em certa oportunidade, verifiquei a dificuldade que os policiais militares tinham quando do confronto com marginais. Muitas vezes, o policial está quase corpo a corpo com o civil e, numa eventual agressão, não tem arma à altura para que possa se defender, sem causar lesão grave ou a morte dos meliantes. Li uma tese, de autoria do então Capitão Alberto, acerca de munição não-letal à curta distância. Julguei interessante e, então, mantive contato com o Coronel Jobim,

que era Diretor do Departamento de Logística e Patrimônio (DLP), e solicitei-lhe uma reunião, oportunidade em que lhe expliquei: "Olha, Coronel, existe esse trabalho. Eu gostaria de saber da viabilidade de nós comprarmos esse tipo de armamento. Vamos entrar em contato com a Taurus, com a Rossi, eu não sei qual o tipo de contato que vocês têm. Seria um material que o brigadiano usaria, se tivesse numa ocorrência de maior aproximação com o civil, onde poderia se defender, evitar a agressão e não lesionar tanto". Foram convidados, então, representantes da Taurus e da Rossi, os quais compararam o nosso armamento com o de outros países e estudaram a matéria. Creio que se fez um excelente trabalho. Foi criada uma comissão e o Departamento de Logística e Patrimônio (DLP) entendeu que esse tipo de armamento era importante e parece que o mesmo acabou sendo comprado.

Outro momento marcante foi o "Caso das Tornozeleiras". Policiais militares tiveram pés e mãos acorrentados para se deslocarem da cela até o refeitório. Oficiais foram acusados de lesões, abuso de autoridade e constrangimento, por colocarem algemas e correntes em policiais militares que se encontravam presos na carceragem do Batalhão de Operações Especiais, local em que, na ocasião, havia apenas três celas para vinte e três policiais militares detidos. Entendi que não houve crime, porque não havia efetivo de brigadianos necessário para fazer a guarda e a segurança, uma vez que não se tratava de presos comuns, e sim brigadianos, isto é, colegas que conhecem a mesma técnica. Esse contexto, contudo, não foi entendido por aqueles que não conhecem o trabalho da Brigada Militar. Na realidade, na ocasião, havia poucos policiais atuando no Batalhão de Operações Especiais (BOE), pois a Brigada estava preocupada com o policiamento ostensivo, colocando maior efetivo nas ruas. O inquérito foi arquivado, não havendo denúncia, e verifiquei, em razão disso, a necessidade da construção de um presídio militar, com estrutura e efetivo à altura das necessidades da Brigada Militar. Até então, os policiais eram colocados dentro de um Batalhão, sem que houvesse efetivo necessário para fazer a segurança dos mesmos. Nessa oportunidade, mantive contato com o Presidente da Justiça Militar do Estado de São Paulo e, juntamente com a Juíza Militar Maria Emília e com um representante da Brigada Militar, o Coronel Félix, desloquei-me àquele Estado, a fim de conhecer o Presídio Militar - considerado modelo no país. Trouxemos vários subsídios, conseguindo a aprovação para que fosse construído o Presídio Militar no Rio Grande do Sul, o que entendíamos extremamen-

te relevante. Não era justo e coerente colocar policiais militares em prisões provisórias, junto com aqueles que, muitas vezes, são presos pelos próprios policiais. Além disso, acreditava que era fundamental que o Poder Judiciário Militar tivesse controle sobre a execução da pena. Atualmente, o que ocorre é que, se um policial militar é condenado a mais de dois anos, o Juízo Militar deve declinar a competência da execução para a Justiça Comum, perdendo totalmente o contato com o processo e com o preso, que, na realidade, é um policial militar.

Em São Paulo, chamou-me, também, a atenção o fato de que os policiais militares evitam, ao máximo, o uso da farda, porque a própria vestimenta expõe a pessoa, ao contrário do que ocorre aqui, em que se usa farda até mesmo para não se pagar passagem de ônibus...

Memorial - GA: Em São Paulo, eles preferem pagar a passagem...

Entrevistada: Eu os indaguei acerca disso e eles me responderam: "Nós preferimos que nem saibam o que somos". Por isso é que me pergunto: "Qual é a profissão em que se faz juramento de dar a própria vida para proteger a de outros? Certamente, a dos policiais.".

Memorial - GA: Como foi a sua participação em um congresso no Estado do Mato Grosso?

Entrevistada: Fui ao Mato Grosso ministrar palestra acerca da Justiça Militar, em especial sobre a sua extinção ou manutenção. Levei estatísticas gaúchas, demonstrei que essa história de corporativismo não existe e que, na realidade, as condenações naquela Justiça são maiores. Como Promotora de Justiça no Tribunal do Júri, tenho dados que confirmam ser muito mais fácil um policial militar ser absolvido na Jurisdição Comum, isso porque quem julga na Justiça Militar são os oficiais, é o juiz militar, são aqueles que conhecem o Código Penal Militar, que exigem comprometimento do policial com os princípios da hierarquia e disciplina. Já os jurados do Tribunal do Júri, acostumados com criminalidade e violência, acabam por absolver policiais, até porque julgam por íntima convicção, sendo preferível, portanto, aos policiais militares o julgamento pela Justiça Comum.

Memorial - GA: Para os policiais militares? A senhora refere-se àqueles que têm um perfil justiceiro, um perfil mais indisciplinado?

Entrevistada: Sim. Além disso, perante a Justiça Militar, os policiais respondem por crimes militares próprios.

Memorial - GA: Que são diferentes dos civis.

Entrevistada: Claro! O brigadiano que utiliza um tom de voz mais alto ao se dirigir ao seu superior responde, no mínimo, a uma sindicância, o mesmo ocorrendo se não está corretamente trajado, ou não realiza cumprimento a um oficial, conforme determina a lei. Enfim, concluí minha manifestação no sentido de que a Justiça Militar é especializada, as penas mais severas, o número de tipos penais superior ao da Justiça Comum, o julgamento é realizado por quem participa do sistema e, portanto, conhece a rotina da caserna, além das sentenças terem cumprimento de imediato. Resumi, dizendo que a Justiça Militar revela-se uma necessidade social, obviamente merecedora de aprimoramentos.

Memorial - GA: E como foi a sua atuação no célebre caso do relógio?

Entrevistada: Quando assumi a Promotoria de Justiça da Auditoria Militar, já havia denúncia por prevaricação contra três oficiais. Contudo, entendi por aditar a peça acusatória, acrescentando o delito de dano qualificado, em razão da relevância da omissão pelo dever de agir. Houve recurso, o Tribunal Militar confirmou o aditamento. Por óbvio, isso implicou pena maior e a instrução foi realizada. Foi um momento difícil, porque esse processo envolvia interesses político-partidários. Ademais, o SubComandante-Geral da Brigada Militar foi um dos denunciados e havia polêmica acerca da formação do Conselho de Justiça para julgá-lo. Na oportunidade, pedi o seu afastamento do Comando da Brigada Militar, o que foi negado. Havia, ainda, por parte do Governo do Estado, entendimento de que a Brigada deveria modificar sua forma de agir em ocasiões de confrontos. Todavia, entendi que, naquele caso, houve efetiva prevaricação, bem como dano ao patrimônio. Acredito que, no Brasil, o Rio Grande do Sul é o único Estado que não tem o monumento do "Relógio dos 500 anos". Esse fato, inclusive, chegou a ser objeto de música, chamada "*Vandalismo*", de Luís Carlos Borges. Tu conheces?

Memorial - GA: Conheço.

Entrevistada: É linda essa música! Inclusive, na época, o compositor me presenteou com a original da letra que escreveu quando estava nos Estados Unidos, a qual se encontra afixada na parede do meu gabinete.

Memorial - GA: Por isso que está aquela miniatura do relógio ali na parede?

Entrevistada: Também. Foi-me presenteada por amigos.

Memorial – GA: E outros casos?

Entrevistada: Na mesma época, houve o caso do tenista alvejado em São Leopoldo por um oficial da Brigada Militar. Comecei a investigar, inclusive por solicitação da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Acompanhada de oficiais da Brigada Militar, durante duas semanas, examinei o local do crime, ouvi pessoas, acompanhei perícias e acabei por entender que o fato deveria ser submetido à apreciação do Tribunal do Júri de São Leopoldo.

E, por último, quando já estava saindo da Justiça Militar, ocorreu o incidente conhecido como o "Caso do Aeroporto".

Memorial - GA: Sei, o Presidente Fernando Henrique esteve aqui na inauguração do novo terminal.

Entrevistada: E houve todo aquele incidente no aeroporto, com manifestações agressivas e tumultos. Na ocasião, foi instaurado inquérito policial militar e policiais militares foram acusados de abuso de autoridade, lesões corporais, o que de fato ocorreu, pois os policiais enfrentaram os manifestantes. Na época, o desejo de muitos era de que eles fossem denunciados, condenados e excluídos da Brigada. Contudo, examinando o inquérito policial militar, entendi que eles agiram exatamente nos termos da lei.

Memorial - GA: Quem queria essa condenação, Sandra, o Comando da Brigada?

Entrevistada: Não, não, esse desejo partia de pessoas que se sentiram afetadas, especialmente integrantes de partidos políticos, pessoas que tiveram familiares ou amigos lesionados, isso porque houve, de fato, um confronto. Mas, a iniciativa de confronto não partiu dos policiais. Os manifestantes se utilizaram, até, de coquetel "molotov", o que resultou em policiais lesionados. Foi uma situação muito agressiva. Entretanto, entendi que os policiais agiram dentro da lei, pois sabiam que o Presidente da República se encontrava no local e tinham o dever de protegê-lo. Entendo que toda a manifestação é legítima e válida, desde que não extrapole certos limites garantidores da estabilidade do Estado Democrático de Direito: não é possível se permitir um ataque à figura do Presidente da República. Enfim, postulei o arquivamento do inquérito policial militar, o que foi deferido pela juíza e confirmado pelo Tribunal.

Acredito ter, de certa forma, fechado um ciclo na Justiça Militar. Comecei tendo uma posição técnica, contudo alheia à realidade cotidiana dos soldados. Após, esforcei-me por melhor compreender a vida da caserna. Entendo ter demonstrado coerência em minha forma de atuar, quando concluí ter ocorrido omissão no caso do relógio, bem como não ter havido excesso de ação no caso do aeroporto.

Memorial - GA: Como é ser uma promotora, mulher, membro do Ministério Público, atuando junto à Justiça Militar?

Entrevistada: Iniciei minha carreira em Encruzilhada do Sul, em 1990. Na época, eu era noiva e recebi sugestões de que meu noivo não viesse passar o fim-de-semana comigo, porque, afinal, eu era solteira e não ficava bem recebê-lo sozinha.

Memorial - GA: Sugestões de quem?

Entrevistada: Sugestões da Corregedoria, que entendia que a Instituição Ministerial deveria manter uma imagem de sobriedade, razão por que não ficava bem uma promotora receber o noivo em sua casa. Foi difícil, mas superei. Hoje em dia, isso tudo já mudou bastante.

Na realidade, em uma única oportunidade, acredito ter me incomodado por ser promotora mulher, sozinha e solteira. Isso em Rio Grande. Numa determinada sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, a minha única testemunha presencial, e que embasava o pedido de condenação, era uma prostituta que trabalhava numa boate chamada "Big River". Naquela ocasião, o defensor tentou pôr em dúvida a credibilidade moral da testemunha, afirmando que ela era prostituta, mulher da vida e trabalhava nessa boate. Pedi um aparte e, como estratégia de acusação, afirmei que, também, freqüentava o "Big River" e isso não seria motivo para ser considerada prostituta ou não ter credibilidade moral. Os jurados riram, e lembro-me que o réu foi condenado. Porém, em razão dessa manifestação, respondi sindicância, pois a então Corregedoria entendeu que expus a Instituição. Fui investigada e vários Corregedores se deslocaram de Porto Alegre, a fim de questionar à comunidade se, efetivamente, eu costumava freqüentar aquela boate. Foi uma situação extremamente constrangedora. Senti-me injustiçada e desmoralizada e, até hoje, pergunto-me se teria sido investigada daquela forma, se fosse homem. Por óbvio, o expediente foi arquivado.

Quando assumi a Justiça Militar, foi um choque. Acho que as pessoas que ali trabalhavam não estavam acostumadas com o meu jeito

irreverente de ser. Sou muito transparente e espontânea. Sendo assim, solicitava a presença dos oficiais em meu gabinete e expunha a eles o que estava acontecendo em relação a determinado assunto, pedindo auxílio e providências. Acredito que eles não estavam acostumados com essa abertura. Todavia, sou da opinião de que, no exercício da função pública, a transparência é imprescindível. Sofri por ser transparente, porque a transparência nem sempre é politicamente correta, não é? É por isso que eu trabalho de porta aberta. Quem quiser olhar o meu trabalho, pode vir aqui e entrar, não tenho o que esconder. É isso que a sociedade exige do Ministério Público. Estou sempre pronta a debater o meu trabalho com quem quer que seja. Entendo ser uma obrigação para com a sociedade. Isso era muito comum na Justiça Militar. Os oficiais denunciados, com muita freqüência, cobravam-me acerca dos motivos das denúncias. Por fim, eles entenderam que eu estava trabalhando, e as denúncias não eram contra a pessoa deles, mas contra os atos por eles praticados, os quais entendia criminosos. É o meu jeito de trabalhar. Por óbvio, no início, houve polêmica sobre a minha pessoa. Muitos pensavam que eu estava lá com o objetivo de condenar oficiais ou de aparecer de alguma forma. Depois, passei a angariar mais confiança, quando as pessoas viram que o meu interesse era bem representar a Instituição. Procurava, também, manter contato permanente com o Tribunal Militar.

Memorial - GA: Por que, Sandra? O que agrega esse contato?

Entrevistada: Muitas vezes, o promotor denuncia, instrui o processo e obtém a condenação. Todavia, quando de eventual recurso da defesa, o Procurador de Justiça junto ao Tribunal Militar, geralmente, não conhece o contexto em que se deram os fatos, sendo importante, assim, esse contato, até para troca de idéias. Uma das minhas características é a humildade, porque não devemos ter vergonha por não saber certas coisas. Como exemplo, as siglas que existem na rotina da caserna são desconhecidas para o civil. O que é NI, DPO, VTR, GU? Imagine um inquérito com o seguinte texto: "Aí a GU ingressou na VTR, descumprindo totalmente os regulamentos da NI da DPO". O que significa isso? É a guarnição (GU) que entrou em uma viatura (VTR), descumprindo as normas de instrução (NI) das diretrizes do policiamento ostensivo (DPO). Perguntava: "Olha Coronel, como é a técnica? Será que essa abordagem ocorreu como deveria? Será que eles não se excederam?". Comecei a trabalhar junto com o pessoal do material bélico. Treinei tiro e situações

simuladas de ocorrências, objetivando verificar quais as melhores técnicas a serem adotadas pelos policiais.

Em uma única situação, solicitei a exclusão de um oficial da Brigada Militar em razão de crimes por ele praticados, sendo que, ao que me consta, esse oficial foi, efetivamente, submetido ao Conselho.

Memorial - GA: Sandra, durante esse período junto à Justiça Militar, em que pese tenha sido um período curto, de pouco mais de um ano, surgiram casos extremamente ruidosos, que impactaram muito a opinião pública. Que tipo de pressão, se é que houve alguma, sentiste de parte da sociedade ou das instituições?

Entrevistada: Assumi a Justiça Militar em um período político em que havia uma nova orientação ideológica, que acarretou várias mudanças na atuação da Brigada Militar. A partir daí, os policiais passaram a agir de forma mais cautelosa. Entendi que, em muitos casos, com tais condutas, policiais praticaram, em tese, crimes de prevaricação, por omissão no dever de agir. Em razão disso, solicitei abertura de diversos inquéritos policiais militares, para apurar tais condutas. A partir de então, comecei a ser vista como uma Promotora de Justiça que atuava contra o Governo. Mas, minha atuação nada tinha de política, e sim técnica. Eu nunca fui política, eu odeio política, eu não entendo nada de política, a única coisa que eu sou é "colorada doente". Viam-me como a promotora que era contra o partido do Governo, mas isso é um absurdo, porque eu nunca fiz qualquer manifestação político-partidária. Jamais tive qualquer vinculação política nos anos em que atuei como promotora, ou mesmo antes, pois fiquei fora do Brasil, viajei pelo mundo, morei em Israel. Ademais, eu estava representando o Ministério Público, instituição sem vínculo partidário. Não estava contra ou a favor de um determinado governo, mas era minha função e obrigação examinar até que ponto a conduta dos oficiais vinha de encontro ao que determina o Código Penal Militar. Minha função é examinar o caso dentro dos limites da lei, na parte relativa à minha competência. Contudo, fui muito criticada na época. Lembro-me, inclusive, de ter sido chamada para depor na Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) da Segurança Pública e, na ocasião, informei da impossibilidade do meu comparecimento, uma vez que um dos casos que estava em discussão na CPI estava sendo por mim investigado. É claro que, no meio de todo esse contexto, recebi algumas pressões. Por parte da sociedade, vinham manifestações no sentido de que eu tivesse uma postura rígida, en-

quanto que algumas pessoas ligadas à política me cobravam postura mais "*light*", quando da interpretação e aplicação da lei.

Muitos desses trabalhos iniciados não puderam ser por mim concluídos, uma vez que, quando abriu a vaga para o Tribunal do Júri, eu tive que optar entre a paixão e o amor. A Justiça Militar era a minha paixão, e o Tribunal do Júri, o meu amor. Eu sempre sonhei em ser Promotora do Tribunal do Júri de Porto Alegre. Se tu me perguntares: "O que tu sonhaste na carreira do Ministério Público?", eu te responderei: "Ser Promotora do Tribunal do Júri de Porto Alegre". Foi um dilema, pois estava me sentindo muito gratificada na Justiça Militar, mas era uma oportunidade que poderia não se repetir. Como se tem aquela idéia de que o amor é mais duradouro, optei pelo Tribunal do Júri.

Acredito que meu trabalho na Justiça Militar do Estado restou reconhecido, seja pela constante ligação que ainda mantenho com a Justiça e o Tribunal Militar, bem como pelo diploma de "amiga e colaboradora", que recebi do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar, e medalha da vitória, recebida do Exército (Associação dos Ex-Combatentes do Brasil), pelos relevantes serviços prestados junto à Justiça Militar do Estado e diversos convites para solenidades e palestras na Brigada Militar.

Memorial - GA: Como foi em Encruzilhada?

Entrevistada: Permaneci um ano em Encruzilhada do Sul e fui muito feliz naquela Comarca. Minha ligação com a comunidade era muito estreita. Recebi, inclusive, "voto de louvor" da Câmara de Vereadores, pelos relevantes serviços prestados, quando da minha atuação naquela cidade. Enfrentei vários casos difíceis e polêmicos. Em certa oportunidade, ingressei com ação civil pública contra uma grande indústria que atuava na mineração de cobre e produção de ouro (Companhia Brasileira de Cobre – CBC), entendendo que a mesma estava poluindo o Rio Camaquã, em razão da ausência de filtros adequados para o despejo dos dejetos. Foi concedida liminar, suspendendo as atividades da indústria. Esse caso teve grande repercussão, pois ocorreu numa época em que se começou, de forma veemente, a responsabilizar os causadores de dano ao meio ambiente.

Em outra feita, ingressei com ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul, pela forma precária como eram armazenados agrotóxicos. Restou deferida liminar, obrigando o ente público a acondicionar o produto adequadamente.

Também, assim que assumi a comarca, ainda assustada e inexperiente, recebi a visita inesperada de representantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, entre eles os Deputados Beto Albuquerque, Jussara Cony e Antônio Marangon, os quais apuravam a existência de trabalho escravo em Encruzilhada do Sul. O fato teve repercussão nacional, sendo divulgado, inclusive, no Horário do Brasil. Verificado trabalho escravo no corte de matos, foram adotadas diversas providências junto ao Ministério do Trabalho e Justiça Criminal, visando à responsabilização dos culpados.

Lembro, igualmente, de que não fui muito feliz ao promover ação civil pública, objetivando a proibição da caça no Município, isso porque era esta uma prática comum na região.

Em outra oportunidade, surgiu um "curandeiro" na comarca, provocando protestos da comunidade médica. O fato, também, teve significativa divulgação na mídia, uma vez que o suposto "curandeiro" garantia que curava doenças como AIDS, câncer, lepra e cólera, fazendo com que muitas pessoas da comunidade ficassem aguardando atendimento em seu "consultório".

Em Encruzilhada, quase todos os dias, eu ia para casa com uma galinha, ovos, batatas e cebolas. Era a maior injúria para os moradores da cidade, que atendia em meu gabinete e que me presenteavam, não aceitar, pois era o produto do trabalho deles. Como eu participei do projeto Rondon, estava acostumada a ir para as vilas e aprendi que era uma ofensa capital recusar a comida que nos davam. Tratava-se de um traço cultural e precisava ser por mim respeitado, uma vez que pretendia me integrar à comunidade e realizar um bom trabalho. Em Israel, no tempo em que vivi nos *kibutz*, também aprendi a importância dessa vivência comunitária.

Acredito que esse meu jeito de ser se deve à criação européia que tive. Meu pai lutou na Segunda Guerra, e a minha mãe esteve no campo de concentração em Auschwitz, ambos nasceram na Polônia e me contaram os horrores que passaram durante a guerra, e pude comprovar do que o ser humano é capaz. Eu sempre tive uma posição muito forte em termos de integridade, honestidade, lealdade e transparência, além de uma visão mais dura da vida. De repente, é por isso que dentro da Instituição sou considerada uma promotora linha dura, daquelas que vão mais

para o movimento da Lei e Ordem e menos para o movimento do Direito Penal Mínimo.

Ao solicitar remoção para a Tribunal do Júri da Comarca de Rio Grande em razão de existência de vaga, fui presenteada pela comunidade de Encruzilhada com uma placa de agradecimento, sendo, inclusive, encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça um pedido do Prefeito da Cidade para que eu continuasse como Promotora de Justiça substituta na comarca, até a assunção de um promotor titular. Meu último ato como promotora na localidade foi a inauguração do Presídio de Encruzilhada.

Segui, então, para a Comarca de Rio Grande, local em fiquei quase sete anos. Lá já foi diferente, porque era uma comarca maior. Organizei vários seminários acerca do Tribunal do Júri e Execução Criminal. E lá, também, promovi a interdição do presídio, o que foi um escândalo, porque o juiz mandou transferir presos para Canguçu e Pelotas, e o Governador do Estado ficou indignado. Nessa comarca, realizei muitos júris, além de, semanalmente, por ser ao mesmo tempo Promotora do Júri e das Execuções Penais, atender presos e inspecionar presídios. Foi, sem dúvida, um trabalho interessante, porque pude, em muitos casos, acompanhar um réu desde a sua denúncia até o cumprimento da respectiva pena.

Memorial - GA: Foi no Governo Collares, não é?

Entrevistada: É, do Collares. Vim para Porto Alegre, conversei com o Governador e, ao final, o Presídio de Rio Grande foi construído, sendo por mim acompanhada a sua inauguração.

Recordo-me, também, de um caso em que investiguei compra de ambulância realizada por um radialista. Houve denúncias anônimas no sentido de que esse radialista estaria vendendo imagem de santo e promovendo campanhas fraudulentas. Tratava-se, contudo, de pessoa carismática junto à comunidade mais pobre, isso até em razão do programa de rádio que promovia, motivo pelo qual sofri ameaças de morte por intermédio de ligações telefônicas. Felizmente, foi esse o único momento em que restei alvo de ameaças na minha carreira profissional.

Aconteceu, também, um caso *sui generis* em Rio Grande, quando logrei a condenação de uma mulher que matou o marido, cortou-o em 25 pedaços, colocou-o num saco e levou-o para o cemitério, dizendo para o motorista de táxi que era batuque. Denunciei-a por homicídio qualificado e ocultação de cadáver e realizei o júri, ocasião em que ela foi

condenada a vários anos de reclusão. Como, na época, eu era Promotora do Júri e das Execuções Criminais ao mesmo tempo, fui realizar inspeção nos presídios e atender os presos, momento em que encontrei essa apenada. Foi um encontro inusitado, porque ela pediu para me dar um beijo! Os agentes, claro, não deixaram que ela me tocasse. Perguntei-lhe o que houve, o porquê daquela demonstração de entusiasmo, e ela me disse que estava imensamente feliz por ter encontrado, no presídio, o grande amor da sua vida, o homem da sua vida! E, então, eu lhe disse: "Ah, não! Não vem que não tem! É outro que tu vais esfaquear, cortar em pedaços. Tu não me faças isso!". Ela respondeu: "Doutora, eu juro, é o homem da minha vida!". Para encurtar a história, dois ou três meses depois, eles se casaram e eu fui madrinha de casamento!

Em outra oportunidade, também em Rio Grande, um réu foi condenado num júri por mim realizado, ocasião em que ele me disse: "A senhora vai ver o que vai acontecer!". Os anos se passaram e eu continuei em Rio Grande. Encontrando-se esse réu na fase de ser beneficiado com o livramento condicional, foi-me dada vista dos autos do seu processo para parecer. Realizada audiência para sua oitiva, eu lhe disse: "Como é que tu queres que eu te solte? Tu lembras que eu fiz o júri e tu me ameaçaste de morte?" E ele respondeu: "Doutora, eu juro que eu não vou lhe matar, eu juro! Pelo amor de Deus acredita em mim!". Azar do réu que pegou a mesma promotora que fez o júri, não é?! No fim, eu concordei com o livramento condicional, pois presentes todos os requisitos necessários. Passaram-se dois ou três meses, estou eu caminhando no Centro da Cidade e encontro aquele apenado beneficiado pelo livramento: "Viu, doutora, viu, eu disse que eu não ia lhe matar, eu disse!". Ele estava vendendo camarão e quis me presentear com alguns quilos...

Memorial - GA: Alguma vez a sua condição de judia lhe criou embaraços?

Entrevistada: Quando prestei as provas do concurso para ingresso na carreira do Ministério Público, minha família receava que não fosse aprovada por ser judia. Todavia, nunca sofri nenhum tipo de discriminação racial na Instituição. Outros judeus também ingressaram no cargo mais ou menos na mesma época. Lembro-me de que achávamos que éramos os primeiros, mas vocês descobriram, lá no Memorial, aquela senhora de trajetória fascinante, Sophia Glanternick, não é? A Instituição respeita muito nossa fé. No *Yom Kippur*, por exemplo, que é o dia do perdão, os promotores judeus não estão obrigados a trabalhar. A discri-

minação religiosa nunca aconteceu. Eu fiquei bastante gratificada, honrada e sensibilizada em saber que a primeira promotora do Ministério Público foi uma judia.

Memorial – GA: E o Júri?

Entrevistada – É difícil compatibilizar o exercício profissional com a condição de mulher, de esposa e mãe. Há pessoas que acreditam ser esse um discurso feminista, mas, certamente, não é. Aqui no Tribunal do Júri não se tem hora. Como exemplo, ontem, começou um júri às nove da manhã e acabou às sete da manhã de hoje. Não é fácil. É muito difícil ter controle da própria rotina de vida. Muitas vezes, há processos em que o réu está solto, é condenado, mas o juiz mantém a soltura, podendo o acusado terminar de responder o processo em liberdade, em que pese já condenado pelo Conselho de Sentença. Desse modo, por vezes, pode-se condenar um réu e descer no elevador em sua companhia. O réu pode estar condenado a 12, 13 anos de pena privativa de liberdade, mas, até transitar em julgado, responde o processo em liberdade. Em Plenário, são fortes as pressões, porque o Tribunal do Júri é diferente de uma Vara Criminal comum, em que o parecer é escrito e fica dentro, isto é, nos autos do processo. Aqui, as portas estão abertas, entrando quem assim quiser. Enquanto faço, por exemplo, a acusação de um traficante, ali do lado está a sua família, seus amigos, sua gangue. Sem dúvida alguma, fico exposta. É como dizem: "o promotor do Júri é aquele que mostra a cara". Mas, foi a opção que fiz.

Recentemente, realizei um belo trabalho sobre local de crime, envolvendo todos os setores da segurança pública. Realizei uma série de reuniões com a Brigada Militar, Polícia Civil e Instituto Geral de Perícias (IGP), tendo a participação de mais de 250 pessoas. Tratava-se da questão da preservação dos locais de crime em casos de homicídio. Ao final, foi elaborado um texto e encaminhado ao Secretário de Justiça e Segurança. Procurei realizar esse trabalho, pois sempre entendi ser importante a integração entre as instituições. O Ministério Público depende da Polícia Civil, pois é ela quem faz os inquéritos, quem investiga, e, da mesma forma, da Brigada Militar, pois são os policiais militares os que realizam o policiamento ostensivo, bem como, na maioria da vezes, os que chegam em primeiro lugar na cena do crime. Por tudo isso, importante essa integração, essa troca de informações e experiências. E são muitos os problemas. O que geralmente acontece é que as pessoas prestam declarações na fase do inquérito policial e, ao chegarem em Juízo,

negam tudo. Por quê? Porque têm medo de depor, porque são ameaçadas e, mesmo passando algum tempo, continuam morando nos locais em que se deram os crimes. Então, ao serem chamadas a depor perante o Tribunal do Júri, negam tudo o que disseram no inquérito, alegando, na maioria das vezes, que depuseram sob pressão, coação ou tortura. Na ocasião, participei do Programa Polêmica, tendo o Lauro Quadros proposto a seguinte indagação: "Tu denunciarias um traficante?". Quase 70% das pessoas que ligaram disseram que não denunciariam por medo. Procurei, então, mobilizar as instituições para trabalharmos em conjunto, de forma a não se ficar adstrito somente às provas do processo. Penso que isso é uma tarefa importante, cuja realização merece preocupação por parte do Promotor de Justiça.

Memorial - GA: A experiência junto à Auditoria influenciou agora o seu trabalho aqui na Vara?

Entrevistada: Influenciou sim, isso na medida em que não me atenho apenas às provas do inquérito policial. Muitas vezes, se tenho dúvidas, procuro ir ao local do crime, acompanhar as diligências solicitadas, etc. Em casos de homicídio, por exemplo, em que a tese defensiva corresponde a tiro acidental ou culpa por parte do réu, esforço-me por reunir o máximo possível de informações acerca das circunstâncias dos fatos e da arma utilizada, dirigindo-me ao local do crime, bem como ao Centro de Material Bélico da Brigada Militar, objetivando examinar a arma, analisar com os oficiais a viabilidade da tese defensiva, chegando, inclusive, a desferir tiros com arma semelhante. Depois, procuro trazer essa vivência para os jurados. Da mesma forma, quando há um grande número de testemunhas com depoimentos contraditórios, procuro realizar a reconstituição do crime com auxílio dos servidores do Instituto Geral de Perícias (IGP), visando a realizar o levantamento topofotográfico do local, bem como confirmar se efetivamente as testemunhas teriam condições de ter visto os fatos como relataram no processo. Muitas vezes, porém, esse cuidado fica prejudicado em função do acúmulo de serviço. Aqui, na Vara do Júri, promotores, juízes e servidores vivem assoberbados de demandas e trabalho.

Memorial - GA: Na sua opinião, como é que se dá no Tribunal do Júri a relação entre a técnica, o direito técnico, e o julgador popular? Como essas duas instâncias se comunicam?

Entrevistada: No Júri, o inquérito policial tem grande valor. É preciso demonstrar para os jurados que eventual prova do inquérito policial, a

qual, numa vara criminal comum, não seria sustentáculo suficiente para sentença condenatória, pode sê-lo junto ao Tribunal do Júri, já que este, julgando por íntima convicção, não está adstrito à prova judicializada. Procuro repassar sempre minha opinião no sentido de que não há motivos para se duvidar da integridade e honestidade do trabalho policial, visto ser realizado por autoridades legitimadas e constituídas. Isso tudo porque as testemunhas depõem no inquérito policial, relatando os fatos, e, depois, com medo, geralmente porque ameaçadas, alegam que foram coagidas a depor, negando depoimentos prestados anteriormente. Um dia uma senhora me disse: "Eu sei, eu vi e não vou falar. Façam o que quiserem comigo. Eu sou promotora de vendas da Avon, tenho três filhos, saio de manhã e volto de noite, meus filhos ficam sozinhos em casa, porque meu marido me largou, eu tenho que trabalhar, minha filha maior leva as crianças para o colégio, depois volta com elas. E eu não vou arriscar a minha vida para fazer justiça. Porque, na realidade, a senhora quer que eu faça justiça agora, mas quem volta para a vila sou eu, quem dorme na vila sozinha sou eu, porque a senhora não está lá". O que eu digo para a testemunha? Não é fácil. De fato, é preciso analisar caso a caso, pois, com freqüência, há alegações no sentido de que testemunhas são coagidas. Mas, se eu não valorizar o inquérito, com a insegurança que oprime as testemunhas, como será possível fazer justiça, em especial tratando-se de líderes de gangues do tráfico, por exemplo? Eu tenho que acreditar na Polícia Civil. Eu tenho que acreditar que um policial não teria o porquê de falsificar um depoimento, ou de acusar falsamente uma pessoa. Procuro repassar essa confiança aos jurados. Valho-me muito de um arquivo de reportagens, o qual mantenho aqui no gabinete. Uso-o no Tribunal do Júri. Pergunto aos jurados: "Se a imprensa noticia que um promotor do Tribunal do Júri se viu na contingência de ser escoltado porque corria risco de vida, o que se vai dizer da testemunha que mora sozinha lá na vila?". Numa vara criminal comum, o juiz técnico não tem como condenar, mas, aqui, os jurados julgam de capa a capa. Vale referir, no Interior, é comum o Ministério Público pedir a absolvição de determinada pessoa e os jurados a condenarem, isso porque conhecem o réu muito mais que os promotores! Valorizo, também, uma confissão eficaz, harmônica, coerente, o que, inclusive, foi objeto de obra por mim escrita, quando concluí o Curso de Especialização em Processo Penal, em convênio com a ULBRA e Escola Superior do Ministério Público (ESMP). Na oportunidade, a ESMP publicou a monografia intitulada "Confissão Penal: estudo comparativo dos sistemas norte-americano e brasileiro".

Memorial - GA: E como é que se sai desse impasse, Sandra?

Entrevistada: A Polícia Civil deve investigar com o auxílio do Ministério Público e deve existir uma espécie de Juizado de Instrução que colete a prova, com a presença de juiz, defensor e promotor, evitando-se a repetição dos atos. Ganhar-se-ia em celeridade, objetividade e credibilidade. Penso ser absurdo que toda a prova policial tenha que ser refeita em Juízo. Contudo, enquanto isso não ocorre, deve-se estruturar melhor nossas Polícias com câmeras de vídeo e gravadores, objetivando filmar e gravar depoimentos mais relevantes para as investigações, em especial, aqueles em que se verifica que a pessoa está com medo de depor. Diante de tudo isso, eu me pergunto: até que ponto chegamos, nos sentindo compelidos a comprovar que nossa Polícia é honesta em plenário do Júri?

Memorial - GA: Na sua opinião, a população confia na Polícia Civil?

Entrevistada: Acredito que sim. Mas é preciso investir no aparelhamento dessas instituições, bem como na valorização e respeito ao policial civil. A sociedade necessita entender que, se quer mais segurança, precisa respeitar o trabalho das Polícias. É claro que os excessos devem ser coibidos e punidos, que os erros devem ser debatidos e reparados. Todavia não é justo que se fale tanto em direitos humanos dos réus e, em relação aos policiais, duvide-se da sua credibilidade, injuriando-os e caluniando-os. A sociedade precisa, por exemplo, respeitar o brigadiano que, em policiamento ostensivo, pretenda fazer uma abordagem, pois, se ele a faz, e de forma tecnicamente correta, está atuando na segurança do cidadão de bem. Eu, por exemplo, não me oponho a ser revistada quando entro em um presídio, uma vez que, se esse é o procedimento padrão, então todos devemos colaborar para o seu bom funcionamento.

Por outro lado, é importante consignar que a credibilidade também é conquistada e administrada de dentro para fora. Uma instituição precisa ter postura, apresentar-se bem à sociedade, ter uma boa Corregedoria, além de perseguir política de resultados. Vivemos em uma sociedade democrática, e, se o cidadão não estiver plenamente convencido da importância do trabalho de uma instituição, ela poderá estar ameaçada.

Memorial - GA: E por que a opção pelo Direito, Sandra?

Entrevistada: Eu sempre estudei no Colégio Israelita. Eram mais de 60 estudantes nas duas turmas, e apenas duas alunas optaram pelo Direi-

to. A maioria fez Medicina, Engenharia... Enfim, o Direito não parecia ser uma opção dos jovens judeus. Mas, diariamente, ouvia histórias de meus pais sobre as injustiças de uma guerra em que perdi praticamente toda a família de meus genitores. O meu pai ajudou-me a incutir na cabeça o conceito de justiça. Acredito que vinculei justiça ao Direito, escolhendo o Direito porque poderia fazer justiça.

Memorial - GA: E por que o Ministério Público?

Entrevistada: Ah, o Ministério Público, exatamente pela independência funcional. Foi conseqüência da minha opção pelo Direito. Ingressei na Universidade com 17 anos, era a mais nova, a mascote, e estudava no turno da noite (em que meus colgas, em geral, contavam com 25 a 30 anos de idade), para poder fazer estágios durante o dia. Fiz cinco anos de Direito na PUC e formei-me com 21 anos, ocasião em fui morar em Israel, viajando pelo mundo inteiro e acabando por retornar ao Brasil com a idéia de ser advogada. Cheguei a abrir um escritório, mas logo cursei a Escola do Ministério Público e a da Ajuris, uma pela manhã e outra à noite. Tentei defender uma pessoa que, em tese, teria praticado homicídio, mas a sensação foi horrível, porque eu ouvia a versão dele e não conseguia me imaginar defendendo-o. E isso começou a me deixar preocupada, razão por que pensei em prestar, por muito tempo, concurso para delegada. Meu sonho era ser Delegada Federal. Contudo, quando fui aprovada no concurso para a carreira do Ministério Público, sabia que na Instituição poderia fazer exatamente o que faço hoje: sustentar a condenação de uma pessoa ou, em caso de certeza de ser a mesma inocente ou dúvida quanto à sua culpabilidade, sustentar sua absolvição. E essa é uma característica essencial do Ministério Público: a tranqüilidade de poder optar.

Memorial - GA: Na sua opinião, o Ministério Público tem uma política criminal consistente, orgânica, enfim, ou isso é algo que precisa ser mais discutido, mais aprofundado na Instituição, especialmente considerando esse contexto de violência?

Entrevistada: A partir da Constituição Federal de 1988, os poderes do Ministério Público foram ampliados e a Instituição passou a atuar, também, na defesa comunitária, meio ambiente, infância e juventude, etc., deixando um pouco de lado a área criminal. Senti-me um pouco negligenciada, mas é que as atribuições do Ministério Público, efetivamente, aumentaram sobremaneira. Acredito que agora estamos com uma

boa estrutura, um bom Centro de Apoio Criminal e Gabinete de Assessoria, Pesquisa e Planejamento (GAPP), os quais nos ajudam muito. Contudo, ainda precisamos valorizar mais o trabalho do promotor que atua na área penal - principalmente em razão de lidar diariamente com as mazelas da sociedade -, além de manter uma política criminal, na minha visão, mais uniforme e rigorosa frente ao crime.

Memorial - GA: E qual a sua avaliação sobre os Juizados Especiais Criminais?

Entrevistada: Num primeiro momento, fui contra, porque não tive uma experiência muito boa em Rio Grande. Assim que promulgada a Lei 9.099/1995 e instituído o Juizado Especial Criminal (JEC) naquela comarca, realizei audiência relativa a um processo que tratava de lesões corporais praticadas por um homem contra a sua esposa. Houve transação penal, cabendo ao autor do fato, o marido, o pagamento de uma cesta básica. Terminada a audiência, eu me encontrava ainda nos corredores do Fórum, oportunidade em que ouvi o autor das lesões, aos gritos e risos, dizer: "Ah, se eu soubesse que eu ia pagar tão pouco, teria batido muito mais". Senti-me impotente. Ele debochou da Justiça e desmoralizou a própria lei. Também em outras situações, verifiquei que muitos termos circunstanciados, expedientes em que são apurados os chamados delitos de menor potencial ofensivo, redundaram em transações irrisórias. Todavia, devemos nos conscientizar de que alguns casos de delitos de menor potencial ofensivo, como ameaça e lesões corporais, acabam por ensejar a prática de crimes de homicídio, talvez porque não punidos de forma adequada, e exemplos como esse tornam essa lei, no meu entendimento, temerária. Levados tais casos a julgamento pelo Tribunal do Júri (isto é, homicídios em que ocorreram anteriores ameaças ou lesões corporais), os promotores ainda ouvem de familiares das vítimas que eles comunicaram à Justiça as ameaças, lesões, etc., contudo, não tiveram respostas adequadas, não sendo dada aos agressores, digamos assim, a reprimenda necessária para a efetiva prevenção dos delitos. Como sou simpatizante do movimento Lei e Ordem e de idéias de tolerância zero, essas aplicadas em Nova Iorque pelo Prefeito Rudolph Giuliani, acredito que os pequenos delitos não podem ser tolerados, para que não sirvam de exemplo para os grandes criminosos. É o famoso caso da "Teoria das Janelas Quebradas": se deixarmos a janela de um edifício com a vidraça quebrada, será como um convite para crimes mais graves, porque as pessoas por lá passarão e concluirão que ninguém está se importando com

esse ato e que, portanto, não haverá autoridade responsável pela manutenção da ordem. Haveria, como conseqüência, a decadência do prédio, da rua e da própria comunidade, que ficaria à mercê dos criminosos. Muitas vezes, em nosso país, os pequenos delitos não são combatidos para priorizar a criminalidade graúda, violenta, quando, em verdade, esta também decorre da falta de combate a esses pequenos delitos. Enfim, pequenas desordens levam a grandes desordens. Seria o caso de serem prevenidos crimes menos perigosos, mas visíveis.

Por outro lado, também entendo que o JEC logrou ampliar o acesso à Justiça. Vítimas conseguem reparações e indenizações, que, muitas vezes, seriam inviáveis na esfera criminal comum ou civil. Verifica-se, também, que se movimenta menos a máquina judiciária para a solução desses problemas, principalmente em razão dos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade e economia processual aplicados aos Juizados Especiais Criminais. Os defensores do sistema, de fato, dizem que fazer justiça é dar uma resposta imediata ao crime, não deixá-lo impune, sendo mais importante a punição que a pena aplicada. Esse é um ponto positivo do JEC, pois realmente são julgados delitos que, se encaminhados a uma Vara Criminal comum, talvez, em razão do volume de trabalho, acabassem prescrevendo.

Memorial - GA: Sandra, para finalizar as minhas perguntas, eu gostaria de ouvir um pouco da sua opinião sobre a Reforma do Judiciário, a Lei da Mordaça, a relação entre o Ministério Público e a imprensa, enfim todo esse debate contemporâneo em torno da Justiça e do Ministério Público.

Entrevistada: Em razão da minha maneira de ser, sempre entendi que o nosso trabalho deve ser transparente, e, nesse contexto, não sou contrária ao controle externo sobre o Ministério Público. Por óbvio, em momento algum, esse controle pode ferir a independência funcional do Promotor de Justiça ou tentar conduzir sua atuação conforme interesses outros que não a responsabilidade do Ministério Público como defensor da sociedade. Na realidade, já existe um controle pela própria sociedade, pelo Tribunal de Contas, pela nossa Corregedoria, por órgãos diversos que recebem eventuais denúncias contra a atuação de promotores, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e noto que todas essas denúncias são devidamente apuradas, resultando em punições, isso quando configuram transgressão disciplinar ou, até, penal. Afinal, somos pessoas públicas e obrigadas a prestar contas à sociedade, da qual avocamos, di-

ariamente, o poder constitucional de representá-la. Em verdade, temo que uma oposição ferrenha a esse controle possa caracterizar receio dos promotores em serem fiscalizados... Mas, não é possível se admitir qualquer deslustro à independência funcional, sob pena de se prejudicar irremediavelmente a prestação jurisdicional. Em momento algum, qualquer tipo de controle pode ferir a independência, imparcialidade e identidade do Ministério Público. Certamente, eventuais excessos de membros devem ser investigados e, se for o caso, punidos. Existe aqui uma questão simbólica: a oposição ao controle passa a idéia de que estamos querendo esconder o nosso trabalho, o que não é bom. Se o controle servir para criar a Lei da Mordaça, impedir o Ministério Público de investigar e outros abusos, é melhor que nasça morto. Alega-se que se trata de um controle administrativo, que busca imprimir maior transparência, mas não é o que se vê, como pode ser verificado, por exemplo, diante das novas idéias quanto à Lei da Mordaça para o Ministério Público, para a imprensa, controle sobre o Poder Judiciário, não-autorização de divulgação de escuta telefônica legitimamente autorizada, etc.

Também entendo ser absurdo transferir da jurisdição estadual para a federal os chamados crimes contra os direitos humanos. É um esvaziamento da justiça comum, um verdadeiro ataque ao sistema federativo. O próprio Ministério Público já não criou uma Coordenadoria de Direitos Humanos? Já não está preocupado com esse tipo de crime? Por que passar para a esfera federal? O que a Justiça Federal tem de melhor? Mais estrutura, melhores condições de examinar delitos de direitos humanos?

Essa reforma me deixa preocupada. Há ameaça de se criar súmula vinculante, o que prejudica a criatividade do juiz de primeiro grau e, muitas vezes, sequer corresponde à Justiça. Fala-se em mordaça aos servidores, ao Ministério Público e, agora, até, em criação de um Conselho para fiscalizar a imprensa, tudo sob o manto de se orientar e disciplinar, quando vislumbro interesses políticos de dirigir instituições que são indispensáveis à democracia e, como tais, devem ter total independência.

No que tange à Lei da Mordaça, da forma como exposta, é, na realidade, uma verdadeira agressão à democracia. Entendo que, como representantes da sociedade, devemos divulgar sim os resultados de nossas atuações (como exemplo, informar sobre algo que iremos investigar, o resultado de uma eventual decisão favorável a certo pedido, etc.). Essa lei, frise-se, autoritária, visa a intimidar promotores por intermédio de ameaças de processos indenizatórias, tolhendo o direito e a necessidade

de informação da sociedade, em especial no que diz com expedientes envolvendo improbidade administrativa, sonegação fiscal, tráfico de drogas, etc.

Finalmente, quanto à imprensa, lembro-me de um caso rumoroso no qual atuei, em que diversos jornalistas estavam aguardando minha manifestação quanto à conduta de um oficial da Brigada Militar, se ele teria agido com dolo (eventual ou direto) ou culpa (o que, em tese, caracterizaria homicídio culposo). Iniciei a entrevista explicando que entendia que o policial não havia agido com culpa. Foi o bastante. Um dos jornalistas saiu correndo para "dar a notícia em primeira mão", e acabou sendo noticiado no *Jornal do Almoço* que a promotora, com atuação no caso, entendia que o policial não havia tido qualquer culpa no evento. A partir dessa notícia, várias manifestações desabonatórias à minha pessoa passaram a ser proferidas por alguns setores da imprensa, indignados com essa manifestação. Na realidade, eu estava iniciando minha manifestação e explicando aos jornalistas que eu entendia que não havia culpa no sentido jurídico, porque, em tese, havia fortes indícios de dolo eventual ou direto. Porém, referido jornalista não aguardou essa explicação e entendeu que eu, ao afirmar que não havia culpa, estaria inocentando o suspeito por falta de responsabilidade no evento. Por óbvio, os fatos foram devidamente esclarecidos e amplamente divulgados na mídia escrita e televisionada.

Memorial - GA: Foi interessante porque a imprensa deu muito espaço a essa explicação.

Sim, porque era um fato rumoroso. Mas, a partir daí, dei-me conta de como devemos cuidar o que e como falamos, em especial quando usados conceitos técnicos para pessoas leigas, o que pode efetivamente causar sérios transtornos. O Promotor deve ter o cuidado de não tornar públicos processos que estão em investigação, em andamento. Todos os acusados têm direito de defesa, e não podemos esquecer que vige o princípio da presunção de inocência.

A imprensa é, sem dúvida, o meio pelo qual o promotor se comunica com a sociedade. O que o promotor fala pode atingir pessoas e trazer seqüelas irreversíveis. Devemos cuidar para não emitirmos juízos de valor sobre processos em andamento. Deve haver integração entre o Ministério Público e a imprensa, visando a atender aos interesses da sociedade, uma vez que a imprensa influencia a formação da opinião pública, além de ser importante meio para auxiliar a transparência da Instituição.

Exemplos significativos, que reputo importantes e que vêm sendo utilizados atualmente, são a Cartilha da Justiça, a TV Justiça, o encarte sobre Justiça & Cidadania na Zero Hora, etc.

Memorial - GA: Não é uma incoerência conceitual, quando se fala em controle externo e Lei da Mordaça? O controle externo tem como justificativa justamente a transparência da Instituição, mas como operacionalizar essa transparência sem comunicação?

Entrevistada: Da forma como o controle externo está sendo apresentado, ou seja, como um mecanismo que pretende enfraquecer a Instituição Ministerial, suprimindo-lhe poderes de investigação, tornando-a temerosa, além de silente e omissa, já que proibida de tornar pública sua atuação, entendo não haver qualquer incoerência com a Lei da Mordaça. Do contrário, se o controle externo pretendesse efetivamente dar transparência à Instituição, aí sim, e somente nesse caso, haveria incoerência com a Lei da Mordaça. De qualquer forma, entendo inviável transparência sem comunicação. Transparente é aquilo que é visível, claro, e, para que seja transparente a atuação do Ministério Público, esta necessita ser transmitida ao público e difundida na sociedade. Indiscutivelmente, essencial, para tanto, a comunicação. Não vejo como operacionalizar essa transparência sem comunicação.

Finalmente, temos que estar atentos e vigilantes e cuidar bem do nosso espaço, conquistado com tanta dificuldade. A nossa atual realidade me traz à lembrança a citação atribuída a Martin Niemöller, em 1982, quando dizia: "Eles começaram por buscar os comunistas, e eu não protestei, porque não era comunista. Depois, vieram buscar os judeus, e eu não protestei, porque não era judeu. Depois, vieram buscar os sindicalistas, e eu não protestei, porque não era sindicalista. Depois, vieram buscar os católicos, e eu não protestei, porque não era católico. Depois, vieram buscar a mim, e nessa altura, não sobrou mais ninguém para protestar.".

Não podemos esperar. Não podemos ser omissos. Temos que nos antecipar e mostrar à sociedade quem somos e para que viemos.

SÍLVIA CAPPELLI

Sílvia Cappelli é natural de Porto Alegre/RS. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1988. Atuou nas Comarcas de Barra do Ribeiro, São Lourenço do Sul, Erechim, São Jerônimo e Porto Alegre. Atualmente, é Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente. É professora da Escola Superior do Ministério Público, do curso de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Curso de Formação de Especialistas em Gestão da Qualidade Ambiental da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Sílvia Cappelli*

Memorial - DLT: Dra. Sílvia, a senhora é natural de Porto Alegre?

Entrevistada: Sou natural de Porto Alegre.

Memorial - DLT: Em que escolas da capital a senhora completou seus estudos iniciais?

Entrevistada: A minha escola primária fica ali no Menino Deus, a Nossa Senhora de Lourdes, uma escola de freiras, onde eu fiz até a oitava série, o segundo grau fiz no Colégio Sévigné, aqui no Centro.

Memorial - DLT: E a opção pelo Direito, surgiu como? Teve influência familiar?

Entrevistada: Teve a influência familiar do meu padrasto. Quando eu fiz faculdade - estudei na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), entrei em 1981, me formei em 1985 -, fiz alguns estágios em escritórios de advocacia trabalhista, especialidade.para qual acabei descobrindo não ser a minha vocação. Quando me formei, não estava trabalhando, fui fazer a escola da AJURIS (Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul) e soube por um colega, hoje, do Ministério Público, que ele tinha sido convidado por dois desembargadores para ser secretário, então eu fui falar com o desembargador com quem ele não ia trabalhar que é o ministro aposentado Ruy Rosado de Aguiar Júnior, na época o diretor da Escola da Magistratura, e fui trabalhar de secretária do Desembargador Ruy Rosado. Depois eu fiz ainda, antes do Ministério Público, um concurso para professora da Unisinos, mas toda a minha vida foi sempre em Porto Alegre.

Memorial - DLT: Como se deu a sua opção pelo Ministério Público?

Entrevistada: A opção pelo Ministério Público aconteceu assim: como eu estava estudando na Escola da Magistratura e tinha um chefe juiz, eu queria ser juíza; só que naquela época tinha que ter 24 anos para

* Entrevista concedida às historiadoras Márcia de la Torre (DLT) e Cíntia Vieira Souto (CS) em 09/06/2004. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização Márcia de la Torre.

fazer o concurso de juiz, e eu tinha 23 quando eu fiz o concurso do Ministério Público. Graças a Deus, eu rodei num concurso para pretor que saiu antes, porque, talvez, até hoje eu fosse pretora.

Memorial - DLT: Ou teria optado pela carreira na Magistratura.

Entrevistada: Exato. Então, por uma questão de idade, fui fazer concurso para promotora, passei em sexto lugar. Como eu já dava aula de Direito Penal, me apaixonei, eu sou completamente apaixonada pela minha carreira. Eu realmente adoro, é uma missão de vida. Especialmente a área que eu escolhi, a área de meio ambiente, hoje a área do meu coração, quase uma missão para mim.

Memorial - DLT: A área do meio ambiente, ela se deu antes ou depois do seu ingresso na carreira ministerial?

Entrevistada: Deu-se depois, porque também foi circunstancial. Eu entrei em 1988, fui a primeira mulher da minha turma, fui para o Interior. Tive uma carreira muito rápida no Interior, porque minha turma é da época da Constituição de 1988, quando se aposentaram muitos colegas achando que haveria alterações na Constituição com perdas em relação à previdência, à mudança na aposentadoria. Mudanças que acabaram se operando recentemente. Fiz a minha carreira no Interior em três anos e três meses só e voltei para Porto Alegre. Quando eu estava no Interior, havia poucas ações civis públicas ajuizadas na defesa do meio ambiente. Então na minha primeira promotoria, que foi Barra do Ribeiro, não havia nenhuma ação civil pública. Eu substituía em Tapes, e lá existiam duas ações civis propostas por um colega, hoje aposentado, e eu não sabia o que fazer com aquilo. Então pegava aquelas ações e vinha para Porto Alegre na Promotoria.

E ali eu conheci o coordenador da promotoria que é o Dr. Orci Bretanha Teixeira, professor de Direito Ambiental. O Orci como viu que ninguém fazia nada ainda porque não se conhecia a área, ele dava palestras pelo Interior para os colegas e começou a me convidar para ir junto com o pessoal, com o procurador-geral, o corregedor. Então, antes de estar em Porto Alegre, eu já viajava com eles para falar de meio ambiente. E aí ele me convidou para vir para a Promotoria de Defesa Comunitária, na época se chamava Meio Ambiente e Consumidor, pois acumulava patrimônio cultural, o prédio ficava na Borges de Medeiros ainda. Fiquei na área de meio ambiente. Eu era professora concursada da Unisinos, mas estava licenciada porque fui para o Interior e não conseguia acumu-

lar as aulas com a carreira. A Unisinos era a única faculdade do Rio Grande do Sul que tinha a cadeira de Direito Ambiental, ainda que opcional. E a chefe de departamento de Direito Público ao qual pertence essa cadeira, era funcionária do Ministério Público e trabalhava no mesmo andar em que eu trabalhava, era a Dra. Zuleica, o sobrenome dela não lembro mais, porque tem duas Zuleicas, eu sempre tenho medo de confundir, não é a Zuleica Vargas, é a outra. Um dia eu estava passando no corredor, tinha assumido a promotoria fazia duas semanas em Porto Alegre, e ela me disse: "Sílvia, tu precisas resolver um problema para mim. O professor de Direito Ambiental que é procurador do Estado, simplesmente abandonou a turma e foi fazer o mestrado dele em Curitiba. Os alunos estão matriculados e eu não tenho professor e não sei o que vou fazer. Tu precisas me ajudar!". Eu pensei: "Meu Deus, o que eu vou fazer? Dar aula de Direito Ambiental?" Aí eu disse: "Bom, vamos fazer o seguinte: tu me dás duas semanas para eu começar, e aí cada semana eu vou preparar uma aula, e vou atrás das pessoas". Aí comecei a telefonar para as referências de Direito Ambiental que havia no Brasil. Quem muito me ajudou, hoje é um grande amigo, é o Antônio Herman Benjamim, Procurador de Justiça em São Paulo. Com o professor Paulo Régis eu conversei também e assim fui fazendo as coisas com os poucos livros de Direito Ambiental da época. Ontem eu ainda levei para casa um livro que estava aqui do professor Paulo Affonso Leme Machado, que é o maior autor de Direito Ambiental brasileiro, esteve em Porto Alegre em 1989, quando assisti uma palestra dele. Naquela ocasião ele colocou uma dedicatória na segunda edição do livro desejando que eu fosse uma líder na área ambiental, que eu fosse uma promotora dedicada. Eu digo: "Olha, essa dedicatória eu vou botar em um quadro profético". Porque hoje, realmente, eu trabalho no Brasil inteiro, sou conselheira do Conselho Nacional do Meio Ambiente, fui presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente.

Memorial - DLT: A Associação é mais recente, não é Dra. Sílvia?

Entrevistada: A Associação surgiu em 1997, o primeiro presidente foi o Dr. Antônio Carlos Brasil Pinto, mandato de três anos, depois eu. Agora o Dr. Jarbas Soares Júnior, de Minas Gerais, é o Presidente da ABRAMPA (Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente). A ABRAMPA já está bem forte, tem um jornal, tem página na Internet e realiza dois congressos nacionais por ano.

Memorial - DLT: E ela surge com que objetivo?

Entrevistada: Ela surgiu pelo seguinte, porque o Ministério Público brasileiro é único no mundo na área do meio ambiente.

É o único desse modelo no mundo. Nós somos muito fortes na área do meio ambiente. O modelo brasileiro não tem igual. Nós somos os profissionais do Direito que mais atuamos na área de meio ambiente. Então nós precisávamos de uma associação para trocar experiências, para nos fortalecermos, então nós temos essa associação. O grande instituto de Direito Ambiental na América Latina de Meio Ambiente, só que aí não é só de promotores, é o Instituto O Direito por um Planeta Verde do qual sou secretária-geral no momento. Então foi isso, comecei a dar aulas na Unisinos, comecei a estudar mais, passou-se um semestre, nós tínhamos aqueles cursos preparatórios – e temos até hoje - da Corregedoria para os promotores novos. Eu fui dar uma palestra, o pessoal gostou, me convidaram para dar aula na Escola Superior do Ministério Público, e assim foi.

Memorial - DLT: Dra. Silvia, como foi a sua experiência profissional nas comarcas do interior?

Entrevistada: É, comecei em Barra do Ribeiro, cidade bem pequena, aqui perto de Porto Alegre. Na época em que iniciei a carreira, as entrâncias eram classificadas em primeira, segunda, terceira e quarta, hoje se classificam em entrância inicial, intermediária e final. Aí houve uma modificação justamente quando estava passando de primeira para segunda entrância. Então quando fui promovida para São Lourenço do Sul, que seria a minha segunda entrância, ela voltou a ser entrância inicial.

Depois eu fui para Erechim de onde fiz uma permuta com a colega Maria Cristina Moreira de Oliveira que estava em uma cidade próxima, foi promovida para São Jerônimo e trocou comigo. Aí eu fui para São Jerônimo e ela, para Erechim. Vim direto de São Jerônimo para a Promotoria de Defesa Comunitária. Cheguei em Porto Alegre em agosto de 1991, e desde então, trabalho só com meio ambiente.

Memorial - DLT: A senhora ingressa em 1988 no Ministério Público. Momento histórico para a Instituição que, após essa data, ingressa num período de intensas transformações advindas da Carta Constitucional. Como a senhora acompanhou essas transformações?

Entrevistada: Eu não sei te dizer muito sobre isso, acho que a Associação do Ministério Público foi sempre muito presente. Os colegas no

Interior, naquela época, não tinham Internet como têm hoje. Mas nos mantínhamos atualizados porque havia muitos cursos em Porto Alegre, era uma época de muita efervescência cultural. A minha geração de Ministério Público recebeu uma carga de informação muito boa, muitas lideranças do Ministério Público faziam palestras, fazíamos muitos cursos. Logo depois, em 1990, entrou em vigor o Código de Defesa do Consumidor, então nós fizemos vários cursos aqui no Rio Grande do Sul e essas notícias chegavam, basicamente, via reunião de Associação do Ministério Público e nos cursos em Porto Alegre onde nos reuníamos com bastante freqüência.

Memorial - DLT: Seria possível identificar o perfil das demandas judiciais nas comarcas onde a senhora atuou? A senhora nos informou anteriormente que teve duas ações civis públicas em Tapes, elas foram na área do meio ambiente?

Entrevistada: Eram na área do meio ambiente. Em consumidor, naquela época não se falava, somente a partir de 1990. Em Erechim, eu peguei muita demanda de infância e juventude, porque sucedi um colega muito importante na área que é o Dr. Armando Konzen, ele saiu de Erechim, eu fui para a vaga dele, ele deixou todo um trabalho que eu não podia colocar a perder. E a juíza com quem eu trabalhava, que era a Dra. Mara Larsen Chechi naquela época, era uma juíza que se dedicava muito à área da infância. No crime, por exemplo, em Erechim havia 11 delegacias de Polícia a mandar inquérito policial. Na época não tínhamos computador, então trabalhávamos com máquina, era o máximo ter uma máquina elétrica, tinha aquelas esferas de ferro. Eu tinha uma máquina, até brinco com o pessoal que quando vinha de São Lourenço, comprava uma passagem de ônibus para mim, outra para a máquina que vinha do meu lado, porque ela era muito cara, muito chique, comprei usada, não tinha dinheiro para comprar uma máquina nova. E ela vivia estragando, mas eu a trazia com honras dentro do ônibus. Fazíamos tudo. Promoções nos autos por quotas, no tempo do estágio na Corregedoria, e as cópias do trabalho iam com papel de seda. Usávamos uma espécie de talquinho para apagar.

Quando eu assumi em Barra do Ribeiro, era uma máquina grande, manual e nova, o pior era isso! Porque máquina manual nova é um inferno, não anda.

Memorial – DLT: Como foram suas experiências no júri?

Entrevistada: Na minha turma, tirei a maior nota na prova oral, na prova de tribuna fui muito bem, sou uma oradora razoável, me comunico bem com o público, mas era péssima no júri, sempre perdia os que fazia. Não que eu fosse péssima, os meus réus é que eram muito bonzinhos. Eu demorei muito para fazer júri, que é o grande estresse na vida do promotor que está começando, é a coisa de maior exposição, não é. O meu primeiro júri foi em São Lourenço do Sul. Inclusive, tu tens um período, parece que de um ano e meio pela Corregedoria, para fazer júri, se não fizeres, eles te arranjam um de outra cidade para fazer. O meu período estava quase estourando, pedi para o juiz colocar os processos, porque ele estava demorando a colocá-los, ele colocou cinco seguidos. Perdi todos, só ganhei o que pedi a absolvição. Então foi complicado. O júri me marcou pela tensão, eu ficava muito tensa para fazê-lo. Eu gostava muito do cível, na verdade.

Acho que júri é importante, acho que é democrático, acho que quando começamos, não gostamos; mas hoje, de fora, acredito que o júri seja a parcela de democracia que o judiciário estende à população. Não sei se é a melhor forma de julgar as pessoas, acontece que muitos homicídios continuam sendo passionais, não é, então... É difícil para eu opinar, estou tão fora do Crime. Mas acho que o júri é uma instituição democrática que permite o contato direto do judiciário, no *métier* dele, em dois lugares: no júri e no eleitoral, que é quando ele faz contato com a população. Então talvez, por isso também, seja importante manter a instituição do júri assim como ela está. Agora acho, claro, sou suspeita para falar, que a visão que a sociedade tem hoje de Ministério Público é a da defesa dos direitos coletivos, meio ambiente, consumidor. Isso edificou o Ministério Público, as bases de sustentação, hoje, para o bem e para o mal são essas áreas. E é fascinante trabalhar com isso, é muito bom ser promotora.

Memorial - DLT: A senhora percebeu alguma discriminação de gênero em sua trajetória profissional?

Entrevistada: Olha, jamais da Instituição, jamais, nunca senti. Pode ser que tenha acontecido, e pode ser que aconteça até hoje, mas isso é uma coisa interna, não deixa transparecer. Uma das grandes coisas das carreiras jurídicas, das carreiras de concurso é igualar homens e mulheres, isso é a primeira coisa. Em segundo lugar, nunca senti isso, na minha geração, nunca senti absolutamente nada que fosse em desabono, uma oportunidade perdida, muito antes pelo contrário. Lembro que nessa

época em que eu circulava pelo interior, muitas pessoas me falaram depois: "Tu viste que tu eras a única mulher?" Por exemplo, havia um congresso, um seminário, eu sempre era a única mulher e nunca percebi, porque não fazia diferença. Antes até do Ministério Público. Acho que não é mais da nossa geração notar essas diferenças, não existe mais isso, não sinto isso, posso dizer com toda a sinceridade.

Memorial - DLT: E da população?

Entrevistada: Da população tem mais pela idade do que pelo sexo, sofrem os muito jovens. Então tu abres a porta e dizem: "Chama o promotor que eu quero falar com ele!". Acham que tu és secretária, que és estagiária. Isso aconteceu comigo e acontece com todas as pessoas. Aí eu acho que o fato de ser mulher e mais jovem, leva a população a achar que tu és secretária, mais pela idade do que pelo sexo. Essas coisas são veladas, jamais num meio de autoridades vão te discriminar por ser mulher, não senti isso, também nunca estive a prova de sentir. Por exemplo, num cargo eletivo, talvez aí essas coisas sejam mais sentidas. Mas como nunca disputei cargo eletivo, não sei. A minha sensação é de isso não ocorre mais nessa geração. Eu acho que tu tens que ser competente. As pessoas vão te respeitar se tu trabalhares, se tu fizeres direito o teu trabalho, se fores responsável, é a minha sensação.

Memorial - CS: Já as doutoras que nós entrevistamos, que entraram em meados da década de 1970, relatam totalmente diferente.

Entrevistada: Houve fatos concretos dentro do Ministério Público que discriminaram mulheres, não é. Houve fatos de não aceitarem que a colega fosse para determinada comarca porque o marido era também da carreira jurídica. Houve muita discriminação, mas isso acabou, na minha fase não tinha mais isso, não.

Memorial - DLT: No Ministério Público, a Dra. Sophia foi pioneira na década de 1940, e depois dela passaram mais de 30 anos, para que elas retornassem à Instituição.

Entrevistada: É a história da mulher no Brasil. As carreiras de concurso são as mais democráticas. Hoje se tu pegares qualquer relatório da ONU [Organização das Nações Unidas], do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], tu vais ver que as mulheres ganham menos, são discriminadas. Então não é *démodé* falar em gênero e pregar a necessidade de equilíbrio de gêneros, porque existe ainda uma discriminação. Então eu não acho que seja hoje, eu não vou cuspir no prato, vamos

dizer assim, dizendo que isso não existe. Isso existe, mas não existe nas carreiras de concurso, onde tu entras em igualdade de condições, te manténs em igualdade de condições, demonstrando trabalho, é essa a única forma. Não há como, não há mecanismos técnicos de discriminação da mulher, não é. E não existe, no meu sentir, nenhuma discriminação, no momento, dentro das estruturas internas. Por exemplo, promoção, quem é que avalia promoção? Conselho Superior do Ministério Público cuja composição é quase paritária entre homens e mulheres. Eu acredito que hoje não existe mais essa discriminação.

Memorial - DLT: Em relação aos cargos de comando da Instituição, as mulheres têm tido uma representação menor, não é mesmo?

Entrevistada: Nós temos hoje, no primeiro escalão, a Corregedora-Geral Dra. Jaqueline, e vamos dizer assim, no terceiro escalão, ou o que seriam os centros de apoio, já existem duas coordenadoras.

Memorial - DLT: A senhora é coordenadora do CAO (Centro de Apoio Operacional) do Meio Ambiente...

Entrevistada: A Dra. Simone, do CAO da Infância e Juventude, e depois existem várias colegas em assessorias importantes, mas eu ainda acho que, considerando o percentual de mulheres, ainda no Rio Grande do Sul, nós temos pouca ascensão de mulheres a cargos de comando.

Memorial - DLT: Em comparação com outros estados?

Entrevistada: Sim, existem ou existiram, em tempo recente, várias procuradoras-gerais no Brasil, várias presidentes de associação do Ministério Público. Eu penso que não há como se apurar uma discriminação ao acesso nos comandos. O que não há, talvez, seja uma iniciativa, ou seja, as pessoas estão se construindo. Mas se tu fores comparar com outros estados, o nosso estado tem uma representação menor de mulheres. Isso é inegável. Agora os fatores conjunturais, eu acho que vão se amoldando, não é.

Memorial - DLT: Quem sabe teremos uma procuradora-geral?

Entrevistada: Eu acho que sim, eu acho que a tendência é de que tenhamos uma procuradora-geral nos próximos anos. Não agora, mas daqui a alguns anos a tendência é de que tenhamos uma procuradora-geral.

Memorial - DLT: Dra. Sílvia, quando a senhora foi promovida para Porto Alegre já veio atuar na área do meio ambiente?

Entrevistada: Voltei a Porto Alegre em agosto de 1991, convidada pelo Dr. Orci para trabalhar na Promotoria de Defesa Comunitária, no prédio da Borges onde não tinha sala nem mesa para todas as pessoas. E aí eu comecei com meio ambiente, logo em seguida, comecei a dar aula lá na Unisinos e desde então, estou no meio ambiente, só faço meio ambiente. Depois nós saímos dali, fomos para um prédio na Washington Luiz, depois eu me tornei coordenadora dessas promotorias, ainda quando era do consumidor e do meio ambiente, depois, eu vim para o Centro de Apoio do Meio Ambiente.

Memorial - DLT: Dra. Sílvia, quais legislações são fundamentais para a atuação do Ministério Público na área do meio ambiente?

Entrevistada: Hoje temos um grupo de legislação bastante sistematizado, mas dá para dizer que a principal lei de direito material é a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei 6.938 de 1981, e um instrumento processual civil de atuação da defesa do meio ambiente é a Lei da Ação Civil Pública, a Lei 7.347 de 1985, que foi modificada pelo Código de Defesa do Consumidor em 1990. Além disso, nós temos a Lei dos Crimes Ambientais que é de 1998, a Lei 9.605, que é a lei dos crimes e infrações administrativas-ambientais e com isso tu fechas o ciclo, civil, penal e administrativo com a Constituição de 1988 irradiando todos os princípios e regras gerais para essa legislação federal. Depois se tem as legislações estaduais e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei de Proteção à Fauna, Código Florestal, Código de Águas, enfim, uma série de leis, muitas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, a matéria de meio ambiente é muito legislada pelo CONAMA. Aí vem muita legislação.

Memorial - DLT: E como o Ministério Público se estrutura para essa atuação?

Entrevistada: Esse dado até passei para o procurador-geral na segunda-feira. Quem trabalha com meio ambiente no Rio Grande do Sul? Todos os promotores de entrância inicial, que são 111, se não me engano. Nas primeiras comarcas, nas menores cidades, todos fazem tudo, então também fazem meio ambiente. Na entrância intermediária já vai começar a acontecer uma especialização, existem várias cidades que só fazem meio ambiente e consumidor que são Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande.

Memorial - DLT: São as cidades maiores.

Entrevistada: São as cidades maiores que fazem só onde tem promotores especializados em meio ambiente e consumidor. Tem-se uma ordem: primeiro, são as mais especializadas que fazem meio ambiente e consumidor, depois tem meio ambiente, consumidor e infância, depois vai ter, por exemplo, em Porto Alegre, só meio ambiente, são quatro promotores. Nesse contexto todo, são 48 ao todo, são 111 da inicial mais 48 das outras. É um contingente bem considerável de promotores que trabalham com meio ambiente.

Memorial - DLT: E qual é o perfil da demanda? O que chega ao Ministério Público em termos de ações públicas nessa área ambiental?

Entrevistada: Chega de tudo, mas a principal demanda continua sendo, no Rio Grande do Sul, os lixões, desmatamentos e queimadas. Nas cidades de médio porte, tu vais ter poluição sonora como uma grande demanda. Mas tem de tudo.

Memorial - DLT: A poluição sonora de bares, casas noturnas?

Entrevistada: Boates, bares, esse tipo de coisa. Em Porto Alegre, se fizeres uma estatística, 70% das reclamações são de poluição sonora. Mas tu passas por distritos industriais, agrotóxicos, pesca predatória, mineração, patrimônio cultural, tem muita coisa.

Memorial - DLT: A questão do meio ambiente está muito ligada à questão da cidadania, não é. A senhora acha que a população tem mais consciência em relação a necessidade de preservar o meio ambiente?

Entrevistada: Muito, houve avanço muito significativo, eu acho. Hoje, nas escolas, as noções sobre meio ambiente, já perpassam, no nível inicial, da primeira a quarta série, parece que 37% está no jornal de ontem, no *Correio*. No Rio Grande do Sul as escolas públicas têm meio ambiente e as particulares também, então isso as crianças passam para os pais.

Memorial - DLT: É uma questão de educar não é.

Entrevistada: Exatamente. Melhorou muito. Isso não significa que tenham melhorado as condições ambientais, infelizmente, não. O Direito não tem indicadores, ou seja, a gente não contabiliza o que faz, nós temos uma dificuldade de estruturação e de concatenação; porque tu tens, por exemplo, os mapas da Corregedoria que não espelham, não fazem relações comparativas, tu não consegues avaliar a efetividade do Direito Ambiental pelos instrumentos que tu tens. Inclusive, o Planeta

Verde de que eu sou secretária, está desenvolvendo um projeto piloto de indicadores de implementação da legislação ambiental. É super interessante, não existe no mundo inteiro. Existem coisas isoladas nos Estados Unidos, no Canadá. Mas o que eu quero dizer com isso é que a gente não pode aquilatar a contribuição do Direito Ambiental, porque o Direito é uma ponta para a melhoria da qualidade ambiental, não é um número. Quero saber o seguinte: a Lei dos Crimes Ambientais melhorou a qualidade de vida da população? Não posso dizer isso. Posso dizer que hoje existe a responsabilidade penal da pessoa jurídica, hoje existem mais ações penais. Mas não posso dizer se o meio ambiente do Rio Grande do Sul melhorou por causa disso, não consigo marcar ainda esse fio, esse nexo. Então para responder a tua pergunta, acho que melhorou a conscientização das pessoas, com certeza, posso afirmar categoricamente. Mas não posso dizer se a melhoria da conscientização resultou, na prática, uma melhoria ambiental. Posso dizer que existem hoje projetos como o projeto de reflorestamento das Matas Ciliares do rio Uruguai, tem promotores envolvidos com isso, tem pequenos agricultores que estão firmando compromissos de ajustamento para fazer o abandonamento da sua área na beira do rio. Se tu fores ao rio Uruguai, tu olhas para o lado argentino está todo florestado, tu olhas para o lado brasileiro está todo devastado. Posso afirmar que existem ações concretas, mas não posso aquilatar em termos científicos, não posso provar.

Eu posso falar que o Ministério Público está fazendo, eu posso afirmar que existe maior consciência, muito mais do que há dez anos atrás, mas eu não posso provar, ainda, cientificamente que isso resultou numa melhora. Por exemplo, na Amazônia, houve o maior desmatamento da história do Brasil no ano de 2002 para 2003. E o Direito Ambiental avançou muito.

De 2002 para 2003 foi o maior desmatamento histórico que aconteceu na Amazônia, alguma coisa está errada.

Memorial - DLT: Feitos por quem, Dra. Sílvia?

Entrevistada: Madeireiras, grileiros, índios, contrabando de madeira. Então alguma coisa está falhando. Houve algum crescimento no Rio Grande do Sul, a cobertura vegetal melhorou bastante, mas faltam-nos estatísticas. Sem dúvida nenhuma a capacitação do Ministério Público melhorou muito de dez anos para cá, e a própria organização dos Centros de Apoio não só o que eu coordeno, mas dos demais, das outras áreas,

fortifica. Nós fizemos inúmeros cursos de capacitação, existem livros com todas as oficinas de trabalho.

Memorial - DLT: O que são essas oficinas de trabalho?

Entrevistada: Oficinas de trabalho é um trabalho magnífico, não é auto-elogio, mas é um trabalho muito profícuo. Escolhemos um tema, por exemplo, patrimônio cultural, então o Centro de Apoio organiza toda a legislação e vamos para o Interior com um roteiro de discussões. Convidamos colegas experientes e discutimos o que queremos que os promotores apreendam do conteúdo, então segue o roteiro. Depois o Centro de Apoio organiza toda a legislação...

Memorial - DLT: Referente à questão do patrimônio.

Entrevistada: Isso, patrimônio cultural e outras matérias. Aí tu selecionas artigos de doutrina, jurisprudência e modelos de ações, então isso é capacitação. Tu vais para o Interior e forma grupos de trabalho.

Memorial - DLT: Quem participa?

Entrevistada: Escolhemos, pois são poucas vagas, porque o modelo de oficina não comporta mais de 30 pessoas.

Memorial - DLT: Sim, aí perde o caráter pedagógico da oficina.

Entrevistada: Fazemos três grupos de 10 pessoas, e quem participa são os promotores novos com os facilitadores, que são promotores experientes, sobre a coordenação do Centro de Apoio. Fizemos vários grupos de apoio em parcerias com órgãos públicos.

Memorial - DLT: Quem são os parceiros?

Entrevistada: No caso do patrimônio cultural foi o IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – e aqui nos loteamentos, nós chamamos o Instituto dos Registrários dos oficiais do Registros de Imóveis e o pessoal do Ministério Público de São Paulo, nós não tínhamos muita experiência, mineração foi com a FEPAM, poluição industrial, com a FEPAM, poluição sonora, com a Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre, proteção à Flora com o AEFAP.

Memorial - DLT: O patrimônio cultural, Dra. Sílvia, ele está integrado ao CAO do Meio Ambiente?

Entrevistada: Sim, patrimônio cultural é meio ambiente cultural, está sob a coordenação do Centro de Apoio, é atribuição da Promotoria de Meio Ambiente.

Memorial - DLT: O Centro de Apoio como é que se organiza?

Entrevistada: Os Centros de Apoio são órgãos de assessoramento dos procuradores e dos promotores de Justiça em diversas áreas. São sete atualmente. Fazemos, no meio ambiente, capacitação, oficinas de trabalho, eventos, agora segunda-feira tivemos a palestra da Ministra do Meio Ambiente, no dia 18, vamos fazer o primeiro encontro gaúcho de proteção à fauna doméstica e domesticada. Porque de fauna doméstica e domesticada ninguém trata, todo mundo fala do passarinho no campo, do mico-leão-dourado, da onça, e ninguém se preocupa com os cachorros, com os gatos, com os cavalos. Vamos fazer o primeiro encontro de proteção da fauna doméstica e domesticada, vamos trabalhar dois assuntos: canis e gatis públicos e população de animais errantes, que é um nome bonitinho para cachorro de rua. As condições dos canis públicos são péssimas, estamos trazendo um colega de Salvador com um debatedor aqui do Rio Grande do Sul e um médico veterinário. E depois vamos trabalhar sobre a situação das carroças.

Memorial - CS: E onde é que vai ser esse encontro?

Entrevistada: Vai ser no Palácio do Ministério Público, no dia 18 de junho corrente. É gratuito e aberto ao público. Estamos organizando com o Movimento de Defesa Animal, acho que vai ser muito bacana.

Memorial - CS: Aqui em Porto Alegre a questão das carroças, por exemplo, é complicada, porque a cidade está cheia de carroças, os cavalos são submetidos a maus tratos publicamente.

Entrevistada: É difícil de controlar. Tem o compromisso de ajustamento da promotoria de Porto Alegre sobre esse assunto, mas a EPTC não tem condições plena para fiscalizar.

Memorial - DLT: O que é o compromisso de ajustamento, Dra. Sílvia?

Entrevistada: O compromisso de ajustamento é uma espécie de acordo. É o seguinte: o Ministério Público tem o poder de investigar danos ao meio ambiente entre outros, ele vai instaurar uma investigação que se chama inquérito civil. No curso dessa investigação vai fazer provas do dano, então, quando concluir essa investigação, pode propor para quem poluiu e degradou, que ao invés de ser réu de uma ação civil pública, se comprometa em consertar o dano. Esse compromisso é formalizado através de cláusulas e é possibilitado um prazo para que seja cumprida essa obrigação. Por exemplo, se houve um desmatamento, o compromisso de

ajustamento vai versar sobre a implantação de um projeto de reposição florestal. Se versar sobre poluição sonora, o compromisso de ajustamento vai versar sobre instalação de equipamentos de contenção da poluição. Aquilo que a promotoria obtiver numa sentença depois de dois ou três anos de instrução de uma ação civil pública, o compromisso de ajustamento obtém em um acordo com o poluidor. A vantagem é que vale como título executivo extrajudicial, é como se fosse um cheque, uma nota promissória. Há o reconhecimento, por parte de quem degradou, de que cometeu um dano ambiental e há o comprometimento; se ele descumprir, vai ser executado direto na Justiça e aí se entra com uma ação de execução do compromisso de ajustamento. Hoje o compromisso de ajustamento corresponde a mais de 70% das soluções das queixas que chegam ao Ministério Público.

Memorial - DLT: É a mesma coisa que atuação extra judicial?

Entrevistada: Isso é uma das formas de atuação extra judicial. Talvez a maior vantagem do compromisso é que ele é consensual, e toda aquela decisão que é tomada consensualmente, é mais eficaz. E é muito bom para todo mundo. Só tem que ser fiscalizado pelo Ministério Público adequadamente.

Memorial - CS: Então 70% das demandas se resolvem por compromisso de ajustamento.

Entrevistada: É muito grande a incidência de compromisso, talvez mais de 70%, não temos estatística, mas, com certeza, de 70% para cima é solucionado por compromisso de ajustamento.

Memorial - DLT: Dra. Sílvia, a senhora acha que há deficiências ainda na legislação ambiental, alguma coisa deveria ser mudada?

Entrevistada: Eu acho, eu acho que, hoje, nós temos dois grandes problemas, não com relação ao conteúdo da legislação ambiental, mas com relação à implementação do que está dito na lei. A nossa lei brasileira, desde a Constituição, é excelente. Nós temos muita legislação ambiental de primeiro mundo no Brasil. Eu tenho circulado pelos países da América do Sul, não tem coisa igual ao Brasil, é excelente, mas falta implementação. Um dos grandes problemas é - além dos baixos recursos investidos no orçamento para combater a poluição – a falta de gente para fiscalizar, essa é a primeira questão que é típica de país de terceiro mundo. Outra questão está na efetivação da Federação, porque o Brasil é uma república federativa, e a competência para proteger

o meio ambiente está escrita na Constituição Federal, no artigo 23 que prevê uma competência comum entre União, estados e municípios. Só que tem um parágrafo único no artigo 23 que diz que "lei complementar fixará as regras de competência e definirá o federalismo cooperativo". Só que essa lei até hoje não veio, então o que acontece? Sobreposição entre IBAMA e FEPAM, sobreposição entre o município e o Estado. Houve um projeto, o Projeto Bujuru, que foi perdido naquela época.

Memorial - DLT: Em São José do Norte?

Entrevistada: Em São José do Norte, por competição entre a União e os estados. O Ministério Público Federal sustentou que a competência era da Justiça Federal, o Estado desistiu do licenciamento e o empreendedor desistiu do empreendimento. E assim esse sombreamento está gerando dificuldades muito grandes e riscos aos investimentos brasileiros, porque o empreendedor começa a fazer o licenciamento e, daqui a pouco, é impugnado esse licenciamento. É urgente, para aperfeiçoamento da legislação, que se estabeleçam as regras do chamado Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente está previsto no artigo VI daquela lei que eu falei, a 6.938 de 1981, e ele diz quais são os órgãos: é o IBAMA no plano federal, os estados e os municípios. Agora quem é que faz o quê? Tem uma resolução do CONAMA, a 237, que estabelece diretrizes. Mas ela é insuficiente, porque existe muita dúvida ainda no plano da competência. É urgente trabalhar o artigo 23. O que a Ministra do Meio Ambiente fez aqui no Rio Grande do Sul, entre outras coisas, foi instalar uma câmara, que foi chamada de Câmara Tripartite, entre o IBAMA, o Estado e os municípios para definir consensualmente essas competências. Porque como não se faz nada aqui no plano da lei complementar, os próprios órgãos ambientais estão se estruturando para discernir essas competências. Porque hoje em dia o IBAMA está sendo quase que forçado a fazer um licenciamento que está além das suas atribuições, e com isso começa a haver um sombreamento entre o Ministério Público Federal e o estadual muito prejudicial para nós. Para o empreendedor é péssimo, porque ele investe um dinheirão e depois o licenciamento é anulado e ele tem que começar tudo de novo, o que representa um, dois anos. Isso num investimento de grandes obras representa um prejuízo enorme. Então é urgente...

Memorial - DLT: E afasta empreendedores no momento em que as regras também não ficam claras.

Entrevistada: Afasta! E daí o que acontece? Acontecem essas reportagens da *Exame*, *Veja*, dizendo que quem emperra a atividade econômica no Brasil é o IBAMA, o que não é verdade, porque a grande maioria dos empreendimentos que foram licitados estavam *sub judice*, porque o Ministério Público Federal questionou alguma coisa, ou o próprio Ministério Público dos estados. Então é muito importante que se tenha a clara definição de competências.

Memorial - CS: Dra. Sílvia, a senhora comentou que o Ministério Público, principalmente no Rio Grande do Sul, está muito bem aparelhado para trabalhar com o meio ambiente. E como a senhora vê o Poder Judiciário?

Entrevistada: Olha, infelizmente, tenho que ser honesta, o Poder Judiciário estadual não se capacita para a área de meio ambiente, não se interessa, infelizmente, não participa, com raras exceções. O judiciário federal, sim. O judiciário federal tem, ao longo dos últimos anos, se capacitado. Todo ano tem, por exemplo, um congresso do STJ, do Superior Tribunal de Justiça, só sobre meio ambiente. O Ministério Público Federal é muito capacitado. O Ministério Público dos estados também, mas o judiciário estadual não.

Memorial - DLT: É, porque raramente se vê, e a gente pensa um pouco...

Entrevistada: Eles não vão!

Memorial - DLT: Na infância e adolescência eu acho até que o judiciário trabalha bem integrado com o Ministério Público, tem juízes, juízas comprometidos, pelo menos nessa área. Mas no meio ambiente, realmente, não consigo nem pensar em alguma referência no judiciário.

Entrevistada: Não tem! Nós tentamos, no instituto "O Direito para um Planeta Verde" muitas vezes, mas a gente não consegue trazê-los. Agora no congresso internacional de Direito Ambiental que teve em São Paulo, a AJURIS sorteou bolsas para pagar passagem aérea e estadia, teve menos concorrentes do que vagas. É impressionante!

Memorial - DLT: Por que isso?

Entrevistada: Eu não sei, não consideram prioridade.

Memorial - DLT: E no meio ambiente hoje, Dra. Sílvia, a senhora acha que realmente essa questão da água potável é uma das questões prioritárias para o mundo?

Entrevistada: Acho.

Memorial - DLT: E, no Brasil, como é que nós estamos?

Entrevistada: Mal, muito mal. A região Sul está péssima, está com um atraso enorme, pior do que a região Nordeste com relação ao tratamento de esgoto. Essa foi uma questão relegada no Brasil, porque a gente avançou muito em proteção ambiental no setor industrial por vários motivos. O primeiro deles é que setor tem patrimônio, ou seja, tu vais entrar com uma ação onde tu sabes que a pessoa vai ter dinheiro para fazer o conserto que precisa fazer, tu tens a autoria definida, então é de fácil identificação no setor. A segunda grande questão é que o setor industrial, por uma questão de mercado internacional e de financiamento internacional, precisou correr atrás de investimentos ambientais, para obter, por exemplo, a certificação que é interessante. Indústrias que exportam, precisam ser competitivas no mercado internacional, isso significa que elas têm que ser certificadas. E a certificação parte de um processo de auditagem interna, então, com isso, o setor industrial teve um avanço muito grande. Depois, todas as federações de indústria criaram seus departamentos de meio ambiente, então houve um crescimento muito grande a partir da década de 1980. Esse setor não foi acompanhado por outros não tão privilegiados economicamente como, por exemplo, o setor de mineração. A mineração que se faz no Rio Grande do Sul é uma mineração de pobreza, é uma mineração de extrair saibro, de extrair basalto, não é a grande mineração que tu tens em Minas Gerais, por exemplo, que é uma mineração industrializada. Toda a mineração industrializada investe em meio ambiente. Porque onde tu tens mineração, tu precisas reconstituir o ambiente degradado de forma que fique visível. Por exemplo, tu tens um morro, tens que fazer um sistema de bancadas para ir colocando o minério que foi extraído aqui, porque senão vais ter uma chaga no morro como a gente tem quando passa na estrada e vê todo um morro degradado, que nunca mais vai ter jeito, é um recurso não renovável, não tem jeito. Então o grande problema que se tem é a atividade em que não há investimento econômico, em que existe esse problema de recuperação ambiental. E o setor da água é clássico nesse sentido, porque tratar a água para beber já é caro, mas tratar o esgoto cloacal é imensamente mais caro. Em Porto Alegre, se não me engano,

somente 37% do esgoto é tratado. Há regiões como a Cidade Baixa que tem canalização do esgoto cloacal outras, não. Por exemplo, a região em que eu moro não tem, aqui na rua Tiradentes, perto do Hospital Moinhos de Vento, é um edifício de 12 andares que é tratado por sistema de fossa e sumidouro, no verão, tu sentes todo o cheiro. Em 37% só da cidade tem, e a maioria das pessoas não sabe disso. Existe essa defasagem porque é uma área tratada pelo setor público, é uma área estratégica. Existe hoje uma grande discussão sobre privatizar ou não privatizar o abastecimento de água e o tratamento de esgoto. Países em que foi feita a privatização, hoje, sofrem muito porque é uma relação de custo/benefício. O empresário só vai dar água e tratar do esgoto para cidades onde puderem pagar. Então tu não podes comparar o PIB de uma cidade como Barra do Ribeiro, só para dar um exemplo, com o de Caxias do Sul. Então é utópico achar que o setor privado vai fazer investimentos em Barra do Ribeiro, ele vai fazer em Caxias do Sul onde as pessoas podem pagar. E a água é um recurso essencial para a saúde, para a vida das pessoas. Então esse é um recurso que precisa ficar em mãos do Estado, só que o Estado não tem dinheiro para investir em prol só do meio ambiente, porque ele tem que resolver os problemas da violência, da infância tem que pagar salários.

Memorial - DLT: Qual é a saída para isso, Dra. Sílvia?

Entrevistada: Não sei. A saída é fazer isso que se está tentando no Ministério Público, trabalhar, por exemplo, com o escape de recursos que são as fontes alternativas. Hoje o Rio Grande do Sul está todo furado por poços artesianos, essas pessoas não pagam água para a CORSAN e ainda lançam seus efluentes contaminados. Então estão concorrendo com isso, a gente começou a trabalhar nisso aí, a tentar fechar os poços clandestinos de água, é uma forma de tentar contribuir, tem um monte de coisa para fazer. É interminável; por isso que o meio ambiente é bom, o meio ambiente é um desafio eterno.

Memorial - DLT: É verdade!

Entrevistada: A água é a estratégia.

Memorial - DLT: A senhora não acha que houve uma grande demora para se cuidar do meio ambiente?

Entrevistada: Olha, eu acho que não, eu acho que está dentro do nosso contexto brasileiro. Eu acho que a Europa, por exemplo, acabou com tudo também, matou seus rios e depois foi atrás com dinheiro. E

nós não, nós não alcançamos nunca esse desenvolvimento. O Chile, por exemplo, está totalmente privatizado, vamos ver o que vai acontecer com os recursos. O Chile hoje exporta bruto, os seus recursos naturais, mineração, peixes, flores, frutas. Hoje o Chile cria salmão totalmente com hormônio, não dá para consumir o salmão do Chile, criado totalmente em cativeiro, cheio de hormônios. A galinha que compramos no supermercado dura 37 dias, se não for abatida, ela morre, ela é quase transgênica, não é transgênica, mas é totalmente artificial, cheia de hormônios, cheia de antibióticos. A nossa vida é isso, é um salve-se-quem-puder. As verduras cheias de agrotóxicos. Estamos cercados por todos os lados.

Memorial - DLT: Dra. Sílvia, no seu entendimento, que tema deve ser privilegiado num debate institucional, interno, do Ministério Público?

Entrevistada: Eu acho que temos de trabalhar, acho que administração já começou a trabalhar nisso, tem que rever a atuação do Ministério Público no processo civil, isso é fundamental, não é possível que continuemos trabalhando em todas as ações, porque se o Ministério Público cresceu na defesa de interesses coletivos, ele precisa crescer em termos numéricos nessa defesa sob pena dele se desmoralizar.

Memorial - DLT: A demanda fica enorme e não tem como fluir.

Entrevistada: Não tem, porque tem um monte de procuradores e promotores trabalhando no cível dando parecer em divórcio consensual de maiores, perdendo o seu tempo, no meu ponto de vista. O Estado não pode pagar o promotor para dar parecer em divórcio consensual entre partes maiores, ainda mais quando não há menores. Então isso é fundamental que se comece a questionar no papel do Ministério Público no cível. Outra questão fundamental é rediscutir a atribuição do Ministério Público no segundo grau, criar procuradorias especializadas, por exemplo. Tu não podes trabalhar hoje como se está trabalhando, generalista, não é possível. Tu tens que ter pessoas especializadas na infância, em meio ambiente, em consumidor, em improbidade. No segundo grau a gente não tem. Então tem que mexer nisso. Acho que tem que se definir prioridades de atuação, tem que reestudar isso que já está se fazendo, o papel do Ministério Público no cível e reestudar a relação entre promotores e procuradores, reestudar o papel do procurador no segundo grau, acho que essas são as três questões que deveriam ser prioritárias institucionalmente.

Memorial - DLT: Dra. Sílvia, como é que a senhora avalia a relação do Ministério Público com a imprensa, pontos positivos, pontos negativos?

Entrevistada: Olha, eu acho que tem mais pontos negativos do que positivos. Na minha experiência, a imprensa, apesar de ser uma concessão do serviço público, se mantém por patrocínios; significa dizer que muitas ações do Ministério Público afetam atividades econômicas que patrocinam a imprensa. Em outras palavras, tu ajuízas uma ação contra uma determinada indústria que é patrocinadora de um jornal, a imprensa não vai divulgar nada, ao contrário, pode até te queimar. Aconteceu comigo, quando ajuizamos a ação contra a Avipal, a imprensa foi fazer a entrevista, cortou o que eu falei, dizendo que pegou só um pedaço do que eu disse e ameaçou que ação do Ministério Público ia desempregar várias pessoas, e ganhamos a ação do início ao fim, então isso é muito presente. Esta falta de imparcialidade na imprensa, qualquer pessoa que tenha um pouco de vivência, infelizmente, nota. Então eu acho muito tensionada a relação do Ministério Público com a imprensa. É isso que eu digo, não existe diferença de sexo, existe trabalho. O Ministério Público com o seu trabalho, reconhecendo também seus erros - que existem muitos - tem ganhado credibilidade, é uma instituição que ainda goza de credibilidade. A imprensa não pode fazer nada além de divulgar a verdade. E a verdade é que o Ministério Público trabalha muito em prol da sociedade. Existem problemas, existem coisas questionáveis como as férias de dois meses. Essas questões todas que são exploradas no plano nacional, que, acho, mereceriam também uma reflexão institucional, mas no trabalho-fim, acho que o Ministério Público vai bem, acho que crescemos muito, nos profissionalizamos muito. A prova está no depoimento que dei sobre o começo, em 1988, e como estamos agora. Tem muita coisa para fazer ainda. Vejo na minha área, todo o dia que eu acordo, todas as coisas que falei, é o mundo, é interminável, interminável! Às vezes, penso assim: quando não se tem a solução para alguma coisa, chama-se outras pessoas que também não sabem, mas que trabalham de alguma forma, que têm sintonia com aquele setor e vai paulatinamente trabalhando e conversando que as soluções vão saindo, cansou de acontecer isso comigo. Existem coisas na vida que não se consegue resolver no prazo necessário, são projetos a médio e longo prazos. Essas questões essenciais do Ministério Público passam por isso, por uma discussão paulatina das coisas. Como é que eu vou rediscutir o papel do procurador no

segundo grau, se ele não quer mudar aquilo que está fazendo? Se acha que está bem? Então precisa ir conversando, fazendo encontros e enfrentando o problema paulatinamente.

Memorial - DLT: Dra. Sílvia, a senhora gostaria de deixar mais algum registro em seu depoimento?

Entrevistada: Não, acho que o essencial do depoimento em referência a visão das mulheres é que o Ministério Público, realmente, se democratizou com relação a elas. E quero registrar que acho não existirem diferenças entre homens e mulheres na nossa profissão. Podem existir em outras: bombeiros, salva-vidas, metalúrgicos, coisas que exigem força. Mas em coisas que exigem força de vontade, não existem diferenças entre homens e mulheres na nossa geração, existem diferenças de competências como tudo na vida. É o que eu penso. Se existem preconceitos, eles estão velados, fazem parte da natureza humana. Se eles aflorarem, serão combatidos pela maioria. A entrada em carreira de concurso público, qualquer que seja ela, é a melhor forma de igualar homens e mulheres. É o que eu acho.

Entrevistada: Dra. Sílvia, muito obrigada!

Memorial - DLT: De nada! Parabéns pelo trabalho.

SIMONE MARIANO DA ROCHA

Simone Mariano da Rocha é natural de Nova Prata/RS. Graduada em Letras e Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1989. Atuou nas Comarcas de Itaqui, Caxias do Sul e Porto Alegre. Atualmente, é Procuradora de Justiça junto à 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Foi eleita e empossada vice-presidente Administrativo e Financeiro da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul para o biênio 2005-2006.

Simone Mariano da Rocha*

Memorial - DLT: Dra. Simone, a senhora é natural de Nova Prata?

Entrevistada: Natural de Nova Prata.

Memorial - DLT: Por quanto tempo a senhora ficou no município?

Entrevistada: Eu residi em Nova Prata até os sete anos de idade, a família materna é originária da cidade. Como meu pai passou no concurso para juiz, eu saí de Nova Prata e comecei a minha vida nômade.

Memorial - DLT: Ah, a senhora é filha de juiz, não estava aqui no *curriculum*.

Entrevistada: Atualmente, desembargador aposentado.

Memorial - DLT: Houve influência o fato do pai ser juiz na escolha da carreira como operadora do Direito? E como se deu a opção pelo Ministério Público?

Entrevistada: Talvez inconscientemente tenha tido, talvez de ouvir falar na questão da solidariedade humana, da justiça. Na minha família paterna a opção é pela Medicina ou pela área jurídica. Meu avô foi Promotor de Justiça em 1914.

Memorial - DLT: Que interessante! Como era o nome do seu avô, Dra. Simone?

Entrevistada: Manoel Mariano da Rocha. Foi da época em que os promotores eram nomeados.

Memorial - DLT: Foi antes do primeiro concurso, realizado em 1941. E ele era de Nova Prata, ele foi promotor na cidade?

Entrevistada: Não, não, foi promotor em Encruzilhada do Sul de onde parte da família do meu pai é natural. E tenho também um tio Promotor de Justiça aposentado, Oyama da Fontoura Rocha. Dá para tu veres que tem uma influência familiar aí.

---

* Entrevista concedida aos historiadores Márcia de la Torre e Moacir Paulino Bueno em 21/07/2004. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Cíntia Vieira Souto.

Memorial - DLT: Há influência realmente tanto da Magistratura como do Ministério Público, não é. A senhora estava nos contando que ficou pouco tempo em Nova Prata em função da carreira do seu pai.

Entrevistada: Até os sete anos de idade, depois então nós começamos a chamada vida nômade, conhecendo outras cidades. Marau foi a primeira comarca de meu pai, também estudamos inglês em Passo Fundo, porque, naquela época, as cidades ofereciam poucas oportunidades culturais e de estudo. Depois nós fomos para São Borja onde ficamos três anos e, depois, para Uruguaiana. Então esse meu sotaque conhecido na Instituição vem da minha bagagem cultural da fronteira, pois eu era apaixonada pela fronteira, acho um povo super-receptivo, tanto que a minha primeira opção de comarca foi Itaqui porque era fronteira. Passei muitos anos residindo em São Borja e Uruguaiana. Tenho uma irmã que reside em São Borja. Quando passei no concurso, a minha turma foi uma das maiores do Ministério Público, 86 colegas, se não me engano, e eu aprovada no 23º lugar, sendo que as comarcas eram escolhidas por ordem. Quando eu optei por Itaqui, todo o salão fez uahhh, e eu disse: "Meu Deus, o que eu fiz de errado?!". Cheguei a ficar vermelha!

Memorial - DLT: Claro, porque na época a estrada, a telefonia, enfim as condições no interior eram mais precárias, não é, Dra. Simone, e não era fácil a adaptação.

Entrevistada: Eu passava uma semana atrás de um pé de alface em Itaqui, porque também isso é cultural. Depois eu saí dessa região para uma região de italianos, região da serra, em Caxias do Sul, então o pessoal tem horta. E lá não, lá era carne, ninguém faz uma hortinha, por mais que tenha um grande terreno em volta.

Memorial - DLT: É o perfil da estância, da fronteira. E aí, Dra. Simone, a senhora então estudou em Porto Alegre, fez a universidade em Porto Alegre, como é que foi?

Entrevistada: Estudei sempre no interior, primeiro e segundo graus, e a minha primeira universidade comecei em Uruguaiana. Foi Letras.

Memorial - DLT: Ah, iniciou em Letras?

Entrevistada: Comecei em Letras porque não havia opção para Direito, na época, em Uruguaiana. Eu tinha vontade de fazer a faculdade de Direito, mas os meus pais residiam lá, então fiz Letras. Quando vim para Porto Alegre, ainda estava no curso de Letras e ingressei

na PUC, tive aqueles receios de deixar as coisas mal feitas ou não terminadas...

Memorial - DLT: Coisas de mulher.

Entrevistada: As culpas femininas.

Memorial - DLT: As culpas femininas.

Entrevistada: Então terminei a faculdade de Letras, fiz concurso para o magistério estadual, fui aprovada para ser professora.

Memorial - DLT: Foi professora da rede pública?

Entrevistada: Passei no concurso, ficaram seis meses sem me chamar, estava fazendo cursinhos variados e resolvi fazer vestibular de novo. Passei no vestibular de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, quando, já no sexto semestre, fui lotada em uma escola de primeiro grau incompleto. Exemplo de que o Estado não é organizado, um estágio probatório em um colégio onde não estava apta a lecionar. Eu não tinha feito o Normal, só podia ministrar aulas a partir da quinta série.

Memorial - DLT: Exatamente, pegaria área dois, hoje, da quinta série a oitava.

Entrevistada: Da quinta a oitava série, e fui designada para uma escola de primeira a quarta série, então não podia lecionar. E aí acho que foi uma grande riqueza de vida que tive, porque fui para uma escola da periferia de Porto Alegre - na Vila Bom Jesus com Divinéia - numa época em que o Estado não alcançava sequer merenda às crianças.

Memorial - DLT: Em que época foi isso?

Entrevistada: 1983.

Memorial - DLT: Passou a dar aulas, cursando a universidade.

Entrevistada: Sim, cursava Direito pela manhã, almoçava na faculdade e lecionava à tarde. Na verdade lecionar não, porque já que a escola era de primeiro grau incompleto, preocupava-me com a merenda, com a biblioteca, em alcançar coisas para a escola. Da minha lista de casamento, dos presentes em duplicidade, foram feitas ações entre amigos para a merenda escolar.

Memorial - DLT: É mesmo! A escola não tinha realmente recursos.

Entrevistada: Não tinha. Então nós, as professoras, íamos para o *Carrefour* buscar osso para fazer sopa. Eu tive uma infância privilegiada,

no interior, e acredito, com uma formação pessoal que trago do meu pai, da minha mãe, do meu avô colono, de origem italiana, com muito respeito ao próximo. E conhecendo a realidade na vila Divinéia, crianças que precisavam comer, que iam para a escola para comer e que simplesmente não tinham nada ao seu alcance. O interesse de eventuais autoridades que apareciam por lá era para lançar uma horta escolar e comunitária, deixavam um saquinho de semente, uma pá e nunca mais retornavam. Não mandavam sequer mais sementes. Acho que aí o despertar para a questão da miserabilidade, de uma vida que eu não conhecia, nunca tinha tido contato com essa condição de exclusão social absoluta. Acho que foi um aprendizado de vida - na minha avaliação - esse momento em que tive oportunidade de trabalhar na vila Divinéia.

Memorial - DLT: Que acabou, provavelmente, deixando influência ao longo da trajetória profissional.

Entrevistada: Acredito que sim, porque me especializei na área da infância e juventude desde junho 1991, quase fazendo aniversário com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Acho que o público infanto-juvenil é uma das categorias sociais, juntamente com os idosos, completamente desassistida.

Memorial - DLT: É verdade. Dra. Simone, quando a senhora terminou o curso de Direito, continuou dando aula?

Entrevistada: Quando eu terminei o curso de Direito e já completava três anos de magistério, logo fui cedida para o Tribunal de Justiça como secretária-adjunta de Câmara, onde trabalhei também por três anos, fazendo a Escola Superior do Ministério Público e, nesse meio tempo, antes do decurso da conclusão da Escola, passei no concurso do Ministério Público.

Memorial - DLT: E o que fez a senhora, nesse momento, optar pelo Ministério Público e não pela Magistratura, o que aconteceu?

Entrevistada: É muito engraçado, porque eu sempre dizia que não queria ser magistrada e o meu pai sempre dizia assim: "A vida de magistrado é muito sacrificada". Na verdade, tive uma experiência de assessoria no poder judiciário e acho que a opção pela Escola do Ministério Público, desde a faculdade, foi pelo dinamismo do ofício de Promotor de Justiça. É isso que me encanta, essa possibilidade de articulação, uma instituição oxigenada, uma instituição que tem outros olhares, que permite um trabalho coletivo, um trabalho integrado, e não muito isolado

ou encastelado, que é, na verdade, também a natureza da própria atuação de um magistrado. No Ministério Público me encantava esse desafio, inicialmente a área criminal com a qual, acho, que todo o estudante de Direito sonha.

Memorial - DLT: Sonha em ser promotor na área criminal.

Entrevistada: O idealismo de transformação social passa muito como atribuição originária do Ministério Público. Isso acho que me levou a, desde o início, cursar a Escola do Ministério Público e não a da Magistratura; fazer o concurso do Ministério Público e não o da Magistratura, no qual nunca fiz sequer a inscrição.

Memorial - DLT: A década de 1980 foi extremamente rica para a Instituição, novas atribuições, transformações, a lei orgânica.

Entrevistada: Eu acho que foi uma caminhada histórica importantíssima. Tive oportunidade de ler o livro do Memorial do Ministério Público *De Homem Só a Guardião da Cidadania* e acho que é isso, a caminhada passada como outros homens tiveram, como meu pai que veio do interior sozinho, e aí nós temos nosso querido decano Dr. Paulo Pinto de Carvalho, de São Borja também, daquela origem de homens probos, de homens honrados, de homens que levavam adiante, como ideal, a profissão. O Ministério Público depois se transformando, e aí o grande legado da Constituição de 1988, mostrando o Ministério Público social, que essa é a grande riqueza, na minha avaliação, da Instituição. E a sua credibilidade, acredito, muito se deve, não só a atuação histórica desses homens, mas também a atuação social. Acho que se conhece mais o Ministério Público hoje, o Promotor de Justiça, porque ele é o único que está a postos para alcançar a mão, e esse é um orgulho que deve ser institucional. Essas áreas pós-Constituinte, pós-Constituição de 1988, meio ambiente, infância e juventude se prestam muito a isso. Então na área da infância e juventude, quando os colegas novos estão ingressando na carreira, dizemos: "Promotor de Justiça da infância e juventude não é e não pode ser promotor de gabinete, ele tem que estar inserido na comunidade, ele tem que ser um agente de transformação social necessariamente". E é com orgulho que posso falar na atuação do Ministério Público hoje, no Centro de Apoio, vendo a atuação dos colegas no interior do Estado, quantas conquistas e que contribuição significativa teve a Instituição para a implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente. Acho que muitas das conquistas se devem à atuação do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.

Memorial - DLT: A senhora quando foi para Caxias do Sul e passou a atuar na área da infância, já existia o ECA?

Entrevistada: Em 1991, já. Quando ingressei na carreira era o Código de Menores. Quando fui promovida para Caxias do Sul houve criação institucional das primeiras promotorias especializadas na área da infância e da juventude.

Memorial - DLT: Esse é um documento histórico importante.

Entrevistada: Na verdade, acho que foi uma atuação do Ministério Público ímpar para o reordenamento institucional na área da infância, a criação do Centro de Apoio das Promotorias da Infância e da Juventude e a criação das Promotorias Regionais da Infância e da Juventude. São dez promotorias especializadas na infância no Estado do Rio Grande do Sul, criadas antes dos juizados regionais - disso posso te passar os documentos. Na área da infância no Estado, em termos de organização judiciária, os dez maiores centros do Estado são pólos regionais que têm competência exclusiva para a adoção internacional e para as casas de privação de liberdade de adolescentes.

Memorial - DLT: Fruto da política do ECA, não é? Porque antes, pelo Código de Menores, havia uma política centralizada, eles vinham a Porto Alegre para a extinta FEBEM.

Entrevistada: O importante, em termos históricos também, é que a primeira resolução do Conselho Estadual dos Direitos, que é o órgão formulador de políticas no Estado do Rio Grande do Sul, a Resolução nº 1 foi provocada pela promotora da regional de Passo Fundo, Dra. Ana Maria Marchezan, e por mim, da regional de Caxias do Sul, solicitando a regionalização da privação de liberdade para os adolescentes permanecerem mais próximos das suas famílias.

Memorial - DLT: Porque havia ruptura de vínculos, não é, trazendo para Porto Alegre. Eu não sabia que era iniciativa do Ministério Público o primeiro ato. Isso é importante registrarmos.

Entrevistada: É um ofício conjunto das duas promotoras regionais da infância.

Memorial - DLT: A senhora em Caxias do Sul e a Dra. Ana em Passo Fundo.

Entrevistada: É, encaminhamos ofício provocando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quando eu fui para

Caxias do Sul, uma das dez primeiras promotorias, fui a primeira titular da promotoria especializada da infância na cidade, logo depois da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aí começamos a dar os primeiros passos para descobrir, desbravar o Estatuto da Criança e do Adolescente. As concepções legais, políticas e sociais eram completamente diferentes para mudar essa realidade com uma interpretação da lei.

Memorial - DLT: E como é que foi?

Entrevistada: Eu acho que foi um desafio, vamos dizer, encantador e gratificante. Costumo dizer que quem trabalha na área da infância tem que saber trabalhar muito com o sentimento de impotência, porque são muitas as fragilidades que encontramos, as dificuldades, as morosidades, mudar uma concepção cultural e política é muito difícil, demanda tempo.

Memorial - DLT: Geralmente se passa muito tempo para depois vir a lei, o Estatuto tem essa característica de vir antes.

Entrevistada: Mas, na verdade, gratifica muito ver avançar, ver construir uma proposta nova, as conquistas. Acho que a Comarca de Caxias do Sul, na minha avaliação, foi muito profícua, propiciou um campo fértil de trabalho, até hoje tenho um carinho muito grande pela comunidade. E aí outro aprendizado: o de trabalhar no coletivo.

Memorial - DLT: Estabelecer parcerias é um princípio do ECA.

Entrevistada: Isso. Respeitando atribuições, competências e o interesse comum. E esse é um trabalho bonito na área da infância. Só construímos efetivamente êxitos e sucessos quando há uma construção coletiva, essa integração de ações; o trabalho interinstitucional é muito significativo. E ali conseguimos uma comunidade coesa, tanto que foi uma das cidades onde várias propostas saíram do papel.

Memorial - DLT: E como é que foi montar essa rede?

Entrevistada: Esse trabalho foi árduo, mas muito significativo. Nós temos que buscar implementar as estruturas mínimas da política de atendimento. Vários municípios, 60 no Estado, ainda, não possuem conselhos tutelares, alguns não têm Conselhos Municipais e quando têm, não funcionam bem. Falta não só a implementação como a consolidação e o fortalecimento dessas estruturas. Esses são passos muito significativos para se dar: a criação do Conselho Tutelar e a fomentação do Conselho Mu-

nicipal dos direitos. Na minha experiência inicial em Caxias do Sul, foi a discussão com a sociedade civil junto com entidades governamentais que tirou aquele ranço da prefeiturização, ou seja, o prefeito é quem manda. Era uma quebra de paradigma. Mas, nesse ponto, acho que fui muito feliz na minha caminhada de trabalho com os profissionais que encontrei. Na área do Poder Executivo em Caxias do Sul, o Dr. Mário Vanin apoiou muito as iniciativas. Havia empresários - e aqui parênteses, mas acho que é importante também mencionar – que, em razão de movimentos contra a violência, apoiavam a área da infância e da juventude e tinham muita credibilidade no Ministério Público. Por exemplo, o empresário Raul Randon dizia assim: "Dra. Simone, precisa tijolo?" Eu dizia: "Precisa tijolo". Resposta: "Então tem tijolo". Era muito legal! Foi um campo muito fértil do trabalho. Tanto que até hoje existem grandes lembranças. O Poder Judiciário se organizou e se ordenou depois do Ministério Público. Em termos históricos - acho relevante ordenar -, foram criadas as promotorias primeiro para depois serem criados os juizados regionais.

Memorial - DLT: Sempre foi vanguarda.

Entrevistada: Sem falsa modéstia, acho que o Ministério Público ocupa a vanguarda.

Memorial - DLT: E a sociedade, naquele momento, conseguia compreender, porque sabemos que toda a vez que acontece um crime cometido por um jovem, que seja um pouquinho mais impactante, vem toda a discussão, a imprensa atrás, aí começa-se a dizer que o Estatuto da Criança não vem resolvendo e se culpa o Estatuto até por não ter penas um pouco mais rigorosas. A senhora concorda com isso, naquele momento de início, no momento em que foi se estruturando, que se foi reorganizando dentro do Estatuto, como é que se comportava a sociedade?

Entrevistada: Talvez não tivesse uma visão tão crítica como agora. E fazemos uma avaliação da própria lei em relação a isso. O Estatuto, assim como a Constituição Federal, nasceu dos anseios, do movimento da própria Constituinte, do abaixo-assinado que se fez já com base na Convenção dos Direitos da Criança assinada em 1989, com destaque para o texto do artigo 227 que, quando surgiu, suscitou muita empolgação. Passou-se da condição de objeto para condição de sujeito de direito. E essa visão, em termos de cidadania e de sujeito de direito, se prestou muito para alavancar conquistas na área de proteção. Mas a área socioeducativa

ficou um pouco escondida e envolta, no imaginário popular, no manto da impunidade, e hoje se fala muito no sentido de que o Estatuto da Criança e do Adolescente quiçá pudesse ter sido lançado em dois livros apartados fisicamente.

Memorial - DLT: Onde se trataria a questão socioeducativa.

Entrevistada: Em um Código de Responsabilidade Penal Juvenil, e já vislumbramos indicação de consultorias internacionais nesse sentido. A Costa Rica fez essa opção, o Código de Responsabilidade Penal e o Código de Proteção, que, na verdade, não difere nada do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas em termos de repercussão, no imaginário social, é distinto.

Memorial - DLT: É verdade, é completamente distinto. Porque as pessoas confundem.

Entrevistada: Confundem, e aí o que se faz? Defendem a redução da idade penal simplesmente e não entendem que é jogar a sujeira embaixo do tapete, e, normalmente, na discussão, o argumento é: "Mas o adolescente já pode votar, por que não pode, então, ir para o presídio com 16 anos?".

Memorial - DLT: Se ele tem o direito de votar...

Entrevistada: É, e estamos dizendo: "Olha, é uma questão de política". É uma opção da política criminal brasileira, não é uma questão de discernimento. Muitos adolescentes já sabem, têm a consciência das situações. Um exemplo histórico que está num livro do Dr. Saraiva, é da maçã de Tibeca, uma menina de quatro anos para quem tu ofereces uma moeda e pergunta: "Tu queres ganhar uma maçã ou tu queres a moeda?". Se ela escolhesse a moeda - e se passarmos para os dias de hoje e colocar isso para os nossos filhos, é fácil de sabermos a resposta - é porque tinha malícia, então podia ser condenada. E é isso que fazem com os adolescentes. Na verdade, demanda uma analise bem mais complexa.

Memorial - DLT: Dra. Simone, quando a senhora saiu de Caxias do Sul, já vem a promoção para Porto Alegre?

Entrevistada: De Caxias do Sul já vim para Porto Alegre e, de lá, nós já tínhamos, pelo menos, um anseio muito grande de uma integração entre os colegas especializados. Era um time pequeno, afoito e com muita vontade de modificar e de transformar efetivamente. E isso impulsionou um grupo de colegas a buscar a especialização e a participação nes-

sas questões em âmbito nacional. Então, quando cheguei em Porto Alegre, já havia uma vontade muito grande, a minha expectativa era de ficar na área da infância e da juventude.

Memorial - DLT: A senhora, basicamente, tirando Itaqui, eu não sei se em Itaqui...

Entrevistada: Eu nunca aceitei remoção da comarca, fiquei um ano e oito meses em Itaqui.

Memorial - DLT: Em Itaqui ficava atuando nas diferentes áreas?

Entrevistada: Como Itaqui era diferenciada da maioria das demais comarcas, porque era uma antiga segunda entrância que depois virou inicial, contava com duas varas, fomos eu e o colega Paulo Tesheiner. O colega ficou na primeira Vara, Vara do Júri, e eu classificada na segunda Vara onde, já naquela época, atendia infância e juventude, menores.

Memorial - DLT: Já atendia desde lá, então a sua trajetória no Ministério Público, por uma questão de opção, foi sempre na área da infância, acompanhando todo o processo.

Entrevistada: Nessa primeira comarca, eu tive essa possibilidade de uma atuação mais de clínica geral, mas já com inserção na infância.

Memorial - DLT: O debate já estava posto na sociedade, não é?

Entrevistada: Já.

Memorial - DLT: Da própria necessidade de transformação do Código de Menores. Então a senhora acompanhou todo esse processo.

Entrevistada: Todo esse processo. Sou quase jurássica na área da infância!

Memorial - DLT: Está fazendo com a atuação os 15 anos da vigência do ECA. E aí de Caxias do Sul para Porto Alegre a senhora vem com toda essa experiência que foi bem sucedida e traz essa motivação para cá. Como é que estava a situação?

Entrevistada: É, em Porto Alegre, nós já tínhamos também um campo muito fértil, tínhamos a criação aqui da Coordenadoria das Promotorias da Infância e da Juventude. Na Coordenadoria, diferentemente de hoje, os colegas eram designados pelo Procurador-Geral. E aí a grande riqueza de uma atuação, também aqui, em equipe. Era uma equipe coesa de colegas que eram convidados pelo chefe da Instituição em razão de um reconhecimento de um trabalho, de uma afinidade de atuação. Então

Porto Alegre também, na minha avaliação, fazia um trabalho muito diferenciado na atuação com a infância e juventude, sobretudo com reuniões semanais entre todos os colegas, propondo, porque, na verdade, nós tínhamos o ECA como um instrumento de exigibilidade. As dúvidas que tínhamos não estavam nos livros. O que se fazia? Se experimentava muito, se inventava muito. Ações inéditas no Brasil, por exemplo, foram originárias do Estado do Rio Grande do Sul, buscando implementar o Estatuto, ninguém dizia de que forma, nós tínhamos que experimentar. Isso com um trabalho entre colegas unidos, estudando e buscando arrojar na área da infância e da juventude.

Memorial - DLT: E dessas experiências, a senhora tem lembrança de alguma que tenha sido inédita aqui, de alguma proposta que serviu de modelo?

Entrevistada: Nós tivemos, na verdade, várias ações, nas mais diversas áreas, educação, saúde, na maioria voltadas para a implementação de políticas públicas e garantia direitos fundamentais, uma eu acho que foi das mais significativas pela repercussão e não é tão antiga assim, a dos leitos pediátricos. A Promotoria da Infância e da Juventude que ingressou, à época, em razão da superlotação dos leitos pediátricos. Isso foi na Comarca de Porto Alegre. E, na ausência de leitos, havia uma escolha de Sofia pelo médico. Quem ele vai tirar para colocar quem naquele leito? Se está na UTI, é porque necessita de UTI. Aí, em uma atuação conjunta dos colegas da Promotoria da Infância, tentamos, juntamente com os colegas da Promotoria de Cidadania à época, articular junto ao município, buscando aumentar o número de leitos hospitalares em UTI. Não tivemos sucesso na articulação, mas percebemos que tínhamos um instrumento mais eficaz que os colegas da cidadania, que era o princípio constitucional da prioridade absoluta. Nos apartamos dessa negociação conjunta, ou seja, a questão dos adultos, a saúde e a infância, e ingressamos com uma ação judicial, se não me engano subscrita pelo colega Miguel Velasquez, postulando a garantia de leitos pediátricos e de UTI pediátrica para todas as crianças que necessitassem pelo sistema SUS, e, em não havendo pelo sistema SUS, em leitos privados, sob as expensas do poder público. Isso fez com que essa ação chegasse ao segundo grau, fosse mantida pelo Tribunal e provocou que Porto Alegre se organizasse enquanto política pública, tendo uma central de leitos.

Memorial - DLT: A origem da Central de Leitos.

Entrevistada: A origem da Central de Leitos. Na verdade, a atuação do Ministério Público se mostra essencial, mesmo por via reflexa, por auxiliar na construção, planejamento de ações e programas de serviços essenciais.

Memorial - DLT: Claro, porque provoca, na ação executiva, organização para responder. Exatamente, isso é extremamente importante.

Entrevistada: A criação das casas regionais, além da regionalização, foi uma atuação institucional articulada pelo Ministério Público. Traçamos aí uma estratégia político-institucional. Na época, capitaneados pelo Centro de Apoio da Infância e da Juventude, todos os dez promotores da infância das regiões instauraram inquérito civil para postular, em razão da resolução que já havia saído no CEDICA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), a criação e a instalação das casas regionalizadas. E aí nós tivemos, claro, alguns maior dificuldade, outros menor, para a criação e instalação. Algumas através de intervenção judicial, outras em razão de termos de ajustamento de conduta, tanto que hoje, passados quase 15 anos, faltam quatro casas.

Memorial - DLT: A questão da regionalização foi, acho que desde o ECA, a partir do ECA, sempre um compromisso depois, quando saiu a lei, dos governos estaduais. Acho que foi no Governo Britto, ou no Governo Simon, lembro-me, na época de plano de governo, da questão das casas regionais. Fiquei surpresa que, passados 15 anos, não estejam implantadas todas as casas.

Entrevistada: Tínhamos historicamente uma concepção calcada no assistencialismo, na filantropia, e reverter isso para políticas públicas efetivas na área da infância e juventude demanda mudança de cultura.

Memorial - DLT: Dra. Simone, a senhora quando veio para cá, foi adjunta da Coordenadoria, depois, assumiu a Coordenadoria, como foi essa experiência, a senhora está relatando um pouco das atividades, mas o que a senhora poderia acrescentar do trabalho?

Entrevistada: Eu cheguei aqui nas promotorias, na Coordenaria, na época em que era o Dr. Schineider o coordenador, depois foi a Dra. Ana Maria Schinestsck. Logo depois, acho que fui eu a próxima coordenadora. Aqui, como já referido, nós não tínhamos classificação, nós éramos designados a convite do Procurador-Geral. À época, quando vim de Caxias do Sul, os colegas já estavam me namorando, na verdade, e eu namorando os colegas. Uma das colegas tirou férias e eu entrei como

substituta – nunca fui classificada em Porto Alegre – pelo período de um mês. E aí fui ficando, fui ficando, fui ficando, e nós conseguimos uma pessoa a mais na equipe da Coordenadoria das Promotorias da Infância e da Juventude. E aí aquele trabalho no qual te falei, em várias áreas de fiscalização de entidades, interdição de casa da FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). A minha percepção a respeito do trabalho de coordenadoria das promotorias é de um trabalho de equipe, coeso, que talvez tenha se perdido um pouco – é difícil dizer isso – hoje, enquanto promotorias com cargos classificados. É claro que a demanda do serviço também aumentou muito.

Memorial - DLT: Sim, porque se escolhia muito as pessoas que estavam entusiasmadas e atuando. Hoje não é mais assim?

Entrevistada: Hoje nós temos classificação, claro que é uma luta institucional para que esses colegas sejam classificados por merecimento em razão até de uma afinidade com a atuação na área. Nós temos colegas com muita afinidade na área de atuação, mas éramos reconhecidos como um grupo, "Lá vem a turma da infância e da juventude", porque a gente estava sempre coeso, integrado. As reuniões semanais nossas eram para discutir casos, para discutir que ação iríamos ajuizar, negociações de termo de compromisso, recomendações expedidas para a melhoria de serviços públicos na área da infância e da juventude, e mesmo articulações político-institucionais internas. Nós chegávamos no procurador-geral, por exemplo, ou na Corregedoria-Geral, com algumas demandas, e porque éramos um grupo muito afinado, na verdade, ficava muito difícil negar qualquer postulação de demanda.

Memorial - DLT: Dra. Simone, hoje, entre os membros da Instituição, já existe mais unidade em relação a questão da importância do ECA, ou há controvérsias?

Entrevistada: Pode até acontecer, mas eu acho que isso já está muito esmaecido na nossa Instituição.

Memorial - DLT: No início foi mais difícil? Como é que foi?

Entrevistada: É, foi. Na verdade, como o Estatuto tem que se firmar, acho que na própria Instituição, a área da infância não tinha um espaço definido, identificado, sempre teve uma atuação de colegas importantes, mas não era uma área com identidade institucional. E hoje, com orgulho, posso dizer que foi uma área que ganhou espaço e se mostrou muito atuante, tendo também o respeito institucional, desde

os colegas, por exemplo, da área criminal que, muitas vezes, tinham maiores resistências em relação a responsabilidade penal, reconhecendo a importância do trabalho da Infância. E hoje, publicamente, é reconhecida e também esplanada pelo procurador-geral a responsabilidade da Instituição com a atuação na área da infância e da juventude. Então acho que nós ganhamos um espaço importantíssimo institucional e ele, na minha avaliação, é um espaço consolidado que serviu, inclusive, não digo como experiência, mas como estímulo a outras atuações institucionais, por exemplo, a criação do Conppij – Conselho de Procuradores e Promotores da Infância e da Juventude. O primeiro colegiado criado no Ministério Público foi na área da infância por uma demanda, vamos dizer, grande e muito esperada e almejada dos colegas da Infância e da Juventude que queriam, na verdade, troca de experiências. Na verdade, o Conppij é um espaço democrático para discutir, debater sem formalidade e tomar posicionamentos institucionais na área da infância. Não só em âmbito jurídico, mas como linhas de atuação institucional.

Memorial - DLT: Que não era a posição de uma promotora ou de um promotor, era da Instituição.

Entrevistada: Era da Instituição como um colegiado especializado na área da infância e da juventude, respeitando, claro, os colegiados como o Órgão Superior com as suas atribuições e competências, procurador-geral, Corregedoria-Geral, mas um fórum de debates e trocas de experiências entre os colegas. Nesse sentido, essa experiência, na minha avaliação, nos últimos anos, tem se mostrado muito significativa enquanto retorno de qualificação institucional.

Memorial - DLT: O fórum iniciou como um debate com tema da infância, com a questão dos direitos, com o ECA, foi criado por uma iniciativa dos promotores e das promotoras.

Entrevistada: Por uma postulação dos promotores da Infância e da Juventude, à época, quando concorria a procurador-geral o Dr. Cláudio Barros Silva, Dr. Otaviano e Dr. Ricardo, essa foi a postulação levada aos três candidatos. Na verdade, houve o comprometimento de todos pela implementação já que era uma postulação legítima e muito grande de todos os colegas com atuação na área da infância e da juventude. E quando ingressou então o Dr. Cláudio Barros Silva, ele, através de um provimento, criou o primeiro Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça

na área da infância e da juventude – Conppij. E depois dessa experiência então, já repassou para o meio ambiente, mais tarde para a área criminal e da cidadania,

Memorial - DLT: Com a iniciativa da Infância.

Entrevistada: Uma iniciativa dos colegas da Infância.

Memorial - DLT: E os fóruns são de debate, alimentam essas discussões dentro da Instituição?

Entrevistada: Dentro da Instituição, nós temos a possibilidade de congregar todos os colegas. São convidados procuradores e promotores da Infância e Juventude. Os colegas, em princípio, se deslocam dependendo do interesse da pauta, além de questões jurídicas controvertidas, nós temos temas polêmicos, doutrinários, posicionamentos de atuação institucional e também a possibilidade, nesse colegiado, dos colegas virem mostrar os seus projetos, assim socializando para toda a Instituição e oportunizando que os colegas, baseados naquela experiência, atentando a suas peculiaridades e no seu município, reproduzam essas experiências.

Memorial - DLT: E em termos de estrutura organizacional, ele fica ligado a alguma estrutura da Instituição, do organograma da Instituição, e como é que flui? Como a Instituição assimila as propostas do fórum?

Entrevistada: Quando ele foi criado, na verdade, ele era vinculado ao procurador-geral, se não me engano. Eu fui a primeira presidente do Conppij como Coordenadora do Centro de Apoio das Promotorias da Infância. Atualmente ele é vinculado ao Subprocurador para Assuntos Institucionais. O subprocurador é que preside todos os colegiados, sendo que a secretaria é feita pelo Centro de Apoio correspondente à área de atuação. As reuniões oportunizam a tomada efetiva de posicionamentos na área da infância e juventude. Temos mais de 51 posicionamentos já registrados e demandas, por exemplo, como de aperfeiçoamento do relatório da Corregedoria na área da infância, que foram atendidas, acolhendo a sugestão dos colegas. Hoje nós temos uma grande e grata satisfação de ver que a experiência do Conppij já é consolidada e com espaço institucional.

Memorial - DLT: Sim ela está no corpo da Instituição, é um grande fórum de idéias, de debates, de trocas.

Entrevistada: Um fórum muito rico, tanto que algumas questões chegam hoje do Conselho Superior do Ministério Público, encaminhan-

do no sentido de ouvir o posicionamento do Conppij. Ou encaminha para a Corregedoria e esta, em razão da repercussão da matéria, já se posicionou entendendo importante que sejam ouvidos os colegas do colegiado especializado na área da infância. Isso tem dado um suporte político-institucional importante para essas decisões. E tem se mostrado importante, tanto que há uma demanda de outros Centros de Apoio do Brasil para a criação de conselhos semelhantes ao do Estado do Rio Grande do Sul, que é o único estado brasileiro que possui conselhos com essa natureza.

Memorial - DLT: Uma instituição tem que ser bastante democrática porque ela, na verdade, abre o debate e vai se construindo em função de práticas, de experiências.

Entrevistada: Verdade, debates internos e externos também. Nós convidamos autoridades, às vezes, para participarem.

Memorial - DLT: Promove debates, seminários, Dra. Simone?

Entrevistada: Promove muitos debates. Seminários, só como apoio. Por exemplo, estamos sentindo falta de um seminário na área de qualificação dos colegas em tal matéria, porque ele capta essa necessidade dos colegas em relação a isso. Alguns posicionamentos nossos, moções encaminhadas. Recentemente, na última sessão, nós ratificamos, enquanto Conppij, um manifesto nacional contra a propaganda de cigarros e álcool.

Memorial - DLT: O Conselho, na verdade, é um marco institucional e de afirmação do trabalho da infância.

Entrevistada: Para mim, eu acho que é um marco institucional dos mais ricos para a atuação do Ministério Público. Acho que a criação das promotorias especializadas, hoje nós já temos 49, na verdade, denota uma responsabilidade, um compromisso com a área e o Conselho, Conppij, que foi criado em setembro de 1999. Acho importante também dizer que em algumas questões estamos fazendo uma interface, por exemplo: a venda de bebida alcoólica para menores é crime, diz respeito à criança e ao adolescente, à área de saúde, à cidadania, estamos fazendo reuniões conjuntas Conppij e Concrim, Conppij e Condecid para discutir a interface de atuação.

Memorial - DLT: Interessante. Eu estava pensando, é tão rica essa área, a senhora mencionando a questão do Ministério Público ter sido pioneiro nessa evolução histórica da implantação, merece até que traba-

lhemos o conteúdo de uma publicação contando essa história da organização, não sei se já se pensou sobre o assunto...

Entrevistada: Eu disse que teria uma grande aspiração, um sonho, uma utopia!

Memorial - DLT: É tão bom, pode arrumar alguém mais para sonhar!

Entrevistada: Eu acho que é bem factível. Existe um pensamento de João Galeano que diz: "Utopia é como horizonte, enquanto se caminha, se busca alcançar". Isso é uma verdade para nós da área da infância, acho que temos muito dessa busca. Eu sempre dizia que uma das minhas grandes vontades - para não dizer sonho - era resgatar o quanto o Ministério Público contribuiu para a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Há dois ou três anos venho batendo nessa tecla. E esse ano, já buscando organizar e vendo a necessidade maior de pesquisa, coletar dados, registros temos muito poucos. Desde 1999, quando ingressei no Centro de Apoio, busco resenhar todos os encaminhamentos dos colegas, todos os projetos dos colegas, porque sempre tive em mente: "Um dia vou resgatar essa caminhada da contribuição dos promotores da Infância". Nesse ano, nós reunimos, no último mês, os dez promotores regionais da infância e foi minutado um projeto, criou-se o gabinete de responsabilidade social, e eu achei que era a oportunidade de nos aliarmos ao Memorial do Ministério Público, à Corregedoria e efetuarmos esse levantamento, essa história do Ministério Público e o Estatuto da Criança e do Adolescente. E nesse sentido é uma proposta já aceita e verbalizada pelo nosso procurador-geral que, em seminário recente que ocorreu sobre convivência familiar e comunitária, lançou-a publicamente. Então temos que arregaçar as mangas e ir atrás.

Memorial - DLT: É importante fazermos esse registro, porque já temos 15 anos, é uma trajetória, é importante começar a registrar, a organizar a documentação, até para que se solidifique.

Entrevistada: Nos dez anos do ECA nós fizemos - acho que pela primeira vez na Instituição - o lançamento de um selo comemorativo aos dez anos do Estatuto, o *slogan* era "Todos somos responsáveis". Esse selo foi distribuído a todos os Promotores de Justiça nas correspondências enviadas. Alguns marcos para nós muito significativos na área da infância e da juventude foram, por exemplo, alcançar a primeira *home page* especializada do Ministério Público das áreas e o primeiro CD de mate-

rial de apoio destinado aos Promotores de Justiça foi um CD da infância e juventude do Ministério Público.

Memorial - DLT: O Ministério Público tomou realmente a frente dessa questão da infância e da adolescência, e acho que isso é visto pela sociedade. Dra. Simone, saímos de Caxias do Sul, chegamos em Porto Alegre, o seu trabalho na Coordenadoria acrescentado por todas essas questões que foram evoluindo, é fruto do trabalho dos promotores e das promotoras da Infância. Atualmente, Dra. Simone, a senhora é coordenadora do Centro de Apoio das Promotorias da Infância e da Juventude. Como é que vem fazendo a continuidade?

Entrevistada: É uma evolução, nós tivemos colegas ótimos no Apoio, teve o Dr. Konzen, teve a Dra. Maria Regina, o Dr. Sérgio Chaves, e eu entendo que sempre é uma soma de experiências. Eu tive a oportunidade e também um desafio institucional, porque fui convidada ainda enquanto Promotora de Justiça. E acho que foi o primeiro cargo ocupado por uma Promotora de Justiça, então senti também um grande desafio. A minha vida é feita de desafios, meu marido costuma dizer que sou perseverante nas minhas convicções - para não dizer teimosa. Na verdade também um desafio muito grande, inicialmente com algumas manifestações, embora esmaecidas da Instituição, de dizer: "Mas esse era um cargo na verdade designado para um Procurador de Justiça". E aí a satisfação do orgulho, do reconhecimento da administração superior do Ministério Público para com a área da Infância, acreditando no trabalho. Que não era só meu, eu acho estava ali representando uma integração dos colegas.

Memorial - DLT: Foi símbolo.

Entrevistada: Foi, foi.

Memorial - DLT: Como a senhora vê a instituição do Júri? Como foi seu primeiro Júri?

Entrevistada: Respeito a instituição do Júri, sobretudo pelo papel cultural da participação da sociedade. Tive a oportunidade de atuar somente por três ocasiões em sessões de Júri, experiência importante e valiosa. Para meu primeiro Júri, uma tentativa de homicídio, estudei durante uma semana, fiquei nervosa e até inapetente. Preparei-me tecnicamente e também utilizei argumentação sociológica focada na violência. Ocorreu nas dependências da Câmara de Vereadores de Itaqui e havia a presença de maior público em vista de alguns saberem ser Júri da promo-

tora mulher, já que ao titular estavam acostumados, era o colega Paulo. Resultado exitoso, congratulações, porém, internamente, consolidava não ser área de minha atuação preferencial.

Memorial - DLT: Em algum momento da carreira, a senhora percebeu diferenças de tratamento por ser mulher? Como a senhora vê a ausência de mulheres na Administração Superior do Ministério Público?

Entrevistada: O aspecto cultural historicamente não pode ser desprezado. A participação feminina no mercado de trabalho cresceu ao longo dos tempos e hoje já se evidencia a representatividade das mulheres na família, no trabalho e na política. No Ministério Público não foi diferente, sabemos os relatos dos receios do ingresso das mulheres na carreira. Tivemos a oportunidade e a felicidade de conhecer, ainda em vida, a desbravadora Sophia, primeira promotora mulher nomeada no Estado. Por concurso, o primeiro ingresso deu-se no ano de 1975. Confesso que na minha primeira comarca, fronteira, percebia uma certa curiosidade instigante por parte dos habitantes e profissionais do direito, mas muita fidalguia. Em uma única ocasião necessitei impor com veemência minha autoridade. Atualmente quase 50% da classe é composta por mulheres que têm abrilhantado e valorizado, com sua atuação produtiva, determinada e equilibrada, a vida da nossa Instituição.

Memorial - DLT: Qual sua opinião sobre a atuação da Corregedoria-Geral?

Entrevistada: Órgão fundamental da organização institucional, de natureza preponderantemente orientadora da atuação e política institucional. Vejo na Corregedoria também possibilidade de poder auxiliar na solução dos entraves para superar, ou amenizar, as deficiências materiais e de pessoal que repercutem no desempenho da atuação institucional.

Memorial - DLT: Qual tema deve ser privilegiado no momento atual do debate institucional dentro do Ministério Público?

Entrevistada: Internamente, acredito que a intervenção no Cível, com foco na efetivação de direitos e no aprimoramento institucional.

Memorial - DLT: Como a senhora avalia as relações do Ministério Público e a Imprensa?

Entrevistada: A imprensa é instituição metaforicamente reconhecida como quarto poder e inegavelmente acaba por prestar serviço público, enriquecendo discussões e, muitas vezes, fortalecendo atitudes. Nossas relações não são, em regra, de estranhamento, mas acredito que ainda não sabemos nos valer do nosso potencial e credibilidade. Entendo que devemos investir na comunicação com a sociedade.

SOPHIA GALANTERNICK STURM

Sophia Galanternick Sturm é natural de Pelotas/RS. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Pelotas, trabalhou durante um tempo como advogada e, em junho de 1938, foi nomeada Promotora Pública. Atuou nas Comarcas de Carazinho, Palmeira das Missões e Passo Fundo. Em março de 1941, Sophia participou do primeiro concurso para a carreira do Ministério Público, tendo sido aprovada. Pouco tempo depois, foi removida para Jaguari. Não desejando separar-se do seu esposo, Sophia pediu afastamento. Atuou como advogada em Porto Alegre até 1998, quando aposentou-se em virtude de enfermidade. A Dra. Sophia Galanternick Sturm, primeira promotora gaúcha e uma das primeiras do Brasil, faleceu em novembro de 2003 em Porto Alegre.

Sophia Galanternick Sturm*

Entrevistada: Sempre fui, modéstia à parte, a número um em todos os cursos que eu fiz. Começamos a estudar em uma escola particular da Dona Cecília Mota, onde papai botava todo mundo, e, no último ano, eu fui para o Colégio Elementar. Eu tinha de fazer "admissão ao ginásio", e houve aconselhamento que o currículo de lá seria mais compatível com o meu (exame de) admissão do que a gente aprendia na Dona Cecília Mota. Então, fui para o Colégio Elementar e fiz admissão ao Ginásio Pelotense, que hoje é Colégio Pelotense, de segundo grau, como chamam. Fiz cinco anos de ginásio. Éramos muito poucas moças e a maioria eram rapazes. Tirei quatro medalhas de ouro. Não tirei a quinta, porque adoeci, fiquei um mês em casa, perdi várias provas. Então, eu fiquei só com quatro medalhas. Quando foi para escolher uma profissão, papai queria que eu fosse dentista.

Memorial: Qual era a profissão de seu pai?

Entrevistada: Meu pai era comerciante. O meu irmão formado era médico. A minha irmã mais velha era farmacêutica. E papai queria que eu fosse dentista. Eu não gosto de ver nem uma injeção, como é que vou ser dentista? Aí, eu disse: "Olha, papai, eu gostaria, vou ser bem franca com o senhor, se o senhor deixasse, eu iria entrar na Faculdade de Direito". Ih, nossa, aquela coisa toda. "Mas, papai, qual é o empecilho?" Não havia nenhum, não é? Aí, ele foi conversar com o Dr. Tancredo Amaral Braga, que foi pai do Amaral Braga, que foi desembargador, presidente do Tribunal, que era compadre, foi padrinho de casamento da minha irmã mais velha. E o Tancredo disse para o papai: "Mas não há motivo nenhum para não querer. Deixa, deixa ela fazer o que ela tem vontade".

Memorial: Ele aconselhou...

Entrevistada: Aconselhou que fosse, eu queria, mas o papai estava em dúvida, porque ninguém ia, de repente, aceitar que uma filha dele

* Entrevista concedida à historiadora Loiva Otero Félix em 18/10/2000.

fosse querer ser advogada, essa coisa toda, sempre houve aquele receio. E a nossa faculdade ainda era livre. Eu terminei o ginásio em 1931, o Pelotense, em 1932, eu ingressei na faculdade. E, até dezembro de 1931, ela era livre – fazia os exames lá mesmo, fazia-se o segundo grau e se entrava. Tanto que a nossa turma foi a maior turma até então. Tinha uns 60, porque toda Porto Alegre se candidatou – tinha advogados provisionados, tinha escrivães, ajudantes de escrivão. Então eu pensei: eu não vou interromper o meu colégio, porque eu estou terminando, eu vou fazer o vestibular. Então, quando foi em fevereiro, abriram o vestibular, mas aí já tinha que ter o ginásio completo, eu e uma prima minha tínhamos. Nós éramos quatro moças na faculdade.

Memorial: Nessa turma de 60, eram só quatro mulheres?

Entrevistada: Eram quatro mulheres. Eu tinha um colega que tinha 60 anos. Eu fiquei sabendo mais tarde, porque vim morar neste edifício. Não, nunca nos encontramos para saber que ele morava aqui, mas, aí, conversando, fiquei sabendo que a senhora do médico era filha dele. Então, ela me disse assim: que toda a vida ele quis ser advogado, e a família não quis. Então ele se formou em Odontologia. Quando ele pôde, ele foi fazer a Faculdade de Direito. Nós tínhamos colegas de todas as idades, as mais moças eram as meninas.

Memorial: Como é que foi, na faculdade, a aceitação por terem só quatro mulheres?

Entrevistada: Não havia nenhuma discriminação, os professores nos tratavam igual aos homens, toda a consideração, os secretários, os colegas mesmo, nunca houve. Pelo contrário, a freqüência não era obrigatória e nós tínhamos colegas que moravam em Porto Alegre, que moravam em Taquari, que moravam em tudo que era lugar, e eles não freqüentavam a faculdade. Quando chegavam para os exames, eles iam todos lá em casa, porque eu assistia às aulas e fazia os pontos do que o professor dizia, desenvolvia a matéria. Então, eu ajudava a turma toda e fiz muitas amizades com muitos colegas meus. Aliás, sempre fui colega de me dar com todos, não tinha preconceito. Nós tínhamos uma colega, muito boa, muito querida, daquelas famílias que não iam nem para o primário, para o colégio. Elas tiraram o primário e o ginásio em casa, e ela resolveu estudar Direito – não sei como é que deixaram – e entrou naquela leva que não fez o vestibular. Para mim, muito boa aluna, mas, embora morasse a duas quadras da faculdade, ela vinha de

carro, e se enfiava no carro e saía correndo para ir para casa. E eu saía com os colegas, com as colegas, atravessávamos a praça, íamos conversando. Quando nós nos formamos, uma turma grande, nós fizemos uma semana inteira de festas, inclusive baile, e ninguém a convidou para dançar, e ela ficou magoada. Só o meu irmão, que se dava muito com os primos dela, que foram colegas aqui na faculdade, que a tirou. Até elogiou: que o meu irmão parecia um dos meninos. Quer dizer, foi o maior elogio, porque os primos dela é que dançavam com ela. Mas, ela ficou magoada. Bom, quando nós nos formamos, eu, também, sempre fui a melhor da turma. Não sei quem foi, se foi o Dr. Tancredo, ou [outro], que viu que havia uma vaga na faculdade, eles queriam a vaga para mim. Mas essa minha colega tinha três tios que eram professores da faculdade e eles disseram que, se era para dar uma vaga para mim, era para dar para ela, e não para mim.

Memorial: Para a outra colega?

Entrevistada: Eram os três. Aí, não deram para nenhuma das duas.

Memorial: Por que isto? Quer dizer, quisessem dar para ela, se entende, na época, pelas relações de poder, porque ela era de uma família tradicional. Mas, por que, no fim, nenhuma das duas?

Entrevistada: Porque aquela turma que queria a mim achou que não estava certo. Ela era boa aluna, também, não pudemos dizer nada. Eu sempre fui a melhor da turma... Por exemplo, o nosso professor de Direito Comercial fez uma falência para nós, deu uma parte para cada aluno fazer. Eu ia para casa, me matava, mas era a minha falência. Ele disse que eu fiz um trabalho de profissional. Eu ia todos os dias, de manhã, a um cartório cível, cujo escrivão era amigo do papai, e eu ficava a manhã inteira lendo processos. Tanto que, quando eu me formei, quando eu assumi a promotoria, eu nunca tive aquela história de estar perguntando, que não era do meu feitio, tinha que estudar, tinha que saber.

Memorial: Então, quando a senhora se formou, em seguida, foi indicada para ficar na faculdade. Daí, houve essa negativa.

Entrevistada: É. Houve. Depois que eu soube que eu não iria ser convidada, eu instalei o meu escritório de advocacia. Foi meu irmão quem me deu um escritório muito bonito de jacarandá, lindíssimo, dentro da nossa casa mesmo...

Memorial: Lá em Pelotas?

Entrevistada: Em Pelotas. E eu comecei a advogar. Lecionei um pouco no Ginásio Pelotense, lecionei na escola técnica de Pelotas. Tinha alunos particulares, eu sempre enchia o meu tempo. Eu tinha uma hora entre o almoço e a faculdade. A Rosah Russomano foi minha aluna, eu a preparei para o ginásio. Aquela nem era, praticamente, minha aluna, a minha aluna era outra, ela vinha como ouvinte, quer dizer, nem pagava, nem nada, a outra que pagava. E nós tínhamos a diferença de uma faculdade – quando eu entrei na faculdade, ela entrou no ginásio, onde se mostrou muito competente, pois a senhora já deve ter ouvido falar nela. Bom, aí eu terminei o curso e comecei a advogar, como disse.

Memorial: A senhora terminou com pouca idade, com 22 anos, a faculdade? Foi isso mesmo?

Entrevistada: Quando eu estava no quinto ano da faculdade, o nosso professor de Direito, de Processo Civil, que era Juiz de Direito, e, depois, foi Desembargador, Solon Macedônia Soares, não sei se ele gostou de mim por eu ser boa aluna, nunca perguntei, mas sei que, um dia, ele chegou perto de mim e disse: "Olhe, colega – ele me chamou de colega, eu estava no quinto ano, é lógico que a gente fica toda faceira –, a senhora já podia trabalhar no júri. Eu vou lhe arrumar um processo e a senhora vai fazer o júri." Eu fiz dois júris no quinto ano Também fui a primeira mulher que fez júri dentro do Estado – não sei se fora do Estado, eu não vou lhe garantir. Os jornais encheram de notícias sobre o fato também, os jornais de Porto Alegre. Eu não contei nada em casa, pois fiquei com vergonha de não poder me sair bem, mas papai ficou sabendo na rua, porque toda a cidade falava. Aí, o Dr. Solon, ele mesmo, trouxe os autos do Foro, com a legítima defesa, que era a coisa mais fácil, e me orientou como era para fazer, como não era, e eu tive a felicidade de absolver o réu. Aí, ele me deu outro júri. O outro, eu fui para a defesa e, na acusação, o assistente era o meu professor de Processo Penal. Aí, quase morri de susto, porque eu iria contrariar o professor ali em pleno Foro. Na aula, quando a gente conversava com os professores, pelo menos toda a vida eu sempre fui assim, com respeito – a gente respeita a todos, mas é um respeito especial. E ele era assistente da acusação, mas eu fui. Estava cheio aquilo lá. O primeiro júri a que eu fui, o Foro não tinha lugar de tanta gente que tinha, talvez por eu ser uma mulher. Aí o papai também ficou sabendo. E pediram

30 anos para o tal do réu e eu consegui o máximo, que ele fosse condenado a seis, quer dizer que foi uma vitória. E, depois disso, o Dr. Solon me disse: "Olhe, quem sabe eu levo a senhora a Porto Alegre e a senhora vai exercer um cargo público? Eu sugiro a Promotoria Pública". Ele veio especialmente a Porto Alegre para me trazer.

Memorial: Por indicação do Dr. Solon Macedônia?

Entrevistada: Do Dr. Solon Macedônia, só por amizade de professor, não tinha mais do que isso.

Memorial: Mas a senhora já tinha mostrado competência no júri.

Entrevistada: Eu acho que sim, pelo que mostrei no júri, e ele notara que eu sempre fui boa aluna. Até houve um episódio muito interessante: na Medicina Legal, o professor era um médico, o Dr. José Pereira Lima, mas eu acho que ele era afeito à Medicina. Muito bom professor, mas não tinha aquela tarimba de professor. Nós fazíamos as provas, eram três questões, o total de pontos era dez, agora é cem. Bom, então, podia o professor dar quatro numa, podia dar zero na outra. Ele me deu quatro nas três. (Risos) E eu cheguei na faculdade, fui saber o resultado e o secretário me disse: "A senhora passou com doze". E eu pensei que ele estivesse me gozando, eu sempre fui muito tímida, nunca fui de muita conversa, se conversava, conversava, mas não era assim de estar indagando, eu fiquei vermelha que nem uma pimenta. Ele disse: "Não, o Dr. Pereira Lima lhe deu quatro em cada questão e a senhora passou com doze". Mas, eu sempre tive boas notas. Por exemplo, depois de casada, eu fui fazer inglês, aqui no Cultural Americano, e eu estudava muito. E o meu marido disse: "Ah, eu achei que você podia ir, mas para se distrair". "Mas, eu nunca fui mal em lugar algum. Agora, que eu estou formada, e casada, e tenho um filho, eu vou ir mal? Não dá não. Eu tenho que estudar." Então, eu sempre fui a melhor aluna. As minhas colegas, também, eram muito boas alunas. A minha prima só foi até o segundo ano da faculdade, depois, se mudou para Recife onde terminoù o curso. Então, nós terminamos em três. Aí, eu vim com o Dr. Solon, ele era muito amigo do Dr. Miguel Tostes, que era o Secretário do Interior, [e ele] me apresentou ao Dr. Miguel, que me recebeu muito bem, e ficou, aqui, em Porto Alegre, até resolver o assunto. E o Dr. Miguel disse que não tinha dúvida nenhuma, que a Comarca de São Lourenço estava para ser extinta, mas que ele ia me nomear para a Comarca de São Lourenço, mas com o exercício já em Carazinho, que era termo, mas que em seguida iria ser

criada a comarca na qual seria efetivada. Não cheguei a assumir São Lourenço, só fui nomeada.

Memorial: Daí, assumiu, então, em Carazinho?

Entrevistada: Assumi em Carazinho. Depois, foi criada a comarca. A comarca, antes disso, era Passo Fundo, e Carazinho era termo de Passo Fundo.

Memorial: Como é que foi essa ida para Carazinho? A senhora ainda estava solteira quando foi para Carazinho?

Entrevistada: Estava solteira.

Memorial: E como é que foi a reação do seu pai quando soube?

Entrevistada: Papai não se opôs. Meu irmão era muito do meu lado. Ele só me estimulou e me aconselhou a usar botinha, no tempo que ninguém usava, porque lá tinha muito barro. O Estado não pagava em dia, eu tive que levar dinheiro, porque o meu irmão recomendou ao papai que eu levasse dinheiro, porque podia não receber no fim do mês e precisava estar prevenida para pagar minhas despesas. Naquele tempo, era só trem: a gente viajava não sei quantos dias para chegar a Carazinho. E já tinha dado no jornal a minha nomeação, aí os meus colegas de Pelotas me ofereceram um banquete. Os jornais, todos, noticiaram, inclusive jornais de Porto Alegre... Noticiaram a formatura, a nomeação, foi uma alaúza total. Mas eu era uma pessoa, por exemplo, que não entrava no meu quarto sozinha, no escuro, porque eu tinha medo. Então, a minha irmã mais velha, porque a mamãe nós perdemos quando muito pequenos: "Como é que tu vais te ver, lá em Carazinho, sozinha?". Eu respondi: "Eu fecho os olhos antes de apagar a luz". (Risos) Num quarto de hotel onde eu morava, um hotel bem pertinho da viação férrea, que me foi indicado pelo Dr. Solon... Ele também mandou uma série de cartas de recomendação, para Passo Fundo, onde ele fora juiz, então, ele me recomendou para todo mundo. Peguei um juiz, em Passo Fundo, maravilhoso, o Dr. Teodoro Appel, com quem fiz boa amizade. Dificilmente, a gente encontra outra (pessoa) igual – e olha que eu trabalho há anos. Sempre a gente faz algumas amizades, porque eu me comportava direito. Ele era o Juiz de Direito, enquanto Carazinho não foi comarca.

Memorial: A senhora assumiu, exatamente, em que lugar? Onde foi a posse? Foi aqui em Porto Alegre ou foi lá em Carazinho?

Entrevistada: Eu fui empossada aqui em Porto Alegre.

Memorial: A senhora podia nos contar um pouco disso, da cerimônia da posse, onde era? Em que prédio ocorria a posse, a senhora lembra?

Entrevistada: Eu lembro. Não foi posse solene, não foi nada.

Memorial: Não. Posse só com a assinatura?

Entrevistada: Eu fui nomeada pelo Governo do Estado. O Dr. Abdon de Mello[1], que era o procurador naquele tempo, presidiu a minha posse. Assinei, dentro da procuradoria, o termo e fiquei empossada.... (o Interventor) era o Cordeiro de Farias. Eu assumi no tempo da ditadura, quer dizer, não tinha recurso para nada. Era o Cordeiro de Farias o Governador, e o Dr. Miguel Tostes era o Secretário do Interior, o Dr. Walter Jobim era de Obras Públicas, também era muito amigo do Dr. Solon. O Dr. Solon também me levou para visitar o Dr. Walter Jobim, ele queria que alguém fizesse alguma coisa por mim.

Memorial: E daí a senhora pegou o trem para Carazinho...

Entrevistada: Aí, eu voltei para Pelotas, eu não fui direto daqui para lá, eu fui para Pelotas, eu viera para Porto Alegre com a malinha de passeio. Aí, meus colegas me ofereceram um banquete em homenagem à primeira promotora... foi pelo meu cargo, não é? Eu embarquei e fui sozinha. Quando cheguei lá, estava todo o Foro, na estação, me esperando. Nós tínhamos um escrivão, daqueles que pulam e que fazem festa para a gente, mas que, nas costas, não são sinceros. Então, ele começou a me rodear toda: "Doutora, amanhã nós temos uma audiência, será que a senhora vai querer fazer?". "Claro que eu vou fazer. Temos uma audiência, já sou a promotora do lugar, quem tem de fazer sou eu, não é? Claro que eu vou fazer." Aí, comecei a trabalhar, nunca falhei, nunca perdi um prazo.

Memorial: Como é que foi? Na estação teve uma recepção muito boa?

Entrevistada: Todo mundo me recebeu muito bem. O Dr. Walter Graeff, que faleceu há pouco, veio de carro para me levar a conhecer a cidade. E eu levava a vida de moça, quer dizer, promotora é promotoria, saía da promotoria, tinha as minhas amigas com quem eu ia para o café, conversava; fui até aia da rainha de Carazinho. Tudo isso aconteceu, tive que fazer o vestido apropriado.

---

[1] Procurador-Geral do Estado no período entre 28/05/1941 e 31/03/1947.

Memorial: Mas na hora de ser promotora?

Entrevistada: Eu era promotora. E, de noite, eu lecionava.

Memorial: E Carazinho era um lugar violento na época?

Entrevistada: Não, Carazinho não era. Palmeira é que era terrível. Eu fui fazer um júri, em Palmeira das Missões, porque o promotor se deu por suspeito.

Memorial: Qual foi o seu primeiro júri como promotora? Foi em Carazinho ou Palmeira da Missões? Depois daqueles dois de Pelotas.

Entrevistada: Foi em Carazinho.

Memorial: E como é que foi esse primeiro?

Entrevistada: Naquele tempo, todos os crimes tinham júri. Não era como agora.

Memorial: Não eram só os homicídios.

Entrevistada: Nós tínhamos o júri durante um mês inteiro, e o que eu não ganhava no júri, eu ganhava na apelação. Agora, também tinha isso: quando, no final do processo, eu achava que o indiciado não era culpado, eu pedia a absolvição. Fui a primeira promotora a pedir a absolvição de um réu. Eu achava que estava representando a sociedade, e assim, pelo simples fato de ele estar sendo processado e eu ter chegado à conclusão de que ele era inocente, eu não poderia pedir a condenação dele, não é? Depois, eu fui designada para um júri em Palmeira das Missões. O promotor de lá era o Dr. Hermes de Souza, que fora meu colega de turma. Em Palmeira, o Valzumiro Dutra é quem mandava lá. Os réus iam levar em mãos os pedidos de *habeas corpus*. Os réus picharam a casa do promotor, ele teve que se dar por suspeito. Então, eu fui designada para fazer o júri em Palmeira. E o Hermes foi me receber com a mulher, parei na casa deles. E diz o Hermes: "Estás sabendo quem estava sentado atrás de ti, no ônibus?". Eu disse que não. "É o irmão de um dos réus." E chegaram a dizer que mataram para ver o cidadão estrebuchar... Quer dizer, eram bandidos mesmo. Foi de noite, na prefeitura, eu acho que toda Palmeira estava lá, encheu todo o Foro, as calçadas, todo mundo. Decerto porque era mulher – só pode ser por isso.

Memorial: Queriam ver como ia reagir.

Entrevistada: Graças a Deus, fui muito feliz, eles foram condenados porque mereciam.

Memorial: Mas a senhora não precisou estar armada ou pedir proteção especial?

Entrevistada: Não, não pedi nada. Eu fui para lá, o Hermes me esperou na estação, eu pretendia ir para um hotel...

Memorial: Então o boato que corre que teria assumido com um revólver é folclórico?

Entrevistada: Eu nunca usei arma e nem sei usar.

Memorial: Nem nesse caso em Palmeira das Missões. Então, de fato, conseguia se impor pelo saber e pelo cargo.

Entrevistada: E eu cheguei lá, aí ele disse que eu não iria para o hotel, porque o dono do hotel tinha lepra... sei lá o que ele tinha na cara... que eu iria para a casa dele, pois lá não havia hotel onde a gente pudesse parar. Aí, parei com ele, me dava muito bem com ele, foi um colega muito querido, a senhora dele também. E fiz o júri. Terminado o júri, terminado tudo, eu voltei para Carazinho.

Memorial: E o Valzumiro Dutra chegou a lhe procurar como coronel que mandava em tudo? Chegou a lhe fazer pressão?

Entrevistada: Não.

Memorial: Sentiu que não podia?

Entrevistada: Como se eu não existisse e ele também não existisse.

Memorial: Passo Fundo tinha interventor na época, não é?

Entrevistada: Interventor. É, e não havia recurso para nada. Se a senhora era nomeada e, depois, destituída, não tinha para quem reclamar. Bom, aí o caso que eu tive e que eu achei de maior relevo, apesar de todos os crimes, foi em Passo Fundo. O comandante da região de Passo Fundo era um Góes Monteiro, de uma família muito importante e de muito relevo no Norte. Constava lá, e eu cheguei à conclusão que sim, que, quando ele achava a mulher de um soldado engraçadinha, fazia o soldado ceder a mulher. Até que um não quis. Ele mandou esquartejar o rapaz, botou em um saco do Exército, daqueles verdes, e colocou nos trilhos para o trem passar em cima. Bom, aí explodiu o caso, o povo todo se revoltou, embora todo mundo tivesse medo, porque, naquele tempo, quem mandava eram eles, era ditadura. Aí, começaram os jornais a cobrar. Então, fizeram inquérito. O inquérito sumiu. Segundo inquérito, [também] sumiu. O terceiro ou quarto, sumiu. Mas, aí, a grita foi muito

grande, tanto que o Exército, aqui de Porto Alegre, mandou um major a Passo Fundo para fazer novo inquérito. E aquele inquérito não sumiu, foi remetido para o promotor de lá, o Dr. Boeira Guedes, que, aliás, era um excelente promotor, um homem digno que passou por um vexame, pois os jornais o acusavam de não ter iniciado o processo. Mas, ele recebera uma ordem do procurador(-geral) (para) que não fizesse nada e guardou o inquérito no cofre.

Memorial: Ordem do Abdon?

Entrevistada: Não, aí não era mais o Abdon, era o Anor Buttler Maciel[2]. Mandou ordem para ele e ele guardou o inquérito no cofre. E os jornais bateram. Bateram tanto que eu fui nomeada para ir a Passo Fundo acompanhar o processo[3].

Memorial: Dois casos difíceis que a senhora terminou tendo que ir... O de Palmeira das Missões, porque o outro se deu por suspeito, e esse de Passo Fundo.

Entrevistada: É. Ao chegar lá, fui à delegacia para atender pedido de um colega, para ver qualquer coisa que ele tinha lá. E eu estava com o inquérito debaixo do braço, o delegado era o Dr. Klein. Ele nem me deu bom-dia, só disse: "Se a senhora pensa que eu vou ajudar a senhora em alguma coisa, a senhora está muito enganada". Eu lhe respondi: "Olhe, Dr. Klein, eu não vim lhe pedir nada, mas, se eu precisar, o senhor vai me atender, porque eu estou aqui com carta branca para atender o caso e até para que eu deixasse a Comarca de Carazinho, e eu não deixei". Eu ia e vinha. Eu fui para o hotel, o Dr. Appel foi lá, me tirou do hotel e me levou para a casa dele. Aí, os jornais começaram a dizer que foi preciso vir uma mulher para atender o caso já que o promotor se omitia. Então, quando eu fui à casa do Dr. Boeira Guedes para buscar o processo, eu lhe perguntei: "Dr. Boeira Guedes, por que o senhor não iniciou o processo?". "Porque eu recebi uma carta do procurador(-geral) mandando que eu guardasse o inquérito." Digo: "Olha, eu recebi uma, não foi para isso, mas eu não obedeci". Faziam aqueles bailes, em casas de residência... Naqueles bailantes sempre ia um brigadiano para cuidar. E sempre saía briga com o brigadiano, e ele era processado. O ofício – acima referido –

[2] Procurador-Geral de Justiça no período entre 05/08/1939 a 27/05/1941.

[3] Refere-se ao famoso "Caso Creso", referido como um dos *Crimes que Comoveram o Rio Grande... (Quatro Acusações)*. Publicado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, sob a organização do Corregedor, Dr. Ladislau Fernando Röhnelt. Porto Alegre, 1962, p. 169-205.

dizia que eu mandasse os processos em que um militar estivesse envolvido para Porto Alegre. Eu não tinha autoridade para mandar processo, eu não era juiz. Eu mandei perguntar quem é que responderia pelo meu prazo. Não me deram nem resposta. (Risos) "O senhor deveria ter feito a mesma coisa, Dr. Boeira. O senhor está com o nome sujo agora na comarca" – ele era um promotor cem por cento. "E, se ele me demitisse, eu tenho profissão. Eu não morreria de fome, eu tenho família." Ele ficou muito encabulado. E o jornal começou: "Precisou vir uma mulher!" e aquela coisa toda. Eu fiz todo o processo, modéstia (à) parte.

Memorial: Desse crime?

Entrevistada: Desse crime.

Memorial: Do familiar de Góes Monteiro?

Entrevistada: É, todo mundo com medo que acontecesse alguma coisa. Nem arma, nem nada. Fui para o Foro, ouvi testemunha, ele se sentou no banco dos réus muito bem sentadinho, e, para mim, ele era um réu como qualquer outro, até pior, porque fazer um crime desses, a senhora sabe que é uma maldade, uma coisa fora do comum, e ainda botar a vítima num saco do Exército.

Memorial: A certeza da impunidade....

Entrevistada: Da impunidade. Bom, aí nós tivemos de ouvir umas testemunhas em Sarandi. Sarandi era termo de Carazinho. E ele foi para lá. Quando eu cheguei, ele estava na mesa ao lado do juiz, onde eu ia sentar, não no lugar dos réus (...) Eu disse: "Desculpe, Senhor Juiz, mas esse aqui não é o réu?" Ele disse: "É, sim senhora." "Então, ele que vá sentar ali, no seu lugar. No meu lugar, ou no seu, ele não vai sentar." Ele ficou vermelho, mas não disse nada e se sentou no lugar dos réus. Depois, ele conseguiu um aforamento do processo para Porto Alegre, diretamente para o Tribunal julgar. E eu fui ao Tribunal assistir ao julgamento. Foi o falecido Voltaire Pires quem o estava defendendo. O Voltaire era meu colega de turma, com mais um colega. Aí o Voltaire se dirigiu a mim: "Quem entende mesmo desse processo é a colega". São coisas que acontecem: eu fui designada, eu tinha de fazer – medo eu não poderia ter. Tive outro caso, também, no qual me ameaçaram.

Memorial: Mas, esse outro que veio para Porto Alegre, a senhora terminou fazendo o julgamento aqui?

Entrevistada: Não, aqui não. Aqui foi para o Tribunal de Justiça, onde atuava o procurador[4].

Memorial: Esse outro que a senhora ia contar agora....

Entrevistada: Agora o outro caso é o seguinte. Eu chego um dia no Foro...

Memorial: Em Carazinho ou em Passo Fundo?

Entrevistada: Em Carazinho. Eu chego um dia no Foro, quando entram dois oficiais de justiça com uma moça, bem vestida, chorando, em prantos. Eu perguntei o que estava acontecendo. A mãe dela, quando elas eram pequenas – tinha seis filhas –, abandonou as crianças e foi para a vida, e as deixou lá com o marido. O marido era um homem pobre, deu as filhas, botou-as em casas de família. Essa moça estava em uma família boa, com instrução, estava noiva, quer dizer, uma moça fina, todas elas estavam em casa de boas famílias, uma delas, em Cruz Alta, elas eram de Cruz Alta. E a mulher, uma mulher da vida, resolveu vir pedir as filhas de volta. Entendeu? Chegou lá e o Juiz Municipal determinou que os oficiais fossem buscar a moça para entregá-la à mãe. Naquele tempo, não havia curador de menores, nem nada, o promotor era tudo. Falava em casamentos, menores, júri, crime, tudo, tudo, tudo era só o promotor. Porto Alegre tinha um curador, que era o Dr. Petry, e, no mais, promotores. Mas não havia, como agora: um é curador de família, outro é curador da infância. Nada disso. E quanto a juiz também: o interior todo só tinha um juiz. Só Porto Alegre já tinha mais de um. Aí eu cheguei perto do Juiz Municipal e perguntei-lhe: "Veio alguma precatória, veio alguma coisa de Porto Alegre obrigando a entregar a moça?". "Não, doutora, é que veio uma carta do Dr. Petry." Ao que eu disse ao Juiz Municipal que o Dr. Petry era promotor em Porto Alegre e não podia mandar em Carazinho e que, no caso, quem devia ser ouvida era eu, no que o Dr. Juiz Municipal não concordou. Então, eu disse: "O Juiz de Direito é que é o Juiz de Menores, não é o senhor, eu vou falar com ele". Aí já era o Dr. Jorge Fonseca Pires, que fez concurso e foi nomeado para Carazinho, e também muito amigo... Até hoje, me dou com a família dele, ele já é falecido. Cheguei lá: "Dr. Jorge, está acontecendo assim, assim e assim". O Dr. Jorge disse: "Faça uma petição e vou examinar o caso". E

[4] Veja-se resumo do caso na obra referida, *Crimes que comoveram o Rio Grande... (Quatro Acusações)*, bem como a denúncia oferecida pelo Promotor Público de Porto Alegre, Henrique Fonseca de Araújo, em janeiro de 1943.

não entregou a moça, mandou de volta para a casa dela. E o Dr. Paim não gostou. Fizeram uma representação contra mim, jantar para ele, sempre tinha uma turma. Ele não era isso nem aquilo. Aí, a mãe da moça bateu no hotel onde eu residia. Uma mulher toda pintada, naquele tempo, elas se pintavam com papel vermelho, não era com ruge. Horrível, se via que era uma prostituta. "Só a senhora que foi se opor ao meu pedido. A minha filha de Cruz Alta eu vou levar." Passei um telegrama para o Juiz de Direito de Cruz Alta perguntando quais eram as referências que ele conseguira para entregar a moça. Sim, se ele tivesse, alguma serviria para mim. Mandou me agradecer, que não iria entregar a moça. Não entregou.

Memorial: E as ameaças que a senhora teve?

Entrevistada: Ela veio me ameaçar e disse: "Mas eu tenho muito bons conhecimentos em Porto Alegre, o Dr. Bitencourt..." – só era advogado, não era nem procurador – "e o procurador..." Eu respondi: "Olha, minha filha, o que acontece é o seguinte: eu não vou morrer de fome, se eu deixar a Promotoria Pública, eu sou advogada, eu sou professora, eu posso até acompanhar uma pessoa, eu tenho meu pai, minha casa... De forma que, não adianta nada tu vires com a conversa (de) que o Dr. Bitencourt é teu amigo, que o outro faz isso ou aquilo". Aí, ela foi embora. Ela queria as filhas para prostituí-las. Anos depois, eu morando em Porto Alegre, com guri pequeninho, botei anúncio no jornal pedindo uma babá e ela me apareceu. Ela não me reconheceu, mas eu a reconheci, ela morava debaixo de ponte, ainda pedi o nome para confirmar. Eu lhe disse: "Olha, eu já tenho outra que veio mais cedo".

Memorial: Claro, claro. Mas não levou a de Cruz Alta.

Entrevistada: Não levou. Agora, a gente se incomodava. Esses dias que eu estava vendo, nem me lembrava mais, eu nunca faltei (a) uma audiência, o Juiz Municipal e o Juiz de Direito marcavam audiências na mesma hora, eu assistia às duas. Quando eu precisava falar, me chamavam. E o Juiz Municipal mandou certificar que eu estava ausente, por isso que não iria fazer a audiência, e eu estava dentro do Foro.

Memorial: Mas e por que marcavam as duas no mesmo horário?

Entrevistada: De vez em quando marcava um e não perguntava para o outro.

Memorial: Para poder não fazer...

Entrevistada: Para não adiar, eu não tinha obrigação de estar em dois lugares ao mesmo tempo, mas eu aceitava. E eu estava na sala do Juiz de Direito, tinha estado na sala do Juiz Municipal, comunicado a ele que eu estava na sala do Juiz de Direito e ele certificou nos autos que deixava de realizar a audiência porque o promotor não tinha vindo. Bom, aí eu me defendi. Então ele disse que eu fiz uma representação contra ele. Eu não fiz representação contra ele, eu só fiz um requerimento dizendo que eu estava lá dentro, que ele tinha, por obrigação, de mandar me chamar na hora em que eu tivesse que falar e, jamais, certificar que eu não estava no Foro, porque eu estava no Foro, e que eu não era duas pessoas, era uma pessoa só. De vez em quando tinha uns atritozinhos com ele. Mas ele chegava atrasado, por exemplo, e eu nunca certifiquei que ele chegava atrasado. Ele era um boa-vida, Paim Terra, de Vacaria, aquela família importante de lá, também.

Memorial: Da família Paim?

Entrevistada: É, Paim Terra. Ele era o Juiz Municipal e o Juiz de Direito era o Dr. Jorge Fonseca Pires, que tem um filho, que acho que já está aposentado, Jorge Alberto, foi procurador aqui em Porto Alegre – quando eu fui ser promotora, só existia o procurador-geral, não existiam procuradores – depois de muitos anos, criaram tais cargos. Até quem deu o nome para ele fui eu. A mãe, a Dona Maria, queria um nome, queria botar Jorge Alberto, nome não-comum. Havia nomes como José Maria, todos conhecidos. Então ela conversou comigo. Eu lhe disse: "Mas por que não, se todo mundo bota dois nomes? E 'Jorge Alberto' é tão bonito. Por que a senhora não pode botar?". E ele é Jorge Alberto. Até quando telefonei para o aniversário da mãe dele, este ano, quem me atendeu foi ele, ela está muito surda. Aí, quando soube que era eu, ficou muito faceira. "Olha, eu estou telefonando para dar um abraço na Dona Maria." Ele disse: "Olha, desculpe, a mamãe não veio ao telefone porque está ouvindo muito mal". Ficamos conversando. Foi o único filho que não casou. A Dona Maria tem seis filhos, ela está com uma dúzia de netos e bisnetos, cada filho tem uns quatro – tinha dois rapazes e quatro moças. Quando foram para lá, ela só tinha dois. A senhora vê: ganhava tão pouco o Juiz de Direito que foi morar dentro da cidade, mas mais fora do centro. E ele foi bem franco: "Se morar aqui no centro, a Maria tem que se vestir muito bem". Lugar pequeno, meu Deus do céu, todo mundo se emperiquita. "E eu não ganho o suficiente para isso." Ela ficou grávida do Jorge Alberto e já tinha dois filhos. "E, lá, ela não tem essa neces-

sidade, pois tudo que a gente ganha não dá para sustentar tal luxo." Lá qualquer lista que faziam, ao invés de irem aos empresários, iam ao promotor e ao juiz. Eu registrei mais de cem pessoas lá em Carazinho que não tinham registro. E não havia mais nenhuma autoridade a não ser o delegado, o promotor e o juiz – o Juiz Municipal e o de Direito. Então, qualquer coisa de que uma pessoa precisava, ela não tinha para quem se dirigir e optava pelo promotor, ela batia no hotel e eu ia atender. Eu representava sindicatos, me convidavam para representá-los em uma sessão cívica lá, eu ia fazer o discurso. O outro me convidava não sei para que e eu fazia o (discurso) – nunca me neguei...

Memorial: E a senhora era solteira, quando morava em Carazinho?

Entrevistada: Casei lá. Casei em Carazinho. Ele era de Não-Me-Toque que, naquele tempo, era termo de Carazinho, mas morava em Carazinho. Ele estava estudando Direito, estava quase formado.

Memorial: Ele também era advogado?

Entrevistada: Já estava trabalhando.

Memorial: Esse seu sobrenome é de solteira ou de casada, Galanternick?

Entrevistada: É de solteira. Mas na promotoria eu continuei e na Ordem eu continuo só como Galanternick, pelo seguinte: eu era muito conhecida em toda parte; quando eu dizia Dra. Galanternick, eu era recebida, e se acrescentasse o nome de casada, fatalmente iriam abreviar o meu nome para Sophia G. Sturn, o que atrapalharia a minha vida.

Memorial: Mas isso era uma novidade, porque, na época, não era muito comum a mulher poder manter o seu nome de solteira.

Entrevistada: Em primeiro lugar, acontecia o seguinte: para eu me inscrever na Ordem, era no Rio de Janeiro que a gente se inscrevia, isso levava um ano; e a gente não podia trabalhar enquanto não estivesse inscrito na Ordem. Como nós tínhamos um colega, o Dr. Xavier, que era um homem de mais idade, com filhos grandes, muito rico, família muito importante, ele era economista, [mas] resolvera estudar Direito e foi para a nossa turma, um grande amigo, que foi ao Rio (para) levar o diploma dele (e) levou o meu também, tanto que eu me formei em 1936 e, no começo de 1937, eu já estava inscrita na Ordem.

Memorial: Porque foi em mãos.

Entrevistada: Porque foi em mãos. Até ele mandou fazer um cano de folhas para botar o meu diploma. Ele foi, voltou, trouxe o dele e trou-

xe o meu. Então, do contrário, levaria um ano, como já disse, para a gente se inscrever. E para mudar de nome eu teria que levar outro ano. A senhora entendeu? Eu fui nomeada, eu era solteira, comecei a advogar, e todo mundo me conhecia. Eu chegava aqui, no Tribunal: "Eu quero falar com o desembargador, eu quero falar..." com quem fosse, Dra. Galanternick, eu tinha entrada. Mudar de nome, eu teria que começar a me apresentar de novo. Na Ordem, já estava Galanternick.... Até hoje a carteirinha da Ordem é Galanternick, e a da polícia é Galanternick Sturn, que era o nome do meu marido. E nunca tive problema.

Memorial: Bem, aí a senhora ficou em Carazinho...

Entrevistada: Aí, criaram o primeiro concurso para promotor público. Nós fomos chamados, nos deram licença, foram inscritos, *ex officio*, os promotores.

Memorial: Desculpe lhe interromper, mas, antes da senhora nos contar isso, nós temos um registro que, em Palmeira das Missões, a senhora atuou num processo-crime contra Juvenil Correia. A senhora lembra o que foi esse processo-crime?

Entrevistada: Foi só um.

Memorial: Foi esse Juvenil Correia?

Entrevistada: Eu tenho impressão que sim... Eu não me lembro bem do nome, mas deve ser.

Memorial: E, depois...

Entrevistada: Foram dois homens.

Memorial: E, depois, um homicídio de Valpírio Dutra Cruz, em Passo Fundo. É aquele que a senhora nos contou?

Entrevistada: É. Valpírio Cruz era a vítima.

Memorial: Esse foi o que a senhora nos contou da vítima encontrada num saco do Exército?

Entrevistada: Do comandante[5]. Esse era a vítima, Valpírio, rapazinho moço.

---

[5] Refere-se ao Comandante do 3º Batalhão de Infantaria. "O Ministério Público denunciou como coautores do homicídio, em face da prova indiciária recolhida no inquérito, o Tenente-Coronel Creso de Barros Jorge Monteiro, então Comandante do 3º Batalhão do 8º Regimento de Infantaria, sediado naquela cidade (Passo Fundo), e Antunes Pereira da Costa, Ordenança do primeiro". In: *Crimes que Comoveram o Rio Grande... (Quatro Acusações)*. p. 169.

Memorial: A vítima do parente do Góes Monteiro?

Entrevistada: Do Góes Monteiro.

Memorial: Então, estavam chamando para o concurso...

Entrevistada: Já, aí, veio um ofício, no qual era comunicado que havia sido aberto concurso para promotor, os promotores todos estavam, *ex officio*, inscritos. Deram-me licença para vir a Porto Alegre. Mas, o concurso foi livre, muitos advogados fizeram, os promotores e os advogados que não eram promotores, era uma turma muito grande – tanto que nós tivemos que fazer o concurso em vários dias. Pela letra, eram tantos num dia, tantos no outro. Na prova escrita foi todo mundo junto.

Memorial: Mais ou menos quantos, a senhora lembra quantos se inscreveram?

Entrevistada: Olhe, não era brincadeira, promotores de todo o Estado. No momento em que foi aberto o concurso, nenhum promotor poderia ser removido ou promovido. O procurador trouxe promotor de Caxias do Sul para Porto Alegre, Caxias era primeira, Porto Alegre era muito mais. Ele trouxe promotor não sei de onde para não sei onde... Mas, não adiantava fazer nada, o regime era aquele, a gente tinha que ficar quieta. Bom, aí eu vim para fazer o concurso, o papai recém tinha vindo morar em Porto Alegre e morava em hotel. Então, eu peguei um quarto ao lado do apartamento dele para poder estudar. Eu, toda a vida, fui assim: eu estudo até a última hora. Se é bobagem, ou não é, eu não sei. Eu nunca deixei de ser a primeira, não havia de ser ali que eu iria perder a minha compostura. Fiz a prova escrita, não havia direito a recurso nem a revisão, eles davam a nota e a gente tinha que se contentar, era o regulamento do tal do concurso. O procurador disse que eu tirei o quinto lugar, eu fiquei muito contente, com tanta gente fazendo o concurso: promotor de Santana, promotor daqui, promotor dali. E o exame oral foi de cátedra, não foi sentado à mesa: a gente falava dali, todo o mundo ouvia. Houve promotor que, ao iniciar a prova, disse: "A emoção me embarga a voz... E estou esquecido do que eu tinha para dizer..." Até isso nós tivemos. Promotor de instância maior do que a minha. Bom, aí, nós fizemos o exame escrito, e o exame oral era por letra. Como sou "s", eu estava, praticamente, na última turma ou na penúltima para fazer o exame oral.

Memorial: Então, todos assistiam ao de todos?

Entrevistada: É. Todos assistiam ao de todos. O Dr. Teodoro Appel, que tinha sido o meu primeiro juiz e que era de Passo Fundo, estava no momento em Porto Alegre, foi lá no hotel e disse: "Colega, tenho uma notícia muito desagradável para a senhora". Eu perguntei: "O que houve?". "O jornal noticiou que a senhora foi demitida." Quer dizer, eu fiz o exame escrito, eu passei no escrito, eu fui inscrita pelo procurador. "E o que a senhora vai fazer?" Eu respondi: "Eu vou comparecer. Eu não recebi nada. O senhor não acha? O jornal não foi o *Diário Oficial*, ninguém me comunicou, eu vou comparecer". Os colegas, todos, estavam sabendo, ninguém chegava perto de mim. Estava todo mundo constrangido: não sabiam se falavam comigo ou não falavam. E eu bem parada. E eu, quando fico nervosa, bato uma perna na outra – eu estava num nervosismo que não sabia o que eu ia fazer mais, mas eu fingia estar quieta. Quando o procurador me viu lá, me mandou um ofício, sem envelope, dizendo o seguinte: "O Senhor Governador do Estado, não querendo mulheres casadas – se fosse hoje, eu lhe perguntaria se ele queria mulheres de outro jeito, mas, naquele tempo, a gente não dizia – na Promotoria, eu lhe agradeço muito o seu serviço, me subscrevo, papapá, papapá, papapá". Guardei o ofício e fiquei sentada esperando que me chamasse para o exame oral e ele me chamou. Se eu estava demitida, ele não tinha que me chamar, a senhora não acha? E me caiu herança jacente, recém tinha aparecido essa matéria no Código Civil, havia muito pouca coisa para a gente estudar. Mas, aí, me matei e fiz o que pude, estava assim de gente. Já sabiam que eu tinha sido demitida. Estavam todos os colegas e outros tantos, estava cheio. E o procurador estava à mesa, com mais dois advogados, era a mesa examinadora. Eu fiz aquela minha tese, e ele, eu acho que ele estava nervoso, de repente, me interrompeu para me emendar uma palavra de português, um acento. As minhas pernas estavam batendo uma na outra. Aí, eu disse: "Doutor, o senhor vai me desculpar, mas até o Tribunal tem dúvida se o acento é aqui ou ali". Ele ficou quieto. Continuei. Só para me interromper, não é? Continuei e ele me emendou, outra vez, em uma palavra. E ele não pôde me reprovar de forma alguma porque havia muita gente presenciando o meu concurso. Quando nós íamos saindo, ele me chamou: "Oh, Doutora, amanhã nós vamos visitar o governador, vamos todos os promotores, espero que a senhora não falte". Ele enviou um ofício me demitindo. A senhora imaginou? Naquele tempo, o Tribunal não aceitava mulher, nem para juiz. Isso é um parágrafo para explicar o caso das promotorias. O Tribunal tinha, não sei se era uma norma interna, alguma coisa era, podia indeferir uma inscrição sem

dizer pelo que, coisas contra a pessoa que não podiam ser provadas por documento. Por exemplo, houve um caso em que o candidato tinha se embriagado em uma festa, ou um outro que tinha duas famílias... qualquer coisa assim. E uma senhora, uma advogada que eu não cheguei a conhecer, se inscreveu, e eles a recusaram e a cidade inteira falou mal dela: de certo ela tinha problema... Mas, depois, se inscreveram quatro mulheres – uma delas, a filha do Dr. Santos Rocha, de Canoas, aliás, uma moça fina, educada –, recusaram as quatro. Quer dizer, eles não queriam mulher. E eu, que estava na promotoria, de repente... Bom, então, nós fomos visitar o governador. O governador nos cumprimentou, cumprimentou todo mundo, fez salamaleque e tal – ainda era o Cordeiro de Farias. Aí eu lhe disse: "Senhor Governador, eu queria uma entrevista com Vossa Excelência". Ele disse: "Não tem problema nenhum". E eu tinha que voltar para a comarca. Marcou-me para eu ir lá e eu fui. Sentei na sala de espera, era o Assis Brasil o Subchefe da Casa – eu já tinha aprendido que, quando a gente quer falar com o chefe, a gente não diz para o assistente o que a gente quer, porque a gente acaba não falando com o chefe –, ele chegou perto de mim: "O que a senhora deseja?". Respondi: "Eu tenho uma audiência marcada com o governador". "Está bem." De repente, me aparece o procurador-geral, me vê sentada ali, deu um negócio nele. Foi lá, falou com o Assis Brasil. Deve ter falado... O Assis Brasil voltou e disse: "Olhe, o governador está ocupado, a senhora vai ter que demorar muito a falar com ele, pois está atendendo não sei quem...". Eu respondi: "Não tem problema nenhum, eu tenho que voltar para a minha comarca amanhã e eu não vou sair daqui sem falar com ele". Fiquei horas. O Peracchi Barcelos era o Chefe do Gabinete, chegou perto de mim e disse: "Venha cá. O que a senhora está fazendo aqui todo esse tempo que ninguém a atendeu?". Ao que eu respondi o que o Dr. Assis Brasil me dissera. "Mas o governador não está atendendo ninguém. A senhora vai entrar agora." Não, é brincadeira, não é? Bom, aí, eu entrei, conversei com ele e disse: "Olhe, Senhor Governador, enquanto a nossa lei não disser que mulher não pode ser promotora, ou que mulher casada seja empecilho, não há motivo nenhum para ser demitida. Eu fui admitida, fiz concurso, fui aprovada". "Eu não estou sabendo de nada", foi o que ele me respondeu. Saiu no jornal: "Advogados de primeira entrância... e nomeado para Carazinho", o meu nome, e eu estava demitida? Botaram assim: "Primeira entrância – concurso realizado no dia tal.... aprovados: primeira entrância, estava eu ali;

segunda entrância; terceira entrância". Aí ele disse: "Mas eu não estou lembrado disso, eu não iria fazer uma coisa dessas, a senhora poder ficar descansada".

Memorial: Não tinha sido por ordem dele.

Entrevistada: Não havia ordem dele. Aí o Anor (Buttler Maciel) mandou me oferecer um emprego na diretoria das prefeituras municipais que havia em Porto Alegre – que eu não sei se ainda existe –, o Anor era o procurador-geral. E eu disse para ele que, de forma nenhuma, eu aceitava o cargo, que eu fiz era concurso para a promotoria, eu queria ser promotora. Voltei para a minha comarca, então, já estava casada. Aí, ele me designou para Jaguari. E eu não aceitei.

Memorial: Não lhe manteve lá.

Entrevistada: E eu estava casada. Em primeiro lugar, eu me casei para ficar com o meu marido, não foi para ficar separada. Em segundo lugar, eu sempre tive, e continuo tendo, o seguinte pensar, se a gente casa, a gente casa para viver com o marido e não para "Eu vou para cá e tu vais para lá". Para ir de Carazinho para Jaguari – e de Jaguari para Carazinho – eu acho que, de ano em ano, é que daria para vir, pois as estradas eram pura lama. Cada vez que eu fosse para um lugar, meu marido fecharia o escritório para ir atrás de mim? Também não estava certo. Então, eu pedi avulsão com direito de volta.

Memorial: Isto foi em 1941? A senhora teve uma licença antes em 1940, uma licença de saúde?

Entrevistada: Eu estava grávida.

Memorial: Porque aqui (na ficha funcional) tinha licença de saúde para tratamento de nervos. Então, não era isso?

Entrevistada: Não, nunca tive doença de nervos na minha vida. Nunca estive doente na minha vida.

Memorial: Bem, daí a senhora pediu avulsão... Mas, a senhora teria o direito de permanecer na comarca, já que pelo concurso...

Entrevistada: Eu passei, fui empossada, não aceitei a transferência para Jaguari... Eu disse que não aceitei, eu pedi avulsão. Avulsão, constava nos estatutos, quando quisesse voltar, desde que não houvesse nenhuma modificação de conduta ou de qualquer outra coisa, eu poderia voltar, sem remuneração nenhuma, e fiquei avulsa. Passados alguns anos, eu já estava morando em Porto Alegre, e meu mari-

do foi acidentado. Foi um acidente muito grave e eu não sabia se ele iria se recuperar totalmente, ou não. Então, me lembrei: como promotora, eu poderia cuidar muito mais dele do que como advogada. Promotoria é um lugar fixo e advogado vive perambulando. Aí eu pedi para voltar. O Ajadil de Lemos, que me devia todas as obrigações do mundo, estava na procuradoria e disse que não me aceitava porque eu era mulher. Eu mandei um ofício dizendo que eu não tinha mudado de sexo – sim, porque, se houvesse alguma alteração... pois eu era mulher, quando pedi a avulsão, e continuava mulher, e que eu estava afastada da promotoria no meu interesse, mas estava advogando. Aí o meu marido ficou bom e eu não me interessei mais. Depois, meu marido faleceu de câncer, ficou seis meses hospitalizado e eu, sempre, com a esperança, também, de que ele melhorasse, eu pedi para voltar. O Governador do Estado disse que eu não precisava me preocupar que eu não iria para o interior, nem nada, que a consultoria estava precisando de advogados com prática, mas que eu entrasse pela frente e não pela porta da cozinha – foi a expressão dele. Quis dizer, eu era concursada. Aí, eu requeri para voltar. Então era o Dr. Abdon que estava, de novo, na procuradoria, e eu já estava para voltar. Não sei por que eu fiz uma radiografia de pulmão e o médico particular disse que eu tinha qualquer coisa e que eu não ia passar na biometria. Então, eu desisti. E, agora, eu fiz uma radiografia de pulmão, contei para o Dr. Zago, e ele disse que eu não tenho nada no pulmão. Desisti e fiquei advogando em Porto Alegre, e advogo até agora. Faz dois anos que eu não caminho, eu só dou consultas, mas pretendo – dizem que eu vou ficar boa – voltar.

Memorial: Mas, então, na promotoria, foi aquele período de atuação, não é? E, depois, então, atividade sempre como advogada?

Entrevistada: Como advogada.

Memorial: E nós temos um documento, eu acho que é esse (a) que a senhora se referiu, em que eles terminam dizendo que não vão aceitar o seu retorno pelo fato de ser mulher...

Entrevistada: Mulher casada. É um ofício que me mandaram ao me demitirem.

Memorial: E, na época, a senhora aceitou aquilo, não fez nenhuma manifestação ou mandou algum ofício respondendo? Eles dizem que as funções não são muito apropriadas para uma pessoa do sexo feminino...

Entrevistada: Não, botaram assim: "De ordem do Senhor Governador, comunico à senhora que o Governador não quer mulher casada na Promotoria. Agradeço o seu serviço e muito obrigado, e tal". Ele era nazista, o Anor, o meu procurador. Correu aí a notícia de que me demitira por ter casado com israelita, mas meu marido não era israelita, só eu. Eu convidei o procurador para o casamento, no qual ele se fez representar, ele sabia que eu estava casada, não escondi...

..."Mas, a senhora vai ter que ir para o interior primeiro", disse o procurador. Eu respondi: "Eu vou para interior". "Mas, tem muita gente na sua frente, a senhora vai ter que esperar." Mas ele queria puxar o saco do Tribunal, era o Condessa, ele era todo metido, não queria contrariar o Tribunal, não queria mulher nenhuma, não havia nenhuma juíza. A Dra. Berenice, que é desembargadora agora, não sei se a senhora ficou sabendo, era uma excelente juíza que, por merecimento, não foi promovida porque era mulher. E, quando atingiu a antigüidade, ficaram com a vaga aberta não sei quanto tempo para ela não ir.

Memorial: Nós entrevistamos a Dra. Berenice Dias no Projeto Memória do Judiciário. Realmente, ela enfrentou muito preconceito.

Entrevistada: Ela não contou?

Memorial: Contou.

Entrevistada: Agora, eles estão com uma porção lá.

Memorial: Sim, como no Ministério Público, depois da senhora. Levou muitos anos para que as mulheres entrassem – foi só na década de 1970.

Entrevistada: Até, eu achei interessante, a Ordem dos Advogados, quando o Dr. Nereu Lima era o presidente, fez uma homenagem para as primeiras cem mulheres inscritas na Ordem – eu sou a primeira. Minha irmã, que já faleceu, mas se formou bem mais tarde, [chegou] a Procuradora do Estado, também estava na lista. E, quando eu recebi a lista – nela constava também minha irmã –, veio um cartão muito bonito, para todo mundo, com todos os cem nomes das homenageadas, (e) eu estava em segundo lugar. E não abri a boca para falar. O primeiro lugar estava na mesa. Aí, a colega que estava dirigindo os trabalhos disse: "A senhora é a primeira inscrita, mas a Dra. Iris Pottoff, que faleceu faz pouco, se formou um mês antes da senhora - mas, a homenagem era por inscrição, não por formatura -, por isso, nós demos para ela." E a Dra. Berenice estava lá, houve jantar,

facultativo, ao qual nós fomos, e minha irmã ficou na mesa com ela. Disse a Dra. Berenice: "Eu sou juíza e afirmo (que) quem tinha de receber o título era a senhora". Eu respondi: "Eu também acho". O número de inscrição da Dra. Íris era posterior ao meu. A Rosah Russomano (também) estava na mesa, [mas] eu não a reconheci, a Rosah envelhecera muito, ela era cheia, muito bonita, estava magra. Eu fiquei sabendo que era ela porque falaram no nome dela. Aí, fui conversar com ela. Pois a gente se dava, eu a conhecia de muitos anos.

Memorial: E por quê? Por que a Íris Potoff já era mais conhecida?

Entrevistada: Não, porque essa madame, essa colega que dirigia os trabalhos, estava fazendo um levantamento não sei para que, para uma revista feminina, parece. Eu sou contra: ou nós somos iguais ou não somos, delegacia de mulher, eu sou contra. Se nós somos iguais, por que tem de ter delegacia de mulher? Associação das mulheres formadas em Direito? Em São Paulo, há até uma OAB de mulheres. Mas eu recebi uns livros de lá, onde elas convidam os homens para falar, quando é para discursar. Ela queria que eu desse o meu currículo para ela, eu nunca dei. Então ela quis se vingar. E, outra coisa, ela homenageou uma promotora, fazia três anos que ela era promotora, homenagearam outra promotora que tinha cinco anos.... Nem tocaram no meu nome. Fizeram a homenagem para ela...

Memorial: Porque ela era de uma família tradicional, uma pessoa conhecida, o que não justificaria...

Entrevistada: Não justificaria...

Memorial: A senhora lembra em que ano foi essa homenagem?

Entrevistada: A minha irmã faz uns quatros anos que faleceu, eu acho que faz uns oitos anos, quando o Dr. Nereu Lima era o presidente da OAB.

Memorial: Ah, faz uns oito anos. Mas, nas listagens da OAB, a senhora constava como a primeira.

Entrevistada: Eu sou a primeira. E ela ainda deu uma explicação, ela podia ter ficado quieta.

Memorial: Pois é, ficou mais complicado ainda.

Entrevistada: Ela disse bem claro, e foi em pé que ela falou, a platéia estava toda ali, a sala estava lotada. Ela só disse isto: "Embora a senhora

seja a primeira inscrita, a Dra. Pottoff se formou um mês antes". A Dra. Pottoff se formou um mês antes, por isso que ela constou em primeiro lugar. Mas, venha cá, se houvesse uma homenagem para as formandas, então, talvez, até tivesse gente formada antes dela...

Memorial: Claro.

Entrevistada: A filha do Getúlio era advogada, mas ela não era inscrita na OAB, ela não estava na relação. Quer dizer, o Nereu Lima fez, na OAB do Rio Grande do Sul, uma homenagem às cem primeiras inscritas no Estado. Fizeram um cartão com cem nomes. É bastante, não? Então, chamaram uma por uma, que eram cumprimentadas, foi uma festa muito bonita mesmo. E, depois, apareceu uma colega lá, que eu não sei nem quem é, e disseram: "Homenageando a Dra. Fulana, que é a promotora não sei das quantas". E a outra, e a outra. E eu bem quieta no meu lugar, eu não ia fazer fiasqueira. Se falasse, e se chegasse lá, e dissesse: "Não, eu fui promotora na frente dela". E, depois, quando nós fomos jantar, a Aida, minha irmã, sentou na mesa da Dra. Berenice, e eu estava com a outra irmã, em outra mesa – mesinhas pequenas, não é?... Quando eu fui chamar a minha irmã para ir embora, a Dra. Berenice disse bem assim para mim: "Eu sabia que eu a tinha visto, eu sou juíza". Aí que eu a conheci. Ela disse assim: "Mas quem merecia era a senhora. Não foi homenagem para as formandas, foi homenagem para as inscritas?". E eu estou inscrita até hoje, eu sou jubilada.

Memorial: E do período do Ministério Público, da promotoria, que a senhora teve aqueles dois, três anos de exercício, além da sua experiência pessoal, e a observação dos outros promotores, como é que funcionava no Rio Grande do Sul? Porque eram poucos promotores para atender lugares grandes, vários termos e havia pressões, como essa que a senhora colocou sobre aquele júri.

Entrevistada: Eu me dava com todos.

Memorial: Mas e os outros promotores com os quais a senhora conversava?

Entrevistada: Nunca notei diferença, era sempre tratada como igual. Outra coisa. (Em) Carazinho, nomeavam delegados, boas pessoas, o Dr. Muniz Reis foi um deles, não sei se já ouviu falar nele. Ele, mais tarde, foi Delegado Regional, de família boa, mas completamente analfabetos, no sentido de delegacia, eu era quem os preparava.

Memorial: Seria interessante que a senhora nos contasse um pouco como funcionava, na época, a delegacia, o inquérito, o encaminhamento, depois, para o juiz e para o promotor.

Entrevistada: O Dr. Paim Terra tinha aquilo que ele era, como é que eu vou dizer, acomodado, como Juiz Municipal. Ia buscar a menina, ele vai entregar – a senhora entendeu? É mais fácil entregar do que...

Memorial: Do que contestar.

Entrevistada: É. Aí, eu disse para ele, fui bem franca: "Doutor, aqui, o Curador de Menores sou eu, não é o Dr. Petry. Se tivesse vindo uma precatória, um processo, aí tinha que dar, não é? Essa moça não vai". Ele disse: "É, mas eu já dei ordem". Eu disse: "Então, eu vou falar com o Dr. Jorge". O Juiz de Menores era o Juiz de Direito, e o Municipal – Jorge Fonseca Pires – Juiz de Direito. Primeiro foi o Dr. Teodoro Appel, que era de Passo Fundo, enquanto Carazinho foi termo. E, depois, foi o Dr. Jorge Fonseca Pires, (que) já é falecido, só tem a Dona Maria e os filhos.

Memorial: E os delegados, não tinham preparo...

Entrevistada: Não tinham preparo nenhum. O Dr. Muniz Reis que, aliás, é de uma família, também, de muito relevo, uma rica de uma pessoa... Todos eles eram gente boa, mas eram nulos em relação ao cargo. Então eles recorriam a mim.

Memorial: E esses delegados, certamente, recebiam uma pressão maior do governo, do sistema da ditadura...

Entrevistada: Olha, eu nunca notei...

Memorial: Só nesses casos, como aquele lá de Palmeira das Missões e que estavam todos preparados...

Entrevistada: Lá em Carazinho, não havia essa chefia política que mandasse em todo mundo, não havia. Havia o nosso Coletor Federal, que era metido à besta, como eu digo, e, qualquer coisinha, ele queria que fizesse como ele queria. O Dr. Paim, não digo que ele fosse desonesto, mas, se pudesse amaciar, ele amaciava. Agora, o Dr. Jorge, não. Trabalhava, era muito correto, aberto para conversar com todo mundo. Mas, aí, era pão-pão, queijo-queijo.

Memorial: Foi mais ou menos nessa época que foi nomeado prefeito o Artur Ferreira Filho, não é?

Entrevistada: Não.

Memorial: Foi depois da senhora?

Entrevistada: O Artur não foi prefeito de Carazinho, o Artur foi prefeito de Passo Fundo. Carazinho, quando eu fui para lá, recém tinha sido elevado a cidade. O primeiro prefeito foi o senhor Albino Hillebrand. Toda, toda a consideração que ele podia dar, ele me dava.

Memorial: Mas Passo Fundo tinha o Artur Ferreira Filho, que era bem ligado ao governo.

Entrevistada: Era ligado ao governo, a família dele toda era.

Memorial: E com as autoridades municipais, não havia nenhum conflito?

Entrevistada: O Exator Estadual, por exemplo, foi até meu padrinho de casamento com a mulher. Tivemos um relacionamento muito bom, tanto que, quando ela me encontrava, depois de muitos anos, era "a minha filha", não era nem afilhada dela. Me dava muito com a filha dela, e o namorado da filha era muito amigo do meu, os dois tinham o mesmo nome, fomos padrinhos de casamento deles e nunca nos afastamos. Depois, eles foram para Pelotas, eu soube que ela estava doente, eu fui a Pelotas visitá-la. E ela estava com uma afilhada lá e, quando eu entrei, ela disse: "A minha filha". E a afilhada ficou com ciúmes. O Coletor Federal, o primeiro que eu encontrei, também, muito cem por cento. O segundo é que veio mais politiqueiro, não é? Mas, também, nunca me incomodou. Só nessa história do juiz, fez um banquete, homenagem, porque eu tinha feito não sei o quê... Eu não tinha feito nada, só me defendi.

Memorial: Sim. E esses banquetes, na época, eram uma forma de trazer a pessoa para o seu lado...

Entrevistada: É lógico, eram para isso.

Memorial: E dos procuradores do período, a senhora citou dois procuradores, poderia a senhora nos falar um pouco sobre esses dois?

Entrevistada: O Anor ficou quase até eu sair... O Abdon, quando eu fui nomeada, e, quando eu fui demitida, era o Anor Buttler Maciel.

Memorial: Mas o Abdon voltou em outro período? Como é que... O que a senhora lembra dos dois? Como é que a senhora daria a imagem política e institucional deles?

Entrevistada: O Anor era um *gentleman*, era um homem fino para conversar com a gente, nunca que eu iria supor que ele fosse me fazer o que fez.

Memorial: É que, politicamente, ele tinha outros interesses?

Entrevistada: Ele tinha outros interesses. O Abdon era uma jóia, era uma moça. Mas, o Anor, não. Eu o convidei para o casamento, ele se fez representar. Era tudo assim. Tudo que era ofício que vinha, (era) de uma gentileza a toda prova.

Memorial: O Anor ou o Abdon?

Entrevistada: O Abdon, ao ser nomeada. Pouco tempo depois, o Anor veio e o Abdon ficou subprocurador.

Memorial: Certo, mas qual o que terminou lhe atrapalhando?

Entrevistada: Foi o Anor.

Memorial: Foi o Anor. Não o Abdon.

Entrevistada: Tanto que, nessa vez que eu quis voltar, o Abdon é que estava lá, e me disse: "Olhe, seu nome já vai sair até no jornal".

Memorial: E o Abdon, como é que a senhora...?

Entrevistada: Era uma rica de uma criatura, uma simpatia.

Memorial: Parece que ele foi um dos homens que marcou o Ministério Público.

Entrevistada: Marcou o Ministério Público, não tinha nenhum que tivesse queixa dele. Ele foi um grande procurador, promotor primeiro. Mas uma pessoa cem por cento. E o Anor, assim, particularmente, a senhora também dava cem por cento para ele, mas só que ele não era cem por cento. Agora, o Abdon não. O Abdon era uma pessoa aberta, a gente conversava com ele, se ele dizia que pão é pão, pão era pão. E o Anor não. Pois ele mandou uma carta, um ofício, que, quando viesse um réu, um militar, que eu não fizesse nada, que eu mandasse o processo. (Em) primeiro lugar, promotor não manda processo, quem manda é juiz. (Em) segundo lugar, eu nunca passei do prazo. Eu tinha tantos dias para a denúncia, tantos dias eu fazia. Eu mando para lá – em primeiro lugar, eu não podia mandar, mas suponhamos que eu pudesse – como é que eu iria justificar, perante o juiz, que o processo sumiu ou que eu não estou cumprindo com o meu dever?

Memorial: Então, o próprio procurador mandando um pedido desses...

Entrevistada: Respeitosamente, eu escrevi com todos os efes e erres e perguntei para Sua Excelência quem é que ia responder pelo meu prazo. E ele não me deu resposta. Morreu o pedido. Por isso que eu disse para o Boeira Guedes: "Quando eles lhe mandaram que o senhor engarrafasse – desculpe o termo – o inquérito, o senhor não devia ter aceito".

Memorial: Essa é a importância de não aceitar esse tipo de interferência, porque é uma interferência. Uma das coisas que eu queria lhe perguntar, e que na conversa a gente deixou passar, é a questão de ser israelita no período da guerra. A senhora estava começando a falar esse assunto. Isto pode ter interferido: o fato de a senhora ter nome israelita, de solteira, não é isso? Então lhe prejudicou alguma coisa, alguma vez poderiam ter...

Entrevistada: Não. Nunca houve nada. Isso foi conversa que eu ouvi: que o Anor era, aqui não era nazista, tinha outro nome...

Memorial: Integralista.

Entrevistada: ...integralista, e que ele teria dito que, se eu podia casar com um israelita, ele, também, podia me demitir. Ao contrário, meu marido não era israelita, a israelita era eu. Eu convidei ele para o casamento, ele se fez representar.

Memorial: Mas, o seu casamento não foi israelita?

Entrevistada: Não, eu só casei no civil. Meu pai não queria, porque não era da religião, a nossa religião não casava com pessoa de outra religião, a não ser que se convertesse. O meu irmão me deu força. O meu marido era protestante. Ele quis se converter, eu achei que era um absurdo – uma pessoa formada, de repente, mudar de religião... Não vai me dizer que vai acreditar? Então, eu disse que não precisava, que eu não aceitava. Na nossa casa, ninguém era protestante, ninguém era nada.

Memorial: E o procurador, parece que era integralista... a senhora soube de outros casos? Como lhe contaram esse?

Entrevistada: Não tinha ninguém, no Ministério Público, israelita.

Memorial: Mas, assim, em relação a outras atividades dele...

Entrevistada: Foi o que correu, aqui, em Porto Alegre, mas, conhecimento de fatos, eu não tenho...

Memorial: Outra questão. Nós temos na procuradoria um relatório enviado pela senhora, em fevereiro de 1941, dizendo o que tinha acon-

tecido num dos julgamentos. Era comum esse tipo de relatório? Era da rotina de trabalho? Precisava mandar isso? Havia um pedido especial?

Entrevistada: (Pausa) Não era comum. Geralmente, quando era absolvido, eu recorria, e eu não recorri... Não me lembro se eles me mandaram alguma coisa, motivo pelo qual eu fiz a explicação.

Memorial: Não era comum?

Entrevistada: Não era comum. É como eu lhe expliquei: nós fazíamos o processo, a polícia fazia o inquérito, ia para a Justiça, fazíamos todos os trâmites legais – testemunhas, perícia, o que fosse preciso – e, no final, se eu achasse que o cidadão era inocente, eu pedia a absolvição. Ali, foi um júri, não houve recurso. Deve ter alguma coisa, que eu não me lembro, que o Anor deve ter perguntado, porque eu não recorri e eu expliquei.

Memorial: Era um caso em que tinha ocorrido um homicídio em 1924 e só em 1941 que fora a julgamento, muitos anos depois... Tem mais algum aspecto que a senhora gostaria de nos dizer a respeito da sua vivência no Ministério Público, a sua vivência com a justiça, porque, afinal, como advogada, passou a vida inteira ainda atuando.

Entrevistada: Trabalhei muito tempo em tudo. Depois, eu peguei a empresa de Viamão. Não foi por mês, eu fazia serviço para eles, mas era advogada exclusiva. Era tanto serviço que eu fiquei no trânsito praticamente o tempo todo, abandonei os outros ramos de tanto serviço que eu tinha, eu atuava para a firma no trânsito, causas trabalhistas e tributárias. Por exemplo, tributário eu não gosto, mas, quando o cliente já é de outra coisa, eu aceito o tributário também, quer dizer, eu não posso deixar o cliente na mão. Então, eu tive um caso em que aprendi uma coisa. Eu estava na polícia atendendo o interrogatório de um motorista, aí, me apareceu um outro motorista que disse assim: "Doutora, eu estou procurando a senhora, também tenho uma audiência". Eu olhei para a cara do homem, cara de bêbado. Aí, eu disse: "Mas, o senhor tinha bebido? Tem que me contar, pois se me pegam em contradição, não saberei como defendê-lo". "Doutora, eu tomei dois conhaques, mas eu tomei leite e não aparece." E não apareceu mesmo. Então, eu aprendi que quando a gente bebe e toma leite, não aparece a bebida no exame de teor alcoólico. Mas, ele tinha cara, eu estava enxergando na cara do homem que [ele] devia beber. Eu sempre acompanhava os interrogatórios, a polícia sempre o permitiu.

Memorial: Mas, não é perigoso isso, porque, de repente, a pessoa pode, efetivamente, ser culpada, porque estava dirigindo bêbada, e um laudo dá como não constando?

Entrevistada: Tive, também, o seguinte caso: o motorista foi depor e disse que a pessoa morreu atrás do ônibus, que só depois de vinte metros de distância, ele enxergou que havia uma pessoa caída. E eu duvidei. Mas, eu fiquei atônita, achei que tinha estragado com a minha defesa, chegar aí e dizer que enxergou um embrulho, ou seja lá o que for, com vinte metros de distância, ele estaria mentindo. Eu não ia dizer para ele, eu só perguntei: "Vinte metros?". E ele disse: "É, vinte metros, para a gente enxergar". E eu não tive dúvida: fui na empresa, pedi um ônibus, eu não dirijo, botei o motorista dentro do ônibus, fiz ele andar, andar, andar, até que botamos a coisa para ele enxergar, e se mediu e deu os vinte metros.

Memorial: A importância de acompanhar, também, a questão do processo...

Entrevistada: Agora, outra coisa: a gente, às vezes, faz o serviço bem feito e não consegue ir para frente. Nós temos um muito amigo nosso, e ele foi vítima de um acidente em Caxias do Sul, havia uma senhora, que eu não sei se ela ainda existe, de uma família muito importante de Caxias, mas ela era deficiente e não podia dirigir qualquer carro, tinha que ter carro especial para dirigir. Ela corria de tal forma que todo mundo em Caxias tinha medo dela – quando o carro dela passava – porque ela podia matar alguém. E o nosso amigo, que tem um filho médico que mora em Caxias, vinha com a mulher de Bom Jesus, ele era rotariano, vinha de uma reunião de Rotary, e foi a senhora que foi por cima dele, e não ele por cima do carro dela. A minha amiga ficou muito machucada, atingiu a vista, atingiu a mama, foi uma coisa muito forte, muito feio. Aí, ele me pediu para fazer a defesa dele. Eu fui. E apareceu, no processo, que não era ela que estava dirigindo. O irmão dela namorava uma moça muito simples, namoro que a família não aprovava, porque eram todos grã-finos, pegaram a moça para dizer que era ela a motorista. A senhora está entendendo? Eu quis provar o contrário, e o constituinte não deixou. Eu disse: "Mas, então, vai ser condenado!". Eu sou bem franca, eu defendi, da empresa de Viamão, não sei quantos, centenas de casos, e só tive um condenado na primeira e eu absolvi na segunda. Não que eu garantisse que eu fosse absolver, mas a gente faz de tudo. Aí eu disse ao meu amigo: "Não adianta, eu vou fazer prova, da hora que você saiu de Bom Jesus

até a hora que você chegou em São Marcos, que você não vinha correndo". Aí, consegui duas testemunhas, em Bom Jesus, tinham que me notificar do dia da audiência, não é? Chego lá. No interior – agora não sei – mulher, quando chegava o juiz, achava que mulher não entendia. Se pudessem carregar, eles carregavam. Aí, eu cheguei lá, nós tínhamos audiência marcada, fui ver os autos, essas testemunhas de Bom Jesus foram ouvidas sem a minha presença. Eu estava examinado o processo e fiz um comentário em voz alta, chega um cidadão descascando uma laranja, era o juiz, e eu disse assim: "Só mesmo aqui que me fazem uma coisa dessas, fazer uma audiência sem comunicar para o advogado para poder cumprir com o seu dever". Bom, aí eu quis pedir a anulação da audiência, meu constituinte não quis: "Então, vai ser condenado!". Eu não tinha prova nenhuma. Mas, como era primário, foi condenado e obteve o *sursis*.

Memorial: Mas, ele não quis, porque era uma família...

Entrevistada: Não, porque nós fomos para uma audiência, e eu [disse]: "Não vai sair essa audiência, porque nós vamos anulá-la". Ele respondeu: "Não, a gente não vai voltar para outra audiência". "Mas, vem cá, Saul..." – ele é acostumado a mandar, esse meu amigo, manda em casa, manda na mulher, e, de repente, ele tem que obedecer alguém, entendeu? Eu era muito amiga deles, do casal, da família toda, meu marido era rotariano também, ele é padrinho de um neto meu, quer dizer, é uma relação muito grande. E ele, com certeza, estava se sentindo constrangido que eu estivesse mandando. Digo: "Olha, Saul, aqui tu não és meu amigo, não és Saul, não sou Sophia. Eu sou tua advogada. Ou tu obedeces, ou eu não faço o serviço. Eu vou provar que era ela e está pronto o negócio". Nesse meio tempo, ela mandou desmontar o tal do carro. Aí, eu ouvi conversa lá que todo mundo tinha medo dela, pois ela dirigia mal. E eu, com duas testemunhas que iam provar que ele saiu de Bom Jesus a tal hora e chegou a tal hora, ele não podia estar correndo. Então, é como eu digo... Outro caso foi com o dono da empresa de ônibus em que eu trabalhava com meu marido, mas foi antes de começarmos a trabalhar para a empresa. Ele pegou uma menina com seu carro. A polícia disse que ele não tinha culpa nenhuma, porque a moça se atravessou na sua frente, ou qualquer coisa assim, e o meu marido é que foi fazer o processo, não fui eu. Já estava tudo prontinho para ele ser absolvido, (quando) ele inventou que tinha de ouvir não sei quem – um senhor já de idade. Este o enterrou e (ele) foi condenado. A gente ficou sentida, pois se tratava de pai de uma amiga nossa...

Bom, há promotores públicos que, quando o causante do acidente é vítima, também se machuca, eles não o consideram como culpado, não o incluem na denúncia. E o promotor de Viamão era desses – aquele é vítima, não pode ser culpado. Então, eu pedia para o juiz incluir o cidadão na denúncia. Eu tenho um caso de uma cunhada. Ela é que foi a culpada. Ela ia com o carro dela perto do cemitério, acho que para um velório, ali, na Oscar Pereira, e vinha um ônibus de turismo de São Paulo – foi ela quem abalroou o ônibus, não foi o ônibus o culpado, eis que o carro dela ficou virado a pó de mico. Aí, ela também se machucou muito, ficou hospitalizada muito tempo. O promotor denunciou o ônibus... Olha, dá graças a Deus, eu lhe disse, se pegares um promotor que, quando o culpado é vítima, ele não denuncia... O que o advogado tem de fazer pelo cliente... Quando é promotor, não; mas, quando é advogado, sim, não é? E o réu foi o motorista do ônibus. Aí, uma advogada de São Paulo mandou uma carta para ela, cobrando os danos. Eu nunca tinha ouvido falar que vítima pagasse prejuízo do réu. Pelo contrário, o carro da Fulana de Tal foi vendido como sucata, e ela ficou no hospital não sei quanto tempo, ela teve derrame no pulmão, e quebrou o fêmur. Mas, a culpada foi ela. Nesse caso, claro, ela era minha constituinte... Mas quando era o contrário, eu fazia outra coisa: requeria ao juiz que determinasse ao promotor que denunciasse o verdadeiro culpado. O juiz de Viamão à época não gostava que advogados de fora atuassem na sua comarca. Certa vez, ele nomeou depositário um comerciante estabelecido, que não podia atuar como tal. Eu requeri, solicitando ao juiz a substituição do mesmo. Que fez o juiz? Guardou a minha petição até o homem desfazer a firma, saindo da direção da mesma, e, então, o confirmou no cargo. Certa vez, estávamos fazendo uma audiência, e a sala onde estávamos atuando (tinha) um estrado mais baixo de um lado, onde eu estava sentada, e (outro) mais alto, (do outro lado), onde se encontrava o advogado da parte contrária. Vejo, muitas vezes, juízes reclamarem de advogados que os interrompem sem pedir licença. Nunca interrompi um juiz – espero que ele pare de falar, peço licença e me dirijo ao mesmo com todo o respeito. Quando o perito estava sendo questionado, sem motivo algum, pois eu não estava interferindo nos trabalhos, somente perguntando através do juiz, este disse: "A senhora, que tem por costume atrapalhar os trabalhos, está querendo interferir com a testemunha", ao que respondi: "Vossa Excelência vai me desculpar, mas eu não formulei nenhuma pergunta,

quem as formulou foi Vossa Excelência". Daí a pouco, vem uma testemunha, que era do colega, e o juiz deu a palavra, primeiro, para mim, motivo pelo qual eu disse: "Doutor, a testemunha é do colega". A resposta vem de imediato: "Eu não sou vesgo", sendo vesgo. "Doutor, que eu não sou vesga tenho certeza." Não fui autuada por desacato, porque estavam presentes o outro advogado, a escrivã e a testemunha. Tive um outro caso com um juiz que fazia rapapés quando me via no Foro, mostrava-se muito amigo, sempre a elogiar-me. Tivemos um caso – note-se que eu só ia ao Foro quando tinha alguma audiência marcada, quando era intimada de algum ato ou quando ia requerer alguma coisa; ir por ir, nunca ia. Aí, eu fui lá para saber de um processo e o juiz vinha vindo e dizendo: "Doutora, como é que vai? Marretei o seu constituinte". Ao que eu respondi, "Só me resta recorrer, não é? "Acontece, porém, que o Senhor julgou *extra petita*." Aí o juiz me disse que iria reformar a sentença, porque não queria que fosse para o Tribunal assim, no que eu perguntei: "E como é que fica o meu prazo?". "A senhora terá prazo novo.", respondeu. Eu não poderia pedir ao juiz que me desse isso por escrito, seria uma falta de respeito duvidar da palavra dele. Quando eu vi, passou o prazo, sem que eu tivesse sido intimada, e prejudicada, com isso, a minha constituinte. Fui à presença do juiz e questionei o fato, no que ele me respondeu que havia terminado o meu prazo para recurso. Respondi-lhe que quando perdi o meu marido, que estava doente há muito tempo, eu estava com um processo em fim de prazo para recurso. Chorando na máquina, eu não deixei o meu constituinte sem apelação, pois seria difícil que, naquela hora, em fim de prazo, algum colega aceitasse me substituir. "Assim, também, não iria deixar de recorrer da sua sentença." Aí, ele chamou uma menina que trabalhava no cartório para que ela confessasse a minha presença no cartório no período de recurso; ao que a mesma respondeu que "a Doutora só vem aqui quando intimada e isso não aconteceu". Não contente, chamou a escrivã, que disse: "Não, Doutor, a Doutora não foi intimada, ela só vem aqui quando recebe intimação". Isso, já como advogada. Tive um caso em Rio Grande, uma ação de usucapião contra uma herança que não mais existia, pois o acervo já tinha sido partilhado e a partilha devidamente homologada a favor meu e de vários primos e dois tios que moravam em várias partes do Estado. Aí resolvi ir sozinha e levantar a preliminar de que a ação não poderia ter sido intentada contra uma herança inexistente e, sim, contra os donos do

imóvel objeto da ação, entrando, também, no mérito da ação. Em dado momento, eu disse que iria entrar com recurso e o juiz, *a priori*, me respondeu: "Eu não ligo muito (para) advogados, eu faço o que quero", ao que respondi: "Mas comigo, o Senhor não vai fazer o que quer, porque eu vou recorrer". Aí, quando eu dei o meu nome, ele disse: "Ah, a senhora é a pessoa de quem o Dr. Bruno – então diretor da Faculdade de Direito de Pelotas – tanto falou", e, aí, se desmanchou em gentilezas. Não é por ser mulher que tais fatos aconteceram.

Memorial: Isso foi, realmente, uma experiência grande...

Entrevistada: Já como advogada. No processo, que correu em São Marcos, já referido, onde o réu era amigo meu e de meus familiares, eu requeri certa coisa, e o juiz retrucou: "Por que a senhora não requereu na fase policial?". Ao que eu respondi que não requerera, então, porque o fato ocorrera após a fase policial.

Memorial: São as dificuldades do exercício da profissão.

Entrevistada: Eu me referi ao que, não me lembro agora, mas sempre respeitosamente, pedia vênia. Em toda (a) minha vida, nunca usei uma palavra que não fosse de acordo, não é que queira me elogiar, eu acho que é obrigação. O juiz deu um despacho dizendo que eu queria interferir não sei no que e que, se eu o fizesse de novo, ele ia me fazer não sei o quê. Eu não ia deixar passar em brancas nuvens e, aí, eu lhe respondi por escrito. Tendo o juiz reiterado as ameaças, tive de representar contra ele.

Memorial: Dra. Sophia, naquele período em que a senhora esteve atuando e saíram coisas no jornal sobre o júri, a senhora guardou algum recorte de jornal, alguma coisa dessa fase, algum documento, fotografias?

Entrevistada: Olha, eu tinha uma revista em que eu dei uma entrevista, uma revista técnica, mas eu não a encontrei. Aí, tinha toda a minha vida. Eu tenho alguma coisa aí, uma pasta antiga.

[Há] retratos, [alguns]... Eu, quando era acadêmica, escrevia no jornal da faculdade, que era *O Acadêmico*. Quando eu me formei, na nossa formatura, tínhamos a entrega da chave da faculdade, fui eu quem falou na despedida dos estudantes, um outro colega entregou a chave. A carta em que o procurador me demitindo, eu tenho (...)

Muita gente me pergunta por que não continuo trabalhando e eu respondo: "A gente tem de saber quando parar. Não poderia chegar no Foro de bengala, de braço dado com outra pessoa e comparecer às audiências, como também não tenho capacidade física para ir de um cartório ao outro". Pretendo ficar boa um dia. Vamos ver.

Memorial: Enquanto isso, vai dando consulta, orientando.

Entrevistada: É, eu estudo e leio. De manhã, eu faço fisioterapia e, à tarde, eu fico em casa, a não ser quando tenho de sair (...) sempre eu estou ocupada.

TANIA CONCEIÇÃO SPORLEDER DE SOUZA

Tania Conceição Sporleder de Souza, natural de Montenegro/RS, é esposa do ex-Procurador-Geral de Justiça Paulo Olímpio Gomes de Souza. É graduada em História e Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi professora de História e Geografia na rede estadual por 25 anos e também lecionou nas Faculdades de Alegrete e de São Borja. Atualmente, é presidente da Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (FAESP), conselheira da Liga Feminina de Combate ao Câncer e conselheira fiscal do Educandário São João.

Tania Conceição Sporleder de Souza *

Memorial: Poderíamos iniciar perguntando onde você nasceu?

Entrevistada: Eu nasci em Montenegro, vivi lá durante seis anos. Como meu pai era engenheiro civil da Viação Férrea, ele e minha mãe moravam em Montenegro quando eu nasci. Depois viemos para Porto Alegre. Nasci em Montenegro, mas sou porto-alegrense de coração. E a minha família toda é, praticamente, daqui de Porto Alegre.

Memorial: Como você conheceu o Dr. Paulo Olímpio?

Entrevistada: Nos conhecemos em Lavras do Sul em 1960, quando minha irmã morava lá. Ela era casada com um bageense da família Salis, que era cirugião-dentista do Estado, e foram morar em Lavras do Sul porque ficava próximo de Bagé. Quando nasceu meu primeiro sobrinho e primeiro neto dos meus pais, fomos para lá. Lembro que foi na época do carnaval, porque passei as férias todas, janeiro e fevereiro, em Lavras do Sul. Todas as semanas antes do carnaval propriamente dito, havia aquelas visitas dos grupos carnavalescos às casas. Nessa ocasião, o Paulo Olímpio também estava visitando os parentes, porque ele é lavrense, ambas as famílias, do pai e da mãe, são de Lavras, e ele estava visitando os tios na fazenda, e, nessa época, estava na cidade. Então, foi lá que eu o conheci, dentro daqueles "assaltos", que era como chamavam as visitas dos carnavalescos às famílias. Nos conhecemos, pulamos o carnaval juntos e depois viemos a Porto Alegre na festa de 15 anos da Cotinha, Ana Clotilde Cachapuz de Medeiros (Rainha do carnaval), que nos convidou para o seu aniversário. E, então, começamos a namorar, e ele já me convidou para ir ao baile do Direito, o Baile da Balança, na Reitoria, os famosos bailes da Reitoria. E ali começamos, numa data histórica de 21 de abril de 1960. Namoramos oito anos, entre namoro e noivado. Depois ele se formou, exerceu a advocacia por um ou dois anos, fez concurso para o Ministério Público e foi assu-

* Entrevista concedida às historiadoras Márcia de la Torre e Patrícia Sanseverino em 18/11/2003. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Patrícia Sanseverino.

mir na Comarca de São Francisco de Assis. Eu não cheguei a conhecer a cidade, pois quando noivamos vagou a Comarca de Candelária, que era mais próxima de Porto Alegre. O promotor de Candelária era o Tael Selistre que foi para São Borja. Casamos, fomos para Candelária e vivenciamos a cidade. Lembro que a minha família e os meus amigos diziam: *"Bah, mas como é que tu vais sair de Porto Alegre, vais viver no Interior, vai ser um horror!"*. Mas eu me adaptei super bem. Penso que em razão da idéia de que aquilo era por pouco tempo e que eu voltaria para Porto Alegre, junto da minha família. Mas eu vivenciei bastante a nossa estada no interior, saí chorando de todas as comarcas.

Memorial: O Dr. Paulo Olímpio, em depoimento concedido ao Memorial, disse que vocês viveram intensamente a vida nas comarcas do interior por onde passaram. Não vinham muito seguidamente a Porto Alegre e que essa vivência o ajudou muito no desenvolvimento da sua atividade profissional. Como é que foi acompanhar o início da carreira de um Promotor nas condições de um interior, na década de 1970, sem as facilidades de comunicação com a capital? Como foi a adaptação?

Entrevistada: Eu sou fácil de me adaptar, porque começo a viver sempre o aspecto positivo do lugar e das pessoas. Se fosse começar a chorar, a sentir saudade e isso e aquilo, aí o tempo custaria a passar.

Memorial: A primeira experiência foi a Comarca de Candelária?

Entrevistada: A minha, sim. E como o Paulo era Promotor de Justiça na cidade de Candelária, então nós vivemos conforme o modo de vida deles; e como eu tenho um sobrenome alemão, o Sporleder, isso foi muito bem aceito. A comunidade nos acolheu muito bem, porque eu lecionava, era professora do Estado, depois lecionei no colégio das freiras, da ordenação de São José, em que me convidaram para assumir uma cadeira que seria de atualização. Então, fazíamos palestras sobre o casamento, sobre sexo, sobre drogas. O Paulo também foi convidado para lecionar na Escola de Comércio de Candelária, foi paraninfo da turma. Sendo Candelária de colonização alemã, a maior parte da população era formada por luteranos, havia também católicos, e eu freqüentava os chás de ambos. Sempre participei muito da vida social, era convidada para chás, para eventos, para jantares. No período em que permanecemos lá, eu organizei, a convite da direção do Clube, curso de etiqueta para as debutantes, organizava todo o baile, porque sempre gostei disso.

Memorial: Quando você foi para Candelária, já estava formada?

Entrevistada: Já estava formada em História e Geografia e já trabalhava em Cachoeirinha. Então eu continuei a lecionar. Morávamos em um hotel, éramos só nós dois, e eu disse: "*Se tiver um hotel bom, que tenha uma suíte, afinal, somos só nós dois*". Então moramos no Hotel dos Viajantes, administrado pelos próprios donos. Ficamos muito bem, havia o Lions, o Rotary, e o Paulo era convidado para as reuniões, para os jantares, enfim, a convivência foi muito boa. Eu me comunicava sempre com a minha família, mas, às vezes, apesar da proximidade de Candelária com Porto Alegre, não conseguia ligação, ou porque chovia, ou porque havia outras dificuldades. E acabou acontecendo na minha família, uma inversão, eles nos visitavam, porque estavam gostando do interior e com isso começaram a conhecer as cidades. A minha mãe, o meu pai, os meus irmãos, os sobrinhos que já começavam a aparecer, a mãe do Paulo, passaram a nos visitar. Foi uma época muito boa mesmo. E no Interior, eu procurava não me vestir somente com roupas de Porto Alegre, eu ia para o comércio local, pois era uma forma de conversar com as pessoas, com os habitantes, e de interagir na vida da cidade. Ainda em Candelária, o Paulo foi convidado para lecionar Direito Constitucional na Faculdade de Santa Cruz, então todos os sábados ele ia para lá. Às vezes, eu me encontrava com ele em Santa Cruz, e passeávamos por lá, outras vezes, vínhamos para Porto Alegre, quando o volume de trabalho permitia. Porque gostávamos de participar da vida da cidade e éramos convidados para batizados, para primeira comunhão, para tudo! Como éramos só nós dois, tínhamos tempo. Em todas as comarcas, como aqui, o Paulo sempre gostou de jogar futebol. Em 1970, no aniversário do Paulo, minha mãe foi nos visitar, e o Brasil estava disputando a Copa do Mundo, lembro que o Paulo não aparecia, não aparecia, e ela dizia: "*Mas eu vim visitar o Paulo, vim cumprimentar o Paulo e o Paulo sumiu*". O Paulo sumiu em Candelária, estava organizando uma passeata pela vitória do Brasil na Copa, com a participação de toda a comunidade, era o padre, era o pastor, era o pessoal do futebol, foi uma passeata que movimentou a cidade! Lembro que ele chegou cansadíssimo. Até hoje falam nessa passeata que houve pelo amor ao futebol, pelo esporte. Então o período em Candelária foi muito bom, e por ser próxima aqui de Porto Alegre fiquei mais tranqüila, porque me sentia emocionalmente mais próxima da família. E a minha família nos visitou muito. Então foram momentos muito gratificantes.

Memorial: A opção em fixar residência em um hotel foi em função da dificuldade de moradia ?

Entrevistada: A nossa opção foi por comodismo, não residimos em hotel apenas em Candelária, mas em São Borja também. Éramos só nós dois, ficamos cinco anos sem ter filhos.

Memorial: Você teve que abdicar da sua atividade profissional em função do casamento. Houve algum prejuízo profissional?

Entrevistada: Não, penso que houve um somatório, tudo que aconteceu foi muito valioso, pois eu continuei na sala de aula e isso proporcionou uma troca de informações e amizade com a comunidade da comarca, o que até é bom para o trabalho do promotor, porque com isso passamos a conhecer as famílias, a comunidade. Como o meu curso, História e Geografia, englobava, na época, Educação Moral e Cívica e OSPB, eu também ministrava nas aulas questões relacionadas ao patriotismo e à cidadania, além de algumas noções de etiqueta. Eu nunca fui de falar muito alto com os alunos, de brigar, então, desde o momento em que entrava em sala de aula, eu já ensinava a eles toda essa parte, conversava, levava exemplos para as aulas. Desta maneira, eu formei em cada escola, em cada município pelos quais passamos, os Centros Cívicos; fui coordenadora dos Centros Cívicos em Candelária, em São Borja e em Alegrete. Todos os alunos tinham que saber cantar o Hino Nacional e conhecer o significado do mesmo. Todas as semanas havia a hora cívica que eu coordenava ou com declamações, ou com alguma dramatização. Eu sempre gostei desse envolvimento, das paradas de Sete de Setembro que havia nos próprios municípios, e sempre incentivei os meus alunos a participar, e eles iam em massa, então tudo aquilo foi muito gratificante, sem prejuízos.

Memorial: Como você mesmo disse anteriormente, vocês tiveram sempre muita troca. Assim, a partir das atividades que você desenvolvia, o que você conseguia levar para o Promotor Paulo Olímpio em termos de conhecimento da comunidade?

Entrevistada: Sim, era uma troca. As pessoas gostavam, porque, nas comarcas do interior, o Promotor de Justiça é autoridade. E como sempre fui muito comunicativa, gostava de conversar com as pessoas, e gosto, então, de repente, essas pessoas traziam informações da família, de um caso. Por exemplo, você ouve, olha o que estão falando sobre determinado caso de júri, "*Ó, falaram isso, falaram aquilo*". Isso também é uma forma de interagir.

Memorial: Quanto tempo vocês ficaram em Candelária?

Entrevistada: Dois anos e meio. E bem vividos.

Memorial: Você tem lembrança de algum tribunal do júri em que o Dr. Paulo Olímpio tenha atuado?

Entrevistada: Em Candelária, eu não assisti a nenhum júri do Paulo. Eu apenas o espiava, via aos pouquinhos, ele nem sabia da minha presença. Estávamos recém-casados, e eu nunca perguntei, "*Olha, tu gostarias que eu assistisse?*". Então, para deixá-lo mais à vontade, eu só espiava de vez em quando, permanecia por algum tempo e deu. Depois, por merecimento, o Paulo foi promovido para São Borja e então fomos para lá. Quando o Tael Selistre saiu de Candelária, foi para São Borja. Veja como são as coisas, porque o Tael, de Candelária foi para São Borja e quando o Tael saiu de São Borja, foi o Paulo. E aí foi outra vida muito intensa.

Memorial: Em que ano foi isso?

Entrevistada: São Borja foi de 1971 a 1973. Candelária foi de 1969 a 1971.

Memorial: Você continuou lecionando em São Borja?

Entrevistada: Como sou professora com curso superior na PUC, então, me perguntavam muito "*Qual é a tua idéia disso, daquilo*". E eu sou, às vezes também, um pouco criativa. Apesar de não ter aquela atualização de cursos em Porto Alegre, tive uma vivência de interior maravilhosa, assim, tu tens uma "pós-graduação" pela vivência de todos os momentos, todas aquelas áreas, tudo, tu tens um crescimento fantástico, transformatório de tudo. Então, de repente, tu já estás criando em cima daquilo que tu aprendeste, em cima daquilo que eles estão vivendo e em cima daquilo que eles querem. Foi muito interessante, em questão de um ou dois anos haviam criado a Faculdade de Educação em São Borja, e eu fui convidada para lecionar a Metodologia do Ensino de Primeiro Grau. Eu havia feito um pós-graduação, na PUC, de avaliação educacional, curso que me possibilitava, me credenciava para dar essa matéria, e eu passei a lecionar na Faculdade de Educação em São Borja. Passei, portanto, a lecionar no Colégio Estadual de São Borja, o CESB, e na Faculdade de Educação, em nível superior. O Paulo continuava com o futebol dele e acumulava também duas promotorias, porque Candelária era de primeira entrância e São Borja, na época, era de segunda entrância. E a cidade, como até hoje, era meio violenta, às vezes, por exemplo, por causa de um semáforo vermelho, a pessoa se incomodava, já dava uns tiros, "faca na bota". Então lá foram

realizados muitos júris, o que a tornava bem movimentada. E naquela época, de 1971 a 1973, o prefeito era interventor da cidade, o José Pereira Alvares, foi duas vezes, sendo que hoje ele é o atual prefeito de São Borja. Ele é casado com uma prima minha.

Memorial: Ele foi deputado?

Entrevistada: Sim, ele também foi deputado estadual e depois houve a eleição para a prefeitura e ele, novamente, saiu vitorioso.

Memorial: Ele era prefeito na época em que vocês chegaram em São Borja?

Entrevistada: Sim, ele já era prefeito e casado com uma prima minha, a Marli Cabeleira, a minha mãe é Cabeleira por parte do meu avô. Então nós nos dávamos bem. Em São Borja continuamos a morar em hotel, o hotel Charrua. E lá a minha vida profissional cresceu. Mudei de entrância também! A estada em São Borja foi muito interessante. E então era o Juca Prefeito, era o Paulo Promotor, era o Péricles Mariano da Rocha Juiz, com a Mariazinha e a turma toda. Era o juiz, o prefeito, o promotor e mais o pessoal que morava lá que se reunia na casa do prefeito. Porque a Marli era muito agregadora, muito festeira. Em São Borja conhecemos vários artistas brasileiros, até porque morávamos em hotel. Eu era apaixonada pelo Roberto Carlos que não era um dos preferidos do Paulo, e nós ali esperando ele chegar, quando vejo vem vindo o Roberto Carlos e o Paulo abraçado nele, eu digo: *"Mas sou eu que gosto do Roberto Carlos!"*. *"Aí, mas não é possível o que tu estás fazendo?!"*. Nós íamos para o saguão antes dos *shows* nos clubes e foi assim que conheci vários artistas, o Caubi Peixoto, a Ângela Maria, o Jair Rodrigues, o Nélson Gonçalves e vários outros que agora, no momento, não estou me lembrando. Mas foi muito legal, foi muito bom, e os artistas eram muito amistosos. São Borja era uma cidade muito mais festiva que Candelária, mais populosa, até o próprio tipo de vida, muitas festas, jantares, tu tinhas que ter preparo físico para acompanhar toda a atividade social. Foi em São Borja, em 1973, que o Paulo Vinícius foi gerado. O Paulo já tinha recebido a promoção por merecimento e eu fiquei com o compromisso na Faculdade, porque não tinha quem me substituísse, então nós ficamos até o final do ano. Isso aconteceu também em Alegrete. Ficamos mais meio ano, aí o Paulo Vinícius nasceu, nosso primeiro filho, e tivemos que contratar duas babás, morando em hotel, porque uma era para cuidar dele durante o dia, pois eu tinha as aulas, e a outra, das seis em diante. Nas festas tinha

cantoria, tinha roda de samba, o jantar era um pretexto, era um pessoal muito musical. Foi muito bom mesmo. Como São Borja era fronteira com a Argentina, havia muita ligação com o pessoal de São Tomé por causa do Cel. Azambuja e também por causa do Juca. O Exército e a Marinha faziam muitas festas em São Tomé, muitas vezes, nós íamos ou de balça ou com a lancha da Marinha de São Tomé. Então havia muita proximidade. E nestas festas em que havia pessoas de São Tomé, quando davam a palavra para o Paulo, ele discursava em espanhol. Aí eu dizia: "*Mas por que tu falas em espanhol, tu tens que falar em português!*". Mas ele falava direitinho, porque com a proximidade, a gente até exercita mais a língua. O relacionamento das autoridades de São Tomé com as autoridades de São Borja era muito bom. Quando podíamos, todos nós - o Exército, o Ministério Público, o Tribunal e o Prefeito - íamos a Buenos Aires. Muitas vezes, quem nos acompanhava era um casal de médicos, e eu dizia: "*Ah, então nós estamos muito bem, qualquer problema gastronômico que ocorra em Buenos Aires, temos um casal de médicos para nos socorrer!*". Em São Borja, além da aproximação familiar com a Marli, fizemos excelentes amizades. Tanto é que a Fernanda debutou em São Borja, o Juca, pela segunda vez, era prefeito, então fomos acolhidos lá, e em julho de 1990, ela debutou. Foi muito bom, muito gratificante mesmo. Naquela época havia no Brasil o Movimento Brasileiro de Alfabetização – o MOBRAL – do qual eu fazia parte em São Borja.

Memorial: Você continuava com os Centros Cívicos em São Borja, ou ficou apenas com o MOBRAL?

Entrevistada: Eram o MOBRAL e o Centro Cívico, esse sim, eu tinha que fazer! Isso era da minha área. Muitas vezes, nós saíamos das festas, dos bailes, e era só o tempo de chegar, tomar um banho, arrumar-se e ir para a aula. Quando o Paulo Vinícius nasceu, ia aquela turma de mulheres de São Borja para São Tomé, a Marli, mulher do prefeito, liderava. Aí eu deixava a babá na praça em frente ao hotel, todos os funcionários cuidando, ela botava uma colcha e ali ficava o Paulo Vinícius, todo mundo ajudava a cuidar dele e eu ia para São Tomé. Nas festas, eu levava o Paulo Vinícius, quando era pequeninho, no moisés, então, ficava aquele moisés passando para lá e para cá. Mas foi muito gratificante! Saí chorando de lá. Em São Borja tinha um grupo, os Angueras, que era um grupo gauchesco, o Aparício Silva Rilo fazia parte desse grupo. E eles fizeram uma despedida especial para nós, porque, de vez em quando, éramos convidados, e, quando fomos embora, fizeram

um jantar e, no final, fizeram toda uma seleção de músicas para nós, foi muito interessante, muito bonito, muito comovente mesmo. Até hoje nós temos a fita.

Memorial: Pelo jeito doíam essas mudanças de comarca, que são uma das coisas a serem administradas na carreira.

Entrevistada: Exatamente! Isso eu via, por exemplo, com o pessoal da Marinha, vinha aquele casal moço, recém-casado, ou também o pessoal do Exército, e as esposas choravam muito, ficavam numa depressão, uma coisa horrorosa, e eu dizia: *"Mas o que é isso, não pode ser assim!"*. Porque senão fica atrapalhando a profissão do teu marido, e choravam e, às vezes, havia uns que ficavam meio ano, porque a mulher não suportava. Então eu acho que nesse aspecto a mulher tem que ser companheira, no momento em que opta, tem que ajudar e não puxar para baixo. Às vezes, os maridos estavam gostando em razão da receptividade e pela situação, porque eram bem recebidos, mas a mulher ficava atrapalhando. Choravam *"Porque eu não quero ficar aqui, que coisa horrorosa!"*. Então, a permanência em São Borja foi muito boa, as amizades também foram muito interessantes, além dessa ligação familiar. E o Paulo ali participou de campeonatos municipais porque o futebol era o esporte preferido.

Memorial: E ele sempre com o futebol?

Entrevistada: Sempre com o futebol. O maior desgosto dele foi quando agora, há pouco tempo, não pode mais jogar futebol por causa do joelho. Mas retomando, de São Borja, o Paulo foi promovido, também por merecimento, para Alegrete. Fomos para Alegrete, mas eu não queria muito sair de São Borja, sabe aquela coisa assim... Estava muito bom São Borja! Mas aí tivemos que mudar, então fomos para Alegrete: *"O que será Alegrete, como é que é?"*. Começamos tudo novamente em Alegrete. O Lions, o Rotary todos convidando o Paulo, mas ele nunca aceitou participar nem de um, nem de outro, para não haver problema. Para não haver ciumeira, porque ficam *"Ah, está andando com o Fulano!"*, porque isso acontece no Interior. Mas o Paulo continuava jogando futebol.

Memorial: Isso também era uma coisa que precisava de cuidado.

Entrevistada: Então tu tinhas que te dar com todo mundo, mesmo que com uma turma tu te afinasse mais, tu tinhas que participar da outra para não haver problema. E eu sou de captar fácil essas coisas e dizia: *"Vamos lá, porque senão..."*. Exatamente para não haver problemas e ficar bem. E até hoje eu sou assim, é a minha natureza.

Memorial: É aquela famosa intuição feminina.

Entrevistada: Em Alegrete a família, com a chegada da Fernanda, já estava maior, e nós não podíamos mais ficar em hotel, então foi alugada uma casa próxima ao Fórum, bem central. Ainda uma coisa sobre São Borja. O Hotel Charrua era freqüentado por viajantes, de modo que, as senhoras da cidade nem conheciam o seu interior, por receio de algum mal entendido. Aí eu disse: *"Mas afinal eu estou morando aqui, pouco me importa o que estão fazendo!"*. E resolvi: *"Olha, vou fazer o meu aniversário, vou convidar, uma coisa super simples, mas, afinal, a minha casa é esta, o hotel"* Abriram os salões do hotel, e havia pessoas lá que não conheciam o hotel e que estavam indo pela primeira vez. Tinham preconceitos em relação a entrar no hotel, por causa dos viajantes, por causa daquela mistura, e nem era isso, era mais coisa da cabeça deles.

Memorial: Uma coisa bem cultural.

Entrevistada: É, exatamente. Convidei várias pessoas, entre elas o colunista social, porque eu achava que tínhamos que conviver com toda a sociedade. Como eu estava sendo bem recebida, eu tinha que retribuir, mesmo não tendo casa, então convidei as amigas para me visitarem no hotel. Elas foram e gostaram. Até porque era um hotel super bom, tinha toda uma infra-estrutura. A comidinha do Paulo Vinícius toda era feita pela cozinheira, tinham um cuidado todo especial, tanto é que quando nós saímos dali, a cozinheira do hotel me disse: *"A senhora tem que levar, é uma pessoa maravilhosa que eu vou lhe arrumar"*. Essa pessoa, a Leila, que veio de São Borja, trabalha comigo até hoje, está há 32 anos conosco. Ajudamos a formar o filho dela, o Cássio Bomback, que hoje trabalha no Ministério Público e a menina que tem agora 13 anos. O Cássio se formou em Administração de Empresas. Ele, por extensão, é também como filho.

Memorial: Ela sempre acompanhou você.

Entrevistada: É minha amiga, e nesse meio tempo, ajudei a criar os filhos dela. Demos todo o apoio para ela, porque ela sempre foi muito boa e até hoje, os filhos já estão crescidos, com 30 anos e ela: *"Ah, estão chegando os meus queridinhos, vamos fazer essa comidinha!"*. Depois a família dela também veio trabalhar conosco, os três irmãos, a mãe, a família ali se reuniu. Falando ainda de São Borja, lá acontecia a Festa dos Lavoureiros e todos os lavoureiros do Rio Grande do Sul se reuniam em uma espécie de congresso, além da festa, eles também faziam reuniões

para tratar de assuntos relativos à produção. E nós participávamos, era um encontro internacional por causa da Argentina e do Uruguai também. Eram encontros importantes, e enquanto estivemos lá, participamos desses eventos. Todos os grandes momentos foram vividos em todas as cidades. Depois que saímos de Alegrete, voltei duas vezes: quando recebi o prêmio de "destaque mulher", promovido pelo colunista social de lá, o Jeovah Grisoste, e quando a Fernanda debutou em 1990. Ela só não debutou em Candelária, eu disse: "*Mas que pena, Fernanda! Candelária! Ali eu dei o curso de etiqueta!*". Em Candelária, ela só não debutou porque a data do baile coincidia com a data do baile do Leopoldina Juvenil. Aqui ela debutou em três clubes e, no interior, em São Borja e em Alegrete. Nessa época, quem estava lá na promotoria era o atual Procurador-Geral, Dr. Roberto Bandeira Pereira, e também o Ivory Coelho Neto. Estávamos lá na época em que eles eram os promotores, isso foi uma alegria, foi ali que eu conheci os dois. E depois, quando nós voltamos a Porto Alegre, fui colega, na mesma escola, de um irmão do Roberto, o Rogério, que era engenheiro e dava aulas de matemática.

Memorial: Depois que nasceram os filhos, você continuou com as suas atividades profissionais?

Entrevistada: A Fernanda foi gerada em Alegrete, o Paulo Vinícius foi gerado em São Borja, mas eu os tive aqui em Porto Alegre. E mesmo com os filhos, continuei sempre dando aulas.

Memorial: E também participando de todas as atividades sociais?

Entrevistada: Sempre, sempre. Em Alegrete, além da escola estadual em que eu lecionava, também fui convidada para a faculdade. Então eu dava EPB e Metodologia de Primeiro Grau na Faculdade de Educação. Esse período foi muito gratificante, foi muito bom mesmo, porque exercitei os meus conhecimentos, me exercitei na parte social, no relacionamento humano, porque tu acompanhas, tu acabas, sem querer, se misturando com o Ministério Público, com aquela consciência, aquele espírito de Ministério Público, tu vais absorvendo. Logicamente, que nos trabalhos do Paulo eu nunca interferi e nem poderia, porque eu nem tinha base para isso e nem formação. Penso que cada um tinha que ter a sua individualidade. Como até hoje, e até hoje eu gosto do Ministério Público, apesar do Paulo Olímpio já ter se aposentado. Então tudo aquilo em que eu puder ajudar, tudo aquilo que eu puder fazer pelo Ministério Público, inclusive, eu já disse isso para a

Goreti: "*Eu ajudo*". Porque a gente, sem querer, passa a vivenciar aquilo, não sei se isso não foi em função da minha formação. Quando jovem, eu fiz o primeiro grau - hoje ensino fundamental - no colégio Bom Conselho, que tem uma formação estritamente religiosa, fiz a minha primeira comunhão lá e tudo o mais. Dali eu fui para o IPA, porque eu não queria fazer magistério, nem científico, então fui fazer Técnico de Contabilidade no IPA que é metodista. Semanalmente tínhamos as assembléias, tínhamos que aprender que o IPA era a nossa segunda casa e que devíamos ter o espírito *ipaense*, o espírito de colégio. E eu penso que isso fez com que eu passasse a entender: "*Como eu estou em uma outra instituição, então eu também tenho que absorver esse espírito do Ministério Público para vivermos juntos passo a passo e para eu entender também*". E durante toda essa trajetória, o Ministério Público ia crescendo, vários projetos, várias buscas em termos de ampliação, em termos de conscientização e de estrutura.

Memorial: Até porque a geração do Dr. Paulo foi uma das que ajudou a transformar o Ministério Público no que ele é hoje.

Entrevistada: Exatamente. Quando o Paulo foi promovido para Porto Alegre, aconteceu que a faculdade me segurava, eu tinha compromisso com os alunos e com a faculdade. Porque o titular da cadeira era o prefeito de Alegrete e ele não podia assumi-la porque estava ocupando o cargo de prefeito. E eu era a única na cidade habilitada para ministrar a disciplina. Tive que lecionar todo aquele ano e, então, foi o Paulo quem esperou.

Memorial: Quanto tempo vocês permaneceram em Alegrete?

Entrevistada: Foram dois anos, de 1973 a 1975, aí viemos para Porto Alegre com um casal de filhos que hoje são advogados. São mestres e professores na PUC. Há pouco tempo, dia 28 de outubro, o Paulo Vinícius se doutorou em Direito Penal pela Universidade de Coimbra. Eu tenho muito orgulho de dizer que é o segundo brasileiro doutor pela Universidade de Coimbra em Direito Penal durante sete séculos, seu doutorado foi na área da bioética. Isso é importante para mim, é importante para nós, os pais. A Fernanda é casada com um advogado, também mestre e professor na PUC, Fabrício Pozzebon. E, em Porto Alegre, de 1978 a 1982, o Paulo foi Presidente da Associação do Ministério Público num mandato e depois noutro. Aliás, quando nós chegamos, ele foi convidado para fazer parte do gabinete do procurador-geral da época. Depois o Augusto Berthier foi Presidente da Associação e o Paulo foi diretor da sede, então ele a reformou, depois surgiram outras reformas. Nesse meio

tempo, como o Paulo era Presidente da Associação, eu também continuei a acompanhá-lo agora já na cidade, já com a minha família. Eu fui muito bem recebida pelas esposas de promotores e procuradores que faziam os chás mensais aqui no Ministério Público e fui me envolvendo aqui também, ampliei meu círculo de relacionamentos, fiquei conhecendo aquelas pessoas que já estavam aqui, o pessoal anterior, os mais velhos, e o pessoal que estava chegando. E era da Associação a incumbência de fazer esses chás, então, quando os fazíamos, havia sempre bazares com produtos artesanais feitos pelas esposas de promotores e procuradores, cada uma dentro da sua habilidade. Mostrávamos os produtos e vendíamos, e o que era arrecadado, era destinado às entidades assistenciais, como o Padre Cacique, os autistas, Lar Santo Antônio dos Excepcionais, etc. Como até hoje fazem os chás sempre em benefício de alguma casa que precisa. Aí eu comecei a dar um vôo mais alto: *"Quem sabe nós saímos um pouquinho dos chás e vamos fazer outros tipos de atividades, jantares, coisas assim, envolvendo também outras entidades?"* E até mesmo por ocasião das atividades, das jornadas, dos congressos, das reuniões, às vezes, vinham outras pessoas e eram feitos jantares maiores. E eu primava, junto com a equipe das gurias, para ter de tudo o melhor, sempre o melhor, o mais bonito, aí vinham aquelas mulheres bem bonitas, bem vestidas, todo mundo queria ser convidado. Eu conhecia todo mundo, dos aposentados aos da ativa, eu conversava com todos, mas do telefone da minha casa, não da Procuradoria.

Memorial: Tania, o que de bom surgia dessas festas e ajudava o Dr. Paulo Olímpio na presidência da Associação?

Entrevistada: A maior presença de associados nos eventos, eu fico até arrepiada. Quando o Paulo estava como presidente da Associação, houve a Assembléia Constituinte, e foram feitos encontros em que a Associação ficava lotadíssima, eu via se estavam todos bem servidos, eu me metia um pouco para ver com é que estava, inclusive, o astral, se estavam gostando. Nesses jantares iam todos os associados, gostavam e perguntavam quando é que teria outro encontro, porque tinham gostado bastante. Então o cuidado era pela organização, pela forma de receber, pela forma até de constituir as mesas, as afinidades. Eu já sabia, no momento em que ia convidar, eu já conhecia as personalidades, aqueles que queriam saber o que ia ter para comer, qual seria o cardápio, então eu tomava nota do que os convidados gostavam, pois o importante era o comparecimento. Eu sabia o que cada um iria me cobrar, ou a mulher iria

me cobrar. Às vezes, as mulheres queriam ir e os homens estavam mais acomodados, aí as esposas me diziam: *"Tânia, está aqui o número do telefone, tu telefonas em tal hora e tu dizes isso, isso e aquilo que daí ele irá!"*. Aí eu dizia: *"Vou testar a minha conversa!"*. Aconteciam também essas coisas. Na festa, eu sabia com quem eu tinha conversado, nem o Paulo sabia qual eram as nossas combinações, então eu ficava cuidando, o fulano veio: *"Bah, mas que bom que tu vieste!"*.

Memorial: Então, nem o Dr. Paulo Olímpio sabia como é que você conseguia levar algumas daquelas pessoas aos jantares?

Entrevistada: Ele não sabia o que se passava nos bastidores. Ficava o segredo entre elas e eu, e isso até hoje. Eu achava o máximo, pois entendia que quem era presidente da Associação, tinha que ter sempre ao seu lado o plantel dele, do Ministério Público.

Memorial: A própria questão do espírito de corpo, da integração do Ministério Público, dentro de todo um contexto de luta, de reforma, afinal a parte social também é política, não é mesmo?

Entrevistada: E eu sempre me dei muito bem com as esposas, nunca houve problema nenhum. Sempre procurei atender da melhor forma possível porque numa festa quanto melhor, quanto mais coisas você apresentar e até mesmo a forma como você convida, faz com que no próximo encontro todos compareçam naturalmente. Depois o Paulo foi para a Susepe.

Memorial: Foi em 1983, depois que terminou o mandato da Associação, ele foi para a Susepe no Governo Jair.

Entrevistada: O Paulo foi para a Susepe, e na Susepe eu comecei, aliás, antes mesmo, quando o Paulo ainda era presidente da Associação, já existiam as sociedades, ainda não-legalizadas, dentro das casas prisionais. Existia a Sociedade Beneficência aos Internos do Presídio Central, e o grupo da esposa do Dr. Cláudio Tovo - que também foi promotor e que depois foi para o Tribunal - me convidou para fazer parte dessa sociedade (SBPC). Tinha também a sociedade do Bom Pastor que era do presídio feminino, na PEJ, que era coordenada pela Nelyta Ramos. Enfim, essas casas prisionais tinham esses grupos que trabalhavam voluntariamente e que, normalmente, eram formados pelas esposas dos magistrados. E me convidaram para fazer parte, porque estavam sentindo falta da presença do Ministério Público. E eu fui participando. Quando o Paulo foi para a Superintendência, essas sociedades já haviam sido regulamentadas pelo Secretário Goulart.

Memorial: As entidades foram reconhecidas para um trabalho de parceria.

Entrevistada: Reconhecidas, e eu continuei indo ao Presídio Central. E quando o Paulo foi para a Susepe, eu já coordenava os grupos dessas casas.

Memorial: Você chegou antes dele.

Entrevistada: Antes de mim já desenvolviam essa atividade a Sulema, esposa do Desembargador Alaor Terra, a Magda Púperi, entre outras. Daí o Paulo saiu da Susepe para ocupar o cargo de procurador-geral no Governo Jair Soares, e eu continuei a participar desses grupos, fiquei ainda vinculada a essas sociedades dentro dos presídios. E, como mulher de procurador-geral, eu continuei a dar aquelas festas, aquelas não, outras melhores. Havia o Le Club que era uma casa famosa onde, em certa ocasião, num evento, apresentamos a Alcione. Em outro, o cantor Adylson Silva. Também o Dr. Ruy Barros se apresentou. Eram grupos de dança, sempre havia uma promoção e enchíamos a casa, todos queriam ir. Então procurava sempre acomodar as pessoas de forma que aquelas com mais afinidade ficassem próximas.

Memorial: Você já preparava os locais para cada um.

Entrevistada: Preparava para não haver problemas. Ali fizemos festas maravilhosas. Na sede campestre também sempre ocorreram festas. As jornadas do Ministério Público, as primeiras jornadas que foram com o Paulo, eu procurava estar sempre próxima para ver o que iriam servir, como é que estavam os garçons, a comida, se havia bebida para todos, eu acompanhava para que houvesse um bom resultado. Também, no final de cada ano, nós dávamos, na Associação, desde a época da Sônia Berthier, ou antes dela, para os funcionários de serviços gerais, um presente de Natal, dávamos um kit alimentação e mais um presente, uma camisa, ou pratos para servir a mesa, então eles sempre ganhavam um presente ao final de cada ano. E até hoje eles falam, às vezes, eu os encontro na rua e eles dizem: *"Ah e os Natais, que saudade!"*.

Memorial: Essas festas e chás foram tão importantes que, inclusive, as mulheres dos magistrados, dos juízes, vieram perguntar como é que funcionavam, pois elas lá não conseguiam o mesmo resultado, não é mesmo?

Entrevistada: Sempre convidávamos as esposas dos magistrados para vir aos nossos chás e também éramos convidadas por elas, para

que houvesse um entrosamento. Mas, no Tribunal de Justiça ocorria uma coisa muito interessante, as esposas ficavam separadas, de um lado as dos juízes, de outro, as dos desembargadores. Como também acontecia no restaurante do Tribunal, aqui na Praça da Matriz, eu não quis acreditar e fui ver. Então havia um lado reservado, separado por um vidro, onde ficavam os desembargadores, e os outros eram os outros, eram os juízes e eu acho que os funcionários. Também não sei se os funcionários entravam ali. E nos chás e nas festas que nós fazíamos, nunca houve separação, as mulheres de promotores e procuradores ficavam todas juntas, não havia separação. Aí a Erci Veloso vem e me diz assim: *"Tânia, eu não sei por que, mas os chás de vocês são fantásticos! O pessoal lá do Tribunal vem aqui e adora, se sente à vontade"*. E sempre participavam dos chás no mínimo 30, 40, 50 pessoas. E eu pensando: *"Puxa, não sei se tenho tanta intimidade para dizer"*. Mas ela começou a perguntar: *"Como é que vocês fazem?"* Queria saber. E eu criando coragem de dizer para ela, porque não a conhecia muito bem, mas nos tornamos amigas e até hoje nos damos muito bem. Então eu disse: *"Olha, Erci, tu queres saber mesmo o que está acontecendo? Por que aqui tem sucesso? Pelo seguinte: aqui tu não sabes quem é a mulher de promotor ou de procurador, e, no de vocês, a gente nota essa diferença, a gente vê logo a diferença, e aqui não. E dentro do próprio Ministério Público não existe aquela separação que vocês têm lá no Tribunal"*. E eu disse ainda para ela: *"Isso é ridículo!"*. Aí eu tinha que ser verdadeira, porque ela veio me perguntar. O erro estava na não- mistura. *"Aqui existe essa mistura, e lá não existe. No momento em que vocês se desarmarem, vocês vão estar numa boa!"*. E hoje é um sucesso. Os próprios chás, os almoços, enfim, tudo se tornou um sucesso, porque elas acabaram com aquela coisa. Acabaram com aquela diferença e as coisas se tornaram mais simples, e isso ocorreu na época da Erci.

Outra coisa importante é que também em todos aqueles congressos da Associação, congressos nacionais, eu acompanhava o Paulo, e nesses encontros entre os procuradores, presidentes da Associação, eu me envolvia também com as mulheres.

Memorial: Congressos que foram estratégicos para a unificação do Ministério Público em todo o País.

Entrevistada: Em 1986, o Paulo foi Presidente da Conamp, um ano depois do Fleury, então houve um congresso, aquilo eu nunca me esqueço...

Memorial: O Dr. Paulo Olímpio, inclusive, acompanhou todo o processo constituinte.

Entrevistada: Todo, todo o processo. Toda a reforma do Ministério Público. Toda a parte de evolução e de concretização.

Memorial: O Dr. Paulo Olímpio assumiu a Conamp quando o Dr. Fleury foi secretário no Governo Quércia?

Entrevistada: Sim, exatamente, foi nesse período que o Paulo Olímpio assumiu a presidência da Conamp e como presidente de associação, em dois mandatos. Então nesses congressos, eu conheci várias cidades. Mas quero deixar bem claro que a minha passagem sempre foi paga por nós, não foi pela Associação. Passagem, hospedagem, tudo, fomos nós quem pagamos. Sempre tivemos esse cuidado. Mas um fato que eu achei fantástico e que eu ainda não tinha vivido com o Paulo Olímpio, ocorreu durante um dos últimos congressos, em Belo Horizonte, quando o Paulo fez um pronunciamento, acho que como Presidente da Conamp, um discurso de improviso, ele preparava o discurso todo, mas depois mentalizava. Então fazia de improviso. E eu ali bem no meio da platéia, porque gostava de ir a esses lugares e sentar, mais ou menos, no meio, como em uma sala de cinema, para ter uma vista panorâmica.

Memorial: E saber tudo o que estava acontecendo na volta.

Entrevistada: Saber tudo o que estava acontecendo na volta! Eu sempre tive esse lado crítico para ver no que a nossa família podia melhorar. E até hoje eu sou assim com os meus filhos. Então eu me sentei num lugar estratégico e o Paulo começou a falar, quando ele acabou de falar todo mundo levantou e o aplaudiu em pé. Foi fantástico, ele falou com muita ênfase, era toda aquela consolidação necessária para um Ministério Público novo, a chamada da conscientização disso tudo. Mas em termos de participação social, penso que a maior que ocorreu foi quando contatei o diretor do Teatro da OSPA, que na época era o Getúlio Albrecht, e disse para ele: *"Eu precisava de um artista!"*, *"Bom, vamos ver"*. Vinte dias antes do acontecido, ele me ligou: *"Olha, Tânia, nós estamos na tratativa* – porque eu queria uma *avant premiere*, e a Bibi Ferreira já tinha estado no Teatro São Pedro e ela estava vindo pela segunda vez, mas em uma outra casa de espetáculo, para o Teatro da OSPA – *com a Bibi Ferreira, nós estamos fazendo um trabalho aqui, a pré-estréia é tua"*. *"Quando é que ela vem?"* E ele me respondeu que dentro mais ou menos de 20 dias: *"Ah, mas são 20 dias, como é que eu vou vender esses convites,*

como é que é?", "São mil lugares!". "Bah, não é possível, como é que eu vou fazer, vamos fazer uma parceria". E ele disse: *"Você precisa de tantos lugares para jornalistas, tantos lugares para convidados, etc.".* Aí foi a prova de fogo para mim, foi realmente aí. Como nos chás, nós só tínhamos aquele sistema de patroneces, então cada uma comprava as coisas e cada uma repartia. Na época, o Paulo era procurador-geral. Topei. Conversei com as gurias: *"Olha, gurias, topei isso, agora nós temos que correr".* Olha, foi fantástico! Foi um sucesso, lotou o Teatro da OSPA, fui parar lá no palco junto com a Bibi: *"Meu Deus do céu!".* Eu lá no palco, pensando: *"Eu não posso me emocionar".* Mas imagina! Eu fui chamada, porque tinha que agradecer, dizer quais as entidades beneficiadas. Para mim, particularmente, foi uma coisa maravilhosa. E o sucesso foi total, foi bem legal mesmo e essas coisas gratificam.

Memorial: Foi no Governo Simon que o Dr. Paulo Olímpio ocupou, pela segunda vez, o cargo de procurador-geral?

Entrevistada: Exatamente. E eu sempre me dei muito bem com as esposas dos governadores. Na campanha do agasalho, me engajei com a Dionéia Soares, esposa do Dr. Jair Soares, e depois com a Alice, no governo Simon. Me dou também agora com a atual mulher do Simon. Também no governo Amaral de Souza, quando o Paulo foi Presidente da Associação, nós fizemos jantares em homenagem a ele a e à Míriam.

Memorial: Sempre manteve boas relações.

Entrevistada: Sempre mantive boas relações com elas, participava de todas as campanhas do agasalho. E sempre tive as portas abertas do gabinete da primeira dama. Pela forma de parceria de trabalho e pela forma de convivência.

Memorial: Tania, quando vocês retornaram para Porto Alegre, você continuou dando aulas?

Entrevistada: Sim, continuei a dar aula.

Memorial: Você continuou se atualizando?

Entrevistada: Sim, continuei a me atualizar, também junto com os meus filhos, então eu me dividia assim: dava aulas dois dias pela manhã e dois dias à noite para poder atender a família toda... Porque a minha criação e formação era de que sempre tinha que olhar para o outro. Então essa parte social de beneficência assistencial, a minha mãe já fazia e nós continuamos. A minha irmã não conti-

nuou tanto porque veio a falecer bastante moça. Mas eu continuei e a minha filha também tem essa idéia, absorveu isso e está dando continuidade.

Memorial: E, atualmente, você continua desempenhando essas atividades?

Entrevistada: Continuo. Em 1997, quando houve a campanha da fraternidade voltada ao encarcerado, eu estava me afastando, inclusive, da SBIPC, porque eu queria fazer outras atividades, queria sair do sistema penitenciário, queria fazer cursos, curtir mais a família não só marido e filhos, mas os outros parentes, os primos, os tios, enfim. Então, nesse ano, quando houve a campanha da fraternidade, eu estava presidindo pela segunda vez a SBIPC, e a Sulema, da Pastoral Carcerária - eu era a coordenadora estadual - e a Magda Púperi do Movimento Renovador Cristão do Brasil, vieram a mim e disseram: "*Tânia, como é que nós podemos ajudar o encarcerado já que nós trabalhamos tudo isso?*". Nós tínhamos uma sala, que o Tribunal de Justiça nos havia cedido para fazer essas reuniões mensais com a SBIPC, e ali, então, fazíamos reuniões quinzenais. O grupo foi aumentando e eu o coordenava apesar de ser formado pelas três entidades. A esse grupo foram-se agregando entidades civis entidades religiosas, universidades, como a UFRGS e a PUC, enfim, quando eu vi até minhas ex-professoras do Bom Conselho estavam participando, "*Mas, meu Deus, o que eu estou vivendo aqui, está cada vez maior a minha responsabilidade!*". Foi criada a Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário, a FAESP, da qual fui eleita presidente da diretoria executiva, então pensei: "*Isso é uma fundação pioneira no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil*". Era algo imenso, e eu tinha a sensação de que uma nuvem estava vindo em cima de mim: "*Meu Deus do céu, olha o compromisso, olha a responsabilidade em relação a uma coisa da qual eu já pensava em me afastar*". Às vezes, não sabemos por que a vida nos aponta uma tarefa maior. Já estou no meu segundo mandato que termina no ano que vem. Foi um grupo heterogêneo que se formou com aquela idéia de apoiar e auxiliar o egresso do sistema penitenciário que está em liberdade condicional e que está em liberdade total até um ano.

Memorial: E que tipo de tipo de atendimento a Fundação oferece?

Entrevistada: É o atendimento e apoio ao egresso nas áreas em que ele necessita, porque com a criação da FAESP passamos a analisar o modo como deveríamos acolhê-lo e em que momento. Ou seja, no mo-

mento em que ele sai da casa prisional, pois muitas vezes o egresso não tem nem sequer família, está perdido. Se ele passou meio ano, se ele passou cinco anos, se ele passou dez anos, o mundo aqui fora é outro. E há todo um preconceito da sociedade. Essa transformação social é a missão da FAESP, fazer com que esse indivíduo seja o próprio autor da sua ressocialização, da sua inserção na sociedade. E, logicamente, ele tem que fazer por si, mas tem que ser com o auxílio da sociedade. Se a sociedade não abrir, não terminar um pouco com esse preconceito, vamos ter sempre essa violência. Criamos a FAESP e, se transformarmos ou recuperarmos um, ela já é positiva pela sua criação. E temos tido um retorno maior do que esse, em geral, 70% do nosso atendimento é sem retorno à casa prisional, sem reincidência. Temos convênio com o DETRAN/RS com 30 vagas.

Memorial: E o apenado busca o apoio da FAESP?

Entrevistada: Busca. E nós a divulgamos através da Susepe, do grupo técnico, das psicólogas e assistentes sociais das casas prisionais. Temos uma parceria com a Vara das Execuções Criminais e com a Vara das Execuções de Penas e Medidas Alternativas que nos encaminham esse pessoal, nos indicam. Também divulgamos nosso trabalho através da mídia. E tudo isso é mantido através das promoções realizadas pelas nossas patronesses, como os bazares, pelas Penas Pecuniárias e pelo sistema de mensalistas, que conta com a participação de muitos desembargadores, poucos promotores e procuradores.

Memorial: E onde é que a FAESP funciona?

Entrevistada: A Casa do Egresso fica na Bento Gonçalves, 2122, no bairro Partenon. Essa casa foi cedida no final do Governo Britto pelo Secretário da Administração, Otomar Vivian. O governo passado também aderiu a nossa causa. Temos parcerias também para o atendimento ao egresso, e tudo isso é fiscalizado pela Procuradoria das Fundações do Ministério Público. E, graças a Deus, desde 1998, as nossas contas, as nossas atividades são aprovadas sem ressalvas. E desde 1980 eu atuo assim, me dividindo entre essas atividades e a família, pois quando faleceram a minha irmã e o marido, fiquei com os meus sobrinhos que hoje já estão formados, são três engenheiros civis e uma administradora de empresas.

Memorial: É uma família grande.

Entrevistada: É uma família grande. E eu não podia deixar que existisse interferência dessa outra família com a minha, então tinha que re-

solver os problemas de um e de outro sem que houvesse atrito. Mas, graças a Deus, tenho dois sobrinhos que já estão casados, já tem a própria vida, e isso também é muito importante. E penso que dentro desse contexto deu para preservar a família, porque uns eram mais velhos, adolescentes, e os meus eram pequenos, então dava perfeitamente para controlar, e tudo deu certo. Eu lecionava, cuidava da família e cuidava também de todas as outras atividades. E deu para fazer tudo com tranqüilidade. Gosto das atividades que faço, então penso que somos felizes e gratificados.

Memorial: Tania, nós aqui do Memorial, agradecemos imensamente a sua entrevista, foi um prazer enorme.

Entrevistada: Muito obrigada. Fiquei muito gratificada e contente pela acolhida, como sempre, de vocês para comigo, para conosco. E fiquei muito contente mesmo em estar aqui colocando e relembrando algumas coisas assim tão significativas nas nossas vidas.

VERA LÚCIA VON HOONHOLTZ LAITANO

Vera Lúcia von Hoonholtz Laitano é natural de Santo Ângelo/RS. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, é funcionária aposentada da Procuradoria-Geral de Justiça, onde desempenhou as funções de Assessora. Foi fundadora da Associação dos Funcionários e Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça (APROJUS) e sua primeira presidente, cargo que viria ocupar em outras três gestões.

Vera Lúcia von Hoonholtz Laitano *

Memorial: Dra. Vera, antes de mais nada gostaríamos muito de agradecer a sua disponibilidade para com o Memorial e gostaríamos de começar conversando sobre as suas origens familiares e como foi o seu ingresso no Ministério Público, na Procuradoria-Geral.

Entrevistada: Eu sou a terceira filha de um casal que teve um casamento muito feliz. Eu fui muito querida como filha, fui muito amada, muito elogiada, então, eu sempre digo que aí está o segredo, eu sou uma pessoa alegre, sou leve, sou *light*. Meu pai já faleceu, minha mãe já está com 82 anos, mas lúcida, maravilhosa. Enfim, eu tenho orgulho, porque por parte de pai eu sou descendente de alemão, Von Hoonholtz. Por parte de mãe, Castro, descendente de espanhol. Então, eu herdei a disciplina dos alemães e a alegria dos espanhóis. Resultou nessa bela mistura.

Memorial: Com certeza! E como foi o seu ingresso na Procuradoria-Geral?

Entrevistada: Terminei a Faculdade de Direito aos vinte e três anos. Desde os dezoito anos eu era professora primária, concursada. Eu tinha muita vontade de entrar no Ministério Público, então fui à disposição, no tempo do Lauro Guimarães. Recebia como professora e fazia a mesma carga horária como professora só que desempenhava outras funções mais elevadas, porque com 23 anos já tinha terminado Direito e eu sempre visualizei o cargo de assessor jurídico do Ministério Público. Eu realmente fiquei muitos anos à disposição até que saísse o concurso, que tive a felicidade de fazer e no qual fui aprovada em primeiro lugar.

Memorial: Então a senhora começou a trabalhar como assessora?

Entrevistada: Eu continuei. Eu fiz esse concurso em que fui classificada em primeiro lugar no tempo do Dr. Mondercil. Então ele me deu a posse formal dentro do gabinete e me perguntou onde eu gostaria de

* Entrevista concedida à historiadora Daniela Oliveira Silveira em 29/10/2002. Transcrição: Sonia Beatriz da Silva Pinto. Textualização: Cíntia Vieira Souto.

trabalhar. Eu então escolhi o setor das Fundações que fiscalizam a área do patrimônio e jurídico. Eu sempre tive muita vocação para voluntariado e as Fundações não deixam de ser um voluntariado. Então eu fui trabalhar nas Fundações, reorganizei tudo. Naquele tempo o Ministério Público tinha pouco orçamento. Usei, então, caixas para colocar todos os documentos de grande importância como da Fundação Ruben Berta, da Fundação Santa Casa, pois todas essas fundações possuem um patrimônio muito grande. Lembro-me até de um caso pitoresco do tempo em que o Jair Soares e o Pedro Simon eram candidatos a governador. O candidato Jair Soares, em sua visita ao Ministério Público, olhou e viu aquelas caixas de papelão com o nome das fundações: "Ah, mas vocês guardam aí?" Eu expliquei que tínhamos dificuldades, poucos armários, e eu gostaria de proteger, então eu tinha colocado naquelas caixas. Ele ficou encantado e me elogiou, então eu pensei: "Meu Deus, eu fiz sem grandes intenções, mas consegui chamar a atenção!". E ele disse: "Se eu for governador, eu vou dar atenção para o Ministério Público, aumentar o orçamento". Não me recordo se foi aumentado nessa época, mas ele disse como candidato. E naquele ano ele ganhou do Pedro Simon.

Memorial: Nessa importância do Ministério Público por parte do Executivo. A senhora pode começar falando sobre a sua participação nos concursos.

Entrevistada: Acho que participei umas 17 vezes.

Memorial: Tanto para a carreira do Ministério Público quanto para servidores.

Entrevistada: Sim, mas dentro do Ministério Público, eu tenho lembranças maravilhosas, até vou contar um caso sobre a Dra. Marly Mallmann. Eu tive a honra de participar da parte administrativa naquele ano em que foi permitida a homologação da inscrição de mulheres. A Dra. Marli foi uma da três, junto com a Dra. Jacqueline que hoje é corregedora, então vocês imaginem a torcida pelas mulheres. Eu tive a felicidade de vê-la na sala onde eu fiquei responsável pela fiscalização. Ela passou muito bem, a gente assistiu a prova de tribuna que é uma prova muito difícil, e nós vibramos. Depois de muitos anos, estou eu novamente numa sala como responsável pela fiscalização de um concurso do Ministério Público, e vi uma mocinha loirinha que estava muito inquieta, e ela me chamou: "A senhora que é a fiscal?" Digo: "Sou". "Pois é, eu sou filha da Marly Mallmann". Daí eu falei: "Mas se tu não estás te

sentindo bem, eu mudo, para tu te sentires mais a vontade para fazer a prova". "Não, a minha mãe disse que se eu ficasse aqui, ia dar sorte". E, realmente, ela passou nesse concurso. Depois de um tempo, quando ela casou, foi lá me levar o convite do casamento em agradecimento por ter dado aquela força, aquela vibração! É uma coisa muito gratificante!

Memorial: Dra. Vera, já que a senhora comentou do primeiro concurso com ingresso de mulheres, como é que foi, na sua percepção, esse concurso que as mulheres prestaram? Porque havia toda uma política de as mulheres terem indeferidas as inscrições.

Entrevistada: É, as candidatas mulheres se inscreviam, só que não eram homologadas e a não-homologação não era justificada. Então era como se fosse um candidato comum que não tinha tido homologada sua inscrição. Mas atrás disso existia um certo preconceito contra as mulheres dentro do Ministério Público, eu sentia assim. Mas o Ministério Público, assim como o mundo, começou a se abrir, reconhecer o valor das mulheres, e hoje nós temos uma quantidade enorme de mulheres como promotoras, outras como procuradoras, que fizeram um trabalho brilhante. Inclusive, muitas foram promovidas por merecimento, porque eu acompanhei. Meu último cargo de coordenadora foi na Secretaria dos Órgãos Colegiados, e lá assisti muitas promoções por merecimento das mulheres.

Memorial: Porque, na verdade, entre os servidores o número de mulheres é grande.

Entrevistada: Ah sim! Entre os servidores o maior número é de mulheres. Hoje, acho, talvez esteja meio a meio, mas não sei qual era a causa na época, mas, realmente, nós éramos em maior número.

Memorial: Nós temos um registro aqui em que a senhora participou de uma comissão de estudos para apresentação de propostas de reorganização do quadro efetivo da Procuradoria. A senhora lembra dessa experiência? Como foi?

Entrevistada: Eu sempre batalhei para que os funcionários do Ministério Público, que sempre esteve ao lado do Poder Judiciário, tivessem direitos iguais aos funcionários do Poder Judiciário. Sempre achei que nós tínhamos que ter o mesmo tratamento como parâmetro. Porque, como nós todos sabemos, o quadro geral sempre pagou menos aos funcionários, até pelo número, cento e poucos mil. E uma vez, como presidente da Associação, eu fiz um trabalho, pena que eu não fiquei com uma cópia,

em que eu comprovava que em um processo cível ou crime os funcionários entravam dentro do caminho deste processo, e que, de uma maneira ou de outra, estavam colaborando com a Justiça. Então, era mais do que justo que nós tivéssemos o mesmo tratamento que tinham os servidores do Poder Judiciário já que os membros do Ministério Público tinham o mesmo tratamento que os magistrados. Isso nós conseguimos em 1989. Aqui quero fazer um registro: este quadro saiu graças ao apoio enorme do Dr. Cláudio Barros Silva, atual procurador-geral, que era responsável pelo Gabinete de Pesquisa e Planejamento, ele deu uma força muito grande. A partir dali, nós tivemos o mesmo tratamento dos servidores do Poder Judiciário.

Memorial: É importante isso. Depois a senhora, em 1988, 1989, era dirigente do Núcleo Pessoal da Procuradoria?

Entrevistada: Sim, hoje é Recursos Humanos, naquele tempo era Núcleo de Pessoal.

Memorial: Então a senhora já não estava mais nas Fundações? Quando é que a senhora saiu das fundações?

Entrevistada: Eu recebi esse convite e então fui trabalhar como responsável pelos Recursos Humanos, no antigo Núcleo de Pessoal. Na quela época, não tínhamos nenhuma aparato, como computador. Er tudo feito em fichinhas. Como tudo, tinha suas falhas, seus enganos. Mas eu procurei acertar, e aqui eu faço um parâmetro, na época havia um colega – hoje já falecido - Jorge Tofemam Neto, um grande colega, colaborou e ajudou muito mesmo. Depois eu fui trabalhar nos Prefeitos, mas, antes disso, recebi o convite do Dr. Tupinambá Pinto de Azevedo, que era Corregedor. Ele me via trabalhar nas Fundações, com muita dedicação, quando ele foi responder pela coordenação do Gabinete de Pesquisa e Planejamento, disse: "A senhora não quer trabalhar comigo"?. Eu digo: "Muito obrigada pelo convite, mas eu estou bem aqui!". Depois de algum tempo pensei assim: "Não, mas a gente tem que ver outras coisas!". Aí fui e fiquei dez anos trabalhando no Gabinete de Pesquisa e Planejamento. Foi um tempo em que cresci muito e aprendi muito, porque nós fazíamos muita pesquisa de jurisprudência e eu me dediquei mais ao Direito Administrativo. Lá tive outros chefes, como Rui Rosado de Aguiar Júnior, Tael Selistre, Tupinambá Nascimento com os quais aprendi muito. De todos o que mais me marcou, sem dúvida, foi o Dr. Tupinambá Pinto de Azevedo, porque além de ter uma capacidade jurídica enorme,

tinha uma imparcialidade e um grande senso de justiça. Uma vez ele chegou a entrar com um processo administrativo contra um colega que havia sido indelicado com uma funcionária. Ele não achou certo. São essas figuras humanas que a gente não esquece nunca mais.

Memorial: A senhora participou de um encontro Nacional do Ministério Público eleitoral?

Entrevistada: Eu lembro de um grande congresso, em nível nacional, que foi feito aqui, mas não foi eleitoral. Era Procurador o Dr. Lauro Guimarães. Eu fui destinada a recepcionar as esposas dos procuradores e dos promotores. Era uma época de muita fartura no comércio e ganhamos muitos brindes e distribuíamos entre as esposas de procuradores e promotores. Fizemos passeios com as senhoras a Gramado, para mostrar um pouco a serra, chás no Plaza, enfim... Eu ficava encantada com aquele mundo. Então eu era bem mais moça. Conheci procuradores de outros Estados que eu só conhecia de nome. Pude vê-los debatendo a reforma deles. Foi uma coisa muito gratificante.

Memorial: Isso foi na década de 1970?

Entrevistada: Sim.

Memorial: E como foi a experiência lá no setor dos prefeitos?

Entrevistada: Ah, foi uma experiência muito interessante! Era na época em que o Tribunal de Contas nos mandava material e nós fazíamos estudos, dávamos parecer e depois, obviamente, ia para os membros do Ministério Público. Foi a época em que havia muitas denúncias contra o Sessin como prefeito de Tramandaí e Cidreira. Essa época me marcou muito, porque havia um misto de decepção, porque a gente sempre foi idealista, sempre achou que tudo o que é público tem que ser levado com seriedade, honestidade. Esse foi um momento de muito desencanto para mim. Mas, um dia, já era o Dr. Voltaire como procurador-geral e aí o Dr. Octavio Augusto, que hoje é juiz militar, me disse: "Olha, o Dr. Voltaire quer falar com a senhora, suba lá". Aí eu subi e o Dr. Voltaire me convidou para atuar como coordenadora do SOC – Secretaria dos Órgãos Colegiados - que congregava o Conselho Superior do Ministério Público e os Órgãos Especiais. E aí eu fiquei bastante tempo, até me aposentar. E foi muito gratificante, porque de todos os títulos, portarias de louvor, etc, que ganhei, a portaria que mais me sensibilizou, porque como nós éramos sete funcionários numa sala muito pequena, então nós vivíamos apertados, e eu, ansiosa por um bom ambiente de trabalho, imaginei, se

nós pegássemos todas as mesas, emendássemos e um fosse passando os processos administrativos para o outro seria muito mais que um simples grupo, seria uma equipe trabalhando. Implantei uma filosofia de trabalho muito interessante, muito harmoniosa, da qual houve observação do Conselho Superior do Ministério Público e do procurador, então eu ganhei este voto de louvor.

Memorial: A senhora tem uma foto? Quer nos mostrar?

Entrevistada: Sim. Aqui está uma parte em que dá para ver a sala como era pequena, aí foram os primeiros dias em que nós conseguimos juntar as mesas para criar um ambiente de trabalho que fosse mais agradável e mais prático, porque um funcionário passava para o outro os processos. Aqui a gente vê vários processos administrativos dos quais cada um, no momento em que terminava, já ia passando para o outro. Aqui já está o grupo de funcionários que trabalhava e aqui foi um dos primeiros setores a ganhar computador. Nós tínhamos poucos conhecimentos na informática, mas com a ajuda do Vítor Titon, que eu acho um gênio na informática, conseguíamos colocar tudo, até estatística. Mas, enfim, valia era a boa vontade, a dedicação que tínhamos. Ficávamos ali tentando até que desse certo, quando dava certo, era uma vibração de todos. E da época, quando eu era coordenadora, vou contar um caso muito pitoresco. O meu chefe, logo acima, era o Dr. Marino, inclusive, aqui estão todas as fotografias dos funcionários, servidores da época, que trabalhavam no meu gabinete. Em um aniversário do Dr. Marino, nós fizemos muitas surpresas, e uma colega teve a idéia de nos apelidar de "marinetes", então "Feliz aniversário, chefinho, as marinetes". Ao mesmo tempo, o Dr. Marino era um chefe muito exigente, aliás, uma pessoa muito inteligente, que sabe português como poucas pessoas que conheci. Vou contar um caso pitoresco. O Dr. Marino pode até ficar bravo, mas vai me perdoar. Uma vez ele ficou indignado, houve uma falha, e eu como coordenadora assumia as falhas de todos os meus colegas. Ele, naquele dia, não estava bem. Aí eu botei uma toalhinha no braço e fui lá, "Bom, vim, depois de receber, me secar!". Aí começamos a rir, foi tudo resolvido, porque, realmente, não foi um erro grave, foi apenas uma falha, e como nós sabemos, qualquer ser humano por mais que seja dedicado, competente, tem um dia que falha. Mas o Dr. Marino foi uma pessoa muito justa. Ele, quando eu saí, fez o reconhecimento, o agradecimento pelo meu trabalho, até me emocionou

muito, porque eu achei que ele, longe, no gabinete dele, não soubesse, mas ele estava atento a tudo o que se passava conosco.

Memorial: Tanto que a senhora teve esse louvor em função do trabalho que desenvolveu em espaço tão pequeno.

Entrevistada: Esse é um título que não tem preço para mim, é uma coisa muito gratificante. Porque eu acho que, se não houver harmonia, não houver união entre os colegas, o trabalho não vai para frente. Acho que teríamos que nos preparar psicologicamente, não só estudar muito, ter títulos, mas nos preparar psicologicamente. Porque dentro de uma repartição pública ficamos oito horas, então temos que aceitar os limites, a dedicação, as falhas, os predicados, enfim, tudo.

Memorial: Dra. Vera, a senhora participou de quase todas as mudanças físicas das sedes do Ministério Público. Como é que eram essas mudanças? No mínimo de três a senhora participou.

Entrevistada: É. Dizem que o Dr. Lauro Guimarães se convenceu de que tinha que sair da Riachuelo porque - eu ainda me apresentei lá na Riachuelo - uma vez ele se encostou em uma coluna de madeira que caiu cupim. Ele decidiu: "Não, vamos mudar!". E conseguiu um prédio que na época foi todo reformado e atendia as necessidades do Ministério Público. Eu me lembro da inauguração. Era o Governador Euclides Triches, tinha a banda da Brigada, que o apelido na época era "furiosa", mas tocavam muito bem, era uma emoção. Eu ouvi lá de baixo da Borges, porque ouvi o Hino Nacional e o Hino Rio-Grandense. Aquilo foi uma coisa que me marcou muito. Era época em que havia poucos funcionários, o Ministério Público era muito pequeno, mas, enfim, a gente procurava de todas as maneiras atender ao tempo e à hora aos superiores e ao público. Também ficávamos naquela responsabilidade de atender, não só se pediam alguma pesquisa, ou um telefonema, como nós nos preocupávamos em atender particularidades: se um gostava de um cafezinho, outro gostava de um chá, a gente se preocupava, porque víamos a carga de responsabilidade que eles tinham. Muitas vezes, talvez, muitos deles não tenham observado essa nossa preocupação de dar um bem-estar a eles. Às vezes, a gente olhava "O café veio bom, veio forte, veio quente?" O Dr. Júpiter Fagundes Torres, que foi meu chefe nas Fundações, dizia - por sinal era um *gentleman*, um cavalheiro - que "O café tinha de ser quente como o inferno, escuro como a noite e doce como o amor". Então assim tinha que vir o café para ele!

Memorial: Esse era o tipo de café dele.

Entrevistada: É.

Memorial: E depois a senhora chegou ainda a atuar na Andrade Neves?

Entrevistada: Sim, sim aí tivemos uma terceira mudança. Eu fui testemunha do progresso gradativo, financeiro do Ministério Público. Mas ainda acho que a grande alavanca se deu no tempo do Lauro Guimarães em nível de aumento do orçamento. Ele, também, quando foi presidente da Associação do Ministério Público, comprou a sede que é a mesma até hoje. E foi uma grande alavanca. Eu acho que desses procuradores mais recentes, todos eles deram uma grande parcela, o mais recente foi o Dr. Cláudio Barros Silva que aumentou muito o orçamento, fez vários concursos tanto em nível de Ministério Público como de servidores, houve um grande progresso.

Memorial: A senhora lembra como é que era essa sede lá da Riachuelo, era uma sala, a senhora lembra?

Entrevistada: Não, era uma casa pequena, acho que devia ser uma casa antiga, não me lembro bem o que deveria ser antes. Mas tinha uma escada e lá em cima era o gabinete e embaixo ficavam os poucos funcionários. Lembro, quando cheguei lá, fui levar meus documentos para ver se ele me solicitava à disposição, eu notei que os funcionários eram poucos, mas eram de gabarito, a maneira como recebiam a gente, eu ficava encantada. Eu achava que seria o maior orgulho, dali a um tempo, eu voltar. Então quando realmente saiu publicado no Diário Oficial que eu ia à disposição para o Ministério Público foi um dos momentos mais felizes da minha vida!

Memorial: E a senhora conseguiu essa reconversão, não sei como é que se chama.

Entrevistada: Não, eu fui à disposição, trabalhei e, nesse meio tempo, fiz concurso para o Ministério Público e me exonerei do cargo de professora. Mas a grande vantagem – pois fui professora com muito orgulho, lecionei, fui alfabetizadora também – foi ter levado esse tempo de serviço para a minha aposentadoria. Então, no total, não fiquei 33 anos dentro do Ministério Público, fiquei 27 anos.

Memorial: Só 27! A senhora não é daqui de Porto Alegre, a senhora é de Santo Ângelo?

Entrevistada: Eu nasci em Santo Ângelo, o meu pai tinha cartório e se aposentou quando eu tinha dez anos. Fomos morar em Livramento, pois a família dos meus pais era de lá. E aqui eu faço um parêntese. Eu tinha dez anos quando meu pai se aposentou. Eu não entendia bem o que era aposentadoria e pensava, quando me perguntavam: "No que teu pai trabalha?", "Meu pai não trabalha!". E quando eu me aposentei, realmente aquela resposta que eu dizia. "Eu não trabalho!" é uma coisa muito pesada, porque uma das coisas que mais dignifica o homem é o trabalho, e eu saí totalmente realizada do Ministério Público. Eu agradeço as oportunidades e o reconhecimento de cada chefe imediato meu. Eu tenho um grande orgulho do Ministério Público, é uma instituição maravilhosa, eu diria que ele é o equilíbrio da sociedade. Acho que lá dentro há grandes promotores, grandes procuradores que fizeram e fazem um trabalho que a sociedade aqui fora não chega a avaliar. Nós, lá dentro, avaliamos. Tanto é que, no dia em que saiu publicada no Diário Oficial a minha aposentadoria, foi um baque, porque eu deixava para trás uma vida de gratificação, de orgulho, de reconhecimento também. Porque eu gostaria de ter feito concurso para o Ministério Público. Não fiz porque noivei, casei logo, não poderia fazer a carreira no Interior, então só fiz para assessora jurídica. Mas me realizei muito como assessora jurídica. E eu diria assim que o Ministério Público escreveu sua história, está escrevendo e escreverá, e que daqui a alguns anos, através desse trabalho que vocês estão fazendo - eu queria cumprimentar esses dois jovens que estão aqui me entrevistando e dizer que é um trabalho importantíssimo que estão fazendo -, porque é o registro de uma história. Graças ao Ministério Público nós temos mais Justiça, mais equilíbrio na Justiça, porque se o Ministério Público não se movimenta, a Justiça não se movimenta.

Memorial: A senhora foi presidenta da APROJUS (Associação dos Servidores do Ministério Público do RS) por quantos mandatos?

Entrevistada: É, essa é uma história interessante. Era um dia frio, assim chuvoso como hoje, e eu pensei, pensei, eu sempre fui muito politizada, não de fazer política partidária, longe disso, mas eu sempre fui muito politizada. Meu pai sempre comentava as coisas. Eu me lembro quando Getúlio Vargas suicidou-se, meu pai hasteou a bandeira no cartório, então eu sempre participei muito, meu pai me chamava a atenção dos acontecimentos nacionais. Um dia eu me dei conta: "Nós não temos uma associação!". Aí eu desci – eu trabalhava no décimo andar, trabalhava no Gabinete de Pesquisa e Planejamento – e falei com uma colega, a Hilcke Frederica

Weis, excelente funcionária. Como ela era bibliotecária, era inscrita na Associação Bibliotecária e comentei que nós tínhamos que fazer uma associação de classe, e ela, então, me deu um apoio tremendo. E eu já dali continuei, do nono, fui para o oitavo, fui falando, daí nós combinamos uma primeira reunião, numa sala, num dia que eu não me lembro, às cinco horas. Na hora marcada começou a descer um funcionário de cada setor. E eu aqui faço um parêntese. Eu tinha um exemplar do estatuto do Ministério Público que solicitei ao Dr. Paulo Olímpio Gomes de Souza, na época, presidente da Associação do Ministério Público, e também consegui um da AJURIS, órgão que congrega os magistrados, levei para os meus colegas e disse que eu estava disposta a fazer em cima daqueles dois estatutos um estatuto adaptado a nossa realidade. No dia 28, começamos uma associação da qual eu fui cinco vezes presidente, as duas últimas vezes através de abaixo-assinado. Isso também me realizou muito, porque conheci os funcionários mais de perto, seus anseios. Fiquei entendendo que, muitas vezes, os funcionários não estavam rendendo naquele dia porque atrás deles tinha uma história de vida muito sofrida, muito triste. E eu então servi, muitas vezes, como se fosse um muro de lamentações lá dentro. Tenho segredos de muitos colegas, muita gente nem imagina que sei. Mas a Associação serve justamente para isso, para dar aquele respaldo, aquela formalidade. Porque nós sempre, quando tínhamos alguma coisa que solicitar ao procurador, íamos antes consultar outros colegas. Propor, expor o porquê de a gente achar que tinha o direito a tal reivindicação e depois que obser vávamos que o sinal verde estava dado, a gente fazia por escrito.

Memorial: Sempre tinha uma negociação antes.

Entrevistada: É, porque sempre houve muita consideração e respeito do Ministério Público pelos servidores, pela minha pessoa. E eu então nunca me frustrei. Todas as coisas que eu reivindiquei, algumas mais fáceis, outras mais difíceis devido ao orçamento, muitas vezes, eu compreendi os limites do Ministério Público, mas sempre fui atendida em tudo o que solicitei. Então foi uma etapa da minha vida que me realizou muito, e continua ainda, estou na assessoria jurídica da atual diretoria da APROJUS. Ontem, casualmente, fizemos 20 anos, fizemos uma solenidade, ganhei uma comenda como fundadora, aquilo me realizou também muito.

Memorial: E essas reivindicações estavam ligadas estritamente a questão salarial ou havia outras preocupações dos servidores?

Entrevistada: Sim. O bem estar do servidor. Uma vez até fiz uma reivindicação: "Pois daria muita felicidade aos servidores". Mas legalmente não era certo, mas não custava tentar, porque era uma época de inflação, a gente não ganhava muito bem, a inflação terminava com os vencimentos, aí eu fui propor para um procurador que ele desse um dia abonado para o funcionário quando estivesse de aniversário. Mas não levei, porque, é obvio que não se pode abonar uma falta do servidor, isso legalmente eu sabia, mas não custava tentar! Mas, por exemplo, o horário de verão, redução de horário. Reivindicava-se, muitas coisas em nível de bem-estar: um restaurante, uma lancheria, permitir que alguém viesse atender o lanche dentro do Ministério Público, enfim, sempre procurava de uma maneira, ou outra, dentro das oito horas alguma coisa que melhorasse a qualidade de vida do servidor. Muitas vezes, não se fez mais porque faltavam até idéias, mas que tentou-se, tentou-se!

Memorial: Quais foram as solicitações mais importantes atendidas pelo Ministério Público nas suas gestões como presidente da APROJUS?

Entrevistada: As principais das quais me recordo foram a incorporação decorrente das perdas da conversão dos salários dos servidores em URV, a organização do quadro administrativo dos servidores tendo como parâmetro o quadro dos servidores do Poder Judiciário, gratificação por exercício de atividades perigosas, auxílio-creche para os servidores que possuem filhos, remoção por antigüidade dos servidores do interior para a capital e central única para os Secretários de Diligências das Coordenadorias.

Memorial: A senhora como presidente da Associação tinha um horário especial?

Entrevistada: Não, as quatro vezes, não. Eu acumulava.

Projeto Memória: Acumulava as funções dentro da Procuradoria com a presidência.

Entrevistada: Só a última vez que eu já estava aposentada, aí eu voltei durante dois anos, diariamente, para honrar com o compromisso pela quinta vez. Mas eu acho que a APROJUS teve excelentes presidentes. Cada um fez a sua parcela, cada um colaborou e eu também me preocupo porque a APROJUS não deixa de ser um pouco minha filha, aquele carinho, aquela realização pessoal. Mas eu acho que, daqui para frente, nós vamos conseguir mais reivindicações justas.

Memorial: A senhora não gostaria nos apresentar a revista da APROJUS?

Entrevistada: Ah, essa aqui é a revista da APROJUS que foi feita na gestão da Patrícia, muito bem feita. Aqui está o planejamento, as coisas que já foram feitas pela atual diretoria, aqui estão alguns ex-presidentes, aqui eu conto sobre o dia em que eu resolvi que queríamos fundar uma associação. Inclusive, foi muito feliz essa repórter ou fotógrafo também, os dois, de tirar fotografia da primeira ata que está muito legível, consegue-se ver. Então ao todo foram 13 funcionários que me deram todo o apoio, sem eles não poderíamos fazer absolutamente nada. E aqui há outras realizações da atual diretoria, e eu faço votos que essa revista que começou agora, depois de 20 anos, continue levando a todos os servidores associados um pouco da história e um pouco do que é realizado dentro da APROJUS.

Memorial: Dra. Vera, como é que eram os momentos de eleições para procurador-geral? Porque, na verdade, os servidores não fazem parte, não têm voto. Isso foi, em algum momento, questionado, como é que era esse período das eleições se, mesmo indiretamente, os servidores acabavam tendo alguma influência. Como era isso, porque até hoje os servidores não têm voto.

Entrevistada: Eu cheguei a propor isso para um Procurador-Geral de Justiça aos moldes como é feita a eleição de diretora de escola em que os funcionários da escola participam da eleição, não só os professores. É claro que não tendo um histórico anterior, aos moldes também do Poder Judiciário em que os servidores não entram nesse exercício, porque eu considero que seria um exercício de cidadania dentro do próprio órgão. Mas sempre nos envolvemos muito, porque sempre teve preferência por um ou outro procurador candidato. Até porque, alguns a gente conhecia, havia trabalhado, sabia a maneira como eles tratavam os funcionários, se seriam mais acessíveis ou não, enfim, todos os funcionários sempre tiveram uma preferência ou torciam. Mas nós que estávamos mais na frente, que éramos sempre convocados, porque, geralmente, era sábado, então não opinávamos, ficávamos discretamente sem participar, mas, lá por dentro, sempre fazendo uma torcida. Mas é interessante que, normalmente, os procuradores para quem eu torci, saíram procuradores e não me decepcionaram até hoje! Vamos ver se daqui para frente vai continuar a mesma coisa!

Memorial: A senhora, então, na verdade, continua envolvida com a Associação?

Entrevistada: É, dando assessoria jurídica, porque, apesar de ter me aposentado há cinco anos, a Constituição Estadual Federal não mudou, a 10.098 que é o estatuto que rege os servidores do Rio Grande do Sul não mudou, e as duas emendas 19 e 20, que fizeram toda a reforma dos servidores federais, não mudou, então eu ainda estou atualizada. E estou atenta às televisões e aos jornais quando noticiam algo que envolva o servidor. Eu continuo interessada, porque, mesmo estando aposentada, sempre me atinge de uma maneira ou outra. Por exemplo, agora mesmo eu estou muito preocupada com o IPE, nosso instituto de previdência, que é uma preocupação constante para o servidor. Vai chegar um momento em que o Ministério Público vai ter uma previdência particular, se o IPE continuar assim, sem condições de atender todos. Mas, enfim, quanto a isso a sorte está lançada. Eu espero que o novo governador saiba dar um rumo certo para o IPE.

Memorial: Eu não sei se a senhora teria mais alguma coisa, algumas fotos para nos mostrar.

Entrevistada: Eu gostaria de dar uma olhadinha aqui para ver se eu não esqueci nada. Agora eu queria abrir um parêntese para contar um episódio muito interessante com uma pessoa que já faleceu cujo nome é Noerci Menezes Bonfim. Ela era auxiliar de serviços gerais, de uma nobreza, de uma inteligência, de uma visão de mundo. Uma pessoa incrível. Uma vez uma determinada funcionária saiu do SOC, que é a Secretaria dos Órgãos Colegiados, e eu fui convidada para responder, mas eu cheguei, não estava sabendo nada do andamento do serviço, e naquele dia ia haver uma reunião do Conselho Superior do Ministério Público, eu estava com dificuldade para saber onde estava a lista daqueles que eram os conselheiros do dia e arrumar os lugares por ordem, porque tem que respeitar um protocolo. E ela, como auxiliar de serviços gerais, servia cafezinho e viu a minha preocupação ali procurando legislação para estudar para arrumar conforme o protocolo, e ela disse assim: "A senhora não se preocupe que eu já sei tudo de cor, venha aqui que eu vou lhe ajudar!". E foi ela que botou os nomes em todos os conselheiros, porque tinha que se colocar o nome de cada conselheiro na frente de cada cadeira. Então isso foi de uma nobreza, uma coisa fantástica e eu sempre tive a lucidez de me dar conta de que dentro da Procuradoria existia, e

existe, um grupo de funcionários que guardam dentro de si um potencial para se desenvolver incrível! E eu me sinto muito contente em saber que existe um setor de treinamento que dá oportunidade aos funcionários de fazerem cursos e cada vez se aprimorarem mais, isso é muito importante. Eu quero dar os parabéns ao Dr. Cláudio Barros Silva, porque foi durante a administração dele que surgiu esse setor. Eu vou contar aqui dois episódios pitorescos. Existem duas irmãs a Eunilse Maria da Silva Fernandes e a Eunilse Silva dos Santos, e eu quando comecei a trabalhar na Procuradoria com 23 anos, eu fui casar só com 28 anos, eu não tinha filhos. Mas eu achava uma harmonia entre as irmãs que elas se chamavam de manas, "Mana, tu vais....", "Tá mana, eu te espero!", "Mana tu já serviu cafezinho para tal andar?", "Então tá, mana, então tá!". E eu pensei assim: "Bom, o dia em que eu tiver filhos, eu vou ensinar as minhas filhas a chamarem-se de manas!". E elas chamam! Uma vez me convidaram para eu assumir a posição secretária da Corregedoria, era uma função gratificada alta, até mais alta do que a que eu, na época, detinha, mas eu gostava sempre de trabalhar no lugar em que eu me realizasse realmente. E então lembrei que havia uma funcionária nova, há pouco tempo tinha feito concurso, que eu ficava impressionada. Eu disse que não tinha interesse e o corregedor me perguntou: "Mas a senhora saberia indicar alguma pessoa para ficar no seu lugar?", "Se o senhor me der algumas horas, sim". Aí eu desci, fiquei pensando e me lembrei, o nome dessa funcionária que eu gostaria de citar: Maria Inês Barros. Eu liguei para ela e disse: "Maria Inês, tu podes dar uma subidinha que eu quero falar contigo?". Depois de um tempo ela me contando, que ela subiu impressionada: "Que será que eu fiz? O que será que ela quer comigo?" Aí eu perguntei se ela gostaria de ficar como secretária da Corregedoria, ela aceitou, ganhou a função gratificada, foi uma das melhores funcionárias da Corregedoria, então, apesar de não conhecê-la, conquistei uma colega e uma grande amiga também!

Memorial: Mas é isso que a senhora estava falando, a senhora tinha a capacidade de observar essas aptidões.

Entrevistada: É, por exemplo, eu gostaria de fazer aqui uma ressalva para o Dr. Delmar Pacheco da Luz, quando ele foi presidente da Associação do Ministério Público, assim como o Dr. Cláudio Barros Silva, quando foi procurador-geral do Ministério Público. Nas duas oportunidades, deu a causalidade de eu também ser presidente da APROJUS, e como a APROJUS é uma associação muito pequena, associação pobre, nós sem-

pre tivemos dificuldade para fazer um xerox, alguma coisa assim, e eles sempre nos ajudaram muito. Inclusive no apoio das nossas leis, das nossas reivindicações. Eles foram maravilhosos, porque eu sempre digo, se a Associação do Ministério Público não desse apoio para nós, nós íamos nos sentir, muitas vezes, sem condições para funcionar. Porque, nesses 30 anos, enfrentamos muitas coisas difíceis dentro da Procuradoria. Lá fora muitos servidores em greve e nós, num grupo pequeno, querendo acertar lá dentro, e sempre tivemos um apoio, uma lucidez da parte deles em perceberem que a reivindicação era justa, mas também dentro daquela lógica de nos explicar que dentro do orçamento não cabia. Então havia um conformismo, mas com uma bela justificativa! O que graças a Deus agora não acontece porque ...

Memorial: E durante o seu mandato como presidente não houve nenhum movimento de greve no Ministério Público?

Entrevistada: Uma vez teve um movimento de greve muito grande do Poder Judiciário em nível de servidores. Eu achava muito justas as reivindicações e sempre fui muito politizada, mas o meu tipo de politização visou sempre a classe, era classista. Política partidária nunca foi uma coisa que me chamasse a atenção, nunca gostei. Então eu procurei, no tempo do Paulo Olímpio, que até hoje, inclusive, continua como presidente lá da Associação dos Servidores da Justiça. E eu dei todo o apoio para ele e também era uma maneira de a gente se abrir um pouco e participar. Mas nem por isso a gente entrou em atrito dentro do Ministério Público. Porque eu sempre tive uma postura, eu nunca gostei de fazer comentários nos corredores, eu sempre tive uma postura de entrar dentro do gabinete e reclamar. Esse senso de justiça que eu recebi dentro do Ministério Público faz com que cada vez sinta mais orgulho, mesmo aqui de fora, porque estando aposentada me sinto um pouco fora. Mas a gente olhando daqui de fora, vê que o Ministério Público é tudo aquilo que eu senti enquanto servia como funcionária.

Memorial: Enquanto estava lá dentro!

Entrevistada: Enquanto estava lá dentro mesmo! Eu vou dar uma olhadinha mais aqui, porque eu apontei, eu queria salientar um episódio muito interessante sobre uma grande funcionária, o nome dela é Marcelina da Cunha dos Santos. A Marcelina era Auxiliar de Serviços Gerais do Colégio Aplicação, aqui no Instituto, e fez o concurso para Procuradoria para o mesmo cargo Auxiliar de Serviços Gerais. E eu, naquela época,

trabalhava na Assessoria Jurídica, e ela nos servia cafezinho. Um dia, eu cheguei com muito mal-estar e ela, prontamente, me colocou ao lado um chá de marcela, o chá de marcela me fez um bem psicológico muito mais do que físico, porque eu olhei para ela e vi que pessoa maravilhosa era. Mesmo eu não me queixando, devia estar com a fisionomia carregada, e ela teve sensibilidade. Daí eu comecei a acompanhar, não preciso dizer que ela fez concurso depois para agente administrativo e teve um cargo de chefia, agora ela é aposentada. Chegou a fazer vestibular, passou na faculdade e lá dentro eu acompanhei todo o progresso dela, e muito aprendi com ela, porque era uma pessoa viúva, com quatro filhos, com aquela garra. Eu sempre dizia: "Olha Marcelina, quando eu estiver bem velhinha, eu vou contar para os meus netos que conheci uma Marcelina na vida com muita garra, com força!". Porque muitas vezes é fácil a gente enfrentar a vida tendo uma estrutura psicológica e financeira. Mas uma pessoa assim como a Marcelina, enfrentar e vencer, uma grande vencedora, são poucas! Bom, eu aqui gostaria de falar muito em uma outra colega, a Luiza Marcelina Porto Ribeiro, que trabalhou muitos anos no protocolo, levando as documentações, os recibos, os registros para o Palácio, para a Assembléia e tudo a tempo e à hora. Era de uma organização e era de uma altivez, de uma dedicação, com uma postura e uma coragem, porque quando ela não gostava, pedia licença pa qualquer procurador que fosse e ia reclamar seus direitos. Eu acho que senso de politização e de justiça dessa moça era uma coisa que me encantava. Moça não, é da mesma idade minha, somos duas moças! Eu também gostaria de fazer um reconhecimento à Terezinha Raffo que na época foi uma funcionária exemplar, em quem eu me espelhei para fazer a minha carreira lá dentro. A Terezinha Raffo era uma pessoa que cumpria horário, dedicada e sempre colaborando, e eu, com os meus 23 anos, ela deveria ter hoje a minha idade, ficava observando: ela, ao tempo e à hora atendendo, pois era secretária do procurador-geral. Então eu aprendi muitas coisas, desde fazer um recibo, um registro, como é que nós tínhamos que nos comportar quando chegasse alguém, aquela coisa toda, porque havia um protocolo, e tínhamos que ter muito sigilo, qualquer comentário dentro do gabinete não poderia vazar. E, realmente, nós levávamos a sério essa determinação e essa recomendação. E então, às vezes, ela nem precisava recomendar para nós que, só observando, imitávamos aqueles mínimos gestos. E também teve a Hilcke Frederica Weis que era bibliotecária, era um exemplo, ela colaborou também muitos anos com a

revista do Ministério Público, na biblioteca, se apagasse a luz, sabia todos os livros, toda a jurisprudência que havia ali, também, como funcionária, sempre me espelhei. E outra vez, era na época em que eu era moça, vaidosa, aí ela me chamou a atenção: "Vera Lúcia, aqui tem uns dedos com base, foste tu que usou tal ficha para consultar?". Digo: "Não, não fui eu que pesquisei". Porque, às vezes, eu deixava a minha marquinha! Mas dessa vez não tinha sido eu, não tinha feito aquela pesquisa. E a grande figura da Cassalina Mendel que hoje deve estar, pelos meus cálculos, de 94 a 96 anos. A Cassalina também foi uma pessoa que eu admirava muito pela sua sensibilidade para dar apoio. Uma vez perdi tragicamente um irmão, e depois de oito dias de luto, cheguei dentro da Procuradoria, entrei no elevador, ela só olhou para mim e me ofereceu uma oração, então desde aquela vez, eu achei uma figura fantástica, porque ela não me conhecia pessoalmente. Ela, quando me viu, decerto já haviam, mais ou menos, me descrito para ela, e eram tão poucas funcionárias que a única que era nova deveria ser eu, então ela identificou e me cutucou dentro do elevador da Borges de Medeiros, me deu essa oração que até hoje eu guardo com muito carinho! E eu quero também aqui salientar duas grandes funcionárias, bibliotecárias também, que são a Maria Elizabete Maurer Garcia e Abigail Cristina Miranda da Costa que foram duas, além da Hilcke, porque nós sempre pesquisávamos muito e muitas vezes nós tínhamos que pedir orientação, então elas sempre nos ajudavam muito, porque a gente chegava lá: "Tá ali, Vera Lúcia, tá ali!" Era uma maravilha! Até hoje a Abigail continua lá respondendo pela chefia. É considerada a biblioteca jurídica mais completa do Rio Grande do Sul, um acervo maravilhoso, inclusive, de livros antigos, livros que foram doados por muitos familiares de procuradores que faleceram. É um acervo maravilhoso, e muitas pessoas aqui fora não sabem que pode ser pesquisados, consultados seus livros. E eu muitas vezes digo, quando um estudante de Direito, colega das minhas filhas precisa pesquisar: "Olha, se vocês quiserem fazer uma pesquisa completa, vão à biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça que tem um acervo muito completo".

Memorial: É importante, porque as pessoas não têm essa noção de que podem ir lá fazer pesquisas, acessar.

Entrevistada: Inclusive, os servidores lá são muito solícitos, têm muito boa vontade, eles orientam. Até esses dias eu queria saber uma lei da qual não me lembrava bem, eu cheguei: "Abigail, aquela lei, de 1990, começava com 90..." E ela: "9.053!" Matou a charada! Essas coisas as-

sim! Isso foi para uma pesquisa, acho que faz uns dez dias, que fiz. Então são essas coisas assim que gratificam pela união dos funcionários e o reconhecimento também dos funcionários públicos de outros setores. Até aqui vou fazer um parêntese. Tinha uma época em que nós não tínhamos computador e nós tínhamos que fazer pesquisa e a Assembléia tinha o terminal da Prodasen que era diretamente ligado a Brasília, então, às vezes, eu tinha que pesquisar uma legislação bem recente em nível federal, eu ia até a Assembléia e pesquisava. Os servidores de carreira da Assembléia sempre foram maravilhosos. Eu até cheguei a receber um convite para trabalhar lá. E hoje, graças a Deus, o Ministério Público com a informática, está aquilo tudo a tempo e à hora, a gente pode fazer qualquer tipo de pesquisa sem se dirigir a outros órgãos, isso é uma coisa muito importante.

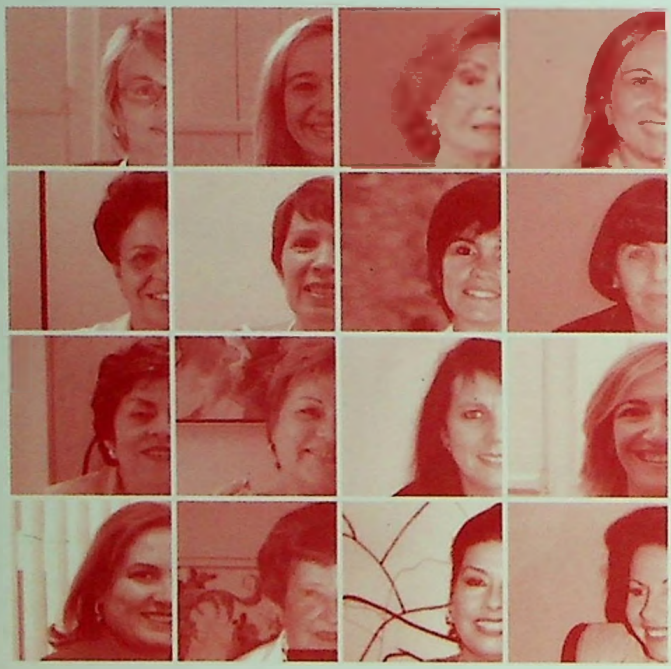
Memorial: Não sei, Dra. Vera, eu acho que nós podíamos fechar com a senhora nos mostrando algumas fotos da sua despedida há cinco anos atrás, a senhora fez uma seleção para nos mostrar?

Entrevistada: Sim, quando me aposentei foi muito gratificante, porque recebi uma homenagem muito grande, inclusive, aqui está à mesa o Dr. Cláudio, Dr. Delmar que foram se despedir e, ao mesmo tempo, dar as boas-vindas à nova vida que eu iniciava. Isso foi muito importante. E também gostaria de registrar aqui que, realmente, o Ministério Público virou uma grande instituição, é o esteio da sociedade, tem uma importância na história do Brasil e do Rio Grande do Sul que não têm palavras que salientem aquela história anônima, aquilo que um promotor faz no Interior, aquilo que o procurador faz, aquilo que um coordenador da infância e juventude, do idoso faz, do consumidor, enfim, aqueles heróis do dia-a-dia. Porque tanto o servidor como os membros do Ministério Público são verdadeiros heróis que no dia-a-dia fazem, cumprem o seu dever, com o seu trabalho anônimo, sem dar publicidade. Por isso que eu quero louvar essa iniciativa para que seja registrado nos anais da história do Ministério Público esse tipo de depoimento, obrigada!

Memorial: Nós é que agradecemos!

Corag
Imprensa Oficial
do Estado do Rio Grande do Sul

Este livro foi editorado na Corag - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas,
no formato 15 x 21 cm, corpo 12 fonte GoudyOlSt BT e
impresso em papel off-set linha d'água 90



Olhar Feminino

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MEMORIAL
DO MINISTÉRIO
PÚBLICO

ISBN 85-88802-08-02

Histórias de Vida
do Ministério Público do
Estado do Rio Grande do Sul
Vol. III